

Estudos de Sociologia

v. 30, n° esp. 1



Revista Semestral do Departamento de Sociologia e
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
FCL–UNESP–Araraquara–v.30–n. esp. 1 – 1° semestre de 2025

EXPEDIENTE

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Reitor: Prof. Dr. Pasqual Barretti

Vice-reitora: Prof. Dra. Maysa Furlan

FCLAR – Faculdade de Ciências de Letras de Araraquara

Diretor: Prof. Dr. Cláudio Cesar de Paiva

Vice-diretora: Profa. Dra. Marcia Cristina Argenti

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Chefe: Prof. Dr. Edgar Teodoro da Cunha

Vice-chefe: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

Assessora Administrativa: Tania Luci Manzolli

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Prof. Dr. Antonio Ianni Segatto

Vice-coordenadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Castro

Estudos de Sociologia / Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. – Vol.1 (1996)-, - Araraquara: UNESP/FCLAR, Laboratório Editorial, 1996-

Semestral

Resumos em português, espanhol e inglês

A partir de 2008 versão online pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)

e-ISSN: 1982-4718

1. Sociologia 2. Política 3. Antropologia 4. Ciências Sociais 4.Ciências

Assistente Editorial: Paulo José de Carvalho Moura

Normalização: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Diagramação: Eron Pedroso Januskevictz

Revisão: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Revisão para o espanhol: Livia Valili

Revisão para o inglês: Jussara Ungari

Capa e Divulgação: Luana di Pires

Indexada por / Indexed by:

GeoDados – <http://www.geodados.uem.br>; ClaseCich-Unam; DOAJ – Directory of Open Access Journals <http://www.doaj.org>; IBZ – International Bibliography of Periodical Literature on the Humanities and Social Sciences; IBR – International Bibliography of Book Reviews on Scholarly Literature on the Humanities and Social Sciences; IPSA – International Political Science Abstracts; Sociological Abstracts

Redação e Contatos

Portal de Periódicos FCLAR - Unesp: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/index>

Contato Principal: Profa. Dra. Maria Chaves Jardim (Editora). E-mail: maria.jardim@unesp.br

Contato para Suporte Técnico: Luiz Borges (Biblioteca FCLAR). E-mail: straud.fclar@unesp.br

Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Araraquara – Departamento de Ciências Sociais:

Rod. Araraquara-Jaú, km 1 – CP 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil. Fone: (16) 3334-6218

MISSÃO

A revista Estudos de Sociologia é uma publicação vinculada ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Ar e tem como missão publicar artigos e ensaios nacionais e internacionais na área da Sociologia e afins, buscando contribuir para o debate disciplinar e interdisciplinar das questões sociais clássicas e contemporâneas.

EDITORA

Maria Aparecida Chaves Jardim	UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil
-------------------------------	---

EDITORA EMÉRITA

Lucila Scavone	UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil
----------------	---

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Ana Lúcia Castro	UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil
João Carlos Soares Zuin	UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil
Maria Teresa Miceli Kerbaux	UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Monique De Saint-Martin, École des Hautes Études en Sciences Sociales	EHESS, França
Philippe Steiner	PARIS IV – Université Paris-Sorbonne e Institut Universitaire de France, França

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Anete Brito Leal Ivo	UFBA – Universidade Federal da Bahia – Salvador / BA
Antonádia Monteiro Borges	UNB – Universidade de Brasília - Distrito Federal
Cornelia Eckert	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS
Eduardo Garuti Noronha	UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos/SP

Gabriel Cohn	USP – Universidade de São Paulo – São Paulo/SP
Heitor Frúgoli Junior	USP – Universidade de São Paulo – São Paulo/SP
Irlys Alencar Firmo Barreira	UFC – Universidade Federal do Ceará – Fortaleza/Ceará
Jacob Carlos Lima	Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia.
José Antonio Segatto	UNESP – Universidade Estadual Paulista - Araraquara/SP
José Vicente Tavares dos Santos	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS
Lourdes Maria Bandeira	UnB – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia.
Marco Antônio Teixeira Gonçalves	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/RJ
Maria Arminda do Nascimento Arruda	USP – Universidade de São Paulo/São Paulo - SP
Profa. Dra. Meryl Adelman	UFPR – Universidade Federal do Paraná – Curitiba/PR
Nadya Araujo Guimarães	Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Roberto Grün	UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos/SP
Sérgio França Adorno de Abreu	USP – Universidade de São Paulo – São Paulo/SP

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Ana Piedade Monteiro	Universidade de Zambeze, Moçambique
Annie Thébaud-Mony	INSERM – Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, Paris, França
Adriana Bebiano	Instituição Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
Elizabeth Ewart	University of Oxford, Londres, Reino Unido
Frederic Lebaron	École Normale Supérieur Paris-Saclay, França
Gerard Mauger	EHESS – École des hautes Études en Sciences Sociales, França
Hinnerk Bruhns	Directeur de recherche émérite au Centre National de Recherches Scientifiques (CNRS) et membre du Centre de recherches historiques (EHESS/CNRS), Paris, França
István Mészáros	Universidade de Sussex, Reino Unido

Jaime Amparo Alves	University of New York City/ Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, Estados Unidos
Joseph Yvon Thériault	Universidade de Montréal/ UQUAM, Montréal, Canadá
Klaus von Lampe	City University of New York/CUNY, New York, Estados Unidos
Marie-Blanche Tahon	Universidade de Ottawa/UOTTAWA, Ottawa, Canadá
Mariano Fernandez Enguita	USAL – Universidade de Salamanca/US Salamanca, Espanha
Marta Araújo	UC - Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
Massimiliano Minelli	Università degli Studi di Perugia, Itália
Michael Löwy	CNRS - Centre National de la Recherche Scientifique, França
Paul Henley	University of Manchester, Reino Unido
Pablo Gonzáles Casanova	UNAM – Universidad Nacional Autónoma de México - México

Pareceristas do v.30, nº esp. 1 (2025)

A Revista Estudos de Sociologia agradece a colaboração dos seguintes consultores que emitiram pareceres:

Alexandre Aparecido dos Santos	USP
Ana Lúcia de Castro	UNESP
Antonio Pedroso Neto	UFTO
Elaine da Silveira Leite	UFPEL
Eliana Tavares dos Reis	UFMA
Ernesto Seidl	UFSC
Igor Grill	UFMA
Lidiane Rodrigues	UFABC
Marcelo Carneiro	UFMA
Márcia da Silva Mazon	UFSC
Marina Sartore	UFS
Rodrigo Constante Martins	UFScar
Thais Joi Martins	UFRB

SUMÁRIO

DOSSIÊ: A SOCIOLOGIA COMO ESPORTE DE COMBATE: PIERRE BOURDIEU VINTE ANOS DEPOIS

Organizadora: Maria Chaves Jardim

Apresentação.....	23
<i>Maria Chaves Jardim</i>	

ARTIGOS

A diversificação do “campo de poder” em Pierre Bourdieu e apontamentos para agenda de pesquisas no Brasil.....	31
<i>Afrânio Raul Garcia Junior</i>	

A noção de campo em Pierre Bourdieu.....	45
<i>Monique de Saint Martin</i>	

Um campo de lutas e de forças: o espaço de tomadas de posições acerca da governança na crise do Euro (2010-2016).....	57
<i>Frédéric Lebaron</i>	

Representações intelectuais e científicas e práticas mercantis.....	71
<i>Marie-France Garcia-Parpet</i>	

Lutas simbólicas e produção siderúrgica na Amazônia: uma interpretação a partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu.....	99
<i>Marcelo Sampaio Carneiro</i>	

Hotéis e hoteleiros no litoral: sociogênese da ocupação à beira-mar Maceió-AL (1900-1979).....	127
<i>Marina de Souza Sartore, Antônio Daniel Alves Carvalho e Wanderson José Francisco Gomes</i>	

Reflexões sobre a dimensão simbólica do processo de empresarização e a constituição do <i>habitus</i> empresarial.....	159
<i>Sabrina Sampaio Rakow, Marcio Silva Rodrigues, Larissa Ferreira Tavares e Elaine da Silveira Leite</i>	
Da sociologia do espaço do poder na França aos estudos de “elites” no Brasil: circuitos de trocas “Bourdieuianas”	187
<i>Igor Gastal Grill e Eliana Tavares dos Reis</i>	
Breve relato sobre os estudos de elites no extremo sul do Brasil	221
<i>Ernesto Seidl</i>	
Lições a partir do campo: a obra de Pierre Bourdieu e os novos estudos rurais.....	241
<i>Rodrigo Constante Martins</i>	
As razões (do sucesso) de Olavo de Carvalho (1983-2016).....	261
<i>Lidiane Soares Rodrigues</i>	
Lógicas distintivas, circulação cultural e tensionamento de fronteiras simbólicas: produção cultural das e nas periferias de São Paulo-SP	291
<i>Ana Lúcia de Castro e Beatriz Salgado Cardoso de Oliveira</i>	
O senso político profano como prática ou como a política poderia ser	317
<i>Alexandre Aparecido dos Santos</i>	
Circulação internacional entre agentes do Ministério Público: construindo um problema de pesquisa.....	339
<i>Treicy Giovanella</i>	
Cultura e política em Juiz de Fora-MG: articulação entre <i>habitus</i> e comportamento político a partir da técnica de Análise de Correspondências Múltiplas (ACM).....	359
<i>Mariana Cardozo Batista de Oliveira</i>	

ENTREVISTA

Encontros com Pierre Bourdieu: entrevista com Frédéric Lebaron.....	383
<i>Paulo José de Carvalho Moura e Mateus Tobias Vieira</i>	

HOMENAGEM

Homenagem a Afrânio Garcia Jr.:	
Afrânio Garcia e a sociologia de Pierre Bourdieu; mundo rural, diversificação do campo do poder, elites intelectuais acadêmicas e redes de colaborações internacionais.....	397
<i>Antonio José Pedroso Neto</i>	

TABLE OF CONTENTS

DOSSIER: SOCIOLOGY AS COMBAT SPORT: PIERRE BOURDIEU TWENTY YEARS LATER

Editor: Maria Chaves Jardim

Introduction.....	23
<i>Maria Chaves Jardim</i>	

ARTICLES

The diversification of the “Field of Power” in Pierre Bourdieu and notes for the research agenda in Brazil.....	31
<i>Afrânio Raul Garcia Junior</i>	

Pierre Bourdieu’s concept of field.....	45
<i>Monique de Saint Martin</i>	

A field of struggles and forces: the space of positions on governance in the Euro crisis (2010-2016)	57
<i>Frédéric Lebaron</i>	

Intellectual and scientific representations and commercial practices	71
<i>Marie-France Garcia-Parpet</i>	

Symbolic struggles and steel production in the Amazon: an interpretation based on Pierre Bourdieu’s field theory.....	99
<i>Marcelo Sampaio Carneiro</i>	

Hotels and hoteliers on the coast: sociogenesis of the seafront occupation in Maceió-AL (1900-1979)	127
<i>Marina de Souza Sartore, Antônio Daniel Alves Carvalho and Wanderson José Francisco Gomes</i>	

Reflections on the symbolic dimension of the process of entrepreneurialization and the constitution of the business habitus.....	159
<i>Sabrina Sampaio Rakow, Marcio Silva Rodrigues, Larissa Ferreira Tavares and Elaine da Silveira Leite</i>	
From the sociology of the space of power in France to studies of “elites” in Brazil: circuits of “bourdieusian” exchange	187
<i>Igor Gastal Grill and Eliana Tavares dos Reis</i>	
A brief report on elite studies in the far south of Brazil.....	221
<i>Ernesto Seidl</i>	
Lessons from the field: the work of Pierre Bourdieu and the rural studies.....	241
<i>Rodrigo Constante Martins</i>	
Olavo de Carvalho’s reasons (for success) (1983-2016)	261
<i>Lidiane Soares Rodrigues</i>	
Distinctive logics, cultural circulation, and tensioning of symbolic boundaries: cultural production from and in the peripheries of São Paulo-SP	291
<i>Ana Lúcia de Castro and Beatriz Salgado Cardoso de Oliveira</i>	
The profane political sense as a practice or how politics could be.....	317
<i>Alexandre Aparecido dos Santos</i>	
International circulation among Public Prosecutor’s Office members: developing a research problem	339
<i>Treicy Giovanella</i>	
Culture and politics in Juiz de Fora-MG: articulation between habitus and political behavior using the Multiple Correspondence Analysis (MCA) technique.....	359
<i>Mariana Cardozo Batista de Oliveira</i>	

INTERVIEW

Encounters with Pierre Bourdieu: Interview with Frédéric Lebaron.....	383
<i>Paulo José de Carvalho Moura and Mateus Tobias Vieira</i>	

TRIBUTE

Tribute to Afrânio Garcia Jr.:

Afrânio Garcia and the sociology of Pierre Bourdieu; rural world, diversification of the field of power, academic intellectual elites, and networks of international collaborations..... 397

Antonio José Pedroso Neto

TABLE OF CONTENTS

DOSSIER: LA SOCIOLOGÍA COMO DEPORTE DE COMBATE: PIERRE BOURDIEU VEINTE AÑOS DESPUÉS

Organizadora: Maria Chaves Jardim

Presentación.....	23
<i>Maria Chaves Jardim</i>	

ARTÍCULOS

La diversificación del “campo de poder” en Pierre Bourdieu y sugerencias para la agenda de investigación en Brasil.....	31
<i>Afrânio Raul Garcia Junior</i>	

El concepto de campo en Pierre Bourdieu.....	45
<i>Monique de Saint Martin</i>	

Un campo de luchas y fuerzas: el espacio de toma de posiciones sobre la gobernanza en la crisis del Euro (2010-2016)	57
<i>Frédéric Lebaron</i>	

Representaciones intelectuales y científicas y prácticas mercantiles.....	71
<i>Marie-France Garcia-Parpet</i>	

Luchas simbólicas y producción de acero en la Amazonía: una interpretación basada en la teoría de campo de Pierre Bourdieu	99
<i>Marcelo Sampaio Carneiro</i>	

Hoteles y hoteleros en el litoral: sociogénesis de la ocupación junto al mar en Maceió-AL (1900-1979)	127
<i>Marina de Souza Sartore, Antônio Daniel Alves Carvalho y Wanderson José Francisco Gomes</i>	

Reflexiones sobre la dimensión simbólica del proceso de empresarización y la construcción del habitus empresarial.....	159
<i>Sabrina Sampaio Rakow, Marcio Silva Rodrigues, Larissa Ferreira Tavares y Elaine da Silveira Leite</i>	
De la sociología del espacio de poder en Francia a los estudios de “élites” en Brasil: circuitos “bourdieusianos” de intercambio	187
<i>Igor Gastal Grill y Eliana Tavares dos Reis</i>	
Breve relato de los estudios de élites en el extremo sur de Brasil.....	221
<i>Ernesto Seidl</i>	
Lecciones desde el campo: la obra de Pierre Bourdieu y los estudios rurales	241
<i>Rodrigo Constante Martins</i>	
Las razones (del éxito) de Olavo de Carvalho (1983-2016).....	261
<i>Lidiane Soares Rodrigues</i>	
Lógicas distintivas, circulación cultural y tensión de fronteras simbólicas: producción cultural desde y en las periferias de São Paulo-SP	291
<i>Ana Lúcia de Castro y Beatriz Salgado Cardoso de Oliveira</i>	
El sentido político profano como práctica o cómo podría ser la política.....	317
<i>Alexandre Aparecido dos Santos</i>	
Circulación internacional entre agentes del Ministerio Público: construyendo un problema de investigación	339
<i>Treicy Giovanella</i>	
Cultura y política en Juiz de Fora-MG: articulación entre habitus y comportamiento político a partir de la técnica de Análisis de Correspondencias Múltiples (ACM)	359
<i>Mariana Cardozo Batista de Oliveira</i>	

ENTREVISTA

Encuentros con Pierre Bourdieu: Entrevista con Frédéric Lebaron.....	383
<i>Paulo José de Carvalho Moura y Mateus Tobias Vieira</i>	

HOMENAJE

Homenaje a Afrânio Garcia Jr.:

Afrânio Garcia y la sociología de Pierre Bourdieu; mundo rural, diversificación del campo de poder, élites intelectuales académicas y redes de colaboraciones internacionales	397
---	-----

Antonio José Pedroso Neto

**Dossiê: A Sociologia como
Esporte de combate: Pierre
Bourdieu vinte anos depois**

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ: A SOCIOLOGIA COMO ESPORTE DE COMBATE: PIERRE BOURDIEU VINTE ANOS DEPOIS¹

Maria Chaves JARDIM*

Pierre Bourdieu foi um dos maiores sociólogos do final do século XX, senão o maior. Com uma obra ousada, que inevitavelmente coloca o leitor para refletir, ao mesmo tempo em que o convida para se sentir parte da fabricação cotidiana da sociedade, Pierre Bourdieu é, sem dúvida, um autor que pode gerar sentimentos como amor ou ódio, mas jamais a indiferença. Disposto a mirar suas armas para si mesmo e também para seus pares, Bourdieu é um combatente das palavras, mas também da ação, como mostram suas diversas iniciativas nos movimentos grevistas de 1995, na França, contra a política neoliberal (greves dos trabalhadores do setor público e privado, luta contra a reforma da previdência proposta por Alain Juppé, e apoio incondicional à luta dos imigrantes *sans-papiers*, etc).

Sua experiência na Argélia, na segunda metade da década de 1950, assim como seu aprendizado etnográfico e sociológico na ocasião, constitui, sem dúvida, centralidade para a construção e também compreensão da sua sociologia; em alguma medida, suas pesquisas na Argélia influenciaram também a sua sensibilidade com as desigualdades sociais, políticas, de gênero, etc. (Bourdieu, 1958; 1979; 2021).

A partir da sua obra, Pierre Bourdieu denunciou a miséria social, cultural e moral, provocada pela imposição das relações de poder, que por sua vez, geram a reprodução da desigualdade e da distribuição de capitais (econômico, social, cultural, simbólico) no mundo social. (Bourdieu, 1997; Bourdieu, 1998b). Para o autor, é no campo da educação onde ocorre a face mais perversa dessa dominação, pois, apesar da promessa de mobilidade social e melhoria de vida trazida pela educação,

* Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr), Araraquara – SP – Brasil. Professora Livre Docente do Departamento de Ciências Sociais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5715-1430>. Contato: maria.jardim@unesp.br.

¹ Agradeço à Monique de Saint Martin, pela leitura e comentários que esse texto recebeu.

a escola promove dominação, expressa na defasagem da posse do capital valorizado por essas instituições junto aos filhos do povo, o que apenas reforça as diferenças sociais. Essa discussão pode ser encontrada ao longo de toda sua obra, sobretudo nos livros *Os Herdeiros* (2014) e *A Reprodução* (1992), escrito em parceria com Jean-Claude Passeron. Esses livros tratam de desvelar os mecanismos de dominação, principalmente em sociedades muito injustas e desiguais, que são aquelas em que alguns grupos se perpetuam no poder em detrimento de toda sociedade.

No clássico *A Distinção* (1979), Pierre Bourdieu transformou um assunto dito prosaico e do senso comum, a saber, o gosto, tido como assunto de foro íntimo, em uma arma de guerra simbólica. Por meio de extensa pesquisa de campo, Pierre Bourdieu mostrou o papel da educação e da cultura na promoção do gosto e na construção daquilo que a sociedade convencionou chamar de *gosto legítimo* e *gosto vulgar*, revelando a mágica social existente por traz da cultura e da educação, que de forma arbitrária, transforma o gosto legítimo em classificador de poder, o “bom gosto”, e o seu oposto, o “mau gosto” em um marcador de desclassificação.

Por outro lado, quando aborda a “violência simbólica”, um tema que passa por toda a sua obra, Bourdieu afirma que esse tipo de violência, doce e suave, só se exerce através do jogo e da cumplicidade dos agentes sociais dominados, e não apenas como uma instrumentação ao serviço da classe dominante. Nesse sentido, reelabora toda discussão existente sobre dominação na literatura das ciências sociais, desde os clássicos, quando coloca o agente social como parte ativa e cúmplice da dominação a qual está submetida. (Bourdieu, 1990).

Nos últimos anos de vida, Pierre Bourdieu denunciou a chegada do neoliberalismo econômico, por meio de diversas obras, com destaque para o livro *A Miséria do Mundo* (1997), no qual o autor argumentou que a visão “matemática” e pretensiosamente neutra da ciência econômica, introduz uma utopia que domina completamente o campo político. Esse livro engajado lhe valeu um imenso sucesso de livraria. O mesmo argumento, sobre os limites da teoria econômica, também pode ser encontrado em outro clássico de sua autoria, *As Estruturas Sociais da Economia*, de 2001, quando estuda a construção do mercado da casa na França, influenciando sobremaneira sobre a sociologia econômica ao redor do mundo.

Ao longo de sua obra, Bourdieu buscou superar a falsa oposição entre indivíduo e sociedade, além de superar a oposição entre teorias que compreendem a prática como exclusivamente subjetiva, conforme expresso no individualismo metodológico e ontológico e teorias que entendem a prática como exclusivamente estruturada, tal como ocorre no Estruturalismo de Lévi-Strauss. Portanto, além da ruptura com o Estruturalismo de Lévi-Strauss, questionou a Fenomenologia de Sartre e o Interacionismo Simbólico vigente nos Estados Unidos, o qual, segundo o autor, dava mais liberdade ao agente social, do que este de fato tinha (Bourdieu, 1983; 1990; 2019).

Com uma sociologia inquieta, refletiva e engajada, Bourdieu recolocou a Sociologia no centro do debate acadêmico, não apenas na França, mas ao redor do mundo e, com ela, a centralidade do simbólico, ou ainda, do poder simbólico. Sua sociologia atravessa as fronteiras das disciplinas e dos países, sendo que seus principais conceitos, construídos ao longo de suas pesquisas empíricas, tais como *habitus*, campo, violência simbólica, capital, magia social, espaço social, etc, devem fazer parte do vocabulário manejado pelos cientistas sociais que se querem atualizados na contemporaneidade.

Nessa quebra de fronteira, Bourdieu também questionou argumentos vigentes em algumas autoras do feminismo, quando publicou o livro *A Dominação Masculina* (1998a). Essa pesquisa incide diretamente na “lógica da dominação” (sexual, racial, econômica, etc.) em geral, mas escrutinando o caso particular das relações homens-mulheres. Nesse livro, Bourdieu convida os leitores a ultrapassarem a alternativa clássica presente nos trabalhos sobre a dominação, especialmente vindo das leituras feministas, entre “coação” e “consentimento”, e considerarem que a dominação masculina se perpetua porque as mulheres são educadas para interpretar o mundo com os esquemas e as categorias sociais incorporadas do pensamento masculino. Constrangendo e surpreendendo as teorias da época, Pierre Bourdieu colocou a centralidade da mulher no processo de reprodução da *doxa* androcêntrica, e, portanto, da dominação masculina.

O inegável papel ativo das mulheres, inclusive na reprodução do machismo, deve-se ao fato que, em sua teoria, o agente social é um obreiro da sociedade e por isso está visceralmente engajado no mundo social, experimentando com certa regularidade situações de conforto e de desconforto. Portanto, em alguma medida, Bourdieu devolve o poder de transformação ao agente social, que, a partir de uma tomada de posição e em um “campo dos possíveis”, pode se tornar protagonista de uma revolução simbólica. (Bourdieu, 1983). Dessa forma, através da sua teoria da prática, conseguiu introduzir um dinamismo que nem mesmo a sociologia clássica alcançou, já que para o autor, as estruturas simbólicas só ganham significado quando são postas em prática pelos agentes, que escolhem, não necessariamente de forma consciente, reproduzir ou alterar o tecido social. É também nesse sentido que a sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu é uma sociologia combatente, no sentido que o agente social é ativo em todo processo.

É importante dizer, ainda, que Bourdieu colocou em destaque a pesquisa de campo em sua obra, uma vez que todos seus conceitos foram resultados de intenso contato com o mundo social; e também retomou o ensinamento dos clássicos da sociologia – com especial inspiração em Emile Durkheim, de quem era leitor confesso- ao defender o uso complementar dos métodos qualitativo e quantitativo (etnografia, aplicação de questionário, observação participante, análise de trajetórias e de biografias, elaboração de prosopografia, análises de correspondência e análise de correspondência múltipla).

A atualidade e a potencialidade de seu método, deve-se não apenas a inegável força da sua sociologia, mas também a tentativa de formação de uma escola de herdeiros ao redor do mundo, que segue na mediação e atualização de seu programa de estudo e de seu método, operacionalizando sua sociologia para temas do século XXI. Concluo essa breve apresentação, enfatizando que os livros citados aqui são meramente ilustrativos do vigor da sociologia de Pierre Bourdieu, mas estão longe de expressar o total da sua larga produção e muito menos a complexidade de sua obra.

Diante da centralidade do método e das ideias de Pierre Bourdieu, o objetivo desse Dossiê *A sociologia como esporte de combate: Pierre Bourdieu vinte anos depois* é celebrar a atualidade e a vivacidade do autor, por meio de pesquisas que aplicam o seu método. O Dossiê resulta de um Congresso Internacional de mesmo nome, acontecido em 2022, ano que marcou 20 anos do seu falecimento. Foi organizado pelos grupos de pesquisa NESPOM-Unesp e NESEFI-UFSCar, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Araraquara e contou com diversos nomes da sociologia francesa e brasileira. Apresentamos, a seguir, alguns dos trabalhos que estiveram presentes no evento e que serão publicados nesse Dossiê.

Iniciamos com o texto do já saudoso Afrânio Garcia, autor que nos deixou no último 30 de novembro de 2024, cuja ausência provocará uma lacuna impreenchível nas ciências sociais, pois, além de brilhante cientista social, realizou por quase trinta anos a mediação entre pesquisadores franceses e brasileiros, dialogando com diversos autores e temas e ultrapassando as fronteiras das disciplinas e das gerações.

No evento de 2022, Afrânio Garcia nos deu a honra de realizar a conferência de encerramento, cuja fala inspirou o artigo *A Diversificação do “campo de poder” em Pierre Bourdieu e apontamentos para agenda de pesquisa no Brasil*, escrito especialmente para esse Dossiê. O texto discute a evolução do conceito de “campo de poder” em Pierre Bourdieu, buscando enunciar pistas de investigações empíricas a serem realizadas no Brasil.

O segundo texto *O conceito de campo em Pierre Bourdieu*, de Monique de Saint Martin foi, na ocasião do congresso, a conferência de abertura. Nesse artigo, a autora retoma a complexa noção de campo de Pierre Bourdieu e defende que, às vezes, esse conceito tem sido usado de forma abusiva pelos pesquisadores e reivindica a importância da vigilância epistemológica em sua utilização.

O terceiro artigo, *Um campo de lutas e de forças: o espaço de tomadas de posição acerca da governança na crise do euro (2010-2016)*, de Frédéric Lebaron, analisa as tomadas de posição sobre a governança na zona do euro durante o período de 2010 a 2016 e conclui que, apesar das transformações significativas que a zona euro vivenciou nesse período, este espaço permaneceu relativamente estável, já que os deslocamentos dos atores têm sido relativamente lentos e pouco acentuados desde 2010.

Em seguida temos o texto de Marie-France Garcia Parpet, *Representações intelectuais e científicas e práticas mercantis*, no qual argumenta que no debate das ciências sociais sobre a relação entre economia, sociologia e história, as representações sociais da economia, especialmente as representações intelectuais e científicas, possuem papel ativo na transformação das instituições econômicas.

Lutas simbólicas e produção siderúrgica na Amazônia: uma interpretação a partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu, é o quinto texto do Dossiê, de Marcelo Sampaio Carneiro, no qual defende a fecundidade da teoria dos campos para o estudo dos fatos econômicos, como uma abordagem capaz de dar conta das relações dinâmicas que são estabelecidas entre empresas e demais agentes que participam do campo econômico.

Os dois próximos artigos também mostram a influência da sociologia de Pierre Bourdieu na sociologia econômica. O artigo coletivo *Hotéis e hoteleiros do defronte ao mar em Maceió-AL (1900-1979): um exercício Bourdieusiano*, de Marina de Souza Sartore, Antônio Daniel Alves Carvalho e Wanderson José Francisco Gomes, argumenta que os diferentes tipos de hotéis ocupam posições distintas no campo da hotelaria, de acordo com a distribuição de capitais de seus hoteleiros.

O artigo seguinte *Reflexões sobre a dimensão simbólica do processo de empresarização e constituição do habitus empresarial*, de Sabrina Sampaio Rakow, Marcio Silva Rodrigues, Larissa Ferreira Tavares e Elaine da Silveira Leite, associa as teorias da empresarização à sociologia de Pierre Bourdieu para discutir a dimensão simbólica desse fenômeno, dando destaque ao *habitus* empresarial.

A “sociologia das elites” de Pierre Bourdieu aparece nos dois próximos artigos. Nesse sentido, o oitavo artigo, *Da sociologia do espaço do poder na França aos estudos de “elites” no Brasil: circuitos de trocas “Bourdiesianas”*, de Igor Gastal Grill e Eliana Tavares dos Reis, coloca em evidência algumas das contribuições de Pierre Bourdieu no tema de “elites”, sobretudo a delimitação de uma sociologia política não canônica.

A seguir temos o artigo *Breve relato sobre os estudos de elites no extremo sul do Brasil*, de Ernesto Seidl, que reflete sobre como a teoria de Pierre Bourdieu tem sido mobilizada por parte dos interessados em estudar elites no Brasil, quando o autor retoma aspectos da formação recebida por um grupo específico de pesquisadores, reunido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a liderança do professor Coradini.

O décimo artigo, *Lições a partir do campo: a obra de Pierre Bourdieu e os estudos rurais*, de Rodrigo Constante, indica a contribuição de Pierre Bourdieu para os estudos rurais, particularmente em contextos sociais marcados pela história colonial, buscando lançar hipóteses para a compreensão de elementos da ambientalização dos conflitos agrários no Brasil.

O texto seguinte defende que a história política recente mereça e requeira o enquadramento da sociologia dos intelectuais e da educação de Pierre Bourdieu. Para Lidiane Soares Rodrigues, compreender *As razões (do sucesso) de Olavo de Carvalho (1983-2016)* pressupõe considerar suas “estratégias de escritura e de autor” e a consolidação do mercado de ideias antipetistas.

O artigo doze, *Lógicas distintivas, circulação cultural e tensionamento de fronteiras simbólicas: produção cultural das e nas periferias de São Paulo-SP*, de Ana Lúcia de Castro e Beatriz Salgado Cardoso de Oliveira, considera que a implementação de políticas públicas de incentivo à produção cultural, realizada na periferia da cidade de São Paulo, ocasionou a ampliação da circulação de agentes periféricos em espaços de consagração da cultura legítima, antes restritos aos grupos dominantes.

O Congresso Internacional que inspira esse Dossiê, contou com diversos Grupos de Trabalhos (GTs), onde pesquisadores de mestrado e doutorado apresentaram suas pesquisas. Na ocasião, as melhores pesquisas foram selecionadas para compor esse Dossiê e estão apresentadas a seguir.

O Senso político profano como prática ou como a política poderia ser, de Alexandre Aparecido dos Santos, apresenta resultados de uma pesquisa doutoral sobre o pensar-fazer político de eleitores sem filiação partidária residentes em uma cidade de pequeno porte no interior paulista.

O artigo *Circulação internacional entre agentes do ministério público: construindo um problema de pesquisa*, de Treicy Giovanella, discute uma agenda de pesquisa sobre o Ministério Público (MP) a partir das contribuições da sociologia de Pierre Bourdieu.

Cultura e política em Juiz de Fora-MG: articulação entre habitus e comportamento político a partir da técnica de Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), de Mariana Cardozo Batista de Oliveira, investiga como o volume e a estrutura de capital apresentado por ativistas influencia no seu comportamento político e/ou eleitoral.

Na sequência o Dossiê traz a instigante entrevista concedida por Frédéric Lebaron, a Paulo José de Carvalho Moura e Mateus Tobias Vieira. Nessa entrevista, Lebaron debate em pormenores sua trajetória acadêmica e familiar, as principais influências em sua formação intelectual e, finalmente, seu encontro com Pierre Bourdieu, sua obra e a influência desse autor em sua agenda de pesquisa, quando reconstrói o cenário francês dos anos 1990 e início dos anos 2000 através do engajamento político e do papel de intelectual público que Bourdieu exerceu, principalmente como uma figura de resistência ao neoliberalismo.

Por fim, o Dossiê apresenta uma homenagem a Afrânio Garcia, que nos deixou em 30 de novembro de 2024. O texto foi escrito por Antonio Pedroso Neto e inicialmente publicado em LIMA, J. C. & BOMENY, H. (org). 2021. SBS Memória Retratos: sociólogos e sociólogas brasileiras. v. 1. 1ed. Florianópolis: Tribo da Ilha,

2021, v. 1, p. 114-118. E foi publicado pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) na seção SBS Memória Bionotas¹.

Afrânio Garcia está no panteão dos grandes intelectuais com forte ligação com a sociologia de Bourdieu. Foi um dos primeiros a utilizá-la no Brasil, especialmente para estudar mudanças sociais, econômicas e culturais no mundo rural, mais pontualmente no nordeste brasileiro. Isso aconteceu quando o sociólogo francês ainda era pouco conhecido por aqui e sequer traduzido para o português. Em grande medida, isso implicava em riscos, mas Afrânio avançou em cumulatividade teórica e metodológica com trabalhos que terminaram por ter influência no nosso mundo intelectual. Ele sequenciou e expandiu do estudo do mundo rural para pesquisas sobre as relações entre a reconversão dos herdeiros dos senhores rurais em declínio (elites agrárias) e a diversificação do campo do poder no Brasil após 1930. Essas pesquisas, por conseguinte, indicaram o peso do capital intelectual e social internacional no campo do poder nacional. Então, nosso grande economista, antropólogo, sociólogo e cientista social ajustou suas pesquisas em direção a elite acadêmica e suas transformações recentes. Enfim, em meio a toda essa cumulativa trajetória de pesquisa, uma densa e agitada rede de colaboração internacional foi estabelecida com intelectuais próximos de Pierre Bourdieu circulando do Brasil para a França e vice-versa.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O baile dos celibatários**: crise da sociedade camponesa no Béarn. Pulici, Carolina, São Paulo: Unifesp, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2019.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **As Estruturas Sociais da economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Bertrand Brasil, 1998a.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998b.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do mundo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

¹ Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/afranio-raul-garcia-jr/>.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologie d'Algérie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.

LIMA, J. C. & BOMENY, H. (org). 2021. **SBS Memória Retratos**: sociólogos e sociólogas brasileiras. v. 1. 1ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2021, v. 1, p. 114-118.

Submetido em: 05/01/2024

Aprovado em: 20/01/2024

A DIVERSIFICAÇÃO DO “CAMPO DE PODER”
EM PIERRE BOURDIEU E APONTAMENTOS
PARA AGENDA DE PESQUISAS NO BRASIL

*LA DIVERSIFICACIÓN DEL “CAMPO DE PODER”
EN PIERRE BOURDIEU Y SUGERENCIAS PARA
LA AGENDA DE INVESTIGACIÓN EN BRASIL*

*THE DIVERSIFICATION OF THE “FIELD OF
POWER” IN PIERRE BOURDIEU AND NOTES
FOR THE RESEARCH AGENDA IN BRAZIL*

*Afrânio Raul GARCIA JUNIOR**

RESUMO: O texto visa discutir a evolução do conceito de “campo de poder” segundo Pierre Bourdieu, as pesquisas que o suscitaram e validaram a sua afirmação como portador de novas interrogantes sobre o espaço social a serem examinadas. Começa por examinar a autonomização do campo intelectual e do campo religioso, seguida pelo estudo do campo político e finda pelo polo dominante do campo de poder nas sociedades modernas, o campo econômico. Tais considerações inspiram enunciar pistas de investigações empíricas a serem realizadas no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Campo de poder. Pierre Bourdieu. Apontamentos de pesquisa. Brasil.

* Graduiu-se em Estudos Econômicos Gerais na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da *Université de Paris X, Nanterre* (1968) e em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1969), cursou mestrado (1976) e doutorado (1983) em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ), onde também atuou como professor entre 1978 e 1998. Entre 1983 e 1986 foi supervisionado em seu Pós-doutorado na EHESS, por Pierre Bourdieu. Dirigiu, entre 1996 e 2009, com Ignacy Sachs, o *Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain* da EHESS. Em 2009, passou a integrar o *Centre Européen de Sociologie et de Science Politique*. Nesses espaços, empreendeu um verdadeiro trabalho de diplomacia científica e cultural entre as ciências sociais brasileiras e francesas. Recebeu centenas de estudantes, pesquisadores e professores ao longo de décadas. Os seus trabalhos em antropologia e sociologia, desenvolvidos entre o Museu Nacional e a EHESS, marcaram uma geração de pesquisadores. Afrânio Garcia nos deixou em 30/11/2024, uma semana após ter realizado a revisão desse texto que ora a RES publica.

RESUMEN: *El texto tiene como objetivo discutir la evolución del concepto de “campo de poder” según Pierre Bourdieu, así como las investigaciones que lo suscitaron y validaron su afirmación como portador de nuevas interrogantes sobre el espacio social a ser examinadas. Comienza con el examen de la autonomización del campo intelectual y del campo religioso, seguido por el estudio del campo político, y finaliza con el polo dominante del campo de poder en las sociedades modernas, el campo económico. Tales consideraciones inspiran la formulación de directrices para investigaciones empíricas a ser realizadas en Brasil.*

PALABRAS CLAVE: *Campo de poder. Pierre Bourdieu. Apuntes de investigación. Brasil.*

ABSTRACT: *This text aims to discuss the evolution of the concept of “field of power” according to Pierre Bourdieu, as well as the research that prompted and validated its assertion as a bearer of new questions about the social space to be examined. It begins by examining the autonomization of the intellectual and religious fields, followed by a study of the political field, and concludes with the dominant pole of the field of power in modern societies, the economic field. These considerations inspire the formulation of empirical research guidelines to be conducted in Brazil.*

KEYWORDS: *Field of power. Pierre Bourdieu. Research notes. Brazil.*

Introdução

Procuraremos discutir neste texto um conceito central na obra de Pierre Bourdieu, que é o conceito de “campo de poder”, e as pesquisas que permitiram sua afirmação e as que ele induz a fazer. Destaco que no ano de 2022 surgiram várias publicações relevantes, como aquelas que reeditaram algumas das primeiras obras de Pierre Bourdieu como, por exemplo, um dos primeiros livros fundamentais em que ele trabalhou sobre transformações do mundo rural na Argélia. Entre os novos livros dados a público, um dos mais importantes foi sem dúvida *Microcosmes, théorie des champs* (2022), que visa explorar sistematicamente a Teoria dos Campos, obra em que anotações iniciais foram revistas e complementadas por Jérôme Bourdieu, o filho mais velho de Bourdieu, e por Franck Poupeau.

Esse livro está baseado em um programa de redação explicitado por Bourdieu ainda em vida, e mesmo até bem antes de enfrentar problemas de saúde, que são textos de 1995, que são editados para que se verifique o caráter heurístico na noção de campo. Melhor dizendo, o campo serve para pensar questões novas a serem estu-

dadas e para trabalhar tais questões empiricamente. Considero que essa opção por refletir sobre o conceito de campo de poder e sua diversificação enfrenta abertamente a noção de autonomização de qualquer campo, que é sempre problemática, é sempre algo a ser afirmado ou reconquistado.

O melhor exemplo do estatuto precário e não definitivo da autonomia de um campo, a meu juízo, é o livro de Gisèle Sapiro, *La guerre des écrivains: 1940-1953* (1999). Porque em um país, como a França, onde a autonomização do campo literário ocorrera desde o século XIX, não mais submetido a censuras ou prescrições de autoridades religiosas, políticas ou econômicas seguidas de efeitos reais, a ocupação militar alemã durante a segunda guerra vai tentar impor ao conjunto dos escritores suas normas e padrões e imprimir uma determinada direção ao mundo literário. E a autora descreve em minúcias esses combates, essas maneiras de recompor laços de solidariedade e de oposição. Além disso, examina também como a autonomização é reconquistada no final da guerra em 1945, com a vitória dos Aliados. Porém, isso não é uma simples retomada de práticas anteriores a 1939, mas é uma nova autonomização do campo intelectual literário impulsionada pelo Comitê da Resistência formado durante a Segunda Guerra.

Destaco que esse livro altamente inovador desenvolve ideias do que foi uma tese de doutorado dirigida por Pierre Bourdieu, que explicita como essa autonomização de um campo é sempre algo provisório e tenso. Quer dizer, tem sempre que se examinar as condições de possibilidade de existência daquilo que está sendo chamado de campo como uma configuração social dotada de lógica própria não redutível a fatores dominantes em outros campos, como poder econômico, autoridade política ou religiosa. O conceito de campo e a sua autonomia é uma interrogante que perpassa a obra inteira de Bourdieu, desde a sua volta da Argélia para a metrópole, que não está presente nas obras extremamente interessantes sobre a Argélia, nem em *Travail et travailleurs en Algérie* (Bourdieu et al, 1963), nem em *Le déracinement: La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie* (Bourdieu; Sayad, 1964), nem nos trabalhos sobre sua terra natal, o Béarn. Em compensação, desde a volta para o território metropolitano existe uma elaboração progressiva e central, nessa segunda fase de sua produção, a que se pode mais ou menos delimitar o início como ocorrendo entre 1964 e 1966.

Para desenvolver meu raciocínio, realizarei segunda exposição em dois momentos. Em um primeiro momento, é o percurso dos usos do conceito de “campo de poder” no interior da obra de Bourdieu que estará sob exame, para depois examinar como indicações de pesquisas novas a serem feitas poderão ser elaboradas, permitindo tanto avançar no conhecimento empírico, quanto na direção de uma elaboração teórica mais aprimorada e universalista.

I - Evolução dos usos do conceito de “Campo de Poder”

O início da preocupação com o campo de poder, evidentemente, fica bem assinalado em uma publicação, que é “*Champ intellectuel et projet créateur*” um texto de 1966 publicado na revista de Jean-Paul Sartre, *Les Temps Modernes*, no qual fica claro que o propósito deste texto é o de afirmar que, entre o autor e a sua obra, há sempre um conjunto de relações sociais e cognitivas que implicam em imposições com que cada autor tem que conviver. Demonstra a centralidade da relação com os críticos, editores, concorrentes, rivais, gerações diferentes, gênero dos participantes, enfim, há inúmeros outros vínculos que, embora não sendo visíveis em um primeiro momento, ou em primeira leitura, são fundamentais para se entender os sentidos que estão presentes em cada texto, e que fazem parte integrante de seu conteúdo mais profundo.

Esse texto é marcado, de um lado, pelo debate com Jean-Paul Sartre, retomando no próprio título, a noção de *projetado criador*. O projeto criador era um conceito fundamental da obra do Sartre, a indicar como parte dos indivíduos atribuem significados ao mundo onde estão inseridos. Para isso, temos um primeiro momento de individualização do produtor e, em cima dessa individualização, nós temos a elaboração de sua obra. Nitidamente, há um debate com Sartre, ao tornarem opacas todas as outras relações que estão em jogo nessa produção intelectual, mas um debate também fundamental com o marxismo, que naquele momento é uma referência central em vários lugares do mundo, mas sobretudo na Europa. A saber: era a questão da autonomia relativa do sistema cultural, sobretudo frente às estruturas econômicas e políticas.

Dentro desses debates dos anos 1960, o campo cultural, o mundo cultural, era visto como superestrutura submetido a uma sobre-determinação vinda do universo econômico. Nesse momento dos anos 1960, em reação contra uma espécie de simplificação da relação entre os domínios do econômico, do político e do cultural, pairava a interrogante sobre a autonomia relativa dos jogos culturais frente às demais dimensões da vida social.

Essa questão da autonomia relativa da produção cultural está claramente no centro da noção de campo intelectual, de sua autonomia relativa. Nesse momento, já temos a noção de campo de poder, mas ainda permeada por esse debate sobre a distância relativa entre o campo intelectual e o campo de poder. Quer dizer, o campo de poder aponta para outros poderes, como o poder político, como o poder religioso, como o poder econômico, mas que são externos àqueles jogos de produção intelectual propriamente dita. Campo de poder, nesse caso, aparece mais como referência de algo que tem que ser considerado como forças em presença, mas que não são, nesse primeiro momento, os assuntos sobre os quais Pierre Bourdieu está debruçado. Efetivamente, se examinarmos a obra a partir desse momento, vamos observar que o

autor coloca a noção de campo intelectual à prova nos estudos de sociologia da arte, como o estudo dos museus, por exemplo, da fotografia e da literatura, assim como do sistema de ensino, e depois vai ampliando seu foco a quase todos os domínios das produções artísticas, científicas e intelectuais.

A noção de campo intelectual contribui assim para ir além daquilo que era conhecido até o momento sobre práticas culturais. E é exatamente o sucesso dessa noção, ao permitir objetivar modos de existência da vida intelectual pouco ou nada conhecidos, que vai fazer com que ele vá cada vez mais chegando a um nível mais alto de abstração, tanto do poder intelectual, como permitindo estudar em maiores detalhes o próprio conceito de campo de poder.

Primeiro, trabalha sobre a noção de campo científico, após trabalhar sobre a literatura, pintura, arte e arquitetura. Toda uma série de temas que têm a ver com domínio cultural vai ser retomada no exame da produção propriamente científica e considerar a particularidade do campo científico, que seria um subcampo de um campo intelectual mais amplo. E, ao mesmo tempo, chama a atenção para uma coisa muito importante: “Qual é o lugar dos intelectuais dentro do espaço social?”. Ele vai enfatizar o fato de que os intelectuais estão imersos nos círculos dirigentes, que são uma fração dominada da classe dominante. E, portanto, também eles exercem um poder específico. Há um poder propriamente intelectual, associado a privilégios, que, evidentemente, se estabelece tomando distância do poder de autoridades religiosas, políticas ou econômicas.

Permito-me um parêntese aqui: se olharmos os primeiros trabalhos de Sérgio Miceli, inclusive sua tese de doutorado nos deparamos, exatamente, com uma reflexão do mesmo estilo que Pierre Bourdieu faz aplicada às transformações que ocorreram no Brasil entre os anos de 1920 e 1945. Quer dizer, a autonomização dos escritores brasileiros frente ao patronato agroexportador, sobretudo o patronato do café, e mais especificamente, como as práticas culturais foram modalidades de reconversão de indivíduos e famílias ameaçadas de decadência pelo colapso dos mercados mundiais de produtos tropicais. Aquilo que na obra mesmo do Sérgio Miceli está referido como os “primos pobres”. Quer dizer, como foram os primos pobres das grandes famílias ricas e poderosas que vão fazer inovações importantes nas áreas literárias, da educação, ou mesmo no domínio de edição, dando origem a novos circuitos de expressão do pensamento, de sociabilidade e de instituições promotoras do debate de ideias.

Os novos escritores, editores, críticos, educadores, são agentes ativos da criação de redes sociais e de debate, dotando o mundo intelectual de autonomia relativa frente às antigas oligarquias e poderes religiosos. O espaço social se diversifica, muito além da passagem de economia agroexportadora para economia industrial. Fecho o parêntese.

No mesmo momento em que está estudando o campo cultural e o campo científico, Bourdieu vai igualmente fazer um esforço de análise do episcopado católico para estudar o campo religioso. Há também outros escritos para repensar o que está acontecendo concretamente e como podemos entender o que está acontecendo dentro da esfera política. Mas é apenas nos anos 1980 que, efetivamente, vai dispor de um trabalho concentrado na análise do campo político. Em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (1981), que é a revista que ele passa a editar desde 1975 e em um número de 1984, retoma a questão do trabalho político e, sobretudo, a delegação e o fetichismo político, produzindo uma reviravolta na noção de representação política.

Ao contrário de conceber a representação política como uma relação entre mandatários e mandantes, onde são os primeiros que tem a primazia da definição dos combates a enfrentar, Pierre Bourdieu vai chamar a atenção para a ação dos mandantes como construtores dos interesses dos indivíduos e grupos que representam. Na verdade, ele começa por dizer: “não, os representantes políticos, na verdade, usurpam, por si, pela sua própria existência, eles provocam um reconhecimento dos indivíduos que concentram o exercício de falar no nome dos outros”. Na prática, ao fazer essa virada, ele vai começar a pensar a representação política de uma outra maneira. Com que recursos agem os pretendentes a mandatários? De que autoridade acabam por dispor? De que maneira indivíduos singulares começam a ser reconhecidos por outros como seus representantes? E como é que nesse processo se pode observar uma acumulação da autoridade política?

O que é muito interessante é que a partir desse momento vai ficar mais nítido que a acumulação da autoridade política difere em muito dos processos da acumulação da notoriedade em termos intelectuais. Pode haver homologia entre a distribuição de grupos sociais e indivíduos, tanto no campo intelectual quanto no campo político, mas nada há como uma identidade dos grupos sociais dispersos em cada campo particular. O conceito de campo de poder se complexifica. Nesse sentido, os campos não funcionam da mesma maneira, nem Bourdieu importa todas as ferramentas prontas do exame do campo intelectual para apenas aplicá-las no domínio político. Cada vez que ele passa para exame de um outro campo, na verdade, observamos um trabalho de invenção de novas maneiras de se entender esses jogos sociais e de instauração de poderes específicos.

Pierre Bourdieu analisa a questão da concorrência eleitoral como disputa pelo reconhecimento do representante pelos representados. Também vai estudar todo o campo burocrático e a administração, onde não se toma as decisões fundamentais, mas que implementa as decisões tomadas pelas autoridades políticas e como isso está diretamente relacionado com os modos de funcionamento do sistema escolar. Essa questão do sistema escolar como criador de recursos que vão ser usados não só no campo intelectual, mas também no campo político, tem aqui um pilar básico. Isso ficara claro, sobretudo, em *La Noblesse d'État: Grandes écoles et esprit de*

corps (1989), onde ele desenvolve completamente a homologia entre os espaços de diferenças das escolas superiores de excelência e posições diversas entre os grupos dirigentes. O que aparece na passagem do exame do campo político é a afirmação de um outro tipo de recurso estratégico que se contrapõe ao peso do capital propriamente econômico, da riqueza material e da renda. A diferenciação de um novo campo estudado implica a diferenciação de tipos de capitais diversos e de moveis de ações individuais e coletivas.

Há um outro recurso estratégico que também é acumulado ou desacumulado, e é através desse recurso de competências adquiridas e dos títulos obtidos que se manifesta o peso do percurso escolar. Isso começa em uma obra conjunta com Jean-Claude Passeron, *Les Héritiers* (1964), começar a entender que existe uma diferenciação nas sociedades modernas, que não é uma diferenciação apenas de riqueza econômica, mas significa uma diferenciação de riqueza propriamente cultural. Bourdieu analisa a autonomia do campo político, mas autonomia do campo político se produz exatamente no momento em que a concorrência entre os indivíduos que se pretendem tornar representantes, se faz unicamente em termos daquilo que eles podem agir e obter como reconhecimento em termos eleitorais. Ou seja, nesse processo de acesso à autoridade política, não há nenhuma possibilidade de interferência de uma outra autoridade acima daqueles que são os concorrentes propriamente políticos.

Evidentemente, nós não temos nenhuma autoridade religiosa, como por exemplo ocorre no Irã ou em vários outros lugares, uma autoridade teocrática que começa a fixar limites para existência da concorrência política, mas também não temos militares, ou qualquer outro corpo de funcionários de Estado, que pretenda ter competências acima de todos os outros membros do aparelho de Estado (como ocorreu no Brasil e outros países da América do Sul). Isso nos permite pensar mesmo a Constituição de 1988, no Brasil, em que se discute se um parágrafo da Constituição abre ou não a possibilidade de um corpo de funcionários, que tem obrigação de ter lealdade com o serviço público, que começa a querer ter mais autoridade que todos os demais funcionários, como foi o caso dos oficiais militares de alta patente. Trata-se evidentemente de um sinal claro de baixa autonomia do jogo político. Essa autonomização do campo político não chega a estar explicitamente tematizada na obra, mas qualquer leitura atenta permite evidentemente dizer: “bom, eu quero entender como é que se dá uma autonomia do campo político”. E a autonomia do campo político é exatamente como no campo intelectual. Você não reconhece autoridade, nem o valor de recursos de qualquer outro indivíduo ou grupo, além daqueles que são seus pares e concorrentes imediatos.

Nesse sentido, podemos avançar para a análise do campo econômico, que é uma análise particular e é a última explicitação da forte diversificação dos campos de poder. Sem dúvida alguma, são questões com que Bourdieu vai se confrontar

já na última etapa da sua carreira que é dos anos de 1990. Marie France Garcia Parpet examinou a sua obra fundamental sobre esse assunto, *Structures sociales de l'économie*, que são as estruturas sociais da economia estudadas a partir da pesquisa sobre o programa de aquisição de casas individuais. Assinalo, também, aquilo que foi apontado por ela, a convergência entre uma proposta teórica de Pierre Bourdieu e as concepções de Karl Polanyi, ou seja, os modos de existência do sistema de mercados, ou o campo econômico autonomizado, em uma fórmula fácil: “negócios são negócios”. Não se entra com nenhuma outra consideração para entender as transações comerciais, nem religiosas, nem políticas, nem nenhuma outra. Negócios são negócios, *business is business*. Tal norma não é algo válido para toda a história humana, ou em todos os lugares, mas supõe condições históricas e sociais específicas. Ou seja, isso que Karl Polanyi já havia analisado, o sistema de mercado por preços flutuantes se impõe quando a terra, o trabalho e a moeda se tornam mercadorias. Note-se que a publicação de *Structures sociales de l'économie* (2000) é mais ou menos simultânea ao aparecimento do livro de Frédéric Lebaron (2000), sobre o “campo dos economistas”, chamando a atenção como a concorrência entre os especialistas desses jogos econômicos constitui uma parte fundamental da própria existência e transformação do campo econômico.

E é nesse âmbito que aparece um conceito de Pierre Bourdieu que até hoje foi pouco explorado, mas muito interessante, que é o ‘efeito de teoria’. Ou seja, como os especialistas das práticas culturais, ao elaborarem modelos para entender o mundo social, elaboram ideias e normas que se inscrevem no próprio espaço social. Aquilo que é chamado de realidade social, é também fruto da incorporação da elaboração progressiva de formas de compreensão do mundo onde todos os especialistas estão inseridos. E a última questão que eu queria retomar, dentro desse panorama muito sumário do que foi a evolução da noção de campo de poder de Pierre Bourdieu, é a seguinte pergunta: a diferenciação dos campos de poder e a coexistência entre os vários campos conhecem limites? Essa diferenciação entre campo intelectual, campo religioso, campo político, campo econômico, essa diferença entre as várias modalidades da existência de um campo, assim como a relação entre esses campos uma vez que estão todos em operação. Observamos a partir do estudo de Gisèle Sapiro (1999) que a autonomização pode ir em um sentido, mas pode também ser contrariada por autoridades estabelecidas em outros campos. Não há evolucionismo na teoria dos campos ou configurações dadas de uma vez por todas. Mas essa diferenciação entre campos encontra ou não algum ponto limite que não pode ultrapassar?

Bourdieu não chegou a desenvolver completamente esse problema, mas isso, evidentemente, estava agendado no seu horizonte de reflexões. Onde isso fica mais explícito é no curso oferecido sobre o Estado, no *Collège de France*, que está publicado, e que foi uma edição *post-mortem*. Interessante lembrar dos modos como Bourdieu elaborava a sua obra; os cursos do *Collège de France* não eram a síntese

daquilo que ele pensava sobre um determinado assunto. Era, em geral, um momento em que ele fazia uma síntese de qual a relação entre o que ele está pensando e que todos os outros pensadores que vieram antes dele elaboraram como modos de compreensão, e como ele instaura uma espécie de debate, sendo que, nesse debate ele começa a explicitar empiricamente como vai trabalhar para validar o que é sua visão particular e inovadora.

Sur l'État (2012) é obra de um momento de uma primeira fase de construção de novo objeto, de algo que ele começava a enfrentar como problemática. A grande novidade é a concepção do Estado como “metacampo”, de um campo de disputas e ações coletivas que ultrapassa todos os demais, em forte dissimetria com os outros. Quando estuda o Estado retoma a ideia do Estado como entidade monopolizadora da violência física, ideia que Max Weber já havia formulado e legitimado. Mas o Estado é igualmente o detentor da violência simbólica. O monopólio da violência simbólica é um tema que revela o avanço das concepções de Pierre Bourdieu, a mostrar bem que há uma dimensão das relações sociais e de poder ainda impensadas, análises para serem referendadas ou refutadas. Nesse sentido, não estamos falando apenas de diversificação do campo de poder, mas também tratando dos limites dessa diversificação e os modos de hierarquização dos diferentes campos de poder entre si.

A partir dessa retrospectiva examinada em um primeiro momento, não se trata, evidentemente, de continuar a discutir abstratamente sobre essas diferentes passagens de toda uma vida extremamente produtiva em termos teóricos e empíricos. Necessário entender como a elaboração de novas pesquisas é uma ferramenta de aprofundamento não só do conhecimento concreto das sociedades humanas, mas também é a forma que permite um aprofundamento teórico da caixa de ferramentas e instrumentos conceituais para melhor compreender o mundo social.

II- O Brasil como terreno de investigação e onde se pode pôr à prova os modelos consolidados

Duas pesquisas mais relevantes no Brasil começaram pondo à prova o esquema conceitual de Pierre Bourdieu e permitindo a discussão de sua universalidade. Por um lado, Moacir Palmeira, no Museu Nacional, iniciou um conjunto de pesquisas no Nordeste sobre transformações do modo de dominação no mundo rural. Por outro lado, Sergio Miceli (2001), sob a orientação direta de tese de Bourdieu, empreendeu o estudo da autonomização do campo intelectual frente aos demais círculos dirigentes, processo ligado à centralização e expansão do Estado brasileiro. Sérgio Miceli (2001), de uma maneira bem interessante, procurou progressivamente ampliar seu horizonte de pesquisa, mais ou menos em paralelo ao que Bourdieu estava fazendo, trabalhando objetos como campo político e o Episcopado. Mas sem

dúvida alguma os seus achados principais estão referidos à literatura, à pintura e à história das ciências sociais. Muitos trabalhos têm explorado as vias de afirmação do campo intelectual no Brasil, desde o Rio Grande do Sul, onde sobressaem os trabalhos de Odaci Luiz Coradini, até o Maranhão, com as investigações de Eliane Reis e Igor Gastall Grill, passando por Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, e daqueles grupos de pesquisa com quem eu mesmo pude trabalhar, estruturados em conjunto com Letícia Canedo e Ana Maria de Almeida da UNICAMP e Roberto Grün da UFSCar, sobre os efeitos da mobilidade internacional de estudantes pós-graduados.

Sem dúvida alguma, há muita coisa por fazer e pensar nessa relação entre campo intelectual no Brasil e campo de poder. Mas essa é uma das áreas mais trabalhadas, acho eu, quando se examina o caso brasileiro. Nas análises de campo político e campo econômico, acredito que muito pode ser feito em termos de investigação inovadora. Na questão do campo político e dos modos de existência de elites dirigentes, quero voltar a essa questão da autonomia dessas configurações sociais. Acho que, comparativamente, vale a pena pensar a autonomização dos jogos políticos no Brasil frente a espaços e jogos políticos em outros países. E nós contamos, evidentemente, na sequência das investigações de Fernando Henrique Cardoso sobre as atitudes e pensamentos do empresariado industrial, com trabalhos de grande qualidade feitos por Eli Diniz e Renato Boschi (2004) que estudaram em maior profundidade o pensamento político dos empresários industriais. Infelizmente eles não se detiveram sobre a acumulação de competências e títulos adquiridos através da passagem pelo sistema escolar, notadamente o superior. Se compararmos ao trabalho sobre o patronato francês, vê-se que há uma riquíssima possibilidade de se analisar a morfologia social do patronato brasileiro pelo ângulo das escolas de poder por onde passaram dirigentes industriais e financeiros, para melhor objetivar o peso desses grupos nos jogos políticos e mesmo nos jogos econômicos. Por outro lado, a análise sistemática das características sociais e intelectuais dos políticos eleitos, da política como profissão, parece igualmente bastante promissora.

Gostaria de lembrar, talvez em virtude de meus investimentos pessoais em pesquisa, como a análise da bancada ruralista, tem permitido entender melhor quem são os indivíduos que se agregam dentro do Congresso Nacional, e que conseguem impor favores incríveis do Estado nacional. Penso em particular, em aprofundar o problema do perdão das dívidas de grandes proprietários rurais com bancos públicos. Mesmo tendo dado o seu patrimônio fundiário como garantia dos empréstimos que contrairam, não lhes é cobrado pelos bancos o total da dívida quando se dizem impedidos de quitá-las. A chamada “rolagem da dívida” encerra um forte privilégio no processo de acumulação. Note-se que os estudos até agora disponíveis mostram que não se trata de grupo coeso e dotado de ideologia particular, mas sim de afinidades múltiplas que são mobilizadas exatamente na capacidade de fazerem perdoar dívidas com bancos públicos lastreadas por garantias com base em patrimônio fundiário.

Essa coesão entre parlamentares aparece em vários momentos em que uma crise pode se avolumar, normalmente quando se trata de passivos de grande monta, suscetíveis de causar falência dos empreendimentos. Mas ocorre ainda quando há normas de funcionamento desrespeitadas, como é o caso da conservação de recursos florestais em propriedades rurais. Isso é apenas um exemplo da relevância de uma análise sociológica de grupos dirigentes, examinando não só os seus recursos materiais e econômicos, mas todos os seus recursos em títulos e competências relacionados aos estudos que fizeram para impor seus interesses mais imediatos às maneiras mesmas do Estado intervir.

Destaco, também, que os pesquisadores franceses atentam pouco para a especificidade do mundo político em que estão imersos e, particularmente, que eles estão trabalhando e pensando a partir de um estado centralizado. A configuração federativa é quase um impensável nos debates intelectuais na França, de forte tradição jacobina. E no caso brasileiro, há uma segmentação por estados federados e há uma diferença enorme das pessoas que acumulam o capital político e permanecem dentro dos estados federados da Federação e aqueles que chegam a participar do nível nacional. Por exemplo, não acontece nunca no Brasil o que acontece na França, que é uma pessoa formada completamente em Paris, que vai para outro departamento, e se estabelece como representante político. No caso brasileiro a segmentação por estados federados parece central dentro do jogo de acumulação de capital político, o que de forma alguma é o caso francês.

É possível que a comparação com outros países com federação implantada, como os Estados Unidos, permita melhor objetivar as diferenças que decorrem da oposição Estado federativo e Estado unitário. Há também trabalhos, como os de Leticia Canedo (2024), que tematiza a diferença na herança de capitais políticos e de novas modalidades de entrada dentro do campo político, como através de militância sindical ou associativa, ou ainda de desempenho profissional. E, no caso brasileiro, tudo indica também que o peso da filiação religiosa dos representantes políticos conte muito. Por isso mesmo, acredito que não se deva ficar no registro desses fatos apenas como anedóticos, mas que precisam ser examinados mais detidamente em trabalho sistemático.

É evidente que esse programa de pesquisa que explico aqui seria impossível ser feito em escala individual. Nesse texto, é um privilégio pensar e formular pistas de pesquisas que poderão ser feitas. Mas de modo algum tenho prontas as hipóteses a serem trabalhadas, mesmo sobre os fatos mencionados. Será necessário pensar ainda em questão bastante recorrente sobre o universo político no Brasil, que é ao fato da acumulação do capital político se fazer em bases individuais ou em bases de agrupamentos como partidos e associações.

Passemos para as pesquisas sobre o campo econômico. Uma primeira possibilidade de pesquisa deve contemplar a morfologia do patronato brasileiro

que aparece no trabalho de Bourdieu e Monique de Saint Martin, mas também aparece nos trabalhos mais recentes do François Denord, que são de uma riqueza enorme e estão publicados em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Uma universidade que tem feito trabalhos extremamente importantes sobre esse assunto é a UFSCar, que abriga pesquisas sobre as elites dirigentes econômicas, como se vê nos trabalhos sobre os fundos de pensão da Maria Chaves Jardim (2013), como se vê nos trabalhos empreendidos por Júlio Donadone (2023) e, particularmente, nas pesquisas do Roberto Grün (2015), que, infelizmente, não tiveram seguimento por motivos de doença. Esse autor estudava o mercado financeiro, chamando a atenção para como capitais privados, por exemplo, se opunham àqueles que estavam baseados em empresas estatais e paraestatais, e que esse era um princípio válido mesmo para compreender diferentes modalidades de importação das ferramentas financeiras internacionais.

Vale a pena chamar a atenção para os trabalhos dos economistas, sobretudo, os da Maria da Conceição Tavares, que diferenciam três componentes do empresariado de países periférico na América Latina. Há firmas multinacionais, portanto, dirigentes originários de outros países centrais, dirigentes de empresas estatais, como Petrobras ou paraestatais, além de empresários nacionais, tanto implantados localmente, como também empresários brasileiros, que estão implantados em universos internacionais. A situação de país periférico, que é diferente de países centrais, acarreta a concorrência no interior do país, com dirigentes diversificados que têm recursos materiais, sociais e intelectuais que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Uma contribuição importante ao conhecimento da concorrência entre essas componentes do empresariado seria nos questionarmos sobre implicações de fatos como, tipos de empresas bastante diferenciadas em termos do recrutamento e funcionamento do seu pessoal dirigente. Acho que tem havido mais estudos sobre aquilo que é chamado de empresariado nacional do que havido estudos, por exemplo, sobre recrutamento e modos de funcionamento de diretorias de empresas como a Petrobras e outras empresas estatais, e muito menos do que sobre normas e padrões de funcionamento de empresas internacionais que atuam no Brasil, como as empresas montadoras de veículos automotores e tantas outras.

Chega ao ponto de registarmos como anedóticos fatos que seriam altamente interessantes de entender por análises individualizadas, como empresários de grande fortuna, a exemplo de Jorge Paulo Lemann, que fazem até acordos com universidades estrangeiras e financiam institutos de pesquisa sobre o Brasil implantados em Illinois.

Não estamos querendo particularizar, mas enfatizar que há mecenas de grande fortuna que atuam em empreendimentos culturais que hoje em dia não se restringem mais às fronteiras nacionais. Entender melhor o espaço em que se move esse tipo

de empresariado, sendo que qualquer pessoa pode constatar através da internet seus modos de existência.

Tudo isso me parece um campo de pesquisas altamente promissor.

Por fim, os estudos sobre campos religiosos, mesmo os realizados por Pierre Bourdieu, focalizaram o episcopado católico. No caso brasileiro, por exemplo, o monopólio dos católicos é um monopólio que existiu até final do século XIX e que vem conhecendo concorrência violenta, que implica em uma diversificação do campo religioso e em modos de formação e consagração muito diferentes de acesso à posição de sacerdote dentro de um campo religioso. Basta se pensar em como chega um padre a ser ordenado, como chega um pastor luterano a ser ordenado e como é a modalidade de ascensão e legitimação de outros pastores e pais e mães de santo. A ideia dessa diversificação do campo religioso, que tem sido estudada em muitas monografias, talvez valesse a pena também pensá-la em termos do uso da própria noção de campo.

Em síntese, nos limitamos a entender a progressiva e consistente elaboração do conceito de campo de poder. Acredito que esse esforço deva estimular a construção de novos objetos de pesquisa e, assim, permitir um maior controle dos avanços teóricos, inclusive sobre uma questão central que eu não tratei aqui. Acredito, porém, que é possível perfeitamente que ela seja debatida e que se avance em seu conhecimento, que é o caráter nacional ou transnacional da existência dos campos. Evidentemente isso exigiria uma discussão bem mais prolongada do que essa que era possível fazer em um primeiro momento.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Microcosmes, théorie des champs**. Paris: Raisons d’Agir, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Sur l’État**. Paris: Raisons d’Agir, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Structures sociales de l’économie**. Paris: Seuil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Noblesse d’État**. Paris: Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. La représentation de la position sociale. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 52-53, juin 1984. Le travail politique. p. 14-15. DOI: <https://doi.org/10.3406/arss.1984.3521>. Disponível em: www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1984_num_52_1_3521. Acesso em: 31 jan. 2025.

BOURDIEU, Pierre. La représentation politique. Éléments pour une théorie du champ politique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Paris: MSH, 1981. n. 36-37, févr./mars.

BOURDIEU, Pierre. Champ intellectuel et projet créateur. **Les Temps Modernes**. Paris, n. 246, a. 1966, p. 865-906.

BOURDIEU, Pierre; DARDEL, Alain; RIVET, Jean-Paul; SEIBEL, Claude. **Travail et travailleurs en Algérie**. Paris: La Haye, Mouton, 1963.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Les Héritiers**. Les étudiants et la culture. Collection Le sens commun. Paris: Les Editions de Minuit, 1964.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. **Le déracinement**: La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie. Paris: Minuit, 1964.

CANEDO, Leticia Bicalho. **Transmissão familiar e poder político**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2024.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Empresários, interesses e mercado**. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: UFMG, 2004.

DONADONE, Julio Cesar. **Financialisation in the automotive industry**. London: Routledge, 2023.

GRÜN, Roberto. **Decifra-me ou te devoro**: o Brasil e a dominação financeira. São Paulo: Alameda, 2015.

JARDIM, Maria Chaves. **Syndicats et fonds de pension pendant le gouvernement Lula**. Paris: Harmattan, 2013.

LEBARON, Frédéric. **La croyance économique**. Paris: Seuil, 2000.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAPIRO, Gisèle. **La guerre des écrivains (1940-1953)**. Paris: Fayard, 1999.

Submetido em: 10/04/2024

Aprovado em: 12/06/2024

A NOÇÃO DE CAMPO EM PIERRE BOURDIEU

EL CONCEPTO DE CAMPO EN PIERRE BOURDIEU

PIERRE BOURDIEU'S CONCEPT OF FIELD

Monique de SAINT MARTIN*

RESUMO: A noção de campo foi gradualmente desenvolvida por Pierre Bourdieu, primeiro a partir de pesquisas sobre os intelectuais, os escritores, o mundo científico, bem como graças à releitura de Max Weber. Pensar em termos de campo é, antes de tudo, pensar relacionalmente, e pensar as relações de força e as relações de luta e dominação. Este texto não pretende dar uma definição do campo, mas evocar, mesmo que de forma um tanto subjetiva, alguns pontos importantes e centrais dessa teoria que Bourdieu vinha desenvolvendo. Também levanta algumas questões sobre o uso, por vezes abusivo, da noção de campo, para apelar à vigilância na sua utilização.¹

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa sociológica. Dominação. Espécies de capital. Campo de poder.

RESUMEN: La concepción de campo fue desarrollada progresivamente por Pierre Bourdieu, en primer lugar a partir de sus investigaciones sobre los intelectuales, los escritores y el mundo científico, así como gracias a su relectura de Max Weber. Pensar en términos de campo significa, ante todo, pensar relacionalmente, y pensar las relaciones de fuerza y las relaciones de lucha y dominación. Este texto no

* École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, Île-de-France, França. Socióloga, Diretora de estudos na EHESS e pesquisadora do IRIS, ingressou na VIª seção da EPHE, no CSE em Paris, em 1963. Após pesquisas voltadas para a sociologia da educação, dedicou-se à sociologia do poder, das elites e das antigas aristocracias (cf. *L'espace de la noblesse*), interessando-se pelos processos de reconversão das antigas elites e, atualmente, das elites africanas formadas na URSS ou em países do antigo bloco socialista. Participou ativamente da construção de diferentes grupos e redes de pesquisa internacional. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0316-6703>. Contato: monique.de-saint-martin@ehess.fr.

¹ Artigo apresentado no evento "Pierre Bourdieu e a sociologia como esporte de combate", organizado pelo Nespom-UNESP. Traduzido e revisado por Maria Chaves Jardim e Cristina Prado. O texto teve sua primeira publicação na Revista Brasileira de Sociologia (Vol 10, No. 26, 2022), a quem agradecemos pela cessão dos direitos autorais.

pretende dar una definición del campo, sino evocar, aunque sea de forma un tanto subjetiva, algunos puntos importantes y centrales de esta teoría que Bourdieu venía desarrollando. También plantea algunas cuestiones sobre el uso a veces abusivo de la noción de campo, con el fin de llamar a la vigilancia en su utilización. Palabras clave: investigación sociológica, dominación, tipos de capital, campo de poder.

PALABRAS CLAVE: Investigación sociológica. Dominación. Tipos de capital. Campo de potencia.

ABSTRACT: *The notion of field was gradually developed by Pierre Bourdieu, firstly based on research on intellectuals, writers and the scientific world, as well as thanks to rereadings of Max Weber, in particular on religions. To think in terms of field is first to think relationally, and to think of power relations and relationships of struggle and domination. This text does not attempt to define field, but rather to evoke, even if in a somewhat subjective way, some important and central points of this theory that Bourdieu was developing. It also raises some questions about the sometimes abusive use of the notion of field in order to call for vigilance in its use.*

KEYWORDS: Sociological research. Domination. Species of capital. Field of power.

Introdução

A noção de campo foi progressivamente elaborada por Pierre Bourdieu, primeiro a partir de pesquisas sobre os intelectuais, os escritores, o mundo científico e graças à releitura de Max Weber, particularmente sobre as religiões². Essa noção (na verdade, uma metáfora emprestada da física) permitiu que aprendesse, de maneira nova e luminosa, as relações ou, melhor dizendo, as relações de forças e de dominação entre intelectuais, escritores, cientistas, juristas, religiosos e leigos assim como a solidariedade entre concorrentes e os desafios específicos de cada campo estudado. Bourdieu, assim como muitos pesquisadores e doutorandos, estendeu progressivamente a noção de campo a múltiplas esferas ou mundos; ao mundo econômico, burocrático, escolar, artístico e, também, a um grande número de países e lugares, da Austrália ao Brasil, da Alemanha à China.

² Agradeço calorosamente a Maria Chaves Jardim, Júlio César Donadone, ao NESPOM da UNESP de Araraquara, ao NESEFI da UFSCar, à SBS e seu presidente, o Professor Jacob Carlos Lima, assim como a todos os organizadores e organizadoras do colóquio "Pierre Bourdieu e a sociologia como esporte de combate" por me confiarem a responsabilidade da conferência de abertura e por me concederem esta honra. Também gostaria de agradecer a Marie-France Garcia Parpet por sua leitura atenta e por suas importantes observações e sugestões.

Bourdieu planejava um livro de síntese sobre o campo desde os anos 1970. Ele estava em construção, e Bourdieu o esquematizou em 1995, quando já havia reescrito vários textos publicados que nele seriam incluídos. O livro *Microcosmes. Théorie des Champs*, publicado em 2022 e editado por Jérôme Bourdieu e Franck Poupeau, permite-nos conhecer o projeto de Pierre Bourdieu e a maioria dos textos escritos por ele sobre o assunto entre 1966 e 2001. O livro propõe, ainda, no final, um subcapítulo chamado “Notas inéditas sobre os campos”, intituladas por Bourdieu *Propositions générales*. As notas são provenientes de um dossiê preparatório ao livro que ele queria escrever (Bourdieu, 2022).

Na primeira parte, em vez de dar uma definição de campo, tentarei evocar (provavelmente de maneira um tanto subjetiva) alguns pontos importantes e centrais dessa teoria que Bourdieu elaborou. Na segunda parte, levantarei algumas questões a respeito da utilização, às vezes abusiva, da noção de campo para que nos mantenhemos atentos à sua utilização.

Alguns pontos importantes e centrais

Pensar em termos de campo é, antes de tudo, pensar relacionalmente e pensar relações de força e relações de luta e de dominação, por exemplo, entre intelectuais, entre escritores ou entre jornalistas e cientistas. A noção de campo permite pensar as relações objetivas e subjetivas entre os diferentes atores ou os diferentes grupos sociais; também permite pensar as relações entre diferentes espaços e os diferentes tipos de relações – de dominação, de concorrência e de solidariedade.

Nem todo espaço mais ou menos estruturado constitui um campo. “Para determinar se tal conjunto de instituições constitui um campo nos interrogaremos”, escreve Bourdieu, “se estas instituições exercem efeitos umas sobre as outras, ou seja, se há proveito em pensá-las em suas relações objetivas” (Bourdieu, 2022, p. 580).

A noção de campo e o conceito de *habitus*, igualmente central na obra de Bourdieu, foram concebidos por ele para serem aplicados empiricamente e de maneira sistemática. Bourdieu sugere que é o campo e não o indivíduo que deve ser o centro das operações de pesquisa. Segundo ele, a ciência constrói os indivíduos como agentes e não como indivíduos biológicos ou sujeitos. Como observou Robert Castel (2004), Bourdieu desconfiava demais das ilusões da vontade para falar de atores e desconfiava demais das sedução do subjetivismo para falar do sujeito.

Pierre Bourdieu utilizava frequentemente a imagem do “jogo” para explicar o que ele entendia por campo, deixando bem claro que, diferente de um jogo, o campo não é o produto de uma criação deliberada. O campo é “um jogo social” construído pelo sociólogo que pode, assim, tentar construir um campo científico, um campo

religioso, um campo da alta costura e até um campo do poder; todos regidos por suas próprias leis e produzindo interesses e capitais necessários para seu sucesso (por exemplo, o capital cultural e o capital científico dentro do campo científico e o capital econômico dentro do campo econômico). “Um campo é um jogo que não foi inventado por ninguém e é mais fluido e complexo que qualquer outro jogo imaginável”, escrevia Bourdieu em seu livro *Réponses. Pour une anthropologie réflexive* (Bourdieu; Wacquant, 1992, p. 80).

O campo supõe desafios e investimentos que são o produto da competição entre os jogadores. Se os jogadores se enfrentam vigorosamente nesse jogo, é porque eles têm como ponto em comum o fato de conceder ao jogo e aos desafios – por exemplo, ao jogo intelectual ou ao jogo do poder – uma crença, um reconhecimento incontestável. A competição e a concorrência não excluem a solidariedade entre os concorrentes nem a cooptação quando se trata de defender posições. Todos os jogadores ou agentes que estão engajados num campo têm alguns interesses fundamentais em comum; a luta entre eles pressupõe uma concordância, entre os antagonistas, sobre o que merece ser disputado. Eles dispõem de trunfos, de diversas espécies de capital (econômico, cultural, social, simbólico).

Para Bourdieu, um capital ou uma espécie de capital é aquilo que é eficiente num campo determinado, tanto como arma quanto como desafio de luta; o que permite a seu detentor exercer um poder, existir em um campo determinado. Um capital existe e funciona apenas em relação a um campo.

É ao campo do poder que Bourdieu dedicou muitas análises e textos, e é nele que me deterei por um momento. As relações de poder são, na verdade, relações de luta e de concorrência entre diferentes grupos – dominantes e dominados, ocupando posições conservadoras e de retaguarda ou posições inovadoras e de vanguarda – que se enfrentam, entre outros motivos, pela definição legítima da maneira de exercer o poder e, também, para ocupar posições de poder. Essas lutas não significam que não haja relações de cooptação e de solidariedade entre as diferentes elites. Bourdieu escreveu:

[o] campo do poder é um campo de forças definido, em sua estrutura, pelo estado da relação de força entre formas de poder ou de espécies diferentes de capital. Ele também é, inseparavelmente, um campo de lutas pelo poder entre detentores de poderes diferentes, um espaço de jogo em que agentes e instituições – tendo em comum o fato de possuir uma quantidade específica de capital (econômica ou cultural, notadamente) suficiente para ocupar posições dominantes no âmago de seus respectivos campos – se enfrentam com estratégias destinadas a conservar ou transformar essa relação de força. (Bourdieu, 1989, p. 375).

A emergência de um campo do poder é solidária à emergência de uma pluralidade de campos relativamente autônomos (campo político, econômico, intelectual,

universitário etc.) e, portanto, de uma diferenciação do mundo social. Mais do que no campo universitário ou no campo político, em que existe geralmente uma espécie de capital particularmente eficiente – capital universitário no primeiro, capital político no segundo, no campo do poder, a espécie de capital eficiente num dado momento – por exemplo, o capital estatal – é sempre submetida a amplas lutas e frequentemente questionada; e as lutas pela imposição do princípio de dominação dominante são particularmente fortes.

O campo do poder se organiza geralmente segundo duas hierarquias; a hierarquia do poder econômico e político e a hierarquia da autoridade e do prestígio intelectuais. O antagonismo entre os detentores do poder temporal e os detentores do poder intelectual constitui o princípio maior da polarização do campo do poder e não exclui uma solidariedade funcional que fica mais evidente quando o fundamento da ordem hierárquica se encontra ameaçado, por exemplo, no momento da crise de maio de 1968 na França.

Os desentendimentos e as lutas entre os diferentes grupos dirigentes decorrem, em parte, da distribuição desigual dos poderes e dos recursos. Podem ser lutas para que os recursos ou as espécies de capitais de que dispõem os membros dos diferentes grupos dirigentes sejam reconhecidos como legítimos. Os universitários, ou pelo menos uma parcela dos universitários, podem querer que os outros grupos reconheçam a importância dos estudos, dos diplomas, do capital cultural enquanto princípio de legitimação, enquanto fundamento do poder, e desacreditar o poder econômico. Muitas vezes, os diretores executivos de empresas, os banqueiros e os empreendedores privados procuram a legitimação cultural ou universitária através de operações de mecenato, por exemplo.

As lutas podem também existir dentro de um mesmo grupo dirigente. Durante a pesquisa que realizei com Bourdieu, nos anos 1970, sobre o patronato das maiores sociedades industriais e comerciais, dos bancos e das companhias de seguro francesas, pudemos mostrar o peso crescente do que chamamos “a oligarquia financeira de Estado”, e analisar esse patronato enquanto campo de lutas dentro do campo do poder econômico, notadamente entre os padrões do setor público e os padrões do setor privado, para definir e propor as medidas políticas mais favoráveis a seu campo.

Seria positivo nos determos um pouco na introdução e no desenvolvimento da noção de campo no Brasil. Isso demandaria, claro, um estudo aprofundado, o que foge ao escopo deste texto. Lembramos, no entanto, que o artigo de Bourdieu em torno da noção de campo “*Champ intellectuel et projet créateur*”, publicado na revista *Les temps modernes*, em novembro de 1966, foi o primeiro, dentre seus artigos, a ser traduzido no Brasil, em 1968, no Rio de Janeiro, pela editora Zahar, na coletânea *Problemas do Estruturalismo*, organizada por Jean Pouillon (Pouillon et al., 1968); antes da famosa e importante coletânea *A economia das trocas simbólicas*, organi-

zada e apresentada por Sergio Miceli e publicada pela editora Perspectiva em 1974 (Bourdieu, 1974). Muitos pesquisadores e estudantes brasileiros se interessaram pela noção de campo sem, contudo, colocá-la no centro de suas pesquisas. É o caso das pesquisas de Sergio Miceli (1981) sobre o campo literário e intelectual e também das pesquisas de José Carlos Durand (1990) sobre o campo das artes plásticas em São Paulo, das pesquisas de Maria Rita Loureiro (1995) sobre os economistas e as de Roberto Grün (2013) sobre as empresas e as finanças. Outros nomes e trabalhos poderiam ser citados.

Bourdieu incentivava aquelas e aqueles que trabalhavam com ele a não se fecharem ou se especializarem numa só área – educação ou literatura, por exemplo – e a pensar em uma pesquisa a partir de outra. É assim que Bourdieu – tendo pesquisado muito, primeiro, na Argélia e no Bearn e, depois, sobre a educação e a cultura, a fotografia, os museus e o gosto dentro das diferentes classes sociais – a partir das pesquisas sobre as *Grandes Écoles*, interessou-se pelo campo do poder e, ao mesmo tempo, pela produção da ideologia dominante ou pela sociolinguística. Nos seminários que ele conduzia na EHESS, aos quais eu assisti, havia uma forte incitação a cruzar os campos de pesquisa e a estudar as relações entre os campos.

Pierre Bourdieu não veio ao Brasil, ele não finalizou sua obra sobre a teoria dos campos na qual ele se propunha sistematizar as contribuições das pesquisas. Como escrito na introdução, essa obra emergiu agora; ela não acaba com a elaboração da teoria dos campos que ainda está sendo trabalhada. Muitos pesquisadores e estudantes de vários países, notadamente do Brasil, a estudam, interessam-se por ela, fazem perguntas, trazem sua contribuição e, às vezes, seu olhar crítico e suas dúvidas.

Alguns comentários e questões a respeito da utilização da noção de campo

Em cada pesquisa empreendida, por exemplo, sobre políticos, empreendedores, jornalistas, universitários, médicos, artistas etc., ou sobre um conjunto de instituições ou um espaço: o espaço da mídia, o espaço religioso – na hipótese de que esse constitui um campo – é necessário questionar a existência desse campo e jamais afirmar categoricamente, logo de início, sua existência ou sua ausência.

Para tomar um exemplo, nós não podemos, como li há alguns anos em uma tese, afirmar já de entrada a existência de um campo jornalístico na Turquia nos anos 1990 ou no começo dos anos 2000. Teria sido necessário perguntar-se, antes de tudo, se havia um campo, de fato. De maneira geral, o campo jornalístico é, como escreveu Bourdieu, bem menos autônomo que o campo científico. Na Turquia, havia tão pouca autonomia, em razão da dependência da imprensa em relação à ideologia

oficial, do controle das novas tecnologias, do mercado e do forte peso da elite estatal, que se poderia duvidar da existência de um campo jornalístico. Tratava-se mais de um campo que tentava se constituir e, se chegou a existir no passado, tentava escapar à destruição; era no máximo um embrião de campo.

Ao reler o curto texto sobre a reunião da ANPOCS que aconteceu em Campos de Jordão, em 1986, publicado no *Actes de la recherche en sciences sociales*, em 1988, traduzido no Brasil por Rodrigo Bordignon (Saint Martin, 2022), notei que o tom um tanto peremptório e afirmativo de certas análises, e o fato de propor uma leitura sociológica do que tinha podido observar, aplicando a noção de campo sem primeiro me perguntar se era apropriada para analisar as relações entre ciências sociais e política, podiam surpreender. Nesse texto evoco, um pouco no modo da evidência, o campo político, o campo econômico, o campo jornalístico e o campo das ciências sociais apresentado como sendo antigo, “pouco reconhecido” e dominado pelo campo político.

Outro exemplo: a pesquisa sobre os bispos da Igreja católica, na França dos anos 1970, que conduzi com Bourdieu e vários colegas. A hipótese levantada era a de que havia um campo do episcopado francês, um pouco no modelo do campo do patronato, estudado pouco antes. Na hora de analisar os dados biográficos das carreiras e das atividades dos bispos, Bourdieu propôs realizar uma análise das correspondências a partir dos dados referentes aos bispos e, se possível, às dioceses das quais eram responsáveis – análise que, pouco antes, havia permitido extrair os princípios de estruturação do campo do patronato na França – esperando, assim, descobrir os grandes princípios de diferenciação e de constituição do campo do episcopado. Após várias tentativas de análise das correspondências, seja levando em conta o conjunto dos bispos em atividade em 1972, seja procurando isolar as diferentes gerações de bispos ou eliminar tal ou tal variável considerada pouco importante, percebemos que, nessas diferentes tentativas, nenhum fator explicativo se destacava de maneira verdadeiramente significativa. Na verdade, o grupo de bispos sem atividade em 1972 era bastante homogêneo em seu conjunto – muito mais homogêneo do que 20 ou 40 anos antes – no que diz respeito a seu recrutamento, suas carreiras e suas declarações; mesmo se algumas diferenças puderam ser observadas, particularmente com relação à origem social, entre os “oblato”, que deviam tudo ou quase tudo à Igreja, e os “herdeiros” provenientes de famílias da burguesia, e com relação à geração. Levando em conta esses dados da investigação, Bourdieu aceitou desistir de utilizar a análise das correspondências para esta pesquisa, e nós escrevemos que ele é um campo com fraca tensão. Na análise e publicação, na *Actes de la recherche en sciences sociales*, a ênfase foi dada muito mais ao episcopado no campo do poder religioso – incluindo os bispos, os responsáveis dos organismos de concertação da Igreja católica e os religiosos (teólogos e intelectuais) – do que ao episcopado enquanto campo (Bourdieu; Saint Martin, 1982). De fato, o episcopado

não era, nos anos 1970, nem estruturado em torno de polos de atração mais ou menos fortes, nem atravessado por grandes oposições e nem sequer um espaço de lutas, entre bispos ou grupos de bispos, propriamente ditas.

Em contrapartida, os professores das universidades e de outros estabelecimentos de ensino superior, analisados, após longas pesquisas, no livro *Homo Academicus*, constituíam realmente, como o demonstrou Bourdieu, um campo universitário na França, um mundo social no qual, como salientava, ele mesmo se encontrava imerso; um mundo que ele estudou em período de equilíbrio relativo, mas também em período de crise, especialmente em 1968 e depois. Numa entrevista dada pouco tempo depois da publicação do livro, ele declarou:

Podemos e devemos ler *Homo Academicus* como sendo um programa de pesquisa sobre qualquer campo universitário. Na verdade, por simples experimentação mental, o leitor americano, japonês, brasileiro etc pode fazer o trabalho de transposição e descobrir, através de um raciocínio análogo, muita coisa sobre seu próprio universo profissional. (Bourdieu; Wacquant, 1992, p. 55).

Bourdieu lançava, “naturalmente”, a hipótese de que encontraríamos, nos Estados Unidos (por exemplo), oposições semelhantes e tão essenciais como as encontradas na França: a oposição entre o capital universitário ligado ao poder sobre os instrumentos de reprodução e o capital ligado ao renome científico, notadamente. Somente, segundo ele, esta oposição se expressaria de formas diferentes. Isso não seria, da parte de Bourdieu, incitar a repetição ou a transposição de seu modelo de maneira meio apressada? Não estaria ele, assim, correndo o risco de rotinizar, de favorecer reproduções caricaturais do modelo inicial?

“Que descoberta pode-se esperar desta pesquisa sistemática do mesmo? Onde ficam o acaso, a contingência, as variações, as mudanças e o papel dos próprios atores/atrizes?”, perguntava-se a historiadora Michelle Perrot, quando da publicação do livro de Bourdieu *La domination masculine* (Perrot, 1998). A questão se coloca também a respeito do estudo dos diferentes campos.

Na maioria de seus trabalhos e pesquisas, Bourdieu esteve muito atento aos processos de constituição de um campo. No entanto, podemos nos perguntar se ele prestou tanta atenção ao estudo dos fenômenos de desestruturação ou de decomposição de vários campos. De tanto reafirmar a centralidade do campo do poder e de procurar as homologias entre os diferentes campos – campo econômico, campo político, campo científico, campo intelectual – não teria ele subestimado as possibilidades de deliquescência ou de desaparecimento de um campo? Cyril Lemieux (2011), na obra coletiva *Bourdieu théoricien de la pratique*, pode se interrogar, com razão, sobre o que ele chama de “crepúsculo dos campos”. Além disso, ele salienta que no pequeno livro *Sur la télévision* – publicado em 1996, transcrição de dois

cursos no Collège de France—Bourdieu se interrogou sobre os mecanismos sociais através dos quais os campos podem experimentar regressões para a heteronomia, a ponto de sua existência enquanto campo chegar a ser comprometida.

Tratando-se do “campo econômico”, é possível ter algumas dúvidas, pois sua autonomia nunca foi conquistada; e, sobretudo, essa noção parece demasiadamente englobante e acaba, por isso, perdendo seu poder explicativo. Será que podemos estudar um “campo econômico”, ou seria preferível procurar estudar um campo de produção econômico, ou um campo das empresas, ou um campo das finanças, ou, ainda, o campo do poder econômico? O próprio Bourdieu evocava, em *Méditations pascaliennes*, a “tirania” para falar de uma “intrusão dos poderes associados a um campo no funcionamento de outro campo”²² (Bourdieu, 1997, p.124). Ele pensava, então, nas situações em que “o poder político ou o poder econômico intervém no campo científico ou no campo literário, seja diretamente, seja através de um poder mais específico, como o das academias, das editoras, das comissões ou do jornalismo” (Bourdieu, 1997, p.125).

Existiria um campo econômico na Rússia desde o fim de 1991? A questão está em aberto. No estado atual das pesquisas sobre o tema, a resposta é, provavelmente, negativa. Quando Natacha Chmatko estudou, durante a perestroika, a gênese dos empreendedores e as particularidades da constituição de um setor privado e de um mercado livre na Rússia, era muito difícil e complexo orientar-se nesse mundo em plena ebulição e fortemente atomizado, no qual se misturavam recém-chegados, que criavam uma ou várias pequenas empresas ou sociedades de comércio ou de serviços que desapareciam logo após serem criadas, com estatutos jurídicos muito diversos e em constante transformação, e antigos dirigentes de empresas estatais e organizações diversas.

A incerteza era muito grande em vista do futuro político e econômico. Nesta situação meio explosiva, era preciso — antes de tudo — observar, tentar entender, procurar os raros dados disponíveis, ou questionar-se e evitar qualquer afirmação categórica. Teria sido prematuro analisar o processo observado como sendo o da constituição de um campo econômico (Chmatko, 1994). Na prática, tratava-se de uma tentativa de constituição de um espaço econômico privado, sendo que este estava atravessado por lutas econômicas e lutas políticas sem real controle, ao que parece.

Essas observações embasadas em exemplos tirados de pesquisas, realizadas em diversos países, sobre as quais tive a oportunidade de trabalhar e refletir, são feitas no intuito de promover uma vigilância constante e uma grande reflexividade no que se refere à utilização de conceitos bourdieusianos; especialmente o conceito de campo, mas também o de *habitus*, o de capital e o de estratégias.

Para concluir, é necessário lembrar que a teoria dos campos que Bourdieu elaborou não tinha nada de definitivo e pedia para ser questionada. As fronteiras

dos campos não são fixas, evoluem no tempo e são reavaliadas frequentemente. Os diferentes campos são, de fato, mortais e podem se desagregar ou desaparecer sob o efeito de coações internas ou, sobretudo, externas.

A sociologia pode ser um instrumento de libertação. O olhar sociológico de Bourdieu era um olhar engajado. “Restituir aos homens o sentido de seus atos”, aprender a se conhecer, a se situar, refletir sobre sua posição, eram algumas das grandes exigências de Bourdieu. A compreensão das coações, como ele sempre lembrava, pode possibilitar a libertação e a ação; e a sociologia pode, assim, ser um instrumento de libertação, “mas ela suscita muito pouca ilusão” para que o “sociólogo possa considerar-se, por um instante sequer, como tendo a função do herói libertador”, dizia Bourdieu em *Homo Academicus* (Bourdieu, 1984, p. 16). Acrescentarei que os sociólogos podem se engajar, hoje mais ainda do que no passado, em numerosos combates pela liberdade, igualdade, fraternidade e dignidade.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **Microcosmes. Théorie des champs.** Raisons d’agir, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **Méditations pascaliennes.** Liber, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **Sur la télévision.** Raisons d’agir, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d’état, grandes écoles et esprit de corps.** Éditions de Minuit, 1989.
- Bourdieu, Pierre. **Homo academicus.** Éditions de Minuit, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia da troca simbólica.** (col. Estudos). Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, Pierre; SAINT MARTIN, Monique de. La sainte famille. L’épiscopat français dans le champ du pouvoir religieux. **Actes de la recherche en sciences sociales**, (44-45), 2-53, 1982.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. **Réponses.** Pour une anthropologie réflexive (Libre examen Politique). Le Seuil, 1992.
- CASTEL, Robert. Entre la contrainte sociale et le volontarisme politique. In: BOUVERESSE, J.; ROCHE, D. (org.). **La liberté par la connaissance.** Pierre Bourdieu. 1930-2002. (p. 303-317). Ed. Odile Jacob, 2004.
- CHMATKO, Natacha. **Les entrepreneurs en Russie: genèse d’un nouveau groupe social.** (Introduction de Monique de Saint Martin). CSEC, MSH, 1994.

DURAND, José Carlos. Mercado de arte e campo artístico em São Paulo, 1947-1980. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 5(13), 1990.

GRÜN, Roberto. A dominação financeira no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**, 25(1), 179-213, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/69039/71488>. Acesso em: 20 jan. 2025.

LEMIEUX, Cyril. Le crépuscule des champs. Limites d'un concept ou disparition d'une réalité historique? In: FÖRNEL, M. de; OGIER, A. (org.). **Bourdieu théoricien de la pratique**. (coll. Raisons pratiques). Ed. de l'EHESS, 2011.

LOUREIRO, Maria Rita. L'ascension des économistes au Brésil. **Actes de la recherche en sciences sociales**, 108, 70-78, 1995. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1995_num_108_1_3148. Acesso em: 20 jan. 2025.

MICELI, Sergio. **Les intellectuels et le pouvoir au Brésil 1920-1945**. PUG-MSH, 1981.

PERROT, Michelle. Bourdieu et le mâle absolu. Femmes encore un effort. **Libération**, publié le 27 août, 1998. Disponível em: https://www.liberation.fr/livres/1998/08/27/bourdieu-et-le-male-absolu-femmes-encore-un-effort-on-peut-adherer-aux-theses-de-bourdieu-et-s-etonne_244473/. Acesso em: 20 jan. 2015.

POUILLON, Jean; BARBUT, Marc; GODELIER, Maurice; MACHÉREY, Pierre; BOURDIEU, Pierre; GREIMAS, Algirdas Julius; EHRMANN, Jacques. **Problemas do estruturalismo**. Zahar, 1968.

SAINT MARTIN, Monique de. A propósito de um encontro entre pesquisadores: Ciências Sociais e política no Brasil. **Política e Sociedade**, 21(50), 162-173, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/8962>. Acesso em: 20, jan. 2025.

Submetido em: 22/03/2024

Aprovado em: 01/06/2024

UM CAMPO DE LUTAS E DE FORÇAS: O ESPAÇO DE TOMADAS DE POSIÇÕES ACERCA DA GOVERNANÇA NA CRISE DO EURO (2010-2016)¹

A FIELD OF STRUGGLES AND FORCES: THE SPACE OF POSITIONS ON GOVERNANCE IN THE EURO CRISIS (2010-2016)

UN CAMPO DE LUCHAS Y FUERZAS: EL ESPACIO DE TOMA DE POSICIONES SOBRE LA GOBERNANZA EN LA CRISIS DEL EURO (2010-2016)

Frédéric LEBARON*

RESUMO: Com base em um estudo qualitativo de um *corpus* de textos em inglês e francês, analisamos as tomadas de posições sobre a governança na zona do euro durante o período de 2010 a 2016: elas delineiam um espaço multidimensional estruturado em torno de polos opostos, mas definindo um *continuum* de orientações. Como se estruturam umas em relação às outras, elas devem ser vistas como elementos de uma relação de forças. A definição da noção de tomada de posição é o tema da primeira parte, seguida de uma “tentativa de construção” do espaço em uma base qualitativa. É feita uma distinção entre a ortodoxia jurídico-institucional, as tomadas de posições antieuro e várias tentativas de reforma institucional e política, bem como as “não-tomadas de posição”. Em seguida, concluímos com uma análise da dinâmica da mudança durante a sequência histórica estudada.

PALAVRAS-CHAVE: Tomada de posição. Ortodoxia jurídico-institucional. Euro. Zona do euro. Governança.

* Professor de Sociologia, *École normale supérieure Paris-Saclay, Institutions et dynamiques* – Dinâmica da economia e da sociedade (IDHES). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1459-2161>. Contato: frederic.lebaron@ens-paris-saclay.fr.

¹ Publicado originalmente em francês: Frédéric Lebaron, *Un champ de luttes et de forces: l'espace des prises de position sur la gouvernance dans la crise de l'euro (2010-2016)*, *Économie et Institutions [En ligne]*, 27, 2018. Tradução: Paulo José de Carvalho Moura. Revisão técnica: Maria Chaves Jardim.

ABSTRACT: *On the basis of a qualitative corpus analysis (texts in French and English), we analyse the position-takings about Euro area governance during the period 2010-2016. It allows to draw a multidimensional space structured by opposite poles, in a continuum of orientations. These orientations structure themselves in relation to each-other in a set of power relations. The first part consists in an attempt to define the notion of position-taking, before we try to construct the space of position-takings on a qualitative basis. We distinguish between a juridico-institutional orthodoxy, anti-euro stances and a stance of attempts to rebuild the euro area politically and institutionally. To these position-takings one must add the “no-position-taking”. We then assess the evolutionary dynamics of this space.*

KEYWORDS: *Position-taking. Juridico-institutional orthodoxy. Euro. Euro area. Governance.*

RESUMEN: *A partir de un estudio cualitativo de un corpus de textos en inglés y francés, analizamos las posiciones adoptadas sobre la gobernanza en la eurozona de 2010 a 2016: perfilan un espacio multidimensional estructurado en torno a polos opuestos, pero que definen un continuo de orientaciones. En la medida en que se estructuran unas en relación a otras, deben considerarse como elementos de una relación de fuerzas. La definición de la noción de toma de posición es el objeto de la primera parte, seguida de un “intento de construcción” del espacio sobre una base cualitativa. Se distingue entre la ortodoxia jurídico-institucional, las tomas de posición anti-euro y las diversas tentativas de reforma institucional y política, así como las “no-posiciones”. Luego concluimos con un análisis de la dinámica de cambio durante la secuencia histórica estudiada.*

PALABRAS CLAVE: *Toma de posiciones. Ortodoxia jurídico-institucional. Euro. Zona del euro. Gobernanza.*

Introdução

Em uma obra intitulada *La double démocratie. Une Europe politique pour la croissance*, publicada em janeiro de 2017, Michel Aglietta e Nicolas Leron, economistas regulacionistas de orientação social-democrata, “desenvolve[m] proposições concretas para superar a crise europeia, começando por devolver aos cidadãos o poder de decisão sobre as grandes escolhas econômicas” (Apresentação do editor, Aglietta, Leron, 2017).

Essa tomada de posição é apenas a mais recente de uma série de declarações, apelos, contribuições, discursos, etc., emitidos por uma ampla gama de atores, tendo

todos como ponto em comum o fato de partirem da constatação de que há uma crise na/da zona do euro² e de se apresentarem como respostas mais ou menos coerentes a essa crise, com base em argumentos de economia política mais ou menos desenvolvidos.

O objetivo deste artigo é estabelecer a relevância de uma análise dos desafios enfrentados pela zona do euro desde dezembro de 2009 (data em que a classificação financeira da dívida grega foi rebaixada por três agências de classificação de risco) com base na noção de *campo* desenvolvida por Pierre Bourdieu (1992), começando não com as posições e características dos agentes responsáveis pela “governança econômica” da zona, mas pelas tomadas de posições que foram se multiplicando desde os primeiros ataques especulativos aos títulos da dívida pública grega, que também constituem o que os analistas de discurso chamaram de “campo discursivo” (Maingueneau, 1983), cuja análise é por si só relevante (para elementos iniciais ver Lebaron, 2016).

Um dos primeiros desafios da noção de campo é delimitar suas fronteiras, que estão sempre em um jogo de lutas simbólicas. O objetivo aqui é, portanto, definir (1/) e mapear (2/), de forma sistemática – embora não exaustiva – as tomadas de posições dos atores em questão³ durante o período estudado. Esse levantamento pode ser apenas parcial, pois abrange uma ampla gama de atores, não apenas na Europa, mas também em todo o mundo, em diferentes níveis. Ao mesmo tempo, será identificado um *corpus* de textos de vários tipos, que constituirá o principal material qualitativo para este artigo, além de ser seu primeiro “resultado de pesquisa” no sentido estrito do termo.

A terceira parte, baseada no mesmo *corpus* de textos, discute diversas tipologias comumente propostas, muitas vezes pelos próprios atores⁴, com o objetivo de descrever o espaço de tomadas de posições sobre a crise. O trabalho de classificação espontânea dos agentes é, de fato, parte das lutas no campo e seu estudo possibilita uma descrição mais precisa das tomadas de posições em jogo⁵.

Por fim, para concluir, examinaremos brevemente a dinâmica das tomadas de posições durante o período de 2010-2016, que corresponde ao período mais intenso da crise do euro, entre o final de 2009, início de 2010 e julho de 2012, e a uma fase mais moderada caracterizada pelo debate sobre as políticas de austeridade.

² Por enquanto, manteremos a noção de “crise” relativamente vaga neste caso, porque cada posição que tomamos é também uma posição sobre a existência ou não de uma ou mais crises e sobre a natureza dessas crises.

³ É também uma questão de delimitar o espaço dos atores relevantes.

⁴ Nós nos beneficiamos especialmente do trabalho de classificação realizado por Yanis Varoufakis no texto 5 do Anexo.

⁵ Um teste empírico dessa construção será realizado em um próximo trabalho com base nos programas dos candidatos na eleição presidencial de 2017.

1. O que é uma tomada de posição?

Uma das dificuldades associadas à escolha de conduzir a análise com base em tomadas de posições é o fato de que elas precisam primeiro ser definidas e delimitadas, embora a noção de tomada de posição se refira, de modo geral, a raciocínios, análises, argumentos e declarações que são frequentemente de natureza complexa e multidimensional, se traduzindo em práticas discursivas que podem ser objetivadas de várias formas: publicação de livros, relatórios, entrevistas, comunicados à imprensa, textos de blogs, tweets, conferências, declarações em debates no rádio ou na televisão, etc. A dificuldade de “codificar” as tomadas de posições tem sido frequentemente destacada em trabalhos prosopográficos, por exemplo, Sapiro (1996), e podemos pensar que essa dificuldade tenha se tornado ainda maior na era digital, com a multiplicação de meios de expressão possíveis.

O foco aqui são as tomadas de posições sobre o futuro da zona do euro no contexto da chamada “crise” que começou em dezembro de 2009. Portanto, excluimos a priori, por exemplo, as tomadas de posições que se limitariam a um único país (Grécia, Alemanha ou França), mesmo que a distinção entre as tomadas de posições sobre a zona como um todo e as tomadas de posições restritas a um único país seja, às vezes, muito difícil de ser implementada na prática, na medida em que a crise em um país pode ser vista como um teste para a zona como um todo (como foi o caso da Grécia a partir de 2010); ou ainda quando o tamanho e a importância dos países imediatamente lhes conferem um impacto europeu (Alemanha e França, em particular).

Tomar uma posição pressupõe que um “problema público”, ou pelo menos uma “questão”, tenha sido definido ou construído previamente, dando origem a um conjunto de *discursos* específicos, que nunca é completamente evidente (Hassenteufel, 2011). Na crise da zona do euro, esse foi o caso a partir do final de 2009, quando a especulação exacerbada sobre a dívida pública grega levantou questões mais globais sobre o futuro da moeda única (Picard, 2015)⁶. O aumento dos diferenciais das taxas de juros (o que a maioria dos comentaristas, mesmo nos países de língua francesa, chama de *spreads*) sobre as dívidas soberanas nacionais tem sido acompanhado por divergências significativas nos níveis de endividamento público, principalmente na esteira da crise do subprime e das políticas implementadas para enfrentá-la, que também tiveram de responder aos efeitos negativos da recessão, que variam de país para país. Esse contexto macroeconômico em particular justifica a mobilização discursiva e institucional sobre o caso grego e, depois, sobre os outros países ameaçados (Chipre, Irlanda, Portugal, Espanha e, por contágio, Itália e

⁶ De fato, as questões sobre o futuro do euro se intensificaram entre o início de 2010 e o pico foi em maio de 2010 (com o lançamento do Programa do Mercado de Títulos), e depois continuaram a borbulhar até os dias atuais.

França), mas também, de forma mais ampla, as preocupações com a sustentabilidade das dívidas soberanas e, portanto, com o próprio futuro da zona do euro.

Como a própria existência do euro é recente, o surgimento de uma questão discursiva centrada no futuro econômico e institucional da zona do euro é, na realidade, nada mais do que a transformação pós-crise dos *subprimes* – logo, a reconfiguração – de um espaço de debate preexistente, que foi estruturado principalmente durante as negociações sobre a União Econômica e Monetária (UEM) e que restringiu fortemente a expressão sobre o assunto. Esse espaço predefinido constitui um pano de fundo discursivo permanente para todo o debate econômico e monetário europeu. Uma das dificuldades encontradas aqui é que, como qualquer área de política pública, a questão do vínculo entre a política monetária e a política fiscal na zona do euro pode ser descrita como um campo de lutas discursivas permanentes, que evoluem ao longo do tempo em função de muitos fatores, e que, nesse campo, lógicas, argumentos e análises de diferentes graus de sofisticação são constantemente mobilizados e colocados uns contra os outros no que pode parecer, à distância, uma cacofonia, na qual os atores implementam várias estratégias, dependendo de suas posições e contextos.

2. O espaço das tomadas de posições sobre o futuro da zona euro: tentativas de construção

As tomadas de posições, em um espaço multidimensional e mutável como esse, só podem ser estruturadas com base em um conjunto de constrangimentos pré-existent, que formam o contexto no qual elas são implantadas. Em particular, o que poderíamos chamar de ortodoxia institucional com relação à zona do euro (sua definição, operação, etc.) está sempre inscrito em um marco jurídico vinculativo, neste caso, o dos tratados derivados do Tratado de Maastricht (ver o Anexo/texto 1)⁷. Ela define uma forma de *doxa*, de fato e de direito, no campo. Essa *doxa* deve ser entendida em um sentido forte: é um referencial jurídico que se sobrepõe e polariza fortemente todos os debates dentro da zona.

Uma característica específica dos campos de políticas públicas é a centralidade de uma referência jurídica: no caso da zona do euro, é o próprio texto dos

⁷ “Os resultados da simulação sugerem que, mesmo com esforços médios anuais de consolidação de 0,5% do PIB, o retorno ao índice de dívida da área do euro anterior à crise levaria cerca de duas décadas. Portanto, para salvaguardar a solvência do governo e as posições fiscais sustentáveis nos países da área do euro, os governos devem dar prioridade máxima à consolidação fiscal, levando em conta a recuperação em andamento da economia, e reduzir seus índices de déficit para menos de 3% do PIB, de acordo com as recomendações do Conselho Ecofin. Os esforços de consolidação terão de durar vários anos em muitos países. Na Europa, o Pacto de Estabilidade e Crescimento fornece a estrutura adequada para a coordenação das políticas de consolidação necessárias. Agora é fundamental que todos os governos cumpram rigorosamente os compromissos assumidos no Pacto. As estruturas fiscais nacionais de apoio devem ser reforçadas sempre que necessário”. (Anexo/texto 1).

tratados que constitui o que também é, em muitos aspectos, um discurso constitutivo (Maingueneau; Cossuta, 1995), ou seja, um discurso cuja autoridade fundadora sustenta outros discursos, que só precisam se referir a ele, embora de forma alusiva, para mobilizar sua própria autoridade.

Assim, as tomadas de posições variam, grosso modo, das mais legítimas (em particular, aquelas formadas pelo discurso oficial dos atores centrais e das próprias instituições) às mais desviantes, aquelas produzidas e disseminadas por um amplo conjunto de atores em diferentes níveis e em diferentes países. A configuração das tomadas de posições pode, portanto, ser representada, em uma primeira aproximação, por um “centro” doxico e uma periferia dentro da qual as tomadas de posições heterogêneas têm em comum o fato de se oporem a essa *doxa* em graus variados. Assim, o conjunto das lutas em torno da produção de discursos e, portanto, das decisões oficiais pode ser descrito como pertencente a um campo restrito, um espaço amplamente institucional, que está inscrito no campo mais global da governança europeia (Georgakakis; Lebaron, 2014).

O espaço de tomadas de posição em seu todo define o campo ampliado, um espaço sem limites predefinidos: uma publicação no blog de um economista americano pode, sob certas condições, ser uma intervenção eficaz nesse campo (por exemplo, o blog de Paul Krugman no site do New York Times, que discute com muita frequência, especialmente depois de 2010, a questão na zona do euro: ver Anexo/texto 9). Por outro lado, uma micro organização política centrada na luta contra o euro ou a União Europeia pode ser apenas de frágil eficiência no campo, ou seja, em grande parte “insignificante” do ponto de vista da análise sociológica geral da dinâmica do campo (como, por exemplo, o partido político *Union populaire républicaine* de François Asselineau, que se definiu em torno da questão europeia).

2.1. Um retorno ao “Pacto de Estabilidade e Crescimento” original como estratégia de saída da crise: uma ortodoxia jurídico-institucional e sua formulação radical

No final de 2009, o debate econômico nos países europeus, assim como em outros países, estava cada vez mais focado nas estratégias de saída da crise (em inglês: *exit strategies*). O ano de 2009 foi marcado por uma recessão muito profunda, pela introdução de “planos de recuperação” mais ou menos significativos em diferentes partes do mundo e pela deterioração do nível do endividamento público em muitos países.

A partir de meados de 2009, começou-se a ouvir o Banco Central Europeu dizer sobre a necessidade de restabelecer muito rapidamente a situação “normal”, ou seja, de acordo com o “marco jurídico dos Tratados”, como é dito com frequência,

inclusive dentro das instituições europeias (Lebaron, 2016). Elas foram expressas durante todo o período crucial da mudança relativamente rápida para políticas de redução do endividamento por meio do restabelecimento de equilíbrio orçamentário, que seriam descritas por seus oponentes como “políticas de austeridade” (ver Anexo/texto 5).

Os Tratados definem um “arcabouço” doutrinário e discursivo - institucional - relativamente estrito, uma vez que, por um lado, a missão exclusiva do banco central é a estabilidade de preços e, por outro, regras orçamentárias rigorosas (regra do déficit orçamentário de 3%, dívida pública de 60% em relação ao PIB) devem assegurar que os Estados-Membros sigam uma política compatível com o marco jurídico comum (Anexo/texto 2).

A adesão a esse arcabouço, que pode ser mais ou menos distanciada e acompanhado de propostas de reforma ou desenvolvimento, define, portanto, um primeiro grupo de tomadas de posição que, de certa forma, se limita a reativar, após um período relativamente incerto, percebido como um parêntese, o funcionamento “normal” ou “usual” da UEM, conforme estabelecido nos Tratados. A Comissão está implantando a forma mais institucional disso, que também adquiriu forma entre os atores políticos alemães e, posteriormente, europeus (ver Anexo/textos 1 e 2)⁸.

A novidade do período que se iniciou no final de 2009 está no fato de que a afirmação da necessidade de retornar a essa estrutura é acompanhada, entre alguns atores, pela expressão de insatisfação com a ausência de garantias institucionais relativas à aplicação dos textos, com suspeitas de que os Estados-Membros não as cumprem assim que lhes é possível fazê-lo, como ocorreu em várias ocasiões. Desta maneira, surgiu a ideia de que o marco legal atual era insuficiente em suas condições de aplicação e precisava ser complementado por novos dispositivos, que logo seriam incorporados no Tratado de Supervisão, Controle e Governança (ratificado em 2012, logo após o início da crise grega), dando origem a um florescimento de inovações e discursos políticos-institucionais na mesma linha, muito além do campo restrito (Anexo/texto 1).

No interior desse espaço da ortodoxia jurídico-institucional, uma posição mais radical está sendo desenvolvida, inicialmente com algum sucesso, uma vez que ela resulta em modificações substanciais nos Tratados: em resumo, o objetivo é fortalecer os mecanismos de integração europeia, entendidos essencialmente (o que é,

⁸ “As crises econômicas e financeiras globais expuseram as deficiências na governança da União Econômica e Monetária. Um pacote de reformas - o chamado Six Pack - entrará em vigor até o final do ano. Ele altera e fortalece o Pacto de Estabilidade e Crescimento (SGP), introduz um novo Procedimento de Desequilíbrios Excessivos e estabelece novos requisitos para as estruturas orçamentárias nacionais dos Estados-Membros. Embora seja um divisor de águas, é preciso fazer mais especificamente para a zona do euro. Hoje, a Comissão está divulgando dois novos regulamentos destinados a reforçar ainda mais os mecanismos de supervisão na área do euro, bem como um Livro Verde sobre a apresentação de opções para os Títulos de Estabilidade do euro” (Anexo/texto 2)

obviamente, uma definição de integração) como um conjunto de regras, mecanismos de vigilância e sanções. Essa interpretação poderia, é claro, ser descrita em termos de ordoliberalismo (uma forma mais ou menos radical dele) ou em termos da oposição clássica no campo monetário entre falcões e pombas, dogmáticos e pragmáticos, e assim por diante. Seria então necessário, como faz Paul Krugman, transferir essa categorização, inicialmente reservada ao dinheiro, para as questões de política fiscal que o acompanham no caso da zona do euro.

Nesta etapa, é suficiente descrever essa subárea de posições como a da ortodoxia dos Tratados, que é relativamente difusa se considerarmos suas fronteiras. Essa ortodoxia, dividida em modalidades mais ou menos radicais, tende, em geral, a se tornar mais rígida e eficaz com as reações à crise da zona do euro⁹, dando origem, por sua vez, a um aumento de tomadas de posições opostas, de naturezas bastante diversas, principalmente contrárias ao euro.

2.2. O grupo “antieuro”

Em forte contraste com a ortodoxia jurídica e institucional, sabemos que, desde a sua criação, o euro suscitou um forte ceticismo entre um grande número de atores e comentaristas, tanto dentro quanto fora da zona do euro, os quais argumentaram, em particular, que a zona monetária em questão não era a *ideal*, que as heterogeneidades econômicas, comerciais e até mesmo culturais entre os países que a compõem condenavam esse projeto utópico mais ou menos no curto prazo, em particular por causa da assimetria entre uma política monetária e, portanto, uma política ou pelo menos uma taxa de câmbio, projetada e implementada no nível da zona do euro, e as políticas orçamentárias nacionais. Vários autores preveem regularmente o colapso da zona do euro, em um discurso que pode ser descrito como profético e performativo (ver Anexo/texto 3)¹⁰.

Alguns dos economistas mais prestigiados em nível internacional, portanto, estão divididos sobre o assunto desde o início, mas vale a pena lembrar que a hostilidade ao euro como moeda única é um polo estruturante no campo e que, desde 2009, esse polo, que também constitui um subespaço diferenciado, parece ter reforçado sua presença na arena pública, de várias formas, mesmo que seja difícil

⁹ É claro que precisamos distinguir entre o endurecimento das regras orçamentárias, principalmente com o TSCG, e a criação do EFSF e, em seguida, do ESM (Fundo Monetário Europeu embrionário) e de uma união bancária em 2014, que foram projetados para ampliar a gama de possíveis ações públicas e podem estar associados a uma menor ortodoxia monetária.

¹⁰ “Esse é um dos motivos pelos quais as muitas uniões monetárias que foram criadas muitas vezes fracassaram. Os processos de dissociação monetária foram, na verdade, muito mais importantes do que os processos de unificação monetária. O fracasso da zona do euro é, de fato, “normal” em termos históricos. Portanto, está claro hoje que a possibilidade de uma explosão da zona do euro é um dos cenários em que os bancos centrais dos países membros estão trabalhando”. (Anexo/texto 3).

de quantificar. Isso pode ser visto, por exemplo, na publicação em 2016 de um livro do “Nobel” Joseph Stiglitz, que denuncia o papel do euro na crise europeia (Stiglitz, 2016). Entre o “público em geral”, a legitimidade do euro também sofreu alguma erosão, pelo menos durante parte do período, mesmo que as mudanças não sejam de fato muito acentuadas.

Quadro 1: Apoio à moeda única (França, Alemanha) nas pesquisas do Eurobarômetro

Os Eurobarômetros indicam tendências na “opinião” sobre a moeda única. Em 1995, a proporção de pessoas hostis à ideia de uma moeda única na França era de apenas 10%, sendo que 19% dos entrevistados não tinham opinião ou não responderam. Logo após a crise do subprime, o apoio à moeda única atingiu 70% em novembro de 2010 (com 26% “contra”). Em novembro de 2011, a proporção foi de 63%, em comparação com 32%, e subiu para 62%, em comparação com 33%, em maio de 2013. Em maio de 2016, o índice voltou de 24% para 69%. No período de 2010 a 2016, as variações são relativamente grandes, com um período de deterioração acentuada, seguido de uma recuperação relativa aos altos níveis do período pré-crise. Variações semelhantes podem ser observadas na Alemanha, em níveis bastante semelhantes. A pesquisa específica do Eurobarômetro de outubro de 2016 confirma a relativa recuperação do apoio ao euro, com 56% dentro da zona. Ao mesmo tempo, o apoio às instituições da região (o BCE) também caiu acentuadamente, seguido por uma leve recuperação.

Fonte: EUROBAROMETRE, 2025.

A crise da zona do euro forneceu, desde o final de 2009, muito material para a mobilização “antieuro”, com argumentos extraídos de diversas fontes, de natureza heterogênea, que vão desde o anticapitalismo e o ultraliberalismo até a soberania e o nacionalismo econômicos. Alguns desses argumentos destacam a situação assimétrica entre a Alemanha, que se beneficia comercialmente de um euro relativamente fraco, e os países do Sul, que estão em dificuldades porque o nível do euro é muito alto para suas economias. O argumento comercial “estrutural” é, às vezes, acompanhado por argumentos relativos à natureza antidemocrática da condução da zona do euro pelo BCE (uma instituição que é, acima de tudo, de natureza tecnocrática) e às regras orçamentárias restritivas, argumentos sobre os quais o debate tem se cristalizado com frequência.

Podemos ainda falar aqui de um subespaço de tomadas de posição “antieuro”, que vão desde uma rejeição mais geral de toda a construção europeia até um ceticismo mais ou menos forte em relação à capacidade da zona do euro de funcionar de forma coletivamente satisfatória, e que aspira a outras possibilidades organizacionais (moeda comum, sistema monetário europeu etc.).

2.3 Reformas institucionais e políticas

O terceiro subespaço de tomadas de posições também parece ter crescido muito desde 2009, em relação às diferentes fases da crise, à implementação e às consequências das políticas de austeridade e, é claro, ao aumento da oposição ao euro. Essas são todas as contribuições que, a partir de 2010, defendem uma mudança mais ou menos radical na organização institucional da zona do euro, a fim de torná-la capaz de resistir a vários “choques” ou crises no futuro, e seguir, em graus variados, em uma direção diferente (ou até mesmo claramente oposta) à da ortodoxia institucional.

Podemos distinguir dois tipos de tomadas de posição nesse espaço: algumas são compatíveis com a totalidade ou a maior parte dos tratados atuais, mas modificam de forma incremental um ou outro aspecto da governança econômica e monetária da zona (veja aqui o exemplo da “proposta modesta” de Yanis Varoufakis (Anexo/texto 4, que se baseou na perspectiva de uma mudança de inflexão pragmática e gradual dentro do marco dos Tratados, ou seja, sem um mecanismo institucional pesado, e se baseou em uma tipologia detalhada de propostas debatidas em diferentes níveis, desenvolvidas nos textos 5 e 6); já outros exigem uma revisão mais ou menos importante, ou até mesmo uma “reconstrução” completa, dos tratados atuais e, portanto, são caracterizados por sua natureza jurídica.

Um conjunto de propostas que surgiu durante a crise, diz respeito essencialmente à capacidade da zona do euro de conduzir uma política fiscal comum em um contexto de forte heterogeneidade. O foco aqui é a assimetria entre a integração federal da política monetária e a persistência de um sistema descentralizado: ao implementar vários mecanismos, como união bancária, “eurobônus” ou até mesmo um orçamento maior para a zona do euro, o objetivo é criar as condições para uma política fiscal geral para a zona que atue como uma espécie de contrapeso à política monetária centralizada. Essa perspectiva, tradicionalmente associada às posições francesas, está à margem da ortodoxia institucional, que de fato se alimenta de algumas dessas ideias, diante de observações repetidas e amplamente compartilhadas da inadequação e assimetria da construção inicial.

Essas propostas “técnicas” (mas com consequências políticas potencialmente de longo alcance) são frequentemente acompanhadas de propostas para reformular a governança geral da zona, geralmente em uma direção mais “democrática”: esse é o caso, por exemplo, da ideia, desenvolvida no manifesto para uma união política do euro lançado em fevereiro de 2014, de criar um Parlamento da zona do euro, uma ideia apresentada por Thomas Piketty (Anexo/texto 7), ou, de forma menos radical, a ideia de um ministro das Finanças para a zona do euro, etc. Essa última ideia exigiria uma negociação internacional e, sem dúvida, pelo menos uma revisão parcial dos Tratados.

Propostas mais radicais também estão circulando, envolvendo uma revisão mais substancial dos tratados e, portanto, negociações muito mais complexas, como a ligação entre o “plano A” e o “plano B”, lançada por Jean-Luc Mélenchon, Oskar Lafontaine etc., que mobiliza a ameaça de uma saída da zona do euro se essas negociações fracassarem (Anexo/texto 8). O vocabulário de “reconstrução da zona do euro” refere-se, portanto, a atos mais solenes e institucionalmente eficazes. A palavra “refundação” indica um desafio à sacralidade do discurso jurídico que a constitui, a saber o marco legal dos Tratados.

2.4. As “não-tomadas de posição”

Muitos atores não se posicionam sobre a questão do euro, e é importante lembrar que o espaço dos atores que se posicionam em um debate público nunca é uma amostra representativa da população, nem mesmo de uma subpopulação específica (economistas, políticos etc.): posicionar-se significa, ainda, afirmar-se como legítimo e mobilizado pelo tema, que diz respeito apenas a indivíduos com características particulares.

3. Tipologias, categorizações e qualificações mútuas

A classificação (realizada no item 1. *O que é uma declaração de posição?*) busca ser sobretudo descritiva e analítica. Na prática, os autores estão constantemente classificando a si mesmos e aos outros, usando vários dispositivos discursivos, o que contribui para a dinâmica das relações entre os três subespaços estudados, em um movimento de luta perpétua. Daremos uma série de exemplos, além daqueles que já mencionamos (como a transposição, tentada especialmente por Krugman, da oposição falcão/pomba para questões orçamentárias e institucionais).

As propostas desenvolvidas por James Galbraith e Yanis Varoufakis para a zona do euro como um todo, sobretudo, a partir de 2010, são qualificadas por eles mesmos como uma “proposta modesta”, em razão do fato de que elas não exigem grandes mudanças nos Tratados, mas podem ser implementadas dentro das instituições existentes com um mínimo de vontade política (Anexo/textos 4 a 6) e “impulsionar” a economia da zona do euro por meio de ações orçamentárias específicas. Eles se opõem explicitamente a uma grande reforma ou reconstrução das instituições da região e se dividem em duas categorias principais: na primeira os “austeritários” (austéritaires), na segunda os qualificados de “campo modesto” (Anexo/texto 5).

Os defensores do dismantelamento da zona do euro frequentemente descrevem todos os outros economistas e agentes públicos como perseverantes na negação das falhas incapacitantes e dos “contra-performances” da zona do euro, como pode ser visto claramente nas análises de Jacques Sapir (Anexo/texto 3), assim como em muitos discursos de oposição. O uso de categorias psicológicas e psicanalíticas para caracterizar os oponentes é, obviamente, comum, mas aqui ele é usado para explicar a persistência do euro apesar das observações que deveriam levar à sua superação.

Os defensores de um dismantelamento da zona do euro, qualificados como “antieuro”, são frequentemente desqualificados como “antieuropeus”, “nacionalistas”, “populistas”, “soberanistas”, etc., pelos defensores do euro, sejam eles fundamentalistas ou pragmáticos, sejam eles comprometidos ou não às regras dos Tratados, e assim por diante. Na lógica de classificação espontânea que caracteriza a vida política, as posições sobre a moeda ou o orçamento são frequentemente agregadas a posições de outros tipos, por exemplo, sobre políticas de migração. É verdade que, em muitos países, as posições hostis ao euro muitas vezes parecem ser tomadas por defensores de políticas hostis à imigração.

As tomadas de posições na categoria 2.3 (Reformas institucionais e políticas) mobilizam frequentemente a ideia de superar a oposição entre a continuação das políticas e instituições atuais e o “isolamento” nacionalista que estaria implícito na simples saída da zona do euro. Isso é ilustrado por Yanis Varoufakis e seu partido político DIEM25, criado em 2015 (Anexo/textos 4 a 6). Dessa forma, eles contribuem para a formação de uma estrutura ternária, composta por três tipos de tomadas de posição, que, como vimos, se enquadram em dois campos interligados (campo restrito e campo ampliado): um comprometimento mais ou menos radical com as regras dos tratados, fortemente enraizado no campo restrito / o fim do euro, na maioria das vezes apoiado por atores periféricos/superação através de novas políticas e novas instituições, muitas vezes ligadas a posições intermediárias, entre campo restrito e campo ampliado.

Por fim, essa terceira categoria de tomada de posição é frequentemente estigmatizada como incoerente ou utópica por um ou outro dos dois outros grupos de tomadas de posição, que estão engajados em uma luta feroz: como toda tomada de posição “intermediária”, ela é considerada ambivalente, instável ou simplesmente insustentável, na ausência do esclarecimento necessário sobre o futuro do euro como moeda.

Conclusão: quais processos evolutivos?

Apesar das grandes mudanças que ocorreram na zona do euro desde 2010 (criação do Fundo Europeu de Estabilização (FESF) e do Mecanismo Europeu de

Estabilidade (MÉS), do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança na União Económica e Monetária (TSCG), união bancária), esse espaço de tomadas de posições parece relativamente estável. Com algumas exceções, os deslocamentos dos atores têm sido relativamente lentos e não muito marcantes desde 2010: é extremamente raro que uma instituição, um movimento ou um indivíduo passe do apoio radical às regras dos Tratados para a rejeição delas, e vice-versa. Entretanto, houve uma proliferação das tomadas de posições, especialmente na categoria 2.3, e micro-deslocamento em cada subcategoria. Qualquer deslocamento importante é precedido por deslocamentos mais microscópicos, como um processo de ebulição¹¹.

Em cada subespaço considerado isoladamente, os movimentos mais finos são de fato discerníveis. As tomadas de posições em favor de regras mais rígidas, que proliferaram após 2010, pelos governos e pelas instituições europeias, tenderam a se enfraquecer a partir de 2013, conforme ilustrado pelo relatório dos cinco presidentes de 2015 (Anexo/texto 10), que é relativamente moderado e apresenta alguns elementos que o aproximam da categoria 2.3. Por outro lado, algumas organizações assumiram posições mais hostis ao euro ou que pedem mudanças institucionais mais radicais.

Em contrapartida, as relações de forças políticas e sociais entre essas tomadas de posições mudaram significativamente. As organizações políticas que defendem uma saída (nacional) do euro tenderam a avançar e o público de economistas “antieuro” a aumentar, de acordo com vários indicadores que precisam ser estudados (o sucesso do blog de Jacques Sapir vem à mente, por exemplo), em paralelo a uma erosão do apoio público ao euro, que foi interrompido, na França, após 2014. Da mesma forma, a proliferação de “propostas” de reforma alimentou uma corrente de pensamento sobre a mudança institucional que se tornou muito importante em alguns países, como a França, conforme ilustrado pelo trabalho de Aglietta e Leron (2017) ou pelas proposições de Thomas Piketty, adotadas no contexto eleitoral pelo candidato socialista Benoît Hamon. Por outro lado, o contexto da campanha eleitoral na Alemanha pode levar a uma retomada de propostas radicais para fortalecer as regras dos Tratados, como ilustram as recentes tomadas de posições assumidas por Wolfgang Schäuble, que visam justamente combater a crescente hostilidade ao euro na Alemanha, sob a égide da *Alternative für Deutschland* (AfD).

É preciso ainda entender como se estruturam as tomadas de posições e como essa dinâmica é interpretada: de um lado, dentro do *campo restrito*, que corresponde ao polo da governança econômica europeia, e, por outro lado, dentro do *campo ampliado*, sendo os dois altamente interdependentes e, é claro, em constante interação.

¹¹ Sobre esses vários pontos, consulte na *Économie et Institutions* a edição 22 de 2015, dedicada ao discurso e a edição 23 de 2015, dedicada à crise do euro.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, M.; LERON, N. **La double démocratie**. Une Europe politique de la croissance, Paris, Le Seuil, 2017.

BOURDIEU, P. **Les règles de l'art**. Genèse et structure du champ littéraire, Paris, Le Seuil, 1992.

ÉCONOMIE ET INSTITUTIONS, n. 22, 2015. **Varia**. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ei/970>. Acesso em: 07 jan. 2025.

ÉCONOMIE ET INSTITUTIONS, n. 23, 2015. **Varia**. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ei/5564>. Acesso em: 07 jan. 2025.

EUROBAROMETRE. Disponível em : <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/publicopinion/index.cfm>. Acesso em: 07 jan. 2025.

GEORGAKAKIS, D.; LEBARON, F. Administrative and political economic elites in Europe: economics as a dominant resource? Communication lors du colloque international **Understanding the Transformations of Economic Elites in Europe**, Université de Lausanne, 18-20 juin. 2014.

HASSENTEUFEL, P. **Sociologie politique**: l'action publique, Paris, Armand Colin, 2011.

LEBARON, F. Un champ de luttes et de forces: l'espace des prises de position sur la gouvernance dans la crise de l'euro (2010-2016). **Économie et Institutions** [En ligne], 27, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ei/6349>. Acesso em: 07 jan. 2025.

LEBARON, F. Zone euro: la crise de la doxa des politiques d'austérité. **Idées économiques et sociales**, no 183, mars, p. 39-46, 2016.

MAINGUENEAU, D.; COSSUTTA, F. L'analyse des discours constitutants. **Langages**, 29^e année, no 117, 1995.

MAINGUENEAU, D. **Sémantique de la polémique**. Lausanne, l'Âge d'Homme, 1983.

PICARD, R. G. **The Euro Crisis in the Media**. Journalistic coverage of economic crisis and European institutions, University of Oxford/Reuters, Institute for the Study of Journalism, 2015.

SAPIRO, G. La raison littéraire. Le champ littéraire français sous l'occupation 1940-1944. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Année 1996, vol. 111, no 1, p. 3-35.

STIGLITZ, J. **L'euro**: comment la monnaie unique menace l'avenir de l'Europe. Paris, Les Liens qui Libèrent, 2016.

Submetido em: 20/07/2024

Aprovado em: 13/10/2024

REPRESENTAÇÕES INTELECTUAIS E
CIENTÍFICAS E PRÁTICAS MERCANTIS

*REPRESENTACIONES INTELECTUALES Y
CIENTÍFICAS Y PRÁCTICAS MERCANTILES*

*INTELLECTUAL AND SCIENTIFIC
REPRESENTATIONS AND
COMMERCIAL PRACTICES*

*Marie-France GARCIA-PARPET**

RESUMO: No quadro do debate que anima as ciências sociais a respeito da relação entre economia, sociologia e história, a autora reflete a respeito do papel que exercem as representações sociais da economia, notadamente as representações intelectuais e científicas, e mostra que, longe de serem neutras e se limitando a constatar a realidade, elas têm um papel ativo na própria gênese e na transformação das instituições econômicas. Ela se funda em pesquisas feitas em diferentes contextos geográficos e históricos, na França e no Brasil, para analisar como, em configurações específicas, os modelos aplicados para entender as práticas dos diferentes agentes podem contribuir para a sua consagração ou, ao contrário, para seu descrédito.

PALAVRAS-CHAVE: Performatividade da economia. Modelos de mercado. Representações científicas.

RESUMEN: *En el marco del debate que anima a las ciencias sociales sobre la relación entre economía, sociología e historia, la autora reflexiona sobre el papel que desempeñan las representaciones sociales de la economía, especialmente las representaciones intelectuales y científicas. Muestra que, lejos de ser neutrales o de*

* *École des Hautes études en Sciences Sociales*, Paris, França. Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/ UFRJ e Pesquisadora vinculada ao Centro de Sociologia Europeia (CESSP-EHESS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5700-5783>. E-mail: garciaparpet@gmail.com.

limitarse a constatar la realidad, estas representaciones tienen un papel activo en la propia génesis y en la transformación de las instituciones económicas. Basándose en investigaciones realizadas en diversos contextos geográficos e históricos, en Francia y Brasil, analiza cómo, en configuraciones específicas, los modelos aplicados para entender las prácticas de diferentes agentes pueden contribuir a su consagración o, por el contrario, a su descrédito.

PALABRAS CLAVE: *Performatividad de la economía. Modelos de mercado. Representaciones científicas.*

ABSTRACT: *Within the framework of the ongoing debate in social sciences regarding the relationship between economics, sociology, and history, the author reflects on the role of social representations of the economy, particularly intellectual and scientific representations. She demonstrates that, far from being neutral or merely descriptive, these representations play an active role in the genesis and transformation of economic institutions. Drawing upon research conducted in diverse geographical and historical contexts, notably in France and Brazil, she analyzes how, in specific configurations, models used to understand the practices of various agents can either contribute to their legitimization or, conversely, lead to their discredit.*

KEYWORDS: *Performativity of the economy. Market models. Scientific representations.*

Introdução

No quadro do debate que anima as ciências sociais a respeito da relação entre economia, sociologia e história¹ temos a intenção de refletir sobre o papel que exercem as representações sociais da economia, notadamente as representações científicas, e de mostrar, que longe de serem neutras, elas exercem um papel

¹ Quanto aos adeptos da teoria neoclássica, podemos citar, por exemplo, os trabalhos de Gary Becker. Ele ocupa uma posição extrema, pois não se contenta em considerar a economia enquanto fundamentalmente autônoma e independente do resto da sociedade, utilizando os conceitos neoclássicos para explicar fenômenos tradicionalmente pensados a partir de conceitos sociológicos: *The economic approach to human behavior* (1976); *A treatise on the family* (1981). Para um rastreamento das concepções da economia que fazem parte do sistema social na literatura americana, cf. Richard Swedberg, *Une histoire de la sociologie économique* (1994) e Viviana Zelizer, *Repenser le marché: Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (1992). Na literatura francesa, podemos citar a introdução ao número especial dedicado à economia das convenções, *Revue économique* (1989), e o artigo de Robert Boyer, *L'agriculture, terrain de choix pour les recherches en économie institutionnelle* (1993).

ativo na própria existência das instituições econômicas². De fato, constatamos, nas sociedades mais avançadas, a coexistência de diversas formas de mercados que não têm o mesmo estatuto e que estão numa relação de concorrência, e até mesmo de luta declarada, a exemplo das que resultam, de um lado, em preços estritamente controlados por administrações, e de outro, em preços flutuando livremente ao sabor de transações.

Os modelos de análise, a partir dos quais compreendemos a “realidade”, talvez constituam um dos elementos decisivos da evolução dessa competição; certos modelos podem reforçar a institucionalização de redes mercantis e marginalizar as formas concorrentes. De que modelos dispõem os diferentes agentes (homens políticos, conselheiros técnicos, empresários, etc.) para criar novos mercados? Que modelos inspiram a construção da infraestrutura necessária aos fluxos comerciais, à elaboração de dispositivos jurídicos, a atribuição de subvenções ou de financiamentos necessários à criação e ao funcionamento de novos circuitos comerciais?

Geralmente pensamos os modelos teóricos como sendo, no máximo, uma “fotografia da realidade”. Aqui, pretendemos, sobretudo, estudar seu lado performativo, sua contribuição na moldagem da “realidade social”³: como certas teorias podem facilitar a implementação de novas redes mercantis? Como essas mesmas teorias podem contribuir para a percepção de que certas redes existentes estão ultrapassadas? Essa questão surgiu, para mim, durante o estudo do mercado de leilões de contagem regressiva de Fontaines-em-Solognes (Garcia, 1986), região conhecida pelo seu “atraso econômico”: a criação de um mercado que utilizava uma tecnologia de ponta, a informática, e a rápida transformação subsequente dos produtores de morangos – camponeses desclassificados – em agricultores de sucesso dentro da cena econômica nacional e internacional, permitiram uma revalorização da Sologne enquanto região provida de uma agricultura moderna. Para explicar como essas novas formas apareceram (salientando a transparência das transações, a homogeneidade dos produtos, etc, tantos elementos constitutivos do modelo neoclássico), tive de considerar a ação decisiva de um técnico da “Câmara da Agricultura”, voltada para uma maior rentabilidade dos agricultores, e dos modelos que ele veiculava.

Por outro lado, durante precedentes pesquisas nos mercados periódicos do Nordeste do Brasil, pudemos observar que os camponeses consideravam seu recente acesso ao mercado como sendo uma conquista da liberdade, uma abertura para o

² Faço questão de agradecer a Marie-Françoise Badis e François Bonvin pela ajuda na redação desse artigo. Considero-me a única responsável pelo que nele escrevo.

³ Dentre os pesquisadores das ciências sociais, os historiadores são sem dúvida os que parecem ser mais sensíveis a esta problemática. Podemos citar, notadamente, a obra de Dominique Margairaz, *Foires et marchés dans la France préindustrielle*, (1997), que estuda a relação entre a ideologia liberal nascente, a partir das últimas décadas do Antigo Regime, e a multiplicação de feiras e mercados considerados, na época, como um obstáculo à circulação das mercadorias.

mundo e que esse fato passava a exercer um papel central em suas estratégias de reprodução (Garcia, 1991; 1994). Paralelamente, constatamos uma ausência quase total de trabalhos científicos, assim como o silêncio das organizações políticas e sindicais a esse respeito. Essa ausência de discurso acadêmico contribuía a relegar essas redes à posição de formas obsoletas de trocas tradicionais, destinadas a desaparecer com a evolução da economia. Podíamos, a partir daí, supor a existência de diferentes modalidades de relação entre os modelos intelectuais e científicos e as redes mercantis: num caso a teoria parecia legitimar novas práticas, noutro, os modelos as desacreditavam. Essas diferentes experiências de pesquisas nos servirão de suporte para uma reflexão sobre o crédito ou o descrédito lançado pelos modelos intelectuais e científicos sobre as práticas mercantis.

Modelos de mercados e mercados modelos

Antes da criação do mercado com leilões de contagem regressiva dos preços, em 1981, os três quartos da produção da produção de “*fraise à bouche*” (morangos para degustação imediata) eram vendidos pelos produtores da Sologne para intermediários (pequenos comerciantes locais que trabalhavam à base de comissão escoando a produção em direção da central atacadista de Rungis em Paris e, muitas vezes, praticavam a agricultura junto com a colheita de produtos hortícolas ou mantinham uma mercearia ou um bar), para expedidores (comerciantes locais, de maior peso que os intermediários, que trabalhavam em parte com a comissão dos mandatários de Rungis mas cuja maior parte das transações eram feitas com seu próprio capital) e para mandatários (comerciantes instalados em Rungis). Em todos os casos, o produtor não sabia a qual preço seria vendido seu produto, ele só o descobria uma ou duas semanas depois da venda e recebia o pagamento ainda mais tarde, segundo os agricultores: vários meses após a venda. Em compensação, os comerciantes lhes davam, frequentemente, dinheiro adiantado. O comerciante não comprava apenas a produção de morangos, mas também toda a eventual produção de hortas cultivadas. O agricultor confiava no comerciante que o “liberava” de toda sua produção. As cooperativas comercializavam apenas um quarto da produção de “*fraise à bouche*”. Se, até os anos 1960, elas haviam constituído uma rede comercial importante, elas conheceram, nos anos 1970, uma fase de declínio importante. Suas políticas comerciais não lhes permitiam fazer concorrência aos intermediários e, muito menos, aos expedidores. Às vezes, até dependiam destes para a obtenção de certos mercados, sobretudo para a exportação. Essas diferentes modalidades de comercialização eram percebidas como um dos aspectos do atraso da Sologne.

Em outras regiões, essas relações pessoais entre expedidores e produtores haviam sido suplantadas há muito tempo por outras formas de institucionalização das relações mercantis. É o caso da Bretanha, notadamente em Saint-Pol de Léon onde a criação do mercado de leilões com contagem regressiva de preços, em 1961, foi ligada à amplitude, à violência e à complexidade de lutas políticas e a sua repercussão em nível nacional (Elegoët, 1984).

A questão da reorganização dos mercados estava presente, há muito tempo, dentro do debate político nacional e cada tendência política foi levada a se pronunciar a respeito⁴. Se podemos observar um consenso sobre a necessidade de estabelecer um bom conhecimento da oferta, de reduzir as desproporções – consideradas excessivas – entre os preços de produção de produtos agrícolas e os preços de consumo, de reduzir a imprecisão na definição da qualidade dos produtos; em compensação, as soluções pensadas pelos diferentes protagonistas (produtores, expedidores, diversas instâncias de poder e de organização profissional) foram as mais diversas: criação de “mercados de interesse nacional”, venda direta ao consumidor, simples instalação de balança pública, leilões, simples multiplicação e regulamentação de mercados locais, criação de uma sociedade de economia mista, etc. O modelo de leilões degressivos era uma das possibilidades apresentadas nos textos de Louis Malassis, então professor de economia rural na *École Nationale Supérieure d'agriculture* de Rennes: em suas críticas ao segundo e terceiro plano econômico da França, abrangendo as melhorias técnicas de venda, ele sugeriu, entre outros, o sistema de leilões a baixo preço, nos locais de produção. O modelo de leilões degressivos também esteve presente no pensamento do Reverendo Padre Henri de Farcy que participou, segundo Fanch Elegoët (1984), de jornadas de estudo da Federação regional dos sindicatos dos produtores agrícolas: seu livro *L'agriculteur à la conquête de son marché* (1958), amplamente lido pelos camponeses bretões, desenvolvia as condições necessárias para que um mercado seja competitivo no modelo do que ele pôde observar na Califórnia, durante seus estudos realizados nos Estados-Unidos. As vantagens dos leilões de contagem regressiva dos preços também eram divulgadas em escolas de agronomia, sobretudo em Paris. Mas é o desdobramento da luta política, na Bretanha e no resto do país, que propiciou a aproximação entre as diversas estruturas sindicais e as propostas de intelectuais críticos da evolução do mundo agrícola, assim como a sua implementação pelos poderes públicos. Essa luta prolongou-se por vários anos após a criação do mercado de leilão eletrônico de contagem regressiva dos preços,

⁴ Em 1967, Waldeck Rochet preocupa-se, na Câmara, com a organização dos mercados e propõe uma regulamentação dos cultivos de vegetais para fins alimentícios. O relatório do comitê Armand-Rueff, encarregado de examinar as situações de fato e de direito que constituem, de maneira injustificada, um obstáculo à expansão da economia, notadamente a organização imperfeita dos mercados agrícolas, chama a atenção para o insuficiente conhecimento da oferta de frutas e legumes: ele foi aprovado por De Gaulle.

o que mostra a diversidade de interesses políticos implicados na institucionalização dessa nova rede mercantil.

A criação, em 1981, do *Cadran de Sologne* que é, de certa forma, uma das consequências da criação do de Saint-Pol de Léon, ocorreu sob condições históricas sensivelmente diferentes. A luta política que ela suscitou não teve o mesmo alcance, a mesma repercussão nacional, nem a audácia de gesto inaugural que caracterizou a mobilização dos produtores da Bretanha; no entanto, similitudes entre essas duas experiências são observáveis.

Mostramos, anteriormente, como esse mercado que representava, na época, o que havia de mais eficaz, foi paradoxalmente implementado numa região marginalizada em relação a circuitos econômicos mais florescentes. De fato, na época da criação desse mercado, a Sologne – já considerada, desde o século XIX, uma das regiões mais miseráveis da França e definida, em 1960, pelo relatório Mansholt, como sendo o pulmão de Paris considerando-se suas florestas – figura, a partir de 1976, entre as regiões classificadas de “zona desfavorecidas” pelo conselho dos ministros da Comunidade Europeia. Essas qualificações, devidas às instâncias de poder, que previam um futuro coletivo difícil, influenciaram na maneira em que os produtores percebiam a si mesmos. Seus efeitos são ainda reforçados por uma prática sindical e administrativa que – exercida num quadro regional em que os produtores da Sologne são confrontados a seus ricos “colegas” da região vizinha da Beauce – consolida a percepção que têm de si mesmos, como sendo inviáveis e socialmente desclassificados.

Em 1981, o cultivo do morango em Sologne, sobretudo em Fontaines, era praticado num grande número de plantações; tratava-se de um cultivo em grande escala, frequentemente destinado à indústria, cuja técnica de produção não evoluiu muito por uns vinte anos e que constituiu uma pequena contribuição para a tesouraria da exploração. Para um número relativamente restrito de agricultores, o cultivo do morango representava uma das rendas importantes da produção: eles são especializados na produção de “*fraise à bouche*” (cujo preço de venda é relativamente alto) usando técnicas modernas (utilização de estufas de plástico, instalação de plástico sobre o solo para evitar que os frutos fiquem impregnados de terra, escolha de plântulas selecionadas e rapidamente renovadas para aumentar a produtividade e manter a qualidade)⁵.

A criação do mercado de leilão eletrônico vai provocar mudanças radicais na maneira de realizar as transações e alterar as relações entre produtores e expedi-

⁵ Na França, em outras regiões produtoras de morango, notadamente o Sudoeste e a região do Rhône-Alpes, a produção também é realizada segundo técnicas modernas, bem adaptadas às exigências dos consumidores. Em compensação, os morangos do Loir-et-Cher onde se situa Fontaines – que eram prestigiados no Mercado *Les Halles*, nos anos 1950 – foram, vinte anos depois, desclassificados no mercado nacional e internacional, com poucas exceções.

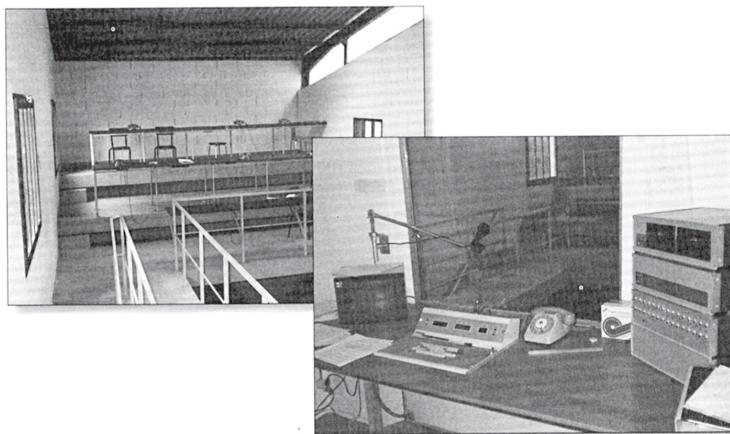
dores. As transações, doravante, são realizadas em hangar construído para isso: os produtores trazem, cotidianamente, sua produção diária, devidamente embalada em bandejas, que são expostas em lotes num pavilhão. A cada lote é dada uma ficha que é imediatamente entregue ao “vendedor” que introduz seus dados num computador e estabelece, em alguns minutos, um catálogo para distribuir aos compradores; depois da apreciação dos lotes pelos compradores, produtores e expedidores se dirigem à sala das vendas. A sala de vendas é construída de tal maneira que uns são separados dos outros, ao mesmo tempo que cada categoria social pode ver apenas o painel eletrônico e os vendedores (ver as ilustrações). As operações são realizadas segundo o princípio dos leilões com contagem regressiva dos preços, o computador sendo programado para recusar os valores do preço por kg no sentido decrescente até que um comprador se declare. O produtor vendedor do lote deve assinalar, com um gesto da mão, seu consentimento ou sua recusa. Se ele não concorda, seu lote será oferecido novamente no final das vendas. Se o preço é considerado ainda insuficiente, o lote pode ser retirado da venda. Essa unidade de tempo e de lugar das transações torna o mercado bem transparente, uma das condições essenciais do modelo de concorrência pura e perfeita dos neoclássicos.

Figura 1 – Descarregamento dos morangos no pavilhão de exposição do mercado.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Figura 2 – Sala dos compradores, escrivaninhas ligadas ao painel eletrônico do leilão (em segundo plano). Cabine do vendedor (em primeiro plano).



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A exposição no pavilhão e o catálogo dão uma noção precisa da oferta quanto à sua quantidade e qualidade. O processo dos leilões torna público a situação da demanda: compradores e vendedores estão cientes de todas as transações realizadas, de seus preços e quantidades. A alta espetacular da cotação da “*fraise à bouche*” que se seguiu à criação do mercado⁶ não é apenas a consequência da inversão das relações de força que ocorreu entre grossistas e produtores, graças a transparência das transações, mas também do efeito estimulante realizado pela exposição, lado a lado, das diferentes produções, o que põe em evidência as diferenças de qualidade e de quantidade entre os produtores; antes, eles não podiam fazer comparações durante a colheita. “O primeiro ano, dizem os produtores, foi muito difícil. O *cadran* (painel eletrônico) nos ensinou a trabalhar. Vemos os morangos do vizinho e não queremos passar por alguém que faz geleias.” Intensificando a concorrência entre os produtores, no que diz respeito à qualidade dos produtos, o *cadran* também forneceu um meio de se informar sobre as técnicas a serem empregadas e, mais amplamente, um meio de proceder a um verdadeiro trabalho de socialização coletiva. O cultivo do morango tornando-se mais rentável, assistimos também a um aumento das áreas cultivadas.

⁶ Antes de 1981, as cotações dos morangos da região eram sempre inferiores à média nacional segundo as estatísticas da seção nacional do sindicato dos produtores de morango. Nos anos seguintes à criação do mercado, observa-se uma inversão da tendência e diferenças positivas em relação à média, alcançando, às vezes, 40%. Essa alta sensível do preço dos morangos na produção aconteceu também nas redes tradicionais. A criação do mercado modificou o campo das redes de comercialização, especialmente ao criar um ponto de referência para os agricultores que podem, doravante, tomar conhecimento das cotações indo ao mercado ou lendo a imprensa local que as publicam regularmente.

O que ocorreu para que esses agricultores, que mantinham relações pessoais com os intermediários e os expedidores, aceitassem as relações impessoais dos mecanismos de mercado que permitiram a inversão da correlação de forças?

Num contexto de desclassificação, em 1979, provocado pela criação de um mercado de leilão eletrônico no Lot-et-Garonne, que havia contribuído para a melhoria da qualidade da produção e para a alta das cotações, os morangos do Loir-et-Cher, já considerados inferiores aos do Sul, ficaram ainda mais desvalorizados. Os líderes regionais e o conselheiro econômico da Câmara da agricultura, convictos da vantagem do mercado de leilão eletrônico, empreenderam um duplo trabalho para transmitir suas convicções tanto para os agricultores quanto para os expedidores da região. A operação não tinha como objetivo principal o de substituir completamente os expedidores que trabalhavam na região, e sim o de inseri-los numa outra relação em que a concorrência entre os compradores ocorreria mais livremente. Para tanto, entraram em contato com os expedidores que reagiram afirmando categoricamente sua recusa coletiva ao novo sistema de venda e tentando dissuadir seus clientes por meio de todo tipo de contra-informação. Mas, para uma pequena fração de compradores, a criação desse mercado tornava possível a conquista de mercados novos (notadamente a produção que, antes, era vendida diretamente para os mandatários do Mercado Central *Les Halles*). Com a aceitação, por essa fração de expedidores, dessas novas normas propostas pelos produtores, as novas formas de concorrência triunfaram e desorganizaram o antigo sistema.

A invenção deste mercado, é a invenção de um futuro coletivo e individual para os agricultores, desta região, que cultivam morangos desclassificados nos mercados nacional e internacional e comercializados, em grande parte, por intermediários ou expedidores locais. É o resultado de um conjunto de transformações que supõe tanto a ação de indivíduos interessados na existência deste mercado e dotados de competências específicas, a intervenção de instituições predispostas a avalizá-lo (do ponto de vista material e simbólico), quanto o trabalho sobre a opinião regional para que ele fosse aceito por todos os parceiros.

Um jovem conselheiro da Câmara regional de agricultura, designado para a reorganização da produção de frutos e legumes da região do Loir-et-Cher⁷ se dedicou à mobilização dos recursos em instituições e em financiamentos para criar o mercado de leilão eletrônico⁸. Sua ação foi inspirada, em grande parte, pelo curso

⁷ Essa, evidentemente, não foi a única circunstância e nos remetemos a nosso artigo, citado anteriormente, abrangendo as características sociais dos promotores do mercado de leilão de Fontaines-en-Sologne assim como as redes de comercialização existentes antes de 1979.

⁸ Os produtores de Sologne contam que sonhavam, há muito tempo, com um "*petit Rungis*", em Fontaines-en-Sologne, porém várias mediações foram necessárias para dar a esse modelo selvagem a legitimidade e a força necessárias para que o mercado fosse criado.

de economia que ele seguiu na faculdade de direito⁹ e em seu conhecimento da teoria neoclássica: segundo ele, a necessidade de uma política de agrupamentos dos agricultores se justifica “para acionar novamente os mecanismos da concorrência”; ao transplantar modelos de mercado de leilões eletrônicos que funcionam na Holanda e no norte da França, ele responde a esse interesse. Com a ajuda de diversos líderes locais, ele teve de tornar essa nova forma de comercialização aceitável para as autoridades, os bancos locais e a população de agricultores envolvidos. Para tanto, foram organizadas “reuniões de sensibilização” e viagens para observar o funcionamento de outros mercados de leilões eletrônicos.

A presença do sindicato dos produtores de morango do Loir-et-Cher foi primordial: foi ele que forneceu os seus líderes ao leilão eletrônico e uma primeira organização coletiva. Embora não pertencendo à rede de comercialização propriamente dita, essa instituição foi um local de conciliação entre expedidores e produtores que permitiu implementar a criação de uma imagem de marca para os morangos da região. A função dos técnicos e conselheiros da Câmara da agricultura, ligados a esse projeto, era a de estimular uma produção que igualaria – em qualidade e em apresentação – às das grandes regiões produtoras que, na França, dominavam o mercado. Os produtores de morango envolvidos e os técnicos lançaram uma campanha que preconizava, entre outras coisas, a redução de plântulas utilizadas e a uniformização da embalagem. É assim que, em 1976, com a concordância da direção nacional do sindicato dos produtores de morangos, a seção regional do Loir-et-Cher apresentou, a um oficial de justiça, o “macaron” ou selo de qualidade “Morangos de Sologne” consolidando uma nova imagem de marca dos agricultores da Sologne. Os produtores venceram no plano econômico¹⁰ e no plano simbólico; desde então os morangos de Sologne tinham seu selo de qualidade com a mesma legitimidade dos morangos do sudoeste, da Lorraine e da região Rhône-Alpes. É, ainda, esse sindicato que permitiu a união, na base de interesses comuns, dos produtores de vários municípios, o que foi determinante para a implantação do mercado de leilão eletrônico.

Esse mercado parece realizar, na prática, as condições do modelo da teoria neoclássica, ou seja, a homogeneidade do produto, a livre entrada dos parceiros no mercado, a fluidez, a transparência, a atomicidade (nenhum dos atores tem força suficiente para influenciar a determinação do preço)¹¹ mas essas condições, longe de serem dadas de antemão, na verdade são o resultado de uma construção social. Se essas práticas econômicas correspondem àquelas que a teoria econômica prevê,

⁹ Esse conselheiro possuía, além de uma formação econômica, um diploma da *École d'agronomie de Nancy*, e era titular de um mestrado em biologia, o que lhe conferia um nível de instrução bem superior ao de todos os seus colegas da Câmara de agricultura, inclusive de seus superiores hierárquicos.

¹⁰ Cada bandeja de morangos, respondendo aos critérios de seleção, recebia uma subvenção de 5% do preço de venda por kg.

¹¹ Cf. por exemplo, Paul Samuelson, *Economics*, New York, McGraw Hill Book Company, 1973.

é porque essa teoria serve de quadro de referência para instituir cada elemento do mercado¹²: comercialização em lotes que representam uma quantidade insignificante da oferta, classificação dos morangos segundo critérios independentes da identidade de seu produtor, unidade de tempo e de lugar que torna o mercado perfeitamente transparente, enfim; liberdade dos grossistas e produtores que não são obrigados nem a comprar, nem a vender¹³. Na verdade, as práticas constitutivas do mercado – que correspondem às práticas de livre funcionamento da oferta e da demanda – não são, primordialmente, práticas mercantis, e sim o resultado de ações coletivas que não podem ser reduzidas a ações mercantis¹⁴. Para haver concorrência no novo mercado, foi necessário, antes de tudo, ter tido uma aliança para fazê-lo existir e funcionar; as novas formas de concorrência econômica supõem novas formas de aliança social.

Nos dois casos que acabamos de evocar, a criação do mercado de leilão eletrônico provocou um rebaixamento dos agentes ligados às formas precedentes de comercialização: grossistas e cooperativas. Se a ideia do leilão eletrônico se ancorou no espírito dos agricultores quando eles visitaram os *veillings* (Franch Elegöet conta que, durante uma visita à Holanda, os produtores teriam exclamado “estamos 50 anos atrasados”), a ajuda dos poderes públicos a essas novas formas de comercialização, sob forma de financiamento, também teve um papel importante.

A nova institucionalização modificou o estatuto dos produtos e, por consequência, o de seus produtores. A cultura do morango tornou-se símbolo de dinamismo e de notoriedade como o confirmam os artigos da imprensa local e a escolha da Sologne, em 1982, para a realização do seminário anual do morango, organizado pelo sindicato nacional dos produtores de morangos. Esse esforço coletivo criou uma identidade “leilão eletrônico” e essa rede de comunicação tornou-se muito dinâmica numa região de dispersão de plantações, onde a missa do domingo e o mercado tradicional perderam seu papel de instância de comunicação social.

Por outro lado, há outras situações em que o pensamento acadêmico, longe de reforçar as práticas mercantis, as desqualifica. Estamos pensando, é claro, na União Soviética em que os mercados com preços flutuantes eram considerados como sendo práticas aberrantes, limitantes, tornadas ilegítimas, e até ilegais pelo marxismo¹⁵. No entanto, não é apenas nos países de economia planejada que podemos encontrar uma desqualificação das práticas mercantis com preços flutuantes. Durante as pes-

¹² A respeito do “efeito de teoria”, ver Pierre Bourdieu, *Espace social et genèse des classes*, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 52-53, junho 1984.

¹³ Os produtores podem suspender a venda com a interrupção imediata da colheita pois não são mantidos pela presença de uma mão de obra regular e podem retirar seus lotes para o escoamento em direção à indústria.

¹⁴ Para uma análise dos acordos e convenções, cf. Laurent Thévenot, *Des marchés aux normes*, publicado em Gilles Allaire e Robert Boyer (éds), *La grande transformation de l'agriculture*, (1995).

¹⁵ Cf. Basil Kerblay, *Les marchés paysans en URSS* (1968); Jerzy Tepicht, *Marxisme et agriculture: le paysan polonaise* (1973); Boguslaw Galeski, *Basic Concepts of Rural Sociology* (1972).

quisas sobre os mercados tradicionais no Nordeste brasileiro, em que mostramos sua importância na reprodução econômica e social do campesinato dessa região, ficamos surpresos ao constatar que – embora o regime político em vigor no país não indique nenhuma posição oficial condenando-as¹⁶ – a análise das redes de mercado não parece suscitar interesse etnográfico, anedótico ou até mesmo folclórico.

Desconhecimento acadêmico e descrédito das práticas correntes

Os mercados agrícolas com forte participação camponesa ocupam um lugar menor na hierarquia dos objetos acadêmicos no Brasil, enquanto que os mercados internacionais de produtos tropicais (café, açúcar, algodão, cacau, borracha, etc.) encontram um lugar privilegiado na escala de interesses. Gostaríamos de evocar, de um lado, as representações dos mercados nos ambientes universitários do Brasil e, de outro, as práticas mercantis dos camponeses do Nordeste desse país, tais como pudemos observá-las ao longo de uma pesquisa de campo, no intuito de estudar a relação entre as concepções universitárias dominantes e a legitimidade dos diferentes mercados.

Os economistas mais eminentes concentraram seus estudos nos produtos agrícolas “nobres”, ou seja, nos produtos de exportação. Na verdade, a atenção dos economistas foi menos guiada pela preocupação em compreender a ação de diferentes agentes que intervêm nos mercados internacionais (proprietários de *plantations*, empresas de importação e exportação, banqueiros, etc.) do que pela vontade de discutir a política de valorização dos preços internacionais empreendida pelo Estado brasileiro desde o início do século XX. É a “ação do Estado” e a institucionalização dos circuitos dos produtos “nobres” – campo de pesquisa privilegiado de Celso Furtado (1959)¹⁷ e de Delfim Netto (2009)¹⁸ – que ocuparam, um durante um período

¹⁶ As publicações sobre os mercados, tirando os dos geógrafos, nos anos 1950, são muito raras e sobretudo o trabalho dos antropólogos, cf., por exemplo, Luiz Mott, *A feira do Brejo Grande: estudo de uma instituição econômica num município sergipano de baixo São Francisco* (1975).

¹⁷ Uma das obras clássicas da economia brasileira é, sem dúvida *A formação econômica do Brasil* de Celso Furtado (1959). Esse livro contribuiu para fundar o prestígio de seu autor enquanto intelectual inovador e permitiu que ele fosse nomeado Ministro do Planejamento. Sua visão do desenvolvimento brasileiro marcou fortemente as instituições econômicas do período 1959-1964. O autor faz amplo uso do modelo keynesiano para interpretar os efeitos inesperados da crise de 1930 (op. cit., parte V). Seu modelo se inscreve, em parte, numa crítica à política de incentivo aos preços dos cultivos tropicais, notadamente o do café, praticada pelo Estado brasileiro desde o início do século XX que, segundo ele, provocou, com o tempo, uma superprodução ainda maior do que a de 1930. Celso Furtado não faz uma avaliação totalmente negativa dessa política: embora ele a associe claramente à “socialização das perdas dos plantadores”, ela abriu caminho para a modernização industrial. No fim dos anos 1950, esse autor reconhece esse novo polo dinâmico da economia brasileira e defende a aceleração do desenvolvimento centrado na indústria e uma mudança de relações de poder no campo por meio de uma reforma agrária.

¹⁸ Delfim Netto (2009), um dos mais importantes responsáveis pelo regime militar (1964- 1985), publica, em 1959, uma monografia sobre *O Problema do café no Brasil*, na qual critica, de forma bem direta,

democrático e o outro durante o regime militar, posições dominantes no espaço intelectual e no campo político do país. Embora tendo concepções opostas, eles têm como modelo de referência os esquemas keynesianos e/ou neoclássicos e, como objeto central, a gestão – pelo Estado – da comercialização das principais culturas de exportação, notadamente o apoio ao preço do café no mercado internacional e seu papel decisivo no impulso da industrialização brasileira.

Suas análises não se concentraram diretamente nas formas políticas e econômicas que permitiram a instauração do controle dos principais produtos de exportação, como o café e o açúcar, pelo Estado brasileiro – o que constitui uma novidade em matéria de práticas mercantis – e tampouco na gênese da posição do Brasil como novo ator econômico na cena do “mercado mundial”. Tudo acontece como se toda reflexão sobre as práticas mercantis visasse apenas o comportamento do “Brasil” (enquanto coletivo nacional) nos “mercados mundiais”. Ao erigir a valorização dos produtos “nobres”, no exterior das fronteiras nacionais, como sendo objeto digno de atenção, esses autores concebem projetos de intervenção do Estado que supostamente produziriam efeitos perceptíveis na evolução da economia brasileira. Simultaneamente, esses dois modelos concorrentes contribuem para relegar, à uma zona nebulosa, toda uma gama de práticas mercantis, sejam elas o mercado de gêneros alimentícios ou os circuitos administrativos que enquadram a compra, a estocagem e a venda dos cultivos de exportação.

Entretanto, quando os economistas se distanciaram da análise dos mercados internacionais, foi a reforma agrária que se encontrou no coração de todos os debates intelectuais e políticos. Após esse debate, um certo número de economistas e de sociólogos¹⁹ que se interessaram pelo destino das populações rurais marginalizadas²⁰, se debruçaram sobre a comercialização dos produtos alimentícios básicos.

Para esses especialistas, dois problemas devem ser resolvidos: o de um escoamento dos produtos que possa remunerar, o melhor possível, os pequenos produtores e o do abastecimento, com preços acessíveis, das populações mais carentes (rurais ou urbanas). Para eles, o mercado (e aqui a confusão entre mercado “praça mercantil” e mercado “integração dos diversos fatores de produção pela oferta e a demanda” é

a política de incentivo ao preço do café nos mercados mundiais, sugerindo que, ao forçar a alta dos preços, o Estado brasileiro estaria provocando uma superprodução ainda mais violenta do que a das etapas anteriores, abrindo espaço para os outros países tropicais concorrentes e tornando difícil a industrialização. Autor de outros textos sobre o café, ele coloca em prática suas ideias, quando se torna Ministro da Fazenda (1967-1974) e Ministro do Planejamento (1979-1985). O café, então, deixa de ser percebido como um elemento de uma política macroeconômica para tornar-se o objeto de uma política setorial que leva ao seu declínio dentro da hierarquia dos produtos de exportação (atrás da soja e do suco de laranja) e à falta de interesse brasileiro em manter o Acordo Internacional do Café.

¹⁹ Seria necessário fazer uma sociologia da posição desses diferentes economistas e sociólogos, no campo intelectual, e sua relação com a escolha dos temas de suas pesquisas.

²⁰ Swedberg (1994), nota que os representantes das Ciências Sociais favoráveis ao movimento sindical reafirmaram a importância das intervenções políticas para compensar os efeitos negativos do mercado.

capital) e, particularmente, os “intermediários” são responsáveis pelas desigualdades econômicas e sociais; eles estão na origem das distorções de preço, comprando a preço reduzido e revendendo a preço elevado.

Segundo esses autores, as cooperativas e as instituições do Estado, sobretudo no abastecimento de produtos básicos, constituem o instrumento, por excelência, para lutar contra as desigualdades sociais, mesmo se muitos deles se sentem obrigados a mencionar que o cooperativismo se implantou no Brasil de uma maneira pouco conforme a seus ideais, sendo mais o produto de grandes grupos financeiros; tomando, assim, uma forma caricatural²¹. No entanto, é o cooperativismo que dever ter um papel ativo na elaboração de um projeto alternativo de sociedade, mesmo se lhe falta a característica principal de autogestão democrática de economia a favor da maioria dos produtores e dos consumidores²².

Encontramos os mesmos modelos de referência entre os intelectuais católicos e a igreja que afirmam ser necessário dar a primazia à criação de novos laços comunitários imbuídos de um sentido religioso (as comunidades eclesiais de base). No entanto, segundo o relatório de uma reunião de avaliação da ação desses diversos agentes para criar novas formas coletivas de produção e de circulação dos produtos no meio rural (Novaes, 1984), o modelo ideal da formação de laços comunitários nunca foi realizado em sua integralidade. Olhando de perto, todas as experiências de sucesso são associadas a uma conciliação entre as plantações coletivas e as plantações familiares. Os fracassos são nitidamente ligados à imposição de decisões coletivas em todos os planos. Atrás da condenação moral dos camponeses demasiadamente individualistas para entender os benefícios das novas formas comunitárias, se esconde a recusa em fazer o esforço de compreender as redes de sociabilidade mobilizadas na produção agrícola e na comercialização; enquanto que, para compreender as modalidades de adesão ou de rejeição às propostas apresentadas pelos agentes religiosos, seria necessário envolver a história de cada família camponesa e levar em conta o estado de seus recursos no início da experiência cooperativista. A utopia favorece a economia do trabalho de observação e de explicação das práticas mercantis.

A mesma ausência de análise concreta das práticas mercantis é observada num estudo da FAO que avalia os resultados econômicos obtidos por produtores agrícolas beneficiários de medidas de redistribuição de terras no Brasil (entre 1985

²¹ Sonia Corrêa, em seu artigo “Cooperativismo no Brasil e no Nordeste” (1982), descreve as cooperativas rurais do Nordeste no período 1960-1980 e nota que o cooperativismo, ligado ao sindicalismo de Estado, foi difundido diretamente pelo Estado durante a ditadura Vargas.

²² Cf. por exemplo, o artigo do economista consultor de uma organização não-governamental (ONG) do Nordeste, Heinz Stecher, “Cooperativismo: uma relação conflitiva entre o econômico e o político” (1994). É, também, a necessidade de criar estruturas cooperativistas que ocupa um lugar de destaque no congresso da central sindical camponesa (CONTAG).

e 1989)²³. Esse trabalho permitiu o estudo das variações de rendimento dentre os beneficiários da redistribuição de terras e sua comparação com as produções de diferentes regiões do país (Romeiro; Guanziroli; Palmeira, 1994). Um procedimento minucioso de amostragem por todo o território brasileiro e a utilização de questionários conduziram a estimativas dos rendimentos anuais dos novos agricultores, demonstrando que se situam por volta de 3,7 vezes o salário-mínimo brasileiro (performance impressionante para uma economia em que o desemprego, declarado ou dissimulado, condena uma grande parte da população urbana e rural a níveis de vida miseráveis). Diferentemente dos trabalhos estatísticos precedentemente realizados, esse estudo permitiu a estimativa do valor das práticas de autoconsumo: elas não são características das regiões ou das unidades de rendas mais baixas e são mais importantes entre as mais abastadas. Trabalho meticoloso, foi apresentado ao debate universitário e retomado pelo “movimento dos sem-terra”²⁴ como sendo uma prova do progresso econômico suscitado por uma reforma agrária. As experiências de reforma agrária, no Brasil, podem ser concebidas não apenas através de visões utópicas e/ou messiânicas, mas também como virtualidades históricas materializadas, até o presente momento, em escalas muito reduzidas.

No entanto, é surpreendente constatar que depois ter considerado os fatores ligados à comercialização dos produtos agrícolas (ou, nos seus próprios termos, “a inclusão no mercado”) como sendo os “responsáveis primordiais do sucesso” de certos agricultores e do fracasso de outros, os autores não tenham explorado os dados percebidos pelo questionário, sobre as redes de comercialização efetivamente utilizadas pelos novos camponeses. Eles nem ao menos os apresentaram dentro de quadros específicos como no caso do rendimento dos agricultores. Para concluir que os camponeses sofriam uma perda de quase 60% do preço de venda, por causa dos intermediários comerciais no perímetro reformado, os autores se basearam apenas na comparação de índices de preços regionais. Enquanto um estudo minucioso permitiu uma análise inovadora e perspicaz das formas de rendimento das diferentes alternativas objetivamente existentes, indagações sobre as perdas advindas das redes de comercialização permanecem sem respostas por conta da ausência de uma análise, no entanto essencial, das diferentes práticas mercantis no interior de diferentes redes. A força da ideia preconcebida sobre o papel de uma “inclusão no mercado” foi suficiente para justificar a ausência de um exame aprofundado das práticas mercantis.

²³ O Brasil nunca conheceu uma grande redistribuição da propriedade fundiária, como aconteceu no Chile e no México, e a principal reivindicação dos sindicatos e das organizações camponesas é a reforma agrária. No entanto, algumas grandes propriedades foram redistribuídas, em diversas ocasiões, aos camponeses: após graves conflitos ou quando a própria lei previa a expropriação dos grandes proprietários, notadamente em casos de especulação fundiária notória ou em casos de cultivo ilícito (exemplo: marijuana).

²⁴ O componente mais radical do sindicalismo camponês no Brasil atual.

Tal percepção inspira a maior parte das representações entre os universitários, os membros da alta administração e os políticos que se interessam e/ou estão envolvidos no assunto. Os circuitos que obtêm todos os créditos (simbólicos e financeiros) são os controlados pelo Estado (a exemplo dos produtos agrícolas de exportação como o café, o açúcar, etc.) ou as cooperativas. Esses circuitos estatais ou cooperativos são considerados coletivos detentores de interesse geral, enquanto que o mercado é relegado ao status de circuito “individualista” onde a felicidade de uns só pode existir em detrimento de outros. A percepção de “intermediários” é mítica: ela se caracteriza por uma ação guiada pela exploração do outro; e qualquer comércio, em última análise, é pensado enquanto pilhagem, como se ele não cumprisse função alguma e deveria ser eliminado ou substituído a médio ou longo prazo.

Portanto, os mercados são realizados, em sua maioria, sem a ajuda do Estado, dos partidos e das organizações políticas, com poucas condições materiais e quase nenhum crédito simbólico. O fato de que os prefeitos, às vezes, dão atenção ao mercado é percebido como a reinvenção do clientelismo ou, no melhor dos casos, como algo importante em nível local, uma espécie de último recurso, mas que não pode ser apoiado pelas ações de organizações política. Assim, os mercados são percebidos, muitas vezes, como arcaísmos, reminiscências a serem toleradas na falta de coisa melhor, símbolos do tradicionalismo.

Mercados locais: liberdade recuperada ou arcaísmo?

Ao contrário, segundo a equipe de pesquisa sobre as transformações sociais no Nordeste do Brasil, da qual participamos²⁵, o mercado é a prova mais evidente da transformação das relações de dependência que se insere na herança da escravidão. É no mercado que os descendentes de escravos fazem sua aprendizagem do mundo do comércio, detentor, para eles, de um sentido de liberdade²⁶. Até por volta dos anos 1950, as relações de dependência personalizada estruturam o espaço social e isolam os trabalhadores residentes, os *moradores*²⁷ no interior de grandes propriedades, excluindo-os das atividades urbanas, inclusive dos mercados semanais. De fato, os trabalhadores residentes, frequentemente endividados, são coagidos a adquirir os produtos de que precisam nos barracões das fazendas. Com o desgaste do modo de

²⁵ Um projeto de pesquisa sobre as transformações socioeconômicas do Nordeste do Brasil, dirigido por Moacir Palmeira, *Droit, politique et espace agraire au Brésil* (1994), originou várias publicações, notadamente em francês, como a de Afrânio Garcia Jr, *Libres et assujettis* (1989).

²⁶ A importância desse fenômeno é descrita no artigo de Moacir Palmeira, “Feira e mudança econômica” (1971).

²⁷ Os moradores recebiam, geralmente, um lote de terra que eles cultivavam, durante as horas livres que lhes eram concedidas, e que era insuficiente para assegurar sua subsistência até porque a relação que tinham com o proprietário os obrigava a lhe oferecer os produtos desses lotes.

dominação tradicional²⁸ – causado, em parte, pelo declínio econômico das grandes plantações de cana – com a possibilidade das retiradas em massa em direção ao mercado de trabalho industrial do Sul, com o desenvolvimento das associações camponesas e a implementação de um novo quadro legal e institucional, assistimos a uma mudança de estratégias dos grandes proprietários e à expulsão dos trabalhadores residentes. Consequentemente, as migrações se aceleraram, as cidades viveram um crescimento espetacular e as relações mercantis conheceram um grande desenvolvimento; o que, antes, era um objeto de autoconsumo para os trabalhadores residentes, tornou-se objeto de trocas mercantis. O campesinato utilizou, cada vez mais, a atividade mercantil regular para contrabalançar os efeitos da falta de terras, e até mesmo para acumular e adquirir terras.

Na verdade, o campesinato encontra, numa forma especial de institucionalização dos mercados – a existência de circuitos de mercados periódicos que se estendem por todos os dias da semana – uma maneira de realizar, ao mesmo tempo, a atividade comercial e a agrícola; o fato de praticá-las não entra em contradição com a afirmação de sua identidade camponesa²⁹. Para que essa complementariedade aconteça, não basta que as feiras sejam periódicas, é preciso também que os dias de feira sejam distribuídos ao longo da semana para que as diferentes combinações possam ocorrer. A escolha dos dias é um objeto de lutas, o resultado de uma longa construção social que depende de uma configuração de interesses muito diversos. As feiras das zonas canavieiras devem ocorrer no domingo para não perturbar a semana de trabalho do interesse dos proprietários de fazendas; a Igreja, por sua vez, prefere que ocorra num outro dia. Uma parte dessas feiras tiveram sua origem no final do século passado, principalmente para o escoamento dos produtos nobres (o açúcar, o café e o algodão), para o abastecimento dos barracões das grandes fazendas da região, ou ainda para servir de escala para a região árida. A comercialização desses produtos tornou-se, no início do século, um assunto de administração do Estado: a cana-de-açúcar não é mais vendida nas praças de mercado desde 1930, data da criação de um organismo de Estado: o Instituto do açúcar e do álcool (IAA) que regula nos mínimos detalhes o mercado nacional da cana e seus derivados. Quanto ao algodão, produto da região semiárida, o Estado interveio com a criação de uma comissão de financiamento, estabelecendo um preço mínimo de maneira a manter o

²⁸ Para uma análise do modo de dominação tradicional, cf. Afrânio Garcia Jr, *Libres et assujettis* (1989), Moacir Palmeira, “Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na “plantation” tradicional” (1976); Lygia Sigaud, *Le courage, la peur et la honte* (1996).

²⁹ Nos trabalhos anteriores, tentamos mostrar como, ao contrário, a reunião social semanal, que configura o mercado, agrupa, embora de maneira heterogênea, as diversas ramificações do campesinato – alguns participam apenas enquanto consumidores, outros vendem sua produção e/ou têm atividade de intermediários. Ela fornece, assim, de certa forma, uma imagem de si mesma, de seu lugar e de sua função no espaço social. Cf. Garcia, *Espace public et participation féminine: paysannes et commerce dans le Nordeste du Brésil* (1991).

fluxo constante para a alimentação da indústria têxtil e financiando as cooperativas de transformação de fibras de algodão que geram as transações.

Desprovidas de suas funções mais nobres, essas praças mercantis são, hoje em dia, o local de compra e venda preferencial do campesinato, onde eles fazem suas provisões de produtos alimentícios da semana. Os pequenos produtores encontram, na população recentemente proletarizada das fazendas, uma demanda por seus produtos alimentícios ou artesanais³⁰. O escalonamento das feiras, em diversos lugares e nos diferentes dias da semana, permite que os camponeses possam compor um circuito de mercados, segundo suas disponibilidades de tempo, e realizar uma combinação otimizada entre o trabalho agrícola e o “negócio”.

Figura 3 – Os legumes: um setor onde as mulheres podem se estabelecer.



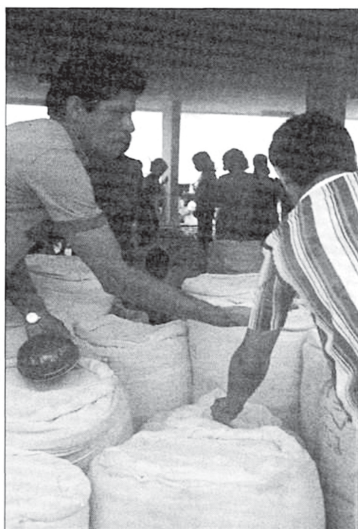
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Nas feiras, os camponeses adquirem tudo o que eles necessitam, tanto os produtos agrícolas para consumo como os produtos industrializados, e vendem a produção de sua parcela de terra; lá, todos podem se instalar e vender sua produção no varejo, com a exceção do feijão, da farinha de mandioca e da carne cujo acesso é regulamentado. Se não conhecemos a regulamentação da venda de carne porque é muito antiga, em compensação, as vendas da farinha de mandioca e do feijão, os dois produtos de base da alimentação das populações locais, vêm sendo taxadas (anualmente) há uns trinta anos, e atreladas à utilização de uma balança certificada

³⁰ Tudo o que é necessário para a vida desses trabalhadores rurais pode ser comprado nas feiras e os produtores rurais representam a maior parte dos intermediários de produtos agrícolas e outros.

pelo Estado; as autoridades pretendiam, assim, proteger os consumidores mais necessitados. Na verdade, essas exigências, que acarretam investimentos relativamente pesados para um grande número de pequenos produtores³¹, excluíram uma boa parte deles e só alguns puderam se instalar em outros setores “mais abertos” para uma atividade regular de venda no varejo. Os produtores podem, é claro, vender sua produção a comerciantes que vão buscar seus produtos na sua plantação, desde que essa seja suficientemente importante para justificar o deslocamento. Nesse caso, é o comerciante que impõe seu preço. São, sobretudo, os camponeses endividados que recorrem a essa prática, solicitando ao comerciante adiantamentos financeiros durante os períodos de entressafra.

Figura 4 – A venda de farinha de mandioca: negociação sobre a qualidade do produto.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A inserção de pequenos produtores nas redes de feiras é duplamente facilitada: a venda de sua colheita pode servir de aporte inicial para adquirir o estoque necessário, e o fato de ter de vender periodicamente lhes permite familiarizar-se com a praça mercantil, diferentemente do simples consumidor. Aliás, essa combinação de atividades agrícolas e mercantis apresenta várias vantagens: o comércio nas feiras permite que os camponeses complementem sua renda sem perder sua autonomia. A atividade mercantil fornece aos pequenos produtores um rendimento estimável durante os

³¹ O impacto dessa medida foi tão violento que os camponeses não conseguem falar a respeito. Ela os priva de uma renda superior e de uma socialização durante a venda. No estado de Pernambuco, onde a mobilização camponesa foi particularmente importante, essa medida nunca foi aplicada.

períodos de fraca produção e, sobretudo, o período que precede as atividades de cultivo, momento estratégico do ano em que, muitas vezes, é necessário recorrer a trabalhadores rurais diaristas. Enfim, a atividade mercantil regular e, sobretudo, a participação em várias feiras, aumentam consideravelmente o conhecimento da oferta e da demanda, o que permite aos pequenos produtores reagir melhor diante das flutuações de preços.

A feira é um espaço muito diversificado. Os diversos produtos são agrupados em setores cujos riscos e as exigências de tempo e de capital são muito diferentes. Dependendo do tipo de mercadoria com as quais querem fazer as transações, o investimento necessário é mais ou menos importante: quando dispõem de uma boa rede de contatos, podem começar com pouca ou nenhuma liquidez e receber produtos para vender mediante comissão a seu primeiro detentor. Essa coexistência de setores diferenciados permite, aos camponeses, passar ao longo do tempo de setores menos capitalizados para setores mais capitalizados, de acordo com os momentos de seu ciclo de vida, sem maiores riscos, sobretudo quando exercem, conjuntamente, uma atividade agrícola e comercial.

A composição social dos vendedores é muito diferenciada dependendo dos setores, e as condições de entrada são diferentes de acordo com as posições sociais. Para os trabalhadores rurais diaristas (“vivendo do alugado”) e os *moradores*, o acesso à feira é muito reduzido: frequentemente endividados nos barracões do campo, que vendem mais caro, eles não dispõem de nenhuma liquidez para investir na atividade mercantil. A falta de liberdade dos *moradores* torna sua inserção ainda mais difícil: sua submissão à vontade do patrão está longe de se limitar aos canaviais e devem se manter sempre à sua inteira disposição. São os pequenos produtores e, dentre eles, os proprietários que se tornam, mais frequentemente, agricultores comerciantes. Apesar de uma acentuada divisão sexual do trabalho, nessa região, que faz com que o abastecimento de produtos alimentares das feiras seja uma incumbência masculina por excelência, um certo número de mulheres exerce uma atividade mercantil de intermediária. Os homens ocupam os setores atacadistas e todos os setores mais valorizados. As mulheres frequentam os mercados para comprar os bens destinados ao funcionamento da casa, às vestimentas do grupo doméstico, e acompanham seus maridos durante a compra das provisões. Elas podem ajudá-los em sua atividade mercantil e a transposição de conhecimentos adquiridos no mundo doméstico permite que algumas delas tenham bancas (por exemplo, de comida), mesmo se suas trajetórias estão longe de serem equivalentes às dos homens que vêm do mesmo grupo social. É a mesma lógica de socialização familiar que familiariza as crianças de acordo com sua idade e, sobretudo os meninos, à aquisição de conhecimentos necessários à venda: servir os clientes, fazer as compras, abrir uma banca independente, se instalar numa outra feira que aquela do município de residência.

Figura 5 – Vendedor de artigos de couro, armarinhos, cosméticos.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Como é que os camponeses imaginam sua atividade mercantil? Quando o pesquisador os interroga a respeito, aqueles que têm uma atividade mercantil regular respondem “que com a feira, eles se viram”, os que são excluídos dessa atividade se lamentam, vendo nela um “meio de sair do aperto”. Quando pedimos que definam sua atividade na feira, em relação ao comércio estabelecido, eles se definem como “mangaieiros”. No entanto, esse termo exprime a desclassificação: os camponeses designam assim os vendedores de legumes no varejo, os vendedores de produtos artesanais, confeccionados com objetos de recuperação e, também, os vendedores atacadistas, de feijão e de farinha ou de legumes, nas feiras. O “mangaio” designa o conjunto das pequenas coisas que é preciso reunir para conseguir sair do aperto, algo que denota ociosidade forçada por falta de terra ou de lugar no mercado de trabalho. Isso evoca, da parte dos vendedores, muito mais uma sobre-exploração³² de si mesmos do que a obtenção, às custas de um esforço mínimo, de um lucro proveniente de uma compra para revenda.

³² Para a auto-exploração do trabalho familiar cf. Alexander Tchayanov, *L'organisation de l'économie paysanne* (1990). De qualquer forma, é preciso estar atento às diferenças que existem entre os pequenos varejistas – cujos pequenos rendimentos fornecem apenas um pequeno complemento de renda –, e os vendedores no atacado que têm um conhecimento afiado dos preços de uma praça mercantil à outra (ou seja, da opacidade do mercado) e que valorizam as operações lucrativas que elas podem proporcionar. No entanto, suas condições de trabalho são mais duras do que as dos estabelecimentos comerciais.

Figura 6 – Em primeiro plano, o mercado de cereais (feijão e milho).
Ao fundo, bancas de lanches mantidas por mulheres.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Desde 1977, várias instituições governamentais implementaram, em vários municípios da região, centrais de compra com fundos públicos, afim de evitar o que, aos seus olhos, seria um obstáculo ao desenvolvimento da população rural mais desfavorecida: para lutar contra os efeitos “perversos” do mercado – que favorecem os intermediários –, técnicos dessas instituições calculam o preço ideal, pelo qual os produtos devem ser vendidos, à partir dos preços observados na capital do estado da Paraíba, acrescentando o preço do transporte, as taxas³³, etc. Essas centrais de compras, geralmente situadas fora das aglomerações³⁴, são de difícil acesso para a imensa maioria dos camponeses que não possuem carros³⁵. É por isso que o relativo sucesso de algumas centrais se deve aos agricultores mais prósperos, notadamente aos pequenos proprietários (Novaes, 1980). Além disso, se os preços praticados são atrativos, essa operação se inscreve numa lógica muito diferente daquela com a qual são acostumados os camponeses cujas atividades econômicas e sociais³⁶ ocorrem

³³ Cf. Roberto Novaes, *Estado e agricultura: Avaliação da política de compra de alimentos no Agreste da Paraíba*, Relatório de pesquisa do Instituto nacional da alimentação (1980).

³⁴ Segundo Roberto Novaes (1980), uma delas foi fechada, pois, não tinha mais razão de ser uma vez que as “distorções do mercado já tinham sido corrigidas”.

³⁵ No dia da feira, um grande número de veículos de turismo ou pequenas camionetes percorrem os arredores da região e o afluxo dos interessados permite reduzir os custos dos transportes ao se amontoar os passageiros e várias mercadorias.

³⁶ Não é apenas nas economias mais “*embedded*” que podemos observar os aspectos sociais e simbólicos das transações mercantis. Cf. por exemplo, Michèle de la Pradelle, *Les vendredis de*

durante o dia. Essa venda a preço mais baixo (de produtos de qualidade inferiores segundo os camponeses) corresponde a uma vontade de suprir às necessidades das populações marginais dos grandes centros urbanos e, portanto, novamente, de “corrigir as distorções do mercado”³⁷.

Mercados e alianças sociais, uma antinomia?

Um dos efeitos da teoria é o de dar sentido às práticas mercantis correntes desacreditando-as ou consagrando-as. Quando há uma distância entre as práticas observadas e os modelos econômicos mais valorizados para concebê-las, a falta de interesse científico repercute no valor social das práticas: isso não impede que existam, mas, sem reconhecimento, os agentes podem contar apenas consigo mesmos para atribuir importância ao que fazem. Na verdade, os mercados do Nordeste do Brasil, assim como as feiras e os mercados da França pré-industrial (analisados por Dominique Margairaz (1997)), não correspondem à imagem, geralmente veiculada, de instituições arcaicas e residuais. O comércio periódico se apresenta mais, nesses dois contextos, como uma instituição que limita a especulação quando há uma dispersão da oferta e que, assim, permite “uma promoção da produção agrícola e manufaturada através de uma integração a uma economia de trocas dos grupos sociais, especialmente os rurais, os menos equipados para fazê-la” (Novaes, 1980).

No caso da França pré-industrial, as feiras e mercados eram percebidos como sinônimos de regulamentação e, conseqüentemente, como um obstáculo à liberdade de empreendimento. É nesse elemento particular que se concentravam as críticas dos liberais, sem perceber que liberdade de empreendimento, por si só, não regula o problema de fluidez e de estabilidade dos preços. No caso do Brasil, os partidários de um dirigismo de Estado de esquerda fixaram suas críticas no papel dos intermediários dentro de uma economia de mercado. Na verdade, tanto os partidários do liberalismo quanto os de uma economia dirigida fazem economia da reflexão sobre o procedimento de implementação de mercados concretos. Se essas ideologias têm uma eficácia é porque as políticas públicas fortalecem apenas os circuitos mercantis mais conformes aos modelos aceitos pelo mundo acadêmico (Margairaz, 1997) e intelectual.

Nos casos examinados a respeito da França atual, a reorganização dos mercados agrícolas, através dos mercados de leilão eletrônico, só pôde ocorrer graças à

Carpentras (1996).

³⁷ Podemos notar, aqui, que essas formas de distribuição, idealizadas para responder à preocupação democrática de satisfazer os pequenos produtores, são concebidas – como o analisa Arnaud Berthoud – “segundo um princípio de economicidade indiferente às circunstâncias históricas, um princípio de racionalidade insensível aos tempos e aos locais de vida” (Berthoud, 1992).

convergência entre os interesses políticos dos diferentes atores (agricultores, sindicalistas, conselheiros técnicos, políticos, etc.) e as formulações acadêmicas creditadas no mundo acadêmico. A comparação entre o caso bretão e o caso da Sologne mostra bem que não há nenhuma sequência obrigatória no processo de transformação; cada configuração exige a análise sociológica dos atores presentes, de suas alianças, de seus conflitos e a do contexto histórico no qual a inovação ocorreu. Não há passagem automática entre os modos de trocas personalizadas (a exemplo da relação produtor/expedidor) e as relações impessoais que são características dos “mecanismos do mercado”. O esforço de convicção dos produtores, dos expedidores, dos bancos ou outras instituições, também foi vinculado ao trabalho dos agentes sobre si mesmos, ou seja, a um processo de educação mútua no plano profissional.

Um dos maiores obstáculos à compreensão dos modos de funcionamento dos mercados concretos não seria, na verdade, a oposição estabelecida entre os mercados e os mecanismos de alianças sociais? O pouco interesse científico suscitado pelas feiras dos camponeses, no Brasil, parece ligado à sua percepção enquanto formas “individualistas” às quais se oporiam as formas coletivas, tais como as cooperativas ou as instituições de Estado, as únicas capazes de assegurar laços sociais duráveis. Parecem acreditar que não é preciso uma ação coletiva para instituir formas de concorrência individuais; como se, ao contrário, a instituição dos coletivos poderia abolir as concorrências individuais. Mas os mecanismos de mercado e as alianças sociais não seriam, na verdade, as duas faces de uma mesma moeda?

Esses vários exemplos, para além das situações históricas e sociais muito diferentes, podem ilustrar o quanto os modelos aplicados para captar a lógica das práticas no coração do mercado em diferentes escalas (desde os mercados locais até os mercados internacionais) contribuem, também, de fato a imprimir na realidade social de maneira ativa uma configuração bem determinada. Como bem assinalou Pierre Bourdieu (1984) no artigo “*Espace social et genèse des classes*”, há um “efeito de teoria” em que os modelos concebidos por cientistas e intelectuais para pensar a realidade social tendem a se inscrever nessa própria realidade, reforçando a imagem de “construções abstratas” que “espelham o real”. Tudo se passa como se a lógica indutiva fosse a única a ser operante. Os debates intelectuais e acadêmicos possuem um efeito de “performatividade” que precisam ser objeto da devida consideração.

Esses vários exemplos, para além das situações históricas e sociais muito diferentes, podem ilustrar o quanto os modelos aplicados para captar a lógica das práticas no coração do mercado em diferentes escalas (desde os mercados locais até os mercados internacionais) contribuem, também, de fato a imprimir na realidade social de maneira ativa as marcas de uma configuração bem determinada.

Tudo se passa como se a lógica indutiva fosse a única a ser operante durante a elaboração de modelos explicativos da realidade social. Nesse sentido, há uma

forte convergência de perspectivas com o grupo de economistas que editou o livro com o significativo título de *Do economists make markets? On the Performativity of Economics*, no qual acentuam como os modelos científicos contribuem para as configurações que desejam estudar (MacKenzie; Muniesa; Siu, 2008). Há uma contribuição ativa da elaboração teórica para buscar legitimar ou deslegitimar os circuitos de mercado objetivados pela análise científica.

REFERÊNCIAS

ALLAIRE, Gilles; BOYER, Robert (éds). **La grande transformation de l'agriculture**. Paris: INRA/Economica, 1995.

BERTHOUD, Arnaud. Marché-rencontre et marché-mécanique. **Cahiers d'Économie Politique**, n. 20-21. Paris: L'Harmattan, 1992.

BECKER, Gary S. **A treatise on the family**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.

BECKER, Gary S. **The economic approach to human behavior**. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

BOURDIEU, Pierre. Espace social et genèse des classes. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 52-53, junho 1984.

BOYER, Robert. L'agriculture, terrain de choix pour les recherches en économie institutionnelle. **Cahiers d'Économie et Sociologie Rurales**, n. 19, 1993.

CORRÊA, Sonia. Cooperativismo no Brasil e no Nordeste. **Cadernos do CEAS**, n. 81, set./out. 1982.

DE LA PRADELLE, Michèle. **Les vendredis de Carpentras**. Paris: Fayard, 1996.

DELFIN NETTO, Antônio. Importação. **FOLHA S.PAULO**, São Paulo, quarta-feira, 21 de janeiro de 2009.

DELFIN NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2009.

ELEGOËT, Fanch. **Révoltes paysannes en Bretagne à l'origine de l'organisation des marchés**. Éditions du Léon, 1984.

FARCY, Henri de. **L'agriculteur à la conquête de son marché: expériences Americaines**. Paris: Éditions SPES, 1958.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

- GALESKI, Boguslaw. **Basic concepts of rural sociology**. Manchester: University Press, 1972.
- GARCIA, Marie-France. Espace de marché et modes de domination. **Études rurales**, n. 131-132, 1994.
- GARCIA, Marie-France. Espace public et participation féminine: paysannes et commerce dans le Nordeste do Brasil. **Informations sur les Sciences Sociales**, n. 30. London; New Delhi: Sage, 1991.
- GARCIA, Marie-France. La construction sociale d'un marché parfait: le marché au cadran de Fontaines-en-Sologne. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 65, 1986.
- GARCIA JR., Afrânio. **Libres et assujettis**. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1989.
- KERBLAY, Basil. **Les marchés paysans en URSS**. Paris: Mouton et Co., 1968.
- MACKENZIE, Donald; MUNIESA, Fabian; SIU, Leung-Sea. **Do economists make markets? On the Performativity of Economics**. Princeton, Princeton University Press, 2008.
- MARGAIRAZ, Dominique. **Foires et marches dans la France préindustrielle**. EHESS, 1997.
- MOTT, Luiz. **A feira do Brejo Grande**: estudo de uma instituição econômica num município sergipano de baixo São Francisco. Campinas: Unicamp, 1975.
- NOVAES, Regina. Mutirões: cooperativas e roças comunitárias. In: ESTERCI, Neide (Org.). **Questões sobre a prática da Igreja popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- NOVAES, Regina. Estado e agricultura: Avaliação da política de compra de alimentos no Agreste da Paraíba. **Relatório de pesquisa do Instituto Nacional de Alimentação (Paraíba)**, 1980.
- PALMEIRA, Moacir. Droit, politique et espace agraire au Brésil. **Études Rurales**, n. 131-132, 1994.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na "plantation" tradicional. **Congrès International des Américanistes**, Paris, 2-9 de setembro de 1976.
- PALMEIRA, Moacir. Feira e mudança econômica. **Simpósio de Pesquisas**. Museu Nacional, Rio de Janeiro, mimeo, 1971.
- REVUE ÉCONOMIQUE. **L'économie des conventions**. Vol. 40, nº2, 1989. Disponível em: https://www.persee.fr/issue/reco_0035-2764_1989_num_40_2. Acesso em: 22 jan. 2025.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro; GUANZIROLI, Carlos; PALMEIRA, Moacir. **Reforma agrária**: produção, emprego, renda: o relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

SAMUELSON, Paul. **Economics**. New York: McGraw Hill Book Company, 1973.

SIGAUD, Lygia. Le courage, la peur et la honte. **Genèses. Sciences sociales et histoire**, vol. 25, p. 72-90, 1996.

STECHER, Heinz. Cooperativismo: uma relação conflitiva entre o econômico e o político. **Cadernos do CEAS**, n. 138, 1994.

SWEDBERG, Richard. **Une histoire de la sociologie économique**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

TCHAYANOV, Alexander. **L'organisation de l'économie paysanne**. Librairie du Regard, Paris, 1990.

TEPICHT, Jersy. **Marxisme et agriculture**: le paysan polonaise. Paris, A. Colin, 1973.

THÉVENOT, Laurent. Des marchés aux normes. *In*: ALLAIRE, Gilles; BOYER, Robert (éds). **La grande transformation de l'agriculture**. Paris: INRA/Economica, 1995.

ZELIZER, Viviana. Repenser le marché. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. **Économie et morale**, n. 94, setembro de 1992.

Submetido em: 03/03/2024

Aprovado em: 05/06/2024

LUTAS SIMBÓLICAS E PRODUÇÃO SIDERÚRGICA NA AMAZÔNIA: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA TEORIA DO CAMPOS DE PIERRE BOURDIEU

LUCHAS SIMBÓLICAS Y PRODUCCIÓN DE ACERO EN LA AMAZONÍA: UNA INTERPRETACIÓN BASADA EN LA TEORÍA DE CAMPO DE PIERRE BOURDIEU

SYMBOLIC STRUGGLES AND STEEL PRODUCTION IN THE AMAZON: AN INTERPRETATION BASED ON PIERRE BOURDIEU'S FIELD THEORY

*Marcelo Sampaio CARNEIRO**

RESUMO: Esse artigo possui por objetivo discutir a utilização da sociologia desenvolvida por Pierre Bourdieu para a análise do funcionamento de campos econômicos, conferindo atenção especial ao papel desempenhado pelas lutas simbólicas na conformação desses campos. A partir de pesquisas realizadas sobre a atividade siderúrgica na Amazônia brasileira, atividade submetida a forte contestação social, analiso o desenvolvimento de investimentos simbólicos realizados por determinadas empresas, para enfrentarem a crítica ao uso de trabalho escravo na cadeia de fornecedores de carvão vegetal e para se posicionarem no debate sobre a necessidade descarbonização da produção siderúrgica, através da construção do chamado “aço verde”. A partir desse exemplo de teoria aplicada nos atos de pesquisa, procuro mostrar a fecundidade da teoria dos campos para o estudo dos fatos econômicos, como uma abordagem capaz de dar conta das relações dinâmicas que são estabelecidas entre empresas e demais agentes que participam do campo econômico, a partir do escrutínio dos diferentes tipos de trunfos (capitais) detidos por cada um deles.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria dos Campos. Lutas Simbólicas. Siderurgia.

* Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA-Universidade Federal do Maranhão. São Luís, MA – Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7474-2694>. Contato: marcelo.sampaio@ufma.br.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo discutir el uso de la sociología desarrollada por Pierre Bourdieu para analizar el funcionamiento de los campos económicos, prestando especial atención al papel desempeñado por las luchas simbólicas en la configuración de estos campos. A partir de investigaciones realizadas sobre la industria siderúrgica en la Amazonía brasileña, actividad sujeta a una fuerte contestación social, analizo el desarrollo de inversiones simbólicas realizadas por determinadas empresas, para enfrentar las críticas por el uso de mano de obra esclava en la cadena de suministro de carbón vegetal y para posicionarse en el debate sobre la necesidad de descarbonizar la producción de acero, mediante la construcción del llamado “acero verde”. A partir de este ejemplo de teoría aplicada en la investigación, busco mostrar la fecundidad de la teoría de campo para el estudio de hechos económicos, como un enfoque capaz de dar cuenta de las relaciones dinámicas que se establecen entre las empresas y otros agentes que participan en el campo económico, a partir del escrutinio de los diferentes tipos de activos (capital) que posee cada uno de ellos.

PALABRAS CLAVE: Teoría del campo. Luchas simbólicas. Industria siderúrgica.

ABSTRACT: This article aims to discuss the use of sociology developed by Pierre Bourdieu to analyze the functioning of economic fields, paying special attention to the role played by symbolic struggles in shaping these fields. Based on research carried out on the steel industry in the Brazilian Amazon, an activity subject to strong social contestation, I analyze the development of symbolic investments made by certain companies, to face criticism of the use of slave labor in the charcoal supply chain and to position themselves in the debate on the need to decarbonize steel production, through the construction of so-called “green steel”. Based on this example of theory applied in research, I seek to show the fruitfulness of field theory for the study of economic facts, as an approach capable of accounting for the dynamic relationships that are established between companies and other agents that participate in the economic field, based on the scrutiny of the different types of assets (capital) held by each of them.

KEYWORDS: Field Theory. Symbolic Struggles. Steel Industry.

Introdução

Esse artigo possui por objetivo discutir a utilização da sociologia desenvolvida por Pierre Bourdieu para a análise de fenômenos econômicos, tomando

como referência as pesquisas que venho realizando acerca da evolução da atividade siderúrgica na Amazônia Oriental (Carneiro, 2008; 2016; 2021).

Nesse sentido, ele se inscreve na ideia de que a relação com uma abordagem teórica deve estar guiada pela necessidade de explicar os fatos e não para a reprodução mecânica de esquemas de análise. Como sugerem Lebaron e Mauger (2012), na introdução a uma coletânea dedicada a análise do trabalho de Bourdieu, a relação com essa herança intelectual deve ser sempre orientada no sentido da mobilização de um modo de pensar reflexivo, voltado ao desenvolvimento de estudos originais.

Feito esse preâmbulo, creio ser necessário precisar que minha relação com o estudo da atividade siderúrgica na Amazônia começou no final dos anos 1980, quando as primeiras fábricas de produção de ferro-gusa começaram a ser implantadas na região (Carneiro, 1989). Naquele momento, a perspectiva de análise utilizada se situava no campo dos estudos da socioeconomia do desenvolvimento (Hirschman, 1986) e tinha como questão central a maior/menor capacidade dessa atividade econômica gerar encadeamentos (*linkage effects*) positivos/negativos para a economia regional. Ou seja, meu encontro com a sociologia dos fatos econômicos elaborada por Bourdieu ocorreu mais tardiamente, durante a pesquisa para minha a tese de doutorado, quando analisei a trajetória de um conjunto de empresas florestais que optaram pelo investimento em processo de certificação florestal na Amazônia brasileira (Carneiro, 2007).

A partir dessa primeira experiência de utilização dessa abordagem teórica, voltei ao estudo da produção siderúrgica, que, naquele momento, estava passando por um importante processo de transformação, adotando ações para responder à crítica pela existência de situações de trabalho escravo em sua cadeia de abastecimento de carvão vegetal (Carneiro, 2008). Ou seja, em ambas as situações a ferramenta de pesquisa bourdieusiana foi mobilizada para compreender processos de transformação desses dois campos econômicos (produção florestal e siderúrgica), pois, ao contrário do que argumenta uma crítica muitas vezes repetidas, a sociologia dos campos não é uma abordagem reprodutivista, incapaz de dar conta de processos de inovação em determinados mercados (Boyer, 2017).

No presente artigo, retomo o tema da pesquisa sobre a siderurgia na Amazônia, de forma a destacar a fecundidade da abordagem de Bourdieu para explicar um processo de transformação desse campo econômico, destacando a importância das lutas simbólicas para a definição de posições nesse campo (Bourdieu, 2021), uma dimensão que foi pouco tematizada nos trabalhos anteriores.

Para dar conta dessa proposição, organizei o artigo em três seções, além dessa introdução e conclusão. Na primeira, passo em revista alguns elementos centrais da teoria dos campos, focalizando na sua aplicação ao estudo de processos econômicos. Em seguida, apresento alguns momentos da trajetória do campo da produção siderúrgica na Amazônia, considerando-a como um processo que envolve a

construção, estabilização e o desaparecimento de um campo econômico. Na terceira seção, discuto o papel desempenhado pelos investimentos e as lutas simbólicas na conformação do campo da produção siderúrgica, enquanto na conclusão apresento um balanço dos ganhos analíticos obtidos com a utilização da perspectiva bourdieusiana no estudo da atividade siderúrgica na Amazônia, além de indicar algumas limitações observadas.

1 - A sociologia de Pierre Bourdieu e o estudo dos campos econômicos

Para analisar a formação e as transformações da produção siderúrgica da Amazônia utilizo a teoria dos campos de Bourdieu, pois, acredito que essa abordagem permite uma boa compreensão das estratégias desenvolvidas por cada agente presente nessa atividade, bem como o resultado geral que é produzido pela dinâmica entre as ações empresariais e o funcionamento do campo como um todo.

Analisar um setor ou uma atividade como um campo econômico supõe, de forma preliminar, ser capaz de estabelecer os critérios a partir dos quais um determinado espaço social pode ser compreendido como campo. Como diz Bourdieu (2021, p. 580, tradução nossa), para determinar se um conjunto de instituições (e agentes) constituem um campo, é necessário colocar a questão se essas “instituições exercem efeitos entre si, isto é, se a análise ganhará alguma coisa pensando-as em termos de suas relações objetivas”.

No caso da produção siderúrgica localizada na Amazônia Oriental, três aspectos nos levaram a analisar essa atividade como um campo específico. Em primeiro lugar, essas empresas siderúrgicas utilizam o carvão vegetal como insumo energético e redutor (Monteiro, 2006; Santos, 2010), ou seja, elas se diferenciam do principal grupo de empresas siderúrgicas brasileiras, que são produtores integrados ou semi-integrados¹ e que utilizam predominantemente carvão mineral como insumo redutor (CGEE, 2010). O segundo aspecto a ser considerado diz respeito ao destino da produção siderúrgica do PSC, que possui como principal mercado consumidor a demanda internacional, principalmente a norte-americana (Greenpeace, 2012). Por último, mas não menos importante, essas siderúrgicas dependem quase que exclusivamente de um único fornecedor de minério de ferro: a empresa Vale S/A.

Voltando a questão da teoria dos campos, para estudar o funcionamento desse espaço social é necessário identificar os agentes que o integram, que, no caso de setores econômicos, são constituídos por empresas classificadas dominantes (ou incumbentes) e desafiadoras. Para localizar um agente num determinado campo,

¹ As usinas integradas realizam três etapas do processo produtivo do aço (redução, refino e laminação), as semi-integradas somente duas (refino e laminação), enquanto os produtores independentes de ferro-gusa se concentram, geralmente, apenas no processo de redução.

é necessário identificar os capitais que são importantes para o estabelecimento das posições nesse espaço social, pois são esses capitais que conferem os “poderes capazes de assegurar aos seus portadores a força que prevalece nesses universos” (Bourdieu, 2021, p. 577).

As principais espécies básicas de capital identificadas por Bourdieu são o capital econômico, o capital cultural (ou informacional), o capital social e o capital simbólico. No caso dos estudos de campos econômicos, da análise de empresas que competem pela fabricação e venda de produtos similares, ele relata o papel desempenhando por esses tipos de capitais:

(...), no domínio da economia, o campo das empresas (...) se apresenta como um espaço de relações objetivas e relativamente estáveis entre um conjunto de produtores diversamente dotados em capital específicos (...), capital econômico, mas também do capital informacional ou técnico (procedimentos de fabricação, modos de gestão da mão de obra, técnicas de valorização do produto mais ou menos objetivada) e capital simbólico (reputação associada a uma marca e adquirida pela tradição ou pela publicidade e relações públicas). (Bourdieu, 2021, p. 579, tradução nossa).

Por sua vez, é possível também identificar algumas subespécies de capital, caso, por exemplo, do capital econômico pode ser decomposto em alguns tipos de capital, como o financeiro e comercial (Bourdieu, 2021). No caso específico do estudo sobre a produção siderúrgica, adiciono também o capital fundiário, isto é, as terras que as empresas precisam adquirir para implantarem plantios de eucalipto, que são a base para a realização da produção de carvão vegetal que será utilizado na elaboração do ferro-gusa.

A forma como ocorre a distribuição desses capitais – que varia num *continuum* que vai do monopólio, passando pelo oligopólio, até chegar ao chamado mercado “perfeito” – define a estrutura do respectivo campo econômico e as posições de poder das diferentes empresas que dele participam. Por outro lado, é preciso considerar que essa estrutura de distribuição dos capitais varia historicamente, de forma que o campo deve ser analisado como um campo de lutas, com os agentes estabelecendo relações de competição e de cooperação, de forma a fazerem prevalecer seus interesses.

A dotação (volume e distribuição) desses diferentes tipos de capitais é o elemento central para pensar o campo como um espaço de agentes em luta. Nesse sentido, Bourdieu (2017) chama atenção para a existência das chamadas “barreiras à entrada”²

² Bourdieu utiliza bastante o conceito de barreira à entrada, para descrever a dinâmica de funcionamento dos campos. Como destacou, no curso sobre antropologia econômica, ele incorporou esse conceito e a

no campo, ou seja, as condições iniciais que permitem/dificultam a entrada de um agente no respectivo campo.

No caso do campo da produção siderúrgica na Amazônia, os estudos mostram que as barreiras à entrada são relativamente pequenas (Carneiro, 2016), exigindo apenas a posse de recursos financeiros necessários para a construção de unidades de produção de ferro-gusa (geralmente com um ou dois altos-fornos), uma vez que a tecnologia para elaboração dessa *commodity* era facilmente acessível e havia boa disponibilidade dos principais insumos necessários (minério de ferro e carvão vegetal), empresas oriundas de diferentes tipo de atividade, mesmo sem tradição siderúrgica, conseguiram se inserir com relativa facilidade nesse campo (Carneiro, 1989).

Portanto, a análise da topologia de um campo deve ser realizada a partir da identificação dos tipos de capitais cuja posse permite o posicionamento (estrutural) das empresas em relação umas com as outras, na organização do espaço da produção e na relação com seus potenciais clientes. Ainda como elemento central na estruturação desse sistema de posições, é necessário identificar o papel do Estado, pois:

A concorrência objetiva entre os produtores passa por uma concorrência pela construção do mercado (em particular das barreiras à entrada) que se exerce por intermédio do Estado: notadamente pela regulamentação que ajuda a criar uma situação mais ou menos favorável a certas categorias de produtores. (Bourdieu, 2017, p. 219, tradução nossa).

Essa importância do Estado no desenvolvimento de um campo, que foi trabalhada por Bourdieu (2000) no estudo sobre o mercado de casas individuais, aparece com força nas pesquisas que realizei sobre a produção florestal na Amazônia (Carneiro, 2012) e na atividade da pecuária (Carneiro *et al.*, 2020), e será objeto de apreciação na próxima seção desse artigo, quando veremos que a ação estatal interfere na concorrência entre as empresas.

Contudo, se a disputa pela ação do Estado é central para a compreensão da dinâmica de um campo econômico, ela não esgota o conjunto de estratégias que são mobilizadas pelas empresas para conservar ou modificar sua posição no campo. Se as empresas dominantes estão mais bem posicionadas para o desenvolvimento de estratégias de manutenção de sua posição³, as empresas dominadas também são capazes de desenvolver estratégias de subversão do *status quo*, ainda que para isso geralmente necessitem do apoio de forças externas.

visão sobre a estruturação dos mercados como campos de produção e consumo, a partir da leitura dos estudos de economia industrial (E. Chamberlain, E. Mason, etc.). (Bourdieu, 2017).

³ Para tanto, as empresas dominantes trabalham geralmente com duas perspectivas principais: buscar a melhoria da posição global do campo, pela via do incremento da demanda global do bem produzido ou pela melhoria de sua posição no campo, isto é, ampliando sua parcela no mercado (Bourdieu, 2000).

Devido ao fato do equilíbrio de poder estabelecido num campo tender a favorecer continuamente a sua própria perpetuação, as oportunidades nas lutas dependem em grande parte da propensão e capacidade dos dominados para mobilizar forças externas ao campo. (Bourdieu, 2021, p. 605, tradução nossa).

No caso do campo econômico, o apoio dessas forças externas para melhorar a posição dos agentes dominados pode favorecer a adoção de inovações tecnológicas, que permitam a redução do custo de produção dessas empresas, ou pela ocorrência de modificações no perfil do mercado consumidor, com o aparecimento de novas clientelas, como têm ocorrido com a questão dos produtos com características sociais e ambientais corretas, os chamados mercados de produtos “verdes” ou do comércio dito “justo” (Garcia-Parpet, 2023).

Outros fatores externos são capazes de contribuir para a transformação das relações de força no campo, as transformações nas fontes de suprimentos (...) e as mudanças na demanda determinadas por modificações na demografia [como a baixa da taxa de natalidade ou o aumento da longevidade] ou nos estilos de vida [como a entrada das mulheres no mercado de trabalho (...)]. (Bourdieu, 2000, p. 251, tradução nossa).

Contudo, além dessas duas, gostaria de mencionar outra possibilidade de atuação dos agentes dominados, de forma a modificar as relações de poder no campo econômico, que se refere à possibilidade do estabelecimento de coalizões por esses agentes, de forma a terem acesso a recursos antes compartilhados somente pelas empresas dominantes – caso de uma fonte alternativa para a aquisição de minério de ferro – e melhorarem sua posição (Carneiro, 2016).

2 – Quatro tempos no desenvolvimento do campo da produção siderúrgica na Amazônia brasileira

Nessa seção apresento uma proposta de periodização do desenvolvimento do campo da produção siderúrgica na Amazônia, destacando quatro momentos principais. No primeiro período, o elemento central destacado é atuação do Estado brasileiro no processo de constituição da atividade siderúrgica, que, através da concessão de um conjunto variado de incentivos, conseguiu atrair os primeiros agentes para o campo da produção siderúrgica na região (Carneiro, 1989).

O segundo momento de desenvolvimento do campo da produção siderúrgica coincide com o período do chamado “boom das commodities” (agrícolas e minerais), ocorrido na primeira década do presente século, cujo principal efeito foi a elevação

do preço do ferro-gusa no mercado internacional, favorecendo, dessa forma a atração de novos investidores para o campo siderúrgico. Nesse momento, a ampliação global do campo possibilitou que a entrada desses novos agentes ocorresse sem prejuízo para a atuação das empresas antigas (incumbentes).

O terceiro período é caracterizado pela conjunção de dois fatores: a eclosão da crise econômica de 2008, com a forte redução da demanda de ferro-gusa e o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento e combate a presença de trabalho escravo na cadeia de suprimento de carvão vegetal para a siderurgia de Carajás (Carneiro, 2008). Esse é o momento de maior concorrência entre as empresas, e que levou ao fechamento de várias empresas, principalmente as localizadas no município de Marabá-PA.

Por fim, temos o momento atual, caracterizado pela permanência de um numero pequenos de empresas no campo, mas, com uma mudança qualitativa importante, o surgimento de duas empresas produtoras de aço – Aço Verde Brasil e Siderúrgica Norte do Brasil – não mais voltadas para a exportação e que passam a ter de competir com grandes grupos (ArcelorMittal, Gerdau, Usiminas etc.) no mercado nacional.

A produção brasileira de ferro-gusa, tendo o carvão vegetal como insumo energético e redutor inicia-se no século XIX e consolida-se nos anos trinta do século passado (Suzigan, 1986). Mesmo com o surgimento e expansão da siderurgia a coque metalúrgico, a produção guseira a partir do carvão vegetal continuou ocupando um importante espaço na siderurgia brasileira, respondendo por algo em torno de 25 a 35% da produção total de ferro-gusa ao longo dos últimos anos (Carneiro, 2021).

O desenvolvimento dessa produção baseou-se no estabelecimento de um sistema produtivo marcado pela coexistência de dois tipos de produtores de ferro-gusa: os produtores integrados, e os produtores independentes. Os primeiros fabricam ferro-gusa dentro de unidades siderúrgicas de maior porte, incluindo a produção de aço e outros produtos mais elaborados, enquanto as unidades independentes caracterizam-se pela produção exclusiva do ferro-gusa, vendendo-a em seguida para fundições e aciarias.

Até o final de 1980, a produção de ferro-gusa a carvão vegetal concentrou-se quase que exclusivamente no estado de Minas Gerais, contudo, **a partir do final dessa década, foram implantadas as primeiras unidades siderúrgicas na Amazônia Oriental**, a Cia. Vale do Pindaré e a Viena Siderúrgica do Maranhão, localizadas em Açailândia/MA, e a Siderúrgica Marabá e a Cia. Siderúrgica do Pará, situadas em Marabá/PA.

Outrossim, vale dizer que esse deslocamento da produção de ferro-gusa para a Amazônia Oriental só foi possível pela atuação decisiva do Estado brasileiro, que, procurando aproveitar a infraestrutura (ferrovia e porto) criada para o escoamento da produção mineral de Carajás, desenvolveu um conjunto de incentivos financeiros

(isenção fiscal e subsídios) para atrair grupos empresariais com alguma experiência na atividade siderúrgica (Carneiro, 1989; Monteiro, 1998).

Além do apoio governamental, a grande disponibilidade de carvão vegetal também foi um fator crucial para a implantação regional dessa produção siderúrgica. Apesar do discurso estatal de que o carvão vegetal seria produzido a partir de fontes renováveis (manejo florestal ou reflorestamento), o lenha consumida pelas siderúrgicas de Carajás em seus primeiros anos teve três fontes principais: a abertura de matas nativas, os resíduos da conversão de florestas para a implantação de pastagens e os resíduos da exploração madeireira (Carneiro, 1995; Monteiro, 1998).

Por outro lado, também contribuiu para o baixo custo do carvão consumido pelas siderúrgicas de Carajás, o valor pago pela mão de obra utilizada. Como mostraram os primeiros estudos, os trabalhadores mobilizados pelos produtores de carvão vegetal, geralmente empreiteiros subcontratados pelas siderúrgicas, raramente possuíam carteira de trabalho assinada, trabalhavam em condições precarizadas, com a ocorrência de muitas situações classificadas como trabalho escravo (Monteiro, 1998; Carneiro, 2002).

Um segundo momento do desenvolvimento do campo da produção siderúrgica remete à segunda metade dos anos 1990, quando as exportações amazônicas de ferro-gusa crescem fortemente, chegando a atingir, antes da crise econômica de 2008, a casa das 3,6 milhões de toneladas (Carneiro, 2021).

Essa ampliação da produção guseira amazônica está relacionada com a entrada de novos grupos empresariais no campo econômico e com a ampliação da capacidade produtiva das empresas que poderíamos chamar de “pioneiras”, caso da Viena Siderúrgica e da Cia Vale do Pindaré – que foi adquirida pelo grupo Queiroz Galvão – em Açailândia/MA, e da Cia. Siderúrgica do Pará em Marabá/PA. Ou seja, trata-se de uma ampliação geral do campo econômico, capaz de acomodar tanto a expansão dos grupos pioneiros como a entrada de novos agentes, sem que isso provoque um acirramento da competição por clientes.

No quadro a seguir (Quadro 1), apresento as empresas que que passam a compor o campo da produção siderúrgica de Carajás nesse segundo momento, destacando as empresas pioneiras, que iniciaram no período anterior e as que passaram a integrar o campo da produção siderúrgica a partir dos anos 1990, assinalando também sua localização.

Quadro 1: Empresas siderúrgicas segundo o ano de operação e a localização

Localização	Anos 1980	Anos 1990-2000
Açailândia/MA Açailândia/	Cia. Vale do Pindaré S/A	Siderúrgica do Maranhão S/A
	Viena Siderúrgica do Maranhão S/A	Gusa Nordeste S/A
		Ferro Gusa do Maranhão Ltda.
Santa Inês/MA		Cia. Siderúrgica do Maranhão S/A
Bacabeira/MA		Maranhão Gusa S/A
Marabá/PA Marabá/PA	Cia Siderúrgica do Pará S/A	Siderúrgica Ibérica Pará S.A.
	Siderúrgica Marabá S/A	Usina Siderúrgica de Marabá
		Ferro Gusa Carajás S.A.
		Siderúrgica do Pará S.A.
		Sidenorte Siderurgia Ltda.
		Marabá Gusa Siderurgia Ltda.
		Da Terra Siderúrgica Ltda.
		Cikel Siderurgia S.A.
		Siderúrgica Norte Brasil S.A.
Barcarena/PA		Usina Siderúrgica do Pará S.A.

Fonte: Carneiro (2021)

Analísado do ponto de vista cronológico, a entrada de novos grupos empresariais na produção guseira amazônica ocorreu em dois momentos. Numa primeira etapa, entre 1991 e 1996, ocorreu uma expansão de unidades no estado do Maranhão, com a implantação da Simara, Gusa Nordeste e Fergumar em Açailândia, a Cosima em Santa Inês/MA e a Margusa em Bacabeira/MA. A partir do início do século XXI, o desenvolvimento do parque guseiro se concentrou no estado do Pará, com a implantação, entre 2002 e 2008, de nove empresas em Marabá/PA e uma (a USIPAR) na cidade portuária de Barcarena/PA.

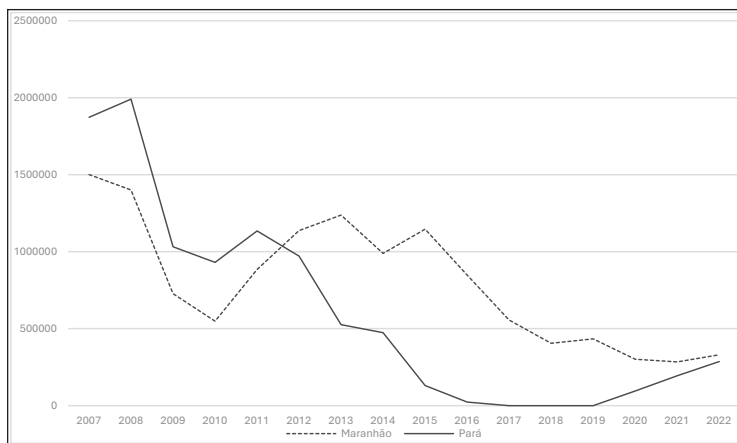
De acordo com relatório do Instituto Observatório Social (IOS, 2006), essa expansão foi favorecida pela decisão do governo paraense de desonerar o pagamento do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) sobre o minério de ferro comprado por essas siderúrgicas, bem como com a maior disponibilidade de carvão vegetal oriundo de mata nativa (Ferreira *et al.*, 2006), além desses fatores, podemos adicionar a forte elevação do preço do ferro-gusa no mercado mundial como um acicate importante para a entrada desses novos agentes no campo da produção siderúrgica na Amazônia.

O terceiro momento no processo de desenvolvimento do campo da produção siderúrgica é a etapa que se inicia após a crise econômica de 2008, com a forte retração que ela provocou na demanda por ferro-gusa no mercado internacional, que afetará fortemente a produção siderúrgica na Amazônia. Por outro lado, nesse mesmo período, assiste-se ao fortalecimento das ações de combate ao trabalho escravo na produção de carvão vegetal, com a assinatura do pacto pela erradicação do trabalho escravo e a criação de Instituto Carvão Cidadão (Carneiro, 2021).

A crise econômica de 2008 teve seu epicentro na economia norte-americana (Duménil; Levy, 2014) e provocou uma forte recessão nos mercados globais. Por conseguinte, as exportações amazônicas de ferro-gusa, voltadas precipuamente para o mercado norte-americano, foram fortemente impactadas. De acordo com os dados apresentados a seguir, as exportações regionais de ferro-gusa passaram de cerca de 3,6 milhões de toneladas em 2007 para 1,5 milhão em 2010, recuperando-se um pouco nos anos 2011-2013, mas voltando a cair fortemente posteriormente.

Contudo, se a queda observada entre 2007-2010 foi geral, atingindo as siderúrgicas localizadas no Maranhão e no Pará, a partir de 2011 foi possível observar um comportamento diferenciado da dinâmica da produção guseira localizada nesses estados, como pode ser visto no gráfico abaixo (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução das exportações de ferro-gusa por estado – 2007 a 2022



Fonte: Estatísticas da SECEX/MDIC (BRASIL, 2024)

A explicação para a redução das exportações oriundas do estado do Pará está ligada ao fechamento quase total do parque guseiro localizado em Marabá/PA – com exceção da produção para consumo próprio da empresa Sinobrás – enquanto a manutenção da produção no Maranhão, concentrada no município de Açailândia/MA, está relacionada a dois aspectos: a mobilização política pelo diferimento no

preço do minério de ferro vendido pela Vale S/A e os investimentos diferenciados realizados por empresas localizadas no Maranhão para obtenção de carvão vegetal de fontes legais.

No primeiro caso, é preciso lembrar que no mesmo momento em que a crise de 2008 provocou a retração na demanda de ferro-gusa e jogou o preço da *commodity* para baixo, a empresa Vale S/A decidiu, aproveitando a demanda chinesa, elevar o preço do minério de ferro de US\$ 48,00 para US\$ 137,00 a tonelada (Ramalho; Carneiro, 2015). Diante de tal situação, as empresas localizadas em Açailândia/MA, com o apoio destacado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica do município (STIMA), desenvolveram uma campanha para que a Vale S/A reduzisse o preço do minério de ferro, com o argumento de que o novo preço inviabilizaria a atividade siderúrgica na região (Ramalho; Carneiro, 2015).

Contudo, o fator mais relevante para as dificuldades enfrentadas para a manutenção da maior parte das empresas de Marabá/PA no campo da produção siderúrgica está relacionada com a ausência de investimentos na formação de uma cadeia de suprimento de carvão vegetal oriundo de fontes legais, principalmente no que concerne as condições de trabalho nas carvoarias, o que levou essas empresas a receberem multas elevadas da fiscalização governamental e, a enfrentarem restrições para conseguirem comercializar o ferro-gusa amazônico no mercado norte-americano.

A restrição em questão, foi originada por uma decisão da *Nucor Corporation*, que em maio de 2010, estabeleceu um acordo de cooperação com o Instituto Carvão Cidadão, por intermédio do qual ela passou a exigir “que seus fornecedores de ferro-gusa baseados em carvão vegetal do Maranhão e do Pará fossem membros do ICC e submetam seus fornecedores de carvão vegetal a auditorias sem aviso prévio” (ICC, 2010, p. 1). Ou seja, a submissão às auditorias de certificação realizada pelo Instituto passou a ser condição para a venda de ferro-gusa, o que só era realizado pelas empresas associadas, que, dessa forma passaram a ter uma importante vantagem comparativa sobre as demais.

Para aproveitar dessa nova situação, com o acordo estabelecido com a *Nucor*, o ICC modificou seu estatuto, e passou a exigir, dos futuros associados – isto é, da maior parte das empresas localizadas no estado do Pará – uma auditoria prévia dos seus fornecedores de carvão vegetal, de forma a verificar a compatibilidade da performance das condições de trabalho nessas carvoarias com a média obtida pelos fornecedores das empresas já associadas (Carneiro, 2017); ou seja, passou a estabelecer uma barreira à entrada de novos sócios no contexto do reconhecimento do seu trabalho pelo mais importante importador de ferro-gusa dos Estados Unidos⁴.

⁴ Esse acordo da *Nucor Corporation* com o ICC favoreceu principalmente as empresas que participaram da criação do ICC, como a Viena Siderúrgica, Gusa Nordeste e Queiroz Galvão Siderurgia, que, ademais, desenvolveram ações importantes para enfrentar a contestação social, como a aquisição de

O efeito combinado da crise econômica e do fortalecimento da crítica social ajudou a redefinir a participação dos agentes no campo da produção siderúrgica, dessa forma, no início dos anos 2020, somente cinco grupos econômicos continuavam em operação (Quadro 2), dois das quais atuando na produção de aço e derivados de aço, o grupo Ferroeste (Aço Verde Brasil/Gusa Nordeste) e a Siderúrgica Norte Brasil S/A (Sinobrás), cujas mercadorias se destinam principalmente à venda no mercado nacional e passando a atuar em outro campo de produção.

Quadro 2: Os agentes do campo da produção siderúrgica na Amazônia - 2020

Controlador	Empresa	Início	Localização	Produtos Fabricados
Grupo Valadares-MG	Viena Siderúrgica	1988	Açailândia/MA	Ferro-Gusa
Grupo Ferroeste-MG	Aço Verde Brasil	2016	Açailândia/MA	Ferro-Gusa
	Gusa Nordeste	1991	Açailândia/MA	Aço e derivados de aço
Aço Cearense-CE	Sinobrás	2006	Marabá/PA	Aço e derivados de aço
Gusa Brasil-PA	Gusa Brasil	2020	Marabá/PA	Ferro-Gusa
Siderurgia Âncora-PA	Âncora	2020	Marabá/PA	Ferro-Gusa

Fonte: Carneiro (2021)

Apesar desses dois fatores preponderantes para a redefinição do campo da produção siderúrgica da Amazônia, vale destacar que o caso da empresa Queiroz Galvão Siderurgia, que apesar de ter passado relativamente bem o período de retração do mercado consumidor norte-americano e de possuir todos os trunfos necessários para enfrentar a contestação social, pois foi fundadora do ICC e possuía uma base florestal própria para o abastecimento de carvão vegetal de origem legal e certificada⁵, foi fechada por uma decisão de sua controladora, a holding Queiroz Galvão S/A, que passou por um processo de reestruturação, para responder aos efeitos da “Operação Lava Jato” nas atividades da empresa (Campos, 2019).

O quarto momento na trajetória do campo da produção siderúrgica amazônica coincide com a redução da produção de ferro-gusa e o desenvolvimento da produção de aço, com o protagonismo de duas empresas, a Siderúrgica Norte Brasil (Sinobrás) e a Aço Verde Brasil, que sobreviveram aos efeitos das crises no campo e voltaram-se à elaboração de produtos siderúrgicos mais sofisticados.

vastas extensões de terras, o investimento em plantios florestais para a produção de carvão vegetal, e a criação de empresas próprias para realizar essa produção (Energia Verde, Açaí Florestal e G5), o que levou a formalização da contratação da mão de obra e a mecanização da produção de carvão vegetal (Mancini, 2023).

⁵ A QG Siderurgia possuía três fornos em operação, uma base florestal de cerca de 75 mil hectares e operava na produção de carvão por intermédio da empresa Energia Verde. Além desses trunfos, a empresa liderou o processo de criação do Instituto Carvão Cidadão e possuía um desconto na compra de minério de ferro da empresa Vale S/A, devido a sua boa performance social (Carneiro, 2021).

O desenvolvimento da produção de aço pela Sinobrás e pela AVB representa aquilo que na discussão sobre cadeias de valor se define como um aprimoramento (*upgrading*) na atividade siderúrgica, isto é, como um “processo pelo qual atores econômicos – (...) – deslocam-se de atividades de baixo valor para outras de valor de valor relativamente alto em redes globais de produção” (Gereffi, 2007, p. 233).

A Sinobrás é uma empresa do grupo Aço Cearense e começou a produzir aço em 2006 em Marabá-PA, enquanto a Aço Verde Brasil S/A (AVB), que pertence ao grupo Ferroeste, foi inaugurada dez anos depois, em 2016, no Distrito Industrial do Pequiá (Açailândia)⁶. Além de implantadas em momentos diferentes, essas duas empresas seguem rotas tecnológicas diferentes para a fabricação de aço. A Sinobrás utiliza um mix de 30% de ferro-gusa e 70% de aço, ao passo que a AVB utiliza 80% de ferro-gusa e 20% de sucata no seu processo produtivo.

Quando começou sua implantação em Marabá-PA, a Sinobrás adquiriu uma empresa que produzia e exportava ferro-gusa, a Siderúrgica Marabá S/A (Simara), operando dois altos fornos. O carvão vegetal utilizado pela empresa na produção de ferro-gusa é oriundo de treze fazendas localizadas no estado do Tocantins – para fugir das exigências de manutenção de área de reserva legal, que são bem maiores em áreas do bioma amazônico (Assis; Carneiro, 2015) – que perfazem um total de 24 mil hectares, 14 mil dos quais com plantações de eucalipto (Sinobras, 2014).

De acordo com informações do grupo Ferroeste, em sua primeira etapa a AVB poderá produzir 600 mil toneladas de aço, voltadas principalmente para o mercado interno, muito embora informações do portal do comércio exterior do Ministério da Indústria e Comércio (MDIC) mostrem que a empresa tem exportado um volume crescente de produtos semimanufaturados de aço⁷. Por outro lado, vale dizer que o projeto da fábrica revê a construção de uma segunda etapa, o que permitirá a empresa dobrar sua capacidade produtiva. A entrada em funcionamento da AVB ocorreu em 2016, com a produção de 157 mil toneladas de aço. Nos anos seguintes, a empresa continuou ampliando sua produção, tendo atingido a marca de 338 mil toneladas de aço em 2019. Além de aço, a AVB produz também laminados longos (fios-máquina e vergalhões) e produtos semiacabados (tarugos) (AVB, 2020).

A Sinobrás entrou em operação em 2006, com uma previsão inicial de produção de 200 mil toneladas anuais de aço, capacidade essa que foi ampliada ao longo

⁶ A construção da AVB teve início em 2008 e a demora para sua entrada em operação deve-se, dentre outros fatores, aos efeitos da crise econômica de 2008 e a necessidade do grupo Ferroeste obter empréstimos para o desenvolvimento do projeto.

⁷ Dados do portal das estatísticas de comércio exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), mostram que a AVB exportou produtos semimanufaturados de aço nos quatro anos desde sua inauguração (2016 a 2019), tendo atingido um pico em 2017, com 66.464,14 toneladas exportadas, no valor de US\$ 27.841.600. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Estatísticas de Comércio Exterior em Dados Abertos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/base-de-dados-bruta>. Acesso em: 28 out. 2024.

do tempo e permitiu que a empresa chegasse em 2019 com uma produção de 338 mil toneladas. De acordo com informações publicadas no jornal Valor Econômico, a Sinobrás produz vergalhões, fios-máquina e trefilados de aço destinados integralmente ao mercado interno (Camargo, 2012). Em 2013, a empresa anunciou um projeto de ampliação da produção, com o objetivo de alcançar a produção de 800 mil toneladas de aço (Alonso, 2013), no entanto, em 2017 o grupo Aço Cearense entrou em processo de recuperação judicial, para fazer frente à uma dívida de R\$ 1,83 bilhão (Rostás, 2017), o que provocou o congelamento do projeto de ampliação da Sinobrás.

No quadro seguinte (Quadro 3), apresento a evolução da produção de aço bruto pelas empresas e/ou grupos siderúrgicos no Brasil entre 2017 e 2022. Como pode ser observado, a produção total oscilou entre 31,4 e 37,1 milhões de toneladas por ano, com destaque para os grupos Arcelor Mittal, Gerdau, e as empresas CSN e Ternium Brasil, que, em 2022, responderam por cerca de 83,0% do total produzido.

Quadro 3: Produção de aço bruto por empresa ou grupo siderúrgico (em mil toneladas)

Empresa ou Grupo Siderúrgico	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Aço Verde do Brasil (AVB)	144	279	338	321	345	388
Aperam South América	716	709	688	696	754	691
Grupo Arcelor Mittal*	13.576	14.166	12.724	11.460	13.972	13.488
Cia. Siderúrgica Nacional (CSN)	4.426	4.199	3.043	3.810	4.260	3.773
Grupo Gerdau S/A	6.955	6.654	6.301	6.220	6.974	6.496
SIMEC	284	480	671	988	951	873
Siderúrgica Norte Brasil (SINOBRÁS)	389	345	345	330	367	392
Ternium Brasil	4.497	4.606	4.379	4.138	4.529	4.424
Usiminas S/A	3.012	3.086	3.264	2.760	3.178	2.655
Vallourec Tubos do Brasil S/A	671	769	705	588	710	776
Villares Metals S/A	108	114	111	104	134	133
TOTAL	34.778	35.407	32.569	31.415	37.174	34.089

Fonte: IAB (2024)

(*) Envolve a produção das unidades da Arcelor Mittal Aços Longos, Pecém, Tubarão e Sul Fluminense.

Como pode ser observado no quadro acima, a produção de aço oriunda do Polo Siderúrgico de Carajás, da Sinobrás e da AVB, vem aumentando paulatinamente, tendo passado de 533 mil toneladas em 2017 para 861 mil em 2022. Entretanto, apesar desse crescimento, ela ainda representa uma pequena parcela da produção nacional de aço (2,3% em 2022), o que significa dizer que essas empresas participam como agentes dominados no campo da produção de aço brasileira, e que a ampliação

de sua participação nesse novo campo passará pela capacidade de obter espaços no mercado que hoje são ocupados pelos grandes grupos do setor.

Nesse sentido é que podemos compreender a estratégia de uma empresa como a AVB, de apostar na produção de um tipo de aço caracterizado pela pequena (ou nula) emissão de gases de efeito estufa, que ela vem chamando de “aço verde”, conforme discutido na próxima seção.

3 – Do carvão cidadão ao aço verde: lutas simbólicas e transformações no campo da produção siderúrgica na Amazônica

Uma das contribuições mais importantes da abordagem bourdieusiana para o estudo dos campos econômicos é sua capacidade de revelar as diferentes dimensões que envolvem as disputas por posições nesses campos, chamando atenção para os diferentes capitais possuídos pelos agentes que participam desses campos (Bourdieu, 2021).

Outro aspecto importante dessa abordagem, está relacionado com o papel das lutas simbólicas na estruturação dos campos. Contudo, no que concerne sua mobilização para pesquisas sobre o campo econômico, ela é geralmente utilizada para pensar a análise de bens que poderiam ser designados como “singulares”, caracterizados pelo forte investimento simbólico em sua produção (obras de arte, alimentos, etc.), mas, raramente, no estudo de bens materiais, tais como a produção de “petróleo, carvão e aço, nos quais o investimento simbólico seria bem menor” (Duval; Garcia-Parpet, 2012, p. 10, tradução nossa).

Contudo, no caso de bens materiais cuja produção encontra-se marcada por forte contestação social, como no caso da produção siderúrgica de Carajás, o investimento simbólico assume uma dimensão central, de forma a estabelecer uma crença na legitimidade do processo de trabalho que dá origem ao ferro-gusa e ao aço produzido na região.

A produção econômica só funciona na medida em que produz primeiro a crença no valor dos seus produtos (como evidenciado pelo fato de hoje a proporção, na própria produção, do trabalho destinado a produzir a necessidade do produto continuar a crescer); e também a crença no valor da própria atividade produtiva (...). (Bourdieu, 2021, p. 575, tradução nossa).

No caso específico da atividade siderúrgica na Amazônia, fortemente contestada pela presença de situações de trabalho escravo na sua cadeia de suprimento de carvão vegetal e acusada de contribuir para o desmatamento, as respostas adotadas pelas empresas para estabelecer a crença no valor da produção siderúrgica, passou

pela construção de um dispositivo de certificação (Instituto Carvão Cidadão) para atestar a qualidade das relações de trabalho (Carneiro, 2016) e por iniciativas destinadas a atestar a dimensão ambientalmente correta do processo produtivo, designadas geralmente com o adjetivo verde (“gusa verde”, “aço verde”, “energia verde”).

O ICC foi criado em agosto de 2004, como parte do compromisso firmado na “Carta-compromisso pelo fim do trabalho escravo na produção de carvão vegetal e pela dignificação, formalização e modernização do trabalho na cadeia produtiva do setor siderúrgico”, uma iniciativa liderada pelo Instituto Ethos, com a participação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dentre outras instituições (OIT, 2006).

A criação do ICC representou a primeira resposta mais ampla das empresas siderúrgicas de Carajás às denúncias da presença do trabalho escravo na produção de carvão vegetal, estabelecendo mecanismos de monitoramento e auditoria das condições de trabalho nas empresas fornecedoras⁸. Contudo, vale destacar que essa iniciativa teve a liderança da Queiroz Galvão Siderurgia, uma das empresas dominantes do campo econômico, tendo contado inicialmente somente com a adesão de empresas localizadas no estado do Maranhão (Viena, Gusa Nordeste, Margusa, Fergumar), vindo a seguir a associação de algumas empresas situadas no estado do Pará (Sinobrás, Cikel, Sidepar e Ibérica).⁹ (Carneiro, 2016).

Do ponto de vista do campo econômico, dois foram os efeitos principais provocados pela criação do ICC, enquanto sistema de certificação das condições de trabalho na cadeia de fornecedores das empresas siderúrgicas. No front externo ele serviu para neutralizar parte das críticas (Boltanski; Chiapello, 1999) voltadas para a questão do trabalho escravo na produção de carvão vegetal, como pode ser verificado nessa passagem do prefácio de um livro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), destinado a fazer um balanço das ações de combate ao trabalho escravo no Brasil.

Um dos avanços mais importantes foi a assinatura de um compromisso público pelo qual diversas empresas do ramo siderúrgico que atuam na região de Carajás, no Pará, e sul do Maranhão (sic) comprometem-se a não mais comprar carvão vegetal de empresas que comprovadamente utilizam mão de obra escrava. (...).

O Instituto Carvão Cidadão (ICC), ONG criada pela Associação de Siderúrgicas

⁸ Como mostrou Pitombeira (2011), os procedimentos de monitoramento das relações de trabalho nas carvoarias – somente das empresas associadas ao ICC – utilizados reproduziam os instrumentos utilizados pelas auditorias de fiscalização do serviço de inspeção do Ministério do Trabalho.

⁹ Assim, após não participar do pacto pela erradicação do trabalho escravo na Amazônia, empresas como a Cia Siderúrgica do Pará (COSIPAR), solicitou o ingresso como associada ao ICC, após a decisão da Nucor Corporation de só comprar ferro-gusa de empresas certificadas pelo Instituto. (Carneiro, 2016).

de Carajás (ASICA), lidera a única iniciativa mundial conhecida de reinserção de trabalhadores egressos da escravidão: (...). (OIT, 2006, p. 14).

Por outro lado, a criação do ICC também serviu de arma para disputas no interior do campo da produção siderúrgica, pois ele valorizou a imagem das empresas que investiram na construção desse dispositivo de julgamento, possibilitando a inserção privilegiada em alguns mercados importadores, como o norte americano, a partir da decisão, tomada em 2010, da principal empresa importadora do ferro gusa amazônico, a Nucor Corporation, de comprar ferro gusa somente de empresas associadas ao ICC (Carneiro, 2016). Decisão essa que impactou negativamente as empresas que optaram por não investir na construção do ICC como dispositivo de certificação para o carvão vegetal que consumiam¹⁰.

A tentativa de associar a produção siderúrgica amazônica ao tema da sustentabilidade ambiental é outro tema importante dos investimentos simbólicos realizados pelas empresas da região, de forma a tentar evitar sua associação com a questão do desmatamento da floresta nativa e, como veremos a seguir, tentar obter o reconhecimento de compromisso com a questão ambiental.

Nesse sentido, em 2007, a Associação de Siderúrgicas de Carajás (ASICA) lançou o Fundo Florestal de Carajás, iniciativa destinada a fomentar projetos de reflorestamento por parte das empresas da região e limitar a utilização de carvão vegetal de mata nativa. Financiado a partir da cobrança de uma taxa (US\$ 3,00 por tonelada) as exportações de ferro-gusa, o Fundo Florestal tinha por objetivo aumentar a sustentabilidade das empresas do setor, conforme entrevista do diretor da Queiroz Galvão Siderurgia, André Cândia. Por outro lado, um consultor que participou da elaboração do Fundo, disse que o objetivo a longo prazo do projeto seria a certificação de um “gusa verde”.

Agora criado, um dos próximos passos do Fundo é certificar o ferro-gusa fabricado por seus cotistas. Já temos um selo verde registrado, e a ideia é criar o **gusa verde**, pois o comprador lá fora está ficando cada vez mais exigente em relação à origem do seu produto, diz o consultor Nacib Hetti. (QG em 360º, 2007, p. 38, grifo nosso).

A ideia da elaboração de um “gusa verde” apareceu também em outro contexto, quando a empresa Energia Verde – pertencente ao grupo Queiroz Galvão

¹⁰ Posteriormente, provavelmente por conta dos efeitos da forte redução nas exportações de ferro-gusa, o ICC foi fechado, uma vez que sua manutenção era realizada a partir de um valor deduzido do valor total das exportações realizadas pelas empresas associadas. Por outro lado, vale destacar que nesse momento as principais empresas envolvidas na criação do Instituto não precisavam mais desse instrumento para defender sua reputação, enquanto outras passaram a investir em outros campos de luta simbólica.

e responsável pela produção de carvão vegetal para suas siderúrgicas – obteve a aprovação de um projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)¹¹ pela governo brasileiro e pela Organização das Nações Unidas (ONU), tornando a empresa apta a comercialização de créditos de carbono (QG em 360º, 2012). Contudo, ao ser indagado acerca da possibilidade de obtenção de recursos financeiros com a venda de créditos de carbono, um diretor da empresa preferiu destacar o lucro simbólico obtido.

Mais do que o incentivo financeiro que o projeto de MDL proporciona (hoje, a tonelada de CO₂ está cotada em 12 euros – o projeto poderá gerar cerca de 25 milhões de euros), temos a consolidação da boa imagem do grupo, cuja produção de gusa passa a ser reconhecida mundialmente como autossustentável. **E o gusa passa a ser verde.** (QG em 360º, 2010, p. 49, grifo nosso).

Com a venda dos ativos florestais e o fim da produção de ferro-gusa pela Queiroz Galvão Siderurgia, a iniciativa de produção de um “gusa verde” por essa empresa foi encerrada, sendo assumida por outro grupo econômico atuante no Polo Siderúrgico de Carajás, o grupo Ferroeste (proprietário da Gusa Nordeste), que, em 2015, inaugurou a empresa Aço Verde Brasil (AVB).

Contando com a designação aço verde no seu nome, a AVB foi pensada para ser uma empresa pautada na sustentabilidade, isto é, como uma siderúrgica com baixos níveis de emissão de gases de efeito estufa e caminhando a passos largos para se tornar uma empresa “com zero geração de resíduos” poluentes (AVB, 2023, p. 7), como foi destacado pelo atual diretor de sustentabilidade e novos negócios da empresa:

Você fala de uma engenharia conceitual do projeto, que é logo a parte inicial do projeto né, a gente discutiu muito né, a questão de tecnologia, foi um dos pontos que pesou, aí por isso que eu te falei, qualidade, custo, foram os fatores preponderantes que a gente foi pra rota integrada, agora o terceiro ponto, foi a questão do meio ambiente, quer dizer, é um ponto que a gente sempre bateu forte, (...). Então assim, é uma coisa que aí de novo, uma coisa que a gente vislumbrou né, assim de, já que a gente vai fazer uma usina nova, (...), já que o nosso conceito está calcado em ferro-gusa de reflorestamento, nós somos hoje grandes reflorestadores. Por que não, então, toda nossa cadeia também ser uma cadeia verde, (...), desse conceito de tentar é, já que é verticalizado, verticaliza também toda a cadeia de forma sustentável. (Entrevista com Sandro Raposo, 20/01/2014).

¹¹ A Energia Verde obteve essa aprovação a partir de um projeto que melhorou o rendimento do processo de conversão de madeira em carvão vegetal, que passou de 230kg para 290kg de carvão por tonelada de madeira utilizada. A melhoria dessa taxa de conversão significou uma menor emissão de gás carbônico (CO₂) na atmosfera, que foi estimada em 2,2 milhões de toneladas em dez anos.

Apesar de existirem críticas quanto à validade do critério da redução de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) como critério para qualificar uma produção como ambientalmente correta (Bringel; Svampa, 2023) e, portanto, merecedora do adjetivo “verde”, em boa parte dos estudos acadêmicos essa expressão tem sido utilizada para caracterizar processos inovadores de fabricação que levam à redução da emissão de gases (CO₂), como a utilização de sucata ou de biomassa florestal (carvão vegetal) em substituição ao coque metalúrgico (Barbosa et al, 2023).

No caso da empresa AVB, a rota tecnológica adotada para a descarbonização da produção de aço, baseia-se na utilização de carvão vegetal (biocarbono) como principal insumo redutor, nesse sentido, ela se diferencia, por exemplo, da Siderúrgica Norte do Brasil (Sinobrás), que adotou uma outra rota tecnológica para a descarbonização da produção de aço, a utilização de sucata (80%) e carvão vegetal (20%) como insumos alternativos ao coque metalúrgico.

Um elemento central na estratégia de valorização simbólica da AVB, de forma a confirmar o seu compromisso com a questão da descarbonização, é a participação em sistemas de certificação ambiental que atestem o cumprimento dos engajamentos com a redução da emissão de gases de efeito estufa. Esse envolvimento em sistemas de certificação é assinalado com bastante ênfase no relatório de sustentabilidade da empresa (AVB, 2023), e aparece regularmente nas matérias veiculadas na imprensa sobre a AVB, como a matéria publicada pela revista Exame que relata o investimento da empresa na obtenção de prêmios e o reconhecimento obtido junto ao sistema de certificação brasileiro que mensura as emissões de gases de efeito estufa, como o Programa Brasileiro GHG Protocol¹².

A empresa também conquistou, pelo segundo ano consecutivo, o Selo Ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol, a categoria de maior nível de exigência do programa verificada pela Société Générale de Surveillance (SGS), a mesma que reconheceu a AVB como a empresa pioneira na produção de aço sem a utilização de combustíveis fósseis. (Exame, 13/04/2023).

Além da ocupação de parcelas do mercado mais sensíveis a questão da descarbonização da produção siderúrgica, como o mercado europeu¹³, outra dimensão importante da estratégia “verde” da AVB diz respeito à possibilidade de obtenção de

¹² Sobre o programa brasileiro de certificação das emissões de gases de efeito estufa ver: FGV – Fundação Getúlio Vargas. FGVces Centro de Estudos em Sustentabilidade. Programa Brasileiro GHG Protocol. Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/centros/centro-estudos-sustentabilidade/projetos/programa-brasileiro-ghg-protocol>. Acesso em: 28 out. 2024.

¹³ Sobre a cobrança de taxa de carbono para a entrada no mercado europeu ver: LOVISI, P. Taxação da UE retira aço brasileiro da lista de mais sustentáveis do mundo. FOLHA DE S.PAULO, publicado em 25 de maio de 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/taxacao-da-ue-retira-aco-brasileiro-da-lista-de-mais-sustentaveis-do-mundo.shtml>. Acesso em: 28 out. 2024.

empréstimos diferenciados, como a emissão de debentures verdes (*green bonds*) para a captação de R\$ 200 milhões para o desenvolvimento de projetos como a aquisição de novas áreas para plantios, a construção de uma termelétrica para aproveitamentos de gases, a instalação de equipamento para triagem da sucata utilizada, dentre outros (Ribeiro, 2024).

Nessa luta para se posicionar no mercado de produtos siderúrgicos como a única produtora de aço verde, a AVB enfrenta a concorrência de outras empresas, principalmente a APERAM *South América*, que produz aços longos utilizando carvão vegetal como insumo (Barbosa, Silva, Teixeira, 2022) e que diz na sua publicidade que “a sustentabilidade faz parte do seu DNA” e que seria “a única siderúrgica do mundo a produzir aços planos especiais com 100% de carvão vegetal” e que, por esse motivo, denominam seu produto “como aço verde”¹⁴. Contudo, diferentemente da AVB, a APERAM não participa do programa brasileiro de certificação das emissões de gases (o *GHG Protocol*), o que de certa forma fragiliza sua posição no mercado simbólico da venda do “aço verde”, o que pode ser vinculado o longo prazo estabelecido pela empresa para zerar suas emissões de carbono, somente em 2050 (IAB, 2020).

Conclusão

O principal objetivo desse artigo consistiu na avaliação da pertinência da utilização da teoria dos campos no estudo de um campo econômico específico, o campo da produção siderúrgica na Amazônia, destacando sua importância para a compreensão da existência de lutas simbólicas em setores econômicos onde, até pouco tempo, essa dimensão não era discutida.

No caso específico da produção siderúrgica na Amazônia, nascida sob forte contestação social (Carneiro, 2008), o investimento empresarial na construção de capital simbólico tomou duas direções ao longo do tempo. Na resposta às denúncias de trabalho escravo na cadeia de fornecimento de carvão vegetal (Carneiro, 2016) e, mais recentemente, na produção do ferro-gusa ou do aço verde, isto é, em processos de descarbonização da produção siderúrgica.

No caso da resposta à crítica do trabalho escravo, a principal iniciativa foi a criação do Instituto Carvão Cidadão (ICC), que pode ser compreendida como um investimento simbólico necessário para o estabelecimento da crença - ou seu reestabelecimento quando a produção em questão se vê contestada - no valor do bem elaborado (Bourdieu, 2021), o ferro-gusa.

¹⁴ Cf.: APERAM. Saiba mais sobre o nosso Aço Verde, publicado em 07 de junho de 2017, n.p. Disponível em: <https://brasil.aperam.com/saiba-mais-sobre-o-nosso-aco-verde/>. Acesso em: 28 out. 2024.

Quanto a produção do chamado “aço verde”, ela corresponde à uma tentativa de posicionamento das empresas siderúrgicas que investiram na passagem para etapas mais avançadas da cadeia de valor da produção siderúrgica (Carneiro; Mancini, 2023), caso principalmente da AVB, mas que também se aplica à Sinobrás, que aproveitando a discussão sobre a necessidade de descarbonização da produção siderúrgica, buscam se inserir no campo da produção siderúrgica com um diferencial competitivo, a produção de aço com baixas emissões de gases de efeito estufa (GEEs) (BNDES, 2024).

Ao ressaltar a importância das lutas simbólicas, entre empresas e a contestação social e entre as próprias empresas, em um campo de produção de bens intermediários como a siderurgia, procurei destacar outra dimensão que a abordagem bourdieusiana permite observar, que é o aspecto dinâmico das relações entre os agentes no campo, que são mutáveis ao longo do tempo, envolvendo estabilidade, mas, também a possibilidade de sua transformação (Boyer, 2017). Dessa forma, a análise permitiu mostrar a evolução das posições das empresas ao longo do tempo, alguma das quais se deslocaram para etapas mais elaboradas da produção siderúrgica (Carneiro; Mancini, 2023).

Por último, quero chamar atenção para uma lacuna importante a ser preenchida nesse tipo de abordagem, que diz respeito a aplicação da noção de campo a objetos que transbordam o quadro nacional, como reconheceram Bourdieu e Poupeau (2021). Nesse sentido, creio ser necessário combinar a utilização da teoria dos campos com abordagens que se dedicaram a pensar o papel desempenhado por empresas localizados nas chamadas cadeias globais de valor (Gereffi, 2018) ou Redes de Produção Globais (Henderson *et al.*, 2011), que procuram analisar como diversos agentes (governos, consumidores, trabalhadores, etc.), localizados em diferentes espaços, estabelecem relações de cooperação e conflito, de forma a melhorar suas respectivas posições e, dessa forma, poderem influenciar nas trajetórias e posições assumidas por empresas em campos transnacionais.

REFERÊNCIAS

AÇO VERDE BRASIL (AVB). **Relatório Anual de Sustentabilidade – 2022**. Belo Horizonte: AVB, 2023. Disponível em: <https://ri.avb.com.br/list.aspx?idCanal=JOrcznnTosB+HNdPNWJDgQ=&linguagem=pt>. Acesso em: 28 out. 2024.

AÇO VERDE BRASIL (AVB). **Relatório Anual de Sustentabilidade – 2019-2020**. Belo Horizonte: AVB, 2020. Disponível em: <https://avb.com.br/wp-content/uploads/2020/05/RELAT%C3%93RIO-DE-SUSTENTABILIDADE-Rev.-Final.pdf> Acesso em: 5 jan. 2024.

ALONSO, O. Sinobrás investe US\$ 200 milhões. **Valor Econômico**, 03 dez, p. B-1. São Paulo (Caderno Empresas), 2013. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2013/12/03/sinobras-investe-us-200-milhoes.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2023.

APERAM. Saiba mais sobre o nosso Aço Verde, publicado em 07 de junho de 2017, n.p. Disponível em: <https://brasil.aperam.com/saiba-mais-sobre-o-nosso-aco-verde/>. Acesso em: 28 out. 2024.

ASSIS, W.S., CARNEIRO, M.S. O uso de carvão vegetal como fonte de energia para o PSC: controversias ambientais, sociais e econômicas. In: RAMALHO, J.R., CARNEIRO, M.S. (Org.) **Ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos na Amazônia e no Sudeste brasileiro**. São Luis: EDUFMA, 2015, p. 71-103.

BARBOSA, M.O; SILVA, P.C. D; TEIXEIRA, R.L.P. Aço verde e sustentabilidade na produção de ferro-gusa. **Revista Brasileira de Indiciação Científica**, v.9, e0222018, p.1-20, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/720>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Descarbonização da indústria de base**. Rio de Janeiro: BNDES, 2024. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/25847>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BOLTANSKI, L., CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.

BOURDIEU, P. **Microcosmes**. Théorie des Champs. Paris: Raisons d’Agir, 2021.

BOURDIEU, P. **Anthropologie Économique**: Cours au Collège de France (1992 – 1993). Paris: Editions Raison d’Agir/Seuil, 2017.

BOURDIEU, P. **Les structures sociales de l’économie**. Paris: Ed. du Seuil, 2000.

BOURDIEU, J.; POUPEAU, F. Note des éditeurs. Études des champs. In: BOURDIEU, Pierre. **Microcosmes**. Théorie des Champs. Paris: Raisons d’Agir, 2021, p. 7-23.

BOYER, R. Postface. Économie et Sciences Sociales. Une alternative à l’impuissance des théories économiques? In: BOURDIEU, P. **Anthropologie Économique**: Cours au Collège de France (1992 – 1993). Paris: Editions Raison d’Agir/Seuil, 2017, p. 293-323.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Estatísticas de Comércio Exterior em Dados Abertos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/base-de-dados-bruta>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristela. Del “Consenso de los Commodities” al “Consenso de la Descarbonización”. **Nueva Sociedad**, n. 306, p. 305-306, 2023. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/306-del-consenso-de-los-commodities-al-consenso-de-la-descarbonizacion/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CAMARGO, T. Situação internacional pesa nas projeções da Sinobrás para 2012. **Valor Econômico**, 26 jun., p. F-4. São Paulo (Caderno Especial Aço), 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/noticia/2012/06/26/situacao-internacional-pesa-nas-projecoes-da-sinobras-para-2012.ghhtml>. Acesso em: 20 set. 2023.

CAMPOS, P.H. Os efeitos da crise econômica e da operação lava jato sobre a indústria de construção pesada no Brasil: falências, desnacionalização e desestruturação produtiva. **Mediações**, v.24, n.1, p. 127-153, 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/35617>. Acesso em: 5 jan. 2024.

CARNEIRO, M.S. As transformações do campo da produção siderúrgica na Amazônia (1988-2018): apogeu, declínio e o processo de aprimoramento na cadeia de valor. In: RAMALHO, J.R.; CARNEIRO, M.S.; OLIVEIRA, R.V. de. (Org). **Configurações do desenvolvimento, trabalho e ações coletivas**. São Paulo: Annablume, 2021, p. 173-195.

CARNEIRO, M.S. Mercado e contestação: a atuação da crítica social e as transformações nas estratégias das empresas siderúrgicas de Carajás (1988-2012). **Política e Sociedade**, 15 (33), 282 – 313, 2016.

CARNEIRO, M.S. Entre o Estado, a sociedade e o mercado: análise dos dispositivos de governança da indústria florestal na Amazônia. **Caderno CRH**, v. 25, p. 73-86, 2012.

CARNEIRO, M.S. Crítica social e responsabilização empresarial: Análise das estratégias para a legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental. **Cadernos do CRH**, 21 (53), 319-331, 2008.

CARNEIRO, M.S. A construção social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira: a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras. **Sociedade e Estado**, v. 22, p. 681-713, 2007.

CARNEIRO, M.S. Trabalhadores em carvoarias na Amazônia Oriental: distantes da cidadania, além da mera exclusão. **Sociedade em Debate**, 8 (2), 152-183, 2002.

CARNEIRO, M.S. Relações de trabalho, propriedade da terra e poluição urbana nas atividades de carvoejamento para a produção de ferro-gusa em Açailândia/MA. In: ANDRADE, M.P. (Org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** São Luís: Estação Gráfica, 1995, p. 107-134.

CARNEIRO, M. S. Estado e empreendimentos guseiros no Programa Grande Carajás. In: CASTRO, E.; MARIN, R. E.A. (Org.). **Amazônias em tempo de transição**. Belém: UFPA/ NAEA/ARNI/CELA, 1989, p. 151-192.

CARNEIRO, M.S.; ASSIS, W.S.; VIEIRA, U.D; DOURADO, L.O. A governança do desmatamento na Amazônia na perspectiva dos Campos de Ação Estratégica. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. 1-25, 2020.

CARNEIRO, M.S.; MANCINI, R.M. O desenvolvimento da produção siderúrgica na Amazônia Oriental e o debate sobre o processo de aprimoramento tecnológico e social. **Estudos de Sociologia**, v. 28, n. esp.2, p. e023015, 2023.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Siderurgia no Brasil 2010-2025**: subsídios para tomada de decisão. Brasília: CGEE, 2010. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/Siderurgia_no_Brasil__9567.pdf/893da7ee-8608-4251-adc1-10c2bf95b009?version=1.0. Acesso em: 20 set. 2023.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUVAL, J.; GARCIA-PARPET, M-F. Les enjeux symboliques des échanges économiques. **Revue Française de Socio-Économie**, n.10, p. 13-28, 2012.

EXAME. **Aço Verde do Brasil aumenta a produção e venda em 2022**. EXAME. São Paulo, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://exame.com/esg/aco-verde-do-brasil-aumenta-producao-venda-2022/>. Acesso em: 25 set. 2023.

FERREIRA, E.F., CALAES, G.D., AMARAL, J.A.G., VON KRUGER, P. **A indústria brasileira de gusa de mercado**. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral/MCT/Coordenação de Apoio Tecnológico à Micro e Pequena Empresa, 2006. Disponível em: <https://mineralis.cetem.gov.br/handle/cetem/247> Acesso em: 20 set. 2023.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. FGVces Centro de Estudos em Sustentabilidade. Programa Brasileiro GHG Protocol. Disponível em: <https://easp.fgv.br/centros/centro-estudos-sustentabilidade/projetos/programa-brasileiro-ghg-protocol>. Acesso em: 28 out. 2024.

GARCIA-PARPET, Marie France. Slow food: a revolução pelo consumo? Sociologia de uma reclassificação de bens alimentares. **Sociologias**, v.25, p.1-35, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/qY3GxyF3Jn9PZZmNJFrerJB/?lang=pt> Acesso em: 20 set. 2024.

GEREFFI, G. Promessa e desafios do desenvolvimento. **Tempo Social**, v. 19, n.1, p. 223-248, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/f3YDnNTN8tb6ZgrrFyLY4xP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

GREENPEACE. **Carvoaria Amazônia**: como a indústria do aço e ferro-gusa está destruindo a floresta com a participação de governos. Manaus: Greenpeace, 2012.

HENDERSON, J.; DICKEN, P.; COE, N.; HESS, M.; YEUNG, H.W-C. Redes de Produção Globais e a análise do desenvolvimento econômico. **Revista Pós Ciências Sociais**, n.15, p. 143-170, 2011.

HIRSCHMAN, A. O. **A economia como ciência moral e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

INSTITUTO AÇO BRASIL (IAB). **Anuário Estatístico - 2024**. Rio de Janeiro: IAB, 2024. Disponível em: https://acobrasil.org.br/site/wp-content/uploads/2024/07/Anuario_Completo_2024.pdf Acesso em: 9 ago. 2024.

INSTITUTO AÇO BRASIL (IAB). **Relatório de Sustentabilidade – 2020**. Rio de Janeiro: IAB, 2020. Disponível em: <https://www.acobrasil.org.br/relatoriodesustentabilidade/>. Acesso em: 9 ago. 2024.

INSTITUTO CARVÃO CIDADÃO. **Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 25.05.2010**, Brasília/DF, 2010.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Responsabilidade social das empresas siderúrgicas na cadeia produtiva do ferro-gusa na região de Carajás: os produtores de carvão vegetal - Relatório Geral**. Rio de Janeiro: Instituto Observatório Social, mar. 2006.

LEBARON, F.; MAUGER, G. Présentation Générale. In: LEBARON, F.; MAUGER, G. (Dir.) **Lectures de Bourdieu**. Paris: Ellipses, p. 11-22, 2012.

LOVISI, P. Taxação da UE retira aço brasileiro da lista de mais sustentáveis do mundo. **FOLHA DE S.PAULO**, publicado em 25 de maio de 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/taxacao-da-ue-retira-aco-brasileiro-da-lista-de-mais-sustentaveis-do-mundo.shtml>. Acesso em: 28 out. 2024.

MANCINI, R.M. Transformações em um mercado contestado: estabilidade e upgrading da indústria siderúrgica na Amazônia oriental. **Sociologias**, v.25, p. e-soc134766-10, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/128097>. Acesso em: 5 jan. 2024.

MONTEIRO, M.A. Em busca de carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia, **Novos Cadernos do NAEA**, v.9, n.2, p. 55-97, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/67>. Acesso em: 20 set. 2023.

MONTEIRO, M.A. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia: drenagem energético-material e pauperização regional**. Belém: Editora da UFPA/ETFA. 1998.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho escravo no Brasil do século XXI**. Brasília: OIT, 2006. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@americas/@ro-lima/@ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227551.pdf. Acesso em: 2 ago. 2024.

PITOMBEIRA, K.S. **A construção da responsabilidade social empresarial no Polo Siderúrgico de Carajás: o caso do Instituto Carvão Cidadão**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2011.

QUEIROZ GALVÃO EM 360°. **Autonomia e sustentabilidade. Queiroz Galvão eleva produtividade com fornos retangulares**. Recife: Revista do Grupo Queiroz Galvão, ano 6, n.12, jul/ago/set 2012.

QUEIROZ GALVÃO EM 360º. **Entrevista com Paulo Afonso Gomes – Diretor da Energia Verde**. Recife: Revista do Grupo Queiroz Galvão, ano 14, n.17, out/nov/dez 2010.

QUEIROZ GALVÃO EM 360º. **Um passo a frente na gestão ambiental**. Recife: Revista do Grupo Queiroz Galvão, ano 7, n.3, abr/mai/jun 2007.

RAMALHO, J.R., CARNEIRO, M.S. Trabalho e siderurgia na Amazônia brasileira. In: RAMALHO, J.R., CARNEIRO, M.S. (Org.) **Ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos na Amazônia e no Sudeste brasileiro**. São Luis: EDUFMA, 2015, p. 15-43.

RIBEIRO, I. Aço Verde do Brasil emite debêntures de R\$ 200 milhões, primeiro título verde no setor siderúrgico. 24 jun, Portal Terra, 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/negocios/aco-verde-brasil-debenture-titulo-verde-setor-siderurgico/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

ROSTÁS, R. Aço Cearense pede recuperação judicial de R\$ 1,83 bi. **Valor Econômico**, 09 maio, p. B-4. São Paulo (Caderno Empresas), 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2017/05/09/aco-cearense-pede-recuperacao-judicial-de-r-183-bi-1.ghtml>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SANTOS, R.S.P. **A forja de Vulcano**: siderurgia e desenvolvimento na Amazônia oriental e no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S/A (SINOBRAS). **Relatório de Sustentabilidade - 2013**. Marabá: SINOBRAS, 2014. Disponível em: <https://www.grupoacocearense.com.br/imprensa/relatorio-de-sustentabilidade-2013-2/> Acesso em: 20 set. 2023.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira**: origens e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Entrevista

RAPOSO, S. **Entrevista com o diretor Industrial da empresa Aço Brasil Verde**, em 20 jan. 2014. Entrevistadores: José Ricardo Ramalho e Marcelo Sampaio Carneiro. Açailândia/MA.

Submetido em: 28/10/2023

Aprovado em: 17/06/2024

HOTÉIS E HOTELEIROS NO LITORAL:
SOCIOGÊNESE DA OCUPAÇÃO À BEIRA-
MAR MACEIÓ-AL (1900-1979)

*HOTELES Y HOTELEROS EN EL LITORAL:
SOCIOGÉNESIS DE LA OCUPACIÓN JUNTO
AL MAR EN MACEIÓ-AL (1900-1979)*

*HOTELS AND HOTELIERS ON THE COAST:
SOCIOGENESIS OF THE SEAFRONT
OCCUPATION IN MACEIÓ-AL (1900-1979)*

*Marina de Souza SARTORE**

*Antônio Daniel Alves CARVALHO***

*Wanderson José Francisco GOMES****

RESUMO: A litoralização suscita o cálculo da capacidade de carga do litoral. Neste artigo, usamos a sociologia de Pierre Bourdieu para argumentar que uma sociogênese da ocupação do litoral precede o cálculo de sua capacidade de carga. Pressupomos que o espaço físico do litoral é um espaço social reificado, pois reflete as lutas simbólicas de seus agentes sociais. Usamos a prosopografia para desenhar os primeiros contornos do espaço social dos hoteleiros à beira-mar em Maceió, estado de Alagoas, entre 1900 e 1979. Nossos resultados mostram três tipologias de hotel: o hotel palacete, o hotel vertical-moderno e o resort pé-na-areia, que ocupam posições distintas no campo de acordo com a distribuição de capitais de seus hoteleiros. Os fatores determinantes que distinguem os agentes sociais são capital

* Professora adjunta do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) na Universidade Federal de Sergipe (UFS), SE, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7935-4105>. Contato: marinass@academico.ufs.br.

** Professor substituto no Instituto de Ciências Sociais (ICS) na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), AL, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0839-0704>. Contato: dan002911@gmail.com.

*** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) na Universidade Federal de Sergipe (UFS), SE, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5788-0174>. Contato: wandersonjfgomes@academico.ufs.br

cultural (escolaridade) e capital social (pertencimento a associações de hotéis) no eixo horizontal e capital econômico hereditário, estatal, comercial e matrimonial no eixo vertical.

PALAVRAS-CHAVES: Sociologia Econômica do Litoral. Espaço Social Reificado. Sociogênese. Prosopografia. Capacidade de Carga.

RESUMEN: *La litoralización suscita el cálculo de la capacidad de carga del litoral. En este artículo, usamos la sociología de Pierre Bourdieu para argumentar que una sociogénesis de la ocupación del litoral precede el cálculo de su capacidad de carga. Suponemos que el espacio físico del litoral es un espacio social cosificado, pues refleja las luchas simbólicas de sus agentes sociales. Usamos la prosopografía para delinear los primeros contornos del espacio social de los hoteleros a orillas del mar en Maceió, Alagoas, entre 1900 y 1979. Nuestros resultados muestran tres tipologías de hotel: el hotel palacete, el hotel vertical-moderno y el resort frente a la playa, que ocupan posiciones distintas en el campo de acuerdo con la distribución de capitales de sus hoteleros. Los factores determinantes son el capital cultural (escolaridad) y el capital social (pertenencia a asociaciones de hoteles) en el eje horizontal, y el capital económico hereditario, estatal, comercial y matrimonial en el eje vertical.*

PALABRAS CLAVES: Sociología Económica de la Costa. Espacio Social Reificado. Sociogénesis. Prosopografía. Capacidad de carga.

ABSTRACT: *The process of coastalization evokes the calculation of the coastal area's carrying capacity. In this article, we use Pierre Bourdieu's sociology to argue that a sociogenesis of coastal occupation precedes the calculation of its carrying capacity. We assume that the physical space of the coast is a reified social space, as it reflects the symbolic struggles of its social agents. We use prosopography to outline the initial contours of the social space of seaside hoteliers in Maceió, Alagoas, from 1900 to 1979. Our results show three typologies of hotels: The mansion hotel, the modern vertical hotel, and the beachfront resort, which occupy distinct positions in the field according to the distribution of capitals among the hoteliers. The determining factors that distinguish the social agents are cultural capital (education) and social capital (membership in hotel associations) on the horizontal axis, and hereditary, state, commercial, and matrimonial economic capital on the vertical axis.*

KEYWORDS: Economic Sociology of the Coast. Reified Social Space. Sociogenesis. Prosopography. Battery capacity.

Introdução

Cada vez mais pessoas buscam as praias tanto para fins de moradia como de turismo. No âmbito da moradia, estima-se que por volta de 40% da população mundial more a menos de 100 km do litoral (Nações Unidas, 2017). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ferreira e Belandi, 2024), 54.8% da população brasileira vive a uma distância máxima de 150 km do litoral. Estima-se que o Brasil é um dos países com maior probabilidade de aumento da população costeira da América do Sul (Neumann *et al.*, 2015) e que, entre os anos de 2020 e 2035, haverá um aumento de 7% de brasileiros vivendo a menos de 100 km do litoral (Maul; Duedall, 2019). Durante a pandemia de COVID-19, a busca por imóveis no litoral com fins de moradia cresceu no país (Tucci, 2020; Zanatta, 2021; Goeking, 2021).

No âmbito do turismo, estima-se que 80% de todas as atividades turísticas ocorram em áreas costeiras (Nações Unidas, 2022). No Brasil, o turismo de Sol e Praia é a principal motivação de viagem tanto de estrangeiros quanto de brasileiros (Ministério do Turismo, 2021). Em 2023, os *resorts* e destinos de sol e praia foram os produtos mais vendidos por operadores turísticos no Brasil, com destaque para a região nordeste (Braztoa, 2023).

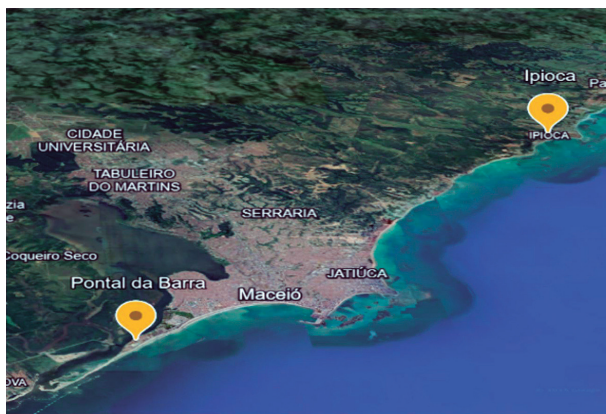
Os dados acima ilustram o processo de litoralização. Há um adensamento da população no litoral, ao mesmo tempo em que o acesso à praia pode ficar mais limitado devido ao *coastal squeeze* (Pontee, 2013). Os territórios de praias e dunas tiveram uma retração de 15% no Brasil, passando de 457 mil hectares em 1985 para 389 mil hectares em 2021, sendo a pressão do mercado imobiliário e o avanço de infraestruturas urbanas, os principais vetores da perda destes 68 mil hectares (Projeto MapBiomias, 2021). “Mais gente e menos espaço” é uma realidade que incita pesquisadores a refletirem sobre a capacidade de carga das praias, ou seja, sobre quantas pessoas podem estar ao mesmo tempo em determinado metro quadrado de praia. A resposta a esta pergunta não é simples, pois, como argumentam Silva e Fonseca (2022), calcular a capacidade de carga da praia inclui variáveis diversas, como as características geográficas e o entorno das praias, assim como os valores e as percepções sobre o grau de privacidade e de exclusividade que se espera obter nas praias.

As variáveis citadas por Silva e Fonseca (2022) são de cunho geográfico e subjetivo. Propomos a inclusão de variáveis de **cunho sociológico** baseados na sociologia de Pierre Bourdieu para a compreensão sobre a capacidade de carga, não somente das praias mas, mais amplamente, da beira-mar, para responder às questões sobre “quem” se apropria da praia e sobre “como” essa apropriação ocorre.

O recorte geográfico de nosso estudo é a cidade de Maceió-AL, localizada no Nordeste do Brasil. Conhecida como “caribe brasileiro”, é atualmente uma das

cidades brasileiras mais procuradas pelos turistas (Leite e Semtel, 2022). Nosso recorte analítico passa por aproximados 30 quilômetros de orla, partindo do Pontal da Barra até Ipioca (Figura 01). Os agentes sociais de nosso estudo são os hotéis¹ e hoteleiros que possuem e possibilitam o privilégio de estar à **beira-mar**, seja oferecendo uma vista para o mar ou o acesso direto ao mar. Em Maceió-AL, o processo de ocupação da beira-mar começou com hotéis construídos ao longo da Orla, próximos ao centro da cidade, que ofereciam tanto vista quanto fácil acesso ao mar. Depois, foi se expandindo rumo ao litoral norte, tomando forma, principalmente, de acesso “pé-na-areia” através de *resorts* pé-na-areia (Veras Filho, 1991; Rangel, 2010; Bulgarelli, 2012; Melo 2017).

Figura 1 – Recorte geográfico da pesquisa Maceió - Alagoas (Pontal da Barra a Ipioca).



Fonte: Google Earth. Imagem produzida pelos autores. Março de 2024.

O método proposto, baseado na sociologia de Bourdieu, é o desenho do espaço social (Nogueira, 2017) “à beira-mar” a partir de uma sociogênese do movimento da ocupação territorial dos hotéis à beira-mar do período de 1900 a 1979². Em nosso argumento, a realização da sociogênese precede o cálculo sobre a capacidade de carga de cada praia, pois é a sociogênese que demonstra a **sociodicéia** (Bourdieu, 1998) da praia.

A sociodicéia é uma narrativa que justifica a origem e a necessidade dos privilégios, tornando-os socialmente aceitos por todos. A sociodicéia pode tomar

¹ Em Alagoas, houve um crescimento de 54% no total de leitos em 4 anos, de 24.979 mil em 2017 para 38.542 mil em 2021 (Ministério do Turismo, 2022). Há também outras formas de hospedagem no espaço à beira-mar, como pousadas e *airbnbs*. Neste artigo, o foco está nos hotéis e nos hoteleiros.

² O estudo sobre o processo de sociogênese está dividido em duas etapas: a primeira corresponde ao início da ocupação beira-mar, de 1900 a 1979, foco deste artigo. A segunda, em andamento, corresponde ao período de consolidação da beira-mar como espaço de privilégio e compreende o período de 1980 a 2020.

diferentes formas, segundo cada configuração social, mas sempre aparece como um valor universal, pois oculta o fato de que é resultado de lutas simbólicas e de um arbitrário cultural (Seidl, 2017).

Para compreender a narrativa que legitima e naturaliza a ideia de “quem” pode se apropriar da beira-mar e de “como” essa apropriação pode ocorrer, buscamos correlacionar a história de vida às estruturas e volume de capitais (Bourdieu, 2000) dos hotéis e hoteleiros que foram “subindo” rumo ao litoral norte de Maceió-AL. Realizamos uma prosopografia (Montagner, 2007) dos hotéis Atlântico, Beira-Mar, Luxor e Jatiúca e dos seus respectivos hoteleiros. Os quatro hotéis foram selecionados por serem os pioneiros na ocupação da beira-mar em Maceió-AL. Realizamos duas entrevistas com herdeiros de dois hoteleiros e consultamos biografias de vida disponíveis na internet, em notícias de jornais on-line e em jornais digitalizados na hemeroteca digital brasileira.

Este artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, apresentamos as apropriações das teorias e métodos de Pierre Bourdieu para o estudo da praia. Na segunda, trazemos a prosopografia dos hotéis e hoteleiros. Na terceira, apresentamos a discussão. Por fim, na quarta parte, esboçamos as primeiras variáveis analíticas e fatoriais do espaço social à beira-mar em Maceió-AL.

1. Contribuições da Sociologia de Pierre Bourdieu para os estudos da praia

Seguimos dois pressupostos da sociologia de Pierre Bourdieu (2008 [1993]) para a realização da sociogênese da ocupação à beira-mar de Maceió. O primeiro pressupõe que o espaço **à beira-mar** é um espaço social reificado, incorporado relacionalmente e mentalmente. O segundo, decorrente do primeiro, pressupõe o espaço social reificado como resultado de lutas simbólicas que ocorrem em diversos campos.

Existe tanto o espaço físico, onde localizamos nossos corpos, quanto o espaço social, onde se localizam as posições hierárquicas e os elementos que distanciam os agentes sociais uns dos outros. Estes dois espaços, o físico e o social, normalmente se sobrepõem, de modo que um corresponde ao outro, produzindo o “espaço social reificado” (Bourdieu, 2008, p. 161). Esta ideia corrobora com a pesquisa realizada por Pinçon e Pinçon-Charlot (1988) na década de 1980 e que comprova que a ocupação dos espaços físicos na França corresponde à distribuição dos agentes sociais no espaço social e simbólico, que, por sua vez, é definida pela distribuição das classes sociais, seus gostos e suas visões de mundo.

Segundo Bourdieu (2008), o espaço social reificado é relacional, pois relativizamos as posições e as coisas. Por exemplo, a margem direita (*rive droite*) do rio

Sena em Paris, com as suas estruturas hierárquicas da alta-costura tradicional, só existe em relação à margem esquerda (*rive gauche*), com as suas estruturas hierárquicas de costureiros de vanguarda. Assim, “os grupos socioprofissionais tendem a se distribuírem no espaço urbano de acordo com as distâncias e oposições que lhes definem socialmente” (Pinçon, Pinçon-Charlot, 1988, p. 122).

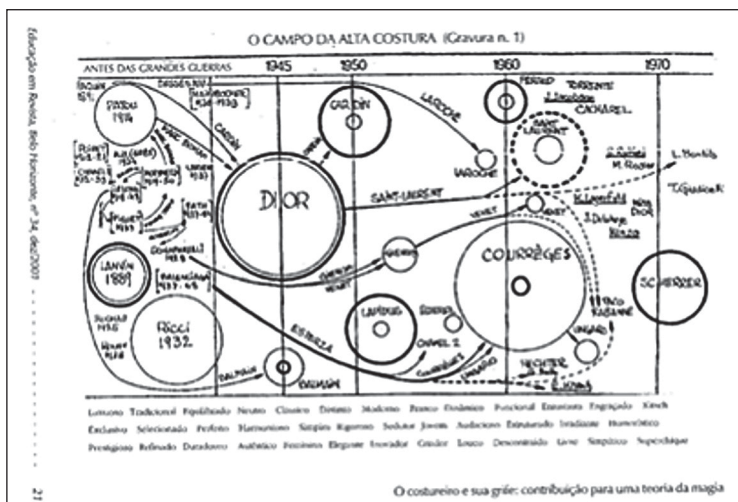
O espaço social reificado é também mentalmente incorporado na medida em que é cotidianamente reforçado. Por exemplo, a reincidência da “hora do rush”, do “ônibus lotado”, da “ida à praia somente aos domingos”, ou seja, os desafios de deslocamento enfrentados no cotidiano por quem está em bairros distantes da praia reforçam a incorporação mental do distanciamento físico da praia, naturalizando a sensação de não-pertencimento a ela. Por outro lado, aqueles que reiteradamente usufruem da praia, porque “basta atravessar a rua para estar na Orla” a incorporam mentalmente e têm naturalizado o pertencimento a ela.

O segundo pressuposto de Bourdieu (2008) é o de que o espaço social reificado é resultado das lutas simbólicas de diferentes campos. As lutas simbólicas são condicionadas pelos *habitus* individuais e coletivos, que tomam forma de espécies e volume de capitais, que, por sua vez, vão orientar os ganhos no espaço físico. A luta simbólica pela apropriação do espaço físico pode ocorrer de forma individual, por exemplo, através das sucessivas mudanças de endereço em uma cidade, ou de forma coletiva, por exemplo, através dos debates em torno das políticas de habitação nacional. Neste segundo caso, o Estado tem um papel importante na distribuição dos agentes sociais nos espaços sociais reificados.

Para Bourdieu (1986), o *habitus* consiste em trajetórias de vida individuais ou coletivas. Cada agente social possui um corpo biológico e um nome próprio. A maneira que a sociologia tem de compreender as trajetórias de vida é interpretando o discurso que o agente faz sobre si mesmo. Porém, não analisa apenas as sucessões de acontecimentos de uma determinada trajetória, mas considera toda a teia de relações em que essa determinada trajetória de vida está inserida. Bourdieu (1986) afirma que analisar o acontecimento biográfico apenas pela sucessão de posições ocupadas pelo agente social é o mesmo que analisar uma linha de metrô desconsiderando toda a rede pela qual ele transita. Assim, não podemos compreender uma trajetória de vida sem “compreender os estados sucessivos do campo em que ela se desenrolou” (Bourdieu, 1986, p. 72, tradução nossa). Compreender todo o mapa do metrô é o mesmo que compreender todo o espaço de possíveis que unem os agentes em relações objetivas. Por exemplo, no texto “O costureiro e sua grife”, Bourdieu e Delsaut (2001) desenham a evolução do campo da alta-costura a partir das trajetórias de vida dos costureiros e de suas grifes, fazendo a correspondência entre a estrutura de relações objetivas aos acontecimentos biográficos que, por sua vez, incidem sobre a ocupação do espaço geográfico: os costureiros mais tradicionais ocupam o lado direito do rio Sena e os costureiros de vanguarda ocupam o lado esquerdo do rio

Sena (Figura 02). O desenho das *maisons* de alta-costura nos serviu de inspiração para desenhar o espaço social à beira-mar de Maceió.

Figura 2 – O Campo da Alta-costura (Bourdieu e Delsaut, 2001).



Fonte: Reproduzida de Bourdieu e Delsaut, 2001, p. 21.

A aplicação do arcabouço teórico-metodológico de Bourdieu para explorar a ocupação do litoral não é novidade. Em 1975, Patrick Champagne publicou o texto “*Paysans a la plage*”, explorando a ocupação da praia pelos camponeses da cidade de *Saint Pierre-sur-Béhier*, apontando como as lutas simbólicas se refletiam no espaço físico de ocupação da praia. De um lado, havia os camponeses que não possuíam o *habitus* da praia, pois não distinguiam a esfera doméstica da do trabalho. Quando na praia, eles não tinham como ocultar o status de “visitante”, pois não tinham outra opção a não ser ficar na praia o dia todo, consumindo especialidades locais mais baratas, ou então levando a sua própria comida. Suas vestimentas, o bronzeado e seus modos de tomar sol denunciavam a pouca familiaridade com a praia. Em oposição a eles, havia a elite local e os funcionários públicos assalariados que possuíam o *habitus* da praia. Eram grupos familiarizados com as técnicas de usos da praia, evitavam frequentar as mesmas praias que os camponeses, alugavam espreguiçadeiras e usufruíam de restaurantes e museus, tornando a praia apenas um dentre tantos espaços de circulação possível. Champagne (1975) conclui que os camponeses não tinham o controle nem do tempo nem do espaço físico da praia, pois não possuíam os capitais de fato para se apropriarem dela, apesar de entenderem o acesso à praia como uma forma de prestígio.

O trabalho de Champagne (1975) instigou a escrita do texto “Bourdieu na Praia – campos de forças e relações de poder sobre a arena” (Varela, 2009), no qual o autor reforça que a praia é um observatório sociológico privilegiado, pois é onde as classes dominadas e dominantes compartilham o mesmo espaço de ócio coletivo e onde, **aparentemente**, desaparece toda a relação de poder. No entanto, o autor afirma que é, paradoxalmente, neste momento que “melhor podemos observar e analisar essas outras relações de poder, menos conhecidas e, por isso, mais eficazes, da dominação simbólica e de sua violência” (Varela, 2009, p. 03).

Por acréscimo, Pimentel (2020) se utilizou da teoria sociológica Bourdieusiana para fundamentar o que chamou de “campo turístico”, buscando desnaturalizar análises particularmente do modelo econômico e suas premissas centradas na oferta e na demanda. Para este autor, mais que observar os destinos sob uma perspectiva linear, evolucionista – de um território pouco explorado para, progressivamente, um território densamente ocupado e legitimado para o turismo – é essencial compreender as dinâmicas internas de relacionamento e as lutas simbólicas dos agentes inscritos nos destinos, logo: “quem são os atores que atuam coletivamente, que posições adotam e quais são suas disposições para atuar de alguma forma em cada momento em contextos específicos” (Pimentel, 2020, p. 03).

A forte influência da perspectiva de Bourdieu é também observada no artigo de Réau (2007) sobre o surgimento das colônias de férias (*club de vacances*) a partir do estudo de caso do pioneiro “*Club Méditerranée*” e no artigo de Loloum (2017) sobre as transformações das posições dos agentes sociais que se apropriaram da praia da Pipa, no estado brasileiro do Rio Grande do Norte. Em ambos os trabalhos, os autores mapeiam os agentes sociais e suas lutas simbólicas no espaço social que são reificadas no espaço físico da praia. Mais recentemente, Guibert (2021) explorou as possíveis contribuições da sociologia de Bourdieu para o campo do turismo, incluindo o turismo no litoral (Sartore, Rodrigues, Gomes, 2024).

Este artigo dialoga com essas correntes de pensamento que trazem as teorias de Bourdieu para compreender a praia como espaço social reificado; nesse contexto, a ideia de cálculo de capacidade de carga, considerando o metro quadrado de praia que pode ser ocupado por cada pessoa, se torna insuficiente para compreender “quem” pode estar na praia e “como” se configura esse “estar na praia”. O que está de fato em jogo são as disputas simbólicas, menos evidentes, e que antecedem e condicionam a propensão ou não do “estar na praia”.

2. A construção analítica do espaço social à beira-mar de Maceió-AL (1900-1979)

2.1 Hotel Atlântico: a beira-mar como parte da vida social da elite local (1900 - 1960)

Na Europa, os usos do mar se transformaram ao longo da história. Saíram de espaços inóspitos e “vazios” onde apenas pescadores se aventuravam, passaram a ser espaços de banhos terapêuticos e se tornaram espaços para o turismo e o lazer (Corbin, 1989). No Brasil não foi diferente. Durante o período colonial, a praia era um espaço de trabalho de pescadores e nativos. Com a chegada da corte, os banhos de mar passaram a ser praticados pelas classes abastadas, reproduzindo as práticas europeias (Azevedo, 1988, Diegues, 1995, O’Donnel, 2013).

Em Maceió-AL, a ocupação foi marcada pelo comércio de mercadorias advindas do porto de Jaraguá e pelas pessoas que transitavam pela cidade, concentrando os primeiros hotéis no centro da cidade e no porto (Craveiro, 1981, 1983; Barros, 2018). A ocupação da Avenida da Paz, na atual orla de Maceió-AL, decorreu da formação do aterro do Jaraguá em busca da conexão entre o centro da cidade e o porto. Ali se instalaram tanto fábricas como casas de uso residencial das famílias mais abastadas da cidade (Ticianeli, 2019).

A história do Hotel Atlântico (Figura 03), inaugurado nos anos de mil novecentos e trinta e considerado o primeiro da orla de Maceió-AL, resume a dinâmica do espaço social à beira-mar das primeiras décadas do século XX. Antes de se tornar um hotel, a construção foi um palacete de arquitetura colonial ocupado por elites comerciais e políticas de Alagoas, como João Nunes Leite³ (Ticianeli, 2019), considerado um **abastado comerciante**⁴ (Diário de Pernambuco, 1906, p.01) pertencente à junta comercial de Alagoas-AL (Diário de Pernambuco, 1903, p.02), e Levino David Madeira, bacharel em direito e Juiz (Diário de Pernambuco, 1907, p.02), prefeito da cidade de Palmares (Diário de Pernambuco, 1911, p.02), sócio da firma agrícola ligada à Usina Serra Grande, de seu sogro, e **distinto capitalista e industrial**⁵ (Diário de Pernambuco, 1924, p.08), sendo considerado membro do **alto comércio**⁶ da capital de Maceió-AL (Diário de Pernambuco, 1923, p.02). O palacete também serviu como casa de agentes sociais ligados ao exército, como o General Francisco da Rocha Callado, e como casa de veraneio dos governadores de Alagoas (Ticianeli, 2019).

³ O seu pai, Jacintho José Nunes Leite, era dono de loja de ferragens, refinaria de açúcar, fábrica têxtil, empresa de fundição e de trilhos urbanos (Ticianeli, 2020).

⁴ Grifo dos autores.

⁵ Grifo dos autores.

⁶ Grifo dos autores.

Figura 3 – Hotel Atlântico.



Fonte: Ticianeli (2019).

A casa de veraneio foi inaugurada como hotel por Adib Rabay na década de 1930. Adib Rabay era um comerciante estrangeiro que também era proprietário de mais outros dois hotéis no centro da cidade (Ticianeli, 2019). Um deles, o Bella Vista Pallace Hotel, segue a mesma lógica do Hotel Atlântico: foi construído para ser residência e, depois, passou a ser um hotel (Ticianeli, 2015). Segundo Ticianeli (2015), Adib Rabay teria ficado pobre e retornado ao seu país com a ajuda de hóspedes que moravam em um de seus hotéis.

O período de abertura do Hotel Atlântico coincide com o período de fluxo de ocupação à beira-mar para fins de festividades e esportes. Em 1936, na Avenida da Paz, foi inaugurado o “clube Fênix”, considerado “uma sociedade de gente aristocrática” (Ticianeli, 2019, n.p.). Na mesma época se tornaram populares os desfiles cívicos, circos e corridas, além dos banhos de mar à fantasia, precedendo o período do carnaval e inspirados nos que ocorriam no Rio de Janeiro-RJ (Ticianeli, 2019).

Em 1950, o Hotel Atlântico foi comprado por Manoel Simplicio Miranda, **comerciante e dono de bar**⁷ no centro da cidade, considerado de família de classe média baixa (Majella, 2015), o que explica a rara aparição de seu nome nas buscas no Diário de Pernambuco⁸. Porém, o comerciante possuía capital matrimonial, pois era casado com a Sra. Hermé Amorim de Miranda, filha de fazendeiro. Segundo entrevista com um de seus netos⁹, o avô era alfabetizado, mas não tinha formação superior. Participava da Maçonaria e recebia figuras famosas em seu hotel. Segundo

⁷ Grifo dos autores.

⁸ Também há raríssimas aparições do nome Hotel Atlântico no Diário de Pernambuco. (Entre os anos 1930 e 1940, período de sua inauguração, há apenas quatro menções ao Hotel e nenhuma faz referência à inauguração do hotel).

⁹ Entrevista três realizada com o neto do Sr. Manoel Miranda, no dia 22/07/2020. A entrevista foi feita via vídeo chamada. Os dados gerais da entrevista estão arquivados com o co-autor deste artigo.

o entrevistado, o Hotel Atlântico contava com uma família que morava lá como hóspedes fixos e recebia também um público diversificado, que chegavam até o hotel pelas redes de contatos da família.

A partir da história do primeiro hotel à beira-mar em Maceió-AL, observamos a lógica da arquitetura colonial de uma residência que se transforma em hotel. Enquanto residência, ela representa a chegada da elite local à beira-mar. A elite local pertencia aos engenhos, aos altos cargos de comerciantes, com alto capital político, social, simbólico e matrimonial. A transformação da casa em hotel representa a chegada de um novo perfil de comerciantes (Adib, um estrangeiro que buscava empreender; Manoel Simplício, um dono de bar advindo da classe média baixa, também buscando empreender). A transformação do palacete em hotel representa o prenúncio da ocupação comercial e turística à beira-mar, que tomou forma de uma ocupação que se misturava à vida social local, aos festejos e aos eventos esportivos.

2.2 Hotel Beira-Mar e Hotel Luxor: a beira-mar como turismo, luxo e modernidade (Década de 1970)

No final da década de sessenta e durante a década de setenta inicia-se o processo de turistificação de Maceió-AL com o desenvolvimento de atividades ligadas diretamente ao turismo (Castilho, 2000) como a criação do Conselho Estadual de Turismo (CETUR - ligada ao estado), em 1968, da Empresa Alagoana de Turismo S.A. (Ematur - também ligada ao estado), em 1971, e, por fim, da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH/AL), em 1977.

Ao iniciar o processo de turistificação, Maceió-AL formalizou um modelo de urbanização em torno da praia, seguindo o exemplo europeu e de outras capitais brasileiras localizadas em zonas costeiras. A posse do governador Afrânio Salgado Lages, em 1971, foi decisiva para esse processo, pois enfatizou o desejo de explorar o turismo no estado de Alagoas como um produto nacional em seu plano de governo, se alinhando aos interesses institucionais do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que investiu em campanhas de promoção turística no Nordeste (Duarte, 2023).

Em 1974, houve a urbanização da praia da Pajuçara, dando início ao apelo comercial que qualificava a cidade como “Paraíso das Águas” (Duarte, 2023). Maceió estava se tornando parte de uma estratégia nacional de investimentos, e suas transformações se associaram aos objetivos de outra instituição de fomento, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que visava diminuir as desigualdades do Nordeste em comparação às demais regiões brasileiras (Duarte, 2023). Nascia o “novo caribe”, a partir da melhoria da infraestrutura próxima ao litoral e na reestruturação hoteleira.

Em 1976, foi inaugurado o Hotel Beira-Mar (cujo valor de investimento é estimado em 18 milhões de cruzeiros) (Diário de Pernambuco, 1975, p.05) e, em 1975, foi inaugurado o Hotel Luxor, ambos na Avenida da Praia, no centro da cidade (Figura 04). Estes dois hotéis e seus hoteleiros apresentam novas estruturas e volumes de capitais. A década de 1970 também coincide com o início da verticalização da cidade de Maceió (Alves, 2012). Os dois hotéis, diferentemente do palacete do Hotel Atlântico, foram construídos para serem hotéis e possuem traços de arquitetura *Art Decó*. O Hotel Luxor possuía mais de 100 apartamentos (Melo, 2017). O Hotel Beira-Mar possuía 13 andares e 75 apartamentos com móveis padronizados e foi construído para “atender o comércio, representantes de vendas e servir como ponto de encontro para a sociedade maceioense” (Bulgarelli, 2012, p. 52).

Os nomes dos hotéis Hotel Beira-Mar e Hotel Luxor¹⁰ representam a nova lógica do espaço social da ocupação à beira-mar: estar à beira-mar se associava à ideia de luxo e privilégio e ambos significavam modernidade. Ambos os hotéis eram ranqueados como quatro estrelas.

Figura 4 – Hotel Beira-Mar (esquerda) e Hotel Luxor (direita).



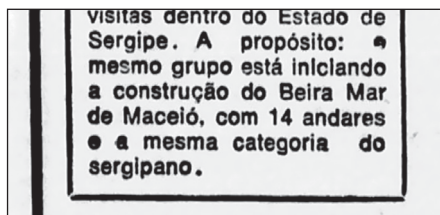
Fonte: Lages *et al.*, 1979 (Hotel Beira-Mar) e Maceió Antiga (grupo do Facebook). Não há informação sobre a origem da foto.

O Hotel Beira-Mar começou com o grupo habitacional de Sergipe, de João Alves Filho, filho de renomado construtor e empresário do estado de Sergipe. João Alves Filho cursou Engenharia Civil na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia e fundou a Habitacional Construções, que viria a ser uma das maiores empresas de construção civil do Nordeste. Ele viria a ser prefeito de Aracaju-SE em 1975 e ficou reconhecido como um dos visionários da ocupação imobiliária da praia em Aracaju-SE (Pimentel; Salmeron, 2022). Em 1974, o grupo havia inaugurado o Hotel Beira-Mar em Aracaju-SE, também à beira-mar, descrito pela mídia como

¹⁰ Luxor em árabe significa “palácio”.

“de categoria internacional, sem qualquer favor, um dos melhores do país” (Diário de Pernambuco, 1974, p.05). A notícia também dizia: “A propósito: o mesmo grupo está iniciando a construção do Beira Mar de Maceió, com 14 andares e a mesma categoria do sergipano” (Figura 05).

Figura 5 – Extrato da notícia da construção do hotel Beira-Mar em Maceió-AL.



Fonte: Diário de Pernambuco, 16 de Outubro de 1974, p.05.

Porém, antes de concluir a construção do hotel, João Alves Filho o vendeu para os irmãos Britto, também do estado de Sergipe. Os irmãos possuíam ampla atuação com representação comercial de produtos alimentícios, lojas de roupas, móveis, construção civil, beneficiamento de alimentos, entre outras. Segundo informação cedida pela filha de um dos proprietários do Hotel¹¹, o grupo Irmãos Britto era gerido pelos filhos de Florival Britto Filho, comerciante de Aracaju-SE que iniciou os filhos nos negócios logo depois que concluíram o ensino primário. Deles, destacamos Roberto Mascarenhas de Britto, pois ele seria, em 1975, um dos fundadores da Associação Brasileira de Agências de Viagens de Alagoas (ABAV), enquanto representante da agência de viagens Akatur Turismo (ABAV, 2004). Para a compra do hotel, Afrânio Lages Filho foi convidado para compor a sociedade, já que era sócio dos irmãos na fábrica de beneficiamento de castanha de caju – Ciasa. Segundo a entrevistada, esse logo saiu da sociedade, deixando o hotel nas mãos dos irmãos sergipanos. Afrânio Lages Filho, formado em direito pela Universidade Federal de Alagoas, é filho de Afrânio Lages, político importante que governou Alagoas justamente pelo período de 1971 a 1975, o que coincide com a construção do Hotel Beira-Mar. Ele criou a Aeroturismo, uma das primeiras empresas a trabalhar com receptivo de turismo em Maceió-AL, e foi um dos presidentes de maior mandato na Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV-Alagoas), fundada por Roberto Mascarenhas.

O período coincide com a profissionalização do turismo, com a criação das agências de turismo. O Hotel Beira-Mar fazia parte do portfólio de agências de viagens, como mostra a figura 6, na qual destacamos o nome do hotel como um destino para o Carnaval de 1978.

¹¹ Entrevista realizada entre os dias 04 e 08 de fevereiro do ano de 2021. A entrevista foi realizada via troca de mensagens, pelo Messenger do Facebook. Os dados da entrevista estão arquivados.

Figura 6 – Portfólio de agência de viagens destacando o Hotel Beira-Mar.



Fonte: Diário de Pernambuco, 1º de Janeiro de 1978, p.B7.

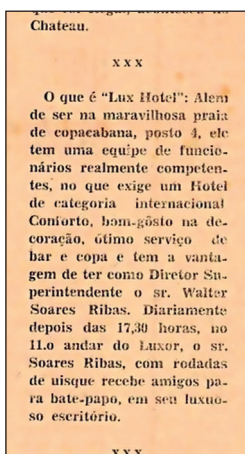
O Hotel Luxor pertencia à Rede Luxor de Hotéis e o início de sua construção foi de iniciativa do Grupo Othon (Melo, 2017). O grupo Othon era gerido por Alvaro Bezerra de Mello, filho de Othon Linch Bezerra de Melo, conhecido por fundar a maior rede de Hotéis no Brasil (Saab; Daemon, 2001). Em 1975, o grupo inaugurou o Hotel Othon Palace, “de frente para a praia de Copacabana” (Falcão, 2007, p. 171). Alvaro tem formação em Economia pela Universidade de Harvard. Iniciou sua carreira nas empresas têxteis de seu pai e depois seguiu como diretor executivo dos hotéis Othon por mais de 40 anos no Rio de Janeiro-RJ, o que o consagrou como o “Embaixador do Turismo”.

Porém, quem terminou a construção do Hotel Luxor foi o grupo Luxor, que estava investindo em hotelaria de luxo no Nordeste. Em relatório da diretoria (Jornal do Comércio, 1974, p.04) eles afirmam que “a operação de unidades de luxo (...) vem apresentando resultados bastante satisfatórios”. O incentivo veio do governo de Alagoas, quando enviou um representante ao Rio de Janeiro para adiantar a conversa sobre o término do hotel de turismo pelo grupo Luxor (Diário de Pernambuco, 1972, p.11). O financiamento adveio da compra de quatro milhões de ações da Luxor Motéis de Turismo S.A. por parte da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas (CODEAL). A Luxor Motéis de Turismo S.A. recebeu também recursos da Embratur e da Sudene para a construção de hotéis no Nordeste brasileiro (Jornal do Comércio, 1972, p.09).

O grupo já possuía o Hotel Luxor no Rio de Janeiro, empreendimento de alto padrão, como ilustrado na reportagem de 27 de Março de 1968 (Figura 07). O Hotel Luxor chegou a Maceió também com a mesma reputação. No jornal se

lia: “será o mais luxuoso de Maceió, e fica à beira-mar, junto da Fênix Alagoana. Entra em funcionamento no próximo dia 25. Ele terá, inclusive, piscina” (Diário de Pernambuco, 1975b, p.03).

Figura 7 – Extrato de notícia definindo o Hotel Luxor-RJ



Fonte: O Estado de Florianópolis, 27 de Março de 1968, p.02.

Walter Soares Ribas era Engenheiro, formado pela Escola Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro e filho de Hércules da Silva Ribas, “Marechal da Hotelaria” (Correio da Manhã, 1972, p.08), conhecido por ser um dos fundadores da Associação Brasileira de Indústria de Hotéis (ABIH) cuja diretoria compartilhava com Othon Linch Bezerra de Melo (O Jornal, 1961, p.06). Assim como Alvaro Bezerra de Mello, Walter Ribas continuou os negócios do pai, expandindo o negócio hoteleiro (Hotéis Ribas S/A, Luxor Pousadas S/A e Hotéis Hercules S/A) e atuando como acionista de empresas de outros setores, como a Agropecuária Cerro Azul S/A e a corretora de título de valores Almeida e Silva S/A. Como o pai, atuou na ABIH, no sindicato dos hotéis e em congressos sobre hotelaria (Correio da Manhã, 1955, s.p.)

A chegada do Hotel Beira-Mar e do Hotel Luxor refletem novos eixos de oposição no espaço social à beira-mar: de um lado, modernidade, luxo, profissionalismo, turismo se opõem ao Hotel Atlântico, de gestão familiar, sem luxo, sem profissionalismo. A história de vida coletiva dos hoteleiros que passaram pela história do Hotel Beira-Mar e do Hotel Luxor tornam ativos (*aggressants*) os capitais hereditários, pois colhem os frutos econômicos e simbólicos de seus pais já atuantes em hotelaria; possuem formação superior em áreas tradicionais como direito, economia, engenharia (exceto Roberto Mascarenhas, com formação técnica superior em comércio). São agentes sociais advindos de Aracaju-SE e

do Rio de Janeiro-RJ e que também jogam os jogos sociais em suas respectivas cidades. Assim, só é possível entender a lógica da apropriação à beira-mar neste momento se entendemos o papel do Estado, a atuação profissional destes grupos em seus estados de origem, a lógica hereditária que não apenas transmite o capital econômico, mas também simbólico, possibilitando que estes agentes componham uma segunda geração de hoteleiros já reconhecidos como “pioneiros” como João Alves Filho, que “revolucionou Sergipe”; Afrânio Lages Filho, o “Pioneiro do Turismo”; Alvaro Bezerra Mello, o “Embaixador do Turismo”; e Walter Soares Ribas, filho do “Marechal da Hotelaria”.

2.3 Hotel Jatiúca: a beira-mar ao mar vira “pé-na-areia”

No mesmo período em que se negociava com o Hotel Luxor a construção de um hotel de turismo em Maceió-AL, a cidade também recebeu a visita do presidente da Varig, Erik de Carvalho, junto ao presidente da Companhia Tropical de Hotéis, Armando Sander, e seu representante local, Afrânio Soares (Diário de Pernambuco, 1972, p.11). A Varig possuía 50% das ações da Companhia Tropical de Hotéis e o foco da empresa, desde a sua criação, era o de incentivar “o turismo ecológico, com a construção e administração de hotéis em meio às belezas naturais de florestas, praias, rios e cascatas no Brasil” (Sabo, 2011, p. 184). O foco também eram hóspedes estrangeiros, que buscavam lugares exóticos. O Hotel Tropical em Tambaú, construído entre 1966 e 1970, em João Pessoa, na Paraíba, ilustra a chegada dos primeiros hotéis com acesso direto à areia da praia.

No entanto, não foi esse o grupo a construir o primeiro resort pé-na-areia em Maceió, mas sim o grupo Ludgren, que inaugurou, em 1979, o Hotel Jatiúca, na praia da Jatiúca, no litoral norte de Maceió-AL, com um investimento estimado de ao menos 70 milhões de cruzeiros, valor bastante superior ao Hotel Beira-Mar, que custou 18 milhões de cruzeiros (Barreto, 1978, p.01). O Hotel Jatiúca, com 110 quartos, foi construído incrustado entre a lagoa da Anta e o mar (Barreto, 1978, p.01) e distante da avenida da paz, onde se localizavam o Hotel Atlântico, o Hotel Beira-Mar e o Hotel Luxor. A notícia é a de que se trata de um “local privilegiado” em uma das mais belas praias de Alagoas (Diário de Pernambuco, 1979^a, p.C-5).

Figura 8 – Hotel Jatiúca (2019).



Fonte: Cavalcante (2019).

O Jatiúca é considerado pelos agentes sociais do espaço como um “divisor de águas” do turismo de Maceió, pois aumentou o fluxo de turistas na cidade em 18% (Falcão, 2007). Uma de suas propagandas dizia: “A impressão que se tem é que o sonho virou realidade. Um hotel moderno, charmoso, construído **nas próprias areias**¹² de uma praia cheia de coqueiros, com um mar verde-esmeralda. No horizonte, jangadas. Nas areias, você banhado ao sol de Jatiúca” (Manchete, 1979, p. 131). Outra dizia: “Em Jatiúca você vai esquecer o mar do mediterrâneo, as praias do Caribe, os hotéis do Hawai” (Diário de Pernambuco, 1979b, p. A-8). Ambas as propagandas trazem uma novidade: o acesso direto ao mar e à areia ganham centralidade, pois se trata de um hotel do tipo resort “pé-na-areia”.

Figura 9 – Propaganda Hotel Jatiúca.



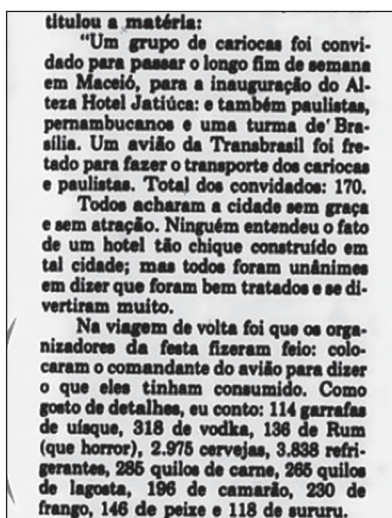
Fonte: Diário de Pernambuco, 1979b.

¹² Grifo dos autores.

Segundo Revell (2021), os *resorts* “pé-na-areia” começaram aparecer em Miami nos anos de 1950 com a proposta de reter os hóspedes dentro de seu espaço, usufruindo do maior número de amenidades possíveis. Este novo modelo se opôs aos hotéis do tipo *urban citizen*, localizados defronte à orla de Miami, com arquitetura em *Art Decó* e com poucas amenidades, de modo que, assim, os hóspedes se integravam com o comércio da cidade. Os hotéis do tipo *ocean liner* tinham uma “cidade dentro do hotel”, como o *Sherry-Frontenac* (Revell, 2021, p. 22), e criaram em Miami uma oposição entre hotel e cidade.

O isolamento do público em relação à cidade e a configuração do resort “pé-na-areia” como um espaço de diversão que se opõe à cidade é ilustrado na percepção dos primeiros 170 hóspedes do Jatiúca, convidados para a sua inauguração: “Todos acharam a cidade sem graça e sem atração. Ninguém entendeu o fato de um hotel tão chique construído em tal cidade; mas foram unânimes em dizer que foram bem tratados e se divertiram muito” (Figura 10).

Figura 10 – Extrato da coluna intitulada “Sururu”

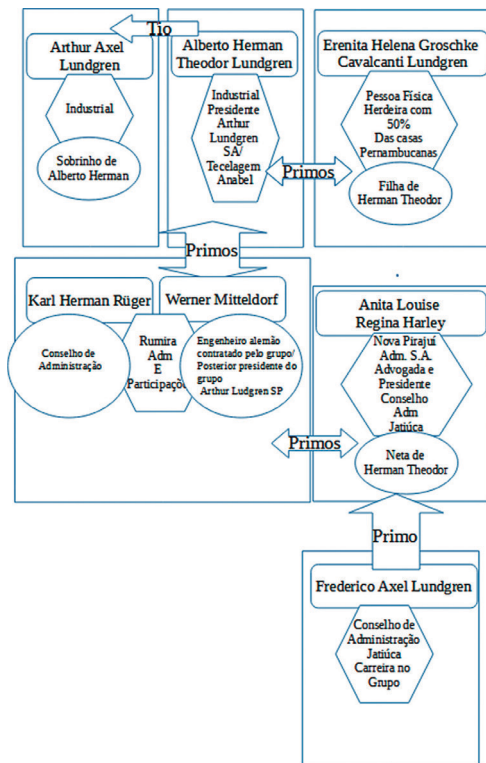


Fonte: Diário de Pernambuco, 1979c, p. C-3.

Segundo Cavalcante (2019), foi Erenita Helena Groschke Cavalcanti Lundgren (Helena Lundgren) que convenceu o grupo familiar (Figura 11) a investir na construção do hotel. O hotel foi fundado por uma sociedade anônima chamada Arthur Lundgren Hotéis Nordeste, que tinha sete acionistas, todos ligados à família Lundgren: As Casas Pernambucanas e Tecelagem Anabel, de São Paulo; Rumira Administração e Participações, do Rio de Janeiro; Nova Pirajui Administração S/A., de Recife; e pessoas físicas: Alberto Herman Theodor Lundgren, Arthur

Axel Lundgren e **Erenita Helena Groschke Cavalcanti (Helena Lundgren)**. A sociedade anônima era composta por estes 7 acionistas, 1 diretor comercial, 1 diretor administrativo (também diretor administrativo das Casas Pernambucanas) e 1 diretor financeiro alemão. A companhia também elegeu um conselho fiscal com 6 membros: 2 economistas, 3 contadores e um consultor inglês.

Figura 11 – Relação familiar e estrutura de capitais dos 7 acionistas da Arthur Lundgren Hotéis Nordeste.



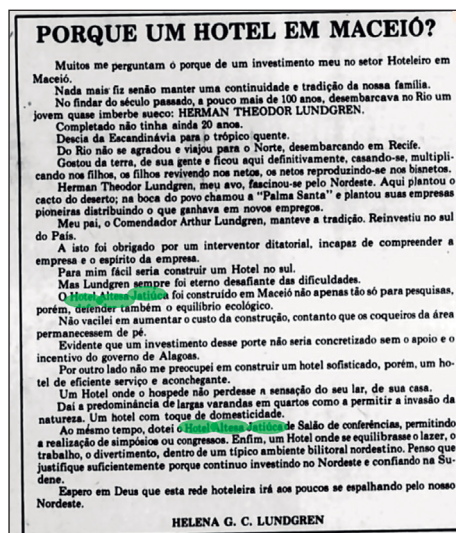
Fonte: Trajano (2008); Museu da Pessoa (2019). Figura elaborada pelos autores.

Além desta estrutura de propriedade, o estado de Alagoas subscreveu ações ordinárias a partir da incorporação do terreno de quase 5.000 metros quadrados, na Lagoa da Anta, de propriedade do estado. A incorporação do terreno, que incluía terreno de marinha, como capital social da Arthur Lundgren Hotéis Nordeste S.A. foi justificada pelos agentes estatais de Alagoas como de **interesse público**, pois seria um marco para o progresso da cidade. A fala do representante do então prefeito ilustra este ponto quando ressalta a importância do estado de “ombrear-se ao empresariado para efeito de atingir essa meta comum que é a de dotar a cidade de Maceió

de um parque hoteleiro à altura de seu progresso” (Diário de Pernambuco, 1977, p. E-5). Além do próprio estado de Alagoas, a construção do hotel contou com outros recursos advindos do Estado, como o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR).

O Hotel Jatiúca foi construído sobre terrenos de marinha com acesso direto à praia, que é considerada um bem da União. Este fato não apareceu como contestado na mídia consultada. Mas, foi possível encontrar discursos que, para além do representante do então prefeito, buscam legitimar positivamente a presença do hotel tão próximo ao mar. Os argumentos evocam o equilíbrio entre hotel e natureza. Em notícia sobre o lançamento do hotel, se lê que “O Hotel Altesa Jatiúca vem contribuir de maneira eficaz para o desenvolvimento do nosso Estado, **sem interferir na paisagem tropical da região, preservando a perspectiva verde dos agitados coqueirais**¹³, o que não acontece na grande maioria dos edifícios construídos à base do lucro máximo, em prejuízo da estética urbana e do conforto da população, já inevitavelmente sacrificada pelo crescimento da cidade” (Chalita, 1979, p. A-3). A outra justificativa também vem da própria Helena Lundgren que publicou uma nota explicitando os motivos de investir em um hotel em Maceió, ressaltando os valores de equilíbrio com a natureza e apreço para com o desenvolvimento do Nordeste inspirado na trajetória de seu pai (Figura 12). Em suma, é possível observar que a ocupação à beira-mar em um terreno privilegiado com direto acesso à praia para fins comerciais foi justificada por questões não comerciais.

Figura 12 – Carta Helena Lundgren justificando o porquê de criar o Hotel Jatiúca.



Fonte: Lundgren, H (1979, p. A-3)

¹³ Grifo dos autores.

A estrutura de capitais de Helena Lundgren¹⁴ se correlaciona ao Jatiúca. O Hotel Jatiúca era decorado com arte local. Helena era pernambucana e grande incentivadora da arte local, sendo diretora do museu de arte do estado de Pernambuco e incentivando o Museu do Homem do Nordeste. O hotel trazia tendências internacionais, como a sua própria arquitetura de *ocean liner*. Helena possuía alto grau de circulação internacional, pois completou os seus estudos na Alemanha, Inglaterra e Suíça, era casada com o Vice-Council dos Estados Unidos e a companhia de seu pai tinha como prática contratar profissionais europeus. O primeiro gerente do Hotel Jatiúca foi o francês Yves Penicaud, que veio direto da cidade de Nice, na badalada região de *Côte d'Azur*, banhada pelo Mar Mediterrâneo no sul da França (Cavalcante, 2019). Se, por um lado, o hotel também entrou na onda dos financiamentos estatais, como o Hotel Beira-Mar e o Hotel Luxor, a sua construção, distante da avenida da praia, corresponde ao status de Helena como “outsider” da lógica do campo da hotelaria no país. O Hotel Jatiúca também trazia a ideia de modernidade, também associada à ideia de luxo, objetivada em sua classificação em hotel cinco estrelas – o luxo do hotel corresponde ao capital econômico de Helena que possuía alto capital econômico hereditário como integrante do grupo econômico de seu pai.

A estrutura de capitais do Hotel Jatiúca e de Helena Lundgren incorporaram, de um lado, o “local e a regionalidade” do Hotel Atlântico e, de outro, a “modernidade e luxo” dos hotéis Beira-Mar e Luxor, porém sem o capital simbólico de origem de pais pioneiros do turismo, culminando assim em um novo conjunto de estruturas objetivas que trazem o turista o mais próximo ao mar possível.

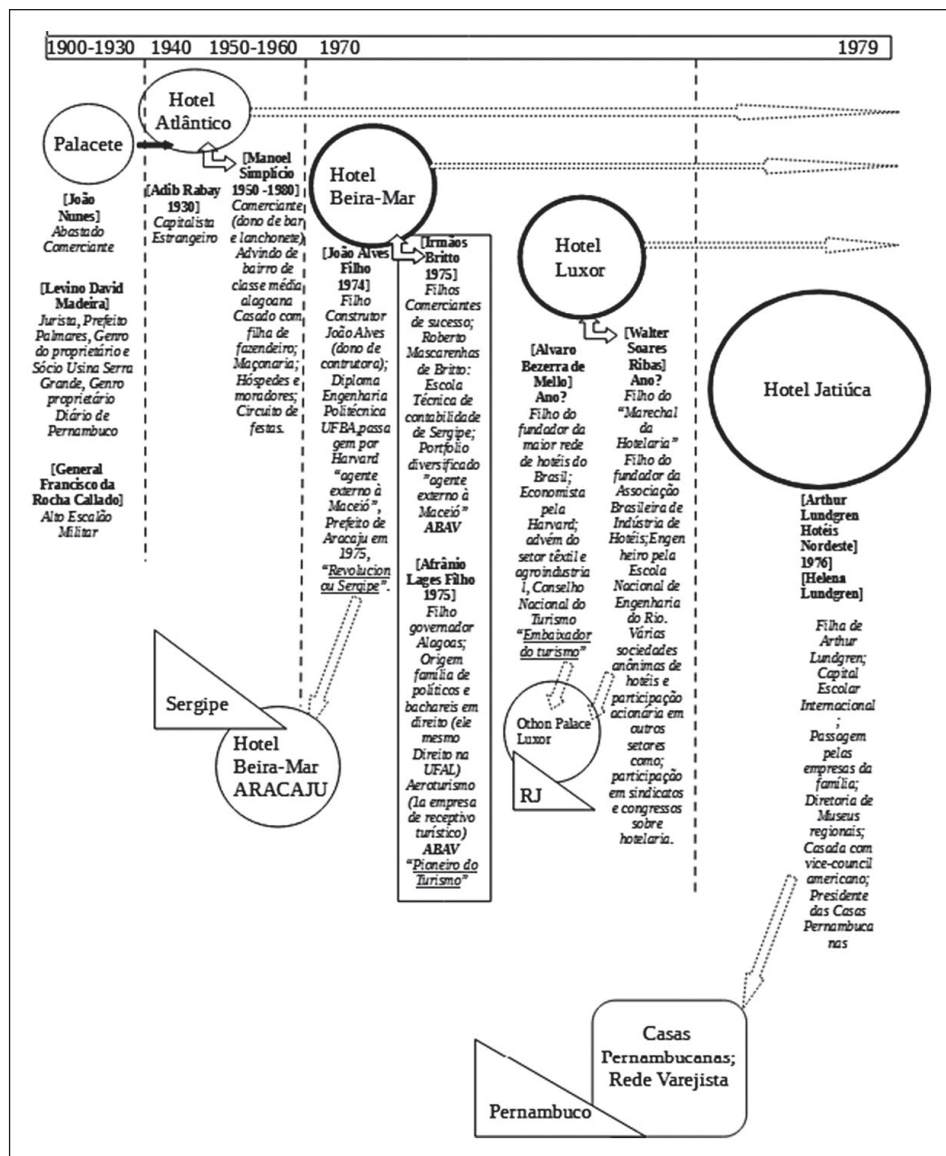
3. O desenho inicial do volume e estrutura de capitais e o espaço social reificado à beira-mar de Maceió (1900-1979)

Inspirados no desenho que Bourdieu e Desault (2001) fizeram sobre o espaço dos costureiros e suas grifes em Paris (Figura 02), apresentamos a Figura 13, apoiada também pela Figura 14, com um desenho do espaço dos hotéis à beira-mar em Maceió-AL de 1900 a 1979, evidenciando três tipologias. A primeira, a do hotel-palacete, inserido na vida social e aristocrática da cidade cujos proprietários eram comerciantes de médio porte, com negócios na própria cidade. A segunda, a do hotel vertical-moderno, que trouxe para a beira-mar os investimentos estatais e os grandes grupos hoteleiros externos à cidade, cujas lutas simbólicas buscavam a profissionalização do turismo no país, assim como de seus próprios negócios. A busca de profissionalização está presente também na obtenção de diplomas de curso superior. A terceira, a do hotel resort pé-na-areia, que trouxe grupos de investidores de fora

¹⁴ Informações retiradas de Trajano, 2008; Museu da Pessoa, 2019.

do mercado hoteleiro, com alto capital econômico familiar e capital internacional, porém, também com alto capital regional. O que une os hoteleiros da tipologia dois e três é o seu forte capital hereditário e, também, o capital econômico enriquecido com recursos estatais.

Figura 13 – Espaço de propriedades dos agentes hoteleiros da beira-mar (1900-1979).



Fonte: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa.

Figura 14 – Distribuição geográfica das propriedades dos agentes hoteleiros da beira-mar (1900-1979).

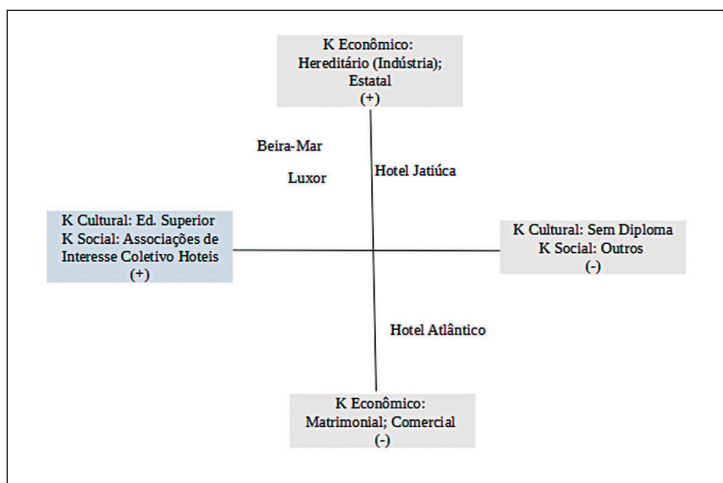


Fonte: Elaborada pelos autores.

4. Considerações Finais

Neste artigo esboçamos os primeiros contornos do espaço social do defronte ao mar de Maceió. Nossos resultados mostraram três tipologias de hotel: a do hotel palacete, a do hotel vertical-moderno e a do resort pé-na-areia. As três tipologias de hotel ocupam posições distintas de acordo com as posições de seus hoteleiros no espaço social. Distanciam-se no eixo horizontal pelo capital cultural e social, ou seja, os que têm educação superior e atuam em associações profissionais de hotéis versus os que não têm educação superior e atuam em associações de outros tipos. No eixo vertical, distanciam-se pelo capital econômico, que opõe aqueles que possuem capital hereditário e estatal versus os que possuem capital comercial e matrimonial, como mostra a Figura 15.

Figura 15 – Espaço Social fatorial à beira-mar (1900-1979).



Fonte: Elaborada pelos Autores.

A partir deste exercício Bourdieusiano, buscamos mostrar a correspondência entre o espaço social no qual os agentes sociais hoteleiros estavam inseridos e a sua reificação no espaço geográfico e físico de seus hotéis, demonstrando a importância do Estado para a construção do espaço social à beira-mar, principalmente, a partir da década de 1970. Esta é a contribuição de cunho sociológico para compreendermos “quem” se apropria da praia e “como” essa apropriação ocorre, o quê, por sua vez, molda as três sociodicéias da ocupação da praia em Maceió-AL de 1900 a 1979: a primeira consiste na narrativa que se extrai do hotel-palacete, através da qual a praia é uma extensão da vida social local; a segunda é a do hotel vertical moderno através da qual a praia é uma experiência de luxo, de conforto e de turismo; por fim, a terceira é a do resort pé-na-areia, quando a experiência da praia continua sendo de luxo, porém, há mais ênfase à cultura e à natureza local, associada à ideia de acesso direto ao paraíso (pé-na areia), comparável aos paraísos do caribe e do mediterrâneo. Cada sociodicéia, ao ser construída, deslegitima a anterior. O enquadramento analítico deste artigo é a base para a análise dos hotéis e hoteleiros da segunda etapa desta pesquisa, que foca no período de 1980-2020, quando novas sociodicéias aparecem, tornando obsoletos os usos da praia e os hotéis analisados neste artigo. Atualmente, o prédio do Hotel Atlântico está em ruínas; o do Hotel Luxor é a sede do Tribunal Regional do Trabalho. Em 2023, o Hotel Jatiúca foi comprado por uma construtora nacional para ser transformado em empreendimento imobiliário. A continuação desta sociogênese é necessária para podermos explicar as dinâmicas que emergiram e redimensionaram o espaço social à beira-mar de Maceió e que legitimam “quem usa” e “como usam” as praias Maceioenses nos dias de hoje.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo financiamento da tese de doutorado de Antonio Daniel Alves Carvalho, cujo levantamento de dados permitiu a escrita deste artigo. Ao Erasmo Batista de Souza, avô da autora deste artigo e ex-gerente das Casas Pernambucanas, que lhe presenteou há anos atrás com o livro “100 anos Pernambucanas?”, de onde, anos depois, pudemos extrair informações sobre o grupo Lundgren. À Maria Ap. C. Jardim e sua equipe do NESPOM que, em 2022, organizaram o evento “Pierre Bourdieu e a Sociologia como esporte de combate”, reunindo pesquisadores do Brasil e do exterior. Foi deste evento que veio a inspiração para a escrita deste artigo.

REFERÊNCIAS

- ABAV. **ABAV 1953 – 2003: 50 anos de história, lutas e vitórias**. ABAV, 2004.
- ALVES, M. E. M. **O início da verticalização em Maceió-AL**: um estudo tipológico dos edifícios multifamiliares em altura (1960-1970). Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. 2012.
- AZEVEDO, T. **A praia**: espaço de socialidade. 1. ed. Salvador, Brasil: Centro de estudos baianos da Universidade Federal da Bahia, 1988.
- BARROS, R. R. De A. **Solitários no paraíso**: produção cultural e expressões de isolamento em Maceió. Maceió, Brasil: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.
- BARRETO, F. “Mosaico” Classificados. **Diário de Pernambuco**. 13 de dez. 1978. Seção D, página 01. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=%22Afr%C3%A2nio%20Soares%22&pagfis=127861> Acesso em 04 de dez. 2024.
- BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes. 7. ed. 2008.
- BOURDIEU, P. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Le Seuil, 2000.
- BOURDIEU, P. **Contre-feux**. Editions Raisons D'Agir. 1998.
- BOURDIEU, P. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**. n. 62-63; p. 69-72; 1986.
- BOURDIEU, P; DESAULT, Y. O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia. **Educação em Revista**, n. 34, 2001 [Original de 1975]. Tradução: Maria da Graça Jacintho Setton.

BRAZTOA - Associação Brasileira das Operadoras de Turismo. **Anuário 2023**. Disponível em: <https://www.braztoa.com.br/anuariobraztoa-2023>. Acesso em: 18 mar. 2024.

BULGARELLI, C. **História da Hotelaria Alagoana**. Maceió, Brasil: Ideias Comunicação, 2012.

CASTILHO, C. J. M. A turistificação do espaço da cidade de Recife: uma estratégia para o desenvolvimento sócioespacial local. **Espaço e Geografia**. v. 03, Jan-Jul. p. 161-176, 2000.

CAVALCANTE, R. Jatiúca, 40 anos: como o primeiro resort de Maceió mudou o turismo em Alagoas. **Agenda A**. Publicado em 15 de setembro de 2019. Disponível em: <https://agendaa.com.br/2019/09/jatiuca-40-anos-como-o-primeiro-resort-de-maceio-mudou-o-turismo-em-alagoas/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CHALITA, P. Hotel Altesa Jatiúca. Caderno Política. **Diário de Pernambuco**. 25 de nov. 1979. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=146125> Acesso em: 04 de dez. 2024.

CHAMPAGNE, P. Les paysans à la plage. **Actes de la recherche em Sciences Sociales**. v. 01, n. 02, 1975.

CORBIN, A. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. 1. ed. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 1989.

CORREIO DA MANHÃ. Coluna T. “Marechal”. **Correio da Manhã (RJ)**. 18 de out. 1972. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_08&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=34301>. Acesso em: 04 dez. 2024

CORREIO DA MANHÃ. Vida Excursionista. Festa de Hoteleiros. 2º Caderno. **Correio da manhã (RJ)**. 17 de nov. 1955. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=%22Walter%20Soares%20Ribas%22&pagfis=55170>. Acesso em: 04 dez. 2024

CRAVEIRO, C. **História de Alagoas**: Resumo didático. Maceió, Brasil: SERGASA, 1983.

CRAVEIRO, C. **Maceió**. 2. ed. Maceió, Brasil: SERGASA, 1981.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Sugestões. **Diário de Pernambuco**. 21 de out. 1979a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=144227>. 04 de dez. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Hotel Jatiúca. Caderno Local. **Diário de Pernambuco**. 13 de dez. 1979b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=147258>. Acesso em: 04 de dez. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “Sururu”. Caderno “Sociais”. **Diário de Pernambuco**. 24 de nov. 1979c Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=146089>. Acesso em: 04 de dez. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Viva Mais! Faça Turismo! Viajar é Viver! Caderno “Turismo”. **Diário de Pernambuco**. 01 de jan. 1978. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=%22Hotel%20Beira%20Mar%22&pagfis=111110>. Acesso em: 04 de dez. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Arthur Lundgren Hotéis do Nordeste S/A. Caderno Regional. 02 de nov. 1977. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=108328>. Acesso em: 04 de dez. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Caderno “Turismo”. **Diário de Pernambuco**. 11 de dez. 1975. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=%22Hotel%20Beira%20Mar%22&pagfis=78280>. Acesso em: 04 de dez. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Caderno “Sociais”. Hotel. **Diário de Pernambuco**. 16 de fev. 1975b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=66810>. Acesso em: 04 de dez. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. From Aracaju. In Caderno Sociedade e Feminino. **Diário de Pernambuco**. 16 de out. 1974. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=%22Hotel%20Beira%20Mar%22&pagfis=62143>. Acesso em: 04 de dez. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Ainda em andamento plano para construir novo hotel. Nordeste. Primeiro Caderno. **Diário de Pernambuco**. 11 de fev. 1972. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=24509>. Acesso em: 04 de dez. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Sessão “Solicitudes”. **Diário de Pernambuco**. 22 de Jun. 1924. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_10&pasta=ano%20192&pesq=%22Levino%20David%20Madeira%22&pagfis=12250>. Acesso em: 04 de dez. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Sessão “Diário social”. **Diário de Pernambuco**. 01 de Maio de 1923. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_10&pasta=ano%20192&pesq=%22Levino%20David%20Madeira%22&pagfis=8932>. Acesso em: 04 de dez. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Sessão “Pelos municípios”. **Diário de Pernambuco**. 19 de mar. 1911. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_09&pasta=ano%20191&pesq=%22Levino%20David%20Madeira%22&pagfis=1728>. Acesso em: 04 de dez. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Sessão “Governo do estado”. **Diário de Pernambuco**. 19 de abril de 1907. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_08&pasta=ano%20190&pesq=%22Levino%20David%20Madeira%22&pagfis=8248>. Acesso em: 04 de dez. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Sessão “Varias”. **Diário de Pernambuco**. 25 de nov. 1906. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_08&pasta=ano%20190&pesq=%22Jo%C3%A3o%20Nunes%20Leite%22&pagfis=7781>. Acesso em: 04 de dez. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Sessão “Tribunaes”. **Diário de Pernambuco**. 22 de set. 1903. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_08&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=11971>. Acesso em: 04 de dez. 2024.

DIEGUES, A. C. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. 1. ed. São Paulo, Brasil: NUPAUB-USP, 1995.

DUARTE, R. de O. **Laguna de encantos e desencantos**. Maceió: Edufal, 2023.

FALCÃO, A. **História da hotelaria no Brasil**. Rio de Janeiro: Insight Engenharia de Comunicação: ABIH Nacional, 2007.

GOEKING, W. Pandemia provoca aumento na procura e na compra de imóveis na praia. **Valor Investe**. 13 de fevereiro de 2021.

GUIBERT, C. Analyser les usages sociaux du tourisme: les apports de la sociologie de Pierre Bourdieu. **Mondes du Tourisme**. n. 20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/tourisme.4197>.

FERREIRA, I. V; BELANDI, C. Censo 2022: informações de população e domicílios por setores censitários auxiliam gestão pública. **Agência IBGE notícias**. 21 de Março de 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39525-censo-2022-informacoes-de-populacao-e-domicilios-por-setores-censitarios-auxiliam-gestao-publica#:~:text=Os%20agregados%20por%20setores%20censit%C3%A1rios%20preliminares%20do%20Censo%202022%20mostram,de%20150%20quil%C3%B4metros%20do%20litoral>. Acesso em: 04 dez. 2024.

JORNAL DO COMÉRCIO. Luxor Motéis Turismo S.A. Segundo Caderno. **Jornal do Comércio**. 25 de mar. 1972. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_16&pasta=ano%20197&pesq=%22a%20opera%C3%A7

%C3%A3o%20de%20unidades%20de%20luxo%22&pagfis=13150>. Acesso em: 04 dez. 2024.

JORNAL DO COMÉRCIO. Luxor Motéis Turismo S.A. Segundo Caderno. **Jornal do Comércio**. 01 de Maio de 1974. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_16&pasta=ano%20197&pesq=%22a%20opera%C3%A7%C3%A3o%20de%20unidades%20de%20luxo%22&pagfis=28713>. Acesso em: 04 dez. 2024.

LAGES, S. B.; DANTAS, C. L. A.; DANTAS, A. D.; CHALITA, P. **Alagoas Roteiro Cultural e Turístico**. Maceió, Brasil: Recife Grafica Editora, 1979.

LEITE, C.; SEMTEL, A. Maceió é o destino do Nordeste mais procurado para férias de verão em 2023. **Prefeitura de Maceió**. Publicado em 12 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/noticias/semtel/maceio-e-o-destino-do-nordeste-mais-procurado-para-ferias-de-verao-em-2023>. Acesso em: 24 jan. 2023.

LOLOUM, T. Derrière la plage, les plantations. Touristification du littoral et recompositions des élites dans le Nordeste brésilien. **Actes de la recherche em Sciences Sociales**. n. 218, pp. 46-63, 2017.

LUNDGREN, H. Porque um hotel em Maceió? Caderno Política. **Diário de Pernambuco**. 02 de dez. 1979. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=146595> Acesso em: 04 de dez. 2024.

MAJELLA, G. de. Jayme Miranda – Um revolucionário brasileiro. Ebook. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/wp-content/uploads/2015/06/Jayme-Miranda-Um-revolucion%C3%A1rio-brasileiro.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

MANCHETE. Jatiúca não existe. Eu sei porque estive lá. 29 de dez. 1979. n. 1445. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20197&pesq=%22esquecer%20o%20mar%20do%20mediaterr%C3%A2neo%22&pagfis=190724>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

MAUL, G. A; DUEDALL, I. W. “Demography of Coastal Populations”. In: FINKL, C. W.; MAKOWSKI, C. (Orgs). **Encyclopedia of Coastal Science**. Second Edition, Springer, 2019.

MELO, J. C. **A emergência da urbanização turística com base na rede hoteleira da cidade de Maceió-Alagoas**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Estatístico de Turismo**. V. 49. Ano Base, 2021. 1 ed. Novembro 2022.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Estatístico de Turismo**. V. 47. Ano Base, 2019. 2 ed. Março 2021.

MONTAGNER, M. A. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**. n. 17, jan/jun 2007, p. 240-264.

MUSEU DA PESSOA. **Família Lundgren** – Memória, Valores e Legados. 2019. Disponível em: https://museudapessoa.org/wp-content/uploads/2021/06/LIVRO_Lundgren_Versao-Final.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Latest Ocean Data. **The Ocean Conference**. Lisboa, 27 de Junho a 01 de Julho de 2022.

NAÇÕES UNIDAS. Factsheet: People and Oceans. **The Ocean Conference**. Nova Iorque, 5-9 de Junho de 2017.

NEUMANN, B.; VAFEIDIS, A. T.; ZIMMERMANN, J.; NICHOLLS, R. J. Future Coastal Population Growth and Exposure to Sea-Level Rise and Coastal Flooding - A Global Assessment. **PLoS ONE**, v.10, n.3, 2015, e0118571. Doi:10.1371/journal.pone.0118571.

NOGUEIRA, C. M. M. Espaço Social. In: CATANI, A. M. (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

O ESTADO de Florianópolis. Acontecimentos Sociais. **O estado de Florianópolis**. 27 de mar. 1968. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=884120&pasta=ano%20196&pesq=%22Lux%20Hotel%22&pagfis=99317>> Acesso em: 04 dez. 2024.

O JORNAL RJ. Na ABIH. **O Jornal (RJ)**. 02 de nov. 1961. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_06&pasta=ano%20196&pesq=ABIH&pagfis=18064> Acesso em: 04 dez. 2024.

O'DONNEL, J. **A invenção de copacabana**. Culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

PIMENTEL, T. D. O campo turístico: uma perspectiva sócio-política para estudar a ação e sua estruturação. **Revista Latinoamericana Turismologia** – RELAT, Juiz de Fora, RJ, e-ISSN: 2448-198X, v. 6, n. único, 1-13, Jan./Dez., 2020.

PIMENTEL, D.; SALMERON, I. **João Alves Filho: A Saga de um Político Nordeste**. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2022.

PINÇON, M; PINÇON-CHARLOT, M. Histoires de vie, espaces de vie. **L'espace géographique**, n.2, pp. 122-130, 1988.

PONTEE, N. Defining coastal squeeze: A discussion. **Ocean & coastal management**, v. 84, p. 204-207, 2013. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2013.07.010>.

PROJETO MAPBIOMAS. **Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. 2021. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/09/MapBiomas_Zona_Costeira_Outubro_2021_30102021_OK.pdf. Acesso em: 18 mar. 2024.

RANGEL, M. G. **Destinação Turística Maceió**: ciclo de vida e perspectivas de crescimento nos próximos anos. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2010

RÉAU, B. S'inventer un autre monde – Le Club Méditerranée et la genèse des clubs de vacance em France (1930 – 1950). **Actes de la recherche em Sciences Sociales**, n. 170, pp. 66-85, 2007.

REVELL, K. D. From urban citizens to ocean liners: Miami beach hotels and the enclosure movement, 1935-1955. **Journal of Urban History**. v. 47, n. 5, p. 1067-1102, 2021. Doi: <https://doi.org/10.1177/0096144220904950>

SAAB, W. G. L; Daemon, I. G. O segmento hoteleiro no Brasil. **BNDES setorial**, 2001.

SABO, A. L. **Ruben Martins**: Trajetória e Análise da Marca Rede de Hotéis Tropical. Dissertação de Mestrado. Arquitetura e Urbanismo, USP. 2011.

SARTORE, M; RODRIGUES, C; GOMES, W. Um “desbravador de novos mares”: Surfe, Turismo e Sociologia por Christophe Guibert. **Revista TOMO**, v. 43, e20604, 2024. Doi:<https://doi.org/10.21669/tomo.v43.20604>

SEILD, E. Sociodiceia. In: CATANI, A. M. (Org.) **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SILVA, C. P. da; FONSECA, C. Capacidade de carga de praias. Conceitos, reflexões e desafios. In: BOMBANA, B.; TURRA, A.; POLETTE, M. **Gestão de praias**: do conceito à prática. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Brasil, 2022, p 182-199. DOI:10.11606/9786587773360. ISBN:978-65-87773-36-0.

TICIANELI. Estrada de Bebedouro, um dos primeiros caminhos de Maceió. **História de Alagoas**. 2020. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/estrada-de-bebedouro-um-dos-primeiros-caminhos-para-maceio.html>. Acesso em: 14 mar. 2024.

TICIANELI. Avenida da Paz, o aterro de Jaraguá. **História de Alagoas**. 2019. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/avenida-da-paz-o-aterro-de-jaragua.html>. Acesso em: 12 mar. 2024.

TICIANELI. O majestoso Hotel Bella Vista. **História de Alagoas**. 2015. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/hotel-bella-vista.html>. Acesso em: 14 mar. 2024.

TRAJANO, U. S. **100 anos Pernambucanas** – com a família brasileira. São Paulo, 2008.

TUCCI, A. Pandemia acelera procura por imóveis de luxo no campo e na praia. **Forbes**. 19 de Setembro de 2020. Disponível em: <https://forbes.com.br/principal/2020/09/pandemia-acelera-procura-por-imoveis-de-luxo-no-campo-e-na-praia/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

VARELA, C. C. Bourdieu em la playa. Campos de fuerza y relaciones de poder sobre la arena. **Gazeta de Antropología**, v. 25, n. 02, 2009.

VERAS FILHO, L. **História do turismo em Alagoas**. Maceió, Brasil: SERGASA, 1991.

ZANATTA, Bianca. Com pandemia e home office, brasileiros se mudam de vez para a praia. **Estadão**. Publicado em 09 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/radar-imobiliario/brasil-brasileiros-se-mudam-de-vez-para-a-praia/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

Submetido em: 15/05/2024

Aprovado em: 12/10/2024

REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO SIMBÓLICA
DO PROCESSO DE EMPRESARIZAÇÃO E A
CONSTITUIÇÃO DO *HABITUS* EMPRESARIAL

*REFLEXIONES SOBRE LA DIMENSIÓN SIMBÓLICA
DEL PROCESO DE EMPRESARIZACIÓN Y LA
CONSTRUCCIÓN DEL HABITUS EMPRESARIAL*

*REFLECTIONS ON THE SYMBOLIC
DIMENSION OF THE ENTERPRISATION
PROCESS AND THE CONSTRUCTION OF
THE ENTREPRENEURIAL HABITUS*

*Sabrina Sampaio RAKOW**

*Marcio Silva RODRIGUES***

*Larissa Ferreira TAVARES****

*Elaine da Silveira LEITE*****

RESUMO: Caracterizado pela generalização da ideia de empresa em nosso mundo, o processo de empresarialização enquanto abordagem teórica vem sendo debatido, no Brasil, a partir das mais variadas perspectivas e objetos. Neste estudo, nos propomos a realizar uma associação inédita entre a teoria da empresarialização às principais contribuições de Pierre Bourdieu para discutir a dimensão simbólica do

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5801-6994>. Contato: sabrinarakow@hotmail.com.

** Professor Associado do Centro de Ciências Socio-organizacionais (CCSO) na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), RS, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8810-7077>. Contato: marciosilvarodrigues@gmail.com.

*** Professora Adjunta do Centro de Ciências Socio-organizacionais (CCSO) na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), RS, Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4962-9833>. Contato: larissaftavares@gmail.com.

**** Professora Associada do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em Sociologia (UFSCar). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1402-3839>. Contato: elaineleite10@gmail.com.

referido processo e delinear o conceito de *habitus* empresarial. Observar a dimensão simbólica desse processo, nos permitiu compreender que o *habitus* empresarial como uma força socializadora, carrega um conjunto de valores e saberes não apenas relacionado a aspectos essencialmente mercadológicos e utilitários, sustentando uma crença nos preceitos empresariais e dando ainda mais força e legitimidade ao processo de empresarização.

PALAVRAS-CHAVE: Processo de empresarização. Pierre Bourdieu. *Habitus* empresarial.

RESUMEN: *A partir de estudios sobre el proceso de emprendimiento en el mundo, que resaltan la centralidad de la idea de negocio en nuestro mundo, proponemos discutir la dimensión simbólica de este fenómeno, capaz de formar lo que haremos. Llamémoslo aquí de habitus empresarial. En este sentido, el objetivo de este trabajo es asociar la teoría de la emprendedorización con los principales aportes de Pierre Bourdieu para discutir la dimensión simbólica del referido proceso y esbozar el concepto de habitus emprendedor. Observar la dimensión simbólica de este proceso permitió comprender que el habitus empresarial, como fuerza socializadora, conlleva un conjunto mayor de valores y conocimientos no sólo relacionados con aspectos esencialmente mercantiles y utilitarios, sustentando la fe en los preceptos empresariales y dando aún más fuerza y legitimidad al proceso emprendedor.*

PALABRAS CLAVE: *Proceso de Empresarización. Pierre Bourdieu. Habitus empresarial.*

ABSTRACT: *Based on studies on the world's entrepreneurialization process, which highlight the centrality of the idea of business in our world, we propose to discuss the symbolic dimension of this phenomenon, capable of forming what we will call here of business habitus. In this sense, the objective of this work is to associate the theory of entrepreneurialization with the main contributions of Pierre Bourdieu to discuss the symbolic dimension of the referred process and outline the concept of entrepreneurial habitus. Observing the symbolic dimension of this process allowed us to understand that the business habitus, as a socializing force, carries a larger set of values and knowledge not only related to essentially market and utilitarian aspects, sustaining faith in business precepts and giving even more strength and legitimacy to the entrepreneurial process.*

KEYWORDS: *Enterprisation Process. Pierre Bourdieu. Entrepreneurial habitus.*

Introdução

Cada vez mais estamos imersos em um contexto, no qual a empresa e a ideia de empresa desempenham papéis centrais, com uma abrangência e influência sem precedentes. Isto ocorre devido à crescente incorporação de princípios e práticas empresariais por organizações não empresariais como também pelo avanço do gerencialismo, do empreendedorismo, da uberização, da pejetização, da privatização ou da mercadorização, mas, principalmente, pela forma como os indivíduos se identificam, se relacionam e conhecem o mundo. Esse avanço e generalização da ideia de empresa sobre tudo e todos, chamado de processo de empresarização do mundo (Rodrigues, Silva, 2019a; Rodrigues, 2021), é o ponto de partida deste texto.

No Brasil, esse fenômeno vem sendo estudado desde os anos 2000, especialmente na área dos Estudos Organizacionais e da Sociologia das Organizações, em uma tentativa de colocar em evidência a empresa enquanto organização central no mundo moderno, ao mesmo tempo que questiona como esse processo se dá e o que diferencia a empresa de outras organizações, uma vez que, diante da sua generalização, a noção de empresa dificilmente é questionada (Solé, 2008). Como será visto na próxima seção, a teoria da empresarização (Solé, 2004, 2008) já foi utilizada para analisar os mais variados objetos (Estado, espaço, cultura, religião, educação, mídia, esportes e indivíduos) e foi pensada por diferentes lentes teóricas (boa parte delas foucaultianas), sempre com o objetivo de contribuir para o avanço nos estudos sobre este fenômeno. No entanto, pouca atenção tem sido dada para a dimensão simbólica desse processo, que dá sentido e consagra o processo de empresarização como algo naturalizado e reproduzido nos mais diversos espaços.

Pensar a dimensão simbólica do processo de empresarização implica também compreender que, por ser um processo histórico, que produz e recebe uma série de influências, implica na formação de um *habitus* essencialmente empresarial, enraizado e perceptível nas ações, escolhas e comportamentos dos indivíduos. Dessa forma, alinhado ao conjunto de símbolos que remetem à ideia de empresa, esse *habitus* parece trazer respostas aos anseios do mundo moderno, ao mesmo tempo que sustenta e conserva, através da produção e consumo destes símbolos, o capital acumulado dos agentes (dentro de distintos campos) e asseguram os interesses de uma classe dominante.

No decorrer da pesquisa, nos deparamos com outros estudos na área das Ciências Sociais que utilizam os termos, “*New’ Corporate Habitus*” (Kay; Laberge, 2002), “*habitus* empresarial” (Chalita, 2008; Cuadra Palma, Restrepo Quintero, 2022), “espírito empresarial” (De Clercq; Voronov, 2009), “*habitus* dos gestores” (Freitag; Hoppen, 2020) ou o “*habitus* empreendedor” (Nascimento; Silva, 2021). Apesar de tais estudos contribuírem para aprimorarmos o conceito de *habitus* empresarial, buscaremos avançar nesse conceito, uma vez que os estudos citados

até aqui, tendem a observar as relações de poder do meio empresarial sob o olhar das práticas de um agente central: o gestor ou o empresário. Ademais, os estudos aqui mencionados, partem de um entendimento da empresa e das práticas incorporadas pelos atores que estão inseridos nessa organização ou de alguma forma afetados por ela, como algo dado, consolidado, uma lógica de agir e pensar que são naturais dessa organização. Entretanto, quando questionamos a origem da empresa, fica claro que ela é uma organização moderna, construída e consolidada em um momento da história e que a qualquer momento pode deixar de existir (Solé, 2008), sendo assim, constantemente atravessada por influências de outras instâncias socializadoras, fazendo com que boa parte da lógica empresarial não seja natural dessa organização, mas sim, naturalizada por ela.

Assim, o *habitus* empresarial, neste trabalho, compreende um conjunto maior de valores e saberes não apenas relacionado a aspectos predominantemente mercadológicos, empreendedóricos ou, até mesmo, resumido às posições de poder de determinados agentes. Na medida em que compreendemos a origem do conjunto de práticas e discursos que permeiam a lógica empresarial, assim como o aparato simbólico que dá sentido e consagra essas formas de agir e pensar, entendemos também, o conjunto de saberes, influências e o processo de socialização dos indivíduos. Isso posto, o objetivo deste artigo consiste em associar a teoria do processo de empresarização às principais contribuições de Pierre Bourdieu para discutir a dimensão simbólica do referido processo e delinear o conceito de *habitus* empresarial.

Nesse sentido, apresentaremos na seção seguinte, a definição do processo de empresarização, assim como suas principais contribuições e compreensões, posteriormente, discutiremos os principais conceitos de Pierre Bourdieu, sobretudo os conceitos de *habitus*, campo e capital. Na quarta seção do trabalho, será feita uma aproximação entre as abordagens teóricas, a fim de discutir a dimensão simbólica do processo de empresarização e delinear o conceito de *habitus* empresarial através de reflexões e observações teóricas e empíricas e traz e, por fim, considerações finais destacam a relevância do conceito de *habitus* para os estudos sobre empresarização.

O Processo de Empresarização do Mundo

O mundo moderno abriu espaço para um novo conjunto de relações, novas formas de ser, estar e agir no mundo, além de novas formas de organização das sociedades. Se compararmos com as sociedades mais tradicionais, por exemplo, produzir excedentes, com sobre trabalho, não faria sentido em uma sociedade que prioriza uma economia de subsistência, em que “a atividade de produção é exatamente medida, delimitada pelas necessidades que têm de ser satisfeitas” (Clastres, 1974, p. 9).

Dumont (1997), explica que estamos separados das sociedades tradicionais pelo que ele chama de “revolução nos valores”, ou seja, enquanto nas sociedades tradicionais as relações entre os homens são altamente valorizadas, mais do que entre os homens e as coisas, nas sociedades modernas essa lógica se inverte, apresentando uma cultura muito mais individualista. Tudo isso associado a uma reordenação do sentido e da importância das concepções de riqueza, fez com que, conforme Dumont (1997), as sociedades modernas experimentassem a autonomização entre o que chamamos de “política” e o que chamamos de “econômico”.

Na medida em que a lógica econômica, racional e mercadológica ganha destaque nas sociedades modernas, abre também um espaço para o surgimento das mais diversas organizações. Segundo Etzioni (1968), a nossa sociedade passou a ser uma sociedade de organizações, uma vez que nascemos em organizações, somos educados por organizações e quase todos nós passamos a vida trabalhando para organizações. No entanto, dentre os mais diversos modelos de organizações existentes nesse período, destaca-se o triunfo de um modelo específico: a organização burocrática. Seja pela sua proximidade com discursos e práticas orientadas pelo sistema econômico vigente ou pela promessa de que essa seria a forma mais eficiente de organizar (Clegg, 1998), esse modelo de organização segue sendo difundido até os dias de hoje e passa a ser materializado em um tipo ainda mais específico de organização: a empresa capitalista, provavelmente um dos mais perenes filhos do processo de racionalização (Solé, 2008; Rodrigues, Silva 2019a).

Por essa razão, é muito comum que a ideia de organização seja reduzida ou confundida com a ideia de empresa, que passou a ser muito mais apreciada nas sociedades modernas e que, através da influência dos seus discursos e práticas, passou a ser referência para qualquer forma de organizar. Fica ainda mais fácil confundir este conceito, quando organizações não empresariais como o Estado, as Igrejas ou a família, passam a adotar tais práticas.

Embora pareça novo, especialmente por conta do avanço do ideário neoliberal, Solé (2008), ressalta que esse processo, que parece tornar a empresa como instituição central – modelo legítimo de organização da sociedade, começa já entre os séculos XI e XII, na Europa e continua em nossa época. Em tempos modernos, Solé (2008) defende que não vivemos mais uma sociedade de organizações, como propunha por exemplo Etzioni (1968), mas sim, no que ele chama de “mundo-empresa”, um mundo organizado por e para a empresa, onde nascemos, crescemos e morremos dentro de alguma organização tipicamente empresarial ou que, em alguma medida, incorpora traços empresariais para o seu modo de organizar.

A empresa parece tomar o lugar de instituições como o Estado ou a Igreja, que durante muito tempo foram centrais no ocidente, provavelmente influenciado pelo avanço da modernidade e pela predominância de um ideário capitalista, implicando em uma nova configuração social. Todo esse processo, potencializado pelo

neoliberalismo, traz consigo uma série de mudanças, principalmente na visão de mundo dos indivíduos, cada vez mais orientada para uma lógica econômica e do mercado, transformando as relações internas das organizações e modificando as concepções de empresa na sociedade moderna que, conforme Grün (1999), quando associada a princípios “supersocializados” dos indivíduos, parece dar vida estável às características adquiridas na socialização e guiam a apreensão de uma série de significados acerca dos modos de organizar, orientados por essa visão de mundo legitimada e dominante.

O conjunto de ideias sobre a empresa, o processo de empresarização e o Mundo-Empresa propostos por Solé aparecem juntos, pela primeira vez, em um *Working paper* escrito em 2004 pelo Sociólogo e Professor Emérito da HEC-Paris. Ao conceber a organização como um conjunto de relações definidas no espaço e no tempo, o autor conceitua a empresa como um conjunto singular de relações entre seres humanos (as relações que caracterizam a empresa são aquelas que caracterizam o mundo) (Rodrigues; Silva, 2019a). Para Solé (2004), a empresa é um fenômeno social total, uma organização histórica e não natural ao ser humano que surgiu em determinado momento e pode vir a desaparecer, como toda organização humana. A partir desses postulados, Solé (2004), adota uma abordagem weberiana na busca por elaborar um conceito transdisciplinar e tipoidealizado de empresa. Formada a partir de um conjunto de traços, para ele a empresa pode ser caracterizada como um conjunto humano, mais ou menos estável, vasto ou reduzido, mais ou menos concentrado, podendo desaparecer a qualquer momento; de propriedade privada; salarial; uma relação dirigente/dirigido; que possui divisão do trabalho; que produz e implica desemprego; que implica e produz o indivíduo; submetida ao direito, às leis; sujeita a outra organização: o Estado; onde a propriedade e a direção podem estar juntas ou separadas; que é uma mercadoria; onde a atividade é única ou múltipla; que concebe, produz e vende mercadorias; que concorre permanentemente com outras empresas; que supõe outra organização: o mercado; sendo um processo de criação destrutiva de relações incertas entre humanos; com moeda, capital e benefício econômico; com escritura e contabilidade; que produz linguagem, seres humanos insatisfeitos e uma concepção de felicidade (Rodrigues; Silva; Dellagnelo, 2014). Para Solé (2004), cada um dos traços apresentados é uma condição necessária, mas não suficiente para se falar em empresa. É o conjunto dos traços que formam a empresa.

Em um trabalho posterior, publicado em 2008, Solé traz cinco manifestações centrais e comuns da empresa, que são tomadas como intrínsecas ao mundo moderno, dentre elas: 1) a expansão geográfica da empresa, ou seja, em qualquer lugar do mundo encontramos organizações empresariais; 2) em cada país, a empresa se envolve progressivamente em um espectro mais amplo de atividades e interações humanas, uma vez que boa parte do que consumimos e apreciamos é produzido por empresas; 3) a empresa como modelo imperativo para outras organizações e

atividades humanas, considerando que outras organizações e o próprio comportamento humano passa a ser atravessado por questões empresariais; 4) o aumento do domínio da empresa sobre a vida dos seres humanos, ditando a ação e a forma como os indivíduos se enxergam no mundo moderno e; 5) o aumento do domínio das empresas sobre a vida humana fora da empresa, já que mesmo fora dessa instituição carregam traços dela enraizados no seu comportamento (Solé, 2008; Rodrigues, Silva, 2019a).

Embora o autor preserve do texto de 2004 boa parte dos postulados que fundamentam a ideia de empresa, no texto de 2008, o autor concentra-se essencialmente em um dos traços mencionados anteriormente: a relação entre empresa e felicidade. Segundo o autor, uma outra característica do mundo-empresa é a própria concepção de felicidade, definida como a melhor forma de viver que cada mundo delineia para si (Solé, 2008). Para Solé (2008), no mundo moderno a ideia de felicidade está em satisfazer as nossas necessidades e para isso, trabalhamos para ganhar dinheiro que nos permite comprar bens e mercadorias, que faz com que as nossas necessidades sejam satisfeitas, caso contrário, tendemos a viver constantemente frustrados e esta é a boa maneira de viver neste mundo e de manter o sistema em funcionamento. Assim, a empresa passa a ser a principal produtora da nossa percepção de felicidade, dos nossos desejos, frustrações, medos e sonhos.

A partir do trabalho de Solé, o Sociólogo e Professor da HEC-Montreal, Yves-Marie Abraham, ex-aluno de Solé, inspirado em Émile Durkheim, entende a necessidade de compreender o que sustenta a empresa. Diferente de Solé, o autor passa a compreender a empresa como uma instituição composta por um conjunto de regras e procedimentos aceitos e sancionados pela sociedade, que promovem ordem e coesão social. O que ele chama de “hábitos coletivos”, implicam em uma associação de cinco modos de agir e pensar que nada tem de natural e que fundamentam a ideia de empresa, a saber: o individualismo e a invenção da realidade econômica o mito fundador da escassez, o racionalismo e a dominação, a propriedade privada, a apropriação e a exploração, e, por fim, a inovação, o desenvolvimento e o mito do progresso¹. Com o intuito de desnaturalizar a ideia de empresa, no restante do texto, o esforço do autor reside justamente na desnaturalização de cada um desses hábitos coletivos, bem como das relações sociais deles decorrentes, quais sejam: as relações impessoais, as relações de trabalho ou funcionais, as relações de consumo, as relações de dominação, as relações de exploração (ou assalariamento) e as relações concorrenciais (Abraham, 2006; Rodrigues, Silva 2019a; 2019b).

Inspirado no antropólogo Louis Dumont, Abraham (2006) ressalta que o individualismo e a invenção da realidade econômica é um fenômeno tipicamente

¹ Para uma visão mais aprofundada acerca das perspectivas apresentadas por Solé e Abraham, ver: Rodrigues e Silva (2019a).

moderno, com um sentido muito distinto daquele observado em outras sociedades. Para o autor, é somente nas civilizações modernas que a economia passa a ser uma esfera autônoma e central, que faz com a busca pela satisfação de necessidades ilimitadas (Sahlins, 1978), vista como característica inerente ao indivíduo moderno, seja o grande negócio das nossas vidas (Abraham, 2006). Embora a economia seja um fenômeno presente em diversas sociedades, somente a nossa civilização é econômica em um sentido diferente, pois ela escolheu basear-se num motivo raramente reconhecido como válido na história das sociedades humanas e, certamente, nunca antes elevado ao nível de uma justificativa de ação e comportamento na vida cotidiana, a saber: o lucro (Rodrigues; Silva, 2019a). Essa lógica tende a refletir em um comportamento individualista, baseado nas satisfações das próprias necessidades, como já apontava Smith (1996). Associada ao avanço de uma solidariedade orgânica (situação que conduz o indivíduo para a especialização produtiva) (Durkheim, 1999), é possível evidenciar a consolidação de relações impessoais. Assentada no plano material, no utilitarismo, na satisfação das necessidades individuais e no trabalho, a dependência que liga os indivíduos passa a estar relacionada àquilo que o outro tem ou pode prover, privilegiando a troca egoísta e fazendo com que tudo seja em alguma medida, objetificado, passível de troca, comerciável (Rodrigues; Silva, 2019a).

Partindo mais uma vez do pressuposto de que a busca por satisfação das necessidades é uma das principais forças de ação dos indivíduos modernos, uma vez que considera o homem um ser perpetuamente insatisfeito com a sua condição natural (Smith, 1996), constitui-se o segundo modo de agir e pensar: o mito fundador da escassez. A ideia de escassez, difundida nos manuais de economia, carrega duas questões implícitas fundamentais: a de que os bens são escassos e de que por essa razão, deve se utilizar os recursos de que dispõe de uma forma eficiente. Assim, o dinheiro, “Deus da modernidade” (Simmel, 1998) e o trabalho (Weber, 2004) tornam-se centrais nas sociedades modernas, uma vez que permitem que tais necessidades sejam satisfeitas, desencadeando uma tragédia predestinada, que torna o homem prisioneiro do seu trabalho pesado caracterizado por uma disparidade perpétua entre vontades ilimitadas e meios insuficientes (Sahlins, 1978; Rodrigues, Silva, 2019a). Aqui, as relações de consumo e as relações de trabalho passam a ser centrais, uma vez que, essa é a melhor maneira de manter o sistema em funcionamento, como um caminho para uma suposta satisfação, enquanto a empresa assume o trabalho incansável de produzir novas mercadorias, novos desejos e, conseqüentemente, novas insatisfações, caso contrário, se todas as necessidades fossem plenamente satisfeitas, nosso mundo desmoronaria e com ele, a sua instituição central (Solé, 2000).

Inspirando no pensamento weberiano, Abraham (2006) argumenta que o racionalismo e a dominação (racional) são princípios organizadores das sociedades modernas, materializados na burocracia. Por apresentar um conjunto de carac-

terísticas específicas (autoridade institucional, regras, qualificação profissional, separação entre o quadro administrativo e os meios de produção, documentação formal, princípio da documentação, dentre outras), a burocracia é considerada a forma mais racional de exercício de dominação (Weber, 1978). Partindo desses elementos, Abraham (2006) argumenta que a empresa é uma burocracia e, portanto, racional e eficiente². As relações de dominação e as relações funcionais ganham destaque aqui, calcadas na premissa da organização racional da vida, em todos os seus aspectos, reforçando o cálculo utilitário e a função de cada indivíduo na sociedade em maximizar esse cálculo, tornando qualquer outra forma de racionalidade algo “irracional” (Rodrigues; Silva, 2019a).

A propriedade privada, apropriação e exploração, muito associados à ideia de liberdade, igualdade e democracia, que se dá de maneira desigual, é baseada na concepção liberal de homem, como tendência natural e divina defendida por autores como Locke (2003), resultando em relações de exploração, expropriação e assalariamento. A ideia de propriedade, central e defendida na grande maioria das teorias econômicas ortodoxas, ganha outras interpretações, por exemplo, na obra de Rousseau (2007), que aponta a propriedade privada como um dos grandes males da modernidade e a grande responsável por gerar desigualdades entre os homens. Ademais, Abraham sustenta-se nos pressupostos Marxistas para demonstrar que é essa lógica de propriedade, especialmente burguesa, dos meios de produção, que garante o funcionamento do sistema como ele é, e a empresa carrega consigo esses pressupostos, especialmente pela manutenção da exploração do trabalho assalariado, uma das principais características do meio empresarial que garante a sobrevivência dessa organização.

Para finalizar essa breve apresentação dos hábitos coletivos e das relações sociais tipicamente modernas que fundamentam a ideia de empresa, destacamos a inovação, o desenvolvimento e o mito do progresso, que se tornou em nosso mundo uma forma de crença, de ideologia, um elemento central à manutenção e distinção do sistema vigente e consolidado pela ideia de empresa. Aqui, ao contrário da noção de crescimento, o desenvolvimento econômico, seria de responsabilidade do empresário e, consequentemente, da empresa, já que é impulsionado pelo progresso técnico e está intimamente relacionado com a geração de inovações (Schumpeter, 1961; 1964). As relações concorrenciais surgem aqui como um resultado desse processo essencial e constitutivo do capitalismo, adotado por toda empresa que queira sobreviver nesse contexto: a destruição criadora, substituindo criações antigas por novas, visto que,

² Conforme Rodrigues e Silva (2019a), Solé discorda desta interpretação e afirma que a empresa não é a organização mais racional, mais eficiente, mais engenhosa que a humanidade desenvolveu. O autor apresenta dois argumentos: 1) a vida cotidiana das empresas é marcada pela falta de racionalidade; 2) a história humana apresenta muitos exemplos de organização tão ou mais eficientes que a empresa - ele cita os exemplos da construção das pirâmides e de povos, como os Inuits ou os povos da Amazônia, que conseguiram enfrentar ambientes pouco hospitaleiros.

“se o capitalismo é uma dinâmica permanente de mudança, é porque se trata de um sistema econômico com base em empresas e que a empresa é um processo perpétuo de criações e destruições” (Solé, 2008, p. 39, tradução nossa).

A síntese sobre os modos de agir e pensar feita nos parágrafos anteriores, se ligam à discussão que vem sendo feita nos últimos vinte anos por um conjunto de pesquisadores ligados à área Estudos Organizacionais que têm se dedicado a desenvolver a discussão sobre empresarização no Brasil³, visando preencher as lacunas presentes na abordagem teórica lançada por Solé e, também, nas considerações realizadas por Abraham (2006). Assim, os pesquisadores brasileiros produziram e/ou orientaram uma série de pesquisas sobre o tema e contribuíram, inclusive, para reconceituar o processo de empresarização, caracterizado agora como a generalização da ideia de empresa em nosso mundo (Rodrigues, Silva, 2019a; Rodrigues, 2021). Uma síntese dessa história e do desenvolvimento da teoria da empresarização na área de Estudos Organizacionais no Brasil é apresentada a seguir.

Utilizada para compreender os mais diversos objetos de estudo e os mais variados campos e espaços, os primeiros estudos sobre a teoria da empresarização partiram essencialmente dos estudos de Solé e buscaram evidenciar as manifestações do processo de empresarização em três instituições, a saber: as instituições religiosas (Serra, 2005; Gonçalves, Serra, Costa, 2007), as instituições esportivas (Costa, 2005; Costa, Silva, 2006; Rodrigues, 2006, Rodrigues, Silva, 2006a, 2006b; Durieux, 2005) e, por fim, as instituições culturais (Tavares, 2011; Vargas, Rodrigues, 2019; Rodrigues, Silva, Dellagnelo, 2014).

Dentre os estudos que se detiveram aos pressupostos de Abraham (2006) e exploram os hábitos coletivos, encontramos um novo conjunto de estudos com objetivos diferentes dos citados anteriormente que utilizavam exclusivamente a abordagem de Solé. Destaca-se aqui, os estudos sobre políticas públicas para a agricultura familiar (Araújo; Silva, 2016), o estudo sobre a mídia (Rodrigues, 2013; 2021), e os estudos sobre a educação (Rodrigues, 2013; Barcelos, Rodrigues, 2017; Badia 2017; Duquia, Franz, Barcelos, Rodrigues, 2022; Rodrigues, Silva, 2019b; Franz, Rodrigues, 2021).

Para além do arcabouço teóricos de Solé e Abraham, os estudos sobre empresarização também incluíram outros autores para enriquecer o assunto e superar lacunas presentes nas abordagens originais de Solé e Abraham, a saber: as contribuições de Jean Baudrillard e Karl Polanyi para observar as relações de concorrência inerentes ao processo de empresarização (Vargas; Rodrigues, 2019); Jean Baudrillard também se faz presente no trabalho de Onofre, Tavares, Fossá e

³ Dentre eles, destacam-se a Professora Rosimeri Carvalho da Silva, responsável por trazer a abordagem de Solé para o Brasil, e o Professor Marcio Rodrigues, seu ex-orientando, que dedicou boa parte de sua trajetória acadêmica à teoria da empresarização. O *working paper* escrito em 2004 foi entregue por Solé diretamente para a referida professora.

Rodrigues (2022) para observar as relações de consumo; Florestan Fernandes e Milton Santos para abordar o desenvolvimento do capitalismo dependente e pensar a discussão sobre a noção de espaço, respectivamente (Costa, 2017); Michel Foucault, contribuindo para compreender as formas discursivas e relações de poder do processo de empresarização (Borges, Rodrigues, 2017; Rodrigues, Silva, 2019b; Franz, Leite, Rodrigues, 2020; Rodrigues, 2021); Nikolas Rose, para discutir a formação do sujeito e o processo de “empresarização do eu” (Arnoni, 2022); Mark Considine, para compreender as formas internas de organização do Estado (Duquia; Franz; Barcellos; Rodrigues, 2022); e Karl Marx para analisar as relações de assalariamento e exploração do tempo de trabalho como uma característica do mundo-empresa (Tometchi, 2019; Tometchi; Silva, 2018).

Em síntese, nesses estudos é possível identificar um conjunto de características empresariais que estão constantemente presentes em espaços e situações não necessariamente empresariais, assim como os diversos esforços para suprir lacunas presentes nas abordagens iniciais sobre este fenômeno. No presente texto, a tarefa é, mais uma vez, produzir algo novo que, diferente dos trabalhos já apresentados, pense o processo de empresarização não apenas como uma forma de discurso ou um conjunto de práticas, mas como um processo que se sustenta e ganha legitimidade através de um aparato simbólico, que ganha sentido e se consagra a partir de um processo de socialização, agindo simultaneamente em caráter subjetivo e objetivo.

Uma vez que nos propomos a pensar a empresa como um conjunto de símbolos, que são consumidos e reproduzidos no meio social para as mais diversas esferas, utilizaremos os cinco modos de agir e pensar propostos por Abraham (2006) e desenvolvidos posteriormente por Rodrigues e Silva (2019a), enumerados acima, bem como as respectivas relações sociais que eles desencadeiam nos indivíduos, como norteadores para caracterizar esse conjunto simbólico que constitui a empresa. Apesar da possibilidade de existirem outras perspectivas analíticas, provavelmente influenciadas pelas mudanças sociais do mundo moderno, esses pressupostos iniciais nos ajudarão a pensar no processo de empresarização como um fenômeno que atua simultaneamente nas estruturas, em caráter objetivo e, nos agentes, de maneira subjetiva. Um processo que dissemina uma nova forma de instituição e de socialização, dos indivíduos e das estruturas como um processo legítimo e amplamente reconhecido, capaz de se reproduzir nos mais diversos campos e espaços, um conjunto simbólico que uniformiza os capitais de disputa que asseguram os interesses de uma classe de dominantes.

Bourdieu e o Processo de Empresarização

Refletir sobre o processo de empresarização à luz da teoria de Pierre Bourdieu é um desafio teórico-analítico, pois busca-se transcender a oposição entre subjeti-

vidade e objetividade ao examinar esse fenômeno, visando superar a controvérsia entre o sujeito e o objeto, a estrutura e o indivíduo, uma vez que tais elementos caminham juntos influenciando um ao outro, produzindo e reproduzindo uma série de saberes, valores e regras que se fazem presentes no meio social. Nesse sentido, para Bourdieu (1989), o agir dos agentes está relacionado à sua socialização que assume formas corporificadas por meio do *habitus*, expresso nas atitudes, gostos, opiniões, habilidades, valores e disposições, assim, as ações de um agente exprimem um *habitus* interiorizado.

A noção de *habitus*, portanto, é ampliada pelo autor como uma forma de romper com a dualidade do senso comum entre indivíduo e sociedade, com a tentativa de captar a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade (Wacquant, 2007). Desse modo, através de um sistema de posições e da forma como os agentes estão inseridos dentro de cada campo, o *habitus* se sustenta através de esquemas generativos, que antecedem e orientam a ação de outros esquemas generativos, portanto, o próprio gosto, assim como as escolhas e os modos de pensar não são vistos apenas como simples subjetividade, mas sim, como objetividade interiorizada, que orientam e determinam a escolha estética (Ortiz, 1983).

Nos mais variados campos, existe uma divisão onde se manifestam relações de poder, baseada em uma distribuição desigual de capitais (sociais, culturais ou econômicos), a depender da crença legítima capaz de proporcionar um processo de distinção dos demais atores do campo. Dessa forma, dentro de cada campo, um conjunto de *habitus* e de capitais propiciará diferenciações entre os agentes, gerando diferentes classes e criando uma relação entre dominado e dominante, momento em que o poder passa a exercer uma eficácia simbólica, impondo significações de mundo como legítimas.

Esse poder simbólico se manifesta como uma violência invisível, sutil e silenciosa nas relações sociais e resulta de uma dominação que está fortemente introduzida na *doxa* das coisas, vividas como naturais e evidentes. Os dominados agem de maneira natural e na medida em que adentram o campo social são forçados às regras desse novo espaço e ao sofrer essa violência simbólica podem assumir dois comportamentos diferentes: a submissão (aceitação), interiorizando a *doxa* e alinhando-se com a lógica do campo ou a negação de toda a lógica do campo (Rosa; Brito, 2009).

Nesse sentido, nos diferentes campos, uma série de instituições promotoras e produtoras de saberes, dotadas de autonomia, tendem a cumprir o papel de reprodução de determinadas formas de agir e estar no mundo, normalmente alinhado aos anseios, desejos e interesses das classes dominantes, levando o agente dentro do campo a adequar tacitamente seu modo de agir e pensar às exigências daquele campo. Tais questões, provenientes de um suposto “comportamento adequado” influenciado por instituições dominantes, ferramentas necessárias e indispensáveis,

para a consolidação e reprodução de determinados modos de agir, que de alguma maneira sustentam um sistema de posições e os agentes que as dominam, formando distintos *habitus* que norteiam tais ações.

Por ser simultaneamente estruturado por meios sociais passados e estruturante de ações e representações presentes (Wacquant, 2007), o *habitus* varia não apenas com os indivíduos e suas imitações, mas sobretudo com as sociedades, as educações, os prestígios, as conveniências e os modos (Casanova, 1995). Durante muito tempo, o trabalho de reprodução dessas diferentes formas de comportamento ou de dominação, esteve garantido por três instâncias principais: a Família, a Igreja e a Escola. Tais instituições, objetivamente orquestradas, agiam sobre as estruturas inconscientes, por tais razões, durante muito tempo se falou a respeito do *habitus* ou da linguagem religiosa, como um conjunto simbólico capaz de se tornar um veículo de poder e de política, que cumpre uma função de conservação da ordem social, contribuindo através da sua própria linguagem, para a “legitimação” do poder dos “dominantes” e para a “domesticação dos dominados” (Bourdieu, 2015).

Em outras palavras, especialmente, a religião contribuiu para a imposição dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo na medida em que impõe um sistema de práticas e representações, a partir de um processo racionalizador e moralizador das práticas religiosas, fortemente marcado pela transferência da noção de pureza da ordem mágica para a ordem moral. Com a ajuda de instâncias objetivamente incumbidas para a produção e reprodução, conservação e difusão dos bens de salvação religiosos, diferentes formações sociais podem ser distribuídas, como é o caso da Igreja, que passa a ser além de uma confraria sacerdotal, uma comunidade moral, formada por crentes da mesma fé. Através de práticas ou crenças religiosas e sobretudo na produção, reprodução, difusão e consumo de bens de salvação, a religião passa não só a cumprir funções sociais, mas também, fornece aos indivíduos leigos, justificações de existir em uma posição social determinada, conforme explica Bourdieu (2015).

Na medida em que a sociedade avança, as principais instâncias socializadoras como a Família, a Escola e a Igreja vão dando espaço a outros meios de salvação, principalmente devido às disposições associadas às posições e trajetórias sociais determinadas. Ou seja, se durante muito tempo se falou a respeito de processos de socialização através de uma primeira socialização familiar, como um sistema gerador de práticas, distinções e sistemas estéticos dos indivíduos, passando também por processos escolares e/ou religiosos, as alterações na estrutura e nos tipos familiares, a expansão do emprego feminino, que se associam a instrução pré-primária, bem como a exposição aos meios de comunicação de massa, a expansão da escolaridade e o adiamento da entrada na vida ativa, a formação permanente, a multiplicação de situações de subemprego e de desemprego, a mobilidade profissional e residencial, são alguns dos fatores que concorrem para uma eventual reconfiguração do *habitus*

dos atores sociais (Casanova, 1995), menos centrado no meio e nos valores essencialmente familiares e com maior influência das necessidades e dinâmicas do mundo moderno, precisamente, do mundo-empresa.

Cada vez mais podemos pensar em novas configurações do mundo social que contribuem para a construção de um “novo” *habitus*, de um novo sujeito social, que agora passa a ser influenciado não apenas pelas instâncias tradicionais de socialização – a Família, a Igreja e a Escola – mas sim, um *habitus* alinhado às pressões, às mudanças e as influências modernas. Se o fenômeno da empresarização nos mostra que, enquanto sociedade moderna, somos rodeados por organizações e, em especial, o modelo de organização empresarial como central, podemos pensar que os conhecimentos, valores e saberes, oriundos dessa organização possuem um fundo cultural, que definem um tipo de subjetividade, um espírito alinhado ao campo no qual os atores estão inseridos ou são afetados, conforme apontado por Rosa e Brito (2009).

Quando a empresa toma seu lugar como modelo central no mundo ou forma de organizar e suporta essa generalização para espaços que não são empresariais, conforme os estudos sobre o fenômeno nos mostram, podemos pensar que instâncias socializadoras tradicionais como a família, as escolas, as instituições religiosas, o Estado e, até mesmo, o próprio indivíduo, passam em alguma medida a ser, ver e se organizar como empresas. Isso pode ser observado nos estudos que utilizam a lente da empresarização e nos permite pensar em uma nova concepção e uma nova reconfiguração de *habitus*, um *habitus* empresarial que atua de maneira generalizada, modificando e transformando simultaneamente tanto os agentes como as estruturas no processo de socialização e de formação.

Nesse sentido, intensificado pelo neoliberalismo, que concebe o mercado como um processo de autoformação, auto educador e autodisciplinado, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir (Dardot; Laval, 2016), a ideia de empresa passa a atingir o que Bourdieu chama de eficácia simbólica que, ao ser tomada como natural, passa a ser referência para os mais diversos espaços e agentes. Isto posto, neoliberalismo para Bourdieu, conforme Grün (2017), é uma teoria econômica poderosa, promovida como uma crença racional a ser adotada globalmente, cuja eficácia amplifica significativamente por meio de seu poder simbólico.

Nesse sentido, o *habitus* empresarial se constitui como uma visão de mundo, uma espécie de orientação assentada na ideia de empresa que altera as disposições individuais e coletivas. Um referente simbólico central na constituição de nosso mundo e que se reproduz como uma forma de manutenção de uma determinada ordem social. Desse modo, a tendência dos indivíduos é adotar cada vez mais características e práticas empresariais, como sinônimo de sucesso de vida profissional, pessoal e afetiva.

Aqui, é importante ressaltar, segundo Peters (2020), a dimensão libidinal do *habitus*, a qual abrange os interesses e vontades que motivam o agente a participar nos jogos do mundo social, investindo seus recursos na busca de bens materiais ou ideais. A dimensão libidinal do *habitus* destaca o que Bourdieu enfatiza sobre o fato de que o *habitus* não é o destino dos indivíduos, conforme ressaltado por Setton (2002, p. 61), mas é “um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente. *Habitus* como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas”.

Assim, nossa reflexão sugere que o processo de empresarização é resultado de um lento trabalho de “alquimia social” (Bourdieu, 1989), no qual ocorrem processos simbólicos e práticos que conferem legitimidade à tal ordem econômica, e que passa a constituir aquilo que denominamos de *habitus* empresarial.

A Convergência: Empresarização e *Habitus* Empresarial

Os estudos sobre o processo de empresarização, mencionados na segunda seção do texto, nos mostram que há uma tendência à incorporação dos traços empresariais na dinâmica das sociedades modernas. Isso se manifesta nas mais diversas esferas da vida, no Estado, nas organizações (culturais, religiosas, esportivas, educacionais) e, inclusive, no próprio indivíduo, que passa cada vez mais a incorporar a lógica do homem-empresa ou do sujeito empresarial. Esse é um processo que tende a se consolidar através da produção, do consumo e da interiorização de um conjunto de símbolos que remetem à instituição empresa, a própria *doxa* empresarial como visão de mundo central.

O processo de empresarização torna-se então simbolicamente dominante, constituindo uma crença, legitimada pela alquimia social (Bourdieu, 1989). A empresa, portanto, passa a ser vista como natural, como um mundo mágico e sedutor, isto é, libidinal, determinando os mesmos objetos de disputa, os mesmos princípios éticos, moralizadores, as mesmas regras e os mesmos “bens de salvação” disputados e necessários para sobreviver e ascender dentro de qualquer espaço tornando todos cada vez mais parecidos. As regras do jogo, agora, são as regras da empresa, é a cultura da empresa enraizada na socialização dos indivíduos. Por isso, podemos pensar que a empresa, enquanto instituição (Abraham, 2006), também é produtora de bens simbólicos, que homogeneizam comportamentos, regras e crenças, como uma resposta para os problemas de todos. Esse processo transforma a experiência individual em experiência coletiva, compreendida como um *habitus* de classe ou de grupo, apresentando sistemas comuns de percepção, de concepção e ação (Bourdieu, 2009).

Como destacado por Solé (2008), a empresa é uma “invenção moderna”, ela nem sempre existiu e, desde que existe, vem constantemente atualizando sua forma de organizar, seus pressupostos e suas características. Esse também é o movimento de construção e atualização de um *habitus* de uma sociedade, uma vez que, considerado um produto da história, é constantemente atravessado por novas influências e novas configurações sociais, políticas e econômicas, por exemplo, representando aquilo de mais característico e central de cada período histórico e que se materializa nessa organização e nos indivíduos que são em alguma medida atravessados por ela.

A noção de *habitus* empresarial tal qual foi orquestrada e pensada para esse trabalho observa a empresa como um dispositivo de manutenção e legitimação de privilégios e posições sociais que se sustentam através de pressupostos e práticas inerentes ao modelo empresarial, algumas mais superficiais e perceptíveis, outras mais profundas e imperceptíveis. As relações sociais aqui estabelecidas como elementos que caracterizam esse *habitus*, oriundas dos modos de agir e pensar do campo empresarial, são uma forma de expressão e reprodução dos modelos empresariais que foram em algum momento repassadas para esses agentes. Quando entendemos que a origem desses modos de agir e pensar e das suas respectivas relações sociais pode estar em outras instâncias de socialização, percebemos que elas são capazes de incorporar outros tons, não mais tidos como estritamente racionais que dão sustentação a ideia de empresa, como pensavam os autores iniciais do processo de empresarização.

Dito isso, podemos pensar que o individualismo e a invenção da realidade econômica, quando observado sob os seus aspectos simbólicos, remetem a uma constante acumulação e manutenção de capital, não apenas material e econômico, mas também cultural, social e simbólico. Uma lógica que se faz presente já com a ideia de sucesso escolar do agentes descendentes de frações da burguesia e de um capital herdado por linhagens familiares, capaz de diferenciar os indivíduos, seja no seu comportamento, na estética, na fala, nas vestes ou naquilo que possui, travando lutas dentro dos campos e garantindo posições sociais determinadas desde o nascimento e preservadas através do parentesco, estratégias de fecundidade, estratégias econômicas, estratégias matrimoniais ou estratégias de sucessão (Bourdieu, 1989; 2006; 2015, 2020).

As relações impessoais, decorrente do egoísmo (Smith, 1996) e da solidariedade orgânica (Durkheim, 1999), são uma expressão desse individualismo, revelando a maneira como se dão as relações entre os indivíduos e as coisas, que agora passam a ser baseadas a partir de um cálculo de utilidade, de maximização de capital e de lucro, onde todas as relações podem ser, em alguma medida, objetificadas. A noção de acumulação e preservação de um capital herdado que liga os indivíduos e reforça suas relações, passa a ser central e orientar com quem e porque os indivíduos vão manter suas relações, uma vez que a eficácia e a eficiência

dos agentes dependem de capitais herdados, especialmente, no meio familiar. Por isso, a instituição família possui um determinado peso, já que representa a “origem social” que influencia diretamente nas relações entre os indivíduos, condicionando um sistema de hierarquização, calcado na disciplina e na obediência (Bourdieu, 2015) - modelo comumente utilizado e reproduzido em qualquer meio empresarial -, e que contribui para a consagração de uma organização baseada nas figuras de poder, nos papéis e funções já estipulados nesta primeira instância e servindo de sustentáculo para um outro tipo de relação social que expressa um outro modo de agir e pensar empresarial: o racionalismo e a dominação.

Como uma característica que diferencia a sociedade moderna de outras sociedades da história, o racionalismo e a dominação, tem sua origem no seio das mais variadas organizações e na sua forma de conceber a ideia de trabalho, de papéis e de funções. Sustentada pelo princípio da hierarquia e da divisão de tarefas, geminada na instância familiar, onde essas divisões acontecem pela primeira vez, normalmente baseadas nas figuras de poder do meio familiar: o pai e/ou o marido; e para o meio empresarial, o CEO, o chefe. Uma divisão de cargos que ao ser influenciada pela instância familiar, reforça também a divisão sexual do trabalho, reservando os postos de liderança, cargos de administradores e gestores, a estrutura do espaço, o lugar de assembleias, reservados aos homens, enquanto a casa, por exemplo, reservada às mulheres (Bourdieu, 2020).

Ademais, cabe aqui o destaque para a influência de organizações militares, calcadas na hierarquia e na obediência adquirida em um processo de ação pedagógica para uma conversão de *habitus*, com o propósito de homogeneização e padronização dos iniciantes, perceptível na farda, no corte de cabelo, no comportamento e na postura (Rosa; Brito, 2009). No caso das organizações empresariais, perceptível nos uniformes, ou vestimentas típicas de executivos (ternos, camisas, gravatas, etc), que se diferenciam das vestimentas de operários ou funcionários em posições hierárquicas mais baixas, na nomenclatura dos cargos, nas posições e papéis ocupados, nas formas de comunicação e, principalmente, em quem ocupa cada uma dessas posições no meio empresarial, revelando também a reprodução de divisões sociais. As relações de dominação, controle e poder, oriundas desse processo e com respaldo de outras instituições socializadoras consagradas socialmente, parecem ganhar um sentido moral ou ético, quando ligadas às figuras de poder dentro de qualquer organização ou instituição (De Clerq, Voronov, 2009; Freitag, Hoppen, 2020; Cuadra Palma, Restrepo Quintero, 2020), sendo muito pouco questionadas.

Fruto dessa divisão do trabalho, as relações de trabalho ou funcionais fazem com que os indivíduos sejam constantemente agrupados pela função que executam e, também, reconhecidos por elas, como se tivessem papéis e posições pré-determinadas, orientados por um cálculo utilitário na sociedade. No entanto, quando associada a uma instância tradicional como a família e a escola que transmitem os pressupostos

da representação patriarcal, contribuindo para traçar tanto os destinos sociais como também a intimidade das imagens de si mesmo. Da mesma forma, a Igreja, marcada pelo antifeminismo, e pela imposição de uma moral familiarista dominada pelos valores patriarcais e pelo dogma da inferioridade das mulheres (Bourdieu, 2020), fortalece e sustenta a divisão sexual do trabalho não apenas no âmbito familiar, mas em qualquer espaço de trabalho, em qualquer organização que incorpore as formas de organizar baseadas na hierarquia e divisão de cargos ou tarefas.

As relações impessoais, as relações de trabalho e, incluímos aqui, as relações de consumo, são a expressão de um terceiro hábito coletivo: o mito fundador da escassez. Baseado na satisfação ilimitada de necessidades e na escassez de recursos para supri-las, que na lógica moderna só são passíveis de realização através do dinheiro e do trabalho, carrega em sua essência o discurso e a lógica das instituições religiosas, que se faz presente até os dias de hoje, garantindo o aspecto “divino” do trabalho que dá sentido a ação humana ao mesmo tempo que permite satisfazer necessidades (Weber, 2004). Da mesma forma, a lógica da acumulação, é vista como requisito de salvação, sobretudo, como papel de distinção entre os indivíduos (Bourdieu, 2015), manutenção de capital econômico, mas também material e simbólico, demonstrando que tal forma de pensar e agir não é natural e própria da empresa, mas naturalizada por ela.

Essa é também uma maneira, de justificar a ideia de propriedade, baseada na concepção liberal de homem, como uma tendência natural, “divina”, amplamente justificada e defendida pela própria Igreja e nas teorias econômicas e liberais mais ortodoxas, que durante muito tempo orientaram as formas de atuação dos mercados e, conseqüentemente, de atuação da empresa (Rodrigues; Silva, 2019a). As relações de exploração ou de assalariamento são o resultado desse processo de apropriação e divisão desigual dos bens de produção, da exploração do homem pelo homem, sustentados pela ideia de propriedade (Solé, 2008, Rodrigues, Silva, 2019a). Para além da distribuição desigual, essa lógica se sustenta através da ideia da dívida, uma que vez que um determinado grupo de indivíduos são vistos como “credores”, amparados por uma ordem moral, ética e tradicional, baseada na boa-fé das transações comerciais legitimados pelo nome ou pela marca do indivíduo e da linhagem familiar, e um outro grupo de indivíduos são vistos como “devedores”, que detêm obrigação de manter estas relações (Bourdieu, 2006).

Da mesma forma, a inovação, o desenvolvimento e o mito do progresso, que se tornou na sociedade moderna uma forma de crença, de ideologia, como um elemento central à manutenção e distinção do sistema vigente e consolidado pela ideia de empresa, também considerada como algo natural e necessário para o desenvolvimento da sociedade moderna. Tanto a propriedade como a própria ideologia do progresso e a crença na inovação, são atravessadas por um processo de consagração e acumulação constante de capital, simbolizado e justificado pelo

nome da família ou da linhagem sob o pretexto do reconhecimento, do prestígio e da dívida, reforçadas por um discurso moralizador e progressista de melhorar sua condição e garantir o bem-estar de algumas famílias (Bourdieu, 2020; 2006; 2015).

As relações concorrenciais que passam a acontecer quando o desenvolvimento econômico é impulsionado pelo progresso técnico e que remetem à busca pela satisfação de necessidades, quando associado à uma noção religiosa, familiar ou escolar, passa a ser um traço necessário para a sobrevivência nos mais variados campos, uma vez que o que determina a posição social dos atores baseia-se na acumulação e preservação de capital simbólico e/ou material. Esse traço também é relevante no trabalho de Chalita (2008), que aponta a necessidade de incorporação progressiva de habilidades necessárias para definir e viabilizar estratégias comerciais e competitivas que estejam cada vez mais adequadas à lógica do mercado.

Até aqui, nos propomos a discutir os modos de agir e pensar que norteiam o comportamento empresarial, sob uma lente bourdieusiana. Isso significa buscar compreender a origem desses chamados “hábitos coletivos” (Abraham, 2006), porque se fazem tão presentes no ideário moderno e porque são tão naturalizados para tantos espaços. Uma das explicações se dá, pelo fato de que eles tendem a ir ao encontro de traços que já se fazem presentes no processo socializador dos indivíduos recebido através de outras instâncias e que agora, são também incorporados pela instituição empresa central no mundo moderno e, por isso, referência para tantas esferas.

Na tentativa de ilustrar as interpretações feitas até aqui, elaboramos um quadro teórico que compreende como esses modos de agir e pensar são interpretados no escopo da teoria da empresarização e como passariam a ser observados sob uma perspectiva simbólica, evidenciando suas principais características. Cabe destacar, que esse quadro não é estático e muito menos linear, o que significa que, por exemplo, não existe uma relação direta entre as “maneiras de agir e pensar” e as “relações sociais”, essa foi uma associação feita para fins didáticos, mas que pode ter outras interpretações e associações, uma vez que elas podem ser uma expressão de mais de uma das maneiras de agir e pensar. Assim sendo:

Quadro 1: A dimensão simbólica do processo de empresarização do mundo.

Modos de agir e pensar	Relações desencadeadas	Sob a lente da Empresarização	Sob uma dimensão simbólica
O individualismo e a invenção da realidade econômica	Relações impessoais.	Baseia-se na concepção de lucro, do cálculo utilitário e maximização de capital; Busca de maior eficiência; Dependência que liga os indivíduos, orientada por uma visão individualista e egoísta de indivíduo; Tendência a objetificação do outro e das coisas.	Manutenção de capital simbólico (cultural e/ou social) e posições sociais; Dependem de capitais herdados e conservados no meio familiar, reproduzidos através do parentesco e do matrimônio.
O racionalismo e dominação	Relações de poder e dominação; Relações de trabalho ou funcionais.	Organização racional do trabalho e do mundo; Modelo de dominação hierárquica, calcada nas regras, na obediência e na qualificação profissional; Determinam papéis e funções aos indivíduos, baseado em critérios de utilidade e maximização de lucro. Dissemina o processo de divisão do trabalho.	Herda de tradições religiosas, familiares patriarcais e de organizações militares, a ideia de hierarquia e obediência passa a ser baseada nas figuras de poder destas instâncias; Reproduzem a divisão sexual do trabalho, dos cargos e funções; Atribui sentido moral e ético às relações de poder.
O mito fundador da escassez	Relações de consumo; Relações de trabalho; Relações impessoais.	Busca por satisfação de necessidades ilimitadas; Dinheiro e o trabalho vistos como facilitadores e mediadores; O consumo ilimitado passa a ser natural e necessário à vida moderna.	Associado às influências religiosas e a lógica do trabalho, a acumulação é vista como um aspecto divino e de salvação; Cumprir o papel de distinção dos indivíduos na sociedade a partir das suas posses.
A propriedade privada, apropriação e exploração	Relações de exploração e assalariamento; Relações de consumo.	Baseada na expropriação e distribuição desigual de capital; Reproduz a exploração do homem pelo homem;	Visão legitimada e influenciada pela concepção liberal de indivíduo, como tendência natural justificada e defendida pela Igreja; Sustenta-se na ideia da dívida amparada pelas transações legitimadas pelo nome ou marca do indivíduo ou da família.
A inovação, o desenvolvimento e o mito do progresso	Relações concorrenciais.	Modelo de crença, de ideologia, na sociedade moderna, para a manutenção do sistema vigente e que justifica o avanço necessário das civilizações modernas; Noção de desenvolvimento econômico impulsionado pelo progresso técnico.	Disseminada sob o discurso moralizador, progressista de salvação e busca de bem-estar familiar.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Qualquer uma das relações aqui citadas, quando associadas às instâncias tradicionais e, principalmente, associadas aos discursos religiosos, carregadas de aspectos simbólicos, incorporam tons, não mais racionais, mas de divindade. As instâncias tradicionais de socialização fornecem elementos que sustentam ainda mais o fenômeno e as próprias relações sociais que fundamentam a ideia de empresa, uma vez que são vistas como bens simbólicos de salvação. Além disso, elas nos permitem elencar uma série de símbolos que remetem à instituição empresa, a saber: as formas de dominação, poder e controle, as divisões do trabalho, tarefas e papéis, a importância da lógica de consumo e do dinheiro (moeda) como um facilitador e intermediador de qualquer relação, a objetificação de tudo (como produto), inclusive, do próprio indivíduo, as criações e destruições, relações de exploração, expropriação e assalariamento, o individualismo, o egoísmo, as lutas de classes, manutenção e acumulação de capital material e simbólico, o discurso de inovação, liberdade e progresso, a hierarquia, disciplina, obediência às leis e normas, a concorrência, o lucro e a satisfação de necessidades.

Ao realizar tais aproximações e reflexões, entendemos o *habitus* empresarial a partir dessa união entre o clássico e o moderno. Um *habitus* calcado em pressupostos individualistas, racionais e econômicos, que reforçam a centralidade da ideia de empresa, seu conjunto de práticas e discursos e que, ao mesmo tempo, incorpora valores oriundos de outras instâncias socializadoras (família, igreja, escola e Estado), garantindo a consagração desse processo. Um norteador de comportamentos e ações, presente tanto na subjetividade de cada indivíduo como na forma de constituição das mais diversas estruturas e que se reproduz como uma forma de manutenção de uma determinada ordem social que constitui a empresa e a ideia de empresa e, conseqüentemente, se faz presente em espaços fora dela.

Existe uma fé nos preceitos empresariais, uma libido, que legitima a crença no modelo de organização empresarial que formata mundos (Grün, 1999), passando a promover motivações e desejos inconscientes que podem influenciar a forma como os indivíduos internalizam e reproduzem as estruturas sociais do *habitus*. Isto posto, a crença na empresa como instituição central no mundo, transforma o comportamento e o conjunto simbólico que remete à essa instituição, chamado aqui de *habitus* empresarial.

Breves Considerações Finais

Este trabalho teve o objetivo de associar a teoria do processo de empresarialização às principais contribuições de Pierre Bourdieu para discutir a dimensão simbólica do referido processo e delinear o conceito de *habitus* empresarial. A partir da discussão teórica realizada, ficou evidente que o *habitus* empresarial como uma

força socializadora, compreende um conjunto de valores e saberes não apenas relacionado a aspectos predominantemente mercadológicos, empreendedorísticos ou, até mesmo, resumido à determinadas posições de poder de certos agentes.

Entender a dimensão simbólica do processo de empresarização, permite identificar o surgimento de um *habitus* empresarial, entendido aqui como um produto da história, que recebe influência política, econômica e cultural, seja do mundo moderno e do clássico. Um conjunto de práticas e comportamentos fortemente influenciados por discursos liberais presentes no mundo corporativo e, ao mesmo tempo, que marcam e não o esquecimento de práticas, enraizadas e consolidadas por estruturas tradicionais de socialização, tais como a moral familiar ou religiosa.

Entender como o *habitus* se caracteriza e a forma como ele pode atuar em diferentes espaços e campos, é uma ferramenta que nos possibilita olhar para uma realidade social e fazer relações e interpretações sobre o cenário político, econômico, cultural e social. Longe de encerrar a discussão, este texto buscou fornecer um ponto de partida, uma aproximação inicial e uma aposta teórica para tentar avançar na discussão sobre empresarização seja a partir do aprofundamento das características que constituem o *habitus* empresarial ou de investigações nos mais variados campos.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Yves-Marie. L'entreprise est-elle nécessaire? In: DUPUIS, Jean-Pierre (org.). **Sociologie de l'entreprise**. Montréal: Gaëtan Morin Editeur, 2006.

ARAÚJO, Ayana Zanúncio; SILVA, Rosimeri Carvalho da. A Agricultura Familiar e a expansão das Relações Sociais inerentes à Empresa. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 5, p.85-112, 2016.

ARNONI, Vitor Abreu. **Vender a si mesmo e a sua verdade**: o processo de empresarização do eu dos músicos produtores de conteúdo digital. Orientador: Marcio Silva Rodrigues. 154f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

BADIA, Octavio de Castilhos. **O posicionamento das empresas de educação na construção do Plano Nacional de Educação 2014-2024**: uma análise a partir da teoria da empresarização. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BARCELOS, Marcio.; RODRIGUES, Marcio Silva. Concepções de Política Pública e Práticas Discursivas: Uma Análise sobre as Políticas para a Educação Superior nos Governos Lula (2003-2010). **Archivos Analíticos de Políticas Educativas/Education Policy Analysis Archives**, v. 25, p. 123, 2017.

BORGES, J. C. P.; RODRIGUES, M. O Estado e a generalização da forma empresa: uma análise da percepção de agentes públicos acerca do papel da Secult em Pelotas/RS. **Revista Sinergia**, v. 21, n. 2, p. 81-94, jul./dez. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 18 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. 1. ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2015, 560 p.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3 ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando de Tomaz. Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASANOVA, J. L. Uma avaliação conceptual do “habitus”. **Revista Sociologia – Problemas e Práticas**. Nº 18, 1995, p. 45-68.

CHALITA, Marie Anne Najm. Produção do *habitus* empresarial na citricultura paulista. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 41-61, jan./jun. 2008.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado (artigo)**. Título Original: *Lê Société contre l’Etat*. 1974 (Trad. Bras. Theo Santiago. 2004)

CLEGG, Stewart. **Organizações Modernas**. Londres: Sage, 1998.

COSTA, Cristiane Simões Neto. **A Empresarização do Espaço em Cidades Locais: um estudo no município de São José do Norte**. 2017. 100f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

COSTA, Carlos Everaldo Silva da. **Processo de Empresarização nos clubes de futebol e as consequências sobre o controle organizacional**. Orientadora: Rosimeri Carvalho da Silva. 2005. 208 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

COSTA, Carlos Everaldo Silva da; SILVA, Rosimeri Carvalho da. Empresarização e controle organizacional: um estudo nos clubes de futebol em Santa Catarina. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p.1-16, 2006.

CUADRA PALMA, Lorena Natalia; RESTREPO QUINTERO, Katherine. La mutación del *habitus* empresarial chileno a partir de dos metáforas sobre el liderazgo femenino. **Revista Científica General José María Córdova**, [S. l.], v. 18, n. 30, p. 461–476, 2020. DOI: 10.21830/19006586.592.

FREITAG, Viviane da Costa; HOPPEN, Norberto. O Habitus dos Gestores e o Campo na Adoção de Sistemas de Informação. **XIV Congresso ANPCONT**, Foz do Iguaçu, PR, 2020. Disponível em: https://www.anpcont.org.br/pdf/2020_CCG481.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian (2016). **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, SP: Editora Boitempo

DE CLERQ, Dirk; VORONOC, Maxim. Toward a Practice Perspective of Entrepreneurship. **International small business journal**, 27(4), p. 395–419. 2009.

DUMONT, L. **Homo Hierarquicus** – o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DURIEUX, A. **O processo de empresarização do voleibol catarinense**. Orientadora: Eloise Helena Livramento Dellagnelo. 2005. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DUQUIA, Andressa Andrade; FRANZ, Alice Hübner; BARCELOS, Márcio; RODRIGUES, Marcio Silva. Políticas públicas e estudos organizacionais: uma articulação teórica para analisar as formas de organização dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas (Brasil). **Education Policy Analysis Archives**, 30, (142), 2022.

ETZIONI, Amitai. **Organizações Modernas**. São Paulo: Pioneira, 1968.

FRANZ, Alice Hübner; LEITE, Elaine da Silveira; RODRIGUES, Marcio Silva. O processo de empresarização e o discurso da universidade empreendedora: Uma análise da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, p. 177, 2020.

FRANZ, Alice Hübner; RODRIGUES, Marcio Silva. Da Universidade operacional à Universidade empreendedora: reflexões sobre o avanço do neoliberalismo na educação superior brasileira. **SIMBIÓTICA**, v. 8, p. 53-85, 2021.

GONÇALVES, Julio Cesar de Santana; SERRA, Antonio Roberto Coelho; COSTA, Carlos Everaldo Silva. A empresarização do sagrado: um estudo sobre a estruturação de igrejas protestantes brasileiras. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 6, n. 2, p. 1-14, 2007. Disponível em: <https://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/124>. Acesso em: 03 dez. 2024.

GRÜN, Roberto. Neoliberalismo. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Organização). **O Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 275-277.

GRÜN, Roberto. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, p. 121-140, 1999.

KAY, Joanne; LABERGE, Susana. The New Corporate Habitus in Adventure Racing. **Revista Internacional para a Sociologia do Esporte**, v. 37, n.1, p. 17-36, 2002.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

NASCIMENTO, Luciana Silva do; SILVA, Márcia Gomes dos Santos. Agência de Inovação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a construção do *habitus* empreendedor a partir da formação docente. **Educação Contemporânea** - Volume 25 - Ensino, Pesquisa e Extensão Belo Horizonte– MG: Poisson, 2021 DOI: 10.36229/978-65-5866-077-4

ONOFRE, Isabel Sarkis; TAVARES; Larissa Ferreira; FOSSÁ, Juliano; RODRIGUES, Marcio Silva. Do hippie ao chique: os signos presentes no consumo de cestas de alimentos orgânicos. **Acta Ambiental Catarinense**. Vol. 20 n.1. 2022.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: BOURDIEU, Pierre, **Sociologia**, São Paulo: Ática, 1983.

PETERS, Gabriel. Bourdieu em pílulas (4): algumas propriedades do *habitus*. **Bloglabemus**. Publicado em 16 de março de 2020. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/03/16/bourdieu-em-pilulas-4-algumas-propriedades-do-habitus-por-gabriel-peters/>. Acesso em: 03 dez. 2024.

RODRIGUES, Marcio Silva. O Novo Ministério da Verdade: o discurso de Veja sobre o ensino superior e a consolidação da ideia de empresa no Brasil (1968-2020). **DISCURSO & SOCIEDAD**, v. 15, p. 464-497, 2021.

RODRIGUES, Marcio Silva. **O novo ministério da verdade**: o discurso de VEJA sobre o campo do Ensino Superior e a consolidação da empresa no Brasil. 2013. Tese de Doutorado em Administração – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

RODRIGUES, Marcio Silva; SILVA, Rosimeri de Fátima Carvalho da. Empresarização e Modernidade: A ideia de Empresa no Centro do Mundo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**. v. 6, n. 1, p. 40- 76, abr. 2019a.

RODRIGUES, Marcio Silva; SILVA, Rosimeri de Fátima Carvalho da. Nova república, novas práticas: uma análise do processo de empresarização do ensino superior no Brasil (1990 - 2010). **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade (Farol)**, v. 6, n. 15, p. 176-218, 2019b.

RODRIGUES, Marcio Silva; SILVA, R. C. da. Empresarização no Figueirense Futebol Clube no Sport Club Internacional. **Gestão. Org**, Recife, v. 4, n. 3, p. 38-54, 2006a.

RODRIGUES, Marcio Silva; SILVA, Rosimeri de Fátima Carvalho da. Clientes ou torcedores: a empresarização do futebol no Brasil. **Revista Alcance**, Biguaçu, v. 13, n. 2, p. 167-184, 2006b.

RODRIGUES, Marcio Silva. **Os mercados de emoção**: um estudo sobre a empresarização de clubes de futebol no Brasil e sua configuração estrutural. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico. Programa de Pós-graduação em Administração, 2006

RODRIGUES, Marcio Silva; SILVA, Rosimeri de Fátima Carvalho da; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. O Processo de Empresarização em Organizações Culturais Brasileiras. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 66-85, jan./mar. 2014.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José de. Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 51, art. 2, p. 629-646, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A Origem da Desigualdade Entre os Homens**. São Paulo: Editora Escala, 2007

SAHLINS, Marshal. **A primeira sociedade da afluência**. In: CARVALHO, Edgard Assis (org.). **Antropologia Econômica**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978 p. 7-44.

SCHUMPETER, Joseph. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SCHUMPETER, Joseph. A. **História da Análise Econômica**. Rio de Janeiro: Aliança, 1964.

SERRA, Antonio Roberto Coelho. **A empresarização do sagrado**: um estudo sobre a estruturação de igrejas dos protestantismos brasileiros. Orientadora: Rosimeri Carvalho da Silva. Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. 195f.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.20, p.60-70, maio/ago. 2002.

SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, J. E OÊLZE, B. (Orgs) **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora UNB, 1998

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOLÉ, Andreu. **Créateurs de mondes – nos possibles, nos impossibles**. Paris: Éditions du Rocher, 2000

SOLÉ, Andreu. L'entreprisisation du monde. In: CHAIZE, Jaques; TORRES, Félix. **Repenser l'entreprise**: Saisir ce qui commence, vingt regards sur une idée neuve. Paris: Le Cherche Midi, 2008.

SOLÉ, Andreu. ¿Qué es una empresa? Construcción de un idealtipo transdisciplinario. **Working Paper**. Paris, 2004.

TAVARES, Larissa Ferreira. **Empresa, Mercado e Cultura**: o processo de empresarização no Grupo Tholl. Orientador: Marcio Silva Rodrigues. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011. 88 f.

TOMETICH, Patricia. **O empreendedorismo como uma relação assalariada**: um estudo sobre um traço da empresarização. Orientadora: Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva. 2019.. Tese. (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019, 196 f.

TOMETICH, Patricia; SILVA, Rosimeri de Fátima Carvalho da. O processo de empresarização e as mudanças nas relações de assalariamento e exploração. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 12, n. 2, p. 71-87, abr./jun. 2018.

VARGAS, Letícia Marques; RODRIGUES, Marcio Silva. A empresarização dos Centros de Tradições Gaúchas: uma análise das relações de concorrência e de consumo. **Revista Gestão Organizacional**. v. 12 n. 4. Set/Dez, 2019.

WACQUANT, Loïc J. D. Notas para esclarecer a noção de habitus. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 6, n. 16, p. 5-11, 2007, ISSN 1676-8965.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma contribuição do tipo ideal. *In*: CAMPOS, Edmundo (Org. introd. trad.). **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Submetido em: 25/05/2024

Aprovado em: 17/09/2024

DA SOCIOLOGIA DO ESPAÇO DO PODER NA
FRANÇA AOS ESTUDOS DE “ÉLITES” NO BRASIL:
CIRCUITOS DE TROCAS “BOURDIEUSIANAS”

*DE LA SOCIOLOGÍA DEL ESPACIO DE PODER EN
FRANCIA A LOS ESTUDIOS DE “ÉLITES” EN BRASIL:
CIRCUITOS DE INTERCAMBIOS “BOURDIEUSIANOS”*

*FROM THE SOCIOLOGY OF THE SPACE OF POWER
IN FRANCE TO STUDIES OF “ELITES” IN BRAZIL:
CIRCUITS OF “BOURDIEUSIAN” EXCHANGE*

*Igor Gastal GRILL**

*Eliana Tavares dos REIS***

RESUMO: Neste artigo buscamos assinalar algumas das contribuições de Pierre Bourdieu e de pesquisadores próximos às investigações sobre “elites”, sobretudo à delimitação de uma sociologia política não canônica. Para tanto, num primeiro momento, acentuamos os principais interlocutores e discussões que redundaram na tonificação da sociologia política francesa com inspiração “bourdieusiana”. A partir disso, procuramos pontuar a gestação de um esquema analítico que reverberou em reflexões dirigidas a configurações nacionais discrepantes daquelas que estimularam suas formulações originais. Num segundo momento, tomando como ponto de partida os Grupos de Trabalho da Anpocs (1970-2021) destinados a derivações da mesma temática, apresentamos alguns circuitos de pesquisadores/as que investiram, em diferentes contextos e com distintos sentidos, no tratamento de grupos dirigentes,

* Docente e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) e do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista Produtividade do CNPq e Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4285-9684>. Contato: igor.grill@ufma.br.

** Docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) e do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista Produtividade do CNPq e Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9357-2339>. Contato: eliana.reis@ufma.br.

bem como se notabilizaram pela operacionalização/difusão do “modelo de Bourdieu” no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Bourdieu. Elites. Sociologia Política. Circuitos de Trocas.

RESUMEN: *En este artículo buscamos destacar algunas de las aportaciones de Pierre Bourdieu e investigadores cercanos a las investigaciones sobre las “elites”, especialmente la delimitación de una sociología política no canónica. Para ello, en un primer momento, destacamos los principales interlocutores y discusiones que dieron lugar a la tonificación de la sociología política francesa con inspiración “bourdieusiana”. A partir de esto, se buscó señalar la gestación de un esquema analítico que reverberara en reflexiones dirigidas a diferentes configuraciones nacionales de las que estimularon sus formulaciones originales. En un segundo momento, tomando como punto de partida los Grupos de Trabajo Anpocs (1970-2021) dirigidos a derivaciones del mismo tema, presentamos algunos circuitos de investigadores que invirtieron, en diferentes contextos y con diferentes significados, en el tratamiento de grupos líderes, además de ser notables por la operacionalización/difusión del “modelo Bourdieu” en Brasil.*

PALABRAS CLAVE: Bourdieu. Elites. Sociología Política. Circuitos de Intercambio.

ABSTRACT: *In this article we seek to highlight some of the contributions of Pierre Bourdieu and researchers close to the investigations on “elites”, especially to the delimitation of a non-canonical political sociology. For that purpose, at first we highlight the main interlocutors and discussions that led to the strengthening of French political sociology with “bourdieusian” inspiration. From that point on, we seek to highlight the gestation of an analytical scheme that reverberated in reflections directed at national configurations that differ from those that stimulated its original formulations. Secondly, taking as a starting point the Anpocs Working Groups (1970-2021) intended for derivations of the same theme, we present some circuits of researchers who invested, in different contexts and with different meanings, in the treatment of leading groups, as well as being notable for the operationalization/diffusion of the “Bourdieu model” in Brazil.*

KEYWORDS: Bourdieu. Elites. Political Sociology. Exchange Circuits.

Introdução

O desafio a que nos propomos neste artigo é o de modestamente assinalar algumas contribuições de Pierre Bourdieu e de pesquisadores próximos às investigações sobre “elites”, sobretudo no que diz respeito à delimitação de uma sociologia política não canônica. Neste sentido, no primeiro momento do texto, acentuamos brevemente os principais interlocutores e discussões que redundaram na tonificação da sociologia política francesa com inspiração “bourdieusiana”. O encorajamento à adoção de dimensões de análise e estratégias metodológicas pertinentes ao delineamento de agendas de pesquisas sobre agentes bem alocados no espaço social reverberou em reflexões dirigidas a configurações nacionais discrepantes daquelas que estimularam suas formulações originais, como é o caso da brasileira. Por isso, no segundo momento, apresentamos alguns circuitos de pesquisadores/as que, em distintas circunstâncias e com diferentes acepções, fizeram aplicações na discussão sobre grupos dirigentes, bem como se notabilizaram pela operacionalização/difusão do “modelo de Bourdieu” no Brasil. Para tanto, tomamos como ponto de partida a identificação de colegas que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos nos Grupos de Trabalho (GTs) destinados a derivações da mesma temática, que funcionaram do final da década de 1970 até 2021 em edições dos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

Se é dispensável sustentar a centralidade lograda por Pierre Bourdieu às ciências sociais brasileiras, não é inapropriado esclarecer, em primeiro lugar, que não fixaremos sua posição numa “genealogia consagrada” dos estudiosos das “elites”¹, sob pena de incorrer no erro de alojá-lo numa produção unificada de forma meramente nominalista: o que vai de encontro às suas principais premissas epistemológicas². Do mesmo modo, não pretendemos explicar como sucedeu o deslocamento dos significados atribuídos à categoria “elite” no grupo liderado por Bourdieu na França, nem fazemos um balanço das pesquisas que ele realizou, dirigiu ou inspirou sobre o espaço do poder naquele país (ainda que apresentemos alguns indícios nessas direções). Tampouco ambicionamos aplicar o protocolo de pesquisa concebido por Bourdieu ao espaço dos “bourdieusianos” brasileiros que estudam “elites”, ou empreendemos um trabalho devidamente rigoroso de auto-objetivação da forma como chegamos à apropriação do autor, cujos limites com o autoenaltecimento por vezes são bastante tênues e discutíveis. Assumimos que objetivar nossas referências

¹ Grynspan (1996, 1999, 2016) descreveu em detalhe a construção dessa “genealogia” por intermédio das citações rotinizadas, seleções de textos considerados canônicos, traduções e circulação internacional dos autores.

² Bourdieu (1988, p. 38) sustentou que o nominalismo “reduz realidades sociais, grupos ou instituições, a artefatos teóricos sem realidade objetiva”. Sobre o equívoco nominalista em inscrever Pierre Bourdieu na “linhagem” de teóricos das elites, ver Coradini (2016).

e os debates nos quais estamos intrometidos implica em custos de toda ordem, talvez altos demais e com exigências incompatíveis ao exercício que expomos aqui.

Por fim, não custa antecipar a inexistência neste texto de: definições ou dicas de como identificar “elites”, formalizações de tipos e estratégias ou técnicas mais eficientes de enquadramento seja de uma fração específica, ou das “elites” em geral. Acreditamos que com o aprendizado do raciocínio sociológico adquirido a partir dos estudos de Pierre Bourdieu e equipe – voltados a distintos domínios sociais (patronato, universidades, episcopado, intelectuais, professores universitários, etc.), com apostas no tratamento multidimensional e relacional, metodologicamente inventivo, com ênfase nas práticas e nos esquemas de percepção/apreciação do mundo social, entre outros –, temos condições de evitar a “ilusão reificante”: obstáculo expresso em indagações como “quem (...) realmente detém o poder?” ou “quem decide?” (Bourdieu, 1988, p. 37). Interrogações desse tipo parecem fundantes sobretudo das ponderações sobre as “elites políticas”, e irremediavelmente nascem de uma “ilusão personificante” que atribui a “coletivos” (grupos antropomorfizados/hipostasiados) ou “pessoas” (privilegiadas por suas posições de poder, sociais, institucionais, de influência ou de decisão, às quais são atribuídos cálculos, desejos, vontades, aptidões, etc.) as responsabilidades pelos destinos históricos. E Bourdieu alertou sobre as armadilhas da “filosofia da história, inscrita seja no uso ordinário da linguagem ordinária, seja nos hábitos de pensamento associados às polêmicas da política, nas quais é preciso apontar (...) sujeitos históricos capazes de formular e realizar seus próprios fins” (Bourdieu, 1988, p. 46-47).

1. Da sociologia “bourdieusiana” do espaço do poder à sociologia da política

Para começar, é importante salientar que o elo entre Bourdieu e as pesquisas sobre “elites” está longe de ser dado ou evidente. Em primeiro lugar, em razão da filiação disciplinar. No princípio, as discussões enquadradas nessa seara foram conectadas predominantemente à ciência política³ – ao que parece, das três áreas das ciências sociais, aquela em que o sociólogo francês é menos utilizado. E a sua menor presença como referência é compreensível, haja vista que, nessa disciplina, há pesquisadores especializados em “estudos de elites” (sobretudo políticas) que tendem a ser: apegados às lições e fórmulas incontornáveis dos chamados “neomaquiavélicos” de diferentes gerações; ansiosos em designar, adjetivar ou desqualificar categorias abstratas (reificadas como entidades supra-humanas, para

³ Coradini (2016, p. 128) grifa que “a alocação das elites como atribuição de politólogos teve respaldo, inclusive, dos esquemas de classificação de disciplinas promovidos e divulgados pela Unesco”, colaborando nessa crença.

usar uma expressão eliaseana); obstinados em apreender (ou apenas seguir de forma tautológica) leis universais, truísmos ou cadeias de causalidades unidirecionais; seduzidos pela linguagem das variáveis importada acriticamente das chamadas ciências duras; e ainda confiantes em um poder de predição. Posturas que os afastam, de modo inequívoco, dos postulados “bourdieusianos” e/ou provocam mal-entendidos intermináveis quando procuram incorporar ou refutar seu esquema analítico.

Em segundo lugar, porque o próprio Bourdieu, em passagens de seus escritos, faz questão de se distanciar da “linhagem” dos “teóricos das elites”. No livro *La noblesse d'état* (1989a), por exemplo, ele defendeu abertamente a ruptura com o modo de pensamento substancialista que orientava as pesquisas assim classificadas, ilustrando essa postura com a alusão irônica à pergunta que dá nome ao célebre livro de Robert Dahl (1961): *Who governs?* Do mesmo modo, em seu texto mais conhecido sobre o *campo político*, Bourdieu observa que a separação entre agentes *politicamente ativos e passivos* (servindo-se dos termos propostos por Weber) entre os “elitistas” somente é levada em conta por meio do registro da naturalização dos mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre *especialistas e profanos* (Bourdieu, 1989b).

E, em terceiro lugar, podemos ainda recuperar uma passagem do texto de Monique de Saint-Martin (2005, p. 329) na qual a autora, refletindo sobre o trabalho desenvolvido com Bourdieu, destaca que os pesquisadores sob a sua orientação utilizavam conceitos como “classe dominante, ou, de modo mais raro, classes dominantes, campo das classes dominantes, lutas entre diferentes frações das classes dominantes e entre dominantes e dominados...”. Entretanto, “alguns termos, por exemplo, ‘elites’, eram de fato reprovados” (Saint-Martin, 2005, p. 329).

A despeito disso, notadamente a partir dos anos 1970, houve uma paulatina atualização nas ênfases à focalização dos agentes no *campo do poder* ou nos espaços das disputas políticas, que colaboraram à redefinição dos embaraços existentes à utilização da ideia de “elite”. Nesse propósito, ajudaram decisivamente as apropriações de pesquisadores reputados na mesma órbita, como Christophe Charle, autor de *Les élites de la republique* (1987)⁴, e Monique de Saint-Martin⁵, que publicou *L'espace de la noblesse* (1993)⁶. Mesmo explorando universos e recortes temporais distintos, ambos se dedicaram à compreensão dos *modos de dominação* e demonstraram a relevância da apreensão das *estratégias de reprodução* (de fecundidade, de sucessão,

⁴ Ver texto em que Charle (2008) revisita sua pesquisa disponível em português.

⁵ Saint-Martin ministrou, durante muitos anos, seminário na EHESS sobre o tema, intitulado *Sociologie du pouvoir et des elites*, que foi frequentado por muitos pesquisadores franceses e de várias outras nacionalidades, inclusive por brasileiros. Em entrevista recente conduzida por Maria Chaves Jardim e Tais Joi Martins (2022, p. 293), ela destaca: “meu seminário na EHESS recebeu muitos estudantes brasileiros até minha aposentadoria em 2008”.

⁶ Saint-Martin publicou alguns dos resultados e reflexões de sua pesquisa mais ampla em português (2020, 2002, 1992).

educativas, econômicas, matrimoniais, simbólicas e de acúmulo de relações sociais) das “elites”⁷. A potência dessa agenda de pesquisas se comprova na eficácia à localização de momentos chave de reconfiguração social (a exemplo do final do século XIX e o nascimento da meritocracia na França, período abordado por Charle). Assim como na capacidade explicativa dos mecanismos a partir dos quais descendentes de um grupo em desclassificação crescente (nos últimos séculos): produziram a crença na sua própria existência, construíram a sua identidade, cimentaram laços e extraíram ganhos variados desses pertencimentos (dimensões das práticas da nobreza francesa examinadas por Saint-Martin).

Mesmo reconhecendo os inconvenientes das definições “elitistas” e da frouxidão de certas aplicações contemporâneas, uma das justificativas apresentadas por Christophe Charle (2009) para classificar os agentes que constituem seus universos de análise como “elites”, em detrimento de outras terminologias, é por ser essa uma noção geral e plural. Quer dizer, a ideia possibilita acolher diversos tipos de grupos dirigentes ou dominantes, não imunes a protestos da sua legitimidade, personagens de distintas configurações históricas e sociais de luta e, por isso, responsáveis por transformações dos princípios de dominação e de hierarquização social, cultural e política, como recuperamos em outra publicação (Grill; Reis, 2018).

As análises dos indivíduos e grupos bem posicionados na hierarquia social vieram no lastro de uma gama de questionamentos propostos por Bourdieu sobre a propaganda/valorizada meritocracia do regime republicano francês, e de formulações quanto à tarefa sociologicamente rigorosa e relevante de explicar os êxitos sociais a partir da correlação entre indicadores de origens sociais, formação escolar, trajetórias sociais e carreiras profissionais. Nessa esteira, um programa de pesquisa foi amadurecido desde os anos 1960 e 1970, deslindando o condicionamento da passagem pelas chamadas “grandes escolas” (onde ocorre o treinamento e a socialização dos agentes pertencentes a uma “nobreza de estado”, assim como a tessitura de redes sociais qualificadas) aos “herdeiros” de famílias estabelecidas⁸.

Por conseguinte, o esquema de análise foi enriquecido quando conjugou aos fatores promotores de coesão (sociabilidades) e de unidade (forjada nos liames pessoais e familiares) dos grupos sociais, os ganhos daquela experiência de investigação, que repercutiu na ponderação consistente de Bourdieu e equipe sobre as *estruturas de capitais* variados, os espaços de atuação díspares e as *estratégias de legitimação* (de *sociodiceias*) concorrentes. Enfim, foram esboçadas as balizas de um *campo de poder* constituído por lutas entre categorias de dirigentes e seus capitais específicos (Saint-Martin, 2008).

⁷ Sobre o conceito de *estratégias de reprodução* e sua contribuição para um programa de investigações sobre elites e *modos de dominação*, ver Bourdieu (2020).

⁸ Tese e programa de estudo apresentados especialmente em *La noblesse d'état* (Bourdieu, 1989b). Para atualizações e complementações, ver Pasquali (2021) e Denord e Lagneau-Ymonet (2016).

De forma paralela e interdependente, o processo de institucionalização da ciência política na França por certo auxiliou na compatibilização das análises “bourdieusianas” com os estudos de elites. No início dos anos 1970, alguns jovens cientistas sociais protagonizaram um novo ciclo da disciplina e interromperam a “seleção natural” de professores da área, majoritariamente oriundos dos cursos de direito. Como comentamos em outro artigo (Reis; Grill, 2017), a nova geração incorporou problemáticas sociológicas e deflagrou uma espécie de “canibalização” da ciência política pela sociologia política, generalizando as referências a Émile Durkheim⁹, Norbert Elias e Pierre Bourdieu (Cohen, Lacroix, Riutort, 2009). A partir da década de 1980, aos parâmetros sociológicos foram aliadas preocupações com a gênese, invenções e transformações do Estado, de grupos, categorias, lógicas de politização, repertórios coletivos e tecnologias de mobilização política (Cohen; Lacroix; Riutort, 2009). Nesse processo, pesquisadores como Daniel Gaxie, Michel Offerlé, Bernard Lacroix e Bernard Pudal se notabilizaram como os principais responsáveis pela tradução, apropriação e hibridação do raciocínio “bourdieusiano” *vis-à-vis* outras correntes sociológicas e com a ciência política daquele país e de outras nacionalidades¹⁰.

Michel Offerlé, em relato publicado na revista *Politix* (2012) sobre aquela época, avaliou que, de forma coletiva, não planejada ou pré-determinada, eles delimitaram “outra ciência política”. A instituição central nesse processo teria sido o departamento de ciência política da Université Paris I, no qual estava inserido um segmento formado por “jovens pretendentes que, entre investimentos sindicalistas e reconversões marxianas, descobriram Bourdieu e o faziam descobrir”. Offerlé (2012, p. 66-67) ainda realçou que “os agentes mais militantes dessa causa foram sem dúvida Patrick Champagne e Dominique Merllié, sociólogos iniciantes”¹¹ que, então, estavam sob a orientação de Madeleine Grawitz, e aos quais se somaram “jovens

⁹ Só para termos uma ideia, uma das investigações mais relevantes e de fôlego no plano internacional sobre a dimensão política nos trabalhos de Durkheim foi realizada por um cientista político francês e “bourdieusiano”, no início dos anos 1980 (Lacroix, 1981). Essa referência é importante, até porque Durkheim é o “clássico” mais negligenciado nos programas dos cursos de ciência política no restante do mundo.

¹⁰ Philippe Braud (2001), em livro da coleção *Que sais-je?* dedicado à ciência política, reserva um capítulo ao que denominou de “O momento Bourdieu”, ressaltando a sua importância na disciplina para: 1) a renovação dos instrumentos teóricos (conceitos do esquema analítico que foram apropriados), 2) o deslocamento do olhar dos pesquisadores para a gênese, as disputas e os usos das categorias políticas; e 3) a postura crítica diante das lógicas de dominação.

¹¹ Champagne e Merllié produziram, em parceria com Louis Pinto e Remi Lenoir, o livro de *Initiation à la pratique sociologique*, cuja primeira edição em francês data de 1989, e nove anos depois foi traduzido para o português (Champagne *et al.*, 1998). Apesar de pretender ser um instrumento de aprendizado para iniciantes, não é um manual com verbetes e classificações professorais (de técnicas, escolas, etc.), mas efetivamente uma ótima ferramenta ao contato com obstáculos, rupturas e expedientes mobilizáveis na construção do objeto, reforçando, atualizando e exemplificando em prática as orientações contidas no livro *Le métier de sociologue*, publicado em 1968 e traduzido para o português no final dos anos 1990 (Bourdieu, Chamboredon, Passeron, 2004).

assistentes em ciência política (ainda não se dizia ‘politista’... foi Bernard Lacroix que introduziu o termo?), particularmente Jean-Pierre Mounier¹² e Daniel Gaxie”.

Outra figura notabilizada desse grupo seminal de importação de Bourdieu à ciência política, Bernard Pudal (2020)¹³, ressaltou a importância dos escritos que formaram sua “geração”. Nas suas palavras: “seria necessário fazer aqui uma pesquisa sobre os textos que serviram, seja como exemplo para construirmos nossos objetos, seja aqueles que foram explicitamente consagrados à construção do objeto em ciência política”. E no rol engrandece, além das análises de Bourdieu, “as obras ou artigos dos ‘passadores’: Gaxie, Lacroix, Offerlé” (Pudal, 2020, p.199).

De maneira geral, foram muitas as publicações demarcadoras dessa fertilização, como o livro *Les Partis Politiques* (1987), de Michel Offerlé, e o longo capítulo do *Traité de Science Politique* (organizado por Madeleine Grawitz e Jean Leca), de Bernard Lacroix – *Ordre politique et ordre social: objetivisme, objetivation et analyse politique* (1985). Antes deles, *Les professionnels de la politique* (1973) e *Le cens caché* (1978), de Daniel Gaxie, são evocados como determinantes “na socialização dessa geração em ‘dissidência’” (Offerlé, 2012, p. 67).

De fato, Gaxie teve papel primordial na “bourdieunização” da ciência política francesa. Ele frequentou os cursos de Bourdieu nos anos 1970, quando dialogava mais diretamente com Patrick Champagne (outra figura reconhecida na consolidação de um campo de estudos “bourdieusianos” sobre a política por intermédio de seus trabalhos sobre jornalismo e sondagens de opinião¹⁴). E foi nesse período que Gaxie publicou os livros supramencionados, cuja ajuda foi contundente à difusão, na França, de referências clássicas das análises da “representação política” (como Robert Michels e Joseph Schumpeter, ambos comumente encaixados na “genealogia” de estudiosos das “elites políticas”), de autores da tradição norte-americana voltados a examinar “participação” e “mobilização política” (entre eles, Marc Olson e expoentes das escolas de Michigan e Columbia), lidos à luz da sociologia da dominação de Weber e Bourdieu (Barrault-Stella, Gaïti, Lehinge, 2019)¹⁵.

Não poderíamos deixar de mencionar também o protagonismo de Jacques Lagroye no fortalecimento da sociologia política naquele país¹⁶. Lagroye abasteceu

¹² Autor, junto com Jean Pierre Cot, de *Pour une sociologie politique*, publicado em 1974 na França, e traduzido para o português em 1976. Ver Cot e Mounier (1976).

¹³ Pudal, Offerlé, Collovald, junto com Saint-Martin, Champagne, Lenoir, Merlié, entre outros, participaram dos dois números de *Actes de la recherche en sciences sociales*, intitulados “Penser la politique” e lançados em 1988. Segundo Topalov (2005, p. 206), esses fascículos seriam “o produto tardio de um trabalho conduzido havia uma dúzia de anos pelos titulares em ciência política, que também eram sociólogos autodidatas”.

¹⁴ Ver Champagne (1996).

¹⁵ Um dos principais textos de Gaxie (*Les logiques du recrutement politique*, de 1980) sobre a “elite política francesa” foi traduzido para o português (Gaxie, 2012).

¹⁶ Há versão em português de textos tratando dos processos de politização do espaço social, em dossiê sobre a temática, tanto de Lagroye (2017) como de Offerlé (2017).

a matéria com a incorporação de outras perspectivas no leque de incentivos teóricos mobilizados, acentuando-se aqueles inscritos na tradição interacionista e na antropologia política (amiúde para pensar “instituições”, “politização” e “disputas eleitorais”)¹⁷. No decorrer do tempo, ele se aproximou cada vez mais da agenda do “grupo bourdieusiano”¹⁸, o que pode ser notado nas diferentes edições do seu manual de *Sociologie politique* (foram seis no total), com o crescimento sucessivo do espaço reservado aos trabalhos, noções e reflexões de Bourdieu e seus usuários franceses sobre o *campo político*. Adiciona-se que, orientandos de Lagroye, como Delphine Dulong, Frédéric Sawicki e Julien Fretel¹⁹, junto com outros/as colegas próximos em termos analíticos (como Annie Collovald, Brigitte Gaiti, Vincent Dubois, Jean Louis Briquet e Joana Siméant-Germanos)²⁰, alicerçaram um programa comum de pesquisa (*processual, construtivista, relacional e disposicional*), tratando dos diversos temas estandardizados e de fruição politológica: partidos, populismo, clientelismo, políticas públicas, participação política, estado, etc.²¹

Esses esforços empregados para a adoção e importação do esquema analítico em questão, à luz das interrogações próprias aos “politistas”, foram acompanhados ou sucedidos, na mesma intensidade, por resistentes rejeições de “antibourdieuianos” entre seus pares, fonte de clivagens quase intransponíveis (Zimmermann, 2005). Com efeito, tudo indica que o adensamento das ligações entre os “bourdieusianos” e o robustecimento dos espaços logrados no meio acadêmico, assim como o aumento exponencial dos seus críticos e das suspeições no âmbito da ciência política, confluíram à constituição da subdisciplina denominada de sociologia política, na qual se abrigaram. E somos levados a constatar que esse rótulo contempla exatamente suas idiossincrasias em termos de influências teóricas (de viés sociológico) que os especificam e os separam dos demais cientistas políticos.

Importa que essa série de trabalhos existentes sobre diferentes “elites” na França encorajou descentramentos – em termos de contextos nacionais de origem das principais referências (do norte-americano para o francês), de rotulagens disci-

¹⁷ Lagroye foi, por exemplo, um dos primeiros usuários e propagadores dos trabalhos de F. G. Bailey na França.

¹⁸ Basta lembrar que Lagroye organizou, junto com Bernard Lacroix, uma coletânea de textos intitulada *Le Président de la République: usages e genèses d'une institution* (Lagroye; Lacroix, 1992), da qual participou Daniel Gaxie, entre outros. E também outra com Offerlé (Lagroye; Offerlé, 2011).

¹⁹ Consultar versões dos seus textos em português (Sawicki, 2013; Briquet, 2017; Dulong, 2020; Fretel, 2011).

²⁰ Há traduções para o português de textos dos dois últimos publicados na REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais (Briquet, 2017; Simeant-Germanos, 2023).

²¹ Para uma dimensão da monta de pesquisadores influenciados por Daniel Gaxie, Michel Offerlé, Jacques Lagroye, Bernard Lacroix e Bernard Pudal, ver os conjuntos de autores reunidos nos livros produzidos em homenagem aos dois primeiros (Barrault-Stella, Gaiti, Lehinge, 2019; Michel; Lévêque; Contamin, 2019); as coletâneas *Sociologie de l'institution*, organizada por Lagroye e Offerlé (2011); *La politisation*, organizada por Jacques Lagroye (2003); e o *Nouveau Manuel de Science Politique*, organizado por Bernard Lacroix juntamente com Antonin Cohen e Philippe Riutort (2009).

plinares (da ciência política à sociologia da política) e das categorias investigadas (das investigações estritamente centradas nos profissionais da política aos estudos sobre intelectuais, escritores, religiosos, operadores do direito, cientistas, militantes, etc.). E essas transfigurações podem ser percebidas na reconfiguração das pesquisas sobre “elites” no Brasil²².

Cumprе sublinhar que vários dos cientistas sociais listados nesta seção acolheram pesquisadores brasileiros (docentes e estudantes com pesquisas sobre diferentes segmentos de “elites”) em estadas para doutoramentos, pós-doutoramentos ou estágios de estudos doutoral (os chamados doutorados-sanduíche) na França. E também foram recebidos no Brasil para “missões” em programas de pós-graduação em variadas instituições, não raro localizadas no Sul e no sudeste do país. Muitas dessas transações foram significativamente viabilizadas por convênios do tipo Capes-Cofecub desde os anos 2000.

Cabe referir que muitos desses/as professores/as ou pós-graduandos/as brasileiros/as estiveram à frente de iniciativas editoriais destinadas a traduzir textos das suas referências francesas. Por isso, podemos considerá-los/as como empreendedores/as que, ao mesmo tempo, servem conjuntamente à divulgação da perspectiva “bourdieusiana” e das temáticas atinentes aos seus aplicadores, e se servem desses textos e contatos para demarcarem suas posições em relação aos concorrentes nas mesmas áreas de pesquisa no país, e para sedimentarem elos na França.

2. Efeitos da sociologia política “bourdieusiana”: da ênfase nas “elites políticas” à diversificação dos pesquisadores/as e dos universos de estudos no Brasil

Já existe um número razoável de artigos disponíveis no Brasil dedicados a levantamentos sobre os “estudos de elites”, “sociologia das elites”, “antropologia das elites”, “história das elites”, direcionados a “elites” específicas, etc.; alguns deles, inclusive, retomando ou se amparando nas discussões processadas no âmbito dos grupos e seminários temáticos da Anpocs. A temática está igualmente no índice de eventos internacionais, com maior ou menor capacidade de interpelação – comparativamente a outras preocupações consideradas como mais ou menos atraentes aos cientistas sociais –, dependendo do lugar, do momento e dos vieses adotados (analíticos, disciplinares e políticos). Mas nosso objetivo é retratar agentes que possuem vinculações com as ciências sociais/cientistas sociais franceses e suas conexões no Brasil, assim como os amalgamentos relacionados à importação do esquema de análise “bourdieusiano” aos tipos de estudos em pauta.

²² Ver o texto de apresentação do dossiê “Elites”, publicado na REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais, de Grynszpan e Grill (2011).

Para isso, apoiamo-nos em informações obtidas junto aos repositórios de registros dos Grupos de Trabalhos da Anpocs em torno das “elites”, que funcionaram desde o final dos anos de 1970 até 2021. A inegável centralidade dos Encontros da Associação promovidos como espaço de aglutinação de interlocutores – oriundos de distintas instituições de ensino e pesquisa localizadas nas várias regiões do país, engajados na discussão e divulgação dos seus trabalhos – justifica o uso desse material. Afinal, o envolvimento nas atividades (em determinados estágios da carreira acadêmica) pode se constituir em trunfo de notabilização de indivíduos, de redes, de agendas de pesquisas e de temas transitiva ou pendularmente pertinentes às ciências sociais brasileiras.

Observamos que a preparação dos encontros, em todos os seus planos, é variável de acordo com o *espaço das problemáticas legítimas* mais amplas, com a imagem que os dirigentes em posição desejam projetar, e conforme outros parâmetros de gestão, de avaliação e de seleção (não explicitados) adotados de modo geral ou nas gestões específicas. Justamente por isso, acreditamos que as configurações sucessivas de GTs condensam e espelham traços (critérios de seleção e de hierarquização, princípios de divisão, preceitos de excelência, etc.), que se impõem em dadas conjunturas, portanto, não são estáticos. Representativos do estado de correlações de força, esses traços confessam a imposição de qualificações profissionais, institucionais e questões consideradas urgentes, definitivamente não restritas aos campos acadêmico ou científico.

Recortamos o universo empírico com agentes que participaram de, no mínimo, três diferentes edições dos GTs, visando circunscrever pesquisadores brasileiros ativamente identificados com o referencial de Pierre Bourdieu, com os “estudos de elites” e entre si. Como procedimento preliminar, coletamos e examinamos informações sobre 47 colegas (coordenadores, expositores, coordenadores de sessão e debatedores), que cumprem o requisito estabelecido. Para essa coleção de casos, sistematizamos as distribuições por região, instituições, disciplinas, formação no exterior (mestrado, doutorado, estágio de doutoramento e pós-doutorado) e os segmentos de elites privilegiados nas comunicações aprovadas. A partir dos dados coligidos, qualificamos não apenas as duas grandes fases de funcionamento das atividades dos grupos (do final da década de 1970 até 1996; depois, do ano de 2007 até 2021²³) como, em um panorama geral e diacrônico, avistamos que esses dois momentos abrangem clivagens e nuanças (por exemplo, sobre os usos e significados da ideia de “elite” nas pesquisas nacionais), bem como regularidades nem sempre tão aparentes.

²³ Grupos de Trabalho dedicados à temática “elites” não foram disponibilizados em Encontros Anuais entre 1997 a 2006 e em 2022, 2023 e 2024, o que, talvez, possa ser explicado por uma análise sobre o que está em jogo nas preferências ou interdições de certos temas (e seus porta-vozes), em dados momentos e gestões de eventos desse tipo: o que não faremos neste texto.

2.1. Reconfigurações desde os Grupos de Trabalho sobre “elites” da Anpocs

Como sabemos, a Anpocs foi fundada em 1977, no bojo dos processos de “distensão” do regime militar e de “redemocratização do país”. Sua criação teria sido viabilizada como uma espécie de permissão “não só à comunicação entre os pares, como também à representação científica dos sociólogos perante o Estado, e, além disso, [para o exercício de] um papel de concessão de certas verbas de pesquisa” (Pécaut, 1990, p. 270-271).

Desde os anos 1950, políticas estatais criaram o CNPq e a Capes como instrumentos institucionais de apoio e gerenciamento da pesquisa científica e tecnológica. E, desde os anos 1960, uma série de instituições nacionais e estrangeiras de financiamento foram constituídas e incrementadas. As discussões sobre esse assunto comumente grifam os auxílios financeiros da Fundação Ford²⁴, que colaboraram decisivamente à hegemonia dolarizada e à reprodução do monopólio do sudeste sobre a produção qualificada e qualificante da produção nacional de conhecimento. Apesar da clara e desigual distribuição regional das oportunidades de investigação, ensino e circulação, é nesse rastro que se dá a criação do sistema de pós-graduação nas universidades brasileiras, com sua expansão e burocratização em diferentes regiões do país. A proliferação de mestrados e doutorados foi entusiasmada pelo considerável aumento do orçamento geral destinado à pesquisa entre os anos de 1968 e 1982, e com as gerências do ministério e do CNPq²⁵.

Foi a partir desse cenário de cimentação das ciências sociais e da pós-graduação no país que os dirigentes da Anpocs auxiliaram na “especialização disciplinar nas áreas de sociologia, antropologia e ciência política” durante a década de 1990, e que a entidade se afirmou como “centro de debates, de difusão de pesquisas e de constituição de grupos temáticos” (Barreira; Côrtes; Lima, 2018, p. 78), passando, então, a administrar o “trabalho político de representação, de constituição de instâncias de legitimação, de difusão, de consagração [...]” (Saint-Martin, 2022a, p. 170). A Associação é fundamentalmente constituída por programas de pós-graduação interessados em garantir a presença de seus membros nos eventos da entidade e em competir nos concursos promovidos, desde que tenham condições de pagar a taxa anual de filiação.

²⁴ A Fundação Ford ofereceu volumosas “dotações”, entre 1962-1982, para instituições brasileiras de ensino superior e pesquisa de ciências sociais, sobretudo do Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Forjaz (1997), essa fundação funcionou como “esteio financeiro essencial” para instituições como Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos (IDESP). Ver também Barreira, Côrtes e Lima (2018) e Canêdo (2009).

²⁵ Além do fomento, verbas e bolsas de pesquisa, há o aumento de salários e extraordinário crescimento dos quadros discentes e docentes das universidades públicas e privadas. Ver Barreira, Côrtes e Lima (2018), Neves e Martins (2016), Martins (2009), Neves (2002).

Seguindo o registro disponível, a primeira fase de funcionamento do GT de “elites políticas” correspondeu aos anos de 1979 a 1996 (sempre com o mesmo nome). Portanto, a proposta está presente entre as poucas alternativas inaugurais ofertadas nos primeiros *Encontros...* Aparentemente, o grupo não era um território controlado por cientistas políticos com formação canônica de sotaque norte-americano, que talvez preferissem integrar outros grupos, como “Partidos, Eleições e Problemas Institucionais” ou “Estado e Democracia”. Saint-Martin (2022a, p. 162), que acompanhou o evento transcorrido entre 21 a 24 de outubro de 1986, notou que “os grupos de trabalho que tratam do Estado e da democracia, ou da política e dos partidos estão no centro das atenções” naquele período (Saint-Martin, 2022a, p. 163) e que expressões como “‘Democracia’, ‘democratização’, ‘redemocratização’, ‘avanço democrático’, ‘consolidação da democracia’, ‘transição democrática’, ‘questão democrática’, ‘Estado’, ‘partidos’, ‘política’”, predominavam “nos títulos das comunicações”, assim como, não fortuitamente, as preocupações políticas e militantes se manifestavam nas propostas de GTs.

Nesses primórdios até o final dos anos 1980, com base nos *papers* disponíveis, observamos o uso frouxo ou metafórico do termo “elite” e sua agilização relativa à história política dos grupos dirigentes ou com um tipo de sociologia política. De qualquer modo, a etiqueta era aplicada nos empenhos em decifrar conjunturas, eventos ou fenômenos considerados demarcadores das especificidades brasileiras (incluindo o apreço por estudar “elites empresariais”). A agilização menos circunspecta/reflexiva da ideia de “elite” estava em sintonia com o período de baixa especialização disciplinar.

As duas primeiras coordenações do grupo de “elites políticas” foram lideradas por Aspásia Camargo (então identificada por seu trabalho junto ao CPDOC/FGV) e Sergio Miceli (então professor da FGV/SP e da Unicamp, e pesquisador do IDESP). Ambos ostentam vínculos com Bourdieu, mesmo que com diferentes intensidades.

Aspásia foi orientada pelo sociólogo francês no mestrado. Em seu depoimento para o projeto “Cientistas sociais de países de Língua Portuguesa: histórias de vida” – entrevista conduzida por Celso Castro e Mario Grynspan/CPDOC/FGV (Camargo, 2012, p. 44) –, ela enfatiza a forte importância de Bourdieu e o quanto a “ideia de campo político” impactou seus estudos, mesmo tendo preferido (por influência de Cândido Mendes e de Daniel Pécaut), depois, aderir à orientação de Alain Touraine.

Quando Aspásia foi para Paris em 1967, esteve na *École Pratique des Hautes Études* e conviveu com Moacir Palmeira²⁶, quem descreve como um “querido amigo” e “muito importante também na minha vida intelectual” (Camargo, 2012,

²⁶ Para registros da relação entre Pierre Bourdieu e Moacir Palmeira ainda nos anos 1960 e da importância desse último à circulação da “obra” de Pierre Bourdieu no Brasil, ver Bortoluci, Jackson e Pinheiro Filho (2015).

p. 29). Inclusive, quando ela retornou ao Brasil, em 1974, Moacir teria interferido na sua instalação inicial como professora do Museu Nacional. Logo após, Aspásia ingressou na FGV/CPDOC e no Iuperj – instituição na qual se sentiu “um pouco isolada, por causa da natureza do trabalho” (Camargo, 2012, p. 33), notadamente no que diz respeito à perspectiva metodológica adotada no “estudo de elites”.

A ascendência da tradição francesa e das bases dos estudos tanto das “elites políticas” como das “lideranças camponesas”, com ênfase nas biografias, ciclos de vida e momentos históricos²⁷, foram igualmente adquiridas pelo contato com Daniel Bertaux, caracterizado “como o homem das histórias de vida” (Camargo, 2012, p. 29). Como uma espécie de síntese, vale destacar a descrição sobre a pesquisa realizada, que resultou no livro sobre o golpe de 1937 (Camargo *et al.*, 1989):

[...] eu estava querendo reconstituir o campo político das elites, entendendo por elite o que se pode se dizer que eram as pessoas que tomavam as decisões, que tomaram decisões estratégicas, no curso desse processo tumultuadíssimo da história brasileira. Então a ideia de estudar elites políticas pela via da história oral causava urticária e repulsa a muita gente. E aí começou a composição das elites, origens, a matriz da socialização política, a gente começa a perceber que tem sempre um momento mágico em que... É o batismo político. Então, tinha muito de antropologia ali também. O batismo político e tal. E a ideia era ouvir os dois lados do grupo que dominou o Brasil nessa época e uma discussão incrível sobre metodologia. E, na verdade, todo o esforço que eu fiz foi introduzir a história de vida como instrumento de... Não só de orientação da coleta do material, porque se não tiver alguma coisa consistente você pode ouvir qualquer coisa. (Camargo *et al.*, 1989, p. 38).

Entre os aspectos da sua trajetória, Aspásia Camargo conta da relação com Cândido Mendes²⁸, do qual foi substituta, “aos vinte e poucos anos de idade”, na disciplina “Estrutura e dinâmica da sociedade brasileira”, na PUC-RJ. Naquela circunstância, teve como alunas Celina Amaral Peixoto (fundadora do CPDOC), Lígia Sigaud (antropóloga do Museu Nacional, com contatos na França, com o grupo de Bourdieu e ex-esposa de Moacir Palmeira) e Sérgio Miceli, entre outros.

Como é notório, Miceli (que consta como coordenador do GT pelo menos entre 1983 e 1984, edições nas quais apresentou resultados da sua pesquisa sobre “elites eclesíásticas”) fez parte da equipe de Bourdieu, tendo sido seu orientando de

²⁷ Ver Reis e Barreira (2018).

²⁸ Herdeiro de uma família de notáveis, ele foi o terceiro conde de Mendes de Almeida. Advogado e professor, aparece também como sociólogo, cientista político e escritor. Principalmente foi reitor da Universidade Cândido Mendes, instituição conhecida por ter acolhido o Iuperj (instituto que, com o apoio da Fundação Ford, criou o segundo mestrado e o primeiro doutorado em ciência política do país), fundada por seu bisavô (o primeiro conde).

doutorado. Sob sua coordenação no GT, o grupo contou com o *paper* de Francine Muel-Dreyfus (EHESS, notabilizada por seus estudos sobre educação e gênero, operacionalizando o referencial “bourdieusiano”) intitulado *Inégalités sociales et culturelles, élites politiques et phénomènes de délégation: à propos de recherches françaises récentes en sociologie politique*. Entre autores/as com textos disponíveis na mesma edição (1984), estão Aspásia Camargo e Héglio Trindade. Cientista político e ex-reitor da UFRGS, Héglio fez pós-graduação na França, assim como os igualmente participantes do GT na primeira fase e cientistas políticos Sebastião Velasco e Cruz (UNICAMP) e Eduardo Kugelmas (USP).

Eli Diniz (IUPERJ) (amiga de Aspásia desde o curso de graduação) foi coordenadora do mesmo GT entre os anos de 1986 a 1992 (excetuando 1988, no qual a tarefa foi de Maria Antonieta Leopoldi/UFF). Durante todas essas gestões, foram relativamente constantes também as colaborações das cientistas políticas, com assentamentos na sociologia e na história, Maria Cecília Forjaz (USP) e Dulce Chaves Pandolfi (CPDOC/FGV), entre outras. Saint-Martin (2022a, p.164) chegou a verificar ser este um momento no qual as mulheres nesse grupo eram “majoritárias” e “de origem social elevada”. Aliás, foi durante a gestão de Miceli como secretário-geral da Anpocs que Saint-Martin frequentou um dos encontros da entidade (em 1986). Suas anotações sobre o evento foram publicadas em artigo da *Actes de la recherche en sciences sociales* (1988)²⁹, há pouco tempo traduzido para o português (Saint-Martin, 2022a).

Sob a coordenação de Diniz, parece-nos que houve uma espécie de transição na composição do GT. Por exemplo, eram assíduos Maria Rita Loureiro (socióloga com pós-doutorado na EHSS, autora do livro “Os economistas no governo”, estudo vigorosamente inspirado na noção de *campo* de Pierre Bourdieu) e Renato Lessa (Iuperj). Este último coordenou o grupo na sua fase mais preponderantemente neo-institucionalista (anos 1990) e já afetado por concepções de “ciência política” e de “rigor científico” importadas dos Estados Unidos e empunhadas como matriz estruturante da disciplina pelos cientistas políticos brasileiros³⁰. Isso, junto com o estágio de cristalização das divisões disciplinares e das preocupações de defesa das fronteiras em relação à definição dos objetos e das suas próprias teorias, endossou

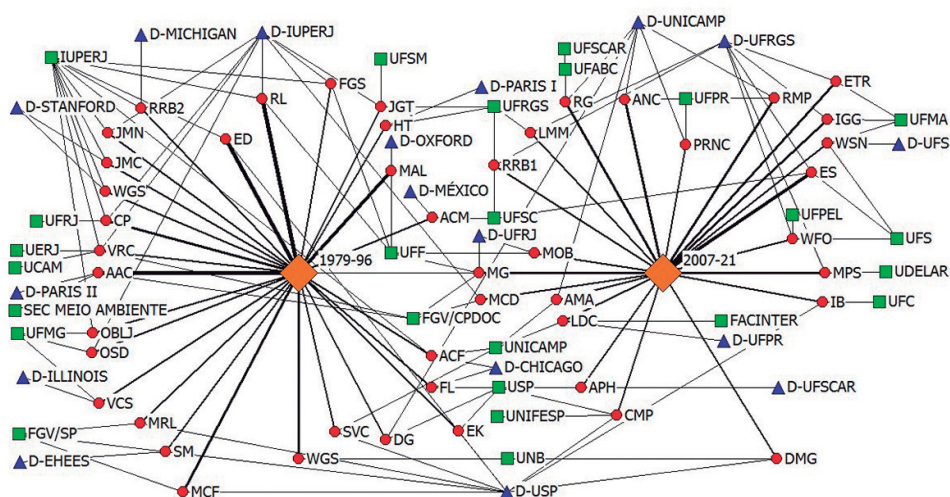
²⁹ O artigo compôs o dossiê “*Penser la politique 1*”, citado anteriormente, na nota 16.

³⁰ Se a hegemonia estadunidense e da *dolarização do conhecimento* na configuração brasileira e nas ciências sociais em geral é lugar comum, na ciência política isso é particularmente demarcador da sua “identidade” desde os anos 1960. Não por acaso, o Iuperj e o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG, especializados na formação em ciência política, contaram desde o início com o apoio da Fundação Ford e privilegiaram pesquisadores – a maioria com PHD nos EUA. Segundo Forjaz (1997, p.05) essa “Fundação influenciou enormemente a formação de novas elites intelectuais permeáveis aos padrões da produção acadêmica norte-americana. Formar elites e influenciar o *policy-making* no Brasil fez parte da estratégia política da Ford e de outras organizações americanas concatenadas com o projeto mais amplo de hegemonia na América Latina”. Ver também Canêdo (2009).

(provavelmente entre outros motivos) a captura do GT na segunda parte da primeira fase de seu funcionamento.

Em todo o período referente à primeira fase, prevaleceram investigadores instalados em instituições de ensino e pesquisa localizadas no sudeste do país, mormente ligados às seguintes instituições: IUPERJ, FGV/CPDOC, FGV/SP, UFF, USP, UFMG e UNICAMP (ver lista dos agentes e instituições no Anexo deste artigo). Entre eles, 20 doutores em ciência política (quase 75%) com títulos obtidos nessas instituições ou no exterior (mais seguidamente nos EUA, Inglaterra e França, sendo somente um caso que estudou no México).

Grafo 1 – Participantes e inscrições institucionais



Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Para expor visualmente o espaço de participantes frequentes, à esquerda do Grafo 1 estão pesquisadores/as mapeados/as nas edições referentes à primeira fase, e à direita estão cientistas sociais dos anos 2000. Os dois períodos são representados pelos balões laranjas no centro do grafo; os triângulos azuis informam as instituições de doutoramento dos agentes; e os quadrados verdes as instituições de atuação. As linhas de conexão que partem dos círculos vermelhos com as iniciais dos agentes são tanto mais grossas quanto mais vezes ajudaram nas atividades.

Na segunda fase (2007-2021), os componentes aparecem ligados a distintas instituições de ensino localizadas em diversas configurações regionais do país. Comparativamente ao período anterior, observamos: 1) a maior diversidade institucional e, em vista disso, regional, com pertencimentos a instituições como: UFPR,

UFSCAR, UFABC, UNIFESP, UFRGS, UNICAMP, UFMA, UFSC, UFC, UNB, USP e UFS (ver lista dos agentes e suas respectivas instituições no Anexo deste artigo); 2) a diminuição do número de doutores em ciência política – localizamos 11 casos (pouco mais de 50%)³¹, e com recorrentes reivindicações e harmonizações na sociologia política; e 3) a ausência de indivíduos com doutorado em instituições norte-americanas ou inglesas (nesse momento, os pesquisadores circularam mais pela França e para missões de estágios de doutoramentos ou pós-doutoramentos).

Como acontece nos movimentos relacionalmente estruturados, a entrada dos últimos (de instituições menos centrais e com formações mais heterodoxas) coincidiu com os deslocamentos dos “pioneiros” e seus “nomes próprios” para outros GTs ou atividades. Isso, por certo, coaduna-se aos momentos das carreiras acadêmicas e às percepções sobre como administrar o investimento em especializações talvez mais legítimas e rentáveis nas suas respectivas disciplinas.

Outros fatores indicados devem ter cooperado para a crescente variação disciplinar dos participantes, dos universos investigados e das dimensões priorizadas nas análises das “elites”. Frisamos, de um lado, as modificações mais amplas no sistema de ensino e da pós-graduação no Brasil, a diversificação dos perfis sociais dos agentes, o processo de expansão de vagas para docentes e o incremento dos PPGs de regiões que não o sudeste. A ampliação das ofertas de postos e carreiras (ainda que a base de formação privilegiada continue sendo as instituições centrais como certificadoras às chances de circulação, de alocação e de reconhecimento profissional) com certeza interfere nessa reconfiguração.

E, de outro lado, a convergência: da afirmação dos estudos “bourdieusianos” para a análise do *campo do poder* na França (e sua exportação para a configuração brasileira); da intensificação das traduções dos seus textos e livros, junto com a popularização e uso (mais ou menos metafórico, alusivo ou reflexivo), sobretudo das ideias de *campo* e de *trajetória*; da possível ressonância tardia do declínio dos “estudos de elite” na ciência política norte-americana nos anos 1970; e da maior especialização das três áreas das ciências sociais – progressivamente dividindo-se em questões específicas, com a multiplicação dos universos empíricos abordados; entre outras.

Com a reabilitação das atividades dos GTs sobre “elites”, as versões ganharam títulos com algumas variações indicativas: “Elites e Instituições Políticas”; “Grupos Dirigentes e Estruturas de Poder”; “Elites e Espaços de Poder”; “Elites e Formas de Dominação”; e “Elites, Espaços e Formas de Dominação”.

O primeiro momento dessa fase (entre 2007-2009) trouxe como espólio da primeira o quase monopólio da ciência política e o foco prioritário no espaço político

³¹ Tendências também apontadas por Petrarca e Oliveira (2018), em estudo sobre a história do GT realizado a partir de recortes, preocupações e conclusões muito diferentes daquelas que desenvolvemos aqui.

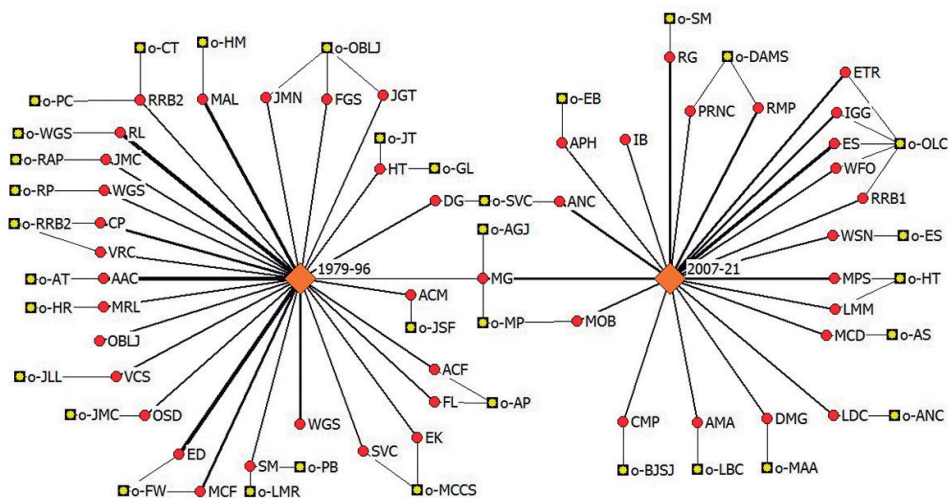
(parlamentar, partidário, administrativo, burocrático, etc.). Porém, agora, com o requerimento mais nítido à aplicação legítima da “genealogia” dos estudos de “elites políticas” (como sinônimo de “elites governantes”), e reflexões apoiadas e justapostas a outros prismas analíticos, com proeminência das versões de “marxismos” e de “bourdieusianismos”. Deste modo, as pretensões de explicar as “elites no poder” deixaram de ser escoradas apenas em ângulos institucionalistas ou metafóricos, e gradativamente a atenção dispensada às bases sociais dos recrutamentos e às estratégias de reprodução/legitimação foram se solidificando.

A diminuição paulatina da presença de cientistas políticos convictos beneficiou o aumento de propostas sobre uma pluralidade de segmentos: econômico, militante, profissional, judiciário, militar, religioso, científico e outros domínios e práticas culturais, em especial os intelectuais. Desde 2010, estendendo-se até 2021, houve claramente a matização das “elites” concernidas e a diversificação dos perfis (geográficos e institucionais)³² dos protagonistas das discussões. Aditado à contínua incorporação de pesquisadores e pesquisadoras com formações híbridas (menos disciplinarizadas), vieram as apostas no caráter multidimensional do mundo social e dos universos empíricos de análise. E os vínculos de pesquisadores e pesquisadoras brasileiros/as com cientistas sociais próximos de Bourdieu ou com sociólogos da política foram ampliados, contribuindo para isso as estadas de doutoramentos (os doutorados-sanduíches) e as transmissões via teias extensas de orientações de intérpretes (mais ou menos autorizados/reconhecidos/notabilizados) do autor no Brasil.

2.2. Elos de orientações e circulação de Bourdieu no país

Se, aparentemente, os elementos gerais apontam somente para uma descon-tinuidade das pessoas, das instituições e das temáticas – denotamos dois períodos, apartados por um intervalo de quase dez anos, com saídas de personalidades para formarem novos e mais legítimos espaços de diálogo e constituído por gerações diferentes –, a reconstituição menos rápida traz à tona a persistência de elos, que autorizam alinhar circuitos de trocas, influências e até transmissões endóge-nas a partir de agentes alocados nas instituições centrais, desde a primeira fase. Grynspan

³² Pela observação *in loco* de quase todas as edições na segunda fase, entrevemos que a extração social tende a ser mais baixa. Mas não temos dados de origem que permitam afirmar categoricamente essa mudança de perfil social.



Um dos primeiros coordenadores do GT, Sergio Miceli – em entrevista concedida ao projeto “Cientistas sociais de países de Língua Portuguesa: histórias de vida” e realizada por Helena Bomeny (2012, p.14) – conta que, quando estava definindo a sua ida para a USP (no final da década de 1980) ficou “em dúvida” sobre qual departamento escolheria: “porque, na Ciência Política, estão os meus amigos”, nomeando Maria Tereza Sadek e Leôncio Martins Rodrigues (e a influência de Leôncio como orientador é pouco mencionada ou aprofundada nas tantas reconstituições biográficas feitas por Miceli, em comparação à exaltação da relação com Bourdieu).

Notabilizado sociólogo e cientista político da Unicamp, Leôncio se destacou na sistematização e análise de dados biográficos para a compreensão do domínio sindical do país (ele próprio com GT sobre sindicalismo bastante consolidado nas décadas iniciais dos Encontros da Associação). Inclusive, seu papel foi enaltecido na formação, no âmbito do Programa de Pós-graduação de Ciência Política da Unicamp, de coordenadores do GT do início da segunda fase de funcionamento.

Renato Perissinotto, um dos coordenadores do grupo “Elites e Instituições Política” (2007-2009), em recente homenagem na Anpocs (2021), frisou a influência de Martins Rodrigues no Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política da UFPR, principalmente no sentido de estudarem trajetórias, origem social, formação escolar, perfis, enfim, os supostos atributos das “elites”. Perissinotto (2021) arrola aquelas que ele julga serem as publicações mais impactantes do pesquisador da composição social da “elite política”: os livros *Quem é quem na constituinte*; *Partidos políticos*,

ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados; Mudanças na classe política brasileira; e o capítulo de livro *O PCB: os dirigentes e a organização*, que compôs o terceiro tomo da *História Geral da Civilização Brasileira*, coletânea organizada por Boris Fausto (1981), no volume “Sociedade e Política (1930-1964)”.

Dividida em três livros (*Processo político, Partidos políticos e instituições, Classes sociais e classes dirigentes*) e onze capítulos, a publicação conta, entre seus autores e autoras, com Dulce Pandolfi, Eli Diniz, Aspásia Camargo, Héglio Trindade, Décio Saes (o orientador de Perissinoto no mestrado e no doutorado realizados na Unicamp), Sérgio Miceli³³, além do próprio Leôncio Martins (sendo que os três últimos assinam os três capítulos que formam o livro terceiro). À vista disso, observamos a presença de celebridades das edições do grupo original de “elites políticas”, quase todos/as com passagens pela França e que, de algum modo, influenciaram nas escolhas temáticas e nas estratégias metodológicas mobilizadas por participantes da segunda fase.

Três dos 26 agentes ativos no primeiro período de funcionamento do GT constam como orientadores de participantes da segunda fase, sendo que três desses participantes chegaram a ser coordenares do grupo: Héglio Trindade (UFRGS) orientou Miguel Serna (que coordenou o GT entre 2007 e 2010), Sebastião Velasco Cruz (Unicamp) foi orientador de Adriano Codato (coordenou entre 2012 -2014) e Sergio Miceli (USP) orientou Roberto Grün (coordenador do GT entre 2017-2018). Todos com estadas de estudos na França.

Apenas Mario Grynszpan integrou o GT nas duas fases (sigla MG no centro do grafo). Graduado em história, ele atuou no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, onde iniciou, em 1977, como estagiário de Aspásia Camargo. Ambos são personagens centrais não apenas de edições de GTs sobre “elites” como do CPDOC: instituição criada em 1973, considerada e acessada como a principal fonte de caracterização das “elites dirigentes”. Sucessivas equipes de cientistas sociais e historiadores desse centro elaboraram o dicionário (biográfico) sobre a história do Brasil no período pós 1930, reunindo informações com base em entrevistas e diversos tipos de documentos (digitalizados), seguindo as diretrizes da história oral e história de vida praticadas na construção do acervo.

O doutorado de Grynszpan foi em antropologia social (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ) e ele fez estágios de pós-doutorado na EHESS. Conhecido justamente pelo trabalho sobre a “genealogia simbólica” da “teoria das elites”, apesar da pesquisa ser uma sociologia histórica dos autores, de suas trajetórias, da circulação

³³ De Sérgio Miceli (1981), o capítulo “Carne e osso elite política brasileira pós-1930” é considerado por alguns como precursor no estudo de elites políticas a partir do esquema “bourdieusiano” no país.

e apropriações dos seus textos, a associação ao tema (tradicionalmente de encargo da ciência política) contribuiu ao seu alinhamento junto aos então jovens cientistas políticos empenhados na restauração do GT sobre “elites políticas”.

A posição de Grynspan, ao mesmo tempo de continuidade e de diversificação dos grupos de trabalho com a mesma rubrica, deve guardar relação com a consonância de inclinações com a tradição antropológica trazida do Museu Nacional, a partir da liderança de Moacir Palmeira (seu orientador de mestrado) e da relevância de Afrânio Garcia Jr. (seu orientador da tese de doutorado intitulada “As elites da teoria”).

Saint-Martin (2022b, p. 159) salientou que, para a vinda ao Brasil em 1986, apoiou-se em “uma rede internacional de trocas científicas entre Brasil e França, iniciada por Moacir Palmeira do Museu Nacional no Rio de Janeiro, e por Sergio Miceli, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo”. E ela adiciona que Afrânio Garcia Jr. e Marie-France Garcia-Parpet estavam na França desde o final dos anos 1960, e “tornaram-se ambos, desde muito tempo, peças-chave da rede, conhecedores das duas sociedades, de suas instituições de ensino e de pesquisa, de suas contradições e das tensões que as atravessam” (Saint-Martin, 2022b, p. 159).

E, de fato, Garcia Jr. exerce papel duplamente central nas discussões sobre “elites”. Por um lado, é um dos autores de referência à ativação do esquema analítico de Bourdieu em investigações sobre intelectuais e trajetórias, abordando imbricações entre dimensões sociais, culturais e políticas³⁴. E, por outro lado, viabilizou a inscrição de pesquisadores e pesquisadoras (em diferentes níveis de carreiras) em convênios (especialmente em projetos Capes-Cofecub³⁵) e junto ao *Centre de Recherche Sur le Brésil Contemporain* (CRBC/EHESS), por ele dirigido entre 1996 e 2009³⁶.

Nessas iniciativas foram reunidos profissionais que, em distintos momentos, deslocaram-se para a França visando fazer seus pós-doutorados, como o próprio Grynspan, Roberto Grün, Ana Maria Almeida, Letícia Bicalho Canêdo e Odaci Luiz Coradini³⁷. Não por acaso, todos e todas são reputados/as como responsáveis pela divulgação do modelo, das temáticas em linha e dos contatos com as referências ou interlocutores franceses. Sem deixar de citar os tantos alunos e alunas por eles orientados/as, que tiveram chances de estágios de estudos doutorais na França. Em equipes de cooperação internacional³⁸, encontram-se as parcerias com Monique

³⁴ Ver, entre muitos outros, Garcia Jr. (1993; 2007; 2011).

³⁵ Programa criado em 1978 para promover a interlocução e circulação de pesquisadores vinculados a instituições do Nordeste e francesas, depois, principalmente desde 1981, ampliado para as outras regiões do país e capturada pelas instituições centrais (Barreira; Côrtes; Lima, 2018).

³⁶ Ver depoimento de Garcia Jr. em entrevista realizada por Gheorghiu na REPOCS (Garcia Jr; Gheorghiu, 2020).

³⁷ Segundo levantamento feito por Petrarca e Oliveira (2018), Grün, Miceli, Coradini, afora o próprio Bourdieu, estão entre os autores mais citados nos *papers* apresentados nos GTs de “elites” da Anpocs.

³⁸ Projetos financiados, na primeira década do século XXI, pelo Convênio Capes-Cofecub e intitulados: “Práticas e metodologias da sócio-história do político”, “Internacionalização dos Intercâmbios Científicos

Saint-Martin, Yves Dezalay³⁹, Vitor Karady⁴⁰, Michel Offerlé, Christophe Charle, Bernard Pudal, Brigitte Gaïti, entre outros/as.

Entre os brasileiros citados, só Odaci Luiz Coradini nunca esteve em nenhuma versão de GTs. Entretanto, foi orientador de cinco componentes assíduos da segunda fase (Ernesto Seidl, Eliana Tavares dos Reis, Igor Gastal Grill, Wilson Ferreira Oliveira e Rodrigo da Rosa Bordignon): quatro deles fizeram doutorado-sanduíche em Paris (orientados por Monique de Saint-Martin, Afrânio Garcia Jr., Michel Offerlé e Christophe Charle); três deles foram coordenadores de GTs.

Seidl (em contribuição neste número) delineou as principais características e influências de Coradini e seus orientandos⁴¹. Por aqui, realçamos apenas que, por conta do seu perfil (graduação em geografia; mestrado em ciência política na UFMG com a orientação de Bernardo Sorj; doutorado em antropologia no Museu Nacional, sob a orientação de Moacir Palmeira; inserção profissional na área de ciência política da UFRGS), Coradini empreendeu estudos sistemáticos sobre distintos domínios políticos e culturais (parlamentares, religiosos, universitários, burocráticos, literários...). Nos seus trabalhos, sempre ressaltou tanto as justaposições entre as dimensões políticas e culturais, quanto os efeitos das divisões centro/periferia e dos imperativos das lógicas de importação de modelos à hierarquização da configuração nacional brasileira⁴². Sem dúvida, ele foi decisivo à disseminação (mesmo que restrita) da apropriação do livro de Daniel Pécaut “Os intelectuais e a política no Brasil”⁴³ e dos trabalhos de Daniel Gaxie, Michel Offerlé, Bernard Pudal, Bernard Lacroix, Jacques Lagroye, Delphine Dulong, Joahna Simeánt-Germanos, Annie Collovald, Brigitte Gaïti e Frédéric Sawicki, entre outros⁴⁴.

Entre os 21 casos de agentes com três ou mais participações em edições de GTs nos últimos anos, 11 realizaram doutorados-sanduíche e sete pós-doutoramentos na França, incluindo a socióloga Irllys Alencar Firmo Barreira e o antropólogo Marcos Otávio Bezerra (orientado no mestrado e no doutorado por Moacir Palmeira). Com pesquisas de fôlego sobre a “política”, ambos são pertencentes ao Núcleo de Antropologia da Política (NUAP/Museu Nacional, dedicado a estudos classificados como de antropologia da política), ao qual também tiveram/têm associação Palmeira

e Recomposição das Elites Nacionais” e “Trocas científicas internacionais e reconversão das elites”.

³⁹ Consultar, em português, os textos de Dezalay, em parceria com Bryant Garth, sobre elites na América Latina e na Índia (Dezalay; Garth, 2000; 2015).

⁴⁰ Artigo instigante de Karady sobre conversões socioprofissionais na elite húngara foi traduzido para publicação na REPOCS (Karady, 2015).

⁴¹ As pesquisas e reflexões desenvolvidas com as mesmas orientações analíticas foram aglutinadas em várias publicações. Ver, por exemplo, as coletâneas: Coradini (2008), Seidl e Grill (2013), Reis e Grill (2016), Grill e Reis (2020), entre outros.

⁴² Algumas amostras da forma como articulou essas dimensões podem ser observadas em Coradini (1998; 2014; 2012).

⁴³ Segundo Petrarca e Oliveira (2018), também um dos autores mais citado nas edições de GTs.

⁴⁴ Seidl, na contribuição a este número, destaca igualmente as influências da sociologia histórica e comparada da política via Bertrand Badie e Guy Hermet.

(um dos fundadores), Coradini e dois dos seus ex-orientandos listados anteriormente como atuantes no GT⁴⁵.

Em artigo que mapeou os “estudos sobre elites políticas e poder local nos últimos vinte anos no Brasil”, Arruda e Kerbauy (2016) apontaram Coradini como o quinto pesquisador mais citado nas referências de trabalhos sobre “elites” no Brasil. Vale observar que no ranqueamento apresentado há os dez autores mais referenciados e, da quarta à sétima posições, estão, respectivamente: Roberto Grün, Odaci Luiz Coradini, Maria Alice Nogueira e Igor Gastal Grill (Arruda; Kerbauy, 2016, p. 24), sendo que Grün e Grill são ex-coordenadores do GT na última fase, e todos/a mencionados/a declaradamente “bourdieusianos/as”.

Roberto Grün é figura central no período mais recente. Orientado no mestrado por Andréa Loyola (pesquisadora reconhecida pela incorporação de Bourdieu nos seus estudos e por sua divulgação no Brasil), no doutorado por Miceli, e em pós-doutorado por Bourdieu, seu alistamento orgânico nas reflexões do GT culminou na coordenação das atividades no biênio 2018-2019. Além de recolocar no primeiro plano as reflexões sobre o segmento econômico do espaço do poder brasileiro, propondo férteis bases analíticas e temáticas (antes concentradas nos estudos sobre empresários), Grün acumula trabalhos sobre o espaço político, que também inspiram investigações voltadas às intersecções entre distintos domínios e lógicas sociais. Mormente, suas intervenções e as de seus/suas ex-orientandos/as (com destaque para o trabalho realizado por Chaves Jardim, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Sociedade, Emoções, Poder, Organização e Mercado/NESPOM/UNESP) têm lançado luzes sobre a necessidade de entender processos de recomposição de “elites” e as batalhas travadas em várias arenas e sob diversos registros no contemporâneo cenário público brasileiro. Ele promoveu fecundas linhas de investigações ancorado em experiências de pesquisas, que vão desde as relações entre processos de imigração de grupos etnicamente identificados e as transformações morfológicas dos domínios econômicos e políticos do país no século XX, até às lógicas de dominação simbólica, suas bases culturais e morais, presentes nos processos de “financeirização” nas últimas décadas, passando pela sociologia dos escândalos⁴⁶.

No ranqueamento citado, Renato Perissinotto e Adriano Codato estão no alto das preferências por citações desferidas ao tema das “elites”. Isso não deixa de estar relacionado à série de investimentos institucionais na criação e na ocupação

⁴⁵ O programa de pesquisas do NUAP, desenvolvido desde meados dos anos 1990, possibilitou a incorporação de outros prismas no tratamento dos fenômenos e práticas atinentes aos domínios políticos, atentando às distintos sentidos e configurações de Estados, partidos políticos, ações coletivas, economia, redes de parentesco, trocas, etc. e à complementaridade de lógicas (formais/informais, institucionais/pessoais e assim por diante) em cena. Ver a apresentação do dossiê da REPOCS “Antropologia, Política e Estado”, de Bezerra e Grill (2017).

⁴⁶ Para uma ideia da sua produção, ver, entre tantas, algumas publicações (Grün, 2018; 2015; 1995).

de espaços, bem como na administração de redes centrais de relações. Esses autores têm sido exitosos na condução de uma revista muito bem classificada (Revista de Sociologia e Política, da Universidade Federal do Paraná), da qual são fundadores/editores, e que aparece como o veículo que disparadamente (68 artigos contra 29 artigos da segunda colocada, a revista de ciência política Opinião Pública) publica o maior número de textos sobre “elites” no país (Arruda; Kerbauy, 2016).

Em que pesem as contagens citadas (de autores e de revistas) serem de 2016, tudo indica que eles continuam no topo dos mencionados quando o assunto são as “elites”. Até mesmo porque, de lá para cá, afirmaram-se ainda mais como representantes nacionais da “disciplina mãe” (ciência política). Vinculados a um Programa de Ciência Política (UFPR) que ascendeu nos critérios de avaliação da Capes, ambos ocuparam/ocupam posições dominantes nas principais entidades representativas: Perissinotto já foi presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (2016-2018) e Codato foi o coordenador adjunto do comitê da área na Capes (2018-2022), além de ser o atual presidente da Anpocs. Dessa forma, os dois ex-coordenadores do início da segunda fase contam com todas as certificações valiosas à aquisição de reconhecimento como “autores” legítimos de serem referenciados. Tais créditos têm autorizado diligências na defesa de salvaguardas temáticas, teóricas, metodológicas, com projeções, interdições e incitações com poucas *disposições* e condições de revide.

Apontamentos finais e gerais

Neste artigo, os GTs sobre “elites” da Anpocs serviram de *locus* ao mapeamento de redes tecidas e, por conseguinte, ensejaram pistas à apreensão das formas de circulação do referencial de Pierre Bourdieu a partir das relações entre pesquisadores e pesquisadoras brasileiros/as e franceses/as. Com base na descrição feita, sustentamos a plausibilidade de três tendências na última fase do GT: 1) o maior interesse dos diferentes pesquisadores/as das ciências humanas (cientistas políticos, antropólogos, sociólogos, historiadores, educadores, etc.) por outras dimensões e instâncias de exercício do poder, além das políticas; 2) o incremento de estudos abrigados em áreas como sociologia política, antropologia da política, sociologia histórica, história política, sociologia da cultura, sociologia da economia, sociologia da educação, sociologia da religião, sociologia do direito; e 3) o exame objetivista e perspectivista, cada vez mais minucioso de agentes especializados, instituições, práticas, papéis, representações, etc., julgados como cruciais à compreensão de dinâmicas/lutas sociais, em geral, e políticas, em especial.

Em nossa visada das distintas versões dos grupos de trabalho sobre “elites”, observamos, de um lado, a reiterada utilização de dados e análises quantitativas

sociologicamente eficientes ao tratamento de objetos rigorosamente construídos. E, de outro lado (mesmo que com exceções), a contínua agilização de análises qualitativas de trajetórias (individuais e coletivas), na maioria das vezes combinadas a localizações histórico-conjunturais para a apreensão de inserções, trânsitos e intercâmbios entre agentes bem situados no plano social mais amplo e nos domínios de atividades específicos. Aliás, a despeito das tomadas de posição (com ênfases diferenciadas), poderíamos dimensionar essas discussões, salientando o caráter precípua das informações biográficas ou das características sociais dos agentes – por vezes de inspiração herdada (e explicitada) da “história das elites” e/ou da tradição marxista, e robustamente relacionadas/ajustadas/superadas no acionamento do esquema analítico “bourdieusiano”.

No âmbito da ciência política e da sociologia política, em particular no campo de estudos sobre “elites” constituído no Brasil ao longo dos últimos 40 anos, a clivagem comumente sublinhada é aquela entre as abordagens com ênfase societal (baseada na mobilização de dados de origens sociais ou *background* social, como sexo, características dos ascendentes, religião, patrimônio, títulos, ocupações, etc.), e aquelas de cunho institucional (que priorizam a utilização de informações relativas à sequência de cargos ocupados por indivíduos ou grupos em uma instituição, às etapas de treinamento em uma carreira, ao aprendizado de um ofício, etc.). E são claras as competências e apetências de alguns cientistas sociais para acionar/atualizar as dualidades estereis (condicionantes sociais *x* estratégias; explicações exógenas ou externalistas *x* endógenas ou internalistas; ênfases qualitativas ou subjetivistas *x* quantitativas ou objetivistas, e por aí vai).

Contudo, é na superação dessas oposições (produto e produtoras de lutas por jurisdições disciplinares) que residem tanto a riqueza como os desafios da operacionalização do esquema analítico “bourdieusiano”. Sabemos que os referenciais e os instrumentos de objetivação nas ciências sociais são quase sempre construídos ou adotados uns em contraposição aos outros, de modo que soluções alternativas são usualmente pensadas como dicotômicas. A orientação categórica, todavia, é sempre no intuito de implodir os antagonismos infecundos e procurar agenciar, de alguma forma, a recomposição da unidade dessas ciências. Para tanto, é preciso recusar a disputa ou a imposição das especializações disciplinares e temáticas sem, no entanto, dispensar a profícua especialização analítica.

Temos condições de avançar nos encaminhamentos pertinentes ao uso da sociologia “bourdieusiana” aos trabalhos sobre “elites”, com as suas matizadas formas e ênfases. Enfatizamos a existência de pesquisas atentas às propriedades e posicionamentos de agentes com múltiplos perfis e inscritos em distintos universos empíricos. Nessas, as informações são coletadas, sistematizadas e analisadas a partir de diversas e criativas estratégias metodológicas, com enquadramentos diacrônicos e

sincrônicos. As questões perseguidas – ao contrário do que alguns posicionamentos altamente envolvidos escudam – não são sobre quais os expedientes mais infalíveis para articular pontas (versões ou variáveis) concebidas como desligadas e, assim, melhor caracterizar as “elites no poder”. Mas sim refletir sobre como lidar com dimensões de análise capazes de apreendê-las naquilo que elas são impartíveis. Sobretudo os procedimentos de pesquisa aplicados são fundamentados em problemáticas edificadas no esteio do pensamento relacional para dar conta de configurações multidimensionais e instáveis de forças competitivas, por meio da apreensão de condicionantes, lógicas e mecanismos de afirmação de agentes desigualmente hierarquizados e mais ou menos autorizados a administrar classificações/definições do mundo social.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, L. R. V.; KERBAUY, M. T. M. Estudos sobre elites políticas e poder local. **Política Hoje**, Recife, v. 25, p. 11-40, 2016.
- BARRAULT-STELLA, L.; GAÏTI, B.; LEHINGE, P. Une sociologie du désenchantement. In: BARRAULT-STELLA, L.; GAÏTI, B.; LEHINGE, P. (org.). **La politique désenchantée?** Paris: Presses Universitaires de Rennes, 2019, p. 9-16. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.259>.
- BARREIRA, I.; CÔRTES, S.; LIMA, J. C. A sociologia fora do eixo: diversidades regionais e campo da pós-graduação no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 6, núm. 13, Maio, p. 76-103, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5957/595765441006/595765441006.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- BEZERRA; M. O.; GRILL, I. G. Antropologia, Política e Estado. **REPOCS/Revista Pós Ciências Sociais**. São Luís, v. 17, n. 27, p. 11-16, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18764/2236-9473.v14n27p11-15>.
- BOLTANSKI, Luc. L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. **Revue Française de sociologie**. Année 1973, 14-1, p. 3-26.
- BORTOLUCI, J. H.; JACKSON, L. C.; PINHEIRO FILHO, F. Contemporâneo clássico: a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 94, p. 217-254, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-64452015009400008>.
- BOURDIEU, P. Estratégias de reprodução e modos de dominação. **REPOCS/Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 17, n. 33, p. 21-36, 2020. DOI:10.18764/2236-9473.v17n33p21-36
- BOURDIEU, P. **La noblesse d'état**. Paris: Minuit, 1989a.

BOURDIEU, P. A representação política. In: BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989b, p. 163-206.

BOURDIEU, P. **Lições da aula**. São Paulo: Ática, 1988.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **O ofício de sociólogo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BRAUD, P. **La Science Politique**. Paris: PUF, 2001.

BRIQUET, J. L. Pertencimentos locais, experiências cotidianas e práticas políticas: clientelismo e politização na Córsega (Séculos XIX e XX). **REPOCS/Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 17, n. 27, p. 17-32, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18764/2236-9473.v14n27p17-32>.

CAMARGO, A. **Aspásia Camargo IV (depoimento)**. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 37min), 2012.

CAMARGO, A.; PANDOLFI, D. C.; GOMES, E. R.; D'ARAUJO, M. C. S.; GRYNSPAN, M. **O golpe silencioso: as origens da república corporativa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CANÊDO, L. B. Les boursiers de la Fondation Ford et la recomposition des sciences sociales brésiliennes. Le cas de la science politique. **Cahiers de la Recherche sur L'Éducation et les Savoirs**, Paris, v. 2, p. 33-55, 2009.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R. MERLIÉ, D.; PINTO, L. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARLE, C. Concurrences entre elites et champ du pouvoir. In: COHEN, A.; LACROIX, B.; RIUTORT, P. (Orgs.). **Nouveau manuel de science politique**. Paris: La Découverte, 2009, p. 137-151.

CHARLE, C. Les elites de la république revisitado. **Tomo**, São Cristóvão-SE, n. 13, p. 15-42, 2008. DOI: <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i13.466>.

CHARLE, C. **Les élites de la republique**. Paris: Fayard, 1987.

COHEN, A.; LACROIX, B.; RIUTORT, P. (org.). **Nouveau manuel de science politique**. Paris: La Découverte, 2009.

CORADINI, O. L. As elites como objetos de estudos, novamente. In: REIS, E. T.; GRILL, I. G. **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: Edufma, 2016, p. 127-139.

CORADINI, O. L. As missões da ‘cultura’ e da ‘política’: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). In: REIS, E. T.; GRILL, I. G. **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: Edufma, 2014, p. 71-100.

CORADINI, O. L. Os usos das ciências humanas e sociais pelo catolicismo e pelo luteranismo e as relações centro-periferia. **REPOCS/Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 9, n. 17, 2012, p. 67-99.

CORADINI, O. L. (org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: EdUFRGS, 2008.

CORADINI, O. L. Panteões, iconoclastas e as ciências sociais. In: FELIX, L. O. *et al.* (org.). **Mitos & Heróis**: construção de imaginários. Porto Alegre: EdUFRGS, 1998, p. 219-240.

COT, J. P.; MOUNIER, J. P. Para uma Sociologia Política. Rio de Janeiro: Bertrand, 1976.

DAHL, R. **Who governs?** Democracy and Power in an American City. New Haven and London: Yale University Press, 1961.

DENORD, F.; LAGNEAU-YMONET, P. **Le concert des puissants**. Paris: Raisons d’agir éditions, 2016.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. A construção jurídica de uma política de notáveis: o jogo duplo da elite do judiciário indiano no mercado da virtude cívica. **REPOCS/Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v.12, n. 23, p. 37-59, 2015.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. A dolarização do conhecimento técnico-profissional do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado (1960-2000). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 163-175, 2000. DOI: <https://doi.org/10.18764/2236-9473.v12n23p37-60>.

DULONG, D. Por dentro e por fora: a subversão na prática. **REPOCS/Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 17, n. 34, p. 53-72, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18764/2236-9473.v17n34p53-72>.

FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo 3 – O Brasil Republicano, v. 3 – Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1981.

FORJAZ, M. C. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 1-22, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091997000300007>.

FRETEL, J. Qual sociologia para o estudo dos partidos políticos conservadores? **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 321-349, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100012>.

GARCIA JUNIOR, A. Meninos de engenho. Tradições e dramas familiares feitos símbolos da brasilidade. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 30, p. 21-47, 2011. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2011.1i30.a41854>.

GARCIA JUNIOR, A. Os vice-reis do norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 30 (1920-1964). **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 38, n. 2, p. 73-87, 2007.

GARCIA JUNIOR, A. Les Intellectuels et la Conscience Nationale au Brésil. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 98, p. 20-33, 1993.

GARCIA JUNIOR, A. GHEORGHIU, M. D. As fronteiras internacionais das Ciências Sociais: itinerários de um intelectual coletivo. **REPOCS/Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 17, n. 33, p. 227-266, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18764/2236-9473.v17n33p227-266>.

GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 8, p. 165-208, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200007>.

GAXIE, D. **Le cens caché**: inégalités culturelles et ségrégation politique. Paris: Éditions du Seuil, 1978.

GAXIE, D. **Les professionnels de la politique**. Paris: Presses universitaires de France, 1973.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. (org.). **Estudos de elites e formas de dominação**. 1. ed. São Luís: EdUFMA, 2020.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. Dos campos aos domínios das ‘elites’ no Brasil. **Tomo**, São Cristóvão-SE, p. 163-210, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i32.8842>.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar**: intersecções entre ‘política’ e ‘cultura’ no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.

GRÜN, R. **Da pizza ao impeachment**: uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo. São Paulo: Alameda, 2018.

GRÜN, R. **Decifra-me ou te devoro**: o Brasil e a dominação financeira. São Paulo: Alameda, 2015.

GRÜN, R. Os judeus na política paulista: identidade, anti-semitismo e cultura. In: FAUSTO, B.; TRUZZI, O. M. S.; GRÜN, R.; SAKURAI, C. **Imigração e Política em São Paulo**. São Paulo: Sumaré, 1995, p. 71-125.

GRYNSZPAN, M. Do pessimismo ao pluralismo político: apropriações da teoria das elites nos Estados Unidos. In: REIS, E. T.; GRILL, I. G. (org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: EdUFMA, 2016, p. 49-79.

GRYNSZPAN, M. **Ciência, política e trajetórias sociais**: uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **BIB**, São Paulo, n. 41, p. 35-83, 1996.

- GRYNSZPAN, M.; GRILL, I. Elites: recursos e legitimação. **REPOCS/Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 8, n. 15, p. 9-14, 2011.
- JARDIM, M. A. C.; MARTINS, T. J. Entrevista com Monique de Saint-Martin: gênese de uma vocação de socióloga. **Agenda Política**, São Carlos-SP, v. 10, p. 283-294, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31990/agenda.2022.1.10>.
- KARADY, V. A conversão socioprofissional das elites: dois casos históricos na Hungria. **REPOCS/Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 12, n. 23, p. 19-36, 2015.
- LACROIX, B. Ordre politique et ordre social: objetivisme, objetivation et analyse politique. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. (org.). **Traité de Science Politique**. La Science Politique, L'Ordre Politique, v. 1. Paris: PUF, 1985, p. 469-565.
- LACROIX, B. **Durkheim et le politique**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1981.
- LAGROYE, J. Os processos de politização. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 37, p. 18-35, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n37p18>.
- LAGROYE, J. **La politisation**. Paris: Belin, 2003.
- LAGROYE J.; LACROIX, B. **Le président de la République**: Usages et genèses d'une institution. Paris: PFSNP: 1992.
- LAGROYE, J.; OFFERLÉ, M. **Sociologia de l'institution**. Paris: Belin, 2011.
- MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100002>.
- MICELI, S. **Sergio Miceli Pessôa de Barros** (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 5min).
- MICELI, S. Carne e osso elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, B. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo 3 – O Brasil Republicano, v. 3, Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1981, p. 557-596.
- MICHEL, H; LÉVÊQUE, S. CONTAMIN, J-G. (org.). **Rencontres avec Michel Offerlé**. Vulaines sur Siene: Éditions du Croquant, 2019.
- NEVES, C. E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: Capes, 2002, p. 39-112.
- NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. **Repositório do Conhecimento do Ipea**, Brasília, p. 95-124, 2016.

OFFERLÉ, M. ‘Para o Sr. Schneider’: quando operários pedem a seu patrão que se candidate a deputado (1902). **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 37, p. 76-111, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n37p76>.

OFFERLÉ, M. En r’venant d’la r’vue. **Politix**, n. 100, p. 63-81, 2012.

OFFERLÉ, M. **Les Partis Politiques**. Paris: PUF, 1987.

PASQUALI, P. **Héritocratie**: Les élites, les grandes écoles et les mésaventures du mérite (1870-2020). Paris: PUF, 2021.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PERISSINOTO, R. **Depoimento em Sessão Especial em homenagem a Leôncio Martins Rodrigues**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 45, 22 out. 2021 (formato virtual).

PETRARCA, F.; OLIVEIRA, W.F. Inovações temáticas, guinadas teóricas e tradição intelectual no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 34-62, 2018.

PUDAL, B. La ‘socio-biocratie’, chronique d’une construction en cours. In: PINTO, L. (org.). **La construction d’objet en sociologie**. Vulaines sur Siene: Éditions du Croquant, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.421>.

REIS, E. T.; GRILL, I. G. Juxtapositions de logiques et de domaines culturels et politiques dans l’état du Maranhão. **Brésil(s)**, v. 24, 2023a.

REIS, E. T.; GRILL, I. G. Transações ‘em nome da democracia’: ‘causas’, porta-vozes e modalidades de intervenção a partir de fundações partidárias alemãs no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 20, n. 2, p. 288-324, 2023b.

REIS, E. T.; GRILL, I. G. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, p. 137-159, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125888>.

REIS, E. T.; GRILL, I. G. Mirada reflexiva e esforços propositivos às pesquisas sobre elites. In: REIS, E. T.; GRILL, I. G. (org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**. 1. ed. São Luís: EdUFMA, 2016, p. 9-48.

REIS, E. T.; BARREIRA, I. Alusões biográficas e trajetórias: entre esquemas analíticos e usos flexíveis. **BIB**, São Paulo, v. 86, p. 36-67, 2018. DOI: [10.17666/bib8603/2018](https://doi.org/10.17666/bib8603/2018).

SAINT-MARTIN, M. A propósito de um encontro entre pesquisadores: ciências sociais e política no Brasil. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 50, p. 162-173, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2022.e89621>.

SAINT-MARTIN, M. 35 anos depois de ‘um encontro entre pesquisadores: ciências sociais e política no Brasil’. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 21 n. 50, p. 156-161, 2022b. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2022.e.8969>.

SAINT-MARTIN, M. Uma grande família. **REPOCS/Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 17, n. 33, p. 37-68, 2020. DOI: 10.18764/2236-9473.v17n33p37-68.

SAINT-MARTIN, M. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. **Tomo**, São Cristóvão-SE, n. 13, p. 43-74, 2008. DOI: <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i13.467>.

SAINT-MARTIN, M. Uma inflexível dominação? In: ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R. M. **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 327- 335.

SAINT-MARTIN, M. Coesão e diversificação: os descendentes da nobreza na França. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 127-149, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132002000200005>.

SAINT-MARTIN, M. **L’espace de la noblesse**. Paris Métailié, 1993.

SAINT-MARTIN, M. A tradição como *crença*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, p. 148-162, 1992.

SAWICKI, F. Por uma sociologia dos meios e das redes partidários. In: MARENCO, A. (org.). **Os eleitos**: representação e carreiras políticas em democracias. Porto Alegre: EdUFRGS, 2013, p. 11-29.

SEIDL, E. A sociologia de Bourdieu e a formação em pesquisa sobre elites no extremo sul do Brasil: breve relato. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara, 2024 (no prelo).

SEIDL, E.; GRILL, I.G. (org.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

SIMEANT-GERMANOS, J. Situando o trabalho de campo internacional. **REPOCS/Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 20, n. 2, p. 279-287, 2023.

TOPALOV, C. Um panorama intelectual renovado. In: ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R. M. **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 197-209.

ZIMMERMANN, B. Uma mediação. In: ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R. M. **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 241-249.

Submetido em: 03/12/2023

Aprovado em: 05/07/2024

ANEXO – Participantes GTs “Elites” com mais de 3 intervenções

	Nome	Sigla grafos	Instituição	Instituição doutorado	Área	Orientador
FASE 1	Argelina C. Figueiredo	ACF	UNICAMP	University Chicago	CP	Adam Przeworski
	Ary C. Minella	ACM	UFSC	Universidad México	SOC	John Saxe-Fernandez
	Aspásia A. Camargo	AAC	FGV/CPDOC	Université Paris II	SOC	Alain Touraine
	Charles Pessanha	CP	IUPERJ	IUPERJ	CP	Renato Raul Boschi
	Denise Gros	DG	UFRGS	UNICAMP	CP	Sebastião Velasco Cruz
	Eduardo Kugelmas	EK	USP	USP	CP	Maria. C. Campelo Souza
	Eli Diniz	ED	IUPERJ	USP	CP	Francisco Weffort
	Fabiano G. Santos	FGS	IUPERJ	IUPERJ	CP	Olavo Brasil Lima Jr
	Fernando Limongi	FL	IUPERJ	University Chicago	CP	Adam Przeworski
	Hélgio Trindade	HT	UFRGS	Université Paris I	CP	George Lavau
	Jairo M. Nicolau	JMN	IUPERJ	IUPERJ	CP	Olavo Brasil Lima Jr.
	José G. Tavares	JGT	UFRGS	IUPERJ	CP	Olavo Brasil Lima Jr
	José M. de Carvalho	JMC	IUPERJ	Stanford University	CP	Robert A. Packenham
	Maria A. Leopoldi	MAL	UFF	University Oxford	CP	Herminio Martins
	Maria C. Forjaz	MCF	FGV/SP	USP	CP	Francisco Weffort
	Maria R. Loureiro	MRL	FGV/SP	USP	SOC	Henrich Rattner
	Mario Grynszpan	MG	UFF FGV/CPDOC	UFRJ	ANT	Afrânio Garcia Jr.
	Olavo B. Lima Jr.	OBLJ	IUPERJ	NI	NI	NI
	Otávio S. Dulci	OSD	UFMG	IUPERJ	CP	José M. de Carvalho
	Renato Lessa	RL	IUPERJ	IUPERJ	CP	Wanderley G. Santos
	Renato Raul Boschi	RRB	IUPERJ	University Michigan	CP	Philip Converse
	Sebastião V. Cruz	SVC	UNICAMP	USP	CP	M. C. Campelo Souza
	Sergio Miceli	SM	FGV/SP IDESP	USP/EHESS	SOC	Leôncio Rodrigues/ Pierre Bourdieu
	Vanda R. Costa	VMC	IUPERJ	IUPERJ	CP	Renato Raul Boschi
	Vera C. Silva	VCS	UFMG	University Illinois	CP	Joseph Love
	Walder de Góes	WGS	UNB	NI	NI	NI
	Wanderley G. Santos	WGS	IUPERJ	Stanford University	CP	Robert Packenham
FASE 2	Adriano N. Codato	ANC	UFPR	UNICAMP	CP	Sebastião Velasco Cruz
	Ana Maria Almeida	AMA	UNICAMP	UNICAMP	EDU	Leticia Bicalho Canêdo
	Ana Paula Hey	APH	USP	UFSCAR	EDU	Ester Buffa
	Carolina M. Pulici	CMP	UNIFESP	USP	SOC	Basílio Salum
	Débora M. Guimarães	DMG	UNB	USP	SOC	Maria Arminda Arruda
	Eliana Tavares dos Reis	ETR	UFMA	UFRGS	CP	Odaci Luiz Coradini
	Ernesto Seidl	ES	UFS/UFSC	UFRGS	CP	Odaci Luiz Coradini
	Igor Gastal Grill	IGG	UFMA	UFRGS	CP	Odaci Luiz Coradini
	Irllys Barreira	IB	UFC	USP	SOC	Henrich Rattner
	Luiz D. Costa	LDC	UFPR	UFPR	CP	Adriano N. Codato
	Lorena M. Monteiro	LMM	UFRGS	UFRGS	CP	Hélgio Trindade
	Marcos Otávio Bezerra	MOB	UFF	UFRJ	ANT	Moacir Palmeira
	Maria C. D'Araújo	MCD	FGV/CPDOC	IUPERJ	CP	Amaury de Souza
	Mario Grynszpan	MG	UFF FGV/CPDOC	UFRJ	ANT	Afrânio Garcia Jr.
	Miguel P. Serna	MPS	UDELAR	UFRGS	CP	Hélgio Trindade
	Paulo R. N. Costa	PRNC	UFPR	UNICAMP	CP	Sebastião Velasco Cruz
	Renato M. Perissinotto	RMP	UFPR	UNICAMP	CP	Decio Saes
	Roberto Grün	RG	UFSCAR/UFABC	UNICAMP	SOC	Sergio Miceli
	Rodrigo R. Bordignon	RRB	UFRGS/UFSC	UFRGS	CP	Odaci Luiz Coradini
	Wheriston S. Neris	WSN	UFS	UFS	SOC	Ernesto Seidl
	Wilson F. Oliveira	WFO	UFPEL e UFS	UFRGS	ANT	Odaci Luiz Coradini

BREVE RELATO SOBRE OS ESTUDOS DE ELITES NO EXTREMO SUL DO BRASIL

BREVE RELATO DE LOS ESTUDIOS DE ÉLITES EN EL EXTREMO SUR DE BRASIL

A BRIEF REPORT ON ELITE STUDIES IN THE FAR SOUTH OF BRAZIL

*Ernesto SEIDL**

RESUMO: O artigo reflete sobre como a teoria bourdieusiana tem sido mobilizada por parte dos interessados em estudar elites no Brasil. Para tanto, o autor retoma aspectos da formação recebida por um grupo reunido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em torno do professor O. L. Coradini. A discussão central destaca os seguintes elementos: as dimensões conceituais, ênfases e encaminhamentos metodológicos privilegiados na elaboração das agendas de pesquisa; os recortes empíricos, grupos e instituições que receberam mais atenção; e, sobretudo, com quais mediações e ponderações esses esquemas têm servido a estudos sobre diferentes grupos dominantes.

PALAVRAS-CHAVE: Elites. Bourdieu. Sociologia das Elites. Elites no Brasil.

RESUMEN: El artículo reflexiona sobre cómo la teoría bourdieusiana ha sido movilizada por los interesados en estudiar las élites en Brasil. Para ello, el autor revisa aspectos de la formación recibida por un grupo reunido en la Universidad Federal de Rio Grande do Sul en torno al profesor O. L. Coradini. La discusión central destaca los siguientes elementos: las dimensiones conceptuales, los énfasis

* Professor titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil. Bolsista de Produtividade do CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1099-6206>. Contato: ernestoseidl@gmail.com.

y los enfoques metodológicos privilegiados en la elaboración de las agendas de investigación; las secciones empíricas, los grupos y las instituciones que han recibido mayor atención; y, sobre todo, con qué mediaciones y consideraciones estos esquemas han servido a los estudios sobre diferentes grupos dominantes.

PALABRAS CLAVES: *Élites. Bourdieu. Sociología de las Élites. Élites en Brasil.*

ABSTRACT: *The article reflects on how Bourdieusian theory has been used by those interested in studying elites in Brazil. To this end, the author revisits some aspects of the training received by a group of graduate students gathered at the Federal University of Rio Grande do Sul around Professor O. L. Coradini. The central discussion highlights the following elements: the conceptual dimensions, emphases and methodological approaches favored in the development of research agendas; the empirical sections, groups and institutions that have received the most attention; and, above all, with what mediations and considerations these schemes have served studies on different dominant groups.*

KEYWORDS: *Elites. Bourdieu. Sociology of the Elites. Brazilian elites.*

Para o grande Afrânio Garcia Jr. (*in memoriam*), com muita admiração.

Introdução

A centralidade dos trabalhos inspirados em Pierre Bourdieu nos estudos sobre elites no Brasil não é novidade¹. Indicações recentes têm mostrado quantidade expressiva de mobilizações do referencial bourdieusiano em meio a outras abordagens responsáveis por renovação considerável dos interesses pelo tema². É provável que um dos melhores indicadores da incorporação das contribuições de Bourdieu e de seus colaboradores aos estudos dos grupos dominantes seja uma notável diversificação dos espaços e grupos sociais tomados como objeto de reflexão.

Se no passado elites políticas e econômicas compunham a quase totalidade do menu das pesquisas, há pelo menos duas décadas tem-se variedade bem maior nos tipos de grupos examinados: elites religiosas de diferentes confissões, elites

¹ Sou muito grato aos comentários de Bruno Barreiros, Eliana T. dos Reis e Igor Grill à versão preliminar deste artigo.

² Ver em especial Codato; Perissinotto (2008), Reis; Grill (2023), Porcionato; Moura; Vieira (2022), Seidl (2013).

culturais, artísticas e intelectuais, militares e burocráticas, jurídicas, empresariais e jornalísticas, para citar alguns. Mais do que isso, é fácil também notar uma multiplicação nos enfoques e encaminhamentos metodológicos dispensados por pesquisadores e pesquisadoras de diferentes gerações e especialidades³.

Como sabido, essa expansão está ligada à crescente circulação e incorporação de parte da obra de Bourdieu no Brasil, fruto de diversos movimentos e de atores que deram contornos a apropriações específicas a certas temáticas, com destaque a estudos sobre campesinato, cultura e sistema escolar. Embora presente no trabalho pioneiro de Sérgio Miceli (1979) dedicado a grupos dirigentes paulistas – sob orientação de Bourdieu –, é a partir dos anos 1990 que o esquema do autor começa a ganhar força nas investigações sobre elites, vitaminando agenda que aos poucos se desdobraria em várias frentes.

É sobre uma dessas frentes de pesquisa, em especial, que gostaria de tratar neste artigo. Logo, não está em questão qualquer apreciação sobre a vasta *Sociologia das elites em Bourdieu*. Com ambição muito menor, proponho aqui tentar tornar mais explícitas as condições de aprendizagem do referencial bourdieusiano e as principais discussões que animaram pesquisadores em um ambiente bastante específico na Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre a década de 1990 e a de 2000. Este grupo gravitou em torno da figura central de O. L. Coradini, pesquisador que se destacou pelo investimento em pesquisas sobre diferentes grupos dominantes com base em uso intenso do referencial de Bourdieu e em reflexões sobre as condições de sua aprendizagem e mobilização no Brasil⁴.

Acredito que esse seja um exercício útil por duas razões principais: em primeiro lugar, por expor o contexto concreto de apreensão de um universo de questões das Ciências Sociais – sobretudo ligadas à Sociologia de Bourdieu, mas não apenas – cujas especificidades marcaram a embocadura teórica e metodológica desses pesquisadores e daqueles que eles próprios viriam a formar em diferentes instituições nos anos seguintes⁵. Portanto, vejo isso como uma forma de entender algo a mais sobre o que já se sabe a respeito da recepção e circulação de Bourdieu

³ As sucessivas edições de um grupo de trabalho e de mesas-redondas sobre elites nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a partir de 2007, são boa medida desse movimento, também notado na edição de diversos dossiês temáticos em periódicos como Revista Pós Ciências Sociais (2011, 2012, 2020, 2023), Revista Sociologia e Política (2008), TOMO (2008) e Tempo Social (2017). Sobre as discussões em torno do GT na ANPOCS, consultar o artigo de Grill e Reis neste dossiê.

⁴ Para uma síntese dessa perspectiva sobre as condições de aprendizagem e uso do referencial de Bourdieu no contexto cultural, institucional e escolar encontrado no Brasil, ver Coradini (1996a). Para elementos sobre o itinerário profissional de Coradini, consultar Coradini (2010a).

⁵ Três núcleos principais de pesquisa criados nos anos 2000 desenvolveram-se na esteira desse grupo. O Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS), o Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEPOC/UFMA) e o Núcleo de Estudos em Elites, Justiça e Poder Político (NEJUP/UFRGS).

no Brasil⁶; em segundo lugar, por favorecer a reflexão sobre certas peculiaridades no processo de construção de problemáticas envolvendo o tema das elites no Brasil.

Nessa linha, o principal objetivo proposto seria entender de forma um pouco mais nuançada de que maneiras a teoria bourdieusiana tem sido mobilizada por uma fração dos interessados em estudar elites no país – o que implica uma compreensão particular do que se considera “elites”. Isto é, quais dimensões conceituais e encaminhamentos metodológicos foram privilegiados na elaboração das agendas de pesquisa; quais recortes empíricos, grupos e instituições receberam mais atenção; e, sobretudo, com quais mediações e ponderações esses esquemas têm servido a investigações sobre diferentes grupos dominantes.

Certa visão sobre as elites

Gostaria de reforçar que não pretendo fazer nenhuma espécie de balanço geral de trabalhos nem me aprofundar em detalhes⁷; muito longe disso. Alerta também que aquilo que apresento aqui é, necessariamente, *muito* parcial. Indo direto ao ponto, de saída é fundamental situar o contexto periférico de ensino e prática de pesquisas sobre elites ao qual estou me referindo: um programa de pós-graduação em Ciência Política de uma universidade do extremo sul abrigando um grupo de alunos reunidos em torno de um doutor em Antropologia, formado no Museu Nacional.

A então relativa baixa visibilidade do PPG em questão, que não era de Sociologia nem de Antropologia, mas de Ciência Política, somada ao perfil retraído (e algo pessimista) do mentor bourdieusiano do grupo, provavelmente colaboraram à adoção entre os alunos de certo comedimento no uso de uma etiqueta de bourdieusianos; pelo menos mais no início de suas carreiras. Isso também se refletia no emprego mais moderado do jargão, com o uso pouco frequente, por exemplo, de conceitos como campo e habitus - o que estava ligado às condições de uso do esquema de Bourdieu, como veremos logo mais. Creio ainda que a apresentação algo inusitada dos trabalhos iniciais dessa turma no universo *mainstream* da Ciência Política, do qual destoava bastante e onde soava um tanto esotérica, deva ser mencionado nesse esboço; com uma nota de bom humor, é claro.

Mas é a conexão de Coradini com o Museu Nacional que valeria a pena explorar um pouco mais. Acredito que ela tenha tido peso decisivo não apenas na abordagem da sociologia de Bourdieu que desenvolveu, mas também na concepção

⁶ Não custaria lembrar que o termo recepção, no singular, tende a encobrir diferentes processos e temporalidades. Esse é sem dúvida o caso da recepção de Bourdieu no Brasil, como apontado por diversos trabalhos (Bortoluci; Jackson; Pinheiro Filho, 2015; Campos; Szwako, 2020; Miceli, 2021; Rocha; Peters, 2020).

⁷ Parte das discussões mais substantivas em torno dos eixos de estudo privilegiados pode ser encontrada em Grill; Reis (2020a, 2020b), Reis; Grill (2014, 2016), Seidl (2013) e Seidl; Grill (2013).

de Ciências Sociais que incorporou e procurou transmitir. Orientado no curso de Doutorado em Antropologia Social por Moacir Palmeira, que havia acompanhado seminários de Bourdieu nos anos 1960 e fora pioneiro em sua introdução no Brasil, há uma marca do grupo ligado aos estudos das transformações do mundo rural e do campesinato; entre os membros do grupo estava Afrânio Garcia Jr.⁸, também orientado por Moacir Palmeira e futura referência central nas conexões entre pesquisadores brasileiros e o grupo de franceses⁹. Por um lado, tem-se a forte proximidade e interesse em uma temática afim à que Bourdieu desenvolvera num primeiro momento na Argélia e na França, inclusive com indagações semelhantes (Wacquant, 2006); por outro lado – e esse ponto é chave –, a incorporação de um denso referencial da Antropologia Política anglo-saxã dedicada às relações pessoais e ao fenômeno da mediação social¹⁰.

É a partir daí, creio eu, que fica mais evidente uma série de opções e de ênfases operadas por Coradini na condução de suas pesquisas e na orientação de trabalhos sobre diferentes elites – intelectuais, políticas, associativas, militares, eclesiásticas, jurídicas, acadêmicas, burocráticas –, dando certo feitiço ou dicção comum a eles. Os aspectos que passo a mencionar dizem respeito, portanto, antes de tudo às condições de construção de objetos de estudo a partir da apropriação de referenciais pensados vis-à-vis às especificidades da experiência sócio-histórica brasileira. Sem dúvida, a primeira ênfase recai na condição periférica do Brasil e nas particularidades que resultam dos processos de importação e de adaptação de modelos institucionais e de bens simbólicos os mais variados, como sistemas jurídicos, o Estado, diferentes filosofias e ideologias.

A mobilização de uma perspectiva que dá atenção às dinâmicas concretas de construção daquilo que é entendido como *política*, com forte apelo aos recursos da história, aparece em especial nos trabalhos de Bertrand Badie e de Guy Hermet. Note-se que ambos são cientistas políticos (*Institut d'Études Politiques de Paris*) e bastante distantes das discussões conduzidas no então *Centre de Sociologie Européenne*, quartel-general dos bourdieusianos. Com um viés da sociologia histórica¹¹, apontam dimensões centralíssimas da dinâmica sociopolítica de países

⁸ Uma revisão final deste artigo me permitiu fazer esta nota triste, difícil e inesperada, além da dedicatória inicial. Afrânio faleceu há poucos dias, em 30 de novembro de 2024. Não seria possível registrar tudo o que gostaria neste espaço. Me limito a dizer que, ao lado de Coradini, Afrânio foi a figura mais influente na minha forma de entender e praticar Ciências Sociais., o que seguramente se estende a todo nosso grupo formado na UFRGS.

⁹ Um artigo e duas entrevistas são muito esclarecedores sobre esse conjunto de aspectos em especial: o texto de Sérgio Leite Lopes sobre as recepções de Touraine e de Bourdieu no Brasil (2013, esp. p. 50-58); a entrevista de Moacir Palmeira concedida a José Leite Lopes (Palmeira, 2013), e a de Afrânio Garcia Jr. a Mihai Gheorghiu (Garcia Jr., 2020).

¹⁰ Referencial desenvolvido em especial a partir de estudos sobre comunidades rurais em diferentes regiões do mundo, incluindo Caribe e América Central.

¹¹ Destaque-se os livros *Politique comparée* (1990), coautoria de Badie e Hermet (com versão em espanhol de 1993) e *L'État importé: essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique* (1992), de Bertrand Badie.

formados a partir da expansão do Ocidente. Entre elas, os hibridismos que resultaram da adaptação de esquemas importados a contextos socioculturais orientados por lógicas de consumo específicas¹².

Tem-se então o vasto problema das diferentes formas de significação de instituições e ideologias cujas racionalidades assumem outros contornos no contexto brasileiro e, portanto, precisam ser examinadas para além de sua dimensão oficial e normativa¹³. Menciono sumariamente alguns desses aspectos que receberam atenção dentro da problemática das elites: a noção de meritocracia e o peso dos títulos escolares como recurso de legitimação, a noção de profissão e de carreira, as próprias concepções de política e de representação.

É evidente, num plano geral, que o que está em questão são as peculiaridades da estruturação social em um contexto como o brasileiro; isto é, os princípios de classificação e de hierarquização social vigentes, as condições de existência e de legitimação de grupos, classes, ideologias e instituições. Como já bastante discutido por parte dos interessados no uso do referencial de Bourdieu em contextos semelhantes na América Latina, África e Europa do Leste, o relativo baixo grau de autonomia das esferas sociais e o maior peso da “política”¹⁴ como estruturante dos recursos e posições nas demais esferas de atividade coloca ao pesquisador um conjunto grande e sortido de desafios (Coradini, 2017).

Antes de qualquer coisa, está o desafio de se dispor de indicações sobre a história social e a mecânica dos espaços e grupos examinados – seja o Exército, a magistratura, a Igreja católica e elites políticas regionais; ou então, o fardo ainda mais pesado de o próprio pesquisador ter de investir nessa compreensão a partir de material primário – o que costuma ser um pepino dos grandes. Em ambas as situações, o tratamento dos materiais requer a objetivação de suas condições de produção, isto é, as lógicas investidas por instituições e agentes específicos interessados na elaboração de regras e percepções sobre os universos que integram¹⁵. Este aspecto será retomado logo mais ao tratar do papel que a produção escrita e tomadas de posição têm assumido dentro do ativismo de alguns grupos dominantes no Brasil.

¹² Vale notar que a problemática da circulação internacional de ideias – de início, mais voltada ao campo de produção intelectual – também é cara à agenda de Bourdieu e de seus colaboradores, como apresentado na edição de *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (2002) intitulada *La circulation internationale des idées*. Essa vertente de análise foi expandida e explorada em especial por Yves Dézalay com análises sobre a circulação de modelos de Estado e de expertise econômica, jurídica, ambientalista, entre outras. Ver, por exemplo, Dézalay (1992, 2004) e Dézalay; Garth (2002).

¹³ Sobre esse ponto e as limitações das abordagens dominantes na Ciência Política, consultar Bezerra (1999), Palmeira; Barreira (2004), Palmeira; Goldman (1996), Seidl; Grill (2013) e Seidl (2016).

¹⁴ A perspectiva de uma hiperpolitização do social em configurações como a brasileira é apresentada por Badie; Hermet (1993, p. 189-195).

¹⁵ Exigindo muitos recursos e investimento de tempo, o trabalho de Miceli (2009) sobre a elite da Igreja na Primeira República é bom exemplo, ao mesmo tempo, do tipo de esforços requeridos em empreitadas desse feito e de rigoroso tratamento sociológico dispensado ao material compilado.

Seja como for, se a questão da heteronomia – ou baixa autonomia – das esferas sociais deve ser tomada como pressuposto nas investigações, trata-se sempre de algo a ser demonstrado com base em evidências robustas e situado numa dinâmica histórica. É assim, por exemplo, que a tentativa de compreensão dos condicionantes sociais e culturais de diferentes grupos dominantes – alto oficialato militar e alto clero, Ministério Público ou elite da medicina – requer atenção sobre o passado e o estado presente da configuração estudada. Bourdieu insistiu à exaustão na historicidade dos campos, é bom lembrar. Análises diacrônicas em especial favorecem a captura de eventuais mudanças ou recomposições dos espaços e grupos, na linha do que fez Christophe Charle no magistral livro *Les Élités de la République (1880-1900)* dedicado às elites francesas na Terceira República (Charle, 1987), sob influência direta de Bourdieu.

Uma embocadura para estudar elites no Brasil

Um exemplo de trabalho que reúne esse conjunto de preocupações é a pesquisa prosopográfica de Coradini sobre a elite médica no período que vai do Império até o final dos anos 1960¹⁶. O principal resultado da investigação está apresentado no artigo “Grandes famílias” e elite “profissional” na medicina no Brasil (Coradini, 1997a), publicado na revista *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. O longo texto propõe três objetivos: i) introduzir uma discussão conceitual sobre as relações de reciprocidade em instituições oficiais no Brasil a partir do caso da Academia Nacional de Medicina; ii) localizar um padrão geral nas relações e práticas sociais e políticas no período; iii) examinar os diferentes significados do título escolar como recurso para ascensão social e seleção de elites no Brasil.

O primeiro ponto remete à já mencionada incorporação de esquemas da Antropologia Política no estudo de relações pessoais. Isso me permite desenvolver aqui alguns aspectos chave sobre as condições de sua utilização combinada com o referencial de Bourdieu, sobretudo as noções de capital social e de capital escolar. A questão central da discussão diz respeito ao caráter estruturante das relações pessoais e de reciprocidade em sociedades como a brasileira, com uma enorme diversidade de manifestações empíricas. Logo, ficam evidenciados os limites da definição genérica da noção de capital social, entendido como “o conjunto dos recursos atuais ou potenciais que estão vinculados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento” (Bourdieu, 2007, p. 67).

Apresentada em 1980 na *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* em texto de apenas duas páginas e com o subtítulo “notas provisórias”, a noção apontava

¹⁶ O conjunto de resultados da pesquisa foi publicado em Coradini (1996, 1997a; 1997b; 2004).

para um tipo de recurso social ao mesmo tempo menos evidente e potencialmente muito rentável no conjunto do patrimônio social dos agentes. Isto é, a inscrição em determinadas redes a partir do grupo familiar, de diferentes instituições e de grupos os mais variados é tomada como diferencial nas possibilidades de valorização das demais espécies de capital (econômico, cultural, simbólico), aos quais ele é relativamente irredutível, em especial o capital econômico e o capital cultural¹⁷. Acontece que aquilo que aparece nos estudos sobre elites na França de modo mais lateral com respeito à mobilização do capital social no conjunto das estratégias de reprodução e de consagração – sobretudo como uma forma de multiplicação de outros tipos de capital¹⁸ –, no caso do Brasil é absolutamente central.

Vale dizer, numa estrutura neopatrimonialista e clientelista como a brasileira, a maior dependência de estratégias voltadas ao acúmulo de capital simbólico personificado para a obtenção e valorização de outros recursos – como os títulos escolares e certas competências profissionais – coloca a objetivação das diferentes formas de uso do capital de relações no centro da análise. A grande diversidade empírica das relações pessoais detectada em tal configuração recomenda, assim, o uso de esquemas complementares à noção mais genérica de capital social. É nessa linha que Coradini discute e mobiliza vasto arsenal analítico no exame de relações e estruturas baseadas na reciprocidade, tais como: patronagem, compadrio, redes, amizade instrumental, alianças diádicas, segmentaridade, quase-grupos e facções¹⁹.

Esses esquemas são centrais para a explicitação das bases sociais do recrutamento da elite da medicina que ele estudou. Ao mesmo tempo em que exibia oficialmente princípios de legitimação calcados no título escolar e em expertise científica, está bem evidenciado que em nenhum momento o grupo deixou de depender de relações de troca e do investimento na esfera política como recurso para a consagração profissional. E fica muito claro em sua demonstração como as concepções vigentes da excelência médica e da carreira adquirem significados específicos num contexto de inexistência de um campo científico e de uma racionalidade própria.

¹⁷ Para uma contextualização minuciosa dos usos da noção de capital social por Bourdieu, incluindo as diferenças frente às concepções de James Coleman e de Robert Putnam, consultar Coradini (2010b) e Saint Martin (2017).

¹⁸ Sob nenhuma hipótese essa afirmação sugere a irrelevância da mobilização do capital de relações na sociedade francesa e, ainda menos, a ausência de relações de reciprocidade como o clientelismo político ou a patronagem. A questão é o peso relativo que esse tipo de recurso tem nos mecanismos de hierarquização social e, em especial, na estruturação dos espaços de poder. Como aponta Saint Martin (2017, p. 117), a noção permeia boa parte da obra de Bourdieu, desde os estudos iniciais de etnologia na Argélia e no sul rural da França até aqueles sobre elites econômicas, políticas e burocráticas (Bourdieu; Saint Martin, 1978; Bourdieu, 1989). No entanto, a dificuldade em dissociar o capital social das outras espécies de capital – sobretudo, o simbólico – seria a principal razão para sua prioridade no esquema do autor.

¹⁹ Entre as principais referências dessa vertente estão autores como Boissevain (1966), Landé (1977), Mayer (1980), Schmidt *et al.* (1977), Scott (1969), Weingrod (1968) e Wolf (1980).

É significativo, nesse sentido, o uso constante de aspas pelo autor ao mencionar expressões como *profissão*, *medicina* e *carreira*, grifando desta forma os significados variáveis em que os termos eram compreendidos e disputados por agentes engajados em jogos que, em todo caso, jamais tratavam de apenas uma questão científica ou procedimental²⁰. Logo, a exibição de diplomas reconhecidos e a invocação constante de discursos ditos técnicos pelos membros da elite médica são compreensíveis apenas quando postas ao lado de suas ações concretas e de suas justificativas, capturadas sobretudo em vasto material biográfico e memorialístico, onde são apresentadas e celebradas.

Para ser sintético, o estudo demonstra com material empírico muito robusto aspectos estruturais da mecânica do espaço do poder e das elites no Brasil – que sem dúvida vão muito além da elite médica em questão (vide o trabalho de Miceli [1979], por exemplo). Em primeiro lugar, a manutenção da centralidade do capital social no acesso a posições de poder e prestígio, apesar de mudanças de regime político e de inovações institucionais fundadas no princípio do mérito escolar²¹. Ligado a isso está a complexificação das relações entre o capital social e os usos da titulação escolar, ponto que abre caminho para problemática das mais árduas nos estudos de elites – inclusive em sociedades centrais. Por um lado, como indicava Bourdieu (1989, espec. 548-560) ao final de *A Nobreza de Estado*, tem-se o claro prolongamento dos circuitos de legitimação do poder colocado pela imposição do modo de dominação baseado na escola; no caso da elite médica em questão, porém, os significados e usos dos recursos escolares e culturais apontam um amálgama de lógicas e de princípios de legitimação flagrantemente contraditórios.

São muitas as indicações de que essa mescla de princípios de legitimação fundados no mérito escolar e de outros ligados ao prestígio familiar e à notabilidade social e política organizam o espaço de diferentes elites no Brasil. Mesmo as que dependem menos diretamente de diplomas para se legitimarem e se reproduzirem, como certas elites econômicas, empresariais e políticas (Barreiros, 2019; Grün, 2003; Nogueira, 2002). É preciso ter bem em conta, portanto, os efeitos que a difusão da ideologia meritocrática, a adoção de mecanismos de seleção via concursos e a forte expansão do sistema de ensino superior tiveram na estruturação do espaço do poder nas últimas décadas.

²⁰ Presentes já no título do artigo (inspirado no texto *Une grande famille*, de Monique de Saint Martin [1980]), as aspas na expressão grandes famílias indicam preocupação do autor em evitar ao mesmo tempo juízos sobre o valor social dos grupos familiares estudados, a não naturalização da noção de “família” e, ainda, eventuais analogias com a configuração social francesa.

²¹ O estudo mostra que a importância do capital social e das relações de reciprocidade inclusive se acentua após o fim do Império. A principal diferença no período republicano seria que “as redes nas quais se realiza esse capital social já não são centralizadas no poder central ou na figura do imperador” (Coradini, 1997a, p. 447). Algo muito semelhante pode ser constatado quanto às elites do Exército (Seidl, 2008; 2011) e às elites políticas e intelectuais (Bordignon, 2015) entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A complexificação dos esquemas de recrutamento e de legitimação de diferentes elites tem, assim, desafiado os pesquisadores a tentar objetivar uma gama crescente e intrincada de condicionantes sociais e de estratégias de afirmação de grupos e frações de grupos dominantes. De um lado, competências escolares e culturais mais intensas têm sido exigidas como critério de acesso a posições de poder, por exemplo, em carreiras de Estado, em profissões jurídicas e na Igreja Católica; de outro, a diversificação crescente de origens, recursos e itinerários dos agentes tem tornado mais complexas as lutas pela definição dos princípios da excelência social e profissional em espaços sociais que adquirem morfologias mais heterogêneas, como indicado em especial por pesquisas que abordam a dinâmica entre estudos internacionais e a recomposição de elites dirigentes no Brasil (Almeida *et al.*, 2004; Canêdo; Tomizaki; Garcia Jr., 2013).

Diferentes estudos ligados ao grupo de Coradini têm examinado a constituição e dinâmica dos espaços de elites como as intelectuais, jurídicas, políticas, militares e religiosas²². O ponto forte das análises está sobretudo na objetivação das lutas pelo acesso e pela definição dos critérios de hierarquização em cada um daqueles espaços. Com suas singularidades, todas elas identificam uma recomposição de espaços ou domínios de atividade que experimentaram um aumento concorrencial e passaram a ver novas batalhas serem vocalizadas em vocabulários renovados.

A expansão notável do acesso a diplomas superiores nas últimas três décadas, com incremento relevante também de títulos de pós-graduação (Vieira, 2017), é componente central nesse processo. Parte dos diplomas tornaram-se mais acessíveis a frações sociais menos favorecidas social e culturalmente, que também passaram a disputar tiquetes – sobretudo, via concursos públicos – para espaços até há algum tempo reservados a indivíduos de origem privilegiada ou muito privilegiada (magistratura, Ministério Público, diplomacia, por exemplo).

Ao mesmo tempo, tem-se a valorização de novas credenciais escolares e culturais, como os *Master in Business Administration* (MBAs) e outros cursos de “gestão” e de caráter “técnico” - em alguns casos, recursos angariados pela circulação internacional²³ -, sem dúvida mais à mão para aqueles indivíduos de origem

²² Mencionaria de modo sumário os trabalhos iniciais de José Carlos G. dos Anjos (1998), Eliana T. dos Reis (2007), Igor G. Grill (1999; 2003), Luiz A. Grijó (1998), Rodrigo da R. Bordignon (2011; 2015) e Wilson J. F. de Oliveira (2005) sobre elites intelectuais, culturais e políticas; os de Fabiano Engelmann (2001; 2004) sobre elites jurídicas e os meus próprios sobre elites militares e eclesiásticas (Seidl, 1999; 2003). Uma primeira fornada de parte desses trabalhos foi divulgada na coletânea *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes* (Coradini, 2008).

²³ O tema da circulação internacional e da formação de elites é central na agenda de estudos do grupo aqui mencionado. Seria preciso explicitar os sucessivos esforços de cooperação e a formação de densa rede de pesquisadores e pesquisadoras do Brasil e da França, concretizadas sobretudo por convênios CAPES-COFECUB. Boa parte do grupo de doutorandos/as de Coradini beneficiou-se de estágios doutorais na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* ou na *École Normale Supérieure* e integrou as demais atividades promovidas pelos convênios. Fica evidente que o próprio processo de

mais favorecida e em melhores condições de rentabilizá-las. Seja como for, o que entra em conta aqui são as “diferentes condições sociais associadas à realização da titulação escolar”, as quais “podem ser significativas mesmo entre pessoas com a mesma titulação escolar” (Coradini, 2014, p. 513).

Valeria notar que a distinção feita por Bourdieu e Saint Martin (1982) entre *herdeiros* e *oblatos* para descrever a estrutura do campo eclesiástico se presta à compreensão de diversos outros espaços institucionais, como o jurídico, o militar e o partidário. Ao indicar propriedades sociais distintas (origem geográfica e social, formação escolar e cultural, capital social) que organizam dois polos e duas populações dentro do episcopado, essa caracterização também revela relações distintas dos agentes com a instituição e com a carreira. O acento nas diferenças dos recursos de origem que orientam parte da estruturação dos espaços sociais não deve, no entanto, encobrir uma série mais complexa de nuances na captura do patrimônio de recursos dos respectivos agentes, assim como de sua relação com os jogos de poder específicos e com diferentes estratégias de ação. Fica mais evidente, então, a importância do exame minucioso da estrutura dos recursos de que são dotados os agentes e de que forma variam ao longo de seus deslocamentos no espaço estudado²⁴.

Isto é, mais do que uma oposição entre grupos de agentes com propriedades sociais distintas que tende a organizar os espaços de poder entre dominantes e dominados, e cujas lutas se expressam com frequência em termos como “tradicionais” e “modernos”, “velhos” e “novos”, “ortodoxos” e “heterodoxos”, “conservadores” e “revolucionários”, tem-se uma composição complicada de diferentes sociodiceias. Em configurações sociais porosas e marcadas por processos de recomposição dos espaços de poder, como a brasileira, estas não raro fundem critérios díspares e, em parte, conflitantes.

Antiguidade em dado domínio, notoriedade familiar²⁵, denso capital social, patrimônio econômico, alta escolaridade e recursos culturais relativamente raros estão entre os principais recursos acionados tanto em estratégias de preservação ou perenização de grupos dominantes quanto em estratégias de ascensão, desafio e afirmação de grupos aspirando a melhores posições. Os efeitos que a entrada de indivíduos com propriedades que destoam das dominantes têm causado em espaços reservados historicamente aos mais privilegiados são bastante evidentes, por exem-

circulação de estudantes e professores envolvidos nos projetos era tomado como parte da análise. Sobre esse ponto, ver em especial o artigo de Munôz (2013).

²⁴ Caberia registrar a insistência de Coradini com seus orientandos sobre a centralidade do estudo do *background social* dos agentes (se possível, do grupo familiar extenso) como um traço marcante da formação que receberam. Essa orientação era acompanhada em especial da problematização do uso de indicadores como profissão/ocupação dos pais e da posição na ocupação, além dos títulos escolares como medida fiável sobre origem e posição social.

²⁵ Sobre a centralidade do grupo familiar nas estratégias de reprodução das elites, consultar o dossiê *Estratégias de reprodução de “elites”*, organizado por Igor Grill e Rodrigo Bordignon na Revista Pós Ciências Sociais (2020).

plo, em certas carreiras de Estado como a diplomacia (Gobo, 2016), a magistratura (Engelmann, 2006) e a advocacia pública (Lima, 2016; Silveira, 2022).

Entre as operações de pesquisa que os estudos mencionados têm realizado sublinho a atenção dada a algumas estratégias de legitimação e consagração voltadas ao acúmulo de notoriedade, as estratégias de notabilização. Trata-se de investimentos que aparecem sob formas de militância ou de politização da atividade, no sentido de busca de protagonismo em torno de alguma “causa”, tecnologia social ou doutrina específica²⁶. Mais provável e intenso entre aqueles que buscam ascensão e visibilidade – novatos, agentes menos providos de recursos valiosos ou em posições ameaçadas de declínio e de perda de prestígio –, esse tipo de engajamento favorece o ativismo associativo, tomadas de posição acentuadas e, muitas vezes, polêmicas. A importação e vocalização de inovações doutrinárias ou temáticas por especialistas do Direito que procuram se cacifar no espaço jurídico é exemplo palpável desse fenômeno.

Penso aqui em especial no espaço das elites jurídicas e nas novas disputas que vêm sendo travadas nas últimas décadas, com a multiplicação de diferentes grupos e associações, entre outros, de juízes, procuradores e promotores públicos (Engelmann, 2006; Lima, 2016; Silveira, 2022). Ligado à busca pela autonomização do poder judiciário e dos agentes judiciais, esse processo também se conecta à emergência de modelos profissionais corporativos e à reivindicação de neutralidade do sistema de justiça. Aos esforços intensos de legitimação dos especialistas do Direito como corpo técnico neutro e apartado das querelas políticas contrapõe-se, contudo, variedade de indicações de um imbricamento entre espaço jurídico e espaço político. Uma acentuada incorporação da lógica das disputas políticas pelo sistema judicial, com a notabilização de certos protagonistas e seu estreitamento com o circuito eleitoral, é um dos corolários desse fenômeno, como apontado por Engelmann (2023, p. 23-25).

O estudo combinado das lógicas de agremiação em torno de certas “causas”, seja o “combate à corrupção”, a “moralidade pública” ou a “defesa de direitos básicos”, e também dos instrumentos de intervenção no espaço público – publicações, entrevistas e exposição midiática – segue, assim, as pistas de Bourdieu (1984, p. 113-120) sobre a centralidade de se analisar as lutas sem fim pelo reconhecimento do valor e da legitimidade das diferentes espécies e subespécies de capital no campo do poder. Análises minuciosas dessas disputas são promissoras sob muitos aspectos; em especial quanto à configuração do espaço e às diferentes condições de acesso aos agentes, favorecendo a captura dos confrontos e das clivagens específicas e a correlação com diferentes estratégias disponíveis (antigas ou novas) colocadas em ação em um léxico próprio.

²⁶ Quanto ao uso da noção de politização nesse sentido, consultar Coradini (2017).

Caberia destacar que o ativismo e a aposta em publicações também são repertórios mobilizados por frações dominantes em muitos outros espaços, como o político (Grill, Reis, 2012; Reis, Grill, 2023), o religioso, o militar e o empresarial (Seidl, 2016; Seidl; Barreiros, 2024). O investimento na produção escrita, sob diversos gêneros, é, aliás, ponto que tem merecido atenção de colegas pesquisadores que estudam as modalidades de consagração de elites políticas e culturais. Ao focar o que denominam multinotabilidades, Reis e Grill (2017) têm destacado a produção de bens simbólicos como base relevante na valorização e afirmação de patrimônios lastreados em diferentes esferas e recursos, como a tradição familiar e política, biografias militantes, riqueza material, títulos escolares e competências culturais. De grande alcance heurístico, essa perspectiva é muito coerente com uma compreensão do espaço social brasileiro como altamente poroso e heteronômico²⁷. Ela acentua a atenção necessária à interdependência entre diferentes esferas ou domínios de atividade, sobretudo a da família, a da cultura e a da política.

Para concluir, gostaria ainda de destacar alguns traços que me parecem comuns aos estudos que mencionei aqui de modo direto ou indireto. Acredito que ajudem a pintar o esboço do grupo de pesquisadores e pesquisadoras inspirados por Bourdieu e interessados nas elites de que tratei de modo esquemático neste texto. O traço mais de fundo que merece destaque e reflete a orientação recebida é a valorização de uma postura de vigília frente a adesões automáticas, ritualizadas e quase religiosas ao referencial bourdieusiano - o que por definição configuraria uma traição a princípios básicos que Bourdieu defendia com unhas e dentes. A este traço é preciso adicionar uma descrença em fronteiras disciplinares²⁸. Dito mais ao modo bourdieusiano, uma crença na unidade das Ciências Sociais, ou ainda, numa Ciência do Social.

Está claro que a construção de objetos de pesquisa em torno das elites no Brasil exige apropriações muito cuidadosas e refletidas do potente ferramental de Bourdieu e de pesquisadores associados, como o alerta em texto recente publicado no Brasil uma de suas primeiras colaboradoras (Saint Martin, 2022). Combinado com outros esquemas, sensíveis em especial às peculiaridades de configurações como a brasileira, o referencial de Bourdieu, a meu ver, segue imbatível no combate pela melhor explicação do espaço do poder e das elites, e do mundo social em seu conjunto.

²⁷ Uma discussão sobre esse ponto e sobre o uso de certos modelos e conceitos no estudo de elites no Brasil é feita pelos autores em Grill; Reis (2018).

²⁸ Como exemplificado na produção da coletânea *As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil* (Seidl; Grill, 2013).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana M.; CANÊDO, Letícia B.; GARCIA, Afrânio; BITTENCOURT, Agueda B. (Orgs.). **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- ANJOS, José C. G. dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde**: lutas de definição da identidade nacional. Tese (Doutorado) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- BADIE, Bertrand. **L'État importé**: essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique. Paris: Fayard, 1992.
- BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **Política comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BARREIROS, Bruno C. **A institucionalização da sustentabilidade no espaço empresarial brasileiro**: a emergência de uma elite de top managers e a conformação dos neófitos. Tese (Doutorado) – CFH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- BEZERRA, Marcos O. **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- BOISSEVAIN, Jeremy. Patronage in Sicily. **Man**, 1:1, 1966.
- BORDIGNON, Rodrigo da R. **Elites políticas e intelectuais no Brasil**: condições de diversificação e estratégias de carreiras. Tese (Doutorado) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- BORDIGNON, Rodrigo da R. **Recursos sociais e modalidades de entrada na política**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- BORTOLUCI, José H.; JACKSON, Luiz C.; PINHEIRO FILHO, Fernando A. Contemporâneo clássico: a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. **Lua Nova**, n. 94, p. 217-254, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social. In: NOGUEIRA, Maria A.; CATTANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de Educação**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 65-70.
- BOURDIEU, Pierre. La circulation internationale des idées. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 2002/5, n.145.
- BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'État**: grandes écoles et esprit de corps. Paris: Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Quelques propriétés des champs. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questions de Sociologie**. Paris: Minuit, 1984.

BOURDIEU, Pierre; SAINT MARTIN, Monique. La Sainte Famille: l'épiscopat français dans le champ du pouvoir. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 44-45, 1982.

BOURDIEU, Pierre; SAINT MARTIN, Monique. de. Le patronat. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 20-21, 1978.

CAMPOS, Luiz A.; SZWAKO, José. Biblioteca Bourdieusiana ou como as ciências sociais brasileiras vêm se apropriando de Pierre Bourdieu (1999-2018). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 91, p. 1-25, 2020.

CANÊDO, Letícia; TOMIZAKI, Kimi; GARCIA JR., Afrânio. (Org.). **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. São Paulo: HUCITEC, 2013.

CHARLE, Christophe. **Les Élités de la République (1880-1900)**. Paris: Fayard, 1987.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, R. Apresentação: por um retorno à Sociologia das Elites. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, p. 7-15, 2008.

CORADINI, Odaci L. A politização em condições politicistas: alguns problemas analíticos e resultados de trabalhos. **Política & Sociedade**, v. 16, n. 5, p. 36-75, 2017.

CORADINI, Odaci L. Efeitos da educação formal, categorias ocupacionais e posição social. **Sociedade e Estado**, v. 29, p. 511-538, 2014.

CORADINI, Odaci L. A condição em falso: sobre um trajeto de professor e pesquisador em ciências sociais no Brasil. **Espacios en Blanco**, v. 20, p. 129-163, 2010a.

CORADINI, Odaci L. Estruturas de dominação, integração social e muito mais: os confrontos entre as noções de capital social de Bourdieu e Coleman. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 69, p. 23-41, 2010b.

CORADINI, Odaci L. (Org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008.

CORADINI, Odaci L. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. **Estudos Históricos**, v. 35, 2004.

CORADINI, Odaci L. “Grandes famílias” e elite “profissional” na Medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, III (3), 1997a.

CORADINI, Odaci L. O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a “crise da Medicina” no Rio Grande do Sul. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 4, n.2, p. 265-286, 1997b.

CORADINI, Odaci L. A formação da elite médica no Brasil e sua seleção: confronto com o “caso francês”. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. III (3), 1996.

DÉZALAY, Yves. Les courtiers de l'international: héritiers cosmopolites, mercenaires de l'impérialisme et missionnaires de l'universel. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 151-152, 2004/1-2.

DÉZALAY, Yves. **Marchands de droit**. Paris: Fayard, 1992.

DÉZALAY, Yves; GARTH, Bryant. **The Internationalization of Palace Wars: lawyers, economists and the contest for Latin American States**. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

ENGELMANN, Fabiano. Juristas e politização da justiça no Brasil: desafios para a abordagem sociopolítica. **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 20, p. 9-28, 2023.

ENGELMANN, Fabiano. **Sociologia do campo jurídico: juristas e usos do direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2006.

ENGELMANN, Fabiano. **Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do Direito no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ENGELMANN, Fabiano. **A formação da elite jurídica no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

GARCIA JR., Afrânio. As fronteiras internacionais das ciências sociais: itinerários de um intelectual coletivo. Entrevistador: Mihai Gheorghiu. **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 17, n. 33, 2020.

GOBO, Karla. **Noblesse d'État: do campo ao habitus da diplomacia brasileira**. Tese (Doutorado) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

GRILL, Igor G. **Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

GRILL, Igor G. **As bases sociais dos compromissos: candidatos e eleições no sul do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

GRILL, Igor G.; REIS, Eliana T. dos (Org.). **Estudos de elites e formas de dominação**. São Luís: EDUFMA, 2020a.

GRILL, Igor G.; REIS, Eliana T. dos (Org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**. Vol. 3. São Luís: EDUFMA, 2020b.

GRILL, Igor G.; REIS, Eliana T. dos. Dos campos aos domínios das elites no Brasil. **TOMO**, n. 32, p. 163-210, 2018.

GRILL, Igor G.; REIS, Eliana T. dos. O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita. **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 9 (17), p. 101-121, 2012.

GRÜN, Roberto. Dinheiro no bolso, carrão e loja no shopping: estratégias educacionais e estratégias de reprodução social em famílias de imigrantes armênios. In: ALMEIDA, Ana M.; NOGUEIRA, Maria A. (Org.). **A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 66-75.

LANDÉ, Carl H. Groups politics and dyadic politics: notes for a theory. In: SCHMIDT, Steffen W.; SCOTT, James C.; LANDE, Carl; GUASTI, Laura. (Orgs.). **Friends, followers and factions: a reader in political clientelism**. Berkeley: University of California Press, 1977, p. 506-510.

LEITE LOPES, José S. Touraine e Bourdieu nas ciências sociais brasileiras: duas recepções diferenciadas. **Sociologia & Antropologia**, v. 03.05, p. 43-79, 2013.

LIMA, Aline M. C. B. **A Revolta dos Dândis: a elite da advocacia pública sergipana, profissionalismo e poder**. Tese (Doutorado) – CECH, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

MAYER, Adrian C. La importancia de los cuasi-grupos en el estudio de las sociedades complejas. In: BANTON, Michael (org.). **Antropologia social de las sociedades complejas**. Madri: Alianza, 1990, p. 108-133.

MICELI, Sérgio. A recepção de Pierre Bourdieu no Brasil: circunstâncias e mediadores. **Sociologias Plurais**, v. 7, n. 3, p. 14-27, 2021.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MUÑOZ, Marie-Claude. Estudos internacionais: percursos objetivos e experiências subjetivas. In: CANÊDO, Leticia; TOMIZAKI, Kimi; GARCIA JR., Afrânio. **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. São Paulo: HUCITEC, 2013.

NOGUEIRA, Maria A. Estratégias de escolarização em famílias de empresários. In: ALMEIDA, Ana M.; NOGUEIRA, Maria A. (Org.). **A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 49-65.

OLIVEIRA, Wilson J. F. de. **“Paixão pela natureza”**: atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000. Tese (Doutorado) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PALMEIRA, Moacir. Entrevista com Moacir Palmeira. Entrevistador: José S. Leite Lopes. **Horizontes Antropológicos**. vol. 19, n. 39, p. 435-457, 2013.

PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (Orgs.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (Orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PORCIONATO, Gabriela. L.; MOURA, Paulo J. de C.; VIEIRA, Mateus. T. A contribuição de Pierre Bourdieu para os estudos sobre elites no Brasil. **Sem Aspas**, v. 11, n. esp. 1, 2022.

REIS, Eliana T. dos. **Contestação, militância e engajamento**: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

REIS, Eliana T. dos; GRILL, Igor G. Transações em nome da ‘democracia’: causas, portavoices e modalidades de intervenção a partir de Fundações Partidárias alemãs no Brasil. **REVISTA PÓS-CIÊNCIAS SOCIAIS**, v. 20, p. 292-329, 2023.

REIS, Eliana T. dos; GRILL, Igor G. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades dos profissionais da representação no Brasil. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 137-159, 2017.

REIS, Eliana T. dos; GRILL, Igor G. (Org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**: reflexões e aplicações não canônicas. Vol. 2. São Luís: EDUFMA, 2016.

REIS, Eliana T. dos; GRILL, Igor G. (Org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: EDUFMA, 2014.

REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Dossiê Elites políticas, v. 16, n. 30, 2008.

REVISTA PÓS CIÊNCIAS SOCIAIS. Dossiê Transações de bens simbólicos entre configurações nacionais, v. 20 n. 2 (2023).

REVISTA PÓS CIÊNCIAS SOCIAIS. Dossiê Estratégias de reprodução de “Elites”, v. 17, n. 33, 2020.

REVISTA PÓS CIÊNCIAS SOCIAIS. Dossiê Cultura, poder e modalidades de engajamento, v. 9, n. 17, 2012.

REVISTA PÓS CIÊNCIAS SOCIAIS. Dossiê Elites, v. 8, n. 15, 2011.

ROCHA, Maria E. M.; PETERS, Gabriel. Facetas de um Bourdieu tupiniquim: momentos de sua recepção no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 91, p. 1-30, 2020.

SAINT MARTIN, Monique de. La notion de champ chez Bourdieu. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 10, n. 26, 2022, p. 222-235.

SAINT MARTIN, Monique de. Capital social. In: CATTANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria A.; HEY, Ana P.; MEDEIROS, Cristina C. C. de. (Organização). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 113-116.

SAINT MARTIN, Monique de. Une grande famille. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 31, p. 4-21, 1980.

SCHMIDT, Steffen W.; SCOTT, James C.; LANDE, Carl; GUASTI, Laura. **Friends, followers and factions: a reader in political clientelism**. Berkeley: University of California Press, 1977.

SCOTT, John. Corruption, machine politics, and political change. **American Political Science Review**, 63, n 4, 1969, p. 1142-1158.

SEIDL, Ernesto. Elites e instituições: pistas para investigação. In: GRILL, Igor G.; REIS, Eliana T. dos. (Org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões e aplicações não canônicas**. São Luís: EDUFMA, 2016, p. 97-125.

SEIDL, Ernesto. Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor G. **As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SEIDL, Ernesto. Condicionantes sociais na composição do alto oficialato militar brasileiro (1850-1930). In: HEINZ, Flavio M. (Org.). **História Social de Elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 11-27.

SEIDL, Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930). **Revista de Sociologia e Política**, Vol. 16, n. 30, 2008.

SEIDL, Ernesto. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SEIDL, Ernesto. **A espada como “vocação”**: padrões de recrutamento e seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930). Dissertação (Mestrado) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SEIDL, Ernesto; BARREIROS, Bruno Costa. Sobre elites e instituições: caminhos de pesquisa. **Estudos Históricos**, v. 37, 2024, p. 01-29.

SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor G. A política como objeto de estudo das Ciências Sociais. In: SEIDL, E.; GRILL, I. G. **As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SILVEIRA, Treicy G. da. **“Guardião da Sociedade”**: uma sociologia do Ministério Público. Tese (Doutorado) – CFH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

TEMPO SOCIAL. Dossiê Elites, v. 29, n. 3, 2017.

TOMO. Dossiê Sociologia do poder e das elites, v. 10, n. 13, 2008.

VIEIRA, Danilo J. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? *In*: NETO, A. M.; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, C. A. (Orgs.). Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

WACQUANT, Loïc. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 26, 2006.

WEINGROD, Alex. Patrons, patronage, and political parties. *Comparative Studies in Society and History*, vol. 10, n. 4, 1968, p. 377-400.

WOLF, Eric. Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo en las sociedades complejas. *In*: BANTON, M. (org.). **Antropología social de las sociedades complejas**. Madri: Alianza, 1990, p. 19-39.

Submetido em: 26/05/2024

Aprovado em: 12/09/2024

LIÇÕES A PARTIR DO CAMPO: A OBRA DE PIERRE BOURDIEU E OS NOVOS ESTUDOS RURAIS¹

LECCIONES DEL TERRENO: LA OBRA DE PIERRE BOURDIEU Y LOS NUEVOS ESTUDIOS RURALES

LESSONS FROM THE FIELD: THE WORK OF PIERRE BOURDIEU AND THE NEW RURAL STUDIES

*Rodrigo Constante MARTINS**

RESUMO: O objetivo deste texto é apresentar um esforço prospectivo da abordagem bourdieusiana para os temas contemporâneos do rural – particularmente em contextos sociais marcados pela história colonial. De modo específico, se buscará lançar algumas hipóteses analíticas para a compreensão de elementos da ambientalização dos conflitos agrários no Brasil a partir do diálogo com a obra de Bourdieu – em especial com suas etnografias na Argélia colonial e o estudo sobre os camponeses do Béarn.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos rurais. Colonialidade e conflitos socioambientais. Ruralidades. Meio ambiente.

RESUMEN: *El objetivo de este texto es presentar un esfuerzo prospectivo del enfoque bourdieusiano para las cuestiones rurales contemporáneas - particularmente en contextos sociales marcados por la historia colonial. Más concretamente, se tratará de lanzar algunas hipótesis analíticas para comprender elementos de la*

* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2700-3319>. Contato: rmartins@ufscar.br.

¹ Este texto é uma versão ampliada da exposição preparada para a Mesa Redonda *O rural em Bourdieu*, que teve lugar no “Congresso Internacional Pierre Bourdieu e a sociologia como esporte de combate”, organizado pelo NESPOM, na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus Araraquara, em setembro de 2023. Agradeço às colegas Renata Paoliello, Carolina Pulici e Patrícia Ramiro a oportunidade de discutir as ideias apresentadas no texto. E especialmente à Maria Chaves Jardim, pelo gentil convite.

ambientalización de los conflictos agrarios en Brasil a partir del diálogo con la obra de Bourdieu - en particular sus etnografías en la Argelia colonial y su estudio sobre los campesinos del Béarn.

PALABRAS CLAVE: *Estudios rurales. Colonialidad y conflictos socioambientales. Ruralidades. Medio ambiente.*

ABSTRACT: *The aim of this text is to present a prospective effort of the Bourdieusian approach to contemporary rural issues - particularly in social contexts marked by colonial history. More specifically, it will seek to launch some analytical hypotheses for understanding elements of the environmentalization of agrarian conflicts in Brazil based on dialogue with Bourdieu's work - particularly with his ethnographies in colonial Algeria and his study of the Béarn peasants.*

KEYWORDS: *Rural studies. Coloniality and socio-environmental conflicts. Ruralities. Environment.*

Introdução

A sociologia de Pierre Bourdieu tem relação direta e estreita com a empiria. Seguramente, esta afirmação não invoca nenhuma novidade para aqueles já familiarizados com a obra do autor. Mas, no Brasil, aprofundar esta relevância dos estudos empíricos em todo constructo analítico do autor pode causar espécie às gerações mais jovens, comumente introduzidas à leitura do sociólogo francês a partir de ensaios teóricos, elaborados ora pelo próprio autor, em situações de conferências, cursos ou interlocuções em mesas de debates; ora por comentadores, dedicados a organizar a obra como constructo analítico. Este espanto pode ser ainda maior se a recorrência à empiria nos estudos de Bourdieu conduzi-las ao universo camponês e às sociabilidades rurais. Mesmo que, paradoxalmente, o primeiro vetor de introdução da obra de Bourdieu no Brasil tenha passado pelos esforços empreendidos no Museu Nacional, na década de 1970, sob a liderança de Moacir Palmeira, justamente no escopo de estudos sobre o campesinato no nordeste do país – e em explícito diálogo com os trabalhos de Bourdieu no Béarn e, principalmente, na Argélia (Garcia JR; Garcia-Parpet, 2023).

O fato é que, particularmente na sociologia brasileira, outros vetores terminaram por lançar mais luz e força aos estudos de Bourdieu dedicados ao campo da cultura e das elites. Conforme demonstrou Rocha (2022), o início da circulação editorial das obras de Bourdieu no país foi marcado pela trajetória acadêmica de agentes

mediadores que se tornariam referências na sociologia brasileira entre meados das décadas de 1980 e 1990. Dentre estes, a figura mais constante é, sem dúvidas, o sociólogo Sérgio Miceli. Pesquisador da área sociologia da cultura e das elites, além de único brasileiro a defender tese de doutorado orientada por Bourdieu, ainda na década de 1970, Miceli foi o organizador de *A economia das trocas simbólicas* (2015), primeira obra de Bourdieu publicada no país, em 1974. Nos anos e décadas seguintes, Miceli foi editor e/ou tradutor de várias outras obras do autor, quase todas ligadas aos temas afeitos à sociologia da cultura e dos intelectuais.

Em 1983, no âmbito da Coleção Grandes Cientistas Sociais, editada por Florestan Fernandes entre 1978 e 1990, foi publicado o volume dedicado à sociologia de Bourdieu. Organizado por Renato Ortiz – sociólogo da cultura também com formação na França –, o volume, que logrou circulação ímpar no mercado editorial universitário brasileiro, reuniu textos sobre questões teóricas (conhecimento praxiológico), campo, gosto e classe, extraídos basicamente de *Esquisse d'une théorie de la pratique* (1972) e de volumes da revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*.

Sem o propósito de inventariar aqui a disseminação variada dos trabalhos de Bourdieu no Brasil, parece suficiente registrar que o dínamo de sua obra no país, nas décadas de 1980 e 1990, se estruturou em torno de seus trabalhos sobre cultura (incluindo aqui a relevância dos marcadores da cultura nos seus estudos sobre educação). O alcance da circulação de obras como *A economia das trocas simbólicas* (2015), *As regras da arte* (1996) e *O poder simbólico* (1989) na academia brasileira dão conta das linhas de força dos estudos sobre cultura na trajetória de consolidação de sua influência nas ciências sociais – e na sociologia, em particular – no Brasil².

Neste percurso, os debates sobre os processos de descamponização e encamponização, violência colonial, consciência perspectiva, celibato e unidades sociais tradicionais passaram ao largo da relação dos temas mais recorrentes. Porém, imediatamente após sua morte, em fevereiro de 2002, a retomada dos textos sobre a Argélia e o Béarn ganhou novo fôlego, não apenas no Brasil. Na França, *Le bal des célibataires* foi publicado em março de 2002, recolhendo pela primeira vez em único volume os três ensaios sobre o Béarn, publicados entre 1962 e 1989, precedidos de uma introdução do próprio autor, com data de julho de 2001.

Nos novos estudos rurais brasileiros, a recorrência a estes trabalhos também ganhou outro fôlego. Nas pesquisas sobre territórios, novas economias, trabalho e renda no campo, diversificação das interações entre o rural e o urbano, classes médias rurais, novas sociabilidades rurais e questão ambiental, os primeiros trabalhos de campo de Bourdieu vêm sendo objeto de uma importante retomada.

² Para passagens importantes que evidenciam a força de alguns dos textos de Bourdieu sobre cultura na recepção de sua obra no Brasil, ver Bortoluci, Jackson e Pinheiro Filho (2015).

Retomada que articula estes primeiros trabalhos com os momentos seguintes e mais concorridos da obra do autor. Conforme sublinhado por Favareto e Martins (2022), desta trajetória, que não é unívoca, pode-se identificar trabalhos monográficos que acentuaram a compreensão do mundo rural para além dos seus próprios termos, buscando sua relação com outros campos ou domínios do mundo social; pesquisas sobre as transformações do rural dando igual atenção às estruturas que condicionam a ação e às formas pelas quais a ação social exerce margem de liberdade na existência individual; e esforços de interpretação que recuperam a gênese de disposições duráveis que se renovam e se reinventam em termos históricos e territoriais.

O presente artigo não pretende realizar um balanço do estado da arte da influência da obra de Bourdieu sobre os estudos rurais brasileiros. Pretende, sim, apresentar apontamentos e sugerir percursos para a revisitação dos trabalhos feitos na Argélia e no Béarn. Particularmente, serão relacionados achados destes estudos para avançar em um dos temas que tem atravessado os debates sobre a rural contemporâneo – a saber, a questão ambiental. Serão apresentados diálogos possíveis com as inferências produzidas a partir das etnografias de Bourdieu sobre o campesinato para se lançar hipóteses acerca da ambientalização dos conflitos agrários, tomando como foco o contexto da sociedade brasileira, também marcada pela história colonial.

Dos trabalhos de campo de Bourdieu aos novos estudos rurais

O argumento que tinge os vários momentos desta exposição sustenta que a leitura mais rigorosa e criativa da obra de Bourdieu não se concentra na sistematização de conceitos. Sabidamente, diante da extensão da obra, muitos esforços se voltaram para uma leitura teórica do autor, remontando a passagens mais conceituais de seus trabalhos. Ainda que úteis como auxílio à compreensão da obra, estes trabalhos terminam por sempre correr o risco de perder de vista as diferentes dentições dos conceitos e hipóteses formuladas ao longo do tempo, em distintas conjunturas históricas e ambientes acadêmicos e políticos. O próprio Bourdieu se recusava ao confinamento destes debates. Conforme ele próprio advertiu em seu *Esboço de autoanálise* (2005), suas passagens mais teóricas foram lançadas em notas de pé de página, prefácios ou posfácios. Por demandas externas, seus textos teóricos foram ganhando corpo no adiantado da carreira, mas sempre com fundamento nos estudos empíricos. Somente em *Meditações Pascalianas* (2001) ele daria respostas teóricas sistemáticas a muitas das indagações lançadas por críticos sobre sua obra, ainda assim chamando a atenção para a necessidade de escapar daquilo que denominava por teorética, prática própria do pensamento escolástico.

Os esforços de retomada dos estudos empíricos permitem melhor situar a ênfase da dimensão histórica dos trabalhos e mesmo da trajetória do autor. Ou seja: observar como o *habitus* resulta dos seus trabalhos de campo (particularmente dos primeiros realizados na Argélia, no final da década de 1950); verificar como a noção de violência simbólica é trabalhada nestes estudos; compreender como a noção de capital cultural resulta dos estudos sobre o sistema de ensino, desde a fase dos trabalhos com o Jean Claude Passeron (da segunda metade da década de 1960) até *La Noblesse d'État* de 1989; e compreender a dimensão histórica dos seus estudos sobre classes sociais (*A distinção* (2007) e *O amor pela arte* (2003)), sobre o campo da cultura (*As regras da arte* (1996)) e o campo universitário (*Homo academicus* (2011)), são estratégias de compreensão que traçam uma cartografia do percurso do próprio autor, com a história das indagações e seus territórios de formulação. Ademais, tal história e cartografia intelectual permite, inclusive, identificar como e por que alguns dos conceitos foram sendo modificados ao longo do tempo, de tal sorte a se poder identificar seus movimentos e intervalos.

Com efeito, o estudo de Bourdieu sobre o trabalho e o campesinato cabila se consolidou, ao longo de sua carreira, como experiência de pesquisa cujos resultados apareceram amiúde ao longo das décadas subsequentes. Central nos primeiros trabalhos – no caso, *Sociologie de l'Algérie*, de 1958; *Travail et travailleurs en Algérie* (em colaboração com Alain Darbel, Jean-Paul Rivet e Claude Seibel), de 1965, e; *Le déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie* (com Abdelmalek Sayad), de 1964 –, esta etnografia ainda repercutiria resultados na primeira parte de *Esquisse d'une théorie de la pratique* (1972), em *Le sens pratique* (1980) e em *La domination masculine* (1998)³.

Conforme enfatiza Pérez (2022a), Bourdieu tornou-se sociólogo durante uma guerra de descolonização, na qual cumpria funções administrativas do serviço militar obrigatório e, simultaneamente, reunia estatísticas e iniciava sua experiência etnográfica. Na relação com Abdelmalek Sayad, aprendia a romper com as lições sobre olhar distanciado da etnologia de Lévi-Strauss (1955). Sayad era assistente de Bourdieu em um estudo cujo objeto era sua própria sociedade, em guerra pela libertação colonial, momento singular de transformação para qualquer formação social. Paralelamente, Bourdieu empreendia o estudo de sua própria sociedade natal, no Béarn, também em momento singular de transformação. A crise da reprodução social do campesinato, marcada pela unificação com o urbano no mercado matrimonial local, foi investigada por Bourdieu (2002) não sob o modelo das regras de parentesco, mas sob a perspectiva da estratégia. E, para levar a cabo o estudo, o autor precisou pesquisar e alinhar formas de enfrentamento de sua própria inserção nas

³ Em 1977, Bourdieu publicou *Algérie 60*, versão resumida dos argumentos desenvolvidos em *Travail et travailleurs en Algérie* (2021), com propósito inicial de publicação em língua estrangeira.

relações sociais locais, situação que envolveu sua própria família na condução da pesquisa de campo⁴. Ao final dos estudos na Argélia e no Béarn, o autor consideraria concluída sua conversão da filosofia à sociologia (Bourdieu, 2005).

A condução paralela destes estudos, a preparação conjunta dos textos e, principalmente, a posição homóloga dos grupos estudados nos dois espaços sociais fez com que o próprio autor lançasse recursos de analogia para refletir sobre situações e mesmo condutas nos trabalhos de campo. Em entrevista concedida ao escritor e poeta cabila Mouloud Mammeri, Bourdieu recorreu a analogias entre o Béarn e a Cabila para se referir a direitos costumeiros, relações de parentesco, estratégias matrimoniais, modos de sucessão e contornos das unidades camponesas (Bourdieu; Mammeri, 2022). Assim, estudar a Cabília, distante do seu universo, o permitiu objetivar relações no Béarn até então não questionadas desde seu olhar de origem. Esta relação com o próximo e o distante repercutira, segundo o próprio autor, em suas então certezas epistemológicas.

Mas de que modo estes estudos sobre a crise e o desenraizamento do campesinato Cabila, somados à pesquisa no Béarn, podem ser tomados como casos de interlocução nos estudos contemporâneos sobre o atravessamento da questão ambiental em sociabilidades rurais?

No campo da sociologia rural, a entrada em cena da moderna questão ambiental como eixo de construção de novos objetos data do final da década de 1970 (Martins; Cunha, 2020). Esta inovação na agenda da área se deveu a vários fatores, dentre os quais estavam as novas práticas estabelecidas no continuum rural-urbano, a consolidação da temática ambiental como questão pública e a degradação dos espaços rurais promovida pela Revolução Verde na agricultura. Neste movimento, a noção de território ganhou abrangência nos debates acadêmico e político, quase sempre sendo mobilizada em favor da promoção de políticas de conservação da biodiversidade, de novas formas de gestão dos recursos naturais e mesmo de requalificação dos espaços rurais – agora não mais reduzidos à agricultura, mas também problematizados em função de outras atividades econômicas emergentes (Hamman, 2017; Martins, 2014).

Desde a década de 1970, a pauta público-ambiental foi animada pelo emprego do vernáculo econômico. Alocação/uso racional dos recursos, ativos e passivos ambientais, patrimônio ambiental, produtividade ambiental, custos e tarifas ambientais, bens e serviços ambientais, Produto Interno Bruto (PIB) verde, valoração ambiental e inventário ambiental são expressões do léxico econômico que

⁴ Em pesquisa recente nos arquivos de Bourdieu, Heilbron e Issenhuht (2022) puderam identificar que a pesquisa de campo no Béarn se constituiu no que classificaram como processo de objetivação em família. Os pais de Bourdieu terminaram por assumir o papel de efetivos pesquisadores de campo, sendo treinados pelo sociólogo para se ocuparem desde os trabalhos mais simples (como contatos iniciais com informantes, montagem preliminar de genealogias familiares) até mesmo à condução de entrevistas de redação de cadernos de campo.

adquiriram legitimidade no contexto dos debates sobre meio ambiente e sustentabilidade (Martins, 2015). À tais formas de classificação da questão ambiental, se seguiam recomendações “naturais” para a criação de instrumentos econômicos de gestão e políticas ambientais. Emergiram as propostas de zoneamento econômico-ecológico para a exploração dos recursos naturais, a elaboração de métodos de aferição de externalidades econômicas negativas (poluição e escassez, por exemplo) ou positivas (reflorestamento e conservação do solo, por exemplo) para a indução de comportamentos individuais, a elaboração de indicadores de mensuração da disponibilidade da sociedade em pagar pela preservação ambiental, a construção de mercados hipotéticos para os serviços ambientais dos ecossistemas rurais e os índices de investimento na economia da conservação ou da vida selvagem (Martins, 2009).

A investida dos processos de classificação econômica da questão ambiental sobre os territórios rurais expressa dimensões complexas do debate sobre sustentabilidade. Estes processos atravessam a ressignificação simbólica destes espaços e de seus recursos, revalorizados pela própria crise ambiental urbana. A força desta classificação econômica das experiências sociais sobre o rural é um processo social relevante, porquanto influi na elaboração e na condução das políticas público-ambientais.

Por certo, a legitimidade da gestão ambiental amparada nas descrições e prescrições da ciência econômica sustenta-se em disposições socialmente estruturadas que garantem a crença de certos grupos sociais na equivalência entre eficiência econômica estrita e ordenamento socioambiental. Isto é, a correspondência entre estruturas objetivas e estruturas de percepção promove a *doxa* sobre a própria noção de sustentabilidade, que parece atingir o ponto máximo da crença na expressão *patrimônio ambiental*.

Torna-se, portanto, de grande valia o resgate das críticas empírico-analíticas lançadas por Bourdieu face o colonialismo e a tentativa de gestão dos corpos (e das formas de agir e pensar) mediante a universalização da hipótese do *homo economicus* como descrição de comportamentos e práticas sociais.

Homo economicus, habitus e violência simbólica: gênese

Desde os primeiros trabalhos na Argélia, Bourdieu empreendeu a crítica do discurso econômico – que em certo sentido pode ser interpretada como uma nova crítica da economia política, porém sustentada em outras bases. Mostrou como a racionalidade do cálculo mercantil, ausente nos Cabila, não seria nada além do que um aspecto de uma racionalidade global que guia o senso prático. No caso, é o moderno discurso mercantil que organiza uma economia política generalista, na

qual os bens materiais parecem determinar unilateralmente os bens simbólicos. Isso porque a ciência econômica repousa sobre uma abstração originária, que consiste em dissociar uma categoria particular de práticas, ou uma dimensão particular de todas as práticas, em instrumento explicativo do todo. Assim apresentado, o fato econômico dependeria da crença em sua forma como “fato social total”, desistoricizado e emancipado de outros universos sociais (Bourdieu, 2000).

No propósito de sustentar o argumento sobre o universalismo das condutas sociais, o utilitarismo neoclássico sugere que as resistências à ordem mercantil dos cálculos de custo-benefício do *homo economicus* seriam produtos de obstáculos culturais, de inaptações e mentalidades irracionais. Assim, existiria um modelo de comportamento racional que teria alcançado realização plena nas sociedades do norte ocidental, e que encontraria entraves em sociedades como a argelina, diante de atitudes não-lógicas decorrentes da cultura tradicional⁵.

Na agricultura tradicional na Argélia, Bourdieu (1977) destacara o quão limitante e violento poderia ser a universalização das expectativas em torno comportamento do *homo economicus* neoclássico. Ao tratar das transformações da ordem econômica e social do campesinato argelino durante o período de domínio francês sobre o país, o autor evidenciou o papel desempenhado pelo conjunto dos saberes empíricos sobre o agir dos membros de grupos sociais específicos. No caso dos camponeses argelinos, as categorias econômicas capitalistas – tais como previsão, cooperação, organização técnica do trabalho, crédito, troca monetária e a abstração do futuro –, ao serem confrontadas com a consciência temporal campesina, foram submetidas a um senso prático cuja densidade se amparava no conjunto de saberes empíricos do agir e pensar. E tais saberes em torno das trocas se baseavam na noção de *niya*, que significa simplicidade, conservação e justiça – sempre em relação à comunidade. A *niya* exclui a ideia de acúmulo e é acompanhada da sobriedade, como a arte de moderar necessidades. Neste contexto, o que Bourdieu observara não foi uma simples contradição de *ethos*, explicação convencional para a época. Bourdieu identificou, nesta aparente contradição, as linhas de forças da dominação colonial que estavam para além do controle de classe sobre as trocas materiais.

Ao remontar o trajeto dos trabalhos de Bourdieu na Argélia no quadro intelectual francês das décadas de 1940 e 1950, marcado pela força da teoria da modernização e pelos debates sobre aculturação, Go (2018) evidencia como o autor pôde teorizar o colonialismo como um sistema social estruturado pelo racismo e pela violência, produzindo – mais do que *reproduzindo* – subjetividades. Este sistema – classificado por Bourdieu como sistema colonial – conjuminava aspectos econômicos, políticos e culturais que conduziam a subjetividade dominada a assumir

⁵ O caráter ideológico mais geral das formulações do utilitarismo neoclássico foi recuperado por Bourdieu no curso “Os fundamentos sociais da ação econômica”, ministrado entre abril e junho de 1993 no *Collège de France* e editado postumamente em Bourdieu (2017).

a natureza negativa que a sociedade dominante sustentava como essência e destino do dominado, de tal modo a compor um sistema próprio de relações e disposições sociais do colonizado (Bourdieu, 1958)⁶.

Foi com base no cenário de confronto da crise colonial na Argélia que Bourdieu e Sayad (1964) concluíram que, dotados de um senso prático organizado em torno da consciência perspectiva da comunidade e da terra, os camponeses, mesmo quando arrancados da terra e levados a um processo de descamponização, elaboraram uma economia das práticas sociais ainda com lógica própria, pois foram violentados e não aculturados. E nesta economia das práticas, o interesse individual tem sentido no sistema de valores onde o aspecto material não era o único tomado em conta.

Sob tal enfoque, colonialismo e capitalismo são linhas de força objetivas cuja articulação política e econômica é a mais evidente. Porém, o alcance simbólico desta articulação produz desposseções individuais e de classe, com efeitos de dominação legítima que conduzem o dominado a se reconhecer como naturalmente inferior através das lentes do dominante⁷. Para além da ideologia e opressão, a interiorização das relações de poder pelos indivíduos leva o sentido de inferioridade para o próprio corpo. Por isso, em Bourdieu, os caminhos da luta pela libertação seriam mais complexos do que o projeto de revolução campesino-socialista idealizado, por exemplo, por Fanon (2005)⁸.

Nesta acepção ainda embrionária do *habitus*, Bourdieu foca a ideia do habitat, da habitação, a morada do corpo, das ideias e dos valores. O território simbólico que assegura permanências, lugar de reconhecimento permanente. Permanências e reconhecimento que de modo algum são mecânicos, porque são atualizados na prática. E esta atualização também pode ser cenário de conflito e mudança – vide o contexto

⁶ Em seu trabalho sobre pensamento social, Go (2016) destaca oportunamente que, embora a grande difusão internacional da obra Bourdieu tenha ocorrido a partir do final da década de 1970, com base em seus estudos sobre a sociedade francesa, e mesmo com o fato do autor não ter retomado posteriormente suas discussões sobre colonialismo, suas pesquisas iniciais lançaram pistas então inovadoras para uma crítica às epistemologias coloniais nas ciências sociais. E, em larga medida, estas pistas tiveram relação tanto com a postura adotada por Bourdieu em seus estudos na Argélia, quanto com sua interlocução com intelectuais argelinos, como Mouloud Feraoun e Mouloud Mammeri, além da parceria com seu então estudante e depois colaborador Abdelmalek Sayad.

⁷ Bourdieu observara que “a situação colonial cria a pessoa “desprezível”, ao mesmo tempo em que cria a atitude desprezível; mas cria, por sua vez, um espírito de revolta contra esse desprezo, e assim a tensão que corta toda a sociedade em pedaços continua aumentando” (Bourdieu, 1962, p. 134, tradução nossa)

⁸ Recuperados no contexto dos estudos pós-coloniais e decoloniais, os textos de Frantz Fanon lançam perspectivas bastante singulares em relação à questão racial e colonial na luta pela independência da Argélia. Por esta razão, observou-se, na última década, a insistência de pesquisadores em buscar supostos diálogos entre os primeiros trabalhos de Bourdieu e os textos de Fanon. Entretanto, para além de citações isoladas, este diálogo, infelizmente, não existiu. Esta ausência de interlocução sistemática, nítida nos trabalhos de Bourdieu, também pôde ser verificada na pesquisa de Pérez (2022b) junto aos arquivos do sociólogo francês.

da violência que a dominação colonial e o mercado matrimonial urbano lançaram sobre o universo simbólico dos camponeses na Cabília e no Béarn, respectivamente.

Nos textos sobre a Argélia, e em muitos aspectos também seu trabalho em Béarn (Bourdieu, 2002), o objeto de estudo de Bourdieu poderia ser definido como a inadequação das estruturas econômicas às disposições, representações e valores expressos pelos argelinos de origem rural que não haviam sido preparados para se confrontar com a economia urbana de mercado. Ao recusar o enfoque da aculturação e os argumentos acerca dos “obstáculos culturais”, Bourdieu voltou-se para a gestação de uma sociologia das disposições temporais – e, convém sublinhar, temporais por serem produzidas no espaço e na história. Assim, a depender da história e do território de confecção das relações sociais, a indagação sobre as determinações materiais ou culturais de formas de socialização diz muito pouco. Ou, indo ao extremo, diz mais sobre quem indaga do que sobre o espaço social alvo da indagação. Bourdieu propõe uma análise que busca ir além do essencialismo da cultura ou do materialismo econômico para construir uma sociologia capaz de indicar os ajustes e deslocamentos dos agentes ante as condições objetivas do mundo social.

Garcia-Parpet (2006) ressalta que é precisamente por via da experiência do domínio prático da economia doméstica no Béarn que Bourdieu desenvolveu o conceito de capital simbólico. Isso porque conseguiu mostrar que as trocas campesinas locais repousavam sobre uma negação daquilo que se consideraria ser a própria economia desde a ótica utilitarista, a saber, a organização de operações orientadas pelo interesse individual e baseada no cálculo entre equivalências e na previsão do lucro. Contrariamente, as práticas camponesas, mesmo parecendo desinteressadas sob o olhar exógeno, não cessavam de envolver também cálculo econômico, porém orientado por apostas não-materiais e inquantificáveis – características tradicionalmente associadas pelos economistas à irracionalidade do sentimento e da paixão – ou aos *resíduos*, nos termos de Pareto⁹.

Para Bourdieu, o enfoque determinista do comportamento social se manifesta nas formas particulares segundo as sociedades e sua história. Ele é confundido com o capital econômico porque, na sociedade moderna, a forma dominante do capital é o capital mercantil. Isso também faz da economia a disciplina dominante no campo das ciências sociais, impondo a racionalidade econômica como forma suprema de racionalidade. Assim, em seu cálculo mercantil, a racionalidade transborda a esfera material para impregnar todo o sistema social. Faz coincidir prestígio e interesse,

⁹ O ponto *optimum* de Pareto seria o equilíbrio ideal entre custos e benefícios, oferta e procura na alocação eficiente de recursos escassos. Para a retomada da microeconomia neoclássica, sob a perspectiva de Vilfredo Pareto, no campo da economia ambiental, ver Martins (2013). Para a classificação sobre o objeto sociológico, voltado aos *resíduos* do cálculo racional de custo-benefício, ver Souza (1985).

e transforma o interesse egoísta em uma suposta meta universal e legítima. Nesta perspectiva, a sociedade em seu conjunto se constitui em um objeto da economia política que, a partir de então, parece servir como chave-mestra para o desvendamento de qualquer prática social, atravessando os modernos saberes disciplinares, desde a psicologia, sociologia e ciência política, passando pelos saberes politécnicos e chegando até os objetos interdisciplinares do final do século XX, notadamente a campos como o das ciências ambientais.

Hipóteses para um esporte de combate

As diversas modalidades de aparatos ambientais, amparados no princípio de uma política da natureza, se tornaram equipamentos de poder, ao menos desde o início do século XX. Isso porque a definição de uma política da natureza implica em teorias sobre zoneamento, especialização e hierarquização das porções do espaço-território, de tal sorte que as regulamentações produzidas pelas burocracias gestoras contribuem na objetivação de segregações sociais. E gerir a natureza implica também em produzir e difundir imagens legítimas da ordem natural e da própria ordem social que controla seus usos. Neste caso, reconhecendo a teoria neoclássica da utilidade marginal como um fato histórico-cultural, base sobre a qual as sociedades ocidentais se experimentaram no curso do século XX (Bourdieu, 2000), sua apropriação como discurso e instrumental para a gestão ambiental revela uma importante relação de força na ordem simbólica das representações contemporâneas sobre o meio ambiente (Martins, 2015).

Assim, os instrumentos econômicos de gestão ambiental podem ser compreendidos como momento do movimento de autonomização do próprio campo econômico. Do mesmo modo que as trocas deixaram de ser concebidas e explicadas como trocas domésticas, então comandadas por obrigações familiares e comunitárias, dando lugar a um novo princípio de visão (e divisão) dominante, voltado aos cálculos individuais de custo-benefício da hipótese do *homo economicus*, as concepções sobre as modalidades de relação sociedade-natureza também acompanham este processo de conversão cognitiva. Neste caso, como bem apontou Williams (2011), as noções de natureza e meio ambiente dizem mais sobre as sociedades que a formulam (e seu respectivo momento histórico, com hierarquias e disputas específicas) do que sobre o fenômeno que podem pretender objetivar.

Sem embargo, no capitalismo moderno, as teorias econômicas exercem efeitos objetivos, para além das trocas materiais (Lebaron, 2000). Os modernos instrumentos de gestão ambiental, quando interpretados no contexto da disseminação das formas econômicas de classificação da experiência social, adquirem nova complexidade analítica. Sobretudo para as ciências sociais, que podem interpretá-los

no contexto das disputas sobre as formas de apropriação material e simbólica de seus significados e atributos.

Conforme problematiza a sociologia bourdieusiana, os indivíduos não podem ser concebidos como simples estátuas econômicas, posto que também são agentes políticos, culturais e pessoas morais, com motivações, interesses e libido construídos relacionamente. No rural brasileiro, há formas de violência de matriz colonial cujas motivações não se reduzem aos cálculos abstratos do *homo economicus* do utilitarismo neoclássico. E esta violência se faz valer também (e não apenas) no acesso e uso dos recursos naturais. Violência simbólica (tácita, cristalizada, história tornada natureza), que chega às práticas de uso dos recursos naturais, mas passa pela propriedade privada da terra e tem seu enraizamento em nossa história colonial e escravocrata.

No Brasil, a construção da propriedade privada da terra como forma jurídica esteve imbricada em processos sociais de base colonial e escravocrata. Como bem salientou Martins (2010), houve, da parte elite agrária do século XIX, uma estratégica articulação de interesses na constituição da Lei de Terras (1850), não por acaso durante o período de declínio do comércio de escravos. O escravo, até então principal reserva de valor do senhorio rural, daria lugar à terra transformada em mercadoria após 1850. Entrementes, esta transição – ou reconversão – se amparou na dinâmica das *plantations*, exemplos de controle direto e externo sobre a vida dos trabalhadores rurais e sobre o próprio território (Garcia Jr, 1989). Se mantendo desde o uso do trabalho forçado até o recrutamento de trabalhadores assalariados, as *plantations* asseguraram a preservação dos interesses da antiga elite escravocrata, reconvertida então em elite agrária proprietária de terras e atenta à manutenção da exploração intensiva do trabalho.

Uma hipótese provisória para este processo é a que o modo como a mentalidade escravocrata, de exploração absoluta e pouco (ou nada) regrada de sua mercadoria, viria a ser preservada/renovada/ou reinventada na exploração absoluta e pouco regrada da terra e de seus recursos. Isto é, do mesmo modo que se usou o escravo até o limite de suas forças (fazendo assim uso de sua propriedade absoluta), o mesmo passara a ser feito com a terra, mantendo as disposições do regime da *plantation*. Somente a partir da década de 1930 o Estado passaria a retomar sua autoridade jurídica sobre o território através do regramento do uso da terra, mediante a criação dos códigos de regulação da exploração dos recursos naturais – casos do Código Florestal e do Código das Águas, criados em janeiro e julho de 1934, respectivamente. Noções subsequentes – como a “terra produtiva”, presente na Constituição de 1988 – terminaram por reduzir a relação propriedade da terra à um “economicismo empobrecedor” (Martins, 1989), desprezando as demais dimensões desta relação, bem como as variadas funções ambientais que decorrem do parcelamento do território.

Este movimento de redução – ou simplificação – das relações de acesso à terra, assim como a escravidão, redutora do trabalho e sua humanidade, é um processo de longo alcance, cujas disposições de longa duração se mantêm ainda hoje. No tempo presente, os vários eventos do bolsonarismo relacionados ao meio ambiente revelam isso de maneira demasiado crua (Silva, Santos, 2023; Observatório do Clima, 2023; Paz *et al.*, 2022). Mas é possível observar isso também em outras situações que servem como terreno fértil para se fazer uma sociologia densa da prática.

Pôde-se observar traços destas disposições “negacionistas” de setores do agronegócio que reprovaram compromissos climáticos do Brasil. Além das críticas aos dispositivos do Código Florestal e à própria existência do Ministério do Meio Ambiente. Conforme enfatiza Pompeia (2024), uma das marcas essenciais do que se pode classificar como agro-bolsonarismo foi sua dependência da expansão horizontal das atividades agropecuárias, somando-se às pressões por alterações legais e administrativas que incidiu não somente na ofensiva sobre vegetações nativas, mas também sobre territórios tradicionais.

A matriz de disposições voltadas ao uso absoluto da terra e de seus recursos revelou-se com intensidade ímpar nos debates sobre a reforma do Código Florestal no Brasil. Em particular, na resistência de diferentes entidades patronais às regras sobre as Áreas de Proteção Permanente (APP) e às áreas de reserva legal, tratadas como “criação” recente para ferir o direito de propriedade, muito embora fossem dispositivos no Código Florestal Brasileiro de 1965 e que, por força da política até o final do século XX, não fez ameaçar a mentalidade colonial da exploração absoluta da terra e de todos os recursos nela disponíveis.

Assim como ocorrera nos debates sobre a abolição da escravidão no país¹⁰, a elite agrária do século XXI também recorreu à lógica do indenismo como proposta de atenuação dos conflitos potenciais. Um dos exemplos a respeito é a passagem descrita por Sauer e França (2012), na qual a então senadora e presidente da Confederação da Agricultura do Brasil (CNA), Kátia Abreu, em reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, afirmava que o meio ambiente seria “bem coletivo, mas não pode haver um ônus individual”, consequentemente, seria inconstitucional “impor o ônus individual de uma Reserva Legal e de uma APP aos agricultores sem indenização de suas propriedades rurais” (Sauer; França, 2012, p. 296).

¹⁰ Ainda no Brasil Império da segunda metade do século XX, o debate sobre indenizações aos ex-proprietários de escravos foi um dos veios não apenas para atenuar tensões do período abolicionista, mas também para mediar, em situações de maior tensão, as formas de acesso à terra. Isso diante do temor da eliminação conjunta do latifúndio e da monarquia, das instituições irmãs no período. Neste sentido, como bem sublinhou Alonso (2015), a agenda reativa da indenização serviu como contraponto e bloqueio da agenda propositiva dos direitos sociais e da democracia rural, que marcava parte do discurso abolicionista.

É sintomático, ainda, que o princípio da exploração absoluta dos recursos naturais venha à tona por setores do agronegócio como forma eminentemente *racional* de investida econômica. Neste sentido, estes setores podem ser classificados como conservadores justamente porque conservam as disposições da história colonial do uso intensivo e extensivo da natureza. Este é o caso, por exemplo, das defesas discursivas do uso irrestrito da água para irrigação. Tal como revelam Meyer e Gerhardt (2024) em estudo sobre polos de irrigação no Planalto Central, a narrativa setorial local sustenta se tratar de uma *irracionalidade* o não aproveitamento intensivo da abundância hídrica que, sob seu crivo, se constitui em um efetivo estoque de bens econômicos.

Mas é forçoso considerar que esta disposição de exploração absoluta dos recursos naturais não se resume às formas de pensar e agir dos empreendedores econômicos do campo sobre a terra. Aqui, a diferenciação bourdieusiana entre “condição” de classe e “posição” de classe revela-se particularmente importante (Bourdieu, 2015). Enquanto a “condição” remete às propriedades intrínsecas de uma dada classe social (tal como a forma de ligação com a terra), a “posição” é o conceito não substantivo, mas relacional, que introduz na interpretação a necessidade de pensar o lugar do agente no espaço como um todo, suas distâncias e proximidades em relação aos outros agentes.

A posição de classe nos permite identificar e interpretar, por exemplo, as diferenças de comportamentos entre os proprietários de terras no Brasil em relação à chamada reforma do Código Florestal de 2012. Alguns estudos já conseguiram mostrar o gradiente de deslocamentos das entidades de representação dos proprietários de terras em documentos e posições públicas sobre o Código Florestal. Nos polos deste debate ficam a grande agricultura patronal (defensora do negacionismo climático, contrária à ideia de reserva legal e forte opositora à demarcação de terras identitárias) e a parcela mais internacionalizada do agronegócio (dependente não apenas dos mercados de fora, mas também grupos financeiros internacionais, atrelados a carteiras de investimentos com regramentos socioambientais).

Mesmo no debate parlamentar acerca da reforma do Código Florestal, esta dimensão de classe se mostrou decisiva. Em estudo sobre o processo legislativo no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, no período que compreendeu o trâmite do projeto de reforma (de 2004 a 2015), Corrêa e Pereira (2019) observaram que a tomada de posição parlamentar na Comissão esteve mais vinculada a interesses setoriais do que aos interesses partidários, sem controle mais rígido dos partidos – ao contrário dos trâmites de outros temas, em outras comissões da Câmara. Sem o controle partidário, o ajustamento das disposições dos parlamentares aos seus interesses individuais e aqueles de sua base de apoio encontrou uma oportunidade singular de homologia.

Em situações como esta, é possível observar diferentes maneiras de expressão da mentalidade de uso absoluto da terra e de seus recursos. Estas diferenças revelam posições de classe produzidas politicamente. E a gênese destas posições não parece calçada somente no debate contemporâneo sobre temas socioambientais ou mesmo sobre o desenvolvimento rural. Essas posições atravessam estes temas e a eles se articulam, mas têm sua gênese na posição que estas frações de classe atualizam da mentalidade colonial do uso da terra e de seus recursos.

Mas constatar que estas disposições da história colonial e escravocrata se mantêm na contemporaneidade não explica tudo. Não se pode tomar este fato histórico colonial como fato genérico ou generalizante. Este é apenas um ponto de partida. Faz-se necessário produzir estudos que compreendam as mediações concretas para a atualização espacial e temporal destas disposições. Esta concepção de exploração, entrelaçada ao movimento histórico das *plantations* como modo de dominação e desenraizamento (Garcia, Jr, 2005), se atualiza, chegando mesmo a expressar traços de formações coloniais mais amplas – tal como o *plantationceno* sugerido por Ferdinand (2019) a partir do contexto caribenho, no qual segregação espacial e desigualdades raciais seguem expressando as ruínas de uma ‘ecobiopolítica’ que dissocia natureza e história. Outrossim, no caso brasileiro, estas disposições históricas podem germinar novas perguntas de pesquisa. Por quais mediações esta herança escravocrata pode orientar a mobilização dos comportamentos senhoriais sobre a terra e seus recursos hoje? Como estes comportamentos alcançam a aceitação de parcelas importantes da sociedade brasileira, que tomam como verdade a aparente natureza da propriedade absoluta da terra?

Estas são indagações que confrontam a história colonial e as condições sociais que levam à expectativa de uma conduta abstrato-racional-econômica. São indagações produzidas no diálogo com os estudos de Bourdieu sobre o campesinato, e também em seus estudos sobre a construção social da economia. Longe de conclusões, estas indagações sugerem uma agenda de pesquisas. Agenda cujas respostas dependerão, no melhor sentido bourdieusiano, de estudos empíricos focados. E estes estudos, tanto mais voltados à crítica do imaginário social cristalizado sobre natureza, meio ambiente e sustentabilidade, melhor poderão contribuir para a ampliação do espaço dos possíveis na sociologia e nos estudos rurais.

Considerações finais

Este texto apresentou um esforço de leitura da sociologia bourdieusiana com o propósito de trazer alguns de seus instrumentais empírico-analíticos para problematizar temas socioambientais para o rural contemporâneo. Buscou lançar algumas hipóteses para a compreensão de elementos da ambientalização dos conflí-

tos agrários no Brasil, a partir do diálogo com resultados analíticos das etnografias de Bourdieu na Argélia e no Béarn.

De início, a crítica à concepção universalista de sujeito que as instituições coloniais (Argélia) e urbano-citadinas (Béarn) lançavam sobre as sociabilidades camponesas permitiu ao autor, e segue permitindo nos dias de hoje, extrapolar as fronteiras de controle do discurso econômico em torno da política e da gestão das instituições de Estado. Talhar o comportamento social nos moldes do *homo economicus* do utilitarismo neoclássico expressou, e segue expressando, a violência do modelo neoliberal de trocas materiais e de suposição da relação eficiente entre Estado, indivíduo e mercado. E a força deste modelo se revela na naturalização de suas categorias para descrever diagnósticos e prescrever políticas para a crise ambiental contemporânea. Mas, se a fatura etnográfica de Bourdieu já ajudava a esfumar a fábula do utilitarismo neoclássico em meados do século XX, por que suas hipóteses seguem encantando corações e mentes? Eis aqui um escopo para novos programas de pesquisas que podem atravessar os estudos rurais e ambientais.

Neste texto, também tentou-se enfatizar que a revisitação dos primeiros estudos de Bourdieu sobre o mundo rural argelino é tanto mais importante no atual contexto da sociologia, marcado pela emergência da crítica pós-colonial. A abordagem de Bourdieu sobre o processo de descamponeização dos cabila é certamente a primeira investigação sociológica de fôlego que viria trazer a análise do processo colonial para o centro das transformações materiais e simbólicas no escopo dos estudos rurais. E a retomada deste contexto histórico pretende adensar as bases de diálogo da sociologia bourdieusiana com a trajetória de estudos rurais em sociedades como a brasileira.

Ancorado neste movimento de aproximação, a hipótese central do argumento exposto neste texto enfatiza o modo como a mentalidade escravocrata, de exploração absoluta e desregrada de sua mercadoria, viria a ser reinventada na exploração absoluta e pouco regrada da terra e de seus recursos. Isto é, do mesmo modo que se avançou física e simbolicamente sobre a existência do escravo, o mesmo se passara com a terra, tomada como recurso a ser explorado sem limite físico, jurídico ou moral. E, mesmo ao cabo do regime escravocrata, a força do sentido destas práticas parece ter se mantido, com novos efeitos e novas mediações. A supressão formal das instituições escravocratas não fez abolir dos corpos e espíritos as contradições desta ordem. Destarte, o discurso do não-racismo em sociedades racializadas tem alcance tão curto, por não objetivar a força de um sentido efetivamente crítico da naturalização do corpo-raça. Por isso a relevância da luta antirracista em sociedades como a brasileira.

Embora tenha recorrido em diversos momentos de seu percurso intelectual aos resultados da etnografia com os Cabila, é certo que Bourdieu não direcionou esforços para a sequência das questões relativas à raça, colonialismo e desenraizamento

campesino em sua obra. Bem como a proposição de uma ciência social decolonial (Bourdieu, 2021) foi um percurso lançado, porém não trilhado posteriormente pelo autor. Mas, como também se buscou enfatizar neste texto, os esforços subsequentes para desdobramentos de sua obra permitem novos engajamentos analíticos e empíricos, buscando ir além dos objetos já consagrados da sociologia bourdieusiana.

Por fim, uma nota sobre a retomada do foco nos processos empíricos para a produção de sínteses e conceitos. Sobretudo para se pensar o rural e o ambiental, dimensões as quais os recortes de territorialidade são tão relevantes, esta retomada tem especial valia. Ao sopesar o trabalho de campo – o fazer etnográfico e as teias concretas – também são produzidas as evidências de que, do ponto de vista teórico, não há polo passivo. As teorias podem expandir seus horizontes com as possibilidades que a diversidade do real lhes impõe. Neste sentido, Norte e Sul, como experiências históricas, se influem em termos empíricos (fluxos populacionais, institucionais, experiências coloniais, fluxos econômicos, arranjos políticos, etc) e em termos de produção analítica. Evidentemente, estas influências são linhas de forças. Não há - nem é possível que se pretenda - simetria ou igualdade. Mas é possível produzir ainda mais força sobre estas tensões, expondo as formulações analíticas ao sopro violento de outras trajetórias históricas e contingências. Seguramente, este esforço poderá dar vasilha a diálogos e perspectivas que se emancipem dos limites próprios deste recente – e já desgastado – binarismo.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. **Flores, votos e balas**: movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BORTOLUCI, J.H.; JACKSON, L.C.; PINHEIRO FILHO, F.A. Contemporâneo clássico: a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, v.94, p. 217-254, 2015.
- BOURDIEU, P. **Travail et travailleurs en Algérie**. Paris: Raisons d’agir, 2021.
- BOURDIEU, P. **Anthropologie économique**. Cours au Collège de France (1992-1993). Paris: Raison d’agir/Seuil, 2017.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 8 ed. São Paulo. Perspectiva, 2015.
- BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Florianópolis: EdUFSC, 2011.
- BOURDIEU, P. A distinção. São Paulo: EDUSP; Coedição: Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- BOURDIEU, P. **Le bal des célibataires**. La crise de la société paysanne en Béarn. Paris: Éditions du Seuil, 2002.
- BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. **La domination masculine**. Paris: Éditions du Seuil, 1998. Collection *liber*, dirigée par Pierre Bourdieu.
- BOURDIEU, P. *La Noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989. Collection *Le sens commun*.
- BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. *Algérie 60: structures économiques et structures temporelles*. Paris: Les Éditions de minuit, 1977.
- BOURDIEU, P. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Genève: Librairie Droz, 1972.
- BOURDIEU, P. **The Algerians**. Boston: Beacon Press, 1962.
- BOURDIEU, P. **Sociologie de l'Algérie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.
- BOURDIEU, P.; DARBEL, A. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- BOURDIEU, P.; DARBEL, A.; RIVET, J-P.; SEIBEL, C. *Travail et travailleurs en Algérie*, 1963. **Sociologie du travail**, Année 1965, 7-1, p. 94-96.
- BOURDIEU, P.; MAMMERI, M. *Sobre o uso apropriado da etnologia*. **Contemporânea** - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 12, n. 1, p. 011-031, 2022.
- BOURDIEU, P.; SAYAD, A. **Le déracinement**. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.
- CORRÊA, C.P.; PEREIRA, V.B. *Tomada de posição no legislativo brasileiro: análise sociológica sobre o caso da Comissão de Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável*. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.07, n.16, p. 179-206, 2019.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FAVARETO, A.; MARTINS, R.C. *Introdução à seção temática: Os usos da teoria de Pierre Bourdieu e os estudos rurais brasileiros*. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 30, p. 01-25, 2022.

FERDINAND, M. **Une écologie décoloniale**: penser l'écologie depuis le monde caribéen. Paris: Éditions du Seuil, 2019

GARCIA JR., A. O desenraizamento brasileiro. *In*: ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R-M. **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 309-3014.

GARCIA JR., A. **O sul**: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1989.

GARCIA JR. A.; GARCIA PARPET, M-F. Plantation et développement capitaliste dans le Nordeste (Brésil). Ethnographies associées aux enquêtes statistiques. *In*: GARCIA JR., GARCIA PARPET, M-F.; POUPEAU, F.; PÉREZ A.; ROCHA, M.E. (org). **Bourdieu et les Amériques**. Une internationale scientifique: genèse, pratiques et programmes de recherche. Aubervilliers: Éditions de l'IHEAL, 2023, p. 01-39.

GARCIA-PARPET, M.F. A gênese social do homo-economicus: a Argélia e a sociologia econômica em Pierre Bourdieu. **Mana**: Estudos de Antropologia Social. V.12, n.2, p. 333-357, 2006.

GO, J. Bourdieu, Argélia e a perspectiva pós-colonial. **Contemporânea**. Revista de Sociologia da UFSCar, v.08, 2018, p. 11-32.

GO, J. **Postcolonial thought and social theory**. New York: Oxford University Press, 2016

HAMMAN, P. **Ruralité, nature et environnement**: entre savoirs et imaginaires. Toulouse: Éditions Érès, 2017.

HEILBRON, J.; ISSENHUTH, P. Une recherche anamnétique, le Béarn. *In*: DUVAL, J.; HEILBRON, J.; ISSENHUTH, P. (orgs), **Pierre Bourdieu et l'art de l'invention scientifique**. Enquêter au Centre de sociologie européenne (1959-1969). Paris: Classiques Garnier: 2022, p. 71-120.

LEBARON, F. **La croyance économique**: les économistes entre science et politique. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

LEVI-STRAUSS, C. **Tristes tropiques**. Paris: Librairie Plon, 1955.

MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, J.S. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, R.C. A classificação disciplinar no mercado dos enunciados ambientais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, p. 97-113, 2015.

MARTINS, R.C. Pensando as ruralidades contemporâneas. *In*: MARTINS, R.C. (org.). **Ruralidades, trabalho e meio ambiente**: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. 1ed.São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2014, p. 07-12.

MARTINS, R.C. A construção social da economia política da água. **Sociologia** (Lisboa), v. 73, p. 111-130, 2013.

MARTINS, R.C. Descrição e prescrição no desenvolvimento rural: o território como espaço social reificado. **Ruris**, v. 3, p. 71-101, 2009.

MARTINS, R.C.; CUNHA, L.H. Ruralidades e meio ambiente: a constituição de um campo de investigação na sociologia. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v.92, 2020, p.1-29.

MEYER, G.; GERHARDT, C. Dos intrépidos gaúchos aos responsáveis homens de camisa azul: moralidade, sociabilidade e hierarquia na sociedade do agronegócio. **Dados**, v.67, n.4, p. 01-42, 2024.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Nunca mais outra vez**: quatro anos de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Relatório. Observatório do Clima, 2023.

PAZ, M.G. SILVA JR, R.D.; JACOBI, P.R.; LAUDA-RODRIGUES, Z. MILZ, B. Guia para o desmonte da política ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v.25, p.01-09, 2022.

PÉREZ, A. Les révélations du terrain. Les premières expériences ethnographiques de Pierre Bourdieu et Abdelmalek Sayad. In: DUVAL, J.; HEILBRON, J.; ISSENHUTH, P. (orgs), **Pierre Bourdieu et l'art de l'invention scientifique**. Enquêter au Centre de sociologie européenne (1959-1969). Paris: Classiques Garnier: 2022a, p.41-69.

PÉREZ, A. **Combattre en sociologues**. Pierre Bourdieu & Abdelmalek Sayad dans une guerre de libération (Algérie, 1958-1964). Marseille: Éditions Agone, 2022b.

POMPEIA, C. Agri-bolsonarism: a movement led by agricultural elites and far-right politicians in Brazil. **Journal of Peasant Studies**, v. 1, p. 1-25, 2024.

ROCHA, M.E.M. Uma travessia transatlântica: a primeira geração de mediadores e mediadoras da obra de Bourdieu no Brasil. In: ROCHA, M.E. da M. **Bourdieu à brasileira**. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2022, p. 51-86.

SAUER, S.; FRANÇA, F.C. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. **Caderno CRH**, v.25, n.65, p. 285-307, 2012.

SILVA, E.M.; SANTOS, J.S. A “escalada” dos agrotóxicos no governo Bolsonaro. **Serviço Social e Sociedade**, v.146, n.2, 01-19, 2023

SOUZA, N.M. **Dialética do irracionalismo**: Pareto e seu confronto com Marx. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

WILLIAMS, R. Ideias sobre a natureza. In: WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011, p. 89-114.

Submetido em: 03/07/2024

Aprovado em: 05/09/2024

AS RAZÕES (DO SUCESSO) DE OLAVO DE CARVALHO (1983-2016)

LAS RAZONES DEL ÉXITO DE OLAVO DE CARVALHO

THE REASONS FOR OLAVO DE CARVALHO'S SUCCESS

*Lidiane Soares RODRIGUES**

RESUMO: Este trabalho sustenta que a principal razão do sucesso de Olavo de Carvalho/OC (1947-2022) consistiu no encaixe único entre suas “estratégias de escritura e de autor” e o mercado das reações antipetistas, no início das gestões presidenciais consecutivas de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016). Por um lado, OC treinou-se, desde os anos 1980, no enfrentamento de acadêmicos na mídia impressa carioca, prática que lhe garantiu uma posição entre filósofos católicos polígrafos e a acumulação primitiva de capital anti-intelectual. Por outro lado, as políticas educacionais petistas desestabilizaram hierarquias simbólicas e estimularam expectativas econômicas e culturais que não satisfiz. OC soube fazer-se porta-voz destas frustrações nacionais pois há décadas era portador de desilusões análogas. O caso em tela suscita reservas críticas à sociologia dos intelectuais, por sua inusitada desatenção ao nexos entre sistema de ensino, morfologia e política na análise do mercado de “opiniões” em que Olavo “tem razão”.

PALAVRAS-CHAVE: Olavo de Carvalho. Antipetismo. Anti-intelectualismo. Filosofia no Brasil. Sociologia dos intelectuais.

* Universidade Federal do ABC (UFABC). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e sociais da UFABC (PGCHS). ORCID 0000-0003-2011-9888. Este trabalho apresenta resultados de um projeto selecionado pelo Universal do CNPq/16 (401043/2016-9). Contato: lidiane.s@ufabc.edu.br. Assumo a responsabilidade por falhas e reputo eventuais méritos ao diálogo com Vera Cepêda, Marcelo Ridenti, Jorge Chaloub, Paulo da Costa (que está concluindo uma tese sobre OC), Daniel Feldmann, Júlio Canhada, Nicolau Bruno, Chico Alambert e Daniel Lago.

RESUMEN: *En este trabajo se argumenta que la principal razón del éxito de Olavo de Carvalho/OC (1947-2022) fue el encaje único entre sus «estrategias de escritura y autoría» y el mercado de reacciones antipartido al inicio de los gobiernos presidenciales consecutivos de Luís Inácio Lula da Silva y Dilma Rousseff (2003-2016). Por un lado, OC se entrenó desde la década de 1980 en la confrontación con académicos en la prensa escrita de Río de Janeiro, una práctica que le garantizó una posición entre los filósofos polígrafos católicos y la acumulación primitiva de capital antiintelectual. Por otro lado, las políticas educativas del PT desestabilizaron las jerarquías simbólicas y estimularon expectativas económicas y culturales que no se cumplieron. OC supo ser portavoz de estas frustraciones nacionales, ya que había sido portador de decepciones similares durante décadas. Este caso plantea reservas críticas a la sociología de los intelectuales, debido a su inusual falta de atención al vínculo entre el sistema educativo, la morfología y la política a la hora de analizar el mercado de «opiniones» en el que Olavo tiene «razón».*

PALABRAS CLAVE: *Olavo de Carvalho. Antipetismo. Antiintelectualismo. Filosofía en Brasil. Sociología de los intelectuales.*

ABSTRACT: *This paper argues that the main reason for the success of Olavo de Carvalho/OC (1947-2022) was the unique fit between his “writing and authoring strategies” and the market for anti-Party reactions at the beginning of the consecutive presidential administrations of Luís Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff (2003-2016). On the one hand, OC trained himself, since the 1980s, in confronting academics in the Rio de Janeiro print media, a practice that guaranteed him a position among Catholic polygraph philosophers and the primitive accumulation of anti-intellectual capital. On the other hand, the PT’s educational policies destabilized symbolic hierarchies and stimulated economic and cultural expectations that they did not satisfy. OC knew how to be a spokesperson for these national frustrations, as he had been the bearer of similar disappointments for decades. This case raises critical reservations about the sociology of intellectuals, due to its unusual lack of attention to the link between the education system, morphology and politics in the analysis of the market for “opinions” in which Olavo is “right”.*

KEYWORDS: *Olavo de Carvalho. Antipetism. Anti-intellectualism. Philosophy in Brazil. Sociology of intellectuals.*

Introdução

“ (...) morreu com a sensação de que sua existência social fora um fracasso (...). Essa era sua tragédia – e a nossa – enquanto seres humanos”.

(Norbert Elias. *Mozart*, p. 9)

Olavo de Carvalho/OC (1947-2022) distinguiu-se no mercado brasileiro das opiniões políticas por seu *sucesso* estrondoso, seu *antipetismo* e seu *anti-intelectualismo*. Adotando a perspectiva de Pierre Bourdieu a respeito do Estado (Bourdieu, 2012) e da articulação entre morfologia e tomadas de posição ideológicas (Bourdieu, 2007), é impensável abordá-lo sem caracterizar o *sistema de ensino* (entendido como banco central do capital cultural legítimo e alvo do anti-intelectualismo) e as *posições* assumidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Afinal, a apoteose dessa carreira foi alcançada pela oferta de ideias e atitudes dirigidas contra ambos.

As reviravoltas recentes no mercado nacional de bens simbólicos são indissociáveis das quatro conquistas eleitorais consecutivas (2002, 2006, 2010, 2014) do PT no pleito presidencial pois elas implicaram a inversão da topografia situação/oposição, vigente desde a reabertura política. Diferentemente do que foi se sedimentando desde os anos 1970, a vitória petista *tornou a esquerda situação e a direita, oposição*. As implicações culturais da nova topografia ainda padecem da falta de atenção. Ressalta-se, para subsidiar o argumento deste trabalho, apenas a demanda da imprensa por “oposição” e a correlata eliminação da *vergonha* em se assumir “de direita” no Brasil.

Desde a reabertura política, estabeleceu-se a identificação entre regime autoritário e direita, “envergonhando” os portadores dessa visão de mundo e inibindo a manifestação dos mesmos (Rocha, 2019, p. 111). A inversão topográfica esquerda-situação/direita-oposição, ao contrário, estimulou-os, pois depois de 2003, suas opiniões foram *legitimadas por serem de oposição*.

Em contrapartida, tornaram-se vacantes os postos de exercício de crítica ao governo federal na imprensa, outrora ocupados majoritariamente por intelectuais petistas¹. Eles se orientaram, desde então, pela prudência em “não dar armas ao adversário”, com elegante autocensura. Ao ser estrangida pela imprensa a exer-

¹ Majoritária, porém não exclusivamente. As funções foram exercidas por espectro variado de intelectuais da esquerda-oposição – jornalistas e/ou acadêmicos, “mdbistas”, ex-comunistas, sindicalistas, próximos a movimentos sociais dos anos 1970/80 ou da contracultura – que foi se segmentando na órbita do PT e do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), na configuração partidária posterior à outorga da Constituinte Constitucional (1988). Há numerosos estudos pressupostos nesta assertiva e um balanço disso encontra-se em Caldara (2024).

cer *oposição* quando o PT se tornou *situação*, a petista/professora de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), Olgária Matos (1948), reagiu: “não é do dia para noite que se abandona um presidente” (Marreiro; Bahia, 2003, n.p.).

Contudo, não foram eliminadas as demandas pelo trabalho de ofertar ideias contrárias ao governo, pois esta é uma peça estruturante do jornalismo em “democracias” contemporâneas (isto é, em países com disputa política rotinizada, eleições periódicas e comunicação como empresa econômica livre de censura estatal).

Por conseguinte, um tipo de intelectual estranho à configuração vertebrada na imprensa desde meados dos anos 1970 passou a ocupar as (o) *posições* vagas – por exemplo, Luiz Felipe Pondé, Marco Antônio Villa, Demétrio Magnoli, Rodrigo Constantino, dentre outros. E não surpreende que os conteúdos doutrinários sustentados por eles correspondam ao princípio da demanda de (o) *posição* que os impulsionou: *nem toda oposição antipetista é de direita, mas a direita é antipetista em seu conjunto*.

O nexos entre a inversão topográfica e a emergência da oposição intelectual de direita/antipetista torna-se óbvio². O tópico seguinte é menos simples de desambiguar.

Dois processos concomitantes tendem a ser tratados como incongruentes ou indiferentes um ao outro, mesmo por bourdieusianos. De um lado, o esforço do Ministério da Educação (MEC) no enfrentamento da desigualdade estrutural de oportunidades educacionais no país e, de outro, a proliferação de condutas e discursos anti-intelectualistas. Entretanto, é preciso articulá-los.

A gestão do ministro Fernando Haddad (2005-2012) ampliou a malha institucional do ensino superior, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Concomitantemente, políticas afirmativas orientadas à diversificação social do acesso às universidades foram sendo adotadas, culminando na sanção da Lei de Cotas em 2012, que prescreve a reserva de 50% das vagas a pessoas oriundas da rede pública de ensino, de baixa renda, pretos, indígenas, quilombolas e/ou com deficiência (PcDs). Em sua primeira década, ela beneficiou 1,1 milhão de estudantes e favoreceu a diversificação socioeconômica e racial da clientela estudantil, dos docentes e dos dirigentes universitários. O número de estudantes e de professores aumentou, cresceram o número de vagas de ingresso para os primeiros e de trabalho para os segundos (por vezes, formados por/nesta

² Não se dispõe de espaço para a revisão bibliográfica a respeito deste tópico, contudo, obviamente, a adoção da perspectiva objetiva, relacional e topográfica dispensa esta análise das disputas classificatórias em torno da nomenclatura das forças que se opuseram e derrotaram o PT (“direita ultraliberal”, “nova” direita, “novos” conservadores, etc.). Interessa ao argumento a posição e o conteúdo específico do *antipetismo* da fase presidencial em tela.

mesma voga de crescimento; por vezes, em estado de espera de oportunidades, formado pela voga anterior) (Nicolau, 2019; Daflon, Feres Junior, Campos, 2013).

De uma perspectiva histórica não se ignora que há efeitos (quase) invariantes desencadeados por políticas educacionais similares a estas: o crescimento de demanda por visões de mundo sistematizadas, implicando mais consumo de imprensa política (correlato ao aumento da média social do tempo de escolaridade) (Bourdieu, 2007), o apelo a formas expressivas menos diletantes e a desvalorização dos diplomas (correlata à universalização tendencial deles) (Ringer, 2000, Lепенies, 1996) e a multiplicação dos “intelectuais frustrados” (Chartier, 1996). Portanto, apenas a consideração das expectativas e das frustrações nacionais em torno do sistema de ensino, moldadas pelas políticas educacionais petistas, torna sociologicamente inteligível as demandas atendidas pelo anti-intelectualismo de Olavo de Carvalho (OC). A esse esboço se dedica a primeira seção. Em seguida, trata-se das fases da carreira de OC: da reabertura à eleição de Fernando Henrique Cardoso (1983-1994) e desta à eleição de Lula (1995-2002), seguida pelo apotéótico reconhecimento de “parteiro” da “nova direita” (2003-2016)³. Ao longo da argumentação, o artigo explicita reservas críticas à sociologia dos intelectuais, por sua reduzida atenção ao nexo entre sistema de ensino, morfologia e política na análise do mercado em que Olavo “tem razão”⁴ (Brasil, 2017).

Ambições governamentais, expectativas nacionais, frustrações individuais

As proezas das políticas educacionais do período são dignas de nota, tendo em vista o que representam em relação à histórica desigualdade de acesso ao ensino superior. Havendo investimento governamental, houve também busca de retorno

³ A divisão destas fases baseia-se nos depoimentos encontrados em Rocha, 2019, p. 103 e seguintes e a reconstituição das discussões, nos depoimentos de OC (Carvalho, 1996, p. 15-32; Carvalho, 1998a, p. 16-19; Carvalho, 2019a).

⁴ Cumpre esclarecer que se emprega o termo “mercado de opiniões/reações antipetistas” por conveniência e, portanto, com alguma reserva crítica. A expressão “pegou”, logo, a comunicação é favorecida. Ademais, alude a duas referências cruciais para o assunto. A primeira delas diz respeito à divisão social do trabalho e à monopolização das condições de produção (e de consumo) de opiniões políticas – tal como formulado por Pierre Bourdieu (2007), no capítulo 8, de *A distinção*. Daí o termo “mercado”. A segunda delas diz respeito ao conteúdo de tais opiniões – a “retórica da reação” contrária ao caráter progressista das gestões petistas – algo observado, em outros contextos históricos, pelo sagaz Albert O. Hirschman (1992). Contudo, por esmero analítico, convém insistir que é do campo intelectual (e de sua dinamização em pólo autônomo e heterônomo) que se extrai a lógica das (o) posições em jogo – como esta análise demonstrará adiante. Neste sentido, a gênese substantiva das chamadas “opiniões/reações” corresponde (externamente) ao empuxo das “tomadas de posições” (diferenciais, competitivas e internas ao campo intelectual) – expressão que Pierre Bourdieu emprega majoritariamente no exame de espaços específicos da produção científica e artística. (cf. Bourdieu, 1996; 2001a; 2001b; 2013).

político, de tal modo que a exploração dramática e publicitária dos feitos de Haddad/Lula foi rotinizada, tornando-se usuais variações de algumas fórmulas em discursos oficiais: “Pusemos em marcha a revolução da educação”, diz Lula (Passarinho; Targino, 2010, n.p.); “A vida não me deu a oportunidade de entrar na universidade como aluno, mas posso dizer que fui abençoado com a chance de resgatar a dignidade da universidade brasileira como presidente” (Silva, 2018, n.p.) .

As mídias e calendário escolar sincronizaram-se. No final e no início do ano letivo, momentos marcados por formaturas e resultados dos exames vestibulares, o noticiário foi povoado pelo “filho do pedreiro com a empregada doméstica” que concluiu ou ingressou em cursos superiores (Carvalho, 2022). A multiplicação dos exemplos individuais de sucesso escolar improvável há poucas décadas e sua exibição periódica afixaram o slogan do segundo governo Dilma (“Brasil, pátria educadora”) e alcançaram a campanha presidencial de 2022, em que a dupla Lula/Haddad se apresentava como “Presidente operário/Ministro professor”. Esse segmento da população não foi apenas objeto de políticas públicas, porém também dos estímulos oficiais para a dedicação às oportunidades abertas pelas gestões petistas – afinal, a vingança delas dependia de seu sucesso. Não se deveria menosprezar o poder destas ações governamentais/estatais inculcarem esperanças atreladas a modelos de conduta, tanto entre os beneficiários efetivos das políticas (e suas famílias) quanto entre os alvos potenciais (que elas ainda não atenderam ou não lograram atingir).

A “primeira geração da família a chegar à universidade” não se tornou uma categoria tão popular somente por conta da publicidade que recebeu na imprensa. Ela realizou esforços íngremes para atender as exigências universitárias, cujas práticas são estranhas, e por vezes incongruentes, às de seu meio de origem. Além disso, para tal segmento, satisfazê-las pressupõe ruptura com modos de agir, pensar e sentir que tal meio lhes inculcou – ou seja, se o malogro escolar implica sofrimento social para todos, para esta camada, o sucesso também (Bourdieu, 2002). O esforço redobrado concorreu para que ela (e suas famílias) atribuíssem redobrada legitimidade às expectativas de recompensas positivas. Contudo, elas se tornaram incompatíveis com a capacidade sistêmica de atendê-las. Isso já foi sobejamente demonstrado, restando apenas extrair daí as consequências para a sociologia dos intelectuais.

O combate à *evasão*, desiderato central do REUNI, mirando uma taxa de conclusão de graduação (TCG) de 90%, não foi alcançado. Avaliadores constataram que a TCG *caiu* depois de sua implementação: antes dela, em 57,2% das instituições, a taxa variava entre 67% a 90%, depois, em 58,5%, variava entre 44% e 67% (Moura, Passos, 2019). Dito de modo sintético, em relação à histórica exclusão do ensino superior de camadas modestas, os feitos foram notáveis, mas se avaliadas em relação ao propósito estabelecido para si próprias, foram módicas tentativas de atenuar desigualdades que deram ensejo a outras (Almeida; Ernica, 2015).

No pináculo do sistema, oposto à evasão, isto é, a conclusão do doutorado, são outras as frustrações. Avaliou o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI): entre 2014 e 2017, o número de doutorados foi acrescido em 36,1%, sendo que 53,6% dentre eles encontram *sem* emprego em sua área de especialização. Os índices convergem aos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), segundo os quais, entre 2012 e 2023, houve um aumento de 21,2 % de indivíduos em ocupações incompatíveis com sua (alta) escolaridade.

O retorno em renda conferido pela escolarização prolongada mostra-se em declínio. Ainda é certo que as pessoas que completaram apenas o ensino fundamental têm remuneração inferior àquelas que cursaram até o médio e o superior, contudo, a *redução* do rendimento tem sido mais acentuada justamente entre estas últimas. Entre 2019 e 2022, indivíduos com ensino médio completo apresentaram uma queda da renda de 2,5%, já aqueles com o ensino superior completo, 8,7% (DIEESE, 2023). Corroborando a tendência, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) constatou que entre 2012 e 2023, *a renda do trabalho aumentou inversamente à escolaridade*: as pessoas que não completaram um ano de estudo tiveram seus rendimentos aumentados em 27,5% (Canzian, 2023).

Portanto, as propagandas oficiais e as políticas educacionais ensejaram fricções entre expectativas e (ir) realização. De um lado, tem vigência a crença no valor da escolarização prolongada, por conta da tendência à universalização dele, por outro, a capacidade decrescente de garantir retorno positivo é evidente. A perda do valor econômico tensiona e acompanha, portanto, a valorização social dos diplomas⁵.

É possível cogitar que daí se originem três frações: a dos *realizados*, que atribuem sucesso às políticas educacionais petistas, por meio de seu próprio sucesso; a dos *frustrados* (seja por considerarem seus altos esforços *pouco recompensados*, seja por terem *evadido do sistema*, seja por *não terem ingressado* nele) e a dos *ameaçados* (pelo novo padrão competitivo estabelecido pelas políticas)⁶. Os dois últimos tipos – *frustrados/ameaçados* – obviamente são mais numerosos do que o primeiro. Eles constituem o público-alvo dos ofertantes de opiniões antipetistas entrelaçadas à visão anti-intelectualista do mundo cultural, suas demandas dinamizam o mercado em que Olavo “tem razão” (Brasil, 2017).

⁵ Um bom indício disso é o seguinte: durante a presidência que sucedeu o período em questão, ministros da educação mentiram a respeito de seus títulos e experiências acadêmicas: Carlos Alberto Decotelli, Abraham Weintraub; Ricardo Vélez Rodríguez. O aspecto mais significativo disso não é a falsificação, porém a *necessidade* de ser portador de títulos, empuxo do blefe simbólico ministerial. Efetivamente, o sistema escolar tornou-se ainda mais crucial em função da inédita combinação entre ambições governamentais, expectativas nacionais e frustrações individuais.

⁶ Os grupos que não foram beneficiários das políticas educacionais não passam ilesos a elas, pois a reconfiguração morfológica do ensino público superior impactou o valor dos diplomas de modo sistêmico, impondo a eles o desenvolvimento de estratégias para a evitarem seu descenso (como demonstra a circulação internacional escolar cada vez mais precoce dos filhos das elites dirigentes).

Com católicos, contra acadêmicos (1983-1994)

Em 1983, às vésperas das “diretas já”, aos 36 anos, OC publicou seus 3 primeiros livros, versando a respeito de teologia e astrologia⁷. No Rio de Janeiro, em 1987, iniciou a oferta do “Seminário de Filosofia”, como cursos “livres” (destituídos de certificação). Entre 1992 e 1993, ele frequentou o Conjunto de Pesquisa em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica (Conpefil/PUC-RJ), entidade sob tutela do padre Stanislavs Ladusāns (1992-1993), cujo fechamento se deu em função de seu falecimento. Nesta fase, OC atuou na imprensa carioca e ganhou visibilidade por meio de dois debates nas páginas do *Jornal do Brasil* (JB) e *d'O Globo*.

No primeiro, ele publicou “Bandidos e Letrados”, artigo em que postulava a idealização artístico-intelectual “da malandragem, do vício e do crime”, como uma das causas do crime organizado na cidade (Carvalho, 2019b, p. 213). No segundo, ele publicou uma carta enviada ao físico Ênio Candotti (1942-2023), então editor de *Ciência Hoje*, revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), solicitando a reconsideração do parecer negativo recebido por seu artigo “Uma filosofia aristotélica da cultura” (Carvalho, 1994a). Candotti o respondeu pelo mesmo JB, defendendo o periódico, a revisão por pares e a SBPC, inaugurando reações em cascata. Finalmente, Miguel Reale (1910-2006) convidou-o para o V Congresso Brasileiro de Filosofia, ocasião em que Romano Galeffi (1915-1998) e Milton Vargas (1911-2011) discutiram o artigo com ele.

Do ângulo midiático, os dois episódios consistiram na primeira experiência de visibilidade para OC. Do ângulo da Filosofia, o segundo caso implicou a determinação de uma posição particular. Vejamos.

Entre a criação do primeiro curso universitário de Filosofia (1934) e da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) (1983), constituiu-se o espaço da prática desta área no país e nele opõem-se filósofos universitários aos não universitários. Essa divisa remonta aos anos 1950, quando, de um lado, situava-se o grupo de Reale, no Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF); e, de outro, os jovens em torno de João Cruz Costa, formados pela USP. Àquela altura, os primeiros eram dominantes, organizavam congressos a que os uspianos iam acanhados, tinham periódico próprio, seus praticantes eram originários das elites regionais do país – padres, juristas, engenheiros. No entanto, o padrão de formação estabelecido pelos segundos venceu no longo prazo, impondo-se como princípio de apreciação e de depreciação do trabalho filosófico do campo (Rodrigues, 2017).

Ao obter o apoio de Reale, Vargas e Galeffi, OC situou-se *no/com* o polo dominado, católico e polígrafo de praticantes de Filosofia, associados em organiza-

⁷ São eles: *Universalidade e Abstração e Outros Estudos* (Carvalho, 1983a); *O Crime da Madre Agnes ou: A Confusão entre Espiritualidade e Psiquismo* (Carvalho, 1983b) e *Astros e Símbolos* (Carvalho, 1983c).

ções próprias *contra* o polo dominante universitário, suas práticas, suas instituições profissionais e suas tomadas de posição⁸. Daí a estreita correlação entre a *posição* objetiva e as estratégias de escritura e de autor, cristalizadas na percepção de OC quanto ao fechamento de seus possíveis no espaço intelectual nacional⁹. Elas são evidentes no sistema de oposições, *vícios/virtudes* atribuídas a *eles/eu* – isto é, as tomadas de posição (1, 2, 4), o exercício *x* o sofrimento de práticas (i)legítimas (3), a representação do público (4), a inversão discursiva da hierarquia objetiva (5, 6) e os atributos morais elevados/rebaixados (6).

Quadro 1: um sistema de oposições

Excertos 1	Eles [por afirmação, vícios]	Eu [por oposição a eles, virtudes]
Bandidos e letrados	O dever de ser bom e justo cabe à sociedade. (1)	O dever de ser bom e justo cabe aos indivíduos.
	Idealizam a malandragem, o vício e o crime; humanizam o delinquente; animalizam o cidadão de classe média e alta. (2)	Dou razão à polícia, exalto as virtudes da classe média ordeira e pacata, valorizo o homem pobre quando religioso e cumpridor dos seus deveres, considero os ladrões e assassinos homens piores do que os outros.
Contra SBPC	Fogem do mérito da questão, julgam para não serem julgados, fingem proteger o público protegendo a si mesmos. (3)	Não fui lido e fui julgado por um incompetente.
	O público leigo não tem maturidade para entender Aristóteles. (4)	Entre os leitores d' <i>O Globo</i> há um número maior de pessoas cultas e capacitadas do que no comitê editorial de <i>Ciência Hoje</i> .
	Não tem autoridade de um novo Santo Ofício para decidir o que o público está ou não está maduro para saber. (5)	Jornalista profissional, há trinta anos espero que os debates científicos invadam as páginas da imprensa diária.
	Ineptos, presunçosos, omissos, corruptos, usurpadores, donzelas, proteção para menino indefeso/ignorante, imposição de autoridade e pancadas (<i>argumentum auctoritatis/argumentum baculinum</i>) imaginam-se notáveis. (6)	Respeitoso, corajoso (desafio publicamente), solitário (sem a proteção corporativa), viril e maduro (em oposição a donzela/menino). *

Fonte: Organizado pela autora.

*Opta-se por apresentar os excertos mais longos no ANEXO A, para não truncar o fluxo argumentativo.

A estratégia consiste na representação das instituições, em que se encontram os adversários que *ilegitimamente* exercem autoridade, e dele, externo a elas, incarnando a competência intelectual e virtudes idealmente correspondentes a

⁸ Não se ignora a discussão “OC (é ou) não é filósofo”, ao contrário: a existência dessa indagação é indício irrefutável de *certo* pertencimento ao espaço da prática, acima esboçado.

⁹ Essas noções sugerem haver articulação entre a fatura dos textos e a figura social do autor (autorrepresentação, corporeidade/voz, estilo de ser figurado em paratextos, etc.) (Sapiro, 2019). Fernando Pinheiro a mobilizou para tratar de Paulo Coelho, Manuel Bandeira e Clarice Lispector (Pinheiro, 2024).

ela (respeito, coragem, virilidade e maturidade). A fusão com o público se faz na pirueta da inversão segundo a qual ambos, OC e leitores d'*O Globo*, são mais capacitados do que a SBPC. A inversão discursiva da hierarquia objetiva é uma de suas fórmulas.

As virtudes são enobrecidas por serem exercidas *solitariamente* – *eu/sozinho x eles/juntos/a sociedade*. Ora, a solidão caracteriza-se, sociologicamente, não pela ausência da vida coletiva, mas por um *modo* de se relacionar com ela. Sendo a solidão de OC uma resposta *negativa* à sociedade, é, portanto, determinada pela representação dela. Ele se apresenta como alguém ciente dos códigos, mas incapaz se conformar a eles, e investindo-se do dever da negação antissocial *legítima*, em nome da causa (filosófica) maior. Observe-se: “Um escritor educado, como um bom convidado à mesa, não deve ir logo de entrada falando de si mesmo. Transgrido aqui as boas maneiras por necessidade intrínseca do assunto(...)” (Carvalho, 1998a, p. 21). Na figura do *autor* (o solitário virtuoso, apartado da vida social) é construída a tese sustentada na *escritura* de seu primeiro *best seller*, publicado em 1996: “duas ou três mil cabeças pensam muito pior que uma” (Carvalho, 2019a, p. 17).

De Rio a Brasil (1995-2002)

O ritmo das publicações, os títulos e os conteúdos dos livros nesse período são decisivos para que o rechaço do coletivo deslize da *negação* solitária das convenções sociais à *extrapolação* das métricas socialmente aceitas. São oito livros em oito anos. Os títulos combinam o nível elevado e rebaixado azeitados pelo humor da quebra de decoro. Observe-se: em 1996, *O imbecil coletivo. Atualidades inculturais brasileiras* (Carvalho, 2019a), vem a público como o último de uma trilogia iniciada por *A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci* (1994b) e *O jardim das aflições: de Epicuro à ressurreição de César* (1995) (os dois últimos títulos têm fórmula elevada, o primeiro, rebaixada). Em seguida, mesmo zigue-zague: *Aristóteles em perspectiva* (1996) e *O futuro do pensamento brasileiro: estudos sobre o nosso lugar no mundo* (1997) (elevados); *O imbecil coletivo II: A longa marcha da vaca vai para o brejo e, logo atrás dela, os filhos da PUC* (1998a) (rebaixado); *O exército na história do Brasil* (1998b) (neutro). Ignorar a hierarquia simbólica implicaria ausência de graça nos títulos. Para que daí se extraia riso, é preciso haver algum *reconhecimento* (tenso) dela.

Ampliando a área de visibilidade até então circunscrita à dos jornais cariocas, *Aristóteles em perspectiva* (1996) e *O imbecil coletivo* (2019a), ao reunirem os textos de “Bandidos e letrados” e “contra a SBPC”, exportaram OC do Rio para o país (e tal reinvestimento sinaliza a disposição de ajuste à lógica da visibilidade, atuante e ainda mais eficaz no período 2003-2016). A fatura editorial deles são

cruciais para arrematar a caracterização da estratégia de autor/escritura e o nexos dela com sua posição no mercado das opiniões.

Aristóteles dedica-se à apresentação da “teoria dos quatro discursos”, a saber: a *poética*, a *retórica*, a *dialética* e a *lógica* são fundadas em princípios comuns, e, portanto, formam uma “ciência única”. O livro se divide em três partes: o prólogo (dedicado a narrar a “polêmica entre o autor e a SBPC”), o miolo (cerca de 110 páginas em que a tese é sustentada), e, finalmente, “Aristóteles no dentista” (cerca de 65 páginas). “Aristóteles no dentista” reúne os artigos publicados por ele nos jornais, as cartas enviadas à SBPC e a *correção* item a item do parecer negativo, espécie de “parecer do parecer” – piroeta a serviço da inversão da autoridade (o que demonstra a constância da fórmula acima caracterizada e de sua aplicação). A quantidade de ironias e trocadilhos turva o entendimento de seus argumentos e ultrapassa a medida socialmente aceita (mesmo tendo critérios não-universitários como parâmetro). Um modo sucinto de ilustrar a propensão à desmedida consiste no exame da epígrafe:

“Quanto maior a obra pensada de um pensador – a qual não coincide de maneira alguma com a extensão e o número de seus escritos –, tanto maior, nessa obra, aquilo que foi deixado sem pensar, isto é, aquilo que, através dela e somente dela, chega a nós como jamais pensado. MARTIN HEIDEGGER”. (Carvalho, 1996, s/p, grifo do autor).

O termo “obra maior” refere-se tanto à dele, OC, quanto à de Aristóteles: o miolo do livro é a apresentação da unidade da filosofia deste segundo, descoberta pelo primeiro e “jamais pensada pela tradição ocidental”. Somando-se os paratextos agigantados, nos quais se “revelam” suas razões em oposição aos pareceristas da SBPC, mais de 1/3 do livro é dedicado aos combates do “descobridor/Olavo” e não ao “autor/descoberto” (Aristóteles). Na fatura editorial, afirma-se que a SBPC não entendeu Olavo, a tradição ocidental não entendeu Aristóteles e cabe ao primeiro explicar ambos, segundo o conselho de Heidegger, grafado em maiúsculas. O apelo ao nome do alemão é ornamental, sinaliza que ele só pode mimetizar o polo dominante do campo filosófico em desazo, por conta de seu *handicap* de capitais específicos. É nessa dinâmica ambiciosa e aflita que enobrece plebeiramente sua estreia digital, dando título em latim ao blog criado em 1998, ano da reeleição de Fernando Henrique Cardoso: *Sapientiam autem non vincit malitia*/ (A sabedoria não é vencida pela malícia). Sublinhe-se a promessa salvífica do purismo moral (eu/ sabedoria/ virtude/ vitória x eles/ malícia/ vício/ vencida) como componente constante de sua fórmula.

A busca por compensações torna compreensível a desmesura. A Filosofia submete seus praticantes à construção de uma singularidade eivada de predicados extraordinários. De tal modo, o agente a que faltam os capitais para tanto, excede-se

no quê e como pode: autorrepresentação à escala Grécia/Alemanha, Aristóteles/Heidegger, expressões latinas, além das fianças de criatividade, combinando com humor alto/baixo, apelidando os inimigos, propondo (auto)ironias, inversões, trocadilhos, neologismos. Vale sugerir que se realize um exame das reações do campo filosófico a OC, pois é certo que, *incorporado de modo alodóxico*, está em operação, direcionando a ação de OC (emprega-se “alodoxia”, nos termos de Pierre Bourdieu, isto é, trata-se do erro de juízo subjetivo a respeito de uma prática ou do valor objetivo de um bem simbólico – Bourdieu, 2007, 1996, 2013). O caso é exemplar disso. Observe-se: é justamente o anseio de corresponder às proezas da Filosofia no Brasil que leva Olavo de Carvalho a trair uma regra dele, aquela segundo a qual seus praticantes devem se especializar no comentário de *um* autor estrangeiro, ser fluente na língua nativa dele e dominar um tópico de sua fortuna crítica *entre os brasileiros*, ainda que estes últimos legitimem-se citando estrangeiros (Rodrigues, 2017). OC não tinha capital linguístico e tampouco o domínio da fração da fortuna crítica (re) conhecida pelos filósofos brasileiros, para comentar Epicuro, Aristóteles, Schopenhauer, Husserl, Maquiavel, Descartes – como fez. E, ainda assim, para arripio dos que afirmam que nenhum acadêmico o leu, Ruy Fausto (2018) comentou seu Epicuro, Ricardo Musse (2007) resenhou-o na Folha de S. Paulo. Ademais, é certo que no interior do campo acadêmico, são os marxistas que o respondem (Fausto, Musse, Konder), polo dominado neste espaço (Rodrigues, 2023).

Aristóteles (1996) dirige-se contra o campo científico (SBPC) e *O imbecil II* (2019a) orienta-o para o espaço midiático nacional. A primeira edição esgotou-se em três semanas e ele foi entrevistado na televisão por Pedro Bial:

“**Bial:** você está à direita, Olavo?

Olavo: à direita de Deus-pai Todo-Poderosos no Juízo Final, eu espero. (...) se é de esquerda ou de direita (...) não me interessa. O que me interessa é em cima e embaixo. (...) quem estava no poder era a direita, eu estava na esquerda como crítico. Agora eu acho que a esquerda está num momento de ascensão, então eu (...) passo a olhá-la com olhos críticos.” (Carvalho, 2013, n.p.).

Para OC, como para numerosos segmentos silenciados pela vergonha de ser de direita, PSBD e PT encontravam-se na mesma categoria classificatória, “esquerda” (Rocha, 2019). Ele, contudo, seguindo a regra se portar como exceção, não estava sob os efeitos inibidores da vergonha, como seu público, àquela altura.

“Imbecil coletivo” inverte o sentido de “intelectual coletivo”, de Antonio Gramsci. Reiterando a fórmula do “solitário/virtuoso”, OC sustenta que os consensos construídos socialmente (“intelectual coletivo”) consistem em ignorância (“imbecil”), um desfavor à “inteligência individual” (Carvalho, 2019a [1996], p. 275). Mas era Gramsci o adversário de OC?

Não. Seus adversários eram os gramscianianos. Em particular, Leandro Konder (1936-2014), mediador da recepção de Gramsci no Brasil (Rodrigues, 2019), citado 49 vezes em *O imbecil* (2019a) OC se faz como o avesso de Konder, pois este era corporificação da conformidade impecável, a medida e o modelo de excelência da cidade que lançava OC na zona da indignidade simbólica. É negando a “amabilidade, polidez e boa-fé extraordinárias” dos modos de Konder que OC forja sua “estratégia de escritura/autor” e ganha o mercado das opiniões¹⁰.

Era usual que revistas de grande circulação, com vistas a fidelizar os leitores como assinantes, anexasse como última página uma ficha com perguntas, a ser enviada por correio à editora. Olavo inverte a posição da ficha, colocando-a na abertura do livro:

Figura 1: Formulário

FORMULÁRIO-PADRÃO
para a redação de críticas a *O Imbecil Coletivo*

Nestes dias de progresso velocíssimo, ninguém tem mais tempo para nada, e não é justo exigir, de pessoas atarefadas como os intelectuais brasileiros, que leiam este volumoso livro só para depois redigirem quinze ou vinte linhas que todo mundo já sabe de antemão o que vão dizer. Por esta razão, forneço aqui este formulário, onde essas amáveis criaturas poderão escolher, conforme o estado de seus respectivos fígados, as frases mais apropriadas a descrever o que sentem da obra e do autor. — O. de C.

O. de C., autor deste(a)

- ☐ metralhadora giratória
- ☐ mistifório reacionário
- ☐ escandalosa polêmica,

pretende

- ☐ implodir a cultura brasileira
- ☐ destruir reputações ilibadas
- ☐ expelir seu excesso de bile.

É um sujeito cheio de:

- ☐ ressentimento e inveja
- ☐ incompreensão dos caracteres específicos da cultura brasileira
- ☐ maquiavelismo autopromocional.

Torna-se evidente que a mentalidade desse autor é

- ☐ neurótica
- ☐ autoritária e prepotente
- ☐ nostálgica da Idade Média.

Ele está manifestamente

- ☐ desatualizado com a bibliografia mais recente
- ☐ em descompasso com a História
- ☐ fora de si.

No fundo, ele nos parece movido por

- ☐ desejos sexuais recalçados
- ☐ ambições políticas sórdidas
- ☐ interesses de empresas multinacionais.

PREENCHA, DESTAQUE
E ENVIE AO EDITOR DO SEU SUPLEMENTO CULTURAL.¹

Fonte: Carvalho, 2019 a, s/p

¹⁰ O trecho de OC sobre Konder encontra-se em “excerto 2” (ANEXO A). Convém registrar, contrariando a autoestima da afirmação segundo a qual ele era não era lido, era ignorado etc., Konder respondia a OC. Devo o acesso a tais respostas a João Victor Lourenço de Castro, mestrando em História Social na USP, coorientado por mim e Francisco Palomanes Martinho. Sou grata a ambos.

A fórmula da fusão com o leitor, pela inversão da hierarquia, é reiterada. Tem-se aí a representação de si reputada aos “pares” e ofertada a seu leitor, potencialmente categorizado pelas mesmas classificações que ele já recebeu: polemista, reacionário, ressentido, maquiavélico, autopromocional, neurótico, desatualizado.

Na página seguinte, encontram-se a dedicatória aos filhos e à memória de Paulo Francis (1930-1997), figura igualmente imune aos interditos à “assumir-se de direita”. E, em seguida, o sumário: “Nota do editor”, notas às edições (1ª, 2ª, 3ª, 4ª)¹¹, “Manual do usuário”, “Prólogo do prólogo”, “Prólogo”. Seguem os títulos dos 39 artigos reunidos (publicados em jornais, entre 1992-1997), sucedidos dos aparatos finais de enquadramento semântico: “Apêndices” (3 itens), “Suplemento” (18), “Suplemento do suplemento” (11), “Suplemento suplementar” (8). Adiantando-se, para ler enfim o livro que parece se esconder pelos aparatos, o leitor encontrará mais aparatos. Nova preliminar: “O ministério da saúde adverte. O imbecil coletivo faz mal aos imbecis individuais”. Nas edições seguintes à primeira, a repercussão do livro foi documentada, agigantando os anexos. Tal qual se observou em *Aristóteles*, trata-se de responder a tudo/todos, o excesso e a exceção à norma tornam-se *uma norma própria* – espécie “área de uma pessoa só”, para falar com Júlio Canhada (2019)¹².

A aflição de ser (e se saber) *pária* da área em que “deseja ardentemente” ser *par* não se apaziguou com o sucesso (da exploração) de seu fracasso¹³.

Apoteose entre párias: OC no mercado das reações antipetistas (2003-2016)

A doutrinação antipetista foi um ajuste fácil no acompanhamento da mudança da presidência do sociólogo Fernando Henrique Cardoso ao ex-metalúrgico, Luís Inácio Lula da Silva, pois além de treinado na prática da negação e inversão da conformidade social, para OC não havia diferenças substanciais entre ambos. Pudera. O nexos morfológico é evidente. Tal ponto de vista ideológico corresponde às posições objetivas que ocupam, OC e sua clientela, isto é, as margens mais distantes dos grupos dirigentes que vertebraram cultura e política nas décadas posteriores à reabertura política – encontrando-se constrangidos duplamente, tanto por esta posição socialmente rebaixada quanto por se inclinarem à direita. Não por acaso, é na zona nova e anômica em que elas transitavam, a internet, que OC as encontrou,

¹¹ O livro encontra-se na 10ª edição, pela Record. Este artigo valeu-se da 5ª, publicada em 2019, e indica as datas de publicação original dos textos sempre que essa informação é disponível e confiável.

¹² Devo muito a Júlio Canhada, especialmente nesse tópico, embora divirja dele em atribuir propriedades disposicionais exclusivamente a OC. Elas me parecem próprias do campo intelectual brasileiro (talvez, mais agudas ou perceptíveis no da Filosofia), e, portanto, atuantes em graus diversos em seus agentes.

¹³ Termo usado por ele próprio, cf. excerto 3 (ANEXO A).

catapultou sua concorrência com o jornalismo institucionalizado e prosseguiu as diatribes contra “o que está em cima”.

Assim, em 2002, ainda durante a campanha presidencial petista, OC criou o blog *Mídia sem máscara*. Diferentemente de *Sapientiae*, o título dispensou tradução. Tratava-se de digitalizar o trabalho de descredibilização dos conglomerados da imprensa, no interior dos quais nunca alçou posição estável¹⁴. Em 2004, na rede social *Orkut* (hoje inexistente), registravam-se quatro comunidades com nome Olavo de Carvalho; em 2006, ele lançou o *True Outspeak*, um programa de rádio on-line, que tinha como slogan “Moderação na defesa da verdade é serviço prestado à mentira” e logo se transformou em *podcast*. Novamente, o título é expressivo: alude à repercussão de sua extravagância e afirma o valor dela. Em 2008, criou-se o “Instituto Olavo de Carvalho”, um fórum virtual que durou dois anos (Rocha, 2019). O sucesso nacional pareceria incongruente com a migração para os EUA, desde 2005. Contudo, se na fase anterior ele projetou sua visibilidade do Rio de Janeiro ao país, nesta a digitalização viabilizou a desterritorialização: os “seminários de filosofia” passaram a ser veiculados em seu canal no *youtube*, e, por meio deles, ia reagindo ao cotidiano do governo. Além disso, a digitalização lhe munuiu de ferramentas novas para performar suas fórmulas de negação da “amabilidade e polidez”: manipulação da fachada (camisas de manga longa, colete e/ou suspensório, óculos convencionais, cachimbo, caretas) dos gestos (exagerados, com braços, mãos e dedos) e da voz (com sotaque caipira, imperceptivelmente cativante para alguns/repugnante para outros, entonando ideias com pausas dramáticas, conversando com imaginária voz em off, gritando palavrões) e do cenário (biblioteca com estantes em madeira e portas de vidro, a mesa no mesmo padrão *old style* antimoderno)¹⁵. Aos poucos, apaga-se a gênese anti-Konder da negação do decoro, dada a eficácia performática da exploração audiovisual da atitude. Como nas demais fases, a estratégia de autor/escritura entrelaça-se com as tomadas de posição ideológicas e, portanto, a dinâmica da negação dos “bons modos” encontra-se em operação – desta feita, assumindo proporções inauditas, notável no (incômodo provocado pelo) uso intensificado dos palavrões¹⁶.

¹⁴ Embora publicasse na mídia impressa, a atividade jornalística profissional jamais foi como sua fonte segura de ganha-pão e OC penou em busca de financiamento para sua atividade (Rocha, 2019). Cumpre sublinhar que há dificuldades em encontrar informações objetivas e confiáveis a respeito desse ponto (e de outros a respeito de sua trajetória social, daí reservas em avançar analiticamente em termos de *habitus*, por exemplo).

¹⁵ A dimensão antimoderna de OC combina ideias tradicionalistas, como destacou Teitelbaum (2020), com estilo de se apresentar igualmente antimoderno (evidente na composição cenário/fachada). Sem esta combinação – ideias e estilo de ser – dificilmente ele teria a audiência que alcançou.

¹⁶ O público cultivado sentiu-se agredido tanto pelo teor conservador das mensagens quanto pelo uso ostensivo do gênero baixo – um dos títulos reativos o ilustra: “Única coisa rigorosa no discurso de Olavo são os palavrões” (Fausto, 2018). Com efeito, empregados com parcimônia e notável efeito anteriormente (cf. excertos 4, item “c” no ANEXO A), os palavrões tornam-se abundantes nessa fase.

O conteúdo das mensagens doutrinárias merece atenção, menos por sua novidade e mais pelo parentesco com aquelas dos anos 1990. Tendo como baliza o período entre o primeiro escândalo da presidência petista (“mensalão”, junho de 2005) e o impeachment de Dilma (agosto de 2016), há uma década de repetição de ideias/attitudes com este teor:

“Se o grupo petista atualmente no poder sustenta-se no **desvio sistemático de dinheiro público**, a esquerda continental, da qual esse grupo não é senão um pseudópodo especialmente saliente, apoia-se num aparato muito mais vasto e temível: *a narco guerrilha das Farc, o banditismo organizado do MIR chileno e outras entidades criminosas pertencentes ao Foro de São Paulo. A corrupção instalada no governo federal, preparada desde o começo da década de 90, é apenas uma engrenagem ínfima da máquina criminosa montada pelo movimento comunista para “reconquistar na América Latina o que foi perdido no Leste europeu”*. (Carvalho, 2006, n.p., grifos nosso em *itálico*, novidades; em **negrito**, ideias dos anos 1990).

Há também, concomitantemente, o crescimento e a diversificação do público demandante de opiniões políticas, animado por frustrações de suas expectativas econômicas e simbólicas, impulsionadas no período petista da presidência. Se ele tinha (dis) posição à desmedida, como se apontou anteriormente, inflamá-la foi obra desse público. A escalada – de ódio às minorias, aos intelectuais, às instituições, de associações insólitas (cristalizadas em “teorias conspiratórias”, tão assustadora para que se ocuparam do assunto – é indutora e é induzida pela digitalização, ampliação e diversificação da clientela que demandam bens compensatórios a seu esforço e sua boa vontade moral e cultural não recompensadas. Abaixo, um exemplar da fusão entre ele e o leitor do período, entre antipetismo e anti-intelectualismo. Por meio da elegia à fidelidade à “origem de classe” e correlata danação moral da ruptura com ela, OC esquadrinha um sistema geométrico-sintático de oposições oferecendo a mensagem salvífica sob medida para os que não catapultaram a desejada ascensão e para os que descarrilharam na temida decadência¹⁷, a despeito de exercerem a ascética devoção à ordem social e à hierarquia simbólica:

“Voegelin passou fome para estudar. Continuou homem simples, deslocado em ambientes chiques. No auge da glória acadêmica, usava ternos surrados, fumava charutos mata-rato e não tinha a menor classe no consumo de vinhos: bebia o bom e o ruim, incapaz de distingui-los, caindo de sono, vexaminosamente, ao fim do

¹⁷ Cf. os dois tipos acima, ameaçados/frustrados. Remeto, para ilustrar o reforço do apelo à pureza moral articulada à inversão da hierarquia simbólica ao “excerto 5” (ANEXO A).

primeiro copo. Não raro esquecia-se de cortar as unhas, amareladas de fumo. Era, diziam seus confrades, **um aristocrata intelectual com gostos proletários**. Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do maior país da América Latina, nasceu pobre e, ao longo de uma carreira de sucessos políticos espetaculares, foi mudando de hábitos. Aprendeu a apreciar bons vinhos, a selecionar os melhores charutos, a aparecer em público de unhas polidas, envergando ternos Armani, idêntico em tudo a um ricoço de nascença. No auge da glória mundana, gaba-se de não saber falar inglês, mas de seus discursos em português nada sobra exceto os erros de gramática. É um **proleta intelectual com gostos aristocráticos**. Há muitos estilos de um pé-rapado subir na vida. (Carvalho, 2013, p. 79, grifos nosso).

O nexo entre digitalização das atividades e publicação impressa (em jornal e em livros) contraria a impressão ligeira que suporia a substituição da segunda pela primeira¹⁸. Em livros, o ritmo é mais intenso do que na fase anterior: contam-se 15 novos títulos e seis reeditados, em 12 anos (2006-18). Dentre os 15, um deles se desdobra em 32 volumes do paradiático *Coleção História Essencial da Filosofia*, pela *É Realizações* (editados entre 2002 e 2006)¹⁹; 7 constituem a série *Cartas de um Terráqueo ao Planeta Brasil*²⁰.

Olavo dispunha de alunos desde 1987, em seus “seminários”. Porém, nesta fase, multiplicaram-se “discípulos”, proclamando admiração e rendendo homenagens. Nos protestos em favor do impeachment da Dilma, em 2015, figuravam cartazes e camisetas com a frase “Olavo tem razão”. Um deles era ostentado por Filipe Moura Brasil (1981), então colunista da revista *Veja*, que havia dedicado um poema a OC (“Soneto do estudante sério”) e organizado *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, coletânea de artigos de seu “mestre”, distribuídos em 26 capítulos, dispostos num índice sem numeração, em caixa alta²¹. A epígrafe é um excerto do próprio OC e é informado na página de abertura que as notas do

¹⁸ Obviamente, fazendo os conteúdos se repetirem e alargando tanto a superfície de seus públicos quanto o diversificando – isto é, enviando a mesma mensagem àqueles mais inclinados ao audiovisual, aos jornais e/ou aos livros.

¹⁹ *Aristóteles em Perspectiva, A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci, A Dialética Simbólica, O Jardim das Aflições: De Epicuro à Ressurreição de César, O Mínimo que Você Precisa Saber Para Não Ser um Idiota*.

²⁰ *O Mundo Como Jamais Funcionou; A Fórmula para Enlouquecer o Mundo; A Inversão Revolucionária Em Ação; O Império Mundial da Burla; O Dever de Insultar; Breve Retrato do Brasil; Os Históricos no Poder*. Não surpreende que em maio de 2018, quando ainda não se apostava na efetiva vitória de Bolsonaro, a Record prepare uma edição especial em capa dura d'O imbecil – tendo alardeado o feito previamente, aquecendo as vendas.

²¹ “JUVENTUDE”; “CONHECIMENTO”; “VOCAÇÃO”; “CULTURA”; “POBREZA”; “FINGIMENTO”; “DEMOCRACIA”; “SOCIALISMO”; “MILITANCIA”; “REVOLUÇÃO”; “ITELLIGENTZIA (MAS PODE CHAMAR DE MÁFIA)”; “EDUCAÇÃO”; “INVEJA”; “ABORTO”; “CIÊNCIA”; “RELIGIÃO”; “LINGUAGEM”; “DISCUSSÃO”; “PETISMO”; “FEMINISMO”; “GAYSISMO”; “CRIMINALIDADE”; “DOMINAÇÃO”; “EUA”; “LIBERTAÇÃO”; “ESTUDO”.

editor e do organizador se encontram no final de cada capítulo “com esclarecimentos relevantes, bibliografia complementar e fragmentos de escritos de Olavo” (Carvalho, 2019 a, p. 15).

O trabalho de Brasil (2013), produzindo *O mínimo*, evidencia a capacidade de transmissão da propensão megalômana e a cumplicidade entre o OC e seu público na mimese plebeia das práticas de consagração legitimadas institucionalmente pelo circuito restrito intrapares do espaço acadêmico (Rodrigues, 2018a, 2018b). Tal como no polo restrito, tem-se mestre/discípulo, homenagem poética, reedição de livro com comentários e paratextos. E, diferentemente dele, os princípios de apreciação que Brasil (2013) aciona para atribuir valor a OC são: combinar alto e baixo, entretenimento com instrução, atingir público em quantidade, diversidade da freguesia (leitores, ouvintes, alunos), desbancar os “intelectuais”. Ora, tais critérios colocam-se à serviço das apostas econômicas que organizam a jogada (cf. “excerto 6” no ANEXO A). Conforme Carlos Andreazza, editor do livro, pela Record: “O que fizemos foi dar um tratamento pop (a OC). Nós *hypamos*, desde a escolha do título até a capa. Havia uma demanda reprimida por esses autores que nós identificamos” (Andreazza *apud* Rocha, 2019, p. 173). O impulso cultural na base dela é evidente: “Ficou provado que a direita também lê” (Andreazza *apud* Rocha, 2019, p. 173) responde à confortante crença de que o país “irreconhecivelmente inteligente” era de esquerda (Schwarz, 1978, p. 62). Contudo, a heteronomia política se entrelaçou à econômica, pois a resposta foi o sucesso comercial de OC.

Brasil não estava só na eleição de OC como seu “mestre”. A produtora de conteúdo histórico paradidático audiovisual digitalizado, *Brasil Paralelo*, também o designou como seu “guru” (Amorim, 2023). Em 2017, o pernambucano Josias Teófilo dirigiu *O jardim das aflições*, documentário financiado por recursos arrecadados entre três mil seguidores de OC e que projetou sua carreira como cineasta. Os casos confirmam a hipótese a respeito da homologia estrutural entre ofertante/demandante, no que tange às posições sobre as quais se erigem as tomadas de posição antipetistas no período (Rodrigues, 2018a), afinal estão situados nas margens dos espaços que monopolizam o arbítrio em suas áreas – jornalismo/Brasil; historiografia acadêmica/Brasil Paralelo; cinema/Teófilo²².

²² Embora o termo (homologia) seja empregado somente a esta altura da exposição, o argumento do artigo é inteiramente erguido a partir dessa ideia, seguindo a trilha de Pierre Bourdieu (1984, 1996, 2007, 2013), para quem o bom uso de teoria é similar ao sangue correndo pelas veias. As pessoas interessadas no problema teórico mais substantivo podem encontrá-lo formulado em Roueff, 2020. Elaborado de modo didático e circunstanciado, vale o apelo à regra de três: Olavo está para seus pares, como seus públicos estão para os públicos dos intelectuais com os quais rivaliza.

Considerações Finais

Se OC cumpre, rigorosamente, as regras do mercado de reações midiáticas antipetistas, caberia perguntar: o que o distingue?

Já se observou que as clientelas espontaneamente o aproximavam dos demais intelectuais deste mercado. Contudo, estes últimos empenhavam-se fortemente na demarcação da linha limítrofe com OC (Rodrigues, 2018a). Por quê?

O antipetismo de Pondé, Villa, Magnoli vinculava-os, de modo palatável, às posições *partidárias* estruturalmente adversárias ao PT, isto é, ao PSDB. Já Olavo, não. Sua estratégia de escritura/autor era refratária a todos os partidos e o princípio gerador dela era sua posição não-institucionalizada na superfície social²³. Enquanto os demais antipetistas eram empregados (e remunerados) *nos/pelos* conglomerados que dispunham da credibilidade, OC era “independente”. Mas “independente” do quê? Entre ele e suas clientelas, há convergência de percepção e representação das elites petistas e tucanas, como duas faces de uma mesma moeda cunhada pela mídia “com máscara”, isto é, a institucionalidade partidária e cultural da reabertura política. Ele e elas estão objetivamente fora desta institucionalidade, daí se conceberem como “independentes” dela.

Ele se distingue também pela precocidade de tomadas de posição. O leque de pautas que marcaram as presidências petistas, indo do âmbito econômico ao cultural e deste ao moral, era abordado por OC desde os anos 1990. Quando começa a se desenhar o mercado das reações antipetistas, em 2003, OC já havia tomado posição contrária: (a) às políticas públicas compensatórias à pobreza (sem deixar de apresentar-se, ele próprio, como “pobre”); (b) à linguagem não-racista; (c) ao feminismo; à legitimidade de políticas antirracistas, à criminalização da homofobia; e ao aborto (cf. excertos 4). Enquanto os recém-chegados iam transitando nesse leque, testando a associação de sua figura a uma ou outra pauta, ele já era (re)conhecido por suas posições contrárias a todas elas, podendo atender de imediato às demandas por contrariedade ao governo federal, acionando o que “já havia dito”. O acúmulo prévio ao momento da demanda e exploração sistemática de sua “antecedência” foram também diferenciais.

Igualmente singular foi seu treinamento no manejo do excesso, na regra da exceção e das inversões, em suma, sua estratégia de autor/escritura. De um lado, a digitalização das mensagens e de sua própria imagem, sofisticou tal estratégia com o incremento dos recursos expressivos. De outro, a ampliação de sua visibilidade

²³ Contudo, isso só ficaria evidente após o advento do bolsonarismo nesta equação. Ultrapassaria a periodização proposta no presente trabalho, mas é esta mesma dinâmica e conteúdo ideológico que situa os antipetistas até 2018 contra Bolsonaro a partir deste ano – e parece apressado supor que eles tenham “mudado de lado”, pois a divisa na era esquerda e direita, porém petismo e antipetismo (agrupando-se, nesta última posição matizes diversos: a esquerda da esquerda, psd-bistas, bolsonaristas, etc).

retroalimentou as técnicas voltadas a extrapolar convenções socialmente aceitas. Daí estar “pronto” para se tornar o porta-voz da imaginação política sem limites (dando sentido às elucubrações sobre a conspiração global de esquerda, as suspeitas e obscuras forças da indústria farmacêutica, dos comunistas na Organização das Nações Unidas (ONU), etc. A coerência entre o conteúdo defendido e estilo de defendê-lo trabalhou a seu favor.

Tais trunfos diferenciais garantiram o sucesso no mercado das reações antipe-tistas e reforçaram as coerções que a *posição de situação* impunha à esquerda, então atada a decoros de Estado, autocensurada em suas críticas e cada vez mais distante dos fiadores de rebeldia que lhe deram contornos historicamente. Do ponto de vista discursivo e prático, efetivamente OC intimidou-a, impôs-lhe freios, reforçando seja a elegante esquiva “não se larga um presidente”, seja o recuo em assumir sua visão de mundo subversiva. Imperceptivelmente, foram desaparecendo do léxico palavras como “capital, trabalho, revolução”, tornaram-se museológicas as críticas ao modelo burguês de família, propriedade privada e seu corolário, a defesa do fim da herança, apagou-se a noção de historicidade do amor parental, a necessidade de fim da religião, o ateísmo, o agnosticismo – para mencionar apenas as obviamente mais subversivas e neutralizadas no horizonte cultural da esquerda. A eliminação desses tópicos de discussão e a canalização de pautas por meio de “políticas públicas” são os sinais mais salientes de um duplo processo que este artigo apenas tangenciou: a intimidação da esquerda pela direita e a “estatização” de sua imaginação política.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. M. F.; ERNICA, M. “Inclusão e segmentação social no Ensino Superior público no Estado de São Paulo (1990-2012)”. **Educação & Sociedade**, n. 130, 2015.
- AMORIM, L. “Com 500 mil assinantes, Brasil Paralelo quer evitar polêmicas e senhor ser ‘a Disney brasileira’”. **Revista Exame**, 23 de fevereiro de 2023.
- BOURDIEU, P. **Manet**. Une révolution symbolique. Paris: Seuil, 2013.
- BOURDIEU, P. **Sur l’Etat**. Paris: Seuil, 2012.
- BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.
- BOURDIEU, P. **Science de la science et réflexivité**. Paris, Seuil, 2001b.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Paris: Minuit, 1984.

BRASIL, F M. 15 de março: Olavo tem razão. **Veja**, 15 de março de 2017. Disponível: <https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/15-de-marco-olavo-tem-razao>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL, F M. Apresentação. In. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2013.

CALDARA, M. **Posições e disposições na trajetória de Francisco Weffort (1937-1994)**. UFSCar/PPGPOL, 2024.

CANHADA, J. Um jogo de espelhos: Olavo de Carvalho e seus outros. **19º Congresso Brasileiro de Sociologia**. Florianópolis, 2019.

CANZIAN, F. Brasileiro mais escolarizado vê renda desabar e cai na informalidade. **FOLHA DE S.PAULO**, 03 de setembro de 2023.

CARVALHO, R. Da filha de pedreiro que virou médica ao jovem que foi o 1ª da família a entrar na universidade. **Diário da região**, 22 de novembro de 2022.

CARVALHO, O. **O imbecil coletivo**. Atualidades inculturais brasileiras. 5 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2019a, [1996].

CARVALHO, O. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2019b [2013].

CARVALHO, O. **Os Históricos no Poder**. Campinas: Vide Editorial, 2018.

CARVALHO, O. **Breve Retrato do Brasil**. Campinas: Vide Editorial, 2016.

CARVALHO, O. **O Império Mundial da Burla**. Campinas: Vide Editorial, 2016.

CARVALHO, O. **O Dever de Insultar**. Campinas: Vide Editorial, 2016.

CARVALHO, O. **A Inversão Revolucionária Em Ação**. Campinas: Vide Editorial, 2015.

CARVALHO, O. **A Dialética Simbólica**. Campinas: Vide Editorial, 2015.

CARVALHO, O. **O Mundo Como Jamais Funcionou**. Cartas de um terráqueo ao Planeta Brasil. Campinas: Vide Editorial, 2014.

CARVALHO, O. **A Fórmula para Enlouquecer o Mundo**. Campinas: Vide Editorial, 2014.

CARVALHO, O. Entrevista com Pedro Bial. 17 de out. de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eGLKQDo-_1w&t=746s. Acesso em: 06 dez. 2024.

CARVALHO, O. Editorial. **Diário do Comércio**. 31 de março de 2006.

CARVALHO, O. **O imbecil coletivo II**: A longa marcha da vaca vai para o brejo e, logo atrás dela, os filhos da PUC. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998a.

CARVALHO, O. **O exército na história do Brasil**. Rio de Janeiro/Salvador: Biblioteca do. Exército e Fundação Odebrecht, 1998b.

CARVALHO, O. **O futuro do pensamento brasileiro**: estudos sobre o nosso lugar no mundo. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora, 1997.

CARVALHO, O. **Aristóteles em perspectiva**. São Paulo: Topbooks, 1996.

CARVALHO, O. **O jardim das aflições**: de Epicuro à ressurreição de César. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

CARVALHO, O. **Uma Filosofia Aristotélica da Cultura**. Introdução à Teoria dos Quatro Discursos. Rio de Janeiro, Instituto de Artes Liberais/Stella Caymmi Editora, 1994a.

CARVALHO, O. **A Nova Era e a Revolução Cultural**: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Rio de Janeiro, Instituto de Artes Liberais/Stella Caymmi Editora, 1994b.

CARVALHO, O. **Universalidade e Abstração e Outros Estudos**. São Paulo: Speculum. 1983a.

CARVALHO, O. **O Crime da Madre Agnes ou**: A Confusão entre Espiritualidade e Psiquismo. São Paulo: Speculum. 1983b.

CARVALHO, O. **Astros e Símbolos**. São Paulo: Speculum. 1983c.

CHARTIER, R. Espace social et imaginaire social: les intellectuels frustrés au XVIIIe siècle. **Annales. Economies, sociétés, civilisations**, 1992, n. 2, p. 389-400.

DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, 2013, v. 43, p. 302-327.

DIEESE. Aumenta ocupação de pessoas com ensino superior, mas em trabalhos não típicos para essa escolaridade. **Boletim Emprego em pauta**. 26 de novembro de 2023.

ELIAS, N. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FAUSTO, R. Única coisa rigorosa no discurso de Olavo são os palavrões. **FOLHA DE S. PAULO**, 30 de novembro de 2018.

HIRSCHMAN, A. O. **A retórica da intransigência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LEPENIES, W. **As três culturas**. São Paulo: Edusp, 1996.

MARREIRO, F.; BAHIA, G. Lula provoca mal-estar na intelligentsia. **FOLHA DE S. PAULO**, 30 de novembro de 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u55933.shtml>. Acesso em: 07 dez. 2024.

MOURA, M. A. P.; PASSOS, G. O. A taxa de conclusão de curso da graduação nas universidades federais antes e depois do REUNI: as vicissitudes da implementação da política. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, 2019, v. 24, n. 02, p. 513-525.

MUSSE, R. Crise e barbárie. **FOLHA DE S. PAULO**, 23 de setembro de 2007.

NICOLAU, M. As ciências sociais: entre a avaliação e a relevância. **Estudos de Sociologia**, 2019, v. 24, n. 46, p. 213-232.

O JARDIM das Aflições. Documentário. Diretor: Josias Teófilo. Roteiro: Josias Teófilo. Brasil. 2017, 1h 21min.

PASSARINHO, N.; TARGINO, R. Pusemos em marcha a revolução da educação, diz Lula. G1, 01 de abril de 2010. Acesso em: 21 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1554045-5601,00-PUSEMOS+EM+MARCHA+A+REVOLUCAO+DA+EDUCACAO+DIZ+LULA.html>. Acesso em: 07 dez. 2024.

PINHEIRO, F. **O mago, o santo, a esfinge**. São Paulo: Todavia, 2024.

RINGER, F. K. **O declínio dos mandarins alemães**: a comunidade acadêmica alemã. São Paulo: Edusp, 2000.

ROCHA, C. **“Menos Marx, mais Mises”**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese de Doutorado. FFLCH-USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Ciência Política, Universidade São Paulo. 2019.

RODRIGUES, L. S. Karl Marx in Brazil: the capital of reading capital (1958-2014). *Tapuya: latin American Science, Technology and Society*, v. 6, p. 1-17, 2023.

RODRIGUES, L. S. Ser marxista no Brasil. In: MARTINHO, F.; FREIRE, A. (org.). **Intelectuais e marxismo no mundo lusófono**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019, p. 165-205.

RODRIGUES, L. S. Uma revolução conservadora dos intelectuais (2002/2016). **Política e Sociedade**, v. 17, n. 39, p. 277-312, 2018a.

RODRIGUES, L. S. Centralidade de um cosmopolitismo periférico: a Coleção Grandes Cientistas Sociais no espaço das ciências sociais (1978-1990). **Sociedade e Estado**, v. 33, p. 675-7-8, 2018 b.

RODRIGUES, L. S. Um departamento municipal no ultramar francês: o cosmopolitismo de José Arthur Giannotti. **Revista Campos**, v. 18, n. 1-2, p. 61-87, 2017.

ROUEFF, O. Homologie(s) structural(s). *In*: SAPIRO, G. (org.). **Dictionnaire international Bourdieu**. Paris: CNRS Editions, 2020.

SAPIRO, G. **Sociologia da literatura**. Belo Horizonte: Moinhos/Contafios, 2019.

SCHWARZ, R. Cultura e política, 1964-69. *In*: SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Paz e Terra, 1978, p. 61-92.

SILVA, L. I. L. Discurso FSM/2018. Disponível: <https://institutolula.org/noticias/noticias/com-prouni-filho-do-pedreiro-pode-virar-doutor>. Acesso em: 21 ago. 2024.

TEITELBAUM, B. **A guerra pela eternidade**. Campinas: Unicamp, 2020.

Submetido em: 02/09/2024

Aprovado em: 10/01/2025

ANEXO A – EXCERTOS 1, 2, 3, 4, 5, 6.

Excertos 1.

“(…) nossos escritores e artistas produzem uma cultura de idealização da malandragem, do vício e do crime. Como isto poderia deixar de contribuir, ao menos a longo prazo, para criar uma atmosfera favorável à propagação do banditismo? (...). **Não conheço um único bom livro brasileiro no qual a polícia tenha razão, no qual se exaltem as virtudes da classe média ordeira e pacata, no qual ladrões e assassinos sejam apresentados como homens piores do que os outros, sob qualquer aspecto que seja.** (...) Humanizar a imagem do delinquente, deformar, caricaturar até os limites do grotesco e da animalidade o cidadão de classe média e alta, ou mesmo o **homem pobre quando religioso e cumpridor dos seus deveres — que neste caso aparece como conformista desprezível e virtual traidor da classe —, eis o mandamento que uma parcela significativa dos nossos artistas tem seguido fielmente, e a que um exército de sociólogos, psicólogos e cientistas políticos dá discretamente, na retaguarda, um simulacro de respaldo “científico”** (...) essa “revolução cultural” acabará por perverter todo o senso moral da população, instaurando a crença de que **o dever de ser bom e justo incumbe primeira e essencialmente à sociedade, e só secundariamente aos indivíduos.** Muitos intelectuais brasileiros tomam como um dogma infalível esse preceito monstruoso, que resulta em **abolir todos os deveres da consciência moral individual** até o dia em que seja finalmente instaurada sobre a Terra a “sociedade justa” — um ideal que, se não fosse utópico e fantasista em si, seria ao menos inviabilizado pela prática do mesmo preceito, **tornando os homens cada vez mais injustos e maus quanto mais apostassem na futura sociedade justa e boa**”. (“Episódio Bandidos e Letrados”. Carvalho, 2019b, p. 113-121 – grifos nosso).

“Queixei-me, isto sim, de ser **julgado por um incompetente**. O prof. Ênio Candotti apela ao artifício de **fugir do mérito da questão**, perguntando “o que aconteceria” se todo articulista insatisfeito com um parecer o pusesse em discussão. O que aconteceria é que **a SBPC já não teria no seu quadro de consultores nem o inepto que julgou meu texto** nem estrelas — ou estrelos — que **presunçosamente opinam sobre o que não leram.** (...) Sobre gente assim dizia Karl Kraus: “**Julgam para não serem julgados**”. O prof. Candotti diz que não havia razão para escândalo. Mas ele foi, por sua **omissão**, o único culpado pelo escândalo (...) se esquece de **que a SBPC recebe dinheiro público: se denunciada uma irregularidade no seu trabalho, ela tem a obrigação de investigá-la, em vez de reagir como donzela ofendida e recusar falar do assunto.** (...). Na minha carta, aliás, fui muito **respeitoso** para com a SBPC (...) (Candotti), por **orgulho e teimosia**, prefere **arriscar a imagem da SBPC** (...). Ou esse parecerista é alguém muito importante, ou o Prof. Candotti

acha normal que as sociedades científicas sejam como **sociedades secretas, que protegem seus membros sob um pacto de lealdade** até a morte. (...). Enfim, os argumentos usados contra mim nessa polêmica resumem-se a uma carnavalesca exibição de prestígio, ao *argumentum auctoritatis* e ao *argumentum baculinum*. Pergunto eu: **de todos esses senhores, quem conhece Aristóteles o bastante para julgar o caso, mesmo supondo-se que tivessem lido meu trabalho? (...) usurpadores (...) não roubam dinheiro público, mas usam de seus cargos e de seu círculo de amizades para atribuir-se uma autoridade intelectual que não têm. (...). Desafio publicamente todos esses senhores a discutir, com base nos textos e documentos, as objeções que fiz ao meu parecerista. Todos fugirão, ocultando-se covardemente atrás da proteção corporativa, sem a qual cada um deles é, nesta questão, apenas um menino indefeso perdido no deserto da sua ignorância**". (Episódio SBPC. Carvalho, 1996, p. 176-180 – grifos nosso). **"Alegando que a complexidade do assunto poderá confundir o leitor leigo, o senhor ali pede que o debate a respeito de meu trabalho sobre Aristóteles saia da imprensa diária para as páginas discretas de 'uma revista especializada'(...) Quanto a seu paternal cuidado para com a alma do público leigo (...) é pura manobra obscurantista. Quem tem a temer com esta discussão não é o público: é a SBPC. Entre os milhões de leitores de O Globo há decerto um número maior de pessoas cultas e capacitadas do que no comitê editorial de Ciência Hoje. Por notáveis que se imaginem os membros desse comitê, eles não têm a autoridade de um novo Santo Ofício para decidir o que o público está ou não está maduro para saber. Fingindo proteger o público, a SBPC se protege a si mesma (...). Como jornalista profissional, há trinta anos espero que os debates científicos invadam as páginas da imprensa diária. Agora que eles começam a chegar lá, não vejo qual o benefício de mandá-los de volta ao gueto especializado**". (Episódio SBPC. Carvalho, 1996, p. 183-185 – grifos nosso).

Excerto 2.

"Alguns (...) ficaram indignados. Não era justo, segundo eles, fazer troça com o prof. Konder, cuja **amabilidade, polidez e boa-fé extraordinárias** lhe davam direito a um nicho celeste protegido contra qualquer censura mais **áspera ou gozação** cruel. Minha resposta é: as doçuras da personalidade do prof. Konder são um benefício reservado àqueles que privam de sua intimidade. Nós, o público, recebemos desse **cavaleiro apenas as suas ideias, e temos o direito, o dever de julgá-lo por elas somente**. Aquele que defende os direitos da **estupidez majoritária contra a inteligência solitária é, em toda a extensão da palavra, um homem de mentalidade brutal, um bárbaro, um violento** (...) se as **boas-maneiras** do prof. Konder tornam a **brutalidade** da sua ideologia invisível aos olhos de seus amigos, é porque *amica veritas, sed magis amicus* Konder. Ademais, **por que a responsabilidade filosófica**

acima de toda consideração pessoal haveria de ser uma qualidade humana tão inferior à polidez do prof. Konder?”. (Carvalho, 2019a, p. 444).

Excerto 3.

“DESEJANDO ARDENTEMENTE ser admitido em rodas de intelectuais, pus-me a estudar os temas e a linguagem das publicações culturais e das entrevistas que as pessoas **reconhecidamente letradas davam na TV**. Meu intuito **era saber os gostos e hábitos dessa gente, sem cuja companhia e aplauso a vida humana é, como todo mundo sabe, um tédio, um saco, um inferno**. Após alguns meses de investigação, consegui delinear um **quadro de normas de conduta**, que ponho aqui à disposição de todos os que, **como eu, somem a uma atração mágica pelos círculos de gente fina uma vocação incoercível de alpinista social**. Aqui encontrarão a **fórmula** que abre as portas da admissão no grande mundo das pessoas belas e significativas, longe da opacidade cinzenta do anonimato”. (Carvalho, 2019b, p. 271 – grifos nosso).

Excertos 4.

(a) “jamais acreditei que homem algum tivesse nada a esperar de governos. Reivindicar do governo, mesmo aquilo que é teoricamente justo, resulta sempre, na prática, em rebaixamento moral: um homem que entre por esse caminho acaba por não enxergar outra forma de ação senão a reclamação. (...) Um governo que se mete em tudo obriga as pessoas a tudo reivindicarem dele: avilta o povo ao atender às suas demandas, premiando a indisciplina e o protesto, e também ao não as atender, semeando a desesperança e o cinismo”. (Carvalho, 2019b, p. 124-125).

(b) “[o jornal] toma a iniciativa de doutrinar as crianças contra o uso de expressões como “a situação está preta”, “negra infelicidade”, “destino negro”, etc., que a seu ver são racistas. (...) [reprime], sob pretextos políticos de ocasião, o uso de metáforas naturais que remontam às origens da espécie humana e que se tornaram, ao longo dos milênios, fundamentos indispensáveis da nossa percepção do mundo. O simbolismo do claro e do escuro vem do tempo das cavernas, das sensações primevas de terror e deslumbramento. O negro do destino negro não é o marrom da pele dos nossos irmãos, mas a escuridão da noite. É a pura e simples ausência de luz. (...) as crianças submetidas a essa lavagem cerebral serão forçadas, pelo superego politicamente correto, a negar a realidade de sua experiência sensível mais direta e a substituí-la por um sistema de artificiosos rodeios verbais desnecessários e sem sentido”. (Carvalho, 2019b, p. 292).

(c) “Essa escalada de mudanças constituiu uma das mais profundas revoluções psicológicas já vividas pela humanidade. Ela acabou por neutralizar as diferenças

de sexo e idade, fazendo com que homens e mulheres, velhos e crianças, estivessem todos igualmente expostos aos mesmos riscos. Isso bastaria para explicar e justificar uma nova ética doméstica: se os riscos são iguais para todos, todas as tarefas são iguais; se já não vigora o privilégio feminino de ficar em casa a salvo das violências, também não se justifica o privilégio masculino de largar para a mulher o encargo de fazer a cama e recolher as meias. Mas, de um ponto de vista estritamente moral, devemos censurar os homens porque não têm pressa em tornar-se donas de casa (...). Eu preferia o tempo em que *ladies first*, e hoje, quando dou a mão a senhoras e senhoritas para descerem do táxi, passo por um tipo entre encantador e ridículo de cavalheiro antiquado. Mas como poderia agradar a D. Carmen, se acontecesse de lhe estender a mão na hora em que ela não estivesse a fim de amabilidades? Como poderia um homem adivinhar o momento em que estender a mão pareceria gentileza antiquada ou ofensa à dignidade de um ser autossuficiente? D. Carmen reclama que o marido entra no quarto fazendo um barulho dos diabos e depois pergunta em voz melíflua — Está dormindo, Carmencita? Ela acha isso revoltante. Mas se o marido entrasse mudo e silente como a brisa noturna para não acordar sua amada, não é nada garantido que D. Carmen, **movida pela convicção de que os homens sempre fazem o contrário do que se espera deles**, não interpretasse isso como sinal de indiferença cínica. De modo que **a única maneira de agradá-la seria, ao que parece, seria entrar em silêncio e em seguida despertá-la repentinamente aos berros: — Está dormindo, sua vaca?**” (Carvalho, 2019b, p. 295).²⁴

Excerto 5.

“Mais doloroso ainda, porém, foi descobrir que todos os mestres-pensadores e líderes políticos que encarnavam os ideais pomposamente alardeados pela militância intelectual esquerdista – todos, sem exceção – pertenciam inequivocamente à segunda categoria. Quem quer que estude as vidas de cada um deles descobrirá que Voltaire, Diderot, Jean-Jacques Rousseau, Sade, Karl Marx, Tolstói, Bertolt Brecht, Lenin, Stalin, Fidel Castro, Che Guevara, Mao Tsé Tung, Bertrand Russell, Jean-Paul Sartre, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Georg Lukács, Antonio Gramsci, Lillian Hellman, Michel Foucault, Louis Althusser, Norman Mailer, Noam Chomsky e *tutti quanti* **foram indivíduos sádicos, obsessivamente mentirosos, aproveitadores cínicos, vaidosos até a demência, (...) orgulhosamente pedófilos**. Em suma, o panteão dos ídolos do esquerdismo universal era uma galeria de deformidades morais de fazer inveja à **lista de vilões da literatura universal**”. (Carvalho, 2013, p. 138 – grifos nosso).

²⁴ Por limitações de espaço, remeto a “Direito racial é racismo” (Carvalho, 2019a, p. 345) e “Mentiras gays” (Carvalho, 2019a, p. 207).

Excerto 6.

“Olavo une a **linguagem popular à alta cultura**, no todo e nas partes, variando apenas, de acordo com o formato, a intensidade de cada uma, mas sempre com o poder de **educar e divertir** ao mesmo tempo os seus **milhares de leitores, ouvintes e alunos**, e com a **coragem** de expor ao ridículo a **quadrilha** de ‘intelectuais’ que corrompe o país.” (Brasil, 2013, p. 27).

LÓGICAS DISTINTIVAS, CIRCULAÇÃO CULTURAL
E TENSIONAMENTO DE FRONTEIRAS
SIMBÓLICAS: PRODUÇÃO CULTURAL DAS
E NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO-SP

*LÓGICAS DISTINTIVAS, CIRCULACIÓN
CULTURAL Y TENSION DE FRONTERAS
SIMBÓLICAS: PRODUCCIÓN CULTURAL DESDE
Y EN LAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO-SP*

*DISTINCTIVE LOGICS, CULTURAL CIRCULATION,
AND TENSIONING OF SYMBOLIC BOUNDARIES:
CULTURAL PRODUCTION FROM AND IN
THE PERIPHERIES OF SÃO PAULO-SP*

*Ana Lúcia de CASTRO**

*Beatriz Salgado Cardoso de OLIVEIRA***

RESUMO: Nas duas últimas décadas, a cidade de São Paulo vem sendo palco da implementação de políticas públicas de incentivo à produção cultural realizada em suas diversas regiões periféricas, ocasionando a ampliação de iniciativas e coletivos culturais, que sinalizam e reivindicam marcas da experiência e sociabilidade locais. Paralelamente, processos sociais mais amplos – como a intensificação da circulação de repertórios pela mundialização da cultura e políticas de inclusão social – vêm possibilitando a ampliação da circulação de agentes periféricos por espaços de

* Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita – (UNESP), Araraquara – São Paulo – Brasil. Professora livre docente Associada do Departamento de Ciências Sociais. Pós-doutora (*Nottingham Trent University*), doutora em Ciências Sociais (UNICAMP). OrCid: <https://orcid.org/0000-0002-6165-7722>. Contato: ana.castro@unesp.br.

** Universidade Estadual do Oeste do Paraná – (UNIOESTE), Toledo – Paraná – Brasil. Professora adjunta do Centro de Ciências Sociais e Humanas. Doutora em Ciências Sociais (UNESP), mestre em Ciências Sociais (PUC-SP). OrCid: <https://orcid.org/0000-0003-2486-5570>. Contato: beatriz.oliveira15@unioeste.br.

consagração da cultura legítima, antes restritos aos grupos dominantes. Em face deste cenário, o artigo sugere a hipótese de configuração de uma modalidade de capital cultural específico, que combina a experiência cotidiana da periferia com a incorporação de linguagens e formas de expressão legitimadas pelas instâncias de consagração, enfatizando as formas como este capital vem sendo mobilizado no tensionamento das lógicas de distinção que sustentam as hierarquias simbólicas estabelecidas.

PALAVRAS-CHAVE: Distinção. Capital cultural específico. Cultura na e da periferia.

RESUMEN: *En las últimas dos décadas, la ciudad de São Paulo ha sido escenario de la implementación de políticas públicas para incentivar la producción cultural en la periferia, lo que ha llevado a la ampliación de iniciativas y colectivos culturales, que señalan y reclaman marcas de la experiencia y sociabilidad periféricas. Paralelamente, procesos sociales más amplios, como la intensificación de la circulación de repertorios debido a la mundialización de la cultura y políticas de inclusión social, han permitido la ampliación de la circulación de agentes periféricos en espacios de consagración de la cultura legítima, antes restringidos a la élite. Ante este escenario, el artículo sugiere la hipótesis de la configuración de una modalidad de capital cultural específico que combina la experiencia cotidiana de la periferia con la incorporación de lenguajes y formas de expresión legitimados por instancias de consagración, cuestionando si, y en qué medida, este capital se ha movilizado en la tensión de las lógicas de distinción que sostienen las fronteras simbólicas establecidas.*

PALABRAS CLAVE: *Distinción. Capital cultural específico. Cultura en y de la periferia.*

ABSTRACT: *In the last two decades, the city of São Paulo has witnessed the implementation of public policies aimed at fostering cultural production in the periphery, leading to the expansion of cultural initiatives and collectives that signal and claim the characteristics of peripheral experience and sociability. At the same time, broader social processes – such as the increased circulation of repertoires due to mundialization of culture, and social inclusion policies – have been enabling the increased circulation of peripheral agents in spaces of legitimate culture consecration, previously restricted to the elites. In light of this scenario the paper suggests the configuration of a specific form of cultural capital, which combines the*

everyday experience in periphery with the incorporation of languages and forms of expression legitimized by instances of consecration, questioning whether, and to what extent, this capital has been mobilized in the tensioning of the logics of distinction that sustain established symbolic boundaries.

KEYWORDS: *Distinction. Specific cultural capital. Culture of and in the periphery.*

Introdução

Este artigo busca contribuir para a compreensão sobre os papéis assumidos por grupos situados em posições sociais dominadas, os quais se autodenominam como periféricos e, em algumas situações, como marginais, termos que serão melhor circunscritos mais adiante. Como apontado em outros trabalhos, *comumente agentes em posições sociais dominadas tendem a reproduzir as lógicas distintivas, estabelecendo fronteiras simbólicas internas ao grupo de pertencimento* (Castro, 2019; 2022; Nicolau Netto, Ábile, 2022). No entanto, em algumas situações, é possível perceber um outro sentido do jogo da distinção sendo impresso por estes agentes, que buscam questionar as hierarquias simbólicas e subverter as regras estabelecidas pelos agentes dominantes. Neste artigo, buscamos apresentar alguns exemplos e apontar algumas hipóteses para a compreensão deste fenômeno.

Um dos desdobramentos da presente reflexão refere-se ao alcance do conceito de *capital cultural* em contextos contemporâneos, marcados por alguns processos que introduziram elementos não constitutivos do quadro de análise bourdieusiano¹. No caso do Brasil, vale citar, particularmente, o recente processo de inclusão social promovido por políticas públicas, especialmente no que se refere à expansão do ensino superior, com a implementação do sistema de cotas, a abertura de cursos noturnos em instituições públicas, a consolidação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como porta de acesso a universidades e, especificamente no caso das universidades privadas, o oferecimento de bolsas pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o financiamento estudantil pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Na primeira década dos anos 2000, as matrículas no ensino superior cresceram significativamente, superando proporcionalmente o aumento populacional. Essa expansão foi aliada à implementação de políticas afirmativas, visando a inclusão de grupos historicamente excluídos e a dirimência dos efeitos de privilégios sociais nos processos de acesso ao ensino superior. Como resultado, mais pessoas de grupos socialmente desfavorecidos conseguiram ingressar nesse nível de ensino. De acordo

¹ Para um detalhamento das transformações experimentadas na cultura contemporânea e seus impactos para a teoria da distinção, ver Mira e Bertoncello (2019).

com Almeida e Ernica (2015, p. 80), “as políticas implementadas garantiram uma relativa maior inclusão de estudantes oriundos de famílias com menor renda e recursos econômicos e cujos pais não concluíram o ensino superior”. A impressionante expansão no número de matrículas é também apontada por Lima (2012:

Entre 1980 e 1990 o número de matriculados no sistema de ensino superior aumentou apenas 11,8% (...) em 1990 havia 1.565.056 de estudantes matriculados; em 2000 esse número chegou a 2.694.245, um crescimento da ordem de 72,1%. Entre 2000 e 2008 essa tendência se intensifica, apresentando um aumento de quase 90%. (Lima, 2012, p. 10-11).

Ao lado desta ampliação das possibilidades de acesso a curso superior, cabe destacar outro elemento que interfere nas dinâmicas de circulação entre os campos culturais: a difusão das tecnologias de informação e comunicação, que vem propiciando o fluxo de referências e repertórios culturais transversalmente, entre as classes sociais. O processo é relevante mesmo se considerarmos a desigualdade no acesso, ou que as classes sociais não estejam igualmente “equipadas”, além de não disporem do mesmo repertório cultural e cognitivo para acessar os conteúdos.² Vale lembrar aqui as contribuições de Néstor García Canclini (1997) que, em sua análise sobre as particularidades da circulação cultural em contextos latino-americanos, indica a interação de elementos e referências do culto, ou da esfera restrita, com os gostos populares e a estrutura industrial de produção e circulação de bens simbólicos, constituindo fatores que alteram os dispositivos organizadores do que se entende por culto na modernidade.

Em sua análise sobre a especificidade da dinâmica entre os campos culturais na América Latina, Jesús Martín-Barbero (2022) sugere a noção de *competência cultural*, que pode ser entendida como resultante do *habitus* de classe articulado a questões étnicas e de gênero. A noção pressupõe uma mediação que envolve toda vivência cultural que o indivíduo adquire ao longo da vida, não apenas através da educação formal, mas por meio das experiências adquiridas em seu cotidiano.

Para Martín-Barbero (2002), a relevância da socialidade como forma de pensar as práticas não significa o desconhecimento da força do *habitus*, mas sim “[...] a abertura a outros modos de inteligibilidade “contidos” na apropriação cotidiana da existência e sua capacidade de irromper a unificação hegemônica de sentido” (Martín-Barbero, 2002, p. 227-28, tradução nossa). Nosso argumento é que esses “outros modos de inteligibilidade contidos na apropriação cotidiana da existência”

² Embora tenha ocorrido maior disseminação da internet nas classes D e E entre 2015 e 2019, 13 milhões de domicílios dessas classes não tinham acesso à internet em 2019, e 85% dos acessos à internet por esta população ocorrem através de dispositivos móveis pela ausência de computadores nesses domicílios (Tic Domicílios, 2019).

são fundamentais na constituição do capital cultural específico, crucial à reflexão sobre a produção cultural de agentes que se situam fora dos espaços legítimos e que ganharam evidência nos últimos anos, com a visibilização de experiências de produção e consumo cultural da e na periferia.

Diante do exposto, as reflexões desenvolvidas neste texto buscam contribuir para a compreensão sobre as possibilidades de algumas experiências e trajetórias serem mobilizadas como formas de capital ao se transformarem numa espécie de “poder simbólico” por parte de alguns grupos, recortados em contextos particulares. Procuramos compreender como a cultura – no sentido antropológico do termo, implicando em domínio de códigos próprios que conduzem a formas de significação e atribuição de sentido ao que é experienciado (Sahlins, 2003) – pode se ser mobilizada como capital. Em outras palavras, buscaremos lançar pistas para a reflexão em torno da seguinte pergunta: como e quando a cultura produzida por agentes da periferia, que mobiliza repertórios e práticas gestados nestes espaços periféricos, poderia se tornar algum tipo de capital nos jogos de distinção intragrupos?

Para tanto, vale retomar as reflexões originais de Bourdieu (2007), que apontam para a noção de que os agentes só conseguem participar do jogo da distinção se dotados de um mínimo de capital específico do campo em que se situam:

(...) a lógica específica de cada campo determina aquelas que *têm cotação neste mercado*, sendo pertinentes e eficientes no jogo considerado, além de funcionarem, *na relação com este campo*, como capital específico e, por conseguinte, como fator explicativo das práticas. Isso significa, concretamente, que a posição e o poder específico atribuídos aos agentes em um campo particular dependem, antes de mais nada, do capital específico que eles podem mobilizar, seja qual for sua riqueza em outra espécie de capital. (Bourdieu, 2007, p. 107).

Destaque-se, nessa passagem, o pressuposto de que a lógica específica de cada campo determina aquelas práticas e classificações que são pertinentes e eficientes no jogo considerado, e que na relação com este campo funcionam como *capital específico*. Como sintetiza Bourdieu (2007, p. 107), “a posição social e o poder específico atribuídos aos agentes em um campo particular dependem, antes de mais nada, do capital específico que eles podem mobilizar”. Essas proposições apontam para o *empoderamento do agente* ao mobilizar capitais culturais específicos nos jogos distintivos intragrupo. Gostaríamos, contudo, de estender esta reflexão para os jogos distintivos *entre* grupos, considerando a luta simbólica nos diversos campos de produção cultural. Dessa maneira, procuramos apontar nessa pesquisa elementos que contribuem para a reflexão sobre como o referido capital específico, mobilizado pelos agentes culturais das periferias da cidade de São Paulo-SP, tem sido mobilizado no sentido de tensionar as hierarquias simbólicas estabelecidas nas

disputas extra grupos, visando esboçar os contornos deste fenômeno, vale dizer, ainda muito incipiente.

Nossa hipótese é de que as vivências/práticas específicas da experiência de agentes oriundos de territórios periféricos, quando combinadas a trajetórias marcadas pelo trânsito por espaços sociais cujos produtos e práticas culturais são considerados legítimos, produz uma modalidade de capital cultural específico que: a) confere posições de prestígio a esses agentes no interior do espaço social em que se situam; b) é mobilizado no sentido de provocar fissuras nas fronteiras simbólicas estabelecidas pelos grupos dominantes.

Em outras palavras, ao tomarmos para análise a propensão de um agente a se orientar em direção à conservação ou subversão de hierarquias simbólicas, em virtude de sua dotação de capital, fruto de sua trajetória e posição no campo, podemos afirmar que este *capital cultural específico* – dominado por tal agente, com circulação em espaços sociais múltiplos, posicionados fora do campo de disputas por legitimidade cultural – em algumas situações, é operado no sentido de um posicionamento crítico e questionador das hierarquias simbólicas estabelecidas, e que reivindica formas de classificação e de legitimação diferentes das vigentes, como indicarão os exemplos trabalhados neste artigo.

Duas décadas de efervescência cultural em territórios periféricos

O recorte empírico que orienta a presente reflexão é a produção cultural de agentes que se situam fora dos espaços legítimos, e que foi evidenciada nas duas primeiras décadas dos 2000, por meio da visibilização de experiências de produção e consumo cultural da e na periferia da cidade de São Paulo-SP.

Embora a efervescência cultural esteja presente em outras cidades brasileiras, a cidade de São Paulo se destaca por uma espécie de consistência e continuidade, que são decorrentes das políticas públicas municipais de fomento à cultura, como: a) o Centro Educacional Unificado (CEU), que a partir de 2002 propiciam espaços de cultura e lazer até então inexistentes nas periferias; b) o Programa Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), implantado em 2003; c) e o Programa de Fomento à Cultura da Periferia, implantado em 2016, e que chegou à sua oitava edição em 2024.

Com recursos administrados pela Secretaria Municipal de Educação, os CEUs consistem em importante política na cidade, que permitiu a implantação de equipamentos de cultura e lazer nas periferias. Conforme anunciado no site da Prefeitura de São Paulo, eles

(...) foram construídos com o objetivo de promover uma educação à população de maneira integral, democrática, emancipatória, humanizadora e com qualidade social. Juntando educação, a cultura, o esporte, lazer e recreação, possibilitando o desenvolvimento do ser humano como um todo, como pessoa de direitos e deveres e dono de sua história (Cidade de São Paulo, 2024, n. p.).

Os objetivos do Programa são assim definidos:

a) promover o desenvolvimento de bebês, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos; b) ser uma referência de desenvolvimento para o território e comunidade; c) ser um lugar de experiências educacionais democráticas, emancipatórias e inovadoras; d) promover o protagonismo infantil e juvenil; e) ser um centro de promoção da justiça social no território e na comunidade; f) garantir o direito e acesso dos frequentadores dos CEUs à educação, cultura, lazer, esporte e recreação e às tecnologias (Cidade de São Paulo, 2024, n. p.).

Os CEUS têm como proposta, ainda segundo o site, contribuir para a “valorização e ampliação dos conhecimentos locais e da comunidade ao seu redor, por meio de um projeto educativo e socialmente importante para todas as gerações: crianças, jovens, adultos e idosos” (Cidade de São Paulo, 2024, n.p.). Em sua 21ª edição em curso no ano de 2024, o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) foi criado em 2003 pela lei 13.540, e regulamentado pelo decreto 43.823/2003. Com a finalidade de subsidiar atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do município desprovidas de recursos e equipamentos culturais, o VAI tem como principais intenções: “[a)] estimular a criação, o acesso, a formação e a participação do pequeno produtor e criador no desenvolvimento cultural da cidade; [b)] promover a inclusão cultural; [c)] estimular dinâmicas culturais locais e a criação artística” (Blog do VAI, 2024, n.p.).

Vale ressaltar que o Programa desdobra-se em duas modalidades, o VAI 1 – direcionado para coletivos jovens de baixa renda do município de São Paulo, com proponentes maiores de 18 anos e residência comprovada na cidade de São Paulo há, no mínimo, 2 (dois) anos, com recursos de até R\$ 54.037,70, conforme o plano de trabalho aprovado –; e o VAI 2 – também direcionado a grupos e coletivos compostos por jovens ou adultos de baixa renda, porém, que comprovar atuação mínima de dois anos no município de São Paulo, contando com aportes maiores, de até R\$ 108.075,39, conforme o plano de trabalho aprovado. No total, em 2024, foram disponibilizados R\$ 6,5 milhões para o Programa (Com Verba, 2024).

As propostas apresentadas para o edital podem ser vinculadas a quaisquer linguagens artísticas e humanidades, ou ainda a temas relevantes para o desenvolvimento cultural e a formação para a cidadania cultural na capital. Ademais, como já

comentado, o projeto deve ser apresentado em nome de um coletivo. Pode-se dizer que, dentre as políticas municipais de incentivo e apoio à cultura, o VAI se destaca no cenário paulistano, por ser o mais consolidado. O Programa conta também com um blog, mantido por coletivos organizados, no qual são divulgadas informações sobre abertura e resultado dos editais, além de dicas para submissão de propostas. De acordo com esta plataforma, uma das características do VAI é a diversidade de linguagens que abarca, e são raros os projetos em que há linguagens únicas (Blog do VAI, 2024, n.p.).

O terceiro programa municipal que contribui para a efervescência cultural da periferia é o Fomento à Cultura da Periferia, lançado anualmente pela Secretaria Municipal de Cultura. Regulamentado pela Lei 16.496/16, ele

(...) apoia projetos focados na gestão, manutenção e programação de espaços e práticas culturais autônomos e já existentes, voltados à pesquisa, criação, produção, difusão e circulação de produções culturais e artísticas das áreas periféricas e dos bolsões com altos índices de vulnerabilidade social, reconhecendo as mais diversas formas destas expressões; na autoformação e multiplicação de saberes no coletivo e para a sociedade civil; em arranjos produtivos econômicos locais, como estúdios comunitários, produtoras culturais, editoras, dentre outros; e em processos de articulação de redes e fóruns coletivos em torno de temas da cultura (Cidade de São Paulo, 2024, n. p.).

Lançado após a experiência de aproximadamente 10 anos do VAI, este Programa vem aprimorar a política de incentivo à cultura das periferias, espelhando melhor as demandas dos coletivos organizados, uma vez que seu edital prevê apoio financeiro a coletivos artísticos culturais relativamente consolidados, que já atuam há 3 anos ou mais nas periferias de São Paulo e que comprovem endereço em áreas de vulnerabilidade social. No edital de 2024, o valor disponibilizado pelo Programa foi de R\$13.700.000,00, considerando que as propostas apresentadas devem ter orçamentos entre R\$ 146.690,55 e R\$440.000,00 (Cidade de São Paulo, 2024).

Vale ressaltar que esses programas de fomento voltados à produção cultural da periferia emergem como resposta às reivindicações de coletivos culturais previamente existentes, que já se colocavam como insatisfeitos com as formas excludentes de destinação dos recursos públicos, pautados sempre por parâmetros que privilegiavam determinados formatos e produções culturais. A pesquisa, em andamento, vem evidenciando a existência de uma malha ativa de coletivos culturais situados nas diversas periferias da cidade de São Paulo, que mantêm encontros em fóruns regulares e compõem uma rede de cooperação na busca de captação dos recursos, compartilhando informações sobre lançamentos e resultados de editais, e fornecendo dicas para elaboração de projetos, captação de recursos, normas, prazos e procedimentos.

Neste contexto, observa-se a mobilização de uma espécie de capital específico, derivado da combinação entre três elementos: a experiência cotidiana nos espaços periféricos; o estímulo propiciado pela criação de políticas públicas; e a circulação por espaços de legitimação cultural, a qual acarretará alguns desdobramentos, analisados no próximo tópico.

Legitimação, consagração e subversão

Mesmo considerando os estudos recentes que apontam a inoperância da dicotomia centro-periferia e relativizam a existência de padrões socioespaciais urbanos homogêneos, adotamos o termo *periferia*, que se refere a territórios geográficos nos quais há uma grande concentração de grupos marginalizados econômica, social e racialmente. O termo mantém sua pertinência como categoria analítica ao percebermos sua mobilização por sujeitos que elaboram produções culturais articuladas à atuação política sempre referida a esse tipo de território, reivindicando a especificidade desta forma de se fazer representar e intervir no espaço da cidade, a exemplo do *hip-hop*, do *funk*, do *slam*, dentre outras expressões artístico-culturais.

Cabe ressaltar que, além do termo *periferia*, é recorrente o uso do termo *marginal* como referência às produções literárias, sobretudo aos poemas, declamados nos vários e já consolidados saraus e *slams*, que se realizam frequentemente em diversos espaços periféricos: na Brasilândia, podemos citar o Sarau da Brasa; no Campo Limpo, o Sarau do Binho; na Vila Guilhermina, o *Slam* da Guilhermina; no Jardim Guarujá, o Sarau da Cooperifa; e, no Parque Cocaia, no Grajaú, o Sarau do Grajaú.

O termo “literatura marginal” se referia originalmente a um movimento que se surgiu nas margens da sociedade brasileira, durante a década de 1970. O período era de opressão política, envolvendo escritores que estavam fora do *mainstream* ou do cânone literário e cultural, especialmente aqueles que pertenciam a grupos marginalizados e invisibilizados. Figuram dentre os principais expoentes do movimento nomes hoje consagrados, como Paulo Leminski; José Agripino de Paula; Waly Salomão; Francisco Alvim; Torquato Neto; Chacal; Cacaso; e Ana Cristina Cesar.

Assim, a “literatura marginal” se tornou uma maneira de confrontar as injustiças sociais, retratando a opressão e a desigualdade, ao dar visibilidade a grupos frequentemente ignorados. Utilizando uma linguagem coloquial, essa literatura reflete o modo de falar das comunidades representadas pelos autores, que buscam ser imediatamente acessíveis e reconhecíveis aos seus leitores. Dessa maneira, a identificação de *rappers*, *slammers* e poetas com a literatura marginal passa pelo desafio às convenções, decorrente da intenção de ampliar os limites do que é considerado literatura, bem como pelos temas abordados, tais como a marginalização

social, a luta por direitos humanos, a resistência política e a questão racial. Em algumas situações, o termo é apropriado e instrumentalizado como forma de alcançar legitimação, como exposto mais adiante.

Considerando-se o rico universo de produções culturais que floresceram nas últimas duas décadas em territórios periféricos, ganha evidência um conjunto de iniciativas que mobilizam referências e dialogam com instâncias de consagração legitimadas, como universidades, museus, livrarias, cinemas. Contudo, embora muitas dessas iniciativas assumam a linguagem legitimada pelas instâncias de consagração, é possível notar, ao mesmo tempo, um certo tensionamento do que se considera legítimo e de bom tom/bom gosto.

Esse tensionamento decorre do apontamento da distância entre as produções culturais legitimadas e a vida cotidiana dos agentes em questão, marcada por agruras, dificuldades e precariedade. Assim, nestas iniciativas e produções originadas nas periferias³, os conteúdos tendem a apresentar situações experimentadas na experiência diária, como a violência policial, a precariedade material, o racismo, o machismo, ou ainda o preconceito de classe.

Uma das expressões artístico-culturais mais presentes no referido processo de produção e difusão cultural na periferia é a poesia. Como espaços de produção e difusão de poemas, podemos citar os saraus, como o da Cooperativa Cultural da Periferia (Cooperifa) – evento criado em 2000, por idealização do poeta Sérgio Vaz, com objetivo de reunir artistas da periferia e desenvolver atividades culturais, como teatro e exposição de fotografias em praças, bares, galpões e diversos lugares. Além dele, vale certamente ressaltar o Sarau da Brasa e o Sarau das Pretas. O primeiro, criado em 2008 e situado no bairro da Brasilândia, Zona Norte da cidade; o segundo, criado em 2016, com a autodefinição de *sarau artístico-literário protagonizado por jovens mulheres negras atuantes no cenário cultural periférico da cidade de São Paulo*.⁴ O Sarau das Pretas, diferentemente dos outros, não se configura como um sarau territorial, e suas edições foram já realizadas em Centros Culturais, unidades do SESC e espaços congêneres, dentro e fora das periferias. Por fim, há igualmente os *Slams* das regiões da Guilhermina e do Grajaú.

A proliferação de saraus na periferia já foi amplamente registrada na literatura acadêmica (Leite, 2014; Nascimento, 2009; Souza, 2021; Tennina, 2013). Interessamos aqui perceber a leitura política que alguns estudiosos, oriundos de territórios periféricos, fazem deste fenômeno, com a intenção de contestar as hierarquias

³ A pesquisa vem demonstrando a presença de coletivos culturais em todas as regiões da cidade, com predominância na zona sul (Regiões de Campo Limpo e Capão Redondo), seguida pela zona leste (Guaianases, Cidade Tiradentes e V. Guilhermina), norte (Brasilândia) e noroeste (Perus).

⁴ A frase que define o grupo está presente na divulgação de todas as apresentações do Sarau das Pretas que conta com uma circulação por diversos espaços legitimados e de consagração cultural, como o Teatro Municipal de São Paulo (São Paulo, 2022b); o Instituto Moreira Sales (IMS, 2017); a Biblioteca Mário de Andrade (São Paulo, 2022b).

simbólicas estabelecidas. São simultaneamente ativistas, analistas e, em alguns casos, protagonistas da cena cultural que se deslinda nas periferias. Colocam-se politicamente a favor da instrumentalização da produção cultural como emancipatória, e buscam empoderar os artistas da periferia como forma de tensionar as fronteiras entre produções culturais legítimas e não legítimas.

Ana Lúcia Silva Souza é uma dessas vozes. Estudiosa atenta às apropriações e reapropriações da palavra por grupos dominados e às relações entre discursos e poder, sua formação acadêmica combina aportes das Ciências Sociais e da Linguística: é doutora em Linguística aplicada pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) na Universidade de Campinas (UNICAMP), e pós-doutora em Linguística aplicada, tanto na Universidade Estadual do Ceará, quanto na UNICAMP. O mestrado em Ciências Sociais foi cursado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e a graduação em Ciências Políticas e Sociais na Escola de Sociologia e Política do Estado de São Paulo (ESPSP).

Atualmente, Ana Lúcia Silva Souza é docente do Instituto de Letras – UFBA e compõe o quadro permanente do Programa de Mestrado Profissional em Letras - ProfLetras. Na UFBA, também lidera o “Grupo de Pesquisa Rasuras: letramentos de reexistência na diáspora negra”. É autora do livro *Letramentos de reexistência. Poesia, grafite, música, dança: hip-hop* (2011), editado pela Parábola, e assina, individual ou coletivamente, outras publicações. Sua trajetória é marcada pela aproximação com os movimentos sociais, como fica evidente por sua já referida atuação no “Grupo de Pesquisa Rasuras”, mas igualmente por integrar a ABPN – Associação Brasileira de pesquisadores/as Negros/as. É, também, organizadora do livro *Cultura política nas periferias* (2021), editado pela Fundação Perseu Abramo, que reúne experiências de produção cultural, educacional e artísticas, de várias partes do Brasil, e que são promotoras diretas ou indiretas de educação para a cidadania, empoderamento e pensamento crítico voltado à contestação do status quo. Nesta sua perspectiva, a autora busca “inverter a concepção do que é literatura (...) tecer a escrita (...) com o que é possível indagar sobre a cultura periférica que é excluída e marginalizada, não por estar fora, mas porque apresenta uma visão de realidade diferente” (Machado, 2021, p. 313) e eu complementar: uma visão de realidade específica e própria.

Assumindo que a linguagem é lugar de luta, Souza (2021) denomina como *Letramentos de reexistência* as operações que permitem pensar uma nova linguagem dentro das possibilidades da língua portuguesa, que permitam “erguer a voz”. Para tanto, mobiliza a teórica ativista feminista e antirracista bel hooks (2019), a fim de denunciar os sistemas interligados de dominação de raça, classe e gênero que definem “não apenas quem [pode] falar e onde falar, mas também os conteúdos desse dizer. Nesse sentido, erguer a voz é uma forma de rebelião consciente contra esse sistema” (Souza, 2021, p. 321).

A perspectiva imbuída de crítica militante, apontada por estudiosos como Souza, encontra correspondência no discurso e na prática de agentes culturais, lideranças, poetas e artistas atuantes na cena cultural da periferia de São Paulo. O trecho abaixo, do poema recitado pelo fundador do Sarau da Brasa, no palco do Sarau da Cooperifa, é ilustrativo:

(...)

Vem aqui e me oferece uma vida mais bela
Mas na real quer tirar proveito dentro da favela
Cê quer me ver de tênis Nike
Com a marca no peito
Eu quebro isso, vou em frente
Eu quero o que é direito

(...)

Joga as migalhas pro meu povo ter que se humilhar
Tira um barato, me aliena com a televisão
Mas deu errado
Eu tô armado com um livro na mão
Eu, suburbano, sigo em frente, mando meu recado
Desmascarando os seus planos
Que tá tudo errado (Itaú Cultural, 2012).

Igualmente ilustrativos são os seguintes trechos recitado e cantado no Sarau do Binho, que ocorre no Campo Limpo, zona sul da cidade de São Paulo:

Com a vivência, escapei da sobrevivência
Damos gracias, reconheci minha essência
Que me deu independência e me tirou da carência
De fazer parte de uma existência, sem coerência
Tendência
Vergonhar-se de sua aparência
Negar que é nego, negar que é nega
Nega que nega o nego, nego que nega a nega
Negação – buscam a tal perfeição
Enquanto os dito cidadão, correm do camburão
E entram na terceirização
Humilhação
Dizem que acabou a escravidão
Enquanto nega sofre retaliação (Rede TVT, 2015).

Poder aqui é visto como um ser sinistro
Que não respeita o bem
Corrompe as mentes mais fracas
E o mal se alastra
E o outro quer ter poder também. (Rede TVT, 2015).

Em entrevista concedida ao Programa *Jogo de ideias*, produzido pelo Itaú Cultural, o poeta e ativista cultural idealizador do Sarau da Cooperifa, Sérgio Vaz, cita o poeta e escritor Ferreira Gullar⁵ para indicar sua concepção sobre o papel social que a literatura e a poesia devem cumprir: “Ferreira Gullar disse: ‘só é justo cantar quando seu canto arrasta consigo pessoas e coisas que não têm voz’. Descaradamente eu sou Ferreira Gullar, eu acho que a poesia, a literatura, ela tem essa função, *deve* cumprir essa função” (Sérgio Vaz, 2012). Na mesma entrevista, aponta os objetivos do projeto dos saraus:

A gente não quer que as pessoas sejam escritoras, mas que em qualquer coisa que ela faça ela seja leitora [...]. A gente tá fazendo essa “zona morta” [...] o cara passa pela gente, né, que é uma literatura com menos crase, menos ponto e vírgula, mas ainda assim literatura, para depois ele se interessar por procurar outros autores, e tal... A gente não queria aquela literatura de biblioteca, de livreria... a gente queria uma coisa com os pés no chão. (Sérgio Vaz, 2012).

Alguns marcos da trajetória biográfica de Vaz merecem ser destacados para os propósitos deste artigo. Com sessenta anos de idade completados em 2024, o autodenominado poeta e agitador cultural, Sérgio Vaz, nasceu na pequena cidade de Ladainha, interior de Minas Gerais, e mudou-se com a família para São Paulo em 1969, aos cinco anos de idade, estabelecendo-se em Taboão da Serra, na região metropolitana. Foi morador de bairros localizados na periferia da região Sul da capital, como Parque Santo Antônio, Jardim Ângela e Jardim Guarujá, bairro no qual se fixou, pertencente até 2002 ao distrito do Capão Redondo e, atualmente, ao Distrito do Jardim São Luiz.

Negro, filho de uma dona de casa e um pequeno comerciante, Vaz finalizou o ensino médio na rede pública. Parte de seus estudos foi conciliada com o trabalho, iniciado aos treze anos em pequenos serviços no empório do pai e, em seguida, desempenhando as funções de ajudante geral numa marcenaria; auxiliar de escritó-

⁵ Imortal da Academia Brasileira de Letras, Ferreira Gullar é considerado um dos mais importantes poetas brasileiros. Filiado ao PCB, lutou contra a Ditadura Militar de 1964, momento em que sua poesia se voltou para questões políticas e sociais. Entre 1962 e 1966, por exemplo, publicou três poemas em estilo de cordel, numa tentativa de alcançar de forma mais direta o leitor de camadas mais populares. Foi perseguido e preso pela ditadura. Quando solto, atuou na clandestinidade e, posteriormente, teve de exilar-se em Moscou e depois em Santiago do Chile, Lima e Buenos Aires.

rio; auxiliar de cobrança; vendedor de produtos eletrônicos; e assessor parlamentar. Tudo isso até se dedicar exclusivamente às atividades culturais (vendendo livros, promovendo e participando de eventos), com as quais se sustenta desde 2004. Seu interesse pela literatura foi despertado ainda na infância, quando adquiriu o hábito da leitura por influência do pai, que lhe comprava clássicos da literatura, formando uma pequena biblioteca. Em várias de suas entrevistas, Vaz afirma o significativo impacto da leitura precoce de Dom Quixote, que teria lhe apontado a importância do sonho e da imaginação.

No jardim Guarujá, seu pai foi o proprietário do “Bar do Zé Batidão”, boteco típico de bairro e único espaço público daquela comunidade. Foi ali que Sérgio Vaz e amigos criaram o Sarau da Cooperifa, um encontro para ler, falar e cantar poesia:

O projeto [atualmente suspenso⁶], também promove o encontro de leitores e escritores, além de divulgar a poesia nas escolas. Improvisa uma sala de cinema na laje do boteco e abre espaço para a produção cinematográfica alternativa das quebradas. Um projeto de sucesso, que influenciou e deu origem a quase 50 saraus, além da publicação independente de mais de 100 livros (Sérgio Vaz, 2014).

A iniciativa liderada pelo poeta foi reconhecida pela comunidade e teve impacto além de seus limites. Sérgio Vaz já foi premiado com:

(...) *Unicef* (2007), *Orilaxé* (2010), *Trip Transformadores* (2011), *Governador de São Paulo*, nas categorias Inclusão Cultural e Destaque Cultural (2011), *Heróis invisíveis e Hutúz*. Em 2009 foi eleito pela revista *Época* uma das cem pessoas mais influentes do Brasil. É autor do *Projeto Poesia Contra a Violência*, que percorre as escolas da periferia incentivando a leitura e criação poética como instrumento de arte e cidadania. Tem várias participações poéticas em CDs de *Rap: Sabedoria de Vida, GOG, 509-E, Di Função, Versão Popular, Periafricana*, entre outros. Por conta de suas atividades nas comunidades carentes, ganhou o título de *Poeta da Periferia* (Sérgio Vaz, 2014).

Pela Global Editora, lançou os livros *Colecionador de Pedras, Loreratia, Pão e Poesia, Flores de Alvenaria e Flores da Batalha*. Além disso, publicou de forma

⁶ Segundo entrevista concedida a Marcelo Taz, no “Programa Provoca”, transmitido pela TV Cultura em maio de 2024, Vaz afirma ter suspenso os Saraus da Cooperifa para buscar compreender melhor as mudanças provocadas pelo período de pandemia, pois identifica uma nova percepção e sensibilidade dos jovens que estariam, principalmente, mais rápidos. Afirma ainda que a Cooperifa estava envelhecendo e que era preciso buscar estudar e refletir, argumentando que o revolucionário é aquele que quer mudar o mundo e tem a coragem de começar por si mesmo (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ctfc8oht-l4>. Acesso em: 22 jul. 2024).

independente mais cinco obras: *Subindo a Ladeira Mora a Noite* (1988), *À Margem do Vento* (1991), *Pensamentos Vadios* (1994), *A Poesia dos Deuses Inferiores* (2005) e *Cooperifa – Antropologia Periférica* (2008) (Sérgio Vaz, 2014).

Um momento importante para a compreensão dos trânsitos entre a produção literária realizada pela e na periferia e as instâncias de consagração pode ser localizado na publicação de três números da *Revista Caros Amigos*, que contribuiu para a visibilização do movimento literário das periferias. Esses números, publicados nos anos de 2001, 2002 e 2004, reuniram 48 autores, em sua maioria moradores de São Paulo, e seus 80 textos de diferentes gêneros (contos, crônicas, letras de rap, poemas). Como aponta Érica P. Nascimento (2021), essas revistas podem ser consideradas

(...) um marco para se pensar a produção literária das periferias, primeiramente, porque foi a partir da publicação delas que se difundiu o uso de uma expressão específica para classificar a produção dos escritores de periferia (“literatura marginal”); também porque foram a primeira oportunidade de publicação de boa parte dos autores ou de circulação dos textos de muitos deles em nível nacional; e mais importante, porque como uma publicação coletiva, foi a primeira tentativa de reunir autores de diferentes perfis sociológicos em torno de um projeto literário comum de retratar sujeitos e espaços marginais e marginalizados, especialmente com relação às periferias urbanas. (Nascimento, 2021, p. 327).

Cabe aqui chamar atenção para a mobilização do termo “marginal” pela *Revista Caros Amigos*, para se referir à produção literária que se destacava nas letras de rap, batalhas de slams e poemas recitados nos saraus que pipocavam pelas periferias de todo o Brasil nos primeiros anos dos 2000 – com grande representatividade de autores da cidade de São Paulo. O emprego desta categoria – que, como sinalizado anteriormente, se refere a um movimento literário consolidado em oposição aos cânones vigentes e caracterizado pela crítica social e política – empresta prestígio e reconhecimento a esta produção, que permanece sendo denominada, pelos próprios autores e pelos críticos e comentadores, ora como periférica, ora como marginal. Pode-se argumentar que tal apropriação se trata de uma operação simbólica similar à identificada no discurso de Sérgio Vaz, quando mobiliza o poeta Ferreira Gullar como referência para sua obra. Em ambos os casos, são acionadas terminologias e autores consagrados pelas mesmas instâncias de legitimação que se busca tensionar, reafirmando a ideia de que, para subverter as regras do jogo, é necessário operar com elas.

Nas duas décadas após a publicação das edições especiais da *Revista Caros Amigos*, os saraus literários multiplicaram-se, ocorrendo em uma diversidade de espaços: bares, escolas, centros comunitários, e equipamentos públicos localizados

em bairros da periferia paulistana, a exemplo dos CEUS. Um dos saraus mais conhecidos na cidade de São Paulo é *Sarau do Binho*, já mencionado, que ocorria tradicionalmente no bar de propriedade de Robinson de Oliveira Padia, o Binho⁷. O impacto dos saraus literários na periferia ecoou na formação de novos poetas e autores, além de levar à formação de bibliotecas comunitárias, à criação de pequenas editoras, e à organização de eventos culturais, como feiras literárias, debates, mostras artísticas e lançamento de livros (Nascimento, 2021, p. 327).

A circulação por instâncias de legitimação pode ser percebida em alguns casos de poetas que ganham projeção, estimulados pela implementação de políticas de fomento e premiações patrocinadas pela prefeitura de São Paulo. Uma das mais cobiçadas premiações é o *Prêmio Sabotage*, criado em homenagem ao *rapper* de mesmo nome. Nenê Surreal, ganhadora do prêmio de “melhor grafiteiro” da edição 2016⁸, é figura bastante ilustrativa da produção antes invisibilizada e que, agora, ganha destaque:

Naquela mão com a Nenê Surreal, mulher preta, avó, mãe, lésbica a mais antiga grafiteira de São Paulo, ganhadora do prêmio Sabotage em 2016, onde colô geral e fez do CÉU Caminho Do Mar, no Jabaquara, em São Paulo tremer e virar o inferno lotado de neguinha atrevida, como diria Lélia Gonzalez. Naquela outra mão, quando fechamos uma produção coletiva pique nós por nós pra gravar o show de Beto Criolo no Teatro Clara Nunes, em Diadema. Muita gente. Organização autônoma total. Autodeterminação. (Paixão, 2021, p. 311).

A relação com as instâncias de consagração, no entanto, é sempre tensa, provocativa, e marcada por certa desconfiança. Como exemplo, podemos citar a declaração do poeta Sérgio Vaz, quando indicado ao prêmio Jabuti em 2019: “(...) nada mudará no nosso trabalho (...). Temos que dessacralizar a literatura. Se quisermos fomentar a literatura, que já é o pão do privilégio, vamos ter que falar na bolinha do olho. Onde está o leitor jovem? Na escola. Vamos lá falar de literatura”. (Vaz, 2019 *apud* Caetano; Carvalho, 2019, n.p.).

Os saraus configuram uma prática importante para visibilização da literatura produzida na e pela periferia, e a relação desta produção com instâncias de legitimação pode também ser percebida pela articulação com editoras e políticas públicas, que resultou na publicação de aproximadamente 200 livros, coletivos e individuais. Contudo, essa densa produção literária vem levantando o questionamento sobre o

⁷ Atualmente, o Sarau do Binho acontece no Espaço Clariô de Teatro, em Taboão da Serra, todas as segundas-feiras de cada mês e também na Praça do Campo Limpo, mensalmente, no penúltimo ou último domingo de cada mês.

⁸ Nenê surreal ganhou o Prêmio Sabotage de “melhor grafiteiro” em 2016. Nenê fez também parte do movimento negro “e tem um histórico extenso de envolvimento com o movimento hip-hop. Seus grafites são caracterizados por rostos de mulheres negras” (Vieira, 2016, n.p.).

crivo da já estabelecida crítica e a necessidade do desenvolvimento de uma sensibilidade às marcas estéticas específicas da literatura produzida a partir da periferia. Como aponta Leite:

O desafio que se coloca para a literatura da periferia hoje e para todas as demais linguagens é o da valorização artística, sem prejuízo de sua identidade, obviamente. Para isso é necessário se estabelecer um campo da crítica. Estariam os escritores periféricos dispostos a se submeterem à crítica? Por outro lado, os padrões da crítica literária, hoje restrita à universidade, se prestam à análise da literatura periférica? (Leite, 2014, p. 17, grifo nosso).

Em levantamento realizado em 2019 pela ONG Ação Educativa, registrou-se a existência de 18 editoras de periferia em São Paulo, como: a Editora Benfazeja; Edições Me Parió Revolução; Editora e Gráfica Heliópolis; e Literarua (Domingos, 2019). Igualmente dignos de nota são os festivais, lançamentos de livros e encontros entre autores. Alguns eventos são frequentados por um público externo às periferias, como a Mostra Cultural da Cooperifa e a Feira Literária da Zona Sul de São Paulo.

Por sua maior visibilidade, esta produção cultural vem ganhando reconhecimento das instâncias e espaços de legitimidade, como atesta a indicação do poeta Sérgio Vaz e do Sarau do Binho para a categoria “Fomento à literatura”, do 61º Prêmio Jabuti, em 2019 (Caetano; Carvalho, 2019). A própria criação desta nova categoria revela a abertura do campo literário às práticas de incentivo à leitura e pode ser lida como uma espécie de esgarçamento da fronteira simbólica que demarca a legitimidade de certa literatura, apontando para a possibilidade de um campo literário com fronteiras, no mínimo, um pouco mais porosas ou permeáveis.

A relação tensa entre a universidade e parte dos poetas, artistas e ativistas culturais dos territórios periféricos – decorrente dos jogos de distinção (Bourdieu, 2007) –, aparece claramente no poema de Sérgio Vaz, declamado em tom emocionado, na entrevista por ele concedida e acima referida, na alusão à saudade, produto da distância entre dois mundos:

Bruno matou o pai
Bruno matou a mãe
Os avós, os irmãos
Bruno matou todo mundo de saudade
Quando foi pra faculdade (Fazendo, 2009).

A visão crítica sobre a universidade passa pelo questionamento do sentido da produção de conhecimento nela realizada e é ele que configura um dos pilares da

proposta da Universidade Livre do Grajaú⁹, a UniGraja, fruto da união de uma rede de coletivos e iniciativas socioculturais da região. Os educadores da UniGraja são agentes que frequentaram bancos universitários e sua iniciativa parte da percepção de que “[...] a academia é algo distante, talvez nem seja para nós [...]”. Dessa maneira, a proposta da UniGraja é “[...] articular e estruturar uma rede de pesquisa e ação de caminhos possíveis para quem quer transformar nossa realidade e viver com o que a quebrada tem a oferecer” (Borges, 2021, p. 389).

A intenção subjacente à criação da Universidade é articular agentes do próprio território para fomentar o Grajaú como uma “quebrada educadora autônoma que valoriza saberes ancestrais, contemporâneos, populares, econômicos, políticos e científico” (Borges, 2021, p. 390). Dentre o corpo de conselheiros, formado por moradores da região que frequentaram as salas de aula universitárias, destaca-se Maria Vilani, professora, escritora e filósofa, fundadora do Centro de Arte e Promoção Social do Grajaú (CAPS).

Com formação inicial autodidata, Maria Vilani teve a alfabetização iniciada pelo pai, que a ensinou a “desenhar” seu nome aos 8 anos, continuando, por conta própria, o processo de letramento. Em 1970 migrou da cidade de Fortaleza para São Paulo com o marido, grávida do primeiro dos cinco filhos. Vilani é autora de cinco livros, um deles de poesia e quatro deles editados pelo selo independente Capsianos, vinculado ao CAPS, que busca funcionar como uma editora-escola, desenvolvendo oficinas que envolvam todas as fases do processo editorial: criação literária, revisão e produção gráfica (CAPS, 2024). O único livro publicado por editora comercial foi *Varal*, editado em 2012, pela Editora da Gente.

Maria Vilani é mãe do músico Criolo, ganhador de vários prêmios, dentre eles o Grammy latino. Aos 39 anos, quando matriculava seu filho na escola pública do bairro, resolveu voltar a estudar. Matriculou-se juntamente de seu filho, com o qual estudou e conquistou o diploma do ensino médio. Desde então, não deixou mais a sala de aula, seja como aluna ou professora do Ensino Fundamental e Médio. Fez especialização em Filosofia Clínica e em Língua, Literatura e Semiótica (Modelli, 2016).

Sem preocupar-se com a emissão de diplomas, a UniGraja desenvolve ações que têm em comum a preocupação em transformar/impactar a vida prática/cotidiana e, simultaneamente, promover compartilhamento de conhecimento/saberes (Borges, 2021, p. 389). A proposta é compartilhar conhecimento a partir deste cotidiano vivido, com vistas à emancipação. Como aponta Borges “a UniGraja assume a quebrada como sala de aula: seja na rua, bicicleta, ônibus, barco, hip-hop, roça ou represa, todos os espaços são de aprendizagem” (Borges, 2021, p. 391) nos 92,53 km

⁹ O Grajaú é um distrito periférico da Zona Sul da cidade de São Paulo. Em 2016, seu IDH era o 7º pior do município (IDH, 2016). A região é marcada por grande carência no que tange ao saneamento básico, educação e alimentação (Zocchio, 2020).

quadrados do distrito margeados pela represa Billings e a Mata Atlântica, e ocupados por mais de 360 mil moradores, segundo o Censo de 2010.

Outro agente a ser destacado, integrante do conselho da UniGraja, é o artista multilinguagem e professor da rede pública e do Ensino Superior, Salomão Jovino da Silva, mais conhecido como Salloma Salomão, homem negro de 60 anos, nascido em Passos, Minas Gerais. Fez graduação, mestrado e doutorado em História pela PUC-SP. O doutorado, finalizado em 2005, propiciou um estágio na Universidade de Lisboa. Desenvolveu longo trabalho em educação social como, por exemplo, na área de alfabetização na Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), além de outros processos de ensino e de aglutinação de diferentes linguagens, tanto em sua obra como em espaços que circulou.

Além de ter sido consultor da prefeitura de São Paulo, na Secretaria Municipal de Educação (2014-2016), Salomão conta com experiência acadêmica, tendo passado por várias universidades em sua trajetória, incluindo a atuação como professor colaborador na Universidade Federal de São Carlos (2006). Atualmente, é professor convidado da Universidade de São Paulo (USP) e, ainda, professor na Escola de Comunicação e Artes Centro de Estudos Latino-Americanos Sobre Comunicação (CELLAC), atuando no Curso de extensão.

Dentre os agentes aqui destacados, Salomão é um dos que mais dialoga de forma tensa com a produção artística e cultural hegemônica, produzindo uma obra que se iniciou nos anos 1980. Sua produção musical é composta por sete CDs e três DVDs. Como conselheiro da UniGraja, alerta para a aplicação prática do conhecimento, afirmando ser preciso “tirar o conhecimento da gaveta”, bem como para o papel da produção do conhecimento com fins de preservação da memória: “[t]em que pensar em ações pra discutir memórias, como é que gente pobre retém isso, porque quando não se tem memória tem que começar do zero” (Borges, 2021, p. 390).

Chamamos atenção para a configuração de uma proposta como a da UniGraja por considerá-la, por si só, bastante reveladora do interesse em valorizar a experiência cotidiana da periferia como referência para a formação e autoestima dos agentes, que reverbera nas expressões artístico-culturais produzidas localmente. Além disso, os agentes culturais que compõem o conselho da instituição passaram pelos bancos universitários e, em alguma medida, elaboram discursos críticos no sentido do conhecimento produzido na universidade.

Existem 8 coletivos/iniciativas ligados à UniGraja, que já desenvolveram ações de cunho educativo e que buscavam intervir na vida prática, atuando na difusão de conhecimentos voltados ao empoderamento dos moradores da região. As áreas de atuação abarcaram desde cooperativa para capacitação e realização de triagem de resíduos sólidos (COOPERPAC – Cooperativa de Catadores de Papel do Parque Cocaia), até: ações de educação ambiental, com mutirões de plantio e

horta comunitárias em parcerias com escolas estaduais (ECOATIVA); realização de palestras em escolas sobre tecnologia; e realização de intervenções artísticas e vivências educativas em escolas e espaços públicos, com a utilização de materiais reciclados (IMARGEM – Arte, meio ambiente e convivência).

Dentre as ações da UniGraja, vale também citar um evento realizado em 2018, no qual aproximadamente 230 jovens e adolescentes do Grajaú participaram de 64 vivências¹⁰. Pode-se dizer, no entanto, que a abrangência das atividades foi muito maior. Segundo Borges (2021, p. 396), “[p]elas mídias sociais e na articulação presencial no território, o evento envolveu 50 mil pessoas”.

Vale também destacar, dentre os coletivos, a produtora “Periferia em Movimento”, que se autodefine como uma produtora independente de “jornalismo de Quebrada que gera e distribui informação dos extremos ao centro” (Borges, 2021, p. 403). Desde 2009, ano de sua fundação por jornalistas que moram em periferias da zona sul de São Paulo, a produtora se coloca como objetivo realizar trabalho jornalístico sobre e a partir das periferias para

(...) ocupar espaços que sempre nos negaram e garantir o acesso a direitos (...). Dessa forma, buscamos construir um projeto de poder popular a partir das margens para formar uma sociedade livre de racismo, machismo, lgbtfobia e qualquer forma de opressão (...) pautando a cidade a partir da visibilidade de histórias de quem está nas frentes de luta pela garantia de direitos pela cultura, saúde, educação, mobilidade, moradia, preservação ambiental, trabalho e renda, com questões de gênero, raça e classe de forma transversal. (Borges, 2021, p. 403).

A produção de mais de 300 conteúdos jornalísticos já realizados utilizou-se de diferentes formatos (texto, foto, vídeo, meme, *stopmotion* e mapa), e alcançou um público médio de 120 mil pessoas via internet. A produtora também realiza “curadoria, consultoria e os chamados encontros de aprendizagem (como palestras, oficinas, cursos, vivências) que já atingiram mais de 4.500 pessoas em 400 horas de realização” (Borges, 2021, p. 404). A relação com outras instâncias, externas ao território do Grajaú, pode ser notada por sua participação como integrante da Rede Jornalistas das Periferias e do conselho do Instituto Vladimir Herzog.

É possível notar a ampliação da circulação desses agentes culturais oriundos da periferia pelos circuitos culturais antes restritos à elite intelectual e cultural,

¹⁰ O termo “vivência” é muito recorrente no discurso dos agentes culturais atuantes nas periferias de São Paulo e tem um sentido análogo ao de “oficinas”. São espaços de aprendizagem e experimentações de práticas diversas: corporais, culturais, artesanais etc. Encontramos registros sobre diversas “vivências” no Centro Cultural Grajaú, como, por exemplo “Jogo, corpo e saberes”, vivência realizada pelo grupo de Capoeira Semente de Angola, ou “vivência de tambores”, puxada por Paulo Henrique Sant’Anna, ator, músico, educador, contador de histórias, escritor e dramaturgo, que atua há 20 anos na região. As vivências, em geral, contemplam conteúdo teórico e experimentações práticas.

resultando na aproximação com as instâncias de legitimação cultural, o que propicia a eles maiores condições para diversificação de sua formação e, consequentemente, maior volume total de capital. Argumentamos que a referida circulação propicia a esses agentes a condição de portar um tipo de *capital cultural específico*, o qual alia a aproximação com as formas de transmissão e legitimação do capital cultural institucionalizado a um repertório apoiado nas suas experiências de morador da periferia. O valor atribuído a este *capital cultural específico*, como de qualquer outro tipo de capital cultural, é relativo, e depende do contexto de interação.

Considerações finais

Poderíamos, diante de iniciativas como os Saraus do Binho, da Cooperifa, e da UniGraja, falar em novas formas de capital cultural em circulação? Pensamos que não. Como vimos argumentando, é possível pensar em um tipo de capital cultural específico, gestado na articulação com políticas públicas de fomento à produção cultural da periferia e com instâncias de consagração, como a universidade, espaços culturais e editoras. Tal capital seria manejado por agentes posicionados fora das instâncias de legitimação cultural, e que buscam posicionar-se criticamente às classificações que sustentam as hierarquias simbólicas estabelecidas.

Buscamos contribuir, neste artigo, para a reflexão sobre as potencialidades e limites desta espécie de capital cultural no jogo da distinção, apontando as iniciativas e produções críticas que tensionam as fronteiras simbólicas. Cabe enfatizar, no bojo dessa produção crítica, a apropriação de referências consagradas pelas mesmas instâncias de legitimação que se intenciona criticar, a exemplo da mobilização da categoria *marginal* para denominar as produções literárias, ou da referência ao poeta Ferreira Gullar por parte de um dos mais destacados agentes culturais das periferias, o poeta Sérgio Vaz.

Por fim, ressaltamos que a perspectiva analítica aqui desenvolvida não pretende apontar para ideia de democratização ou apagamento de hierarquias simbólicas, mas sim reafirmar a luta por poder simbólico entre grupos socialmente diferenciados, enfatizando a posição de grupos dominados nos jogos de distinção, que mobilizam seus *capitais culturais específicos* para tensionar as regras que definem as hierarquias estabelecidas. As iniciativas e coletivos destacados neste texto são constituídos por agentes que não são meros reprodutores das lógicas de distinção, mas se posicionam frente a elas numa prática discursiva contestadora, em boa parte por reconhecerem sua “desvantagem de partida” e sua impossibilidade de jogar o jogo da distinção segundo as regras estabelecidas pelos grupos dominantes.

O real alcance da movimentação cultural explicitada pelos exemplos apresentados nesta reflexão ainda está por ser analisado, pois requer tempo para que

os seus desdobramentos se consolidem ou não. Contudo, é inegável o impacto das ações dos coletivos e iniciativas citados e investigados neste artigo na formação de artistas, escritores e leitores críticos. Indiscutível também é a constituição de um *circuito*, que propicia a articulação dos autores e agentes, de diferentes regiões da cidade, ligados ao que pode ser chamado de produção cultural das e nas periferias, tecendo uma complexa malha política e cultural, caracterizada pela crítica à desigualdade social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. F.; ERNICA, M. Inclusão e segmentação social no Ensino Superior Público no Estado de São Paulo (1990-2012). **Educação & Sociedade**, n.130, v.36, jan.-mar. 2015, p.63-83.

BLOG do VAI. Sobre o VAI. Disponível em: <https://programavai.blogspot.com/p/sobre-o-vai.html>. Acesso em: 08 ago. 2024.

BORGES, T. UniGraja: por uma quebrada educadora autônoma. In: SOUZA, A. L. S. (Org.). **Cultura Política nas periferias: estratégias de reexistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021, p.389-406.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRANDÃO, Z. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. **Rev. Educação e Pesquisa**, n.1, v.36, p.227-241, 2010.

CAETANO, B.; CARVALHO, I. Jabuti consagra Conceição Evaristo e tem Sérgio Vaz e Sarau do Binho entre indicados. **Brasil de Fato**, São Paulo, 3 out. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/03/jabuti-consagra-conceicao-evaristo-e-tem-sergio-vaz-e-sarau-do-binho-entre-indicados/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CAPS. Nossas Publicações. Website da CAPS. Disponível em: <https://www.capsartes.com.br/selo.html>. Acessado em: 23 jul. 2024.

CAROS AMIGOS Especial. **Literatura Marginal: a cultura da periferia: ato III**. São Paulo, abril de 2004.

CAROS AMIGOS Especial. **Literatura Marginal: a cultura da periferia: ato II**. São Paulo, junho de 2002.

CAROS AMIGOS Especial. **Literatura Marginal**: a cultura da periferia: ato I. São Paulo, agosto de 2001.

CASTRO, A. L. Consumo e capital informacional nas lógicas de distinção entre grupos dominados. **Tempo Social**, 34(2), 31-45, 2022. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.193536>.

CASTRO, A. L. Condicionantes sociais e trajetórias singulares: habitus como chave analítica em processos de constituição de elos de pertença e fronteiras simbólicas. **Revista Estudos de Sociologia**, n.46, v.24, 2019, p. 45-63.

CIDADE DE SÃO PAULO. Centros Educacionais Unificados – CEUs. Disponível em: <https://ceu.sme.prefeitura.sp.gov.br/sobre/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

CIDADE DE SÃO PAULO. Fomento à Cultura da Periferia. Website da prefeitura da **Cidade de São Paulo**, São Paulo, 19 jul. 2024. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/index.php?p=27841>. Acesso em: 08 ago. 2024.

COM VERBA de quase R\$ 6,5 milhões, Prefeitura vai dar até R\$ 108 mil para incentivar projetos culturais de jovens da periferia. **Cidade de São Paulo**. 31 jan. 2024. Disponível em: [https://www.capital.sp.gov.br/w/noticia/com-verba-de-quase-r-6-5-milhoes-prefeitura-vai-dar-ate-r-108-mil-para-incentivar-projetos-culturais-de-jovens-da-periferia#:~:text=Com%20a%20proposta%20de%20promover,\(Valoriza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Iniciativas%20Culturais\)](https://www.capital.sp.gov.br/w/noticia/com-verba-de-quase-r-6-5-milhoes-prefeitura-vai-dar-ate-r-108-mil-para-incentivar-projetos-culturais-de-jovens-da-periferia#:~:text=Com%20a%20proposta%20de%20promover,(Valoriza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Iniciativas%20Culturais)). Acesso em: 08 ago. 2024.

DOMINGOS, J. A foça da literatura periférica em São Paulo. E como ela se organiza. [S.I.], **Nexo**, 07 nov. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/11/07/A-for%C3%A7a-da-literatura-perif%C3%A9rica-em-S%C3%A3o-Paulo.-E-como-ela-se-organiza>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FAZENDO Arte na Escola leva poesia para alunos do Eja. **Otaboense**, Taboão da Serra, 2 jun. 2009. Disponível em: <https://www.otaboanense.com.br/fazendo-arte-na-escola-leva-poesia-para-alunos-do-eja/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Record, 2019.

IDH: Os 20 melhores e os 20 piores distritos de São Paulo. **Estadão**, São Paulo, 25 abr. 2016. Disponível em: <https://fotos.estadao.com.br/galerias/cidades,idh-os-20-melhores-e-os-20-piores-distritos-de-sao-paulo,24925>. Acesso em: 20 mar. 2022.

IMS – Instituto Moreira Sales. Sarau das Pretas/SP. 7 de outubro de 2017. Disponível em: <https://ims.com.br/eventos/sarau-das-pretas/>. Acesso em: 06 dez. 2024.

ITAÚ CULTURAL. Sérgio Vaz - Sarau da Cooperifa – Jogo de Ideias (2008). Vídeo publicado em 04 de setembro de 2012. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/sergio-vaz-sarau-da-cooperifa-jogo-de-ideias-2008>. Acesso em: 06 dez. 2024.

LEITE, A. E. Marcos fundamentais da literatura periférica em São Paulo. **Rev. Estudos Culturais**, n.1, v.1, 2014, p.1-20.

LIMA, M. Acesso à universidade e mercado de trabalho: o desafio das políticas de inclusão. In: SOUZA, H.; COLLADO, P. (Eds.). **Trabalho e Sindicalismo**. São Paulo: Hucitec, 2012, p. 91-110.

MACHADO, J. J. M. Reexistência: complexo matutado nas andanças do hip-hop, batalhas de rap e saraus. In: SOUZA, A. L. S (Org.). **Cultura Política nas periferias: estratégias de reexistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021, p. 309-326.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de Cartógrafo**. Travesías latino-americanas de la comunicaci3n em la cultura. Santiago: Fondo de Cultura Econ3mica, 2022.

MIRA, M. C.; BERTONCELO, E. R. Apresenta33o: para al3m da distin333o? Desafios 3 abordagem bourdieusiana da forma333o social do gosto. **Revista Estudos de Sociologia**, n.46, v.24, 2019, p.19-43.

MODELLI, L. Essas mulheres: Maria Vilani. **Revista Cult**, on-line. 25 mar. 2016. Dispon3vel em: <https://revistacult.uol.com.br/home/essas-mulheres-maria-vilani/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

NASCIMENTO, E. P. Saraus nas periferias: escrevendo corpos, territ3rios e a333es coletivas na cidade. In: SOUZA, A. L. S (Org.). **Cultura Pol3tica nas periferias: estrat3gias de reexist3ncia**. S3o Paulo: Funda333o Perseu Abramo, 2021, p. 327-342.

NASCIMENTO, E. P. **Vozes Marginais na Literatura**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

NICOLAU NETTO, M.; 3BILE, B. V. Cole3333es colaborativas: um espa3o de dois universos. **Tempo Social**, 34(2), 163-187, 2022. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.183052>.

PAIX3O, A. Hip-hop do front, de frente, de pretas fronteiras convers3veis. In: SOUZA, A. L. S (Org.). **Cultura Pol3tica nas periferias: estrat3gias de reexist3ncia**. S3o Paulo: Funda333o Perseu Abramo, 2021, p.311-326.

PROVOCA. S3rgio Vaz. **YouTube**, 14 de maio de 2024, entrevista, 55 min. Dispon3vel em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ctfc8oht-I4>. Acesso em: 04 dez. 2024.

REDE TVT. Art 3 Arte! #7. Sarau do Binho - 1/3. [S.I.]. Canal da **REDE TVT**, 2015. 1 v3deo (8:50 min). Dispon3vel em: <https://www.youtube.com/watch?v=WTAiABDq1w4>. Acesso em: 14 mar. 2022.

SAHLINS, M. **Cultura e raz3o pr3tica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

S3O PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Sarau das Pretas. Biblioteca M3rio de Andrade. Espa3o Tula Pilar Ferreira. 12 de mar3o de 2022a. Dispon3vel em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/?p=30894>. Acesso em: 06 dez. 2024.

SÃO PAULO. Teatro Municipal de São Paulo. Sarau das Pretas. 20 de julho de 2022b. Disponível em: <https://theatromunicipal.org.br/pt-br/evento/saraudaspretas/>. Acesso em: 06 dez. 2024.

SÉRGIO, V. Post. Website da **Editora Global**. 23 jul. 2014. Disponível em: <https://grupoeditorialglobal.com.br/autor/1989/>. Acesso em 09 ago. 2024.

SÉRGIO, V. Sarau da Cooperifa. Jogo de Ideias. Produção do Itaú Cultural. São Paulo, 2012. 1 vídeo (26:56 min). Publicado pelo canal de YouTube do Itaú Cultural. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PKZ9TO_YCnM. Acesso em: 14 mar. 2022.

SOUZA, A. L. S (Org.). **Cultura Política nas periferias: estratégias de reexistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de reexistência**. Poesia, grafite, música, dança: hip-hop. São Paulo: Parábola, 2011.

TENNINA, L. Saraus das periferias de São Paulo: poesia entre tragos, silêncios e aplausos. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n.42, v.1, 2013, p.11-28.

TIC DOMICÍLIOS. São Paulo. **CETIC**, 2019. Anual. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

VIEIRA, R. Artistas do Hip-Hop recebem o Prêmio Sabotage 2016 na Câmara. **Câmara Municipal de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2016. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/artistas-do-hip-hop-recebem-premio-sabotage-2016-na-camara/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

VILANI, M. **Varal**. São Paulo: Editora da Gente, 2012.

ZOCCHIO, G. Deserto alimentar, Grajaú luta contra o coronavírus e a falta de políticas públicas. **O Joio e o Trigo**, on-line, 01 jul. 2020. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2020/07/ambiente-alimentar-sp-grajau-deserto/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

Submetido em: 24/05/2024

Aprovado em: 12/10/2024

O SENSO POLÍTICO PROFANO COMO PRÁTICA OU COMO A POLÍTICA PODERIA SER

EL SENTIDO POLÍTICO COMO PRÁCTICA O CÓMO LA POLÍTICA PODRÍA SER

THE POLITICAL SENSE AS PRACTICE OR AS POLITICS COULD BE

*Alexandre Aparecido dos SANTOS**

RESUMO: O presente artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa sobre o pensar-fazer político de eleitores sem filiação partidária residentes em uma cidade de pequeno porte no interior paulista. Pesquisa que teve como um de seus objetivos: perceber e objetivar a relação entre os bens simbólicos produzidos e veiculados pelo campo político e o modo pelo qual os agentes consumidores desses bens simbólicos constroem suas percepções diante do cenário político municipal e nacional. E, ao resultar na produção de um conhecimento relacional sobre o pensar-fazer político desses eleitores, nos permite apresentar o senso político enquanto expressão de uma prática política que está para além da ideia de uma simples manipulação oriunda do efeito de encerramento simbólico produzido pelo campo político nacional.

PALAVRAS – CHAVE: Eleitores. Trajetória. Senso político. Prática. Discurso.

RESUMEN: *Este artículo presenta parte de los resultados de una investigación sobre el pensar-hacer político de votantes sin afiliación partidista residentes en una pequeña ciudad del interior de São Paulo. La investigación tuvo como objetivo percibir la relación entre los bienes simbólicos producidos y vehiculados por los dispositivos del campo mediático sobre las disputas y dinámicas del campo político*

* Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP – Brasil. Faculdade de Educação. TRAMAS - Laboratório de pesquisa em educação, transmissão intergeracional, trabalho e política - USP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5901-8262>. Contato: alexandre.sociais@hotmail.com.

nacional y la forma en que los agentes que consumen estos bienes simbólicos construyen sus percepciones frente al escenario político municipal y nacional. Al resultar en la producción de conocimiento relacional sobre el pensar-hacer político de estos votantes, esta investigación nos permite presentar el sentido político como expresión de una práctica política que va más allá de la idea de simple manipulación por dispositivos en el campo de los medios de comunicación o del campo político nacional.

PALABRAS CLAVE: *Votantes. Trayectoria. Sentido político. Práctica. Discurso.*

ABSTRACT: *This paper presents part of the research results on the political thinking-doing of voters without party affiliation living in a small city in the countryside of São Paulo. The research aimed to perceive the relationship between the symbolic goods produced and conveyed by the media field devices on the disputes and dynamics of the national political field and how the consumer agents of these symbolic goods construct their perceptions before the municipal and national political scenario. By resulting in the production of a relational knowledge about the political thinking-doing of these voters, this research allows us to present the political sense as an expression of a political practice that is beyond the idea of a simple manipulation by the media field devices or the national political field.*

KEYWORDS: *Voters. Trajectory. Political sense. Practice. Discourse.*

Introdução

Esse trabalho apresenta parte dos resultados de nossa pesquisa sobre o pensar-fazer político de eleitores sem filiação partidária que residem no município de Américo Brasiliense-SP¹, uma cidade de pequeno porte² no interior paulista (Santos, 2021). A pesquisa teve como um de seus objetivos: perceber e objetivar a relação entre os bens simbólicos (Bourdieu, 1997) produzidos e veiculados pelo campo político (Bourdieu, 2002) e o modo pelo qual os agentes consumidores desses bens simbólicos constroem suas percepções diante do cenário político municipal e nacional.

¹ A história de Américo Brasiliense-SP é entrelaçada à história do município de Araraquara-SP, do qual chegou a ser um distrito – criado oficialmente em 1923 – até sua emancipação no ano de 1965. Contemporaneamente as cidades vivenciam um processo de conurbação que reflete esse entrelaçamento histórico.

² O município faz parte dos 87,6% dos municípios do país (4.893 cidades) que possuem uma população igual ou menor a 50.000 habitantes. (IBGE, 2024).

A construção prática/metodológica da pesquisa se deu por dois momentos de campo – nos quais foram realizadas entrevistas individuais e presenciais, orientadas por dois roteiros semiestruturados – que tiveram como resultado: a) a reconstrução da trajetória social (Bourdieu, 2011a) dos eleitores interlocutores³ (Oliveira, 1995), no primeiro momento; b) o acesso aos discursos políticos e a algumas das escolhas dos eleitores interlocutores diante da política profissional, no segundo momento de entrevistas.

As relações entre esses elementos, as trajetórias sociais⁴ e os discursos políticos dos interlocutores, foram analisadas de um ponto de vista etnográfico, possibilitando a construção de um conhecimento relacional sobre o senso político (Bourdieu, 2007) desses agentes.

Esse conhecimento permitiu apresentar esse senso político como a expressão de uma prática política que está para além da ideia de uma simples manipulação por parte dos efeitos de encerramento (Bourdieu, 2007) produzidos pelo campo político nacional, uma vez que essa prática (Bourdieu, 1983b) expressa a agência (Bourdieu, 2011a) desses eleitores frente aos cenários políticos de seu dia a dia.

O pensamento político profano

Ao assumir que o fazer-pensar político dos interlocutores dessa pesquisa é resultado das disposições (Bourdieu, 1983b, p. 61) adquiridas ao longo de suas trajetórias e que se permitem perceber enquanto um senso político, não o fazemos com o intuito de rotular esses discursos políticos como algo mecânico, passível de estratégias de manipulação, pelo contrário. Assumimos esse ponto de vista para entender esses discursos enquanto agências (Bourdieu, 2011a) políticas formuladas a partir da relação dialética entre a trajetória de cada agente e o lugar social em que o mesmo se encontra.

Dizer que essas agências são reflexivas, e que por isso extrapolam a ideia de uma simples manipulação, não vai contra a ideia de entendê-las como expressão de um senso político possibilitado por um *habitus* (Bourdieu, 1983a), mas é

Perceber que papel pode a reflexividade desempenhar na orientação da ação implica ter noção de que as deliberações reflexivas não são o único mecanismo de definição das condutas humanas. Para que um indivíduo seja um agente socialmente competente não pode estar num estado permanente de alerta e pen-

³ O contato com os eleitores interlocutores (Oliveira, 1995) se deu, tal qual em Lahire (2004) e Caetano (2016), por meio de redes de sociabilidade.

⁴ A reconstrução das trajetórias sociais se deu por informações referentes a: i) formação familiar e dinâmica geracional; ii) percurso escolar; iii) percurso profissional; iv) práticas religiosas; v) práticas de sociabilidade e lazer.

sar em cada passo do seu cotidiano. Muitas das ações rotineiras do dia-a-dia processam-se precisamente sob a orientação do sentido prático. (Caetano, 2013, p. 44).

Reconhecer a relação entre o senso político profano (Bourdieu, 2011b) e essas agências é reconhecer no *habitus* a “capacidade infinita de engendrar em toda a liberdade (controlada) produtos – pensamentos, percepções, expressões, ações – que sempre têm como limites as condições historicamente e socialmente situadas de sua produção” (Bourdieu, 2007, p. 91). É entender “que actividades habituais e rotineiras não possam ser objecto de reflexão por parte dos sujeitos em determinadas circunstâncias, como momentos de crise e desajuste, tal como Bourdieu preconizou” (Caetano, 2013, p. 44).

Uma vez que o sistema político representativo em nosso país vive, pelo menos desde 2016, um momento de desconfiança na política que afeta o papel do Estado e a relação dos cidadãos com o sistema democrático de modo geral (Moisés; Carneiro, 2008), e que pode ser entendido enquanto uma situação de crise na política institucional, eleitoral e partidária, buscamos perceber como a noção de política aparece no fazer-pensar-reflexivo dos interlocutores.

Iniciamos a apresentação dos modos pelos quais a noção de política apareceu nos discursos dos interlocutores por uma afirmação formulada por Elias⁵:

Eu sou criado lá atrás, nasci em 1974. E aí nunca ninguém falou de política para mim entendeu? O pouco que eu vejo é no dia a dia, por que ninguém veio falar de política para mim? Se você perguntar quem falou de política para mim? Eu vejo no dia a dia o que acontece. (Trecho do depoimento de Elias, realizado em dez/2019).

Essa afirmação de Elias⁶ remete a uma constante presente em diversos discursos ao longo deste trabalho, a necessidade de uma educação política formal para todos os cidadãos do país, uma educação sobre política que integrasse o currículo escolar para que os cidadãos tenham o conhecimento necessário em relação ao sistema político do qual fazem parte.

A afirmação de Elias também permite retomar a ideia de que a noção de política é polissêmica, tendo em vista os distintos contextos, valores e significados que podem ser ligados a ela. Uma vez que para Carlos⁷, por exemplo, “Fazer política

⁵ Elias tem quarenta e quatro anos e é natural de Américo Brasiliense. É borracheiro, filho de um tratorista e uma dona de casa (não escolarizados). Possui ensino médio completo (escola pública). É casado e pai de três filhos, uma menina (ensino médio completo) e dois meninos (cursando o ensino fundamental). (Santos, 2021)

⁶ Todos os nomes ligados aos interlocutores são fictícios.

⁷ Carlos tem trinta e quatro anos e é natural da cidade de Matão, reside em Américo faz quinze anos. Afirmo não ter profissão, atua como mototaxista, é filho de lavradores (ensino fundamental incompleto).

é cuidar da sua saúde, do seu bem-estar e do seu futuro, não acontece geralmente por falta de desinformação do próprio cidadão” (Trecho do depoimento de Carlos, realizado em dez/2019).

O sentido atribuído à política por Carlos, de busca por melhores condições de vida, é muito próximo, mas por uma questão ligada à trajetória de cada agente – que resgata a ideia de que a noção de política está intimamente ligada às questões de alteridade, em que uma mesma ação pode ter significados totalmente diferentes dependendo do contexto em que se situa e se realiza – ao mesmo tempo se diferencia do sentido atribuído à política por Ailton⁸:

Eu acho que fazer política tem a ver com o cenário político, ele precisa ser o mais homogêneo para todo mundo tentar buscar o bem comum e não só os interesses, os interesses deles né. Eu acho meio difícil estar lá e não buscar o próprio interesse, mas pelo menos tentar buscar o interesse coletivo, isso é o que deveria existir tem uma meia dúzia lá que faz isso, mas ainda é pouco. (Trecho do depoimento de Ailton, realizado em nov/2019).

Para Ailton, a noção de política está ligada à busca por um bem comum, para que o maior número de pessoas possa conseguir melhores condições de vida. Já para Helena⁹ a noção de política se resume a um jogo de interesses:

Eu acredito que a política, é tudo um jogo de interesse. [...] Você não tem que ser fiel àquilo que você quer, você tem que saber lidar e tipo assim saber ceder em algumas partes para poder ganhar sabe? Tem que fazer essa troca, não sei se você está me entendendo, fazer acordos (Trecho do depoimento de Helena, realizado em mar/2020).

O sentido atribuído à política por Helena se aproxima do sentido que aparece no discurso de Elias, apesar das proximidades os sentidos dados a noção de política mantêm suas particularidades tendo em vista o senso político dos interlocutores.

Para Elias a ideia de interesse está ligada à noção de política, mas enquanto representação dos interesses dos eleitores:

Possui ensino médio completo (escola pública) e formação técnica em mecânica e profissionalizante em serralheria. (Santos, 2021)

⁸ Ailton tem trinta anos. Nascido na região norte do país, reside em Américo há vinte anos. Solteiro. Filho de um funcionário público (ensino médio completo) e uma dona de casa (cursando o ensino fundamental). Possui ensino médio completo (escola pública) e formação superior em logística, área na qual trabalha. (Santos, 2021).

⁹ Helena tem vinte e sete anos e é natural de Américo Brasiliense. É casada. Filha de uma dona de casa e de um trabalhador aposentado da usina local (ambos com ensino fundamental incompleto). Possui ensino médio completo (escola pública) e formação superior em administração pública, área na qual trabalha. (Santos, 2021).

Política seria assim, os representantes né, você escolhe, eu vou votar em você para representante, você vai lá defender o que você propôs, eu propus que vou trazer mais médicos, mais segurança, mais isso, mais aquilo. Seria um representante do povo junto ao governo, porque você não vai conseguir falar com o Dória, não vai conseguir falar com o Bolsonaro, quem que vai representar você? O cara que você votou, que você elegeu. (Trecho do depoimento de Elias, realizado em dez/2019).

Nos discursos políticos formulados pelos interlocutores foi possível perceber um descontentamento com a atual política praticada em nosso país, por isso buscamos perceber também como eles entendem que deveria ser a política de uma forma geral. Iniciando pelo discurso de Nilton¹⁰:

Primeiramente eu acho que não poderia ser qualquer um que entrasse lá. Eu acredito que tinha que ser uma pessoa formada para isso, um exemplo, eu não sei se hoje tem uma faculdade específica para isso, mas eu acredito que o cara tinha que ser formado no mínimo numa faculdade voltada a isso e que tivesse leis mais severas para essa categoria e que os salários não fossem tão altos que partisse do princípio do salário mínimo, porque só assim a população também teria um reflexo maior, não ia ter essa desigualdade tão grande de um governador do estado ganhar se não me falha a memória perto dos 20 mil reais e o salário mínimo ser 1000 reais. O cara está lá por quê? Está lá pelo dinheiro ou está lá porque ele quer uma melhora para o estado? Então eu acredito que tem que ser uma pessoa que seja estudada, que saiba o que está fazendo, e que esteja lá realmente para a população e não pelo dinheiro do cofre público. São muitas coisas que nem igual eu falei do hospital público, eu acredito que eles tinham que usar tudo o que é público, fossem proibidos de usar as coisas privadas, quem fosse funcionário público e principalmente governantes tinha que usar 100% coisas públicas, transporte público, hospital público, escola pública, tudo. Eu acredito, é duro falar assim, mas não tinha que ter escola particular, mas é aquela pessoa que tem condição que quer um ensino melhor para o seu filho, ele não vai colocar lá? Apesar que ele também investiria na pública para melhorar, mas é muito difícil de mudar isso, de se impor isso, agora vai ser assim, não tem que vir das bases né, procurar saber que você vai colocar lá porque se a base é a família, família que eu falo assim não é um homem e a mulher ali tal, família para mim são aquelas pessoas que passam valores mesmo, você tem que respeitar o seu amiguinho, não é porque ele é negro que você vai ficar chamando ele de negrinho, ele é mesma coisa que você, não é porque ele é índio que ele não sabe falar, não é porque

¹⁰ Nilton tem vinte e cinco anos e é natural de Pintadas/BA, reside em Américo Brasiliense há vinte e um anos. Solteiro. Filho de uma costureira (ensino fundamental incompleto). Possui o ensino médio completo (escola pública) e é servidor público. (Santos, 2021).

ele mora na roça que ele não entende nada, sabe, ensinando esses valores de educação, de respeito, porque é para vir da base forte, quando chegar lá na escola o professor conseguir passar o conteúdo dele, passar um pouco da história de vida dele, o professor querendo ou não o papel dele é esse, é preparar o aluno para o futuro, para ele saber como ele vai ser um adulto, então eu acredito que é mais isso mesmo. (Trecho do depoimento de Nilton, realizado em fev/2020).

Nilton acredita que a política deveria ser realizada apenas por pessoas qualificadas para os cargos e que não deveriam existir tantas instituições privadas de saúde e educação por exemplo, motivo que levaria os políticos eleitos a fazerem uso dos dispositivos públicos mantendo assim a boa qualidade dos mesmos através de maiores investimentos.

Ailton também acredita que a política deveria ser construída a partir de maiores investimentos:

Acho que se a gente não investir pesado, pesado mesmo em educação e não ter cortes como a gente está tendo, não vai para a frente, vai continuar o mais do mesmo. Vai continuar aquele cara que recebe uma educação melhor porque tem dinheiro, o cara vai para a faculdade pública utilizar de um bem público. Não que ele não deve usar, tem que usar, mas ele vai continuar sendo beneficiado. Talvez ele nem utilize a graduação que ele se prestou a fazer, fez porque ele tem que ter um nome, um status de estar graduado. Diferente de quem realmente tem um sonho, uma vontade de ser um médico, de ser um professor, um engenheiro, um advogado, então ela mexe tanto com tudo isso que parece um filme triste, uma história bem triste. (Trecho do depoimento de Nilton, realizado em fev/2020).

O discurso de Ailton se manteve ligado às questões de desigualdade social. No discurso de Carlos sobre como deveria ser a política não encontramos uma proposta, mas uma afirmação de tom pessimista, tônica de todos os seus discursos sobre a temática:

O meu ponto de vista é esse, infelizmente o nosso maior problema é a corrupção aliás, e não vai mudar, como eu disse infelizmente está entranhada a nossa cultura. Eu acho que não, não tão já, não porque nós somos o espelho das gerações futuras, infelizmente. (Trecho do depoimento de Carlos, realizado em dez/2019).

A percepção de Elias sobre como a política deveria ser, apresenta um diálogo – no sentido de uma homologia (Bourdieu, 2004) – com a concepção de uma democracia representativa, em que os participantes do sistema político, eleitores e eleitos, mantêm uma relação de representação e cumplicidade no que diz respeito

à formulação de propostas por parte dos candidatos e da escolha dessas propostas por parte dos eleitores:

Eu votei em você, você vai me representar lá, mas de verdade, entendeu, sem interesse, eu não quero toma lá dá cá, eu não vou fazer conchavo para o cara ganhar, para empreiteira ganhar, para poder fazer isso e aquilo, entendeu, você não viu a Friboi, esses escândalos aí, a política seria isso aí, seria isso aí, as pessoas para comandar o país porque o país é muito grande, tamanho continental, não tem como você governar o país se não tiver os representantes que estão lá entendeu, é por isso que fala que a federação como que é? República confederativa do Brasil, não é isso? Mas quem que vai me representar lá? Seria você cidadão que eu votei, te dei um voto, mas desde que você honrasse isso aí entendeu, o que não acontece. (Trecho do depoimento de Elias, realizado em dez/2019).

A seguir ampliaremos essa discussão sobre como deveria ser a política institucional para os interlocutores, tendo em vista o contexto local, pensando sobre o município em que vivem, e o contexto nacional.

Como a política deveria ser: o contexto local

Sobre como deveria ser a política pensando o contexto local, Ailton afirma:

Eu escutaria mais as pessoas, porque às vezes a gente acha que a cidade tem um problema que está ali, que está um círculo perto das pessoas com quem a gente convive, mas a gente não sabe a realidade da cidade inteira, das outras pessoas, o que elas necessitam, sei lá! Às vezes tem um bairro que o pessoal só quer asfaltar a rua, tem aqui o bairro mais próximo do nosso, o que o pessoal precisa é do mínimo que é um esgoto, um asfalto na frente de casa. São nesses tipos de coisa que às vezes eu acho que as prefeituras em várias cidades pecam, não só perto das eleições, mas uma coisa corriqueira, um trabalho em conjunto com os próprios vereadores, porque tem bastante gente parada ali. (Trecho do depoimento de Ailton, realizado em nov/2019).

Segundo Ailton, para quem a política deveria expressar a busca do bem comum, no contexto local ela deveria ser construída e mantida através do diálogo contínuo entre eleitores e políticos eleitos, para que as demandas dos eleitores estivessem na pauta das ações desses políticos.

O discurso de Carlos sobre como deveria ser a política local extrapola o contexto do município, e diz respeito a um trabalho de conscientização do eleitorado

em geral, para que esse possa compreender seu papel no sistema político e o peso que sua escolha tem para a política de um modo geral.

Eu acho que deveria ter uma conscientização maior em termos do municipal e do estadual. Ninguém investe nisso, eles obrigam o cidadão a ir votar você é obrigado a ir lá, mas não existe uma divulgação maior da mídia sobre o que é o voto, o poder do voto, apesar de estar todo dia falando sobre isso, toda a semana essa guerra no congresso, mas você não vê esse tipo de informação. (Trecho do depoimento de Carlos, realizado em dez/2019).

A ideia de Elias sobre como a política local deveria ser, se aproxima da ideia de um diálogo entre representantes e representados proposta por Ailton:

Em nossa cidade, eu vejo, vamos supor assim, como candidato a vereador certo? Você é representante do povo e teria que passar, ou se ele não passasse, alguém passasse por ele, perguntando as dificuldades que tem no bairro. Não prometendo eu vou te dar uma telha, o problema que tem no bairro, aqui iluminação, aqui buraco, aqui no hospital público está faltando remédio, para o cara conhecer os problemas que tem na cidade, entendeu? A enxurrada desse muito aqui, tem buraco, está tendo infestação de escorpião, dengue, está faltando remédio. Deveria estar próximo do povo para saber o que acontece, mas ele fica distante, e se ele é toma lá dá cá, ele está pouco preocupado em conhecer o que acontece de fato na cidade. (Trecho do depoimento de Elias, realizado em dez/2019).

A ideia de um diálogo entre políticos eleitos e eleitores também está presente no modo pelo qual Helena acredita que deveria ser a política local:

Eu acho que primeiro de tudo você tem de ver o que está sendo feito, o que que foi feito, se tem algum projeto em andamento, se não tem você vê as demandas da sociedade. Agora como você vai ver isso? Não é indo de casa em casa, acho que você tem que ter alguma coisa já estruturada. Então você vai ver se tem algum líder de algum bairro, de associação de bairro ou alguma coisa, ver essas demandas, se elas já são ou vão ser atingidas por algum projeto em andamento, se serão sanadas, ver o que que é ruim, o que que não é. Agora se eu teria perna para fazer isso e se isso é meu dever, eu também não sei, mas eu acho que pelo meu perfil de tentar controlar tudo seria nesse sentido. E aí tentar fazer um programa de governo voltado para isso só que, o que eu acho que tem que ter continuidade daquilo que era, para melhorar, porque se você em cada governo você não tiver isso você não passa nada para frente porque em quatro anos uma coisa grande ela não se desenvolve e se você também não começar nunca vai desenvolver

então o negócio é complicado. (Trecho do depoimento de Helena, realizado em mar/2020).

A proximidade entre as ideias de Ailton, Elias e Helena fica por conta da necessidade do diálogo. Quanto ao modo de se garantir esse diálogo, Ailton diz que o mesmo deveria ser instituído por meio de um programa de governo que envolveria a comunidade civil organizada e o governo eleito. Helena também diz que a política deveria ser de continuidade entre os governos, deixa evidente a necessidade de projetos que resistam às gestões quadrienais.

Para Nilton, a política no contexto local deveria ser realizada por pessoas com um preparo adequado para isso, como em seu discurso anterior sobre a temática em que defendeu a necessidade de uma formação específica para que as pessoas pudessem pleitear cargos políticos:

Eu acredito que tinha que ser igual aos exemplos que a gente vê na internet, sabe o prefeito? Essa sempre foi a visão que eu tive, nenhum governador tinha que ter o direito de plano de saúde, eu acho que deveria ser proibido. Os nossos governantes e políticos deveriam usar o SUS por quê? Porque se ele usasse o SUS ele iria querer o melhor atendimento para ele. Eu acredito que um bom governante, um bom candidato é aquele que está no meio do povo, que entenda lógico sobre leis, sobre cultura, porque não adianta nada é isso o Zé da esquina que é humildão que gosta de tudo mundo, que ajuda as crianças mas ele não entende de lei, aí chega lá ele fala assim: não nós vamos fazer tal coisa, aí dá uma improbidade pública ali gasta um dinheiro, eu acredito que tem que ser uma pessoa que sabe dos problemas da população que quer ajudar a população, mas que saiba como fazer isso também. (Trecho do depoimento de Nilton, realizado em fev/2020).

A ideia do diálogo contínuo como prática política no contexto local aparece também no discurso de Otávio¹¹:

Olha eu acho que seria assim uma política mais aberta, com bastante diálogo, sei lá uma comunicação melhor com todos os habitantes da cidade. Criaria assim um canal de diálogo entre o prefeito e vereadores com os habitantes da cidade, mas assim um diálogo, um canal assim, está faltando água aqui, por que que está faltando água nesse bairro? Entendeu? Vamos lá resolver. É assim que eu acho que deveria ser, entendeu? (Trecho do depoimento de Otávio, realizado em jan/2020).

¹¹ Otávio tem quarenta e um anos e é natural de Américo Brasiliense. Funcionário público. Filho de um mecânico em manutenção e de uma dona de casa (ambos com ensino fundamental incompleto). Casado, pai de duas filhas (cursando respectivamente o ensino médio e o fundamental). Possui ensino médio técnico. (Santos, 2021).

Assim, diante dos sentidos presentes em cada discurso formulado pelos interlocutores, temos de forma sintetizada que a política institucional no contexto local deveria ser construída tendo em vista: i) A continuidade dos projetos iniciados pelas administrações anteriores; ii) A qualificação formal em política dos candidatos; iii) A qualificação formal em política dos eleitores; iv) Um programa de governo que estabeleça e garanta de forma efetiva o diálogo entre os políticos eleitos e os cidadãos do município, tendo em vista a resolução das demandas apresentadas pelos últimos.

Essa seria uma agenda para a política local segundo o senso político profano dos interlocutores dessa pesquisa. Uma agenda política não reconhecida pelos agentes do campo político, mas que representa as demandas e os discursos políticos que concorrem, em uma relação desigual, com os discursos políticos reconhecidos como legítimos pela ação do campo político no contexto municipal.

Como a política deveria ser: o contexto nacional

Seguindo a mesma lógica apresentamos agora o modo pelo qual os interlocutores entendem que deveria ser a política em um contexto nacional. Iniciamos esse momento com a fala de Helena, que afirmou nunca ter pensado sobre essa temática: “Nossa eu nunca pensei sobre isso (risos) sinceridade”. (Trecho do depoimento de Helena, realizado em mar/2020)

O discurso de Ailton é mais direto e aponta a situação do desemprego e da segurança pública como os maiores problemas a serem enfrentados em âmbito nacional:

No nosso país, eu acho que poderia, é que é difícil você pegar a um país, mas acho que poderia seguir a linha de raciocínio [do programa de diálogo entre político eleito e eleitores] filtrando as cidades maiores de população, hoje o maior medo da população é o desemprego, que está crescendo, a segurança, é, acho que essas são duas formas de você ajudar um pouco a melhorar a vida das pessoas, é segurança, é melhorar as condições de emprego tanto para quem emprega quanto para quem é empregado por que não adianta você dar emprego e dar R\$ 500, 00 para ela se virar durante o mês que não vai adiantar, então você tem que dar condições para emprego, para ele não ser demitido daqui a dois meses por causa da crise, né, que tanto se fala, e dar segurança, segurar a empresa no país, vamos dizer em questão de multinacionais por exemplo várias aí pararam, fecharam as portas, sei lá fazer um, sei lá um, a gente não cobra imposto sei lá, durante dois anos a empresa fica aqui a gente tenta trabalhar de uma outra forma de arrecadação para não perder esse dinheiro, para o país não sofrer tanto mas nós vamos manter o pessoal trabalhando, está rodando dinheiro, a gente só pensa de um lado da frente, a gente só

pensa do lado, então hoje a gente só pensa do lado da empresa, não pensa do lado do empregado, das pessoas que fazem o dinheiro no país. [Quem são eles?] Eles são, eles são os donos de empresas, empresários, os próprios políticos que muitas vezes têm poder para fazer esse tipo de mudança, e nós somos nós, trabalhadores em geral. (Trecho do depoimento de Ailton, realizado em nov/2019).

A percepção da diferença de classe, mais precisamente da diferença entre as classes sociais no país é uma constante nos discursos formulados por Ailton. Aqui ela aparece quando ele faz menção a diferença de poder entre os grupos que nomeia por “eles”, os donos de empresas, empresários e políticos, e por “nós”, os trabalhadores.

Essa ideia de uma diferença de poder se faz perceber quando ele fala sobre a capacidade de gerar mudanças efetivas no cenário por ele descrito, Ailton conclui seu discurso afirmando que:

A política que está sendo feita hoje, ela só vem continuando de muito tempo, desde antes do Brasil entrar nessa questão de democracia. Ela só veio mudando de forma, entendeu? Ela veio mudando de forma, muda o personagem, muda a característica, mas a forma de você violar os direitos do outro continua sendo a mesma, entende? Acredito que cada governo trouxe um pouquinho de melhora, a gente também não pode ser hipócrita e dizer que o Brasil não andou, melhorou, subiu, mas a gente não pode falar que o Brasil está mil maravilhas! Isso é o que está sendo dito, que o Brasil está sendo respeitado, que está sendo orgulho, isso é pura hipocrisia! A gente não tá conseguindo vender carne para a China! Você viu a última reportagem? O presidente dos E.U.A boicotou a nossa carne! A gente é um dos países que mais trabalha em cima do agrícola, trabalha com tudo, é o primário, a parte primária nossa de produção é muito boa e a gente não está conseguindo desenvolver. A gente não está conseguindo crescer em cima disso, então nossa balança comercial vai lá embaixo, sobe o dólar, o valor da nossa moeda diminui. (Trecho do depoimento de Ailton, realizado em nov/2019).

Para Ailton a política praticada em nosso país está muito distante da noção de política enquanto busca por um “bem comum”. E, segundo ele, essa distância entre o que é a prática política nacional e o que ela deveria ser não é uma particularidade do contexto contemporâneo, mas se arrasta historicamente desde tempos anteriores à república, “[...] desde antes do Brasil entrar nessa questão de democracia”. (Trecho do depoimento de Ailton, realizado em nov/2019).

Na percepção de Ailton a política que vem sendo praticada a nível nacional é uma política de violação dos direitos dos menos favorecidos que não são o alvo das políticas públicas como deveriam ser.

Essa falta de atenção em relação aos menos favorecidos por parte da política praticada também está presente no discurso de Carlos sobre como deveria ser a política em âmbito nacional. Carlos destaca também a necessidade de uma política que se volte para questões de saúde e segurança pública:

Eu acho que nossos candidatos deveriam pensar em menos poder, menos neles e começar a olhar um pouco mais para o povo que elege eles. Isso não acontece né? Ou pelo menos avaliar umas políticas públicas de saúde de segurança que estão bem abandonadas. (Trecho do depoimento de Carlos, realizado em dez/2019).

Elias, ao falar sobre como deveria ser a política no contexto nacional, manteve a mesma ideia que apontou ao falar sobre o contexto local, a necessidade da construção de um mecanismo efetivo de diálogo entre políticos eleitos e eleitores.

Seria quase igual ao que eu falei para você, vamos supor assim, o cidadão tem um ramal de informação, não é todos que vão ter acesso a esse ramal de informação, mas ele conhece a miséria que acontece, nós estamos num país que tem muita gente que não tem conhecimento das mazelas que acontecem em nosso país. Vamos supor assim eu trabalhei, sempre trabalhei envolvido na maioria das vezes com pessoas que transportam as coisas, o cara fala, bom, é lá no Belém, bom é lá em Minas, bom é não sei onde lá, é muito bom, demais, por causa de que? Isso aí, alguma vez mostrou, mas pouca coisa, é prostituição infantil entendeu? Tem pai que leva a filha a troco de R\$15, R\$20 reais. Imagina a miséria que não é um lugar desse entendeu? A pessoa tem que olhar assim, hoje não vai dizer que não tem conhecimento, tem conhecimento, mas ninguém faz nada, as pessoas têm conhecimento de fazer de verdade, mas como a gente vai achar pessoas desse tipo? Eu faço uma pergunta para você, você acredita nisso? Que tenha pessoa que vai defender a pessoa, os fracos que precisam de ajuda, acredita? (Trecho do depoimento de Elias, realizado em dez/2019).

Na percepção de Elias, nosso país é marcado por uma imensa miséria que é muito pouco conhecida pela população nacional por conta das dimensões territoriais do país. Uma das funções desse mecanismo de diálogo seria tornar essa situação de extrema miséria conhecida por todos os cidadãos brasileiros. Uma segunda função desse mecanismo de diálogo seria possibilitar que as mazelas sociais – como as situações de prostituição infantil – decorrentes desse quadro de miséria pudessem ser denunciadas e enfrentadas legalmente.

Elias é um dos interlocutores que não acredita mais na política enquanto sistema institucional. E um dos que defende em seus discursos a necessidade de uma educação política formal como parte da grade curricular das escolas. Essas duas características aparecem na parte final de seu discurso:

Porque assim, quem você vai falar assim esse aqui é o carinha? É difícil, eu não acredito mais, não acredito porque a miséria é muito grande, ninguém expõe isso! Ninguém fala assim, agora vamos expor a mazela do Brasil! Olha aqui tem gente levando o filho para fazer isso, fazer aquilo! Tem o promotor que vai lá, briga para defender essas pessoas porque é crime, mas vamos expor a miséria aqui, aqui as pessoas estão abaixo da linha da pobreza, o que nós podemos fazer? Ou será que se a gente dar um bolsa família vai resolver? Não! Tem que dar conhecimento para o cidadão. O cara que queria levar conhecimento? Eu não acredito que o cara vai querer dar o conhecimento para o cidadão, porque enquanto as pessoas não têm conhecimento elas são marionete, entendeu? Marionete! A mesma pessoa que vai votar nele! Tem que ser marionete, aí sim! Aí está bom, porque você vota nele e o que ele fizer está feito. Eu não acredito mais. (Trecho do depoimento de Elias, realizado em dez/2019).

Nilton afirma que a política em âmbito nacional deveria ser pensada a partir da ideia de que “se você quer governar, tem que ser para o povo” (Trecho do depoimento de Nilton, realizado em fev/2020) e não a partir dos interesses dos políticos eleitos. Ele também destaca a importância de discussões políticas que apresentem para a população as consequências boas e ruins das ações realizadas pelos governantes, para que a população tenha consciência do porquê essas coisas estão acontecendo:

Eu acredito que nesse mesmo seguimento, porque não adianta nada ficar nesse negócio de mascarar. Igual voltando a falar da previdência um lado ficava querendo mostrar o lado que você tem que aprovar, mostrar só as coisas boas, só as coisas boas e tal, eu acho que não, eu acho que você tem que mostrar as coisas boas e falar também um pouco do reflexo das coisas ruins e a que estava contra só falava as coisas ruins, não falava nada de bom, não falava que tinha que aprovar infelizmente por causa disso, disso, disso, que estava virando uma bola de neve, e ficava essa briguinha, ninguém estava governando nada é eu acredito que se você quer governar, tem que ser para o povo, não para você mesmo. (Trecho do depoimento de Nilton, realizado em fev/2020).

O discurso de Otávio sobre como deveria ser a política no contexto nacional passa pelo fim da corrupção. Otávio acredita no sistema político nacional e afirma que o fim da corrupção faria com que nosso país caminhasse para se tornar um país ideal.

[Como você acha que deveria ser a política em nosso país?] Olha se não tivesse corrupção e aquele jeitinho brasileiro para aprovar algumas verbas, algumas

coisas, aqueles, principalmente aqueles, corrupção, se não tivesse corrupção eu acho que seria o primeiro passo para um país ideal. [Você acha a corrupção um grande problema?] Um grande problema, eu creio que sim. Sem a corrupção você resolve sei lá uns 80% dos problemas do Brasil. (Trecho do depoimento de Otávio, realizado em jan/2020).

Assim, podemos dizer, a partir do senso político dos interlocutores dessa pesquisa, que a política no contexto nacional deveria ser construída tendo em vista: i) Políticas públicas que proporcionassem melhorias nas áreas de saúde, segurança pública e trabalho; ii) Um programa de governo que estabeleça e garanta de forma efetiva o diálogo entre os políticos eleitos e os cidadãos de todas as regiões do país, tendo em vista a resolução das demandas apresentadas pelos últimos, principalmente as situações de extrema miséria; iii) Um programa de enfrentamento efetivo das situações de extrema miséria que existem no país, assim como das mazelas sociais que decorrem delas; iv) A qualificação formal em política dos candidatos; v) A qualificação formal em política dos eleitores via currículo escolar; vi) Um programa de combate à corrupção que existe no sistema político nacional.

Desse modo, como na discussão sobre como deveria ser a política no contexto local, temos uma possível agenda para o contexto político nacional que não passa pelos filtros legítimos do campo político do país, mas que não pode ser confundida com o produto de manipulações, por parte dos agentes profissionais do campo político, sobretudo porque essas demandas expressam um pensamento político reflexivo que está além das regras reconhecidas como legítimas nesse campo social.

O senso político profano como prática política

Por essa perspectiva, através da análise dos discursos aqui apresentados, foi possível perceber as distintas possibilidades do pensar-fazer político que seriam a expressão do senso político de cada interlocutor. Ela também nos permite afirmar que esses discursos são políticos uma vez que materializam o “problema político mais fundamental” (Bourdieu, 2007, p. 391).

Essa afirmação é possível na medida em que a análise desses discursos nos possibilitou perceber como as disposições (Bourdieu, 1983b) resultantes das experiências de suas trajetórias (Bourdieu, 2011a) individuais podem ser transformadas em um discurso político formulado fora da lógica ordinária do campo político nacional, mas que estabelece um diálogo reflexivo com algumas das dinâmicas que estruturam esse mesmo campo.

Aqui nomeamos de senso político profano esse pensar-fazer político dos interlocutores que é formulado – muitas vezes em diálogo com os bens simbólicos

produzidos pelo campo político – e experienciado – fora das rotinas que estruturam o campo político nacional – no dia a dia, uma vez que os interlocutores dessa pesquisa não possuem filiação partidária e nem prestam serviço a nenhum partido ou instituição política. Sendo assim, os interlocutores estão fora do jogo ordinário do campo político nacional, mas tomam contato com ele em momentos em que atuam, através da possibilidade do voto, como eleitores profanos ao campo.

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que esse pensar-fazer político, entendido como expressão do senso político profano, escapa à análise de um sistema político normatizado e institucional, uma vez que se localiza num contexto prático-discursivo em que são construídas as mediações entre a política institucional, eleitoral e partidária – o campo político nacional – e a demanda dos agentes politicamente situados no cotidiano.

Essa mediação orquestrada pelo senso político estabelece “um campo de relações simultaneamente prático e discursivo no qual são propostas comparações, traduções e a codificação de sistemas de diferenças” (Arruti; Montero; Pompa, 2012, p. 27) entre um pensar-fazer político normalizado pelo campo político nacional e um pensar-fazer político experienciado a margem desse espaço social, e por isso ela torna-se capaz de desvelar:

[...] a representação mais ou menos explícita e sistemática que o indivíduo tem do mundo social, assim como da posição que ocupa e “*deveria*” ocupar nele; e os discursos políticos, quando existem enquanto tal, limitam-se a ser, na maior parte das vezes, a expressão mais ou menos eufemizada e universalizada – e sempre irreconhecível para quem o pronuncia – dessa representação. (Bourdieu, 2007, p. 424, grifos do autor).

Nesse sentido o senso político profano seria uma prática política e para sustentar essa inferência apresentamos o que se segue a partir do discurso de Ailton sobre o que seria a política:

Quando você fala de política é legal lembrar que a gente não está fora da política, né? Eu gosto muito de falar disso, porque eu me sentia fora da política. Então a gente, o ser humano é político e quando a gente se depara com isso a gente tem um choque de realidade. Eu tive entendeu? Então tudo o que a gente for fazer a gente tem que entender que a gente vai estar melhorando a vida de alguém ou piorando a vida de alguém. Então eu acho que é muito importante ser falado, ser discutido, ser lembrado, porque a nossa ação não vai só terminar no voto né? Ela vai começar no voto e vai ser um ciclo onde a gente pode fazer uma escolha boa ou uma escolha ruim e não tem volta, muitas das coisas não têm volta. (Trecho do depoimento de Ailton, realizado em nov/2019).

A percepção de política apresentada por Ailton, nos permite atribuir a noção de política uma dimensão prática que extrapola as dinâmicas do campo político nacional, uma vez que esta prática política estaria presente em todas as ações realizadas no dia a dia das pessoas e não apenas vinculada à participação nos pleitos eleitorais e às atividades governamentais e partidárias.

Essa dimensão prática da noção de política é expressão do senso político profano, e não pode ser classificada como resultado de uma relação de manipulação ou como ação de simples conformidade diante do contexto de sua produção.

A dimensão prática da política presente no discurso de Ailton – e que também se faz presente nos discursos dos demais interlocutores – permite tratar a noção de política como uma categoria etnográfica, tendo em vista os diferentes valores e significados que podem ser ligados a ela. Na medida que entendemos que a ação prática seria:

[...] ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* – entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de ações* – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas. (Bourdieu, 1983a, p. 65, grifos do autor).

O discurso de Elias sobre o que deveria ser a política é um bom exemplo dessa diversidade de significados que compõe as percepções práticas sobre a política:

Política seria assim, os representantes né? Você escolhe. Eu vou votar em você para representante. Você vai lá defender o que você propôs. Eu propus que vou trazer mais médicos, mais segurança, mais isso, mais aquilo. Um representante do povo junto ao governo, porque você não vai conseguir falar com o Dória, não vai conseguir falar com o Bolsonaro, quem que vai representar você? O cara que você votou, que você elegeu. Eu votei em você, você vai me representar lá, mas de verdade entendeu? Sem interesse. Eu não quero toma lá dá cá. Eu não vou fazer conchavo para o cara ganhar, para empreiteira ganhar, para poder fazer isso e aquilo entendeu? Você não viu a Friboi esses escândalos aí? A política seria isso aí, as pessoas para comandar o país, porque o país é muito grande, tem tamanho continental, não tem como você governar o país se não tiver os representantes que estão lá, entendeu? É por isso que fala que a federação como que é? República confederativa do Brasil não é isso? Mas quem que vai me representar lá? Seria você cidadão que eu votei, te dei um voto, mas desde que você honrasse isso aí entendeu? (Trecho do depoimento de Elias, realizado em dez/2019).

Elias não tem nenhuma formação política em sua trajetória. Pelo contrário, afirmou que nunca lhe ensinaram nada sobre a política do país e que tudo o que ele compreende por política advém de suas experiências de vida. Porém, mesmo sem uma educação política, ele descreve à sua maneira o que facilmente pode ser entendido como o funcionamento do sistema democrático representativo brasileiro.

A linguagem utilizada por Elias não é a linguagem política reconhecida e legitimada pelos agentes do campo político. Os termos utilizados por Elias não são os termos técnicos presentes nas falas de agentes do campo político ou nos discursos veiculados por esse campo.

O discurso de Elias é sem dúvida a expressão de um senso político construído a partir de uma trajetória individual que não teve contato com as regras normalizadas da política institucional. Um senso político que é capaz não só de entender, mas também de explicar – em certa medida – o funcionamento da política reconhecida como legítima em nosso país.

O discurso de Elias, assim como os discursos formulados pelos interlocutores ao longo dessa pesquisa, ou seja, as práticas discursivas desses interlocutores permitem uma aproximação, por homologia (Bourdieu, 2004), entre o senso político aceito como legítimo – praticado dentro das regras normalizadas pelo campo político nacional – e o senso político profano – praticado à margem das regras desse campo.

Essa aproximação permite apontar uma particularidade da lógica que configura e caracteriza o contexto político no país, uma vez que a ideia de uma relação de desajuste entre o senso político legítimo e o senso político profano – se apresenta mais como uma relação de homologia (Bourdieu, 2004) – e por isso, inviabiliza a ideia de uma manipulação do eleitorado – entre esses dois modos particulares de pensar-fazer política.

Através dessa característica percebida podemos apontar – ainda que enquanto uma possibilidade – para existência de “uma semelhança na diferença” (Bourdieu, 2004, p. 170) quando pensamos sobre as particularidades de um pensar-fazer político profano em relação ao pensar-fazer político em meio às regras e normas do campo político nacional.

Considerações finais

Para finalizar a reflexão aqui apresentada, retomamos a questão que norteou o objetivo de pesquisa que a possibilitou: as práticas políticas produzidas no dia a dia por agentes leigos ao funcionamento do campo político nacional escapariam ou não aos efeitos de encerramento simbólico produzido por esse mesmo campo? E diante dos discursos políticos apresentados e das análises realizadas, podemos dizer que sim. As práticas políticas decorrentes do senso político profano escapam a esses efeitos de encerramento simbólicos.

Essa afirmação não tem como finalidade colocar o senso político profano como autônomo diante das discussões que permeiam o contexto do campo político nacional, uma vez que:

O campo político propõe um universo de possibilidades políticas que, como tal, exerce, portanto, um duplo efeito: em primeiro lugar, ele favorece o efeito de *falsa identificação*, resultante do fato de que o mesmo implícito pode ser reconhecido nas diferentes formas do “já-explicitado”, em segundo lugar, ele tende a produzir um *efeito de encerramento* ao considerar tacitamente o universo das possibilidades realizadas como o universo das possibilidades possíveis e, assim, delimitar o universo do *pensável politicamente*. (Bourdieu, 2007, p. 429, grifos do autor).

Essa afirmação tem por objetivo marcar que o pensar-fazer político resultante do senso político profano pode e escapa – dentro dos limites conformados pelas condições materiais de existência inscritas no *habitus* de cada agente – diariamente aos efeitos de encerramento daquilo que pode ser pensável politicamente (Bourdieu, 2007) estabelecidos pelo campo político nacional.

O pensar-fazer resultante do senso político profano dos interlocutores dessa pesquisa não só escapa a essa condição – as possibilidades de pensar o político delimitadas pela política profissional – como é capaz, ainda que por meio de uma relação de homologia (Bourdieu, 2004) com os discursos do campo da política nacional, de formular suas próprias demandas políticas.

Por isso respeitando a diversidade dos sentidos presentes em cada discurso formulado pelos interlocutores, faz-se possível apresentar, que a política no Brasil, segundo o senso político dos interlocutores dessa pesquisa, poderia ser construída tendo em vista: i) A continuidade dos projetos iniciados pelas administrações anteriores. ii) A qualificação formal em política dos candidatos. iii) A qualificação formal em política dos eleitores. iv) Políticas públicas que proporcionassem melhorias nas áreas de saúde, segurança pública e trabalho. v) Um programa de governo que estabeleça e garanta de forma efetiva o diálogo entre os políticos eleitos e os cidadãos de todas as regiões do país, tendo em vista a resolução das demandas apresentadas pelos últimos, principalmente as situações de extrema miséria. vi) Um programa de enfrentamento efetivo das situações de extrema miséria, assim como das mazelas sociais que decorrem delas. vii) Um programa de combate à corrupção no sistema político nacional.

Essa seria uma possível agenda para o contexto político nacional que não passa pelos filtros de reconhecimento do campo político do país, mas que não deixa ser uma agenda política por isso, e que não pode ser confundida com o produto de manipulações resultantes dos efeitos de encerramento daquilo que pode ser pensável politicamente (Bourdieu, 2007) por parte dos agentes do campo político, sobretudo

por que essas demandas expressam um senso político profano, um pensar-fazer político ambivalente, pragmático e reflexivo (Santos, 2021), que escapa das regras reconhecidas e legitimadas por esses campos sociais.

REFERÊNCIAS

- ARRUTI, José Mauricio; MONTERO, Paula; POMPA, Cristina. Para uma antropologia do político. *In*: LAVELLE, Adrian G. (Org). **O horizonte da política** – questões emergentes e agendas de pesquisa. São Paulo: Unesp/Cebrap, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011a.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011b, p. 193-216.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. *In*: ORTIZ, Renato (Org). **Bourdieu sociologia**. São Paulo: Ática, 1983a.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ Renato (Org). **Bourdieu sociologia**. São Paulo: Ática, 1983b.
- CAETANO, Ana. **Pensar na vida** – biografias e reflexividade individual. Lisboa: Mundos Sociais, 2016.
- CAETANO, Ana. **Vidas reflectidas**: sentidos, mecanismos e efeitos da reflexividade individual. 2013. 336 f. Tese (Doutorado em Sociologia), ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidade e Estados Brasileiros. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2024.
- LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: Disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, v. 14, n. 1, jun. 2008. p.1-42.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Antropologia e a crise dos modelos explicativos. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 9, n. 25, p. 213-228, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8898>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SANTOS, Alexandre Aparecido dos. **Quem falou de política pra mim?** A política e o senso político de um ponto de vista etnográfico. Orientadora: PAOLIELLO, Renata Medeiros. 2021. 192f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2021.

Submetido em: 24/05/2024

Aprovado em: 17/10/2024

CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL ENTRE
AGENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO:
CONSTRUINDO UM PROBLEMA DE PESQUISA

*CIRCULACIÓN INTERNACIONAL DENTRE AGENTES
DEL MINISTERIO FISCAL: CONSTRUYENDO
UN PROBLEMA DE INVESTIGACIÓN*

*INTERNATIONAL CIRCULATION AMONG
PUBLIC PROSECUTOR'S OFFICE MEMBERS:
DEVELOPING A RESEARCH PROBLEM*

*Treicy GIOVANELLA**

RESUMO: A proposta deste texto é discutir uma agenda de pesquisa sobre o Ministério Público (MP) a partir das contribuições da sociologia política e seus caminhos de análise. As investigações sobre esta instituição têm se avolumado nas últimas décadas e possibilitam a exploração de dimensões do processo de institucionalização do grupo que devem ser aprofundadas. A centralidade da instituição no problema de pesquisa visa elaborar tanto os efeitos estruturais da formação do espaço institucionalizado quanto apontar para a possibilidade de aprofundamento da compreensão da dinâmica de internacionalização no universo do direito. Após uma breve discussão do conhecimento já estabelecido sobre o MP indico caminhos de análises a partir das características da formação de grupos de promotores militantes que disputam a definição legítima da instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Ministério Público. Sociologia Política. Circulação internacional. Institucionalização. Saberes de Estado.

* Bolsista FAPESP (processo nº 2023/13821-4) de pós-doutorado no departamento de Sociologia – USP. Doutora em Sociologia e Ciência Política - UFSC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0328-9327>. Contato: treicy.gs@gmail.com.

RESUMEN: *La proposición de este texto es discutir una agenda de investigación sobre el Ministerio Fiscal a partir de las contribuciones de la sociología política y sus caminos de análisis. Las investigaciones sobre esta institución aumentaron en las últimas décadas y posibilitaran la exploración de dimensiones del proceso de institucionalización del grupo que deben ser profundadas. La centralidad de la institución en el problema de investigación tiene por objetivo elaborar tanto los efectos estructurales de la formación de lo espacio institucionalizado quanto señalar la posibilidad de profundización de la comprensión de la dinámica de internacionalización de lo universo del derecho. Después de una breve discusión sobre lo conocimiento ya establecido acerca del Ministerio Fiscal, propongo direcciones de análisis partiendo de las características da formación de grupos de fiscales militantes que disputan la definición legítima de la institución.*

PALABRAS CLAVE: *Ministerio Fiscal. Sociología política. Circulación internacional. Institucionalización. Conocimiento del Estado.*

ABSTRACT: *This paper aims to discuss a research agenda about Public Prosecutor's Office as of political sociology contributions and its analysis paths. The research about this institution has been growing in the last decades and allows the exploration of the group institutionalization process that must be deepened. The institution centrality in the research problem aims to develop the structural effects in institutionalized space development and point out the deepening comprehension possibilities about the law international dynamic. After a brief discussion about the Public Prosecutors Office bibliography, I suggest analysis paths departing from the engagement groups that fight over the right institution definition.*

KEYWORDS: *Public Prosecutor's Office. Political sociology. Internationalization. Institutionalization. State knowledge.*

Introdução¹

Os estudos sobre o Ministério Público (MP) brasileiro têm se multiplicado nas últimas décadas e discutem uma série de problemáticas, desde o papel da instituição

¹ Agradeço à professora Eliana Tavares dos Reis pelos comentários a este trabalho durante minha participação no GT - Elites e Grupos Dominantes do Congresso Internacional de Pesquisa do NESPOM (2022). Esta pesquisa é um recorte de minha tese de doutorado (SILVEIRA, 2022) e parte do problema geral continua sendo discutido na pesquisa de pós-doutorado em andamento. Uma versão reduzida do argumento apresentado neste texto foi publicado em Giovanella (2023). Pesquisa realizada com apoio de bolsa CAPES-DS.

frente às dinâmicas do judiciário e da política (ARANTES, 2002; KERCHE, 2018) a questões do modelo de atuação e relações com o regime democrático (SADEK, 1997; MACIEL, KOERNER, 2014). Os trabalhos que se encontram sobretudo na ciência política e dialogam com a área mais ampla do direito constroem seus problemas de pesquisa a partir do direito, isto é, as análises pouco se deslocam “do sentido das práticas que têm lugar no espaço jurídico” (ENGELMANN, 2023, p. 9). De certo modo, isto justifica o grande número de trabalhos na ciência política sobre o universo jurídico que discutem “mecanismos de controle de constitucionalidade” (ENGELMANN, 2023, p. 9), limites de atuação institucional e “modelos institucionais” em detrimento de perspectivas que evidenciem a dimensão morfológica de composição e hierarquização do espaço jurídico (idem). Ao lado da particularidade da formação das Ciências Sociais no Brasil cuja especificidade está no seu caráter engajado de construção do problema (SEIDL; GRILL, 2013) esta forma de analisar e construir o debate sobre o universo social do direito a partir “de dentro” é entendida como um obstáculo para a perspectiva da sociologia política.

Nestes termos, a proposta deste texto é discutir a elaboração de um objeto de pesquisa a partir da perspectiva da sociologia política. Mais especificamente se trata de deslindar características de um universo empírico amplamente explorado pela ciência política de modo que seja possível compreender a dinâmica de legitimação do Ministério Público com base numa perspectiva menos usual. Para isto, é necessário em primeiro lugar apresentar os avanços no conhecimento do objeto empírico (MP) promovidos sobretudo pela perspectiva (neo)institucionalista — sem a pretensão de esgotar a discussão — retomando alguns trabalhos mais expressivos sobre o tema. Na sequência discuto os caminhos sociológicos de definição do objeto considerando os trabalhos que partem de uma visão do universo do direito como um espaço social em disputa, qual seja, a sociologia política de vertente francesa. Por fim, desenvolvo uma proposta de problema de pesquisa sobre o tema da circulação internacional entre agentes do Ministério Público apontando para as dinâmicas de reestruturação do espaço e desenvolvimento de modos específicos de hierarquização e diferenciação a partir do fenômeno da importação, exportação e circulação de conhecimento de Estado.

O Ministério Público Brasileiro como objeto empírico de pesquisa

As análises sobre o Ministério Público envolvem um conjunto de perspectivas e temáticas que podem ser divididos em ao menos três grupos. Aqueles que tratam do momento de “criação” institucional, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 estavam preocupadas em compreender quem compunha a “classe de promotores” (SADEK, 1997), como este grupo se diferenciava da carreira mais

tradicional na magistratura, de que modo o modelo de instituição adotado colaborava com a *accountability* no regime democrático e quais deveriam ser seus limites de ação considerando a autonomia e discricionariedade de seus agentes (ARANTES, 2002; KERCHE, 2009, 2007). Um segundo conjunto de trabalhos passou a analisar a dimensão da judicialização das práticas sociais que ecoavam em modos de “ativismos jurídicos” e numa maior participação institucional no contexto das políticas públicas seja na fiscalização ou na reclamação para que fossem efetivas (ARANTES, 1999, 2019; VIANNA *et al.*, 1999, [2014]). Por fim, o transbordamento de fronteiras entre o “espaço do direito” e o “espaço da política” impulsionou a centralidade do MP como guardião da moralidade na política nas análises seguintes (KERCHE, 2018).

Os trabalhos realizados pelo grupo de pesquisa do Instituto Daryus de Ensino Superior Paulista (IDESP) na década de 1990 investigaram as “orientações ideológicas”, os diagnósticos e “valores” atribuídos por magistrados, membros do MP e outras carreiras ao sistema de justiça brasileiro (SADEK, 1997). Foi deste grupo que surgiu uma das principais teses sobre o MP que continua reverberando nos estudos atuais com um diagnóstico de crítica a ampliação dos poderes no sistema jurídico cuja investigação versou sobre o “voluntarismo político” e a orientação ideológica dos promotores (ARANTES, 2002). Caberia, segundo a tese da “hipossuficiência da sociedade civil” (ARANTES, 2002, p. 127), a criação de uma instituição capaz de defender a sociedade civil que sozinha não teria meios para fazê-lo dado que até mesmo as instituições políticas não cumprem satisfatoriamente sua função de representação. O princípio de organização da legitimidade institucional se construiu neste contexto de compartilhamento de uma ideologia, nos termos do autor, de instituição essencial para a democracia. A agenda levada a cabo no processo da Constituinte por um largo grupo de promotores engajados teria resultado, então, na conquista da formação de uma carreira espelhada na magistratura, com uma estrutura de cargos, vencimentos e privilégios de posição equivalentes.

Historicamente a estrutura de uma instituição autônoma e independente foi construída desde a década de 1980 e estava inserida num processo de “democratização” do judiciário” (MACIEL, KOERNER, 2014) e, principalmente, de um compromisso corporativo com a própria instituição. Uma vez que o MP foi formalmente padronizado nos modos de ingresso e na estrutura de cargos entre os estados — ainda apresentava (e apresenta) condições díspares de exercício da profissão de promotor (ARANTES, 2019) —, as análises passaram a discutir as características constituintes do critério de legitimação do MP, qual seja, a autonomia e a independência. Apesar de parte da literatura na ciência política assumir a importância deste modelo institucional específico como componente de um universo maior de “controles democráticos” (KERCHE, 2018, p. 577) a questão de pesquisa passou a evocar os limites de uma instituição cujo controle (em termos de *accountability*) é

quase inexistente e a autonomia é interna e externa — próximo do que ocorre com os magistrados.

Para Kerche (2009, 2018), em contrapartida à “falta de mecanismos formais de *accountability*” (KERCHE, 2018, p. 577) o sistema do MP brasileiro foi estabelecido de modo que seus agentes tivessem baixa discricionariedade, quase exclusivamente, na área penal. Nesta área de atuação “foi adotado o ‘princípio da legalidade’, em que o promotor deve levar todos os casos apontados pela Polícia ao julgamento do Poder Judiciário” (KERCHE, 2018, p. 577). Contudo, nesta avaliação, este remédio para a falta de mecanismos formais de controle não é efetivo uma vez que não apenas os promotores passaram a exercer um papel na investigação criminal como também “conquistaram uma rara condição de independência para agir discricionariamente e perseguir fins a que eles mesmos se propõem, muitas vezes de maneira individual” (ARANTES, 2019, p. 102). Na esfera cível esta discricionariedade é ainda mais explícita já que, por exemplo, cabe aos promotores a decisão pela judicialização ou não dos casos que chegam à promotoria podendo tratá-los extrajudicialmente (ARANTES, 2002).

Seguindo a lógica de compreensão do espaço “a partir de dentro”, esta literatura relata que a atuação do MP na esfera cível foi sendo ampliada — no direito civil de atenção aos “incapazes”, por exemplo — uma vez que a ordem jurídica passou a reconhecer a especificidade destes direitos (ARANTES, 2019, p. 98). Então, além das funções nas áreas penais e do direito cível, na década de 1980 com a promulgação da Lei da Ação Civil Pública de 1985 o MP se tornou um dos principais agentes a atuarem no “espaço da participação e da cidadania política” (ARANTES, 2019, p. 99) que passou a ser referenciada na área jurídica como direitos difusos e coletivos (trata-se, por exemplo, da área do “meio ambiente, consumidor, patrimônio histórico e cultural” (ARANTES, 2019, p. 99). Neste contexto, o MP foi inserido numa posição de tutela da cidadania. Dado que a “titularidade” destes direitos é “indisponível”, ou seja, são da “sociedade”, a instituição se tornou a principal mediadora da relação entre o Estado e a “sociedade”.

A atuação do MP em políticas públicas inclui, por exemplo, a fiscalização no oferecimento de serviços pelos governos locais. Esta atividade, contudo, gera uma série de conflitos pois a instituição passa a ocupar um espaço que historicamente era exercido por administradores e políticos (ARANTES, 2019). Esta bibliografia indica o fortalecimento do fenômeno da judicialização da política e das relações sociais de modo mais amplo e a condição de discricionariedade dos agentes do MP que decidem institucionalmente sobre as áreas de maior investimento em atuação por períodos específicos criando grupos de atuação especial ou centros operacionais (ARANTES, 2019). Já Vianna *et al.* (1999, [2014]) defendem um diagnóstico menos pessimista sobre o aumento da presença do MP na esfera dos conflitos sociais dado que a instituição busca evitar a judicialização dos litígios ao construir acordos polí-

ticos ou atuando a partir de inquéritos civis (extrajudicialmente). Também na área da saúde a atuação do MP no movimento de judicialização (OLIVEIRA, 2019) inclui uma dinâmica de redução de casos levados ao judiciário de modo que, mais uma vez, os promotores exerçam a discricionariedade movendo-se extrajudicialmente. E, na educação, ao lado de outros agentes do sistema de justiça a instituição passa por um processo de especialização na atuação em litígios que envolvam esta temática, ainda assim, no diagnóstico deste processo, autores apontam tanto para a dimensão positiva de acesso a direitos e ampliação da cidadania quanto para o aumento da burocratização e perda de autonomia do espaço escolar (XIMENES; SILVEIRA, 2019).

Este processo histórico de formação institucional que atribuiu ao MP meios de atuação em esferas do direito penal, cível e o concebeu como mediador da relação entre Estado e sociedade ampliou o poder de atuação de seus agentes de tal modo que a bibliografia passou a analisar a dinâmica de judicialização da política² também com base no caso do MP. Este debate que posiciona a política e o judiciário no centro do problema teve como marco inicial os trabalhos de Tate e Vallinder (1995) e de Vallinder (1994). Os autores se propuseram a compreender e analisar o processo de supervalorização do poder judiciário na mediação ou regulação de conflitos políticos. No caso brasileiro do fenômeno o MP é inserido como um efeito institucionalmente positivo do processo de elaboração da Constituição de 1988 e das disputas no contexto da reforma do judiciário que ampliaram a atuação da instituição em conflitos políticos (ARANTES, 2002; 2019).

Um dos casos de maior interesse pela bibliografia que explicita as relações de sobreposição do judiciário sobre a política foi a Operação Lava Jato. Mais uma vez as análises partem de uma observação interna para compreender o fenômeno. O ponto chave destes trabalhos é que o modelo institucional adotado no Brasil é de baixa *accountability* e “o desenho institucional assegura altas doses de autonomia em relação aos políticos e, em última instância, aos cidadãos” (KERCHE, 2018, p. 267). Esta configuração não apenas diminui as chances de qualquer tipo de ingerência externa na ação dos promotores, como os controles internos de regulação de possíveis excessos são desencorajados.

É possível destacar desta literatura que a legitimidade institucional é construída com base nos regulamentos jurídicos. Isto é, a partir do momento em que o MP é reconhecido formalmente pelas instâncias do sistema judicial (e pelas atribuições referenciadas na Constituição de 1988 e outros códigos) como mediador entre o Estado e a sociedade — ou, na linguagem nativa como “tutelar de direitos individuais e indisponíveis” — o processo de institucionalização atinge uma forma legítima.

² Sobre os diferentes usos e sentidos dos termos que envolvem a “judicialização da política” ver Maciel e Koerner (2002).

Seja defendendo uma versão de desenvolvimento institucional do MP como um processo histórico de longa duração que inclui as mudanças na legislação anteriores à Constituição Federal de 1988, ou a profunda diferença do MP pós CF/88 como afirmação do surgimento de uma nova instituição sem vestígios das atividades dos promotores antes deste marco, em resumo, a compreensão da dinâmica parte não só da mobilização do vocabulário próprio ao espaço analisado, como vincula a análise da instituição aos espaços e normas estabelecidos dentro das lógicas do direito. Reconhecendo os avanços para o conhecimento deste universo empírico, a proposta aqui é elaborar um problema de pesquisa sobre a institucionalização do MP considerando a perspectiva de internacionalização das práticas dos agentes e o desenho sociológico da sociologia política.

Análise de instituições jurídicas a partir da sociologia política

Compreender uma instituição a partir da abordagem da sociologia política como a apresentada por Lagroye e Offerlé (2011) implica considerá-la como um sistema de regramentos que antecede as relações pessoais e individualizadas. Trata-se de um processo constante de institucionalização derivado de investimentos individuais tanto na manutenção quanto na reforma das regras institucionais. Isto se refere não só a uma configuração interna à instituição, mas também às representações sociais sobre ela que a torna mais ou menos legítima. Os engajamentos neste jogo de constituição, transformação, reforma etc., evidenciam diferentes interesses de grupos ao mesmo tempo em que as condições históricas, sociais e políticas incidem e participam da dinâmica da institucionalização. A condição de existência subjetiva da instituição que recai sobre a crença de sua legitimidade leva a distintos níveis de investimentos entre os agentes baseados em diferentes graus de incorporação das regras e dos sentidos institucionais, isto é, a um processo bem-sucedido de socialização institucional.

Desde esta perspectiva, a instituição se constitui a partir de um conjunto de relações padronizadas por regras previamente estabelecidas e não organizadas de modo espontâneo conforme o contexto. Há certa previsibilidade no conjunto de ações dos indivíduos que compõem o grupo observado (que pode ser uma organização, uma empresa, uma associação, ou seja, agrupamentos sociais diversos e não necessariamente instituições reconhecidas juridicamente). Ou ainda, é a partir da conduta durável de seus indivíduos na preservação das qualidades que fornecem um senso de coesão ao grupo que torna possível a identificação de seus membros.

No caso das instituições jurídicas, elas se desenvolvem numa condição de legitimidade intrínseca baseada na impessoalidade e neutralidade do direito que atua sem vínculos às vontades subjetivas dos operadores do direito (BOURDIEU, 1989b).

Esta condição prévia de “anulação de vontades subjetivas”, porém, tende a ocultar os mecanismos de recrutamento social de acesso aos cargos que operacionalizam modos de reprodução na própria estrutura profissional ou nas carreiras dos espaços do direito (BOURDIEU, 1989b, p. 244).

Restringindo o olhar a este universo, o caso brasileiro da estruturação do espaço do direito guarda particularidades quando comparado ao francês. No país europeu a divisão do trabalho jurídico evidencia a disputa pelo monopólio legítimo de dizer o direito entre um polo de legitimação da norma jurídica ocupado sobretudo por acadêmicos e o polo prático de aplicação das normas universalizadas (BOURDIEU, 1989b). Em relação ao espaço do direito no Brasil, não há uma divisão clara entre o “polo prático” e o “polo acadêmico”, aqui é no espaço das práticas da advocacia e das carreiras de Estado que são definidas “as disputas em torno da definição do direito que é legítimo de ser ‘aplicado’ assim como, das problemáticas consideradas ‘juridicamente legítimas’” (ENGELMANN, 2004, p. 38). Ainda assim, a bibliografia especializada identificou um movimento de especialização e investimento na produção intelectual por parte de juristas que, na década de 1990, se reaproximaram das universidades (ENGELMANN, 2004). As definições sobre o monopólio de dizer o direito se encontram justamente nas divisões profissionais do trabalho jurídico, na advocacia, na magistratura, no MP e em outras carreiras do direito. São nestes espaços que se legitimam e são “autorizadas” as diferentes problemáticas jurídicas.

Os grupos que formam as elites dirigentes, burocráticas, políticas ou da justiça, seguiram uma lógica de formação na ocupação dos cargos típica de modelos de importação institucional. Como explicado por Badie (1995), nos Estados importadores de modelos institucionais ocidentais, imperam estruturas administrativas implementadas pelas elites locais que, em virtude da relação assimétrica entre a estrutura de origem e o local de assimilação, operam um efeito de mimetismo das instituições na qual as elites importadoras confundem sua identificação com os produtores. Isto é, a importação seletiva de modelos institucionais ocidentais pelas elites dirigentes, desvinculam as estruturas organizacionais do Estado de suas bases de origem e transportam, sob título de “moderno”, estruturas burocráticas e administrativas ao custo de “adaptações locais” destes “melhores modelos”. São importadas filosofias e técnicas que incidem sobre as áreas de atividades em processo de especialização, mas que não são acompanhadas do *ethos* correspondente (CORADINI, 1997). Estas “guerras de palácios” (DEZALAY, GARTH, 2002) implicam na reorganizações de saberes, *expertises*, e modos de tradução, importação e adaptação de modelos institucionais. No Brasil, por exemplo, essa dinâmica representa um rearranjo das elites locais de modo que mantenham suas posições de destaque na hierarquia e, em alguns casos, convertam trunfos internacionais (como diplomas e relações estabelecidos no exterior) em capacidade de mobilidade nas carreiras ou de afirmação de tomadas de posicionamento público (ENGELMANN, 2012).

Isto posto, outra dimensão do problema é o próprio sistema de representações que opera as classificações sociais dentro do “espaço do direito”. Pode-se apreender que a ideia de “justiça” passa a configurar um tema em disputa na medida em que há uma transformação no espaço social institucionalizado e um acirramento na distribuição desigual de recursos na sociedade. Contudo, a linguagem jurídica impõe dois efeitos na sociedade, o de neutralização e o de universalização (BOURDIEU, 1989b). O primeiro é decorrente da forma como a linguagem do direito é produzida, tendo como objetivo uma expressão de impessoalidade e de objetividade na intenção de não fixar num agente específico a norma aplicada. Já o segundo efeito, é obtido por meio de uma retórica que atesta o oficial e a generalidade da regra do direito. Desta forma, o direito é portador de um discurso legítimo na medida em que há uma correspondência de sua eficácia na sociedade. Como uma forma do poder simbólico do Estado, o discurso do direito também é eficaz porque o arbitrário de seu funcionamento e de sua formulação são mais ou menos desconhecidos. Sendo assim, faz-se necessária a manutenção na crença da neutralidade e da autonomia constituintes do direito e dos juristas (BOURDIEU, 1989b).

Circulação internacional de saberes do Estado

O Ministério Público compõe o contexto de diversificação das carreiras de Estado que se constituem, em partes, com base no discurso de autonomia em relação à política. Apesar do processo de institucionalização estar ancorado no empreendimento moral de autonomizar a instituição em relação ao espaço da política, a consolidação de modelos de atuação ou mesmo de papel institucional se associa a diferentes mobilizações no espaço do direito de modo mais amplo.

Desde a formulação do papel institucional³ dos juristas como mediadores de modelos institucionais esta posição tem sido constantemente reformulada e os estudos no exterior são uma das características de reelaboração de tal função (ENGELMANN, 2008). Entre membros desta instituição (promotores e procuradores) o “capital internacional” não representa a maior parcela dos bacharéis que buscam a formação fora do Brasil. Como característica da própria valorização dos títulos internacionais em áreas como a carreira acadêmica, os promotores fazem parte do grupo com as menores taxas de circulação internacional quando comparados às elites docentes, advogados e magistrados (ENGELMANN, 2012). Contudo, a

³ Traduzo o termo *rôle*, como discutido em Lagroye e Offerlé (2011, p. 14), por “papel institucional” uma vez que indica as definições sobre um cargo ou função associado diretamente a uma instituição específica, o MP. Na palavra dos autores, este “papel institucional” significa “o que cada um deve fazer em função de sua posição na instituição” incluído aqui o “registro de obrigações que deve conhecer e respeitar”.

passagem por cursos no exterior e a mobilização de recursos conquistados internacionalmente não são inexistentes quando observamos as disputas pela definição do MP e mesmo na construção de pautas que sejam mais ou menos legítimas entre os pares (ENGELMANN, MENUZZI, 2020). A problemática da circulação internacional de ideias a partir da análise dos efeitos locais de viagens ao exterior ou da redefinição de lutas em contextos institucionais trata de compreender as diferentes estratégias que compõem as disputas pela construção de modelos institucionais (ALMEIDA *et al.*, 2004).

As pesquisas que partem de um entendimento do campo jurídico como descrito por Pierre Bourdieu (1989b, p 212) — “o lugar de concorrência pelo monopólio de direito de dizer o direito” — para analisar as dinâmicas de internacionalização das chamadas guerras palacianas (DEZALAY; GARTH, 2002) demonstram o estabelecimento de um conjunto complexo de relações entre agentes (sejam indivíduos ou instituições mediadas por seus gestores) no espaço internacional. A circulação internacional de ideias e saberes de Estado também acarreta o desenvolvimento de novos padrões de concorrência e diferenciação interna influenciados por vivências internacionais e importações de códigos e valores. O movimento de internacionalização de elites dirigentes oriundas de países periféricos tende a gerar alguns efeitos de importação de modelos institucionais ao mesmo tempo em que indica diferentes usos de expertises profissionais além de modificações das estratégias de alocação nos espaços dominantes ligados a trunfos escolares e de relações acumulados ao longo da trajetória social e profissional (BADIE, HERMET, 1993).

Para o caso da América Latina estudado por Dezalay e Garth (2002) a circulação internacional de ideias opera uma função nas definições do direito uma vez que é a base da difusão de tecnologias institucionais sendo a Europa e os Estados Unidos os polos produtores e a América Latina, o importador. O fluxo de modelos e agendas é evidenciado pela circulação de agentes e grupos que fazem essa mediação e importação a partir de experiências acadêmicas em países do polo produtor. Estas estratégias de importação são mobilizadas por agentes dos setores tradicionais que buscam reverter suas posições e por aqueles ligados ao direito e ao Estado em processo de legitimação do grupo. Neste sentido, “pode-se afirmar que o grau de internacionalização de um campo específico é diretamente proporcional à variação da relevância do capital internacional na trajetória dos grupos dirigentes” (ENGELMANN, 2012, p. 488).

A questão que pode ser ainda mais aprofundada são as relações entre os usos do “capital internacional” e a hierarquização dos espaços de poder entre juristas de Estado. Partindo de algumas pistas sobre as marcas de clivagens internas ao MP protagonizadas por grupos associativos que disputam e concorrem pelos sentidos legítimos da instituição é mister a elaboração de uma análise atenta à dimensão

de internacionalização e mobilização no país de origem de trunfos adquiridos no exterior (como títulos acadêmicos e redes de contatos).

Neste sentido, as análises que se debruçaram sobre o peso no Brasil da circulação internacional de elites dirigentes (sobretudo no caso das elites jurídicas) apontam para a importação de agendas e de doutrinas jurídicas (ENGELMANN, MENUZZI, PILAU, 2023). Uma das principais consequências deste movimento é o compartilhamento de conhecimento e o estabelecimento de redes de cooperação. Engelmann, Menuzzi e Pilau (2023) apontam ao menos dois efeitos decorrentes da dinâmica. Em relação à dimensão dos saberes de Estado, estes vínculos institucionais são estabelecidos fora de uma rede diplomática e não respondem a uma política estatal. Por outro lado, quando o fenômeno é observado a partir das trajetórias individuais nota-se o estabelecimento de estratégias de mudanças de carreira — passagem do setor público para o privado — sobretudo em escritórios de advocacia. A principal linha de investigação indicada pelos autores trata justamente da dimensão do enlaçamento político fora das instâncias políticas eleitorais tradicionais ao passo que o jogo de importação de modelos jurídicos, práticas do direito e mesmo reformas legais podem ser melhor compreendidas quando observadas as trajetórias internacionais de estabelecimento de redes institucionais ou corporativas de cooperação entre estes agentes das carreiras de Estado.

Dado o conjunto de transformações do espaço jurídico brasileiro em afinidade com movimentos de internacionalização os autores indicam que “as correlações entre justiça e política [...] precisam ser analisadas também como relações internacionais” (ENGELMANN, MENUZZI, PILAU, 2023, p. 14). Neste sentido, um caminho possível de observação do fenômeno de internacionalização no espaço do direito é a análise a partir dos membros das instituições voltadas à prática jurídica já que os programas de pós-graduação em direito no Brasil ainda são pouco internacionalizados. Além de ser escasso o número de professores doutores, aqueles que obtiveram o título no exterior são casos ainda mais raros (ENGELMANN, 2008, WOHNATH, 2018).

O caso das associações e grupos organizados entre membros de carreiras jurídicas de estado parece indicar uma linha de análise deste fenômeno. O empreendimento militante de juristas demonstra usos do direito que têm como uma de suas características a internacionalização das lutas políticas no campo do poder. O surgimento de grupos organizados em torno de pautas “conservadoras” pode ser uma das consequências do processo de internacionalização do circuito acadêmico do Direito associado a lutas políticas no espaço do poder ao menos desde os anos 1960 (DEZALAY; GARTH, 2002).

A internacionalização no espaço social do Ministério Público possui ao menos dois indicadores: o primeiro está relacionado à dinâmica de especialização de carreiras jurídicas do Estado e a institucionalização de escolas superiores geridas

pela própria instituição (PENNA, 2021); e o segundo está mais próximo do momento mais recente da politização deste espaço social e o surgimento de novos grupos associativos. A reestruturação, ou institucionalização, das carreiras no MP a partir da Constituição de 1988 suscitou a implementação de critérios de gratificações e retribuições pela posse de cursos de especialização. Ao longo da década de 1990 e sobretudo após a Reforma do Judiciário de 2004 houve um processo de investimento na criação e expansão das “escolas de governo” o que acarretou numa migração de promotores com atuação docente que deixaram as faculdades para ministrarem aulas nos cursos do próprio MP (PENNA, 2021). Além da probabilidade de ocorrência de investimento em cursos de pós-graduação inclusive no exterior entre os promotores docentes, estas escolas de governo também passaram a estabelecer parcerias institucionais com instituições de ensino de outros países (PENNA, 2021).

A segunda dimensão pode ser analisada a partir do processo de politização deste espaço social. Desde o início dos anos 1990 alguns grupos militantes se organizavam em torno de pautas comuns. Na esteira do movimento do “direito alternativo” (ENGELMANN, 2004, p. 195) surgiu o Movimento MP-Democrático criado em 1991 entre membros do MP paulista. A partir da década de 2010 foram criados outros agrupamentos: o Coletivo Transforma MP (2016), o Movimento de Combate à Impunidade (2017), o Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público (2018), a associação MP Pró-sociedade (2018) e um grupo que engloba membros de diversas carreiras do direito, a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (2018).

O mapeamento⁴ do surgimento de grupos associativos entre membros do MP dão pistas sobre os impactos da internacionalização nas dinâmicas locais uma vez que seus dirigentes mobilizam “trunfos internacionais” (títulos acadêmicos, redes de contatos e relações) para a construção de legitimidade em suas pautas. Neste sentido, tais pistas podem indicar um maior uso de recursos internacionais em suas tomadas de posição pública na “dinâmica política” da instituição e num reforço de suas posições internas em função de relações com grupos de outros países.

É possível identificar desde a década de 1970 uma mobilização em torno da “denúncia do caráter burguês” da norma jurídica voltada para mudanças no ensino e das práticas jurídicas. O movimento de “crítica ao direito” no Brasil ficou conhecido como “direito alternativo” e se opunha ao caráter conservador do direito anunciando uma crise no ensino jurídico (JUNQUEIRA, 1993; ENGELMANN, 2004). Este movimento fez parte de um contexto internacional revisão dos sentidos da norma jurídica (considerando tanto a prática quanto o pensamento jurídico) conhecido como *critical legal studies* e que nos Estados Unidos era representado pelo *Law*

⁴ Estes dados foram apresentados e brevemente explorados no quinto capítulo da minha tese de doutorado intitulado “*Novas disputas associativas: a expertise jurídica como guardiã da moral*” (SILVEIRA, 2022).

and Society. O problema central discutido pelo movimento era o distanciamento dos juristas e das normas em relação às realidades dos grupos marginalizados socialmente.

Houve um primeiro momento de aproximação destes movimentos a grupos políticos partidários de esquerda seguido de um “efeito de despolitização em favor do predomínio da técnica jurídica” (ENGELMANN, 2017, p. 299). Posteriormente “a mobilização do direito a favor de causas políticas e coletivas aponta para uma complexa interpenetração das formas jurídicas com o campo político” (ENGELMANN, 2017, p. 299). O direito foi sendo estabelecido como o espaço legítimo para julgar a política dado seu caráter “racional”, “neutro” e “independente” da norma (BRIQUET, 2002). O caso exemplar no Brasil inicia na década de 1990, trata-se do empreendimento em torno do combate à corrupção (ENGELMANN, PILAU, 2021; ENGELMANN, MENUZZI, 2020; ALMEIDA, 2016) influenciado por movimentos de agências internacionais (ENGELMANN, PILAU, 2021) e operações notáveis como foi o caso da Mãos Limpas na Itália (BRIQUET, 2021).

Há ainda um momento seguinte que é o contexto favorável ao surgimento de movimentos conservadores cuja pauta levantada por juristas se opunha ao “direito alternativo” (KOERNER, SCHILLING, 2015). O protagonismo das instituições de justiça na punição de agentes políticos julgados como partes numa “cadeia de corrupção” ficou ainda mais evidente na segunda metade dos anos 2000 com indícios de formas de “ativismo político-moral” entre juristas. Tudo indica que no Brasil ocorreu um fenômeno de deslocamento “do ativismo político-judicial do início do período democrático para uma versão punitiva da política” que continua aberto a interpretações (ENGELMANN, 2017, p. 308).

A compreensão do mundo jurídico a partir da ótica do “direito alternativo” culminou na emergência de engajamentos militantes organizados no espectro “progressistas vs conservadores”. Em 1991 foi criado o Movimento MP-Democrático (MPD) no estado de São Paulo seguindo a proposta de formulação de uma perspectiva de “democratização do acesso à justiça” (MPD EM AÇÃO, 2006, p. 4). A criação do movimento no Brasil seguiu os modelos de associações já existentes na Itália (“Magistratura Democrática”), na Espanha (“Jueces para la Democracia”), em Portugal (Sindicato do Ministério Público) e a reunião destes, “Magistrados Europeus pela Democracia e Liberdade — Medel” (MPD EM AÇÃO, 2006, p. 4).

O Coletivo Transforma MP foi articulado nas disputas em torno do impeachment de Dilma Rousseff em 2016. O “coletivo” se posiciona num espectro “progressista” que “denuncia” o caráter “punitivista” da instituição (ORGANIZAÇÃO COLETIVA E SOLIDÁRIA, 2022, n.p.) e agrega entre seus associados alguns membros que deixaram o MPD. Para eles, o MP “deve pautar o exercício de suas atribuições no sentido de contribuir para a transformação da realidade brasileira”, por exemplo, na defesa de reforma agrária e urbana (princípio 9 de sua carta) e na

“defesa do Estado laico, com observância da plena garantia de liberdade religiosa” (princípio 14). É possível identificar uma mudança geracional neste grupo em relação ao MPD uma vez que entre seus fundadores e filiados, os membros do Coletivo Transforma MP se formaram fora das faculdades tradicionais de direito além de terem entrado na carreira do MP após os anos 2000. Já entre os membros do MPD há uma formação centrada nas principais faculdades (como a Faculdade de Direito de São Paulo) e a entrada na carreira se deu sobretudo na década de 1980.

Outro grupo que congrega promotores de justiça é a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD). Esta associação, criada em 2018 “como desdobramento de uma Frente de Juristas surgida dois anos antes para denunciar o golpe então em curso e defender o regime democrático” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURISTAS PELA DEMOCRACIA, n.p.), possui entre seus integrantes movimentos sociais de esquerda, membros de diferentes ocupações ligadas ao direito e alguns promotores do Coletivo Transforma MP. Os membros da associação se posicionam criticamente ao governo federal do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e defendem a inocência de Luiz Inácio Lula da Silva nos julgamentos oriundos da Operação Lava Jato (INFORMATIVO JURISTAS PELA DEMOCRACIA, 2021). A associação é composta por militantes mais jovens se comparados aos membros do MPD e, como é composta por membros de várias carreiras, o grupo é menos homogêneo em sua formação superior.

Um terceiro grupo é o Movimento Nacional de Mulheres do MP e baseia sua pauta de atuação numa discussão sobre as desigualdades de gênero nas carreiras de todos os MPs. O grupo foi criado em 2018 a partir do *I Encontro do Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público*. O grupo impulsionou a criação de movimentos de mulheres nas estruturas estaduais voltados para as discussões locais e implementação das diretrizes nacionais. Algumas de suas participantes fazem parte de grupos de trabalho no Conselho Nacional do Ministério Público que são orientados para discussões de “gênero”, “raça”, “diversidade sexual” e “violência doméstica e familiar”. Entre aquelas que compuseram o grupo dirigente do “movimento” há um investimento em formação superior com cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado com passagem pelo exterior) e especialização. Muitas delas são docentes em faculdades públicas e privadas, além de ministrarem aulas nas respectivas escolas de governo. Assim como ocorre com o grupo apresentado anteriormente, este coletivo também é pouco homogêneo em relação à década de entrada na carreira (há casos desde os anos 1980 até os anos 2000) e o mesmo vale para as instituições de formação.

Existem ainda mais dois grupos que se apresentam como “conservadores”. O Movimento de Combate à Impunidade (MCI) foi formado em 2017 por magistrados e membros do MP (FERRER, 2019) e possui maior expressão no Rio de Janeiro (a maioria dos “apoiaadores” faz parte das carreiras jurídicas no RJ). Foi

sendo articulado entre manifestações e manifestos (MONTEIRO, TEIXEIRA, 2019; MANIFESTO, 2019; ARAÚJO, 2018) que discutiam, de modo amplo, a temática da segurança pública se posicionando contrários “à impunidade”, à reforma no Código Penal, a “políticas de desencarceramento”, à Lei do Abuso de autoridade (MANIFESTO, 2019) e o apoio à intervenção das Forças Armadas no Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2018; MOVIMENTO, 2018). Numa perspectiva semelhante foi criada em 2018 a Associação Nacional MP pró-sociedade (MPPS). Para estes, a sociedade brasileira estaria assolada por um ideal de justiça que está a serviço daqueles que cometem o crime e não das vítimas destes crimes e o corpo de magistrados e promotores que propagam uma atuação da justiça seguindo “o ideal dos Direitos Humanos” possuem uma atuação ideológica de esquerda baseada em princípios do globalismo e do garantismo penal. Nota-se que estes dois últimos grupos são formados por apoiadores que entraram na carreira em meados da década de 1990 e início dos anos 2000 e possuem uma formação descentralizada.

O empreendimento militante de juristas demonstra “novos” usos do direito, mas também é uma das características que compõem a internacionalização das lutas políticas no espaço do poder. Podemos compreender o aparecimento de grupos organizados em torno de pautas “conservadoras” como uma das consequências do processo de internacionalização do circuito acadêmico do Direito associado a lutas políticas em torno do poder ao menos desde os anos 1960 (DEZALAY; GARTH, 2002). As indicações de internacionalização do espaço jurídico brasileiro e das suas elites são reconhecidas, por exemplo, nas “correspondências temporais” entre o desenvolvimento de ideais “anticorrupção” no exterior e o início da Operação Lava Jato no país (ENGELMANN; MENUZZI, 2020, p. 4). A construção de pautas legítimas por estes grupos tende a ser mobilizada a partir de recursos obtidos pela passagem no exterior, seja em cursos de especialização ou pós-graduações, ou a construção de vínculos e relações de interesse. A partir do mapeamento inicial da trajetória e de posicionamentos públicos dos fundadores e dirigentes destes grupos encontram-se pistas de um processo de politização transpassado pelas dinâmicas de circulação internacional de saberes e de agentes de carreiras de Estado.

Em busca da legitimidade, os membros destes grupos tendem a atuar na lógica de “elites profissionais”, ou seja, buscam ocupar os espaços de destaque na hierarquia das carreiras, com o Conselho Superior do MP nos estados, as corregedorias ou mesmo os Conselhos Nacionais de cada carreira. Como membros da alta hierarquia, a circulação em eventos e materiais bibliográficos buscam estabelecer a legitimidade da autoridade moral de dizer o direito. Nota-se que estes “juristas militantes” (profissionais juristas que fazem parte dos grupos citados) pertencem a uma geração que entrou na carreira após a Constituição Federal de 1988, com maior destaque para os anos 1990 e início de 2000, e não ocupam as posições mais altas que indicam o “estágio final” da progressão na carreira (nas carreiras estaduais são, por exemplo,

os postos de desembargador ou de procurador). Ainda assim, estes militantes tentam circular nos espaços de maior poder como a chefia da instituição Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), apresentando candidaturas nem sempre vitoriosas⁵.

Algumas pistas

Como a proposta deste texto foi elaborar um problema de pesquisa é proveitoso sublinhar as próximas etapas da pesquisa a partir das pistas apresentadas. Alguns fenômenos podem ser mapeados com base nos dados ainda a serem explorados como a apropriação da política como modo legítimo de tomada de posição a partir do engajamento militante associativo. Seguindo o que é explorado por Lagroye (2017) em relação à politização dos espaços sociais é possível compreender como as apropriações dos modos políticos pelo espaço do direito possibilitam ampliar posicionamentos que a norma jurídica dentro do MP proíbe, isto é, as manifestações públicas de opinião política.

Neste sentido, cabe investigar o peso da circulação internacional na disputa pela hierarquização e definição do espaço institucionalizado e as estratégias de mobilização deste “capital internacional” na construção de pautas legítimas entre estes grupos organizados. Esta linha de investigação só é possível a partir de um conhecimento aprofundado sobre quem são estes militantes e sobre sua capacidade de participação nas lutas pela definição institucional. Ainda será necessário discorrer sobre as publicações dos membros engajados⁶, a posição que ocupam na hierarquia da carreira, as trajetórias militantes e a formulação de agendas específicas ao grupo. Tais temas continuam sendo investigados em pesquisas ainda em andamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Maria F; CANÊDO, Letícia Bicalho; GARCIA, Afrânio; BITTENCOURT, Agueda Bernardete. **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. Justiça, combate à corrupção e política: uma análise a partir da Operação Lava Jato. **Pensata**. v. 5 n. 2, p. 72-85, nov. 2016

⁵ Sobre as relações entre o Ministério Público e a política regional na trajetória dos procuradores-gerais ver Giovanella (2024).

⁶ Os investimentos de membros do MP na produção escrita é o tema central de minha pesquisa de pós-doutorado. O primeiro trabalho que resulta deste empreendimento foi apresentado no encontro anual da ANPOCS (2024) no “GT39 – Instituições Judiciais e relações entre direito, política e sociedade” sob o título *Investimentos intelectuais no direito: as práticas de escrita entre promotores do Ministério Público*.

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev.1999.

ARANTES, Rogério Bastos. **Ministério Público e política no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 2002. 328 p.

ARANTES, Rogério Bastos. Ministério Público, Política e Políticas Públicas. In: OLIVEIRA, Vanessa Elias. **Judicialização de Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2019.

ARAÚJO, Vera. Juízes e promotores assinam manifesto em apoio às Forças Armadas na intervenção do Rio. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 1-6. 23 fev. 2018. Disponível em: oglobo.globo.com/rio/juizes-promotores-assinam-manifesto-em-apoio-as-forcas-armadas-na-intervencao-do-rio-22425403. Acesso em: 22 mar. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURISTAS PELA DEMOCRACIA. **ABJD - Associação Brasileira de Juristas pela Democracia**. [s/d]. Disponível em: <http://www.abjd.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BADIE, Bertrand. **L'État importé**. Essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique. Paris: Fayard, 1992 [1995].

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **Política Comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'État**: grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Editions de Minuit, 1989a. *E-book*

BOURDIEU, Pierre. A força do direito. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989b.

BRIQUET, Jean-Louis. As condições de sucesso para uma cruzada moral: Luta anticorrupção e conflitos políticos na Itália dos anos 1990. In: ENGELMANN, Fabiano; PILAU, Lucas e Silva Batista (orgs.). **Justiça e poder político**: elites jurídicas, internacionalização e luta anticorrupção. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021.

BRIQUET, Jean-Louis. La “guerre des justes”: La magistrature antimafia dans la crise italienne In: **Juger la politique**: Entreprises et entrepreneurs critiques de la politique [*en ligne*]. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2002.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes famílias e elite ‘profissional’ na medicina no Brasil. **Manguinhos**, vol III, n3. nov 1996- fev 1997.

DEZALAY, Yves. GARTH, Brayant. A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. **RBCS**, Vol. 15 nº 43, jun. 2000.

DEZALAY, Yves. GARTH, Brayant. **The internationalization of Palace Wars: lawyers, economists, and the contest to transform Latin American State**. Chicago: The Chicago Series in Law and Society, 2002.

ENGELMANN, Fabiano. Juristas e politização da justiça no Brasil: desafios analíticos para a abordagem sociopolítica. **Rev. Pós Ciênc. Soc.**, São Luís, v.20, n.1, 9-28, jan/abr, 2023.

ENGELMANN, Fabiano. Da “crítica do direito” ao “combate à corrupção”: deslocamentos do ativismo político-judicial, **Contemporânea**, v. 7, nº 2 p. 297-312. jul, dez. 2017.

ENGELMANN, Fabiano. Globalização e Poder de Estado: Circulação Internacional de Elites e Hierarquias do Campo Jurídico Brasileiro. **DADOS — Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 55, nº 2, 2012, p. 487-516.

ENGELMANN, Fabiano. Estudos no exterior e mediação de modelos institucionais: o caso dos juristas brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, número suplementar, p. 145-157, ago. 2008.

ENGELMANN, Fabiano. **Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul**. 2004. 414 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2004.

ENGELMANN, Fabiano. MENUZZI, Eduardo de Moura. The Internationalization of the Brazilian Public Prosecutor’s Office: Anti-Corruption and Corporate Investments in the 2000s. **BPSR** vol.14, n. 1, 2020, pp. 1-35.

ENGELMANN, Fabiano; MENUZZI, Eduardo de Moura; PILAU, Lucas Batista. International connections within the national government: Brazilian public legal careers and international circulation (2008-2018). **Crime law and social change**, v. 79, p. 1-16, 2023.

ENGELMANN, Fabiano; PILAU, Lucas e Silva Batista. (Orgs.) **Justiça e poder político: elites jurídicas, internacionalização e luta anticorrupção**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021, 396 p.

FERRER, Flávia. Editorial. **Revista Jurídica do Combate à Impunidade**, Ano 1, n.1, jul. 2019.

GIOVANELLA, Treicy. Os procuradores-gerais do Ministério Público. **Tempo Social**, v. 36, p. 281-303, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/219169>. Acesso em: 14 nov. 2024.

GIOVANELLA, Treicy. Disputas associativas e novos modos de definição institucional no Ministério Público. **Boletim Lua Nova**, 18 out. 2023.

INFORMATIVO JURISTAS PELA DEMOCRACIA. Edição N. 3, maio de 2021.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **A sociologia do direito no Brasil**. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 1993.

KERCHE, Fábio. Autonomia e discricionariedade do Ministério Público no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 259-279, 2007.

KERCHE, Fábio. Ministério Público, Lava Jato e mãos limpas: uma abordagem institucional. **Lua Nova**, São Paulo, 105: 255-286, 2018.

KERCHE, Fábio. **Virtude e limites**: autonomia e atribuições do Ministério Público no Brasil. São Paulo: Edusp, 2009.

KOERNER, Andrei.; SCHILLING, Flávia. “O direito regenerará a República? Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora” *In*: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

LAGROYE, Jacques. Os processos de politização. **Política & Sociedade**, Florianópolis, vol. 16, nº 37, set. dez., 2017.

LAGROYE, Jacques; OFFERLÉ, Michel. **Sociologie de l'institution**. Paris: Belin, 2011.

MACIEL, Débora Alves. KOERNER, Andrei. O processo de reconstrução do Ministério Público na transição política (1974-1985). **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 97-117, set.-dez. 2014.

MACIEL, Débora Alves. KOERNER, Andrei. Sentidos da judicialização da política: duas análises. **Lua Nova**, São Paulo, n. 57, p. 113-133, 2002.

MANIFESTOS dos 300: Manifesto sincero ao povo brasileiro de alguns profissionais do Direito realmente preocupados com as Vítimas e a segurança pública. **Revista Jurídica do Combate à Impunidade**, Ano 1, nº1, jul. 2019, p. 13-5.

MONTEIRO, Marcelo Rocha. TEIXEIRA, Alexandre Abrahão Dias. Verdades e Mentiras: O Brasil não prende demais, ao contrário, prende de menos. **Revista Jurídica do Combate à Impunidade**, Ano 1, nº1, jul. 2019, p. 313-314.

MOVIMENTO De Combate à Impunidade - Nota de Apoio às Forças Policiais e à Intervenção no RJ. **Defesanet**. Brasília, s/p. 27 fev. 2018. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/mout/noticia/28545/Movimento-De-Combate-a-Impunidade---Nota-de-Apoio-as-Forcas-Policiais-e-a-Intervencao-no-RJ/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MPD EM AÇÃO. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, agosto, 2006.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Caminhos da Judicialização do Direito à Saúde. *In*: OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). **Judicialização de Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2019.

ORGANIZAÇÃO COLETIVA E SOLIDÁRIA. **Democracia e Justiça em Pedacos: o Coletivo Transforma MP**. Curitiba: Appris, 2022, 421p.

PENNA, Luciana Rodrigues. Novos padrões na formação das Elites de Estado: educação jurídica corporativa e o caso do Ministério Público. *In*: ENGELMANN, Fabiano; PILAU, Lucas e Silva Batista (org.). **Justiça e poder político: elites jurídicas, internacionalização e luta anticorrupção**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021. 396 p.

SADEK, Maria Tereza. (org.) **O Ministério Público e a Justiça no Brasil**. São Paulo: Sumaré: IDESP, 1997.

SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal (orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2013.

SILVEIRA, Treicy Giovanella da. **“Guardião da sociedade”**: uma sociologia do Ministério Público. 2022. 290 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PSOP0730-T.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022

TATE, Neal; VALLINDER, Torbjörn. **The global expansion of judicial power**. New York: New York University Press. 1995.

VALLINDER, Torbjörn. The judicialization of politics – A world wide phenomenon: Introduction. **International Political Science Review**. Vol. 15, nº 2, p. 91-99, 1994.

VIANNA, Luiz Werneck, CARVALHO, Maria Alice Rezende de; PALÁCIOS, Manuel.; BURGOS, Marcelo Baumann. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan. 1999 [2014].

WOHNATH, Vinicius. Espaços de formação doutoral no exterior para docentes de pós-graduação em Direito no Brasil. **Revista Debates**, 12(3), 2018, p. 53–86.

XIMENES, Salomão Barros. SILVEIRA, Adriana Dragone. Judicialização da Educação: caracterização e crítica. *In*: OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). **Judicialização de Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2019.

Submetido em: 27/05/2024

Aprovado em: 09/10/2024

CULTURA E POLÍTICA EM JUIZ DE FORA-
MG: ARTICULAÇÃO ENTRE *HABITUS*
E COMPORTAMENTO POLÍTICO A
PARTIR DA TÉCNICA DE ANÁLISE DE
CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS (ACM)

*CULTURA Y POLÍTICA EN JUIZ DE FORA-
MG: LA ARTICULACIÓN ENTRE HABITUS
Y COMPORTAMIENTO POLÍTICO A
PARTIR DE LA TÉCNICA DE ANÁLISIS DE
CORRESPONDENCIAS MÚLTIPLES (ACM)*

*CULTURE AND POLITICS IN JUIZ DE FORA-
MG: THE LINK BETWEEN HABITUS AND
POLITICAL BEHAVIOR THROUGH MULTIPLE
CORRESPONDENCE ANALYSIS (MCA)*

*Mariana Cardozo Batista de OLIVEIRA**

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar achados de pesquisas que tenho realizado com eleitores e ativistas na cidade de Juiz de Fora - MG, nas quais investigo como o volume e a composição dos capitais apresentados por estes agentes se relaciona com o seu comportamento político e/ou eleitoral, buscando posicioná-los em espaços sociais construídos por meio da técnica de análise de correspondências múltiplas (ACM). Essas investigações se orientam pelo pressuposto de que o conceito de *habitus* permite fazer avanços significativos no que tange à compreensão do comportamento e do engajamento políticos no contexto brasileiro contemporâneo. Pensando em termos de um campo científico, a análise do comportamento político de grupos é realizada majoritariamente por uma ciência política de base norte-americana. A ideia, aqui, é apresentar uma abordagem

* Doutoranda em Sociologia pela UFSCar, São Carlos, SP, Brasil. Bolsista do CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6269-0348>. Contato: mariana.batistadeoliveira@gmail.com.

alternativa, pautada teórico-metodologicamente em uma sociologia francesa, sobretudo bourdieusiana, como uma tentativa de buscar uma posição própria na produção “legítima” do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia política. *Habitus* de classe. Comportamento político. Espaço social. Análise de correspondências múltiplas.

RESUMEN: *El presente trabajo tiene como objetivo presentar hallazgos de investigaciones que he realizado con electores y activistas en la ciudad de Juiz de Fora - MG, en las cuales investigo cómo el volumen y la composición de los capitales presentados por estos agentes se relacionan con su comportamiento político y/o electoral, buscando posicionarlos en espacios sociales construidos mediante la técnica de análisis de correspondencias múltiples (ACM). Estas investigaciones se orientan por el supuesto de que el concepto de habitus permite avances significativos en la comprensión del comportamiento y el compromiso políticos en el contexto brasileño contemporáneo. Pensando en términos de un campo científico, el análisis del comportamiento político de grupos es realizado mayoritariamente por una ciencia política de base norteamericana. La idea, aquí, es presentar un enfoque alternativo, fundamentado teórica y metodológicamente en una sociología francesa, especialmente bourdieusiana, como un intento de buscar una posición propia en la producción “legítima” del conocimiento.*

PALABRAS CLAVE: Sociología política. *Habitus* de Clase. Comportamiento político. Espacio Social. Análisis de correspondencias múltiples.

ABSTRACT: *The present work aims to present findings from research I have conducted with voters and activists in the city of Juiz de Fora - MG, in which I investigate how the volume and composition of the capitals presented by these agents relate to their political and/or electoral behavior; seeking to position them in social spaces constructed through the technique of multiple correspondence analysis (MCA). These investigations are guided by the assumption that the concept of habitus allows for significant advances in understanding political behavior and engagement in the contemporary Brazilian context. Thinking in terms of a scientific field, the analysis of the political behavior of groups is predominantly conducted by a North American-based political science. The idea here is to present an alternative approach, theoretically and methodologically grounded in a French sociology, particularly Bourdieusian, as an attempt to carve out a distinct position in the “legitimate” production of knowledge.*

KEYWORDS: Political sociology. Class habitus. Political behavior. Social space. Multiple correspondence analysis.

1. Introdução

Desde as manifestações de junho de 2013, a sociedade brasileira vem sendo atravessada por um quadro de crise e polarização política, fenômeno este que deu origem a diversos trabalhos acadêmicos que têm buscado investigar tanto o (re) surgimento de uma denominada *nova direita* no país, como novas formas de participação política, estas à esquerda e à direita do espectro político. É nesse contexto que se insere a agenda de pesquisa que venho desenvolvendo, em que procuro analisar os fenômenos políticos recentes no Brasil a partir de um olhar sociológico relacional sustentado, sobretudo, nos estudos de Pierre Bourdieu sobre classe, cultura e política.

Nesse sentido, este artigo tem por objetivo apresentar achados de pesquisas que tenho realizado com eleitores e ativistas na cidade de Juiz de Fora - MG, nas quais investigo como o volume e a composição dos capitais apresentados por estes agentes se relaciona com seu comportamento político e/ou eleitoral, buscando posicioná-los em espaços sociais construídos por meio da análise de correspondências múltiplas (ACM), técnica bastante afinada com a sociologia bourdieusiana. Trata-se, portanto, de uma reflexão que se interessa pelas relações entre *habitus* de classe e modalidades de engajamento político no Brasil contemporâneo.

Antes de adentrarmos especificamente nos objetos dessa investigação, é importante pontuar que, dentre os trabalhos que têm procurado analisar esse fenômeno, são quase inexistentes aqueles que buscam posicionar os indivíduos dentro da estrutura social¹, no intuito de compreender, de fato, quais são as raízes sociológicas que o embasam. A maioria dos estudos, portanto, se exime de fazer uma análise mediada, historicizada e relacional do fenômeno, deixando escapar o essencial para a inteligibilidade das tomadas de posição dos agentes, que é o escrutínio da organização interna e das propriedades sociais dos mesmos (Fernandes; Vieira, 2019).

Diante dessas lacunas, especialmente no campo da sociologia brasileira, tenho desenvolvido uma investigação que adota uma abordagem distinta das análises psicossociais do fenômeno (como as de Crochik, 1996; Altemeyer, 1998; Neumann, 2008) ou das análises que, ao explicarem o fenômeno a partir de si mesmo, se limitam a apontar e descrever os discursos adotados pelos agentes, sua similitude e coerência, concluindo, de maneira geral, que este é o modo como esses indivíduos pensam e agem (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015; Fundação Perseu Abramo, 2017; Messenberg, 2017; Solano, 2018; Fundação Tide Setubal, 2019). Ambas as abordagens, embora relevantes, deixam de lado questões sociológicas mais amplas, como as bases sociais que sustentam o fenômeno investigado. Por fim, procuro me afastar das interpretações predominantes na maioria dos estudos sobre o autoritaris-

¹ Uma exceção à ausência desse tipo de abordagem no âmbito da sociologia brasileira são os trabalhos de Pierucci (1988, 1999), na década de 1980, com uma parcela do eleitorado paulistano.

mo no Brasil, as quais, dominadas pela ciência política e pautadas em argumentos que apontam uma “crise da democracia”², se orientam notadamente por um viés político-institucional que privilegia a análise conjuntural e deixa de lado a análise sociológica. Em razão de sua tendência a pensar a “sociedade democrática” como a “sociedade perfeita”, o analista político acaba sendo contaminado por uma certa mistificação ou um certo fetichismo que limitam o ponto de vista científico de sua análise; ao se identificar com a democracia liberal, ele expurga a carga distanciada, crítica e reflexiva de sua perspectiva de interpretação (Fernandes, 1979).

Ao contrário dessas perspectivas, a abordagem que proponho baseia-se no modelo multidimensional de classes³ e na sociologia política de Pierre Bourdieu, sobretudo nos achados contidos no Capítulo 8 de *A Distinção*.

Com esse enquadramento teórico-metodológico, busco compreender de que forma o *habitus* de classe se manifesta em posicionamentos políticos e ideológicos de determinados agentes e grupos sociais em Juiz de Fora – MG a partir do mapeamento do espaço social no qual se inserem. Partindo do pressuposto de que agentes que ocupam posições similares e que, estando sujeitos a condições e condicionamentos similares, tendem a ter interesses e disposições similares e, conseqüentemente, adotar práticas e posturas similares (Bourdieu, 2015), investigo o que estes agentes possuem em comum e o que os difere levando em conta suas posições sociais, o volume e a composição de seus capitais e as suas trajetórias individuais⁴.

Nesse momento, é preciso destacar que a construção de uma teoria do espaço social implica em uma série de rupturas com a teoria marxista no que toca ao tema “classe e política”. É necessário, portanto, privilegiar as relações em detrimento das substâncias, rompendo-se com a ideia de que uma classe teórica representa uma classe real, um grupo efetivamente mobilizado. É preciso também se despir da primazia do economicismo, que leva a reduzir o espaço social, que é multidimensional, ao campo econômico, e de um objetivismo que ignora as lutas simbólicas desenvolvidas nesse espaço, nas quais está em jogo a própria representação hegemônica do mundo social. O conhecimento do espaço das posições⁵ - que determina compatibilidades e

² Para um aprofundamento desta análise, ver Fernandes e Oliveira (2023).

³ No modelo de Bourdieu (2015), o espaço social é estruturado por três dimensões principais: a dimensão vertical, que reflete o volume de capital (econômico + cultural); a dimensão horizontal, que captura a composição do capital, ou seja, a predominância relativa de capital cultural ou econômico no portfólio de agentes sociais; e a dimensão temporal, que permite apreender as trajetórias sociais, indicando a estabilidade ou mobilidade dos indivíduos em relação ao sistema de posições sociais.

⁴ Essa agenda de pesquisa baseia-se no pressuposto de que as noções de espaço social, de espaço simbólico ou de classe social nunca são examinadas em si mesmas e por si mesmas, devendo ser, na verdade, colocadas para funcionar e para serem testadas numa investigação que é, inseparavelmente, empírica e teórica (Bourdieu, 1994).

⁵ A estrutura desse espaço é revelada por meio de análises estatísticas; no caso do presente trabalho, pela análise de correspondências múltiplas (ACM).

incompatibilidades, proximidades e distâncias – permite que recortemos classes ou frações de classes que não existem como grupos reais, embora haja a probabilidade de que se constituam como grupos práticos, como clubes, associações, movimentos sociais ou grupos políticos. O que existe, na verdade, é um espaço de relações⁶ (Bourdieu, 1989).

Embasando-me nessas noções, desenvolvi, em minha dissertação de mestrado, defendida em 2019, uma pesquisa que intentava explicitar a relação entre juventude e conservadorismo/autoritarismo no país a partir de um viés sociológico de classe. O estudo realizado teve como público-alvo jovens eleitores. Já no doutorado, continuo explorando a relação entre manifestações políticas e *habitus* de classe; contudo, através do mapeamento do espaço relacional conformado por ativistas políticos tanto da direita quanto da esquerda⁷, uma vez que a inteligibilidade de um não se dá sem o outro. Conforme já mencionado, ambas as pesquisas foram e estão sendo realizadas no município de Juiz de Fora - MG.

O presente artigo está dividido em três partes: num primeiro momento, faço uma rápida discussão sobre a técnica de análise de dados que venho empregando – a análise de correspondências múltiplas (ACM) – e sobre a sua importância para estudos na área das ciências humanas e sociais. Em um segundo momento, apresento brevemente minha pesquisa de mestrado. Por fim, demonstro de que forma essa agenda de investigação tem continuidade na minha tese de doutorado.

2. A análise de correspondências múltiplas (ACM)

A ACM é um tipo de análise geométrica de dados (AGD) que trabalha, simultaneamente, com mais de duas variáveis categóricas, permitindo descrever as relações entre estas variáveis a partir de noções geométricas básicas, como proximidades e distâncias relativas ao longo de eixos. É uma técnica capaz de sintetizar quantitativamente dados qualitativos (variáveis categóricas) dispondo-os de maneira estrutural, multidimensional e relacional, por meio da representação gráfica de espaços sociais em planos cartesianos demarcados por um par de eixos, diferenciando e posicionando os agentes e as propriedades (Klüger, 2018).

⁶ “Mais chegado a um inconsciente de classe que a uma ‘consciência de classe’ no sentido marxista, o sentido da posição ocupada no espaço social [...] está no domínio prático da estrutura social no seu conjunto, o qual se descobre através do sentido da posição ocupada nessa estrutura. As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social” (Bourdieu, 1989, p. 141).

⁷ É importante mencionar que aplico os termos “direita” e “esquerda” em um sentido relacional. Segundo Pierucci (1999, p.77), “as posições direita e esquerda são posições relativas e que, portanto, a direita se define por oposição ou em relação à esquerda e vice-versa”.

A AGD surge na França, na década de 1960, em contraposição crítica ao modelo estatístico dominante anglo-saxão, baseado em análises multivariadas lineares como, por exemplo, a regressão logística (Lebaron; Le Roux, 2015). Ao pensar em termos de variáveis geométricas, ela afasta a relação de causalidade simples existente entre variáveis independentes e dependentes (base da racionalidade dos modelos lineares), incompatível com a complexidade e a multideterminação do mundo social. Pierre Bourdieu foi o primeiro sociólogo a fazer um uso sistematizado desta técnica, vez que se trata de um procedimento essencialmente relacional, tal qual a sua sociologia, cuja filosofia permite expressar a constituição e a estruturação de um espaço social (Wacquant, 2013). Este tipo de ferramenta se relaciona com a teoria dos campos, permitindo reconstruir de modo indutivo as segmentações presentes nos espaços sociais, sendo, portanto, uma técnica bastante adequada para operacionalizar uma “concepção relacional do social” (Bertoncello, 2016, p. 2).

Em resumo,

[...] a representação geométrica criada pela ACM é adequada à ideia de campo visto situar os agentes precisamente em um espaço objetiva e relacionalmente estruturado, no qual a distância entre uns e outros decorre de diferenças em suas propriedades sociais, inclusive dotações desiguais de capitais. Ao fazê-lo, a análise geométrica oferece elementos para a visualização dos fundamentos das polarizações e lutas travadas no espaço social e para detecção de padrões de correlação entre as posições sociais dos agentes e suas práticas e tomadas de posição nos mais variados domínios da vida social. (Klüger, 2018, p. 69).

A representação gráfica da ACM dá origem a duas nuvens, uma para os agentes analisados e outra para as suas propriedades sociais. Em relação à nuvem dos agentes, seu posicionamento na estrutura é determinado de forma relacional, em função da distribuição de suas propriedades sociais (atributos, capitais, práticas e tomadas de posição). Sendo assim, a atração entre dois agentes será tanto maior quanto mais similares forem seus *habitus*, ou seja, a proximidade ou a distância entre eles depende da homogeneidade ou heterogeneidade de suas propriedades sociais. No que toca à nuvem das propriedades sociais, quanto mais as mesmas forem comumente associadas nas respostas dos agentes analisados, mais próximas aparecerão na estrutura, indicando, assim, que são partilhadas por aqueles que possuem perfis e preferências similares. As propriedades sociais podem incluir informações relativas aos capitais dos agentes (culturais, econômicos, sociais), dados referentes as suas práticas e indicadores de sua tomada de posição (Klüger, 2018).

É importante destacar que a interpretação dos gráficos gerados através da ACM deve ser ideal-típica, o que significa que as variáveis ou os indivíduos não estão posicionados em determinado polo ou quadrante de maneira determinista ou

estaque, podendo apresentar características também de outros polos (Fernandes; Vieira, 2019). Em razão de possuir esse viés-ideal típico de interpretação, a ACM também nos permite realizar análises tipológicas a partir da nuvem de indivíduos, formando *clusters* ou grupos que apresentam propriedades sociais, práticas e opiniões homogêneas. A proximidade da técnica com a sociologia de Max Weber não se centra apenas na elaboração de tipologias, mas também na noção de “afinidades eletivas”, uma vez que apresenta, simultaneamente,

[...] múltiplas direções possíveis para a causalidade entre variáveis (WEBER, 2006) em lugar de uma influência unidirecional de variáveis independentes sobre variáveis dependentes. [...]. Nesse sentido, não se trata de uma relação de causalidade, mas de afinidades entre dois elementos que geram efeitos objetivos (Klüger, 2018, p. 81).

Klüger (2018) destaca que, embora seja um elemento central na obra de Bourdieu, a técnica de Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) chegou tardiamente às ciências sociais brasileiras. Por isso, ainda são escassos os trabalhos sociológicos que a utilizam, seja porque as principais obras que empregam essa ferramenta foram traduzidas para o português apenas recentemente ou ainda permanecem sem tradução, seja pela dificuldade de transposição do saber teórico para aprendizados práticos. Diante disso, este trabalho busca ampliar a visibilidade dessa técnica estatística, demonstrando sua viabilidade e utilidade para as pesquisas em ciências humanas e sociais⁸.

3. Comportamento político de jovens eleitores e sua relação com o *habitus* de classe

A pesquisa que realizei durante o mestrado, intitulada *Autoritarismo, classe e juventude: sociologia política de alunos do ensino médio de Juiz de Fora - MG*, tinha por objetivo geral compreender por que uma parcela de jovens brasileiros vinha apresentando tendências a adotar posições autoritárias, conservadoras ou até mesmo reacionárias na conjuntura eleitoral do ano de 2018⁹, bem como os mecanismos produtores desse processo, verificando se a classe social era uma variável importante na ocorrência de tal fenômeno.

⁸ Para uma dimensão mais ampla acerca das possibilidades de aplicação da análise de correspondências múltiplas (ACM) nas Ciências Sociais, ver Bertoncello (2016).

⁹ De acordo com pesquisas de opinião do Instituto Datafolha (2017), realizadas em razão das eleições do ano de 2018, a maioria dos eleitores que indicavam voto em Jair Bolsonaro, político cujas pautas se inscrevem em um espectro de extrema-direita, era composta por jovens (menos de 34 anos).

Para empreender a pesquisa, apliquei 214 questionários em estudantes do ensino médio de quatro escolas de Juiz de Fora - MG (duas particulares e duas públicas estaduais)¹⁰, os quais buscavam medir o nível socioeconômico, os hábitos de consumo cultural e as opiniões políticas e morais do universo estudado no intento de verificar a correlação entre determinados atributos de classe e a manifestação de um autoritarismo/conservadorismo. Os estudantes selecionados para participar da pesquisa integravam, à época da coleta dos dados (entre setembro e outubro de 2018), o segundo ou terceiro ano do ensino médio. A opção por este recorte se deu em razão de que, a partir do segundo ano, a maioria dos alunos já possui 16 anos ou mais, idade em que já estão aptos a serem eleitores. Como trata-se de pesquisa não amostral, o número final de 214 questionários justifica-se apenas em razão do número de estudantes que se dispuseram a participar durante o tempo de coleta dos dados de campo.

É importante ressaltar que, embora eu tenha adotado uma abordagem quantitativa para analisar os dados coletados, esta pesquisa não teve como objetivo utilizar uma amostra representativa. Por isso, não foi possível realizar inferências estatísticas no sentido de amostra-população, já que o número de observações não seguiu um critério amostral rigoroso. Assim, os resultados obtidos não foram concebidos para serem generalizáveis à totalidade da população jovem de Juiz de Fora - MG, nem para outras faixas etárias dentro da mesma classe social. No entanto, não deixei de arriscar algumas induções fundamentadas em teorias já existentes, uma vez que entendo que este universo, apesar de específico e localizado, é representativo de realidades mais abrangentes que podemos encontrar no Brasil, partindo da premissa de que cada caso particular estudado é um caso particular do possível (Bourdieu, 1994).

Seguindo pistas de uma sociologia política embasada no modelo teórico-metodológico de Pierre Bourdieu, trabalhei com a hipótese de que os capitais (econômico, cultural e social) acumulados pelos indivíduos estudados, na medida em que se apresentem em maior ou menor grau, possuem uma relação direta com o fato de eles revelarem ou não tendências a adotar posições autoritárias, conservadoras ou reacionárias. A partir do emprego da ACM, pude realizar o mapeamento do espaço relacional das opiniões políticas e morais dos respondentes dos questionários, o que me permitiu posicioná-los ao longo dos eixos dos gráficos apresentados a partir de uma lógica de homologias e oposições, bem como construir análises tipológicas por

¹⁰ PUB1: escola pública estadual na periferia da cidade (57 questionários – 22% do universo). PAR2 – escola privada no centro da cidade (36 questionários – 16,8% do universo). PUB3 – escola pública estadual no centro da cidade (104 questionários – 48,6% do universo). PAR4 – escola privada em bairro a 3 km do centro da cidade (27 questionários – 12,6% do universo).

Podemos notar, a partir da observação do gráfico 1, as homologias e oposições ao longo do eixo 1, eixo que explica a maior parte da variância de toda a nuvem (77,6%). As categorias que aparecem em azul e marrom são as que contribuíram ativamente para a conformação do eixo, de modo que as primeiras se referem aos posicionamentos mais autoritários/conservadores e, a segundas, aos mais progressistas. As categorias em azul aparecem próximas entre si, do lado esquerdo do eixo, e opostas às categorias em marrom, as quais estão reunidas no lado direito do eixo. Por fim, as categorias suplementares importantes para a caracterização do eixo 1 aparecem em rosa e roxo. As categorias rosas são referentes ao lado autoritário/conservador do eixo e, as roxas, ao lado progressista.

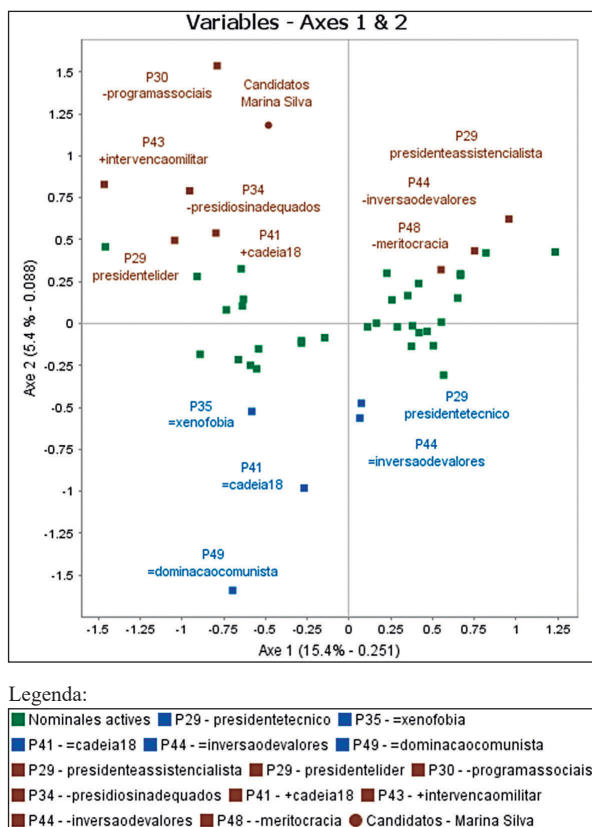
A oposição principal que define e caracteriza o eixo 1 é, de um lado, posicionamentos políticos e morais mais autoritários/conservadores, expressados por pessoas que tinham a intenção de votar em Jair Bolsonaro e, de outro, posicionamentos políticos e morais mais progressistas, expressados por pessoas que tinham a intenção de votar em Ciro Gomes¹². Em um sentido relacional, isso significa que os respondentes concentrados do lado mais autoritário do eixo 1 são homólogos entre si e opostos aos respondentes concentrados do lado mais progressista deste eixo.

As variáveis suplementares, embora não contribuam diretamente para a formação do eixo, desempenham um papel relevante na sua interpretação, trazendo informações complementares importantes. No lado autoritário deste eixo, destacam-se as categorias suplementares associadas aos respondentes que: são evangélicos ou cristãos; pretendem realizar um curso técnico ou ingressar diretamente no mercado de trabalho após o ensino médio; não possuem livros não didáticos; e têm responsáveis do sexo masculino com escolaridade limitada ao ensino fundamental (completo ou incompleto). Por outro lado, o lado progressista do eixo 1 é conformado por categorias suplementares vinculadas aos respondentes que: são espíritas ou budistas; possuem 50 ou mais livros não didáticos; leem livros não didáticos regularmente; frequentam peças de teatro com frequência; estudam em escolas particulares (localizados na PAR2); têm renda familiar superior a dez salários mínimos; e cujos responsáveis do sexo masculino exercem profissões de maior prestígio econômico.

Podemos perceber, portanto, uma correlação positiva entre o lado autoritário/conservador do eixo 1 e um baixo capital cultural dos respondentes, o que se associa, ainda, ao fato de eles serem adeptos da religião evangélica. Em contrapartida, o lado progressista do eixo 1 apresenta uma relação direta com respondentes que possuem maior acúmulo de capital cultural e econômico, além da vinculação às religiões espírita ou budista.

¹² Nas eleições presidenciais do ano de 2018.

Gráfico 2 – Espaço social das opiniões políticas e morais dos respondentes (Eixo 2 – Respondentes Passivos x Respondentes Ativos)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa.

O eixo 2 (vertical) explica em menor grau a variância total da nuvem (4,8%), mas revela uma oposição interessante. Novamente, as categorias que aparecem em azul e marrom são que contribuíram ativamente para a conformação do eixo, de maneira que as primeiras se referem aos posicionamentos indiferentes ou não posicionamentos dos respondentes e, a segundas, aos posicionamentos ativos. As categorias em azul aparecem próximas entre si, no lado inferior e opostas às categorias em marrom, as quais estão reunidas na região superior do eixo.

Podemos observar, portanto, que o eixo 2 é definido e caracterizado, de um lado, por categorias que representam uma certa falta de posicionamento por parte dos respondentes, representada pela indiferença nas respostas (não concorda nem discorda) e, de outro, por posicionamentos ativos acerca das questões, sejam eles mais conservadores (são desfavoráveis à programas sociais como o Bolsa Família

à ideia de que os presídios brasileiros são inadequados para receber os detentos e favoráveis à redução da maioria penal e à intervenção militar, além de terem preferência por um presidente líder) ou mais progressistas (são desfavoráveis à meritocracia e à crença de que existe uma inversão de valores na sociedade, além de preferirem um presidente assistencialista). Nenhuma categoria suplementar se mostrou relevante para a caracterização do eixo.

Em resumo, como resultado deste mapeamento, corroborei a hipótese acima mencionada, chegando às seguintes conclusões principais: (i) as camadas populares do universo pesquisado, ou seja, as que possuem menores níveis acumulados de capital, são as que mais aderem a um conservadorismo moral, além de serem, ao mesmo tempo, mais “despolitizadas” e possuírem forte viés religioso, sobretudo evangélico; e (ii) em sentido contrário, as camadas médias e altas deste universo, concentradas, sobretudo, nas escolas particulares e, de modo ainda mais específico, na PAR2 (a que representa os respondentes com maiores níveis acumulados de capital), são as que apresentam uma menor tendência à adesão a posições políticas e morais autoritárias/conservadoras, além de serem mais “politizadas”. Pude concluir, portanto que o *habitus* de classe é um fator altamente explicativo do fenômeno do autoritarismo no universo estudado em minha pesquisa de mestrado¹³.

4. O mapeamento do espaço social conformado por ativistas políticos de Juiz de Fora - MG, uma pesquisa ainda em construção

Dando continuidade à agenda iniciada no mestrado sobre o comportamento político e/ou eleitoral de determinados grupos sociais, minha pesquisa de doutorado, atualmente em andamento, busca compreender como o *habitus* de classe se manifesta no espaço relacional formado por ativistas políticos partidários e/ou organizados na sociedade civil de Juiz de Fora - MG, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político. O objetivo é explicitar como as diferenças e semelhanças em suas posições de classe podem contribuir para a compreensão de seus posicionamentos políticos e ideológicos nesse espaço¹⁴. Assim como na dissertação de mestrado, os dados da tese em desenvolvimento estão sendo coletados principalmente por meio da aplicação de questionários e analisados com o auxílio da técnica de Análise de Correspondências Múltiplas (ACM).

¹³ Por razões de limitação de espaço, uma vez que o enfoque do presente trabalho se direcionou mais ao método, não pude apresentar as análises sociológicas que realizei a partir dos resultados da pesquisa de mestrado. Se o leitor se interessar e quiser se aprofundar nessas análises, ver Oliveira (2019).

¹⁴ Sobre o tema, vale chamar a atenção para os estudos de Coradini (2001) sobre as relações entre a base de recursos eleitorais de políticos do Rio Grande do Sul e os indicadores de sua posição social (particularmente classificações profissionais e titulação escolar).

A partir da consideração de que as classes sociais são “[...] categorias construídas que fixam probabilidades de ação que só se efetivam por meio do *habitus* de classe e do sistema de símbolos que conformam estilos de vida e práticas de classe” (Sallum Junior, 2005, p. 30), a tese contribui para reconectar, em termos analíticos, classe social e ação política, baseando-se sobretudo em duas hipóteses decorrentes dessa posição teórica. São elas:

1 – Que as lutas sociais ativas se mobilizam por meio das classes médias escolarizadas, tanto nas manifestações de esquerda quanto nas manifestações de direita, sendo o ativismo dependente de recursos ou de capitais (Crossley, 2003; Eder, 2002; Gohn, 2014, 2016, 2018; Husu, 2012; Ridenti, 2018; Singer, 2018; Therborn, 2014).

2 – Ao mapear o espaço social formado pelos ativistas pesquisados, acredito que, mesmo que eles sejam pertencentes, de uma maneira geral, a classes médias ou mais elevadas, a composição de seus capitais acumulados serão diferentes, o que permitirá compreender o seu posicionamento naquele espaço a partir de sua classificação em diferentes frações de classe.

Centrar o foco de análise nas classes médias não significa dizer que tais camadas são grupos homogêneos que reagem na mesma direção ao longo dos anos, havendo posicionamentos distintos de grupos pertencentes as estas camadas. Tal fato não é um indicativo de que a classe média obrigatoriamente adotará valores mais à esquerda ou mais à direita, mas de que o ativismo político no Brasil atual é um fenômeno de classe média em razão dos capitais acumulados que possui, os quais conferem acesso a uma linguagem política dita “legítima”. É por isso que penso ser mais apropriado utilizarmos o plural ao falar das “classes médias” – ou, melhor, pensarmos em termos de frações da classe média – em razão de sua diversidade de categorias e de dinâmicas, o que impacta em suas trajetórias¹⁵.

Quanto aos dados empíricos, inicialmente, a ideia era a de investigar lideranças, ativistas e grupos políticos que se projetaram nacionalmente a partir das mobilizações pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff entre os anos de 2015 e de 2016. No decorrer da pesquisa, identifiquei que a maioria dos estudos nacionais sobre tais mobilizações era voltada às capitais brasileiras, mais notadamente Rio de Janeiro e São Paulo (Alonso, 2017; Cavalcante, 2015; Messenberg, 2017; Pinto, 2017; Rocha, 2019; Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015; Telles, 2016). Percebi, então,

¹⁵ “Os ocupantes das posições médias ou intermédias, além dos valores médios ou medianos das suas propriedades, devem um certo número de suas características mais típicas ao fato de estarem situados entre os dois pólos do campo [...] e de oscilarem entre as duas posições extremas” (Bourdieu, 1989, p. 136).

que pesquisas que lidam com as dinâmicas dessas mobilizações em cidades de médio porte são praticamente inexistentes. Diante desta lacuna, passei a investigar o fenômeno em pauta em um município médio do interior brasileiro, Juiz de Fora - MG¹⁶. Nesse sentido, a pesquisa se propõe, para além de contribuir para a compreensão do caráter nacional do fenômeno (uma vez que as manifestações políticas em Juiz de Fora-MG vêm acompanhando as pautas nacionais), trazer a lume questões específicas não observadas nos estudos que envolvem as grandes capitais.

Por meio de notícias veiculadas em sites de importantes jornais locais¹⁷, mapeei a atuação política de ativistas e grupos, à esquerda e à direita, entre os anos 2015 e 2022. Escolhi o ano de 2015 como início do recorte temporal porque a literatura, de maneira geral, o aponta como um marco mais concreto da “guinada à direita” no Brasil, uma vez que é caracterizado pelas primeiras manifestações de rua favoráveis ao impeachment de Dilma Rousseff (Cavalcante, 2015; Messenberg, 2017; Rocha, 2019; Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015). Foi também nesse período que os defensores da então presidenta passaram a ocupar as ruas em reação aos protestos pró-impeachment. Ou seja, a partir do ano de 2015, houve um aumento significativo de manifestações de rua no Brasil, à direita e à esquerda. Até o momento, identifiquei 23 grupos pertencentes ao espectro político da direita¹⁸ e 35 grupos pertencentes ao espectro político da esquerda no município de Juiz de Fora - MG¹⁹. Por meio dessas mesmas notícias, mapeei também quais eram as pautas e as agendas defendidas pelos participantes das manifestações de rua na cidade no referido período.

O critério de inclusão para participação no estudo engloba ser maior de 18 anos e ter uma trajetória de participação política no município de Juiz de Fora - MG seja ela político-institucional ou realizada na sociedade civil. Nesta pesquisa, entendendo por ativista político qualquer indivíduo que tenha participado recorrentemente de manifestações públicas recentes neste município (seja nas ruas ou seja em meios digitais) E/OU que faça parte de algum grupo (que pode ser clube, partido, coletivo ou outros correlatos) neste município E/OU que trabalhe profissionalmente com política neste município.

Feitas essas breves considerações, passo a apresentar agora alguns resultados preliminares que obtive a partir da realização da primeira fase da pesquisa de campo,

¹⁶ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), colhidos no Censo realizado no ano de 2022, Juiz de Fora é o quarto maior município do estado de Minas Gerais e o 38º maior do Brasil em termos populacionais, tendo uma população de 540.756 pessoas (IBGE Cidades, 2023).

¹⁷ Principalmente o *Tribuna de Minas* e o *G1 Zona da Mata*.

¹⁸ É interessante notar que a grande maioria desses grupos foi criada após 2018, ano em que Jair Bolsonaro foi eleito. Além disso, os grupos pertencentes à direita são pouco institucionalizados, tendo aparecido apenas um partido político atuante nesse espectro em minhas buscas até agora, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

¹⁹ Desses 35 grupos, 6 são partidos políticos (PT, PCdoB, PCB, PSOL, PSTU e PDT) e 29 são grupos organizados na sociedade civil, dentre coletivos, sindicatos e movimentos sociais.

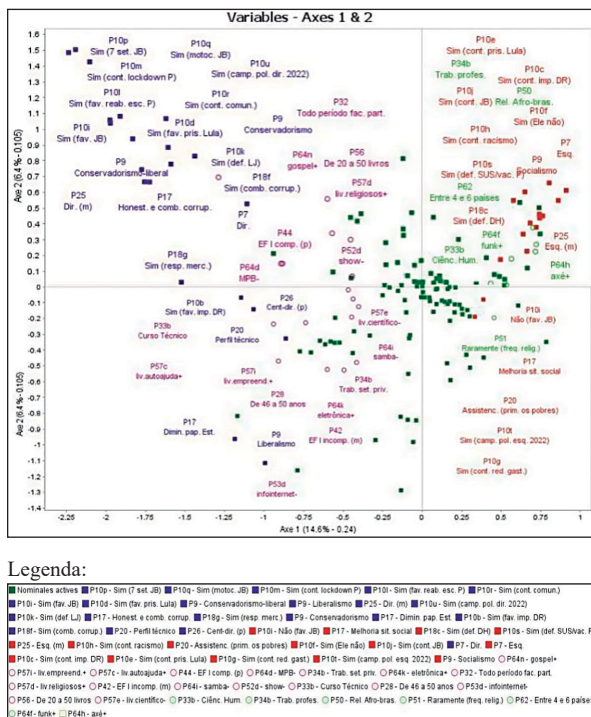
realizada entre setembro e novembro de 2022. Tais resultados são decorrentes da aplicação de questionários e conformam um universo provisório de 74 ativistas. Conforme já apontado, a análise dos dados está sendo realizada por meio da ACM.

Contudo, antes de apresentar os resultados preliminares da análise multivariada, é importante destacar que, em termos de caracterização socioeconômica do universo como um todo, os dados que mais chamam a atenção em relação aos ativistas pesquisados até então são os relativos à cor, à escolaridade e à renda familiar mensal. Nesse sentido, os respondentes, em sua grande maioria, são brancos, possuem alta escolaridade e renda familiar mensal acima de três salários mínimos. Estes dados sinalizam corroborar, ao menos provisoriamente, a primeira hipótese teórica da pesquisa, que sugere que, nos últimos anos, as lutas sociais em Juiz de Fora - MG têm sido impulsionadas pelas classes médias escolarizadas, tanto nas manifestações de esquerda quanto nas de direita. Em relação à segunda hipótese, sobre as composições diferenciadas dos capitais dos ativistas pesquisados, a técnica da ACM é a forma mais apropriada para testá-la. No presente trabalho, como minha intenção é conformar o espaço relacional das práticas e tomadas de posição políticas dos respondentes, optei por utilizar como variáveis/categorias ativas as perguntas constantes do primeiro bloco do questionário, que buscam apreender essas dimensões. As demais variáveis pertencentes aos outros blocos do questionário (socioeconômicas e de hábitos de consumo cultural) foram utilizadas de forma suplementar, auxiliando a interpretação do espaço social gerado a partir das respostas às perguntas do primeiro bloco.

Reitero que a análise dos gráficos gerados pela ACM deve se dar a partir da observação das afinidades e oposições presentes nos eixos retidos para interpretação. Antes de passarmos à exposição da representação gráfica do eixo 1 é importante reafirmar que os resultados aqui apresentados são ainda provisórios e incompletos. Por isso estou retendo, para fins de análise, apenas o eixo 1 do gráfico (eixo horizontal), que explica 70% da variância total de acordo com a taxa modificada de Benzécri.

Vejamos a representação gráfica do eixo 1 (horizontal).

Gráfico 3 – Espaço social das trajetórias pessoais e políticas dos respondentes (Eixo 1 – Direitistas x Esquerdistas)



Fonte: Elaboração própria.

Podemos notar, a partir da observação do gráfico 1, as homologias e oposições ao longo do eixo 1. As categorias ativas que aparecem em azul e vermelho são as que possuem uma contribuição acima da média para a conformação do eixo, de modo que as primeiras se referem à atuação de respondentes localizados no espectro político das direitas e, a segundas, à atuação de respondentes localizados no espectro político das esquerdas. As categorias em azul aparecem próximas entre si, do lado esquerdo do eixo, e opostas às categorias em vermelho, as quais estão reunidas no lado direito do eixo. Por fim, as categorias suplementares importantes para a caracterização do eixo 1 aparecem em roxo e verde. As categorias roxas são referentes ao lado direitista do eixo e, as verdes, ao lado esquerdista.

Nesse sentido, o eixo 1, que explica a maior parte da variância de toda a nuvem (70%), possui como categorias ativas mais importantes, de um lado (esquerdo), informações sobre as trajetórias políticas dos respondentes: (i) que compareceram a manifestações de rua cujas pautas eram defendidas pela direita; (ii) que possuem afinidade com linhas de pensamento referentes ao conservadorismo-

-liberal, ao conservadorismo ou ao liberalismo e se identificam mais com o espectro político da direita; (iii) que entendem que os valores mais importantes no âmbito político são a honestidade dos políticos e/ou o combate à corrupção e a diminuição do papel do Estado na condução da economia, com redução e controle de gastos públicos; (iv) que consideram que são elementos mais importantes para o funcionamento da democracia o combate à corrupção e o respeito ao livre mercado e à livre iniciativa privada; (v) que acreditam que o Brasil precisa de um presidente que tenha um perfil mais técnico, que torne o Estado mais eficiente; (vi) e que possuem referências maternas que se identificavam mais com o espectro político da direita e referências paternas que se identificavam mais com o espectro político da centro-direita.

Em contrapartida, as categorias ativas que mais contribuem para a formação do eixo 1, (lado direito), são as referentes às informações sobre as trajetórias políticas dos respondentes: (i) que compareceram a manifestações de rua cujas pautas eram defendidas pela esquerda; (ii) que possuem afinidade com a linha de pensamento socialista e se identificam mais com o espectro político da esquerda; (iii) que entendem que o valor mais importante no âmbito político é a melhoria da situação social, com a implementação de políticas públicas destinadas à redução de desigualdades; (iv) que consideram que o elemento mais importante para o funcionamento da democracia é a defesa dos direitos humanos e dos grupos vulneráveis; (v) que acreditam que o Brasil precisa de um presidente que tenha um perfil mais assistencialista, de modo a atender primeiro as demandas dos pobres e marginalizados; (vi) e que possuem referências maternas que se identificavam mais com o espectro político da esquerda.

A análise das variáveis suplementares que ajudam a interpretar o eixo 1 também é importante para a caracterização do mesmo. Nesse sentido, as categorias suplementares mais importantes para a conformação do lado direitista deste eixo são as que se referem aos respondentes: (i) que possuem apenas curso técnico como formação profissional; (ii) que realizaram todo o curso de graduação em faculdades particulares; (iii) que trabalham no setor privado; (iv) que se concentram na faixa etária entre 46 e 50 anos; (v) que possuem filhos que sempre estudaram em escolas particulares; (vi) cujas referências paternas possuem como escolaridade apenas o ensino fundamental I completo e cujas referências maternas possuem como escolaridade apenas o ensino fundamental I incompleto; (vii) que frequentam a sua religião mais de uma vez na semana; (viii) que não costumam ir a shows; (ix) que não usam sites ou portais de notícias na internet para se informar a respeito de assuntos políticos; (x) que possuem entre 20 e 50 livros; (xi) que tem o hábito de ler livros sobre negócios/economia/empreendedorismo, livros de autoajuda e livros religiosos e que não tem o hábito de ler livros científicos; e (xii) que tem preferência por ouvir música eletrônica e música gospel e não escutam samba e MPB.

Já as categorias suplementares que conformam o lado esquerdista do eixo 1 são as que se referem aos respondentes: (i) que possuem formação profissional na área das Ciências Humanas; (ii) que trabalham como professores; (iii) que frequentam religiões afro-brasileiras; (iv) que raramente frequentam o local de celebração da sua religião; (v) que conhecem entre 4 e 6 países além do Brasil; e (vi) e que gostam de ouvir funk e axé.

Feita a caracterização do eixo 1, podemos afirmar que o que define majoritariamente a oposição revelada por tal eixo são categorias ativas de trajetórias políticas referentes a posicionamentos políticos e influências maternas e paternas. O motivo de outras categorias representativas das trajetórias não terem aparecido como mais importantes para a conformação deste eixo é o fato de que, neste universo provisório, todos os ativistas pesquisados deram respostas muito semelhantes em relação a elas. Podemos notar que muitas estão concentradas no centro do gráfico (em forma geométrica retangular e preenchidas pela cor verde), o que é indicativo deste fenômeno de respostas muito parecidas e que, portanto, não são utilizadas para configurar a oposição presente no eixo.

Outro ponto relevante a ser destacado é que o universo provisório revela, até o momento, uma diferenciação importante em termos de composição de capital. Observa-se que os indivíduos de direita, de forma geral, apresentam menor escolaridade, formação superior em instituições privadas, atuam no setor privado e têm uma frequência religiosa significativamente superior à dos esquerdistas. Além disso, eles não costumam ler livros científicos, preferindo obras religiosas, de autoajuda e de empreendedorismo, e tendem a rejeitar estilos musicais legitimados no campo cultural, como o samba e a MPB. Esse perfil os posiciona em uma fração de classe econômica, caracterizada pela predominância do capital econômico.

Em contraste, a predominância do capital cultural se destaca entre os esquerdistas, cujas características de diferenciação no universo se referem principalmente à área das ciências humanas, associadas à formação superior e a uma representatividade significativa de professores. Esse perfil os posiciona, portanto, em uma fração cultural de classe. Essas observações parecem corroborar, ainda que de maneira preliminar, a segunda hipótese da pesquisa, segundo a qual o posicionamento político-ideológico no espaço relacional constituído pelo universo provisório varia conforme as composições dos capitais acumulados pelos ativistas pesquisados.

Tendo apresentado alguns resultados preliminares, gostaria de ressaltar que, até o presente momento, os mesmos revelam apenas uma descrição da constituição do universo provisório em termos políticos, socioeconômicos, culturais e relacionais. Pretendo, em continuidade ao desenvolvimento da tese, ultrapassar a mera descrição estatística dos dados coletados, realizando uma leitura analítica, inferencial e sociológica deste material, além de ampliar o número de participantes da pesquisa.

5. Considerações Finais

Com o presente trabalho minha intenção foi a de apresentar, de uma forma resumida, a agenda de pesquisa que venho desenvolvendo durante minha trajetória acadêmica, a qual busca conectar comportamento político²⁰ e *habitus* de classe em uma tentativa de compreensão sociológica dos fenômenos políticos recentes no Brasil. Os resultados alcançados até o presente momento indicam que a classe, encarada a partir de uma abordagem multidimensional, tem se mostrado um elemento importante na compreensão e interpretação desses fenômenos.

A partir da década de 1970, podemos observar, na teoria social, um declínio da concepção teórica de origem marxista que relaciona classe e política, processo este que se intensificou e se firmou nas décadas de 1980 e 1990, passando a predominar as teses de que os modos atuais de protesto coletivo não mais se reduzem à dinâmica da luta de classes (Sallum Junior, 2005; Ferraz, 2009). Segundo Sallum Junior (2005), esta insuficiência interpretativa e o posterior declínio de explicações classistas para formas de ação derivam do fato de que tais teorias subestimam o papel desempenhado pela cultura²¹ na articulação entre os dois termos.

Em face deste quadro ora delineado, pretendo, com o desenvolvimento de minha agenda de pesquisa, contribuir para este debate, a partir da exploração de uma concepção de classes sociais que procure incorporar a dimensão cultural na reconstrução do debate sobre classe e comportamento político. Nesse sentido, a teoria bourdieusiana é o núcleo da abordagem que estou propondo ao englobar esta dimensão como parte essencial das relações de classe, além de permitir superar problemas advindos da adoção da teoria da escolha racional para a explicação das motivações da ação dos agentes (Crossley, 2003).

A abordagem classista de Bourdieu reflete a sua concepção marcadamente relacional da vida social. Para o autor, o estofo da realidade social consiste, não em indivíduos ou grupos, mas, sim, em relações apreendidas através de redes de laços materiais e simbólicos que constituem o objeto adequado da análise social, abraçando, ao mesmo tempo, tanto a estrutura quanto o agente (Wacquant, 2013). As posições diferenciais são distinguidas em razão daquilo que não são, em relação ao seu oposto, revelando, assim, seu caráter relacional: “a identidade social define-se e afirma-se na diferença” (Bourdieu, 2015, p. 164). Sendo assim, os estilos de vida são produtos sistemáticos dos *habitus* apreendidos em suas relações mútuas.

²⁰ Seja a partir de um comportamento eleitoral expressado pelo voto, seja a partir de um comportamento político mais amplo expressado através de manifestações / ações políticas.

²¹ Adoto, aqui, a conceitualização de cultura de Eder (2002, p. 25), segundo o qual o termo reflete “[...] padrões de experiência partilhados coletivamente que deram uma forma historicamente específica a uma posição social “objetiva”, uma “posição de classe”.

A escolha metodológica de análise dos dados coletados, a ACM, se deu em razão da escolha teórica para a compreensão dos fenômenos investigados. Nesse sentido, uma das principais vantagens no uso da técnica da ACM, estritamente afinada com a sociologia de Pierre Bourdieu, é a possibilidade de manipular muitas variáveis (categóricas) simultaneamente, operacionalizando, assim, uma concepção relacional da vida social. A interpretação sociológica enfatiza as relações existentes entre posições (ligadas às configurações de recursos) e as tomadas de posição (como as escolhas políticas). Esta escolha metodológica também se justifica em razão da necessidade de se dar uma maior visibilidade para esta ferramenta estatística, que ainda permanece isolada no campo da estatística multivariada, ressaltando a sua utilidade para as pesquisas realizadas no âmbito das ciências sociais.

Por fim, cabe ainda um último exercício de reflexão. Conforme tentei demonstrar, trata-se de uma agenda de pesquisa duplamente isolada no campo científico na qual se insere, tanto pela teoria quanto pelo método utilizado. Aplicar análises de uma escola francesa em um objeto de estudos tão dominado por uma escola norte-americana, tanto em termos sociológicos como estatísticos, tem sido um grande desafio acadêmico. Por isso acredito que me posicionar nesse espaço também é importante como uma estratégia de inserção nas lutas simbólicas pela produção de um conhecimento “legítimo”, lutas essas nas quais a própria ciência, como campo, está inevitavelmente envolvida.

Agradecimentos

Agradeço à CAPES e ao CNPq pelo financiamento das pesquisas de mestrado e doutorado apresentadas no presente artigo.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. A política das ruas. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos CEBRAP Especial**, p. 49-58, jun. 2017.

ALTEMEYER, Bob. The Other “Authoritarian Personality”. In: ZANNA, Mark P (Org.). **Experimental Social Psychology**. Waterloo: Academic Press, 1998.

BERTONCELO, Edison. O Uso da Análise de Correspondências Múltiplas nas Ciências Sociais: possibilidades de aplicação e exemplos empíricos. **Encontro Anual Da Anpocs**, v. 40, p. 1-25, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Raisons pratiques**. Sur la théorie de l'action. Paris: Seuil, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARDOSO, Adalberto; PRÉTECEILLE, Edmond. Classes Médias no Brasil: Do que se trata? Qual seu tamanho? Como vem mudando? **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 4, p. 977-1023, 2017.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

CROCHIK, José Leon. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas em Psicologia**, v. 4, n. 3, Ribeirão Preto, dez. 1996.

CROSSLEY, Nick. From Reproduction to Transformation: Social Movement Fields and the Radical Habitus. **Theory, Culture & Society**, v. 20, n. 6, p. 43-68, 2003.

CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem?** Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. Lula lidera disputa presidencial; sem ele, Marina e Bolsonaro ficam à frente. **UOL**, 2 out. 2017. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2017/10/1923631-lula-lidera-disputa-presidencial-sem-ele-marina-e-bolsonaro-ficam-a-frente.shtml>. Acesso em: 13 out. 2017.

EDER, Klaus. **A Nova política de classes**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini; OLIVEIRA, Mariana Cardozo Batista de. Adeus ao fim da história: Uma análise crítica da crise da democracia. **Tempo Social**, v. 35, n. 02, p. 107-107, 2023.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini; VIEIRA, Allana Meirelles. A direita mora do mesmo lado da cidade: especialistas, polemistas e jornalistas. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 38, n. 01, Jan.-Abr. 2019.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. Voto e Classe: notas sobre alguns estudos recentes. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 451-477, nov/2009.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (Org.). **Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo**. São Paulo, 2017.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL (Org.). **O conservadorismo e as questões sociais**. São Paulo, 2019.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, v.31, n.82, Jan./Apr. 2018.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educacional**, v. 16, n. 47, p. 125-146, enero-abril, 2016.

GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, vol. 27, n. 71, agosto, p. 431-441, 2014.

HUSU, Hanna-Mari. Bourdieu and Social Movements: Considering Identity Movements in Terms of Field, Capital and Habitus. **Social Movement Studies: Journal os Social, Cultural and Political Protest**, London, 2012.

IBGE CIDADES. **Juiz de Fora – Panorama**. Censo 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>. Acesso em: 25 ago. 2023.

KLÜGER, Elisa. Análise de correspondências múltiplas: fundamentos, elaboração e interpretação. **BIB**, São Paulo, n. 86, p. 68-97, 2018.

LEBARON, Frédéric; LE ROUX, Brigitte. **La méthodologie de Pierre Bourdieu en action**. Espace culturel, espace social et analyse des données, Paris, Dunod, 2015.

MESSENBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, Setembro/Dezembro 2017.

NEUMANN, Alexander. Peur, Bruits et Odeurs. La personnalité autoritaire face aux dispositifs sécuritaires. **Mouvements**, n. 55-56, p. 155-167, 2008.

OLIVEIRA, Mariana Cardozo Batista de. **Autoritarismo, classe e juventude**: sociologia política de alunos do ensino médio de Juiz de Fora - MG. Orientador: Dmitri Cerboncini Fernandes. 2019. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

PIERUCCI, Antônio Flávio. A direita mora do outro lado da cidade. **Portal de Publicações da Anpocs**, 1988.

PINTO, Céli Regina. A trajetória discursiva nas manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 119-155, 2017.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil. **Plural**, São Paulo, n. 25 (1), p. 45-62, 2018.

ROCHA, Camila. “Imposto é roubo!”: A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 62 (3), 2019.

SALLUM JUNIOR, Brasília. Classes, cultura e ação coletiva. **Lua Nova**, n. 65, p. 11-42, ago/2005.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOLANO, Esther. Crise da Democracia e extremismos de direita. **Análise**, n. 42, 2018.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TELLES, Helcimara. A Direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 19, p. 97-125, 2016.

THERBORN, Göran. Novas Massas? Classe média, consumismo e bases sociais da crítica à ordem capitalista. **Piauí**, edição 91, abr. 2014. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/novas-massas/>. Acesso em: 04 jan. 2021.

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 96, jul. 2013.

Submetido em: 27/05/2024

Aprovado em: 17/09/2024

ENCONTROS COM PIERRE BOURDIEU: ENTREVISTA COM FRÉDÉRIC LEBARON

*ENCUENTROS CON PIERRE BOURDIEU:
ENTREVISTA CON FRÉDÉRIC LEBARON*

*ENCOUNTERS WITH PIERRE BOURDIEU:
INTERVIEW WITH FRÉDÉRIC LEBARON*

*Paulo José de Carvalho MOURA**

*Mateus Tobias VIEIRA***

Contexto da entrevista

Essa entrevista foi realizada no dia 23 de março de 2023, presencialmente, em Araraquara/SP, por Paulo de Carvalho Moura e Mateus Tobias Vieira, durante sua passagem pela Faculdade de Ciências Letras – UNESP, onde conferiu a aula magna de abertura do ano letivo do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e ministrou de um curso voltado para questões metodológicas.

Apresentação do entrevistado

Frédéric Lebaron é uma das figuras mais influentes da sociologia francesa contemporânea, com uma trajetória marcada pela interseção entre sociologia econômica, análise das elites e metodologia quantitativa. Professor na École Normale

* Doutorando em Ciências Sociais na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Pesquisador visitante na École Normale Supérieure Paris-Saclay. Pesquisador bolsista Fapesp (Processo n. 2022/03520-4). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6558-8779>. Contato: paulo.moura@unesp.br.

** Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Emoções, Sociedade, Poder, Organização e Mercado (NESPOM). Pesquisador bolsista Fapesp (Processo nº. 2021/05451-7). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6558-8779>. Contato: mateus.tobias@unesp.br.

Supérieure Paris-Saclay, onde também já dirigiu o Departamento de Ciências Sociais, ele desempenha um papel central na difusão e no desenvolvimento da tradição bourdieusiana. Ex-presidente da Associação Francesa de Sociologia (AFS), Lebaron consolidou seu nome no campo ao articular métodos quantitativos avançados com a teoria dos campos sociais, especialmente no estudo das elites econômicas e políticas.

A formação de Lebaron reflete sua inclinação transdisciplinar: formado em economia e sociologia, ele ingressou no grupo de pesquisa de Pierre Bourdieu ainda durante seu doutorado nos anos 1990, tendo participado ativamente das investigações empíricas conduzidas no Collège de France. Sua colaboração com Bourdieu incluiu contribuições para a *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* e para a coleção *Raisons d'Agir*, além de um engajamento na crítica ao neoliberalismo e às reformas econômicas da época. Atualmente, seu trabalho se concentra na sociologia política e econômica, analisando as dinâmicas de poder e a construção das políticas econômicas na Europa.

Em entrevista realizada em Araraquara, durante um curso sobre aspectos metodológicos na pesquisa do espaço social, Lebaron revisitou sua trajetória intelectual e discutiu o impacto da obra bourdieusiana na compreensão das transformações econômicas e sociais contemporâneas. Sua abordagem crítica e rigorosa continua a influenciar pesquisadores ao redor do mundo, reafirmando a relevância de uma sociologia ancorada na análise relacional dos fenômenos sociais.

Paulo Moura: Gostaríamos de começar esta entrevista pedindo que você nos fale sobre a sua história familiar. Seus leitores brasileiros estão curiosos para saber um pouco mais sobre suas origens sociais.

Frédéric Lebaron: Sou originário de uma região chamada Limousin, no centro-oeste da França, a oeste de uma montanha muito antiga chamada Massif Central. É uma pequena região que originalmente era uma região administrativa autônoma, mas agora faz parte de uma região administrativa maior chamada Nouvelle-Aquitaine. Limousin fica no Nordeste dessa região maior, e eu venho de uma cidade chamada Saint-Yrieix-la-Perche, onde nasci. É uma cidade pequena, com cerca de 7.000 habitantes, localizada não muito longe de três cidades um pouco maiores e mais conhecidas: Limoges, que já foi famosa por seu time de basquete e sua porcelana — cheguei a ver porcelana de Limoges no Brasil, em uma fazenda aristocrática —, Brive-la-Gaillarde, mais conhecida por seu time de rugby, e Périgueux, localizada na região do Périgord, bastante famosa por sua cultura gastronômica.

Limousin é uma região bastante rural com alguns centros urbanos e possui uma história social e política específica. Foi descristianizada muito cedo, no século XIX, e o movimento socialista também se enraizou lá muito cedo, tornando-a uma das regiões mais politicamente de esquerda da França. Os residentes de lá permaneceram por muito tempo mais à esquerda do que no resto do país, por uma série de razões que eu poderia detalhar melhor.

Minha família é tipicamente composta de universitários em ciências sociais: meu pai, agora aposentado, era professor em uma escola secundária estadual, onde lecionava francês e história-geografia. Minha mãe, também aposentada, era professora do ensino fundamental. Portanto, estamos falando de uma família de professores.

Mateus Tobias: Poderia contar um pouco mais sobre a trajetória educacional e profissional de seus pais?

Frédéric Lebaron: Minha mãe tinha um diploma em ciências experimentais, portanto, era mais científica, enquanto meu pai era mais literário. Minha mãe veio de um ambiente de classe trabalhadora e se tornou professora ainda muito jovem. Seu pai era ferroviário e sua mãe, embora não tivesse um emprego oficial, desempenhava um papel informal como parteira, ajudando nos partos em seu vilarejo em Corrèze, perto de onde eu nasci.

Por parte de meu pai, meus avós eram professores, primeiro na zona rural e depois em minha cidade natal, a partir da década de 1950.

Meus irmãos e eu seguimos essa tradição familiar e nos tornamos igualmente professores ou funcionários públicos.

Mateus Tobias: Para que possamos nos situar no tempo, quando você nasceu?

Frédéric Lebaron: Nasci em 1969, o que significa que eu tinha 20 anos em 1989, o ano em que o Muro de Berlim caiu, marcando o fim do mundo soviético. Para minha geração, esse é um elemento biográfico crucial. Foi, é claro, um ponto de virada ideológico, o fim de uma era, o período pós-guerra, durante o qual a União Soviética estendeu seu domínio político sobre os países da Europa Oriental. Eu cresci intelectualmente nesse contexto do fim da Guerra Fria, com as tentativas de Gorbachev¹ de reformar o modelo soviético, que acabou fracassando. Naquela época, a ascensão da China não despertava o mesmo interesse que desperta hoje. Embora eu também estivesse interessado na China, pois havia a Primavera de Pequim e outros movimentos sociais, mas na época ela era largamente vista como um país periférico.

¹ Último líder da União Soviética (URSS), Mikhaïl Gorbachev promoveu um conjunto de profundas reformas econômicas (Perestroika) e políticas (Glasnost).

Paulo Moura: Durante seus anos de formação, você estudou Economia e Ciências sociais. O que o motivou a se engajar na sociologia?

Frédéric Lebaron: Para responder a essa pergunta, preciso contar um pouco sobre minha trajetória escolar. Passei no bacharelado em minha cidade natal, onde morei até os 18 anos. Depois do baccalauréat, no qual obtive resultados muito bons, fui para Bordeaux para fazer um curso preparatório para as grandes Écoles. Meu pai também havia feito um ano de curso preparatório antes de se tornar professor do ensino médio. Escolhi um curso preparatório bastante particular, que na época se chamava “Lettres Supérieures S”, hoje chamado “BL - Lettres et sciences sociales”. Era um curso literário, mas também incluía matemática e ciências econômicas e sociais. Esse itinerário tinha acabado de ser criado e parecia um pouco estranho, porque era uma classe preparatória literária baseada no modelo antigo, mas também ensinava matemática, economia, sociologia, etc.

Já no liceu, em um itinerário matemática-física (“C”), eu me sentia, ao mesmo tempo, muito atraído pelas ciências sociais, mas era sobretudo a filosofia que me fascinava. Ou melhor, era uma mistura das duas: na verdade, quando reflito sobre minhas leituras da época, percebo que era sobretudo a filosofia em relação às ciências sociais, em especial o marxismo e a história social, que era extremamente importante para mim. Não se tratava principalmente de filosofia metafísica, pura, mas acima de tudo de uma abordagem materialista, muito enraizada nas ciências sociais.

Voltarei a esse assunto, mas entre os autores que me marcaram, um deles foi Jean-Paul Sartre, a partir do segundo ano do Liceu. Em meu último ano, também li muito Henri Lefebvre, um sociólogo de origem marxista. Naquela época, eu já estava interessado na sociologia da educação. Curiosamente — costume dizer isso, e é sempre uma surpresa — no meu último ano, tive um professor de filosofia, Pierre Petit, que um dia me disse: “Ah, veja, você deveria ler essa revista!”. Era a *Actes de la recherche en sciences sociales*, a revista fundada e dirigida por Bourdieu. Um dos meus colegas até disse um dia — não sei se você conhece a história em quadrinhos francesa “Obélix et Astérix”, que é muito famosa no mundo francófono — que era como Obélix: eu caí na poção mágica muito cedo. Descobri Bourdieu antes dos 18 anos; aos 17, eu já estava lendo seus textos, mas é claro que não entendia tudo.

Na época, eu era mais atípico, mas penso que isso ocorre com mais frequência hoje em dia: Bourdieu é realmente um autor que pode ser descoberto muito cedo. Eu também o conheci “politicamente”, porque ele deu uma entrevista bastante interessante na época em que havia um movimento social contra uma reforma universitária, em dezembro de 1986. Eu mesmo estava envolvido no movimento e gostei muito do texto que Bourdieu havia publicado no jornal *Libération*². Assim, eu descobri

² Entrevista com Antoine de Gaudemar publicada sob o título “A quand un lycée Bernard Tapie?” no *Libération*, 4 de dezembro de 1986. Reimpresso em *Interventions 1961-2001*, Pierre Bourdieu, éditions Agone, p.211.

esse autor que eu não sabia o que ele representava realmente — ele era para mim um filósofo, um sociólogo, não sabia muito bem — mas considerei seus escritos pertinentes. Ele tinha uma boa análise das reformas educacionais e estava bastante próximo do espírito do movimento de 1986, que foi uma grande mobilização de estudantes dos liceus e universitários contra uma reforma realizada pela direita na época, que já tinha como objetivo reforçar os mecanismos de seleção no ingresso ao ensino superior em detrimento das classes populares.

Foi o início da minha carreira. Eu me sentia mais atraído pela filosofia, mas também lia muito sobre ciências sociais, sendo Bourdieu um dos primeiros, entre outros. Quando tive que fazer escolhas, eu a fiz rapidamente, aos 19 anos. 20 anos, na classe preparatória “BL”. Muito cedo, porque você é realmente confrontado com um modelo educacional específico, que Bourdieu descreve em *La Noblesse d’État*. Nesse contexto, você trabalha muito, lê muito e tem um exame competitivo no horizonte, o que gera muita pressão.

Em um determinado momento, senti que era muito mais um sociólogo, antropólogo e até mesmo economista, porque me interessei por economia muito cedo, do que um filósofo. Na verdade, eu já havia mudado para a sociologia, principalmente por meio dos escritos de Bourdieu. Claramente, em meu segundo ano, entre os 19 e 20 anos, eu li *La Distinction*, *La Noblesse d’État* e outras obras importantes de Bourdieu. *La Noblesse d’État* foi particularmente importante para mim, porque me ajudou a entender o que eu estava vivenciando como estudante: o sistema de reprodução das elites, a classe preparatória, a oposição sutil e evolutiva entre as grandes Écoles, como a École normale supérieure, a École polytechnique, as escolas de negócios e a École nationale d’administration. Tudo isso me ajudou a ter uma melhor compreensão do mundo em que eu vivia.

Depois de passar no concurso de admissão, entrei na École Normale Supérieure de Cachan, onde hoje sou professor. Na ENS Cachan, na minha “seção”, como era chamada na época, era obrigatório fazer sociologia e economia, sem a possibilidade de ir para a filosofia. Não me arrependi nem um pouco, porque eu adorava a economia. Na verdade, era mais ou menos o que eu queria fazer, mas com uma abordagem sociológica. Para mim, foi essencial entender que não é possível abordar uma coisa sem a outra. Eu não poderia fazer economia pura, microeconomia ou teoria dos jogos, por exemplo, e fingir que as suposições fundamentais estavam corretas e sem levar em conta os dados sócio-históricos do mundo econômico real. Eu poderia ter me dedicado à economia heterodoxa ou institucionalista, especialmente porque tinha uma certa formação marxista, mas eu era sem dúvida muito sociólogo e muito bourdieusiano para “simplesmente” me tornar um economista.

Então, eu escolhi sociologia, enquanto fazia o equivalente a um primeiro ano de mestrado em economia (chamado de “maîtrise”), em Nanterre, onde eu estava seguindo um curso universitário. Assim, fiz os dois cursos, o que me permitiu

ter uma base bastante sólida. Não foi um mestrado, nem uma tese, mas estudei microeconomia e macroeconomia, mesmo que meus resultados em microeconomia não tenham sido tão bons, devido à falta de gosto e de adesão à abordagem. De certa maneira, o destino me foi favorável: o fato de eu não ter entrado na École Normale Supérieure da Rue d'Ulm, que é a mais prestigiada, fez com que eu não pudesse me dedicar apenas à filosofia — embora eu provavelmente tivesse gostado de fazer um pouco mais disso na época — e pudesse mergulhar totalmente na economia e nas ciências sociais.

Mateus Tobias: Quais foram suas principais influências teóricas? Quais autores marcaram sua formação como sociólogo, incluindo aqueles com os quais você discordava?

Frédéric Lebaron: Uma anedota engraçada é que, quando eu tinha 15 anos, meu pai me deu *O Capital*, de Karl Marx, como presente de aniversário. Obviamente, gostei muito dessa leitura, que foi importante para mim. Portanto, eu estava imerso no marxismo, mas não no marxismo ortodoxo. Meu pai não pertencia ao Partido Comunista, mas ao Partido Socialista, e ele tinha uma relação livre com o marxismo e as doutrinas socialistas em geral. Quanto a mim, sempre adotei uma abordagem independente. Eu li muito e me interessei muito pela história do movimento dos trabalhadores, pela história do socialismo, pela história do comunismo, etc., mas sempre de forma autônoma. É por isso que eu realmente gostava de Jean-Paul Sartre e Henri Lefebvre, que em vários momentos se distanciaram do Partido Comunista sem nunca negar seu compromisso com o lado dos dominados, os condenados da terra. Eu nunca fui realmente muito militante. No liceu, eu participava do movimento social sem pertencer a nenhuma organização. Depois, como estudante do preparatório, não tinha tempo para me envolver, mas era simpatizante. Eu votava principalmente na esquerda “radical”, não na extrema esquerda trotskista: eu me identificava mais com o que já era conhecido na época como a esquerda alternativa e ecologista.

Portanto, esse é outro elemento de minha socialização política. Meu pai atuou no sindicalismo docente; ele foi membro do Partido Socialista por muito tempo e era bastante à esquerda dentro desse partido. Portanto, eu estava mais à esquerda, e havia a crise do comunismo: vindo desse tipo de formação, não era possível aderir ao modelo soviético, que estava em crise, e, além disso, embora eu estivesse interessado em suas posições, nunca me senti suficientemente próximo de nenhuma organização de extrema esquerda ou anarquista³. Mas havia Gorbachev e todo um contexto de

³ Na França, os três componentes do “esquerdismo” depois de maio de 68 foram o trotskismo, ele próprio muito dividido, o maoísmo, cuja influência no campo intelectual foi muito breve, mas muito

renovação em minha região, com dissidentes do Partido Comunista, o que trouxe uma certa renovação para a esquerda. A ecologia política também fazia parte do cenário, e eu estava evoluindo nesse ambiente político dinâmico.

Fui politizado muito cedo, mas de uma forma bastante intelectual. Portanto, não fui politizado pelas organizações; sempre estive bastante distante delas. Por outro lado, eu tinha um profundo conhecimento da história dessas organizações e de suas doutrinas, o que me permitia discutir com os militantes, entendendo o que eles diziam e sendo capaz de respondê-los, por exemplo, sobre a história da União Soviética, um assunto que sempre me fascinou⁴.

Isso me leva à minha relação com o marxismo. Para mim, Bourdieu realmente representou uma libertação, porque ele propõe uma sociologia que conserva grande parte da contribuição do marxismo, mas dentro de uma perspectiva científica, com uma ambição semelhante à de Durkheim: a de uma ciência total do social, sem reducionismo ou dogmatismo. Eu também estava interessado em sociologia econômica desde o início. Eu me interessei por economia, antropologia econômica e história econômica. Eu lia economia heterodoxa, especialmente, é claro, a escola de regulamentação... Conheci autores como Robert Boyer e Michel Aglietta muito cedo. Também li Alain Lipietz, que conheci pessoalmente mais tarde, quando ele se tornou um líder ecologista e candidato em meu distrito eleitoral. Lipietz escreveu muito sobre o Brasil. Esses autores me interessavam, e eu tinha uma cultura de ciências sociais bastante diversificada, com a sociologia de Bourdieu em seu centro.

Paulo Moura: Gostaríamos que você nos contasse sobre o contexto de sua chegada ao grupo coordenado por Pierre Bourdieu. Como era seu relacionamento com ele em um nível mais pessoal e cotidiano?

Frédéric Lebaron: Conheci Bourdieu pessoalmente pela primeira vez em 1993, aos 24 anos de idade. Eu já estava fazendo doutorado, tendo enveredado por esse caminho depois de ser aprovado no *agrégation du secondaire*, um concurso que me permitiu lecionar no liceu. Consegui um financiamento para fazer uma tese e optei pelo doutorado. Fiz minha tese no centro de Bourdieu, que na época se chamava Centre de Sociologie de l'Éducation et de la Culture (Centro de Sociologia da Educação e da Cultura) - CSEC⁵. Meu orientador de tese foi Rémi Lenoir. Eu estava em contato com Monique de Saint-Martin e rapidamente conheci quase todos os membros do centro. No entanto, Bourdieu estava no Collège de France: não o víamos muito, ele

forte e, finalmente, o anarquismo, que permaneceu como um componente do radicalismo da juventude escolarizada. Originalmente, a ecologia política estava ligada principalmente a essa terceira corrente.

⁴ Enquanto releio essa entrevista, estou preparando a defesa do HDR de Olessia Kirtchik sobre economistas e o fim da URSS, da qual sou supervisor na Universidade de Paris-Saclay.

⁵ De fato, o CSEC, dirigido por Monique de Saint-Martin e Jean-Claude Combessie, e o CSE no Collège de France coexistiam: os dois se fundiram no final da década de 1990.

não vinha à EHESS com frequência e o centro de pesquisa no Collège se chamava Centre for European Sociology (Centro de Sociologia Europeia), mas era ligado ao CSEC. Meu orientador de tese, que era bastante próximo de Bourdieu, sugeriu logo no início — acho que eu estava no segundo ou terceiro ano da minha tese — que ele lesse um artigo que eu havia escrito: “Vamos fazer com que ele leia seu artigo e ver como ele reage”.

Bourdieu me recebeu algum tempo depois no Collège de France. Creio que a anedota é que eu bati em sua porta primeiro. Na verdade, era preciso ir primeiro falar com o assistente, um pouco como ir ao médico. Tudo correu muito bem. Bourdieu era encantador e muito animado. Ele já havia lido meu trabalho e reagido a ele. Em certo sentido, o capital simbólico de Bourdieu foi o que mais nos impulsionou. Sabíamos que ele era o maior sociólogo vivo. Ele é um dos maiores sociólogos da história. Portanto, foi excepcional conhecer Bourdieu, é preciso dizer. Então, tudo correu bem. Enfim, ele foi bastante positivo, bastante encorajador, e no final o artigo foi publicado, mas muito tempo depois. Pensando bem, levou mais de três anos para ser publicado. Esse artigo foi realmente uma primeira tentativa. Eu o reformulei bastante, seguindo os conselhos de Bourdieu e dos leitores. Jérôme, seu filho mais velho, deve tê-lo relido. Recebi algumas anotações bastante detalhadas de um parecerista. Então, essa foi a primeira vez, o que, obviamente, é sempre um pouco chocante.

Em seguida, houve outro movimento social, semelhante ao de 1986: o movimento de 1995 na França, que foi enorme. Primeiro houve manifestações estudantis, depois um grande movimento de greve ferroviária. Os trens pararam por um mês: o país estava parado por causa de uma reforma previdenciária e também de uma reforma do sistema de saúde, que era sobretudo uma reforma neoliberal com uma política de austeridade. Digo “sobretudo” porque, na época, as coisas eram um pouco complicadas: havia um sindicato de esquerda e centro-esquerda, a Confédération Fédérale Démocratique des Travailleurs (CFDT), que era a favor da reforma. Esse sindicato, que depois de 1968 estava bastante à esquerda, reorientou-se no final da década de 1970 para se tornar um sindicato reformista muito mais moderado. Em 1995, os intelectuais defenderam a reforma. Era um governo de direita e os intelectuais diziam: “Esta é a reforma que precisamos fazer, é uma boa reforma”. Havia historiadores, economistas, todos eram a favor da reforma, e Bourdieu fazia parte dos intelectuais que diziam o contrário: “Não, não devemos fazer essa reforma, é uma reforma neoliberal que destruirá os serviços públicos”. Naquele momento, Bourdieu passou a adotar posições críticas ao neoliberalismo, inclusive, escreveu e leu um texto muito famoso na Gare de Lyon durante o movimento social⁶.

⁶ Em 12 de dezembro de 1995, Pierre Bourdieu se juntou a um auditório lotado do conselho de trabalhadores ferroviários em greve na Gare de Lyon. Em seu discurso, ele apoiou os grevistas e, à sua maneira, fez uma dura crítica ao Plano Juppé, promovido pelo então primeiro-ministro da França Alain

Eu estava lá, na Gare de Lyon, com um colega mais velho, Christian Baudelot, outro sociólogo francês muito conhecido, inclusive no Brasil, e que estava ao meu lado na época. Ouvíamos Bourdieu dizer: “Vamos, vamos, temos que ir, resistência, etc.”. É um movimento fundamental; até falamos sobre o apelo de Bourdieu, o apelo da petição, que foi assinado por intelectuais. Junto com outros alunos de doutorado, fizemos um trabalho empírico, uma pesquisa sobre petições intelectuais durante essa crise social. Dissemos a nós mesmos: “Bem, somos estudantes de doutorado, estamos fazendo pesquisa, o que podemos fazer? Podemos fazer uma pesquisa para descobrir o que está acontecendo”. Por que há duas convocações? Por que há um pedido de apoio de intelectuais que, em última análise, são a favor das reformas neoliberais, e por que Bourdieu surgiu como uma figura de resistência ao neoliberalismo em 1995? Então fizemos essa pesquisa, e Bourdieu ficou muito contente, evidentemente. Creio que ele considerava bom que os jovens de seu centro estivessem se engajando um pouco. Então, ele nos convidou para seu seminário. Iríamos apresentar nosso trabalho. Ele iria nos ouvir.

Pouco tempo depois, ele me convidou para trabalhar com ele. No início, como acho que já disse em uma entrevista, não havia absolutamente nenhum contrato. Foi uma troca simbólica. Quero dizer, não há nenhuma ideia: “Vou trabalhar com um contrato de trabalho, etc.”, é totalmente voluntário desde o início. É interessante, mas a remuneração simbólica era tanta que nem pensávamos nisso. Trabalhar com Bourdieu era extraordinário, tenho que dizer. Havia vários de nós: Franck Poupeau estava na mesma situação que eu e trabalhamos na equipe de

Depois, trabalhei na equipe dele no Collège de France. Dividíamos um escritório no meio do andar, na rue du Cardinal Lemoine, e obviamente vi muito mais Bourdieu depois, fazendo parte da equipe. A pessoa central do grupo era Rosine Christin, uma engenheira de pesquisa da Maison des Sciences de l’Homme (MSH), destacada para o Collège de France; ela atuava, de fato, como diretora ou secretária geral do centro de pesquisa. Era ela quem organizava tudo, coordenando as tarefas administrativas e técnicas. Seu escritório ficava à direita quando se entrava no corredor do andar dedicado ao grupo na rue du Cardinal Lemoine, em frente ao escritório de Bourdieu. Eu conversava principalmente com ela, pois Bourdieu raramente estava presente; na verdade, nós o víamos muito pouco. No entanto, Rosine estava lá todos os dias. Ela me dizia: “Isso é o que Bourdieu disse, é isso que temos de fazer, é

Juppé, líder do partido de direita Rassemblement pour la République (RPR) e nomeado pelo presidente Jacques Chirac. O plano visava a reforma da seguridade social e do sistema de aposentadorias (aumentando o período de contribuição de 37,5 para 40 anos), além de medidas que visavam reformular o status dos trabalhadores ferroviários (SNCF et RATP), com o fim dos “regimes especiais”. Na ocasião Bourdieu declarou era “a reconquista da democracia social contra a tecnocracia” que estava em causa naquele momento. Para ver o discurso na íntegra, acesse: <https://blogs.mediapart.fr/michelroffus/blog/280218/12-decembre-1995-discours-de-pierre-bourdieu-aux-cheminots-grevistes-paris-0>. Acesso em 25/02/2024.

assim que temos de organizar as coisas”. Esse papel central de coordenação pode ser visto no documentário de Pierre Carles, *La sociologie est un sport de combat*. Há uma cena entre Rosine e Loïc Wacquant no escritório de Rosine. Para mim, essas são lembranças muito concretas. Trabalhei lá por seis anos. Creio que eu estava lá no dia seguinte ao que Pierre Carles filmou Rosine com Loïc Wacquant. Eu estava no trabalho, então fiquei sabendo. Meu relacionamento com Bourdieu consistia principalmente em ligações telefônicas. Ele estava em casa, trabalhando, na maior parte do tempo, em seu escritório. Eu nunca fui lá, então não sei como era a casa dele. Franck sabia, mas eu não. Ele nos ligava para avisar o que precisava ser feito e também entrava em contato com Rosine.

Em suma, ele organizou as coisas em torno de si mesmo, até certo ponto, e nós trabalhamos principalmente para as revistas. Colaboramos com a revista *Actes de la recherche en sciences sociales* e também com a *Liber*, uma revista que surgiu de um projeto descrito por um colega argentino, Gustavo Sorá, durante uma recente visita ao Brasil, e também por Christophe Charle. Era uma revista internacional de livros. Trabalhando um pouco para a *Liber*, participei de várias edições, saindo para procurar autores e eu ajudava um pouco. Não era um trabalho grande, mas líamos muito e fazíamos com que as pessoas lessem coisas. Por exemplo, lembro que a primeira leitura que tive de fazer foi de pequenas obras britânicas críticas ao neoliberalismo. Ele me dizia: “Faça-me um resumo”. Eu tinha muitas anotações de leitura, o que era ótimo, porque eu sabia que meus resumos seriam lidos por ele e ele reagiria.

Líamos os artigos e escrevíamos comentários manuscritos, muitas vezes datilografados, para a revista. Isso envolvia o *Liber* e também a *Actes de la recherche*, que era um verdadeiro trabalho editorial. Naquele momento, Bourdieu decidiu criar uma coleção de livros. Inicialmente, chamava-se *Liber*, depois *Liber-Raisons d’agir* e, finalmente, *Raisons d’agir*. A ideia era produzir pequenos livros que seriam amplamente distribuídos. O primeiro, *Sur la Télévision*, foi um grande sucesso, vendendo cerca de cem mil exemplares, eu acho. Era uma crítica bastante violenta, pois atacava diretamente a mídia, especialmente a mídia dominante. Ele realmente escolheu o alvo certo, o que causou um grande impacto.

Pouco tempo depois, ele publicou um livro de Serge Halimi, jornalista do *Le Monde Diplomatique*, que acabou de deixar o cargo de diretor em janeiro de 2023. Serge Halimi escreveu *Les Nouveaux Chiens de garde*, uma referência explícita a Paul Nizan e seu livro *Les Chiens de garde*, uma crítica marxista da filosofia acadêmica na década de 1930. Em *Les Nouveaux Chiens de garde*, Halimi critica os jornalistas de televisão, como Bernard-Henri Lévy, descrevendo em termos concretos suas práticas, que ele considera particularmente tendenciosas e egoístas, já que esses jornalistas estão intimamente ligados ao poder econômico, tornando-se assim marionetes cúmplices das forças econômicas. Bourdieu concordou em publicar o

livro, escrito por um jornalista intelectual — Halimi tinha uma tese, portanto não era apenas mais um jornalista, mas um intelectual crítico. O livro foi um enorme sucesso, vendendo cerca de 300.000 exemplares, até mais do que *Sur la télévision*. A coleção foi muito bem recebida, e um dos primeiros livros a ser publicado foi o nosso, sobre o “dezembro” dos intelectuais franceses, escrito em conjunto com meus colegas de doutorado. Portanto, Bourdieu foi corajoso e generoso, pois concordou em permitir que jovens doutorandos publicassem um livro em sua coleção, uma obra que, no fundo, não era muito polêmica. Na realidade, era uma série de investigações paralelas, um trabalho realizado em paralelo, em uma espécie de síntese do campo intelectual francês na época da crise. O livro também foi mal-recebido, porque ousamos objetivar a tendência reacionária dos intelectuais dominantes, o que foi uma atitude ousada para estudantes de doutorado.

Bourdieu estava hesitante quanto ao nome a ser usado. Ele disse: “Talvez você deva criar um nome falso, isso lhe poupará problemas”. Ele de fato inventou um, mas não me recordo mais. No final, ele decidiu não fazer isso e disse: “Vamos em frente, você não está dizendo nada ofensivo”. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer que sempre me recusei a insultar as pessoas, seja por escrito ou oralmente. Digo as coisas da forma como as penso. Existem registros discursivos próprios do pesquisador, e o registro do insulto não faz parte das minhas práticas.

Este livro é analítico, mas não polêmico no sentido pessoal. Apresentamos os fatos, e muitas vezes é isso que choca as pessoas: dizemos quem disse o quê, como a fábrica de petições foi organizada e assim por diante. Isso às vezes foi mal-recebido, e o livro também não vendeu extraordinariamente bem — muito menos do que *Les nouveaux chiens de garde* -, mas foi amplamente distribuído. Portanto, esse foi o cerne do meu relacionamento com Bourdieu durante a primeira fase de seu trabalho na cadeira de sociologia no Collège de France.

Em 1998, um ano importante para mim, eu já havia terminado minha tese há algum tempo e agora era maître de conférences na Université de Picardie Jules Verne, em Amiens. Tornei-me presidente da Association Raison d’agir e o livro foi publicado, o que o tornou um ano decisivo. Eu me tornei mais visível, assim como os demais autores do livro. Era uma época em que uma jovem geração estava ganhando visibilidade no espaço bourdieusiano e até mesmo político-midiático, para usar a expressão de Patrick Champagne.

Foi também um período em que Bourdieu estava se questionando sobre a maneira de agir no movimento social. Não vou entrar em todos os detalhes, pois isso levaria muito tempo, mas isso ajudou a tornar Bourdieu ainda mais visível. Havia seu livro sobre a televisão, o livro de Halimi, além de outros sobre a universidade (ARESER), o papel dos *think tanks* (Keith Dixon), etc. Essa pequena coleção foi um grande sucesso, o que foi bastante surpreendente, mesmo que o fenômeno não tenha realmente durado, porque havia outras coleções e empreendimentos intelectuais concorrentes.

Houve um breve período em que Bourdieu foi realmente central para os debates públicos na França, e até mesmo na Europa, porque os alemães estavam muito interessados nele. No filme de Pierre Carles, vemos Franz Schultheis falando em um determinado momento sobre indicadores sociais; ele era muito próximo de Bourdieu na época e o acompanhava em suas visitas à Alemanha, Suíça e assim por diante. Por volta dessa época, ele editou uma versão alemã da revista *Liber* por algum tempo. Essa história também é franco-alemã: Bourdieu era, na época, um intelectual europeu, e não um intelectual global. Embora o lado intelectual global já existisse durante esse período, e até mesmo antes, o fato é que Bourdieu estava fortemente envolvido em questões e projetos europeus.

Bourdieu foi um mentor exigente, mas generoso. Trabalhar com ele foi uma experiência enriquecedora, tanto intelectualmente quanto em nível humano. Ele me ofereceu oportunidades únicas, como a publicação do meu primeiro livro em sua coleção, o que foi uma prova de sua confiança e de seu apoio.

Paulo Moura: Muito obrigado pela entrevista.

REFERÊNCIAS

ARESER, Quelques diagnostics et remèdes urgents pour une université en péril, 1997. In: Revue d'histoire du XIXe siècle, Tome 14, 1997/1. Cinquante ans de recherches sur 1848. p. 237.

BOURDIEU, Pierre. Interventions, 1961-2001. Science sociale et action politique, Marseille, Agone, coll. « Contre-feux », 2022.

BOURDIEU, Pierre. La distinction. Critique sociale du jugement. Paris: Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps. Paris: Éditions de Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Sur la télévision suivi de L'emprise du journalisme, Paris : Liber Editions, 1996.

DIXON, Keith. Les évangélistes du marché : les intellectuels britanniques et le néo-libéralisme. Paris : Liber — Raisons d'agir, 1998.

DUVAL, Julien; GAUBERT, Christophe; LEBARON, Frédéric; MARCHETTI, Dominique; PAVIS, Fabienne, Le « Décembre » des intellectuels français, Paris, Raisons d'agir, 1998.

HALIMI, Serge. Les nouveaux chiens de garde. Paris, Liber, 1997, 104 p.

MARX, Karl. Le Capital, livre I, trad. J. Roy, Flammarion, Paris, 1999.

NIZAN, Paul, Les chiens de garde, Marseille, Agone, series: « Eléments », 2012.

Submetido em: 06/12/2024

Aprovado em: 20/12/2024

AFRÂNIO GARCIA E A SOCIOLOGIA DE
PIERRE BOURDIEU; MUNDO RURAL,
DIVERSIFICAÇÃO DO CAMPO DO PODER,
ELITES INTELECTUAIS ACADÊMICAS E REDES
DE COLABORAÇÕES INTERNACIONAIS.¹

*AFRÂNIO GARCIA Y LA SOCIOLOGÍA
DE PIERRE BOURDIEU; MUNDO RURAL,
DIVERSIFICACIÓN DEL CAMPO DE PODER,
ÉLITES INTELECTUALES ACADÉMICAS Y REDES
DE COLABORACIONES INTERNACIONALES.*

*AFRÂNIO GARCIA AND THE SOCIOLOGY
OF PIERRE BOURDIEU; RURAL WORLD,
DIVERSIFICATION OF THE FIELD OF POWER,
ACADEMIC INTELLECTUAL ELITES, AND NETWORKS
OF INTERNATIONAL COLLABORATIONS.*

*Antonio José PEDROSO NETO**

Afrânio Raul Garcia Jr. nasceu no Rio de Janeiro em 1948, primeiro filho de um casal de médicos com trajetórias parecidas: nascidos em Minas Gerais, investiram fortemente nos estudos como modo de enfrentar a ameaça de desclassificação familiar, trabalharam em hospitais públicos e se dedicaram à pesquisa. Sua inclinação inicial seria a diplomacia, por ascendência do tio paterno, mas o golpe militar de 1964 impôs inflexões para ele e sua geração. Daí sua primeira passagem pela França

* UFT – Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM). Palmas – TO – Brasil. ajpedroso@uol.com.br. Orcid: 0000-0002-6509-527X

¹ Este texto foi publicado em LIMA, J. C. & BOMENY, H. (org). 2021. SBS Memória Retratos: sociólogos e sociólogas brasileiras. v. 1. 1ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2021, v. 1, p. 114-118. E foi publicado pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) na seção SBS Memória Bionotas <https://sbsociologia.com.br/project/afranio-raul-garcia-jr/>. Somos gratos pela gentileza de nos autorizar a reproduzi-lo neste dossiê.

em 1966, onde a família exilada de seu grande amigo, José Sérgio Leite Lopes, o acolheu. Ambos cursaram os dois primeiros anos em Economia na Universidade de Paris. Obtiveram o Diploma de Estudos Econômicos Gerais pela Université de Paris X (1966 a 1968) e, ao voltar ao Brasil, em Economia pela PUC-RJ (1968 a 1969).

Em 1970, como assistente de pesquisa do economista Isaac Kersternetzky na PUC-RJ foram convidados para realizar uma pesquisa sobre o processo de industrialização por substituição de importações no Brasil. Mas foram vetados pelo próprio reitor da universidade por motivos ideológicos. Por conselho do mesmo professor, no mesmo ano, eles ingressaram no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional (UFRJ). Afrânio concluiu o mestrado (1976) e o doutorado (1983), elaborou e participou de pesquisas decisivas para a institucionalização do PPGAS e ingressou como docente do Departamento de Antropologia (1978), por concurso, onde atuou com docente-pesquisador de 1978 a 1998 (GHEORGHIU, 2018). Em 1970, casou-se com Marie-France Parpet, colega da Université de Paris X, que também integrou o PPGAS, onde fez mestrado e doutorado. E, em colaboração, realizaram pesquisas, publicações e concursos para instituições de pesquisa na França, a partir de 1994.

Trabalhou como economista nos anos 1970 no Instituto de Desenvolvimento da Guanabara (da FIRJAN), em planificação de formação de mão de obra industrial, e no Grupo de Pesquisas da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), sobre distribuição de renda no Brasil entre 1973 a 1980. No PPGAS participou das pesquisas organizadas por Moacir Palmeira sobre transformação dos modos de dominação na grande plantação canavieira do Nordeste. Participou ativamente da elaboração e realização de um grande projeto de pesquisa coletivo: “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste” (1975-1978). Esse projeto reuniu mais de duas dezenas de pesquisadores aprendizes e sêniores e contribuiu decisivamente para a institucionalização definitiva do PPGAS na UFRJ. Enfim, sua trajetória conflui com a do PPGAS, com a de colegas e aporta contribuições para a sociologia e a antropologia brasileiras.

No âmbito desse grande projeto, pesquisou a transformação do modo de dominação e de imobilização da força de trabalho nas grandes plantações açucareiras do Nordeste na primeira metade do séc. XX. Sua investigação em Pernambuco e na Paraíba apresentou uma análise etnográfica densa das estruturas objetivas e dos significados simbólicos das relações de dependência personalizada nos engenhos: da condição econômica, social, política e cultural de morador e da teia de reciprocidades assimétricas que o liga à autoridade do senhor de engenho, e que o tornava sujeito, em certa continuidade com o passado escravista. Mas, como foco central, concentrou-se em agricultores de fora dos engenhos, nomeados como libertos. E analisou igualmente os percalços da economia dos senhores de engenho e as vicissitudes impostas pelo crescimento das usinas de açúcar, condenando muitas

famílias de senhores à decadência. Esse declínio seria precipitado pela abertura dos caminhos do Sul para os grupos subalternos.

Demonstrou como a migração tanto de libertos como de sujeitos, recrutados para trabalhar nas indústrias na região sudeste, possibilitou o retorno de muitos com recursos materiais e simbólicos que alteraram os jogos de poder com os antigos senhores. Para os sujeitos, os deslocamentos para o sul tiveram forte impacto nos *habitus* ao verem a fazenda, a moradia, o mundo do trabalho confrontados com outros possíveis: ir morar na periferia das cidades, ter pequeno comércio em feiras, meios de ter acesso à terra, mobilizar organizações e direitos trabalhistas, ter a propriedade da terra cultivada como posseiro etc. Para os senhores, a reconversão de atividades econômicas se impôs: mudança para as cidades permitindo a escolaridade dos filhos, fracionamento ou venda das terras, mudança para a condição de produtor-fornecedor de cana, de rapadura, de cachaça, passagem à condição de pecuarista ou usineiro com base em trabalho assalariado. Enfim, mudança da dominação pessoal à dominação racional-legal (GARCIA JR: 1986 e 1989), mas com variações significativas entre vias opostas de pauperização de assalariados e encampamento de certas frações de agricultores.

Finalizada a tese, partiu para o pós-doutorado no Centre de Sociologie Européenne (CSE/EHESS/Paris), com Pierre Bourdieu, de 1983 a 1986. Então, iniciou as pesquisas sobre as relações entre a reconversão dos herdeiros dos senhores em declínio – elites agrárias – e a construção do Estado brasileiro após a Revolução de 1930. Certos herdeiros ameaçados de declínio se dotaram de capital escolar e cultural para contribuir com inovações políticas e culturais que restauraram seu capital social. Dessa forma, abandonaram trajetórias ligadas à herança fundiária por novos itinerários no espaço das elites.

Eles não se restringiram aos espaços das elites jurídicas, militares, políticas e culturais. Atuaram na diversificação do campo do poder como parlamentares, ministros, militares, juristas e no mercado cultural com livros, romances e testemunhos reconhecidos na construção e definição do Brasil mais moderno, concebendo a expansão do Estado nacional. Atuaram na constituição de instituições públicas, na formação de mentalidade, nas categorias de percepção e representações sobre a cultura nacional, o nacionalismo, a economia nacional etc. Essas inovações significaram trunfos na dura competição pela hegemonia com as elites de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Enfim, analisou a trajetória de herdeiros do Nordeste, do Sudeste e do Sul: Alberto Torres, Juarez Távora, José Américo de Almeida, Getúlio Vargas, Nelson Werneck Sodré, dentre outros (GARCIA JR: 1993, 1994, 2008).

Em seguida, sensível ao peso do capital intelectual e social internacional no campo do poder nacional, ajustou a pesquisa para a elite acadêmica em suas transformações recentes. Analisou as trajetórias de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso como políticos e intelectuais que contribuíram para repensar o

Brasil. Ambos tiveram carreiras de excelência nos debates intelectuais e circulação internacional, e ambos estiveram voltados para a política e o Estado. Herdeiros de juristas, militares e parlamentares do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sudeste, foram criadores de inovações intelectuais e políticas através de conhecimento aprofundado de diferenças regionais, nacionais e internacionais relativas à industrialização, ao desenvolvimento econômico, à repartição da renda nacional, às hierarquias sociais etc.

O uso das ferramentas da sociologia de Pierre Bourdieu foi constante. Buscou estender os domínios de sua aplicação ao Brasil – por exemplo, Garcia (1986) na *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Orquestrado com os colegas do Museu Nacional, as importou para estudar o campo da economia e dos modos de dominação. E, graças a seu pós-doutorado no CSE, estabeleceu relações fortes com os sociólogos de sua geração: M. Saint-Martin, L. Pinto, V. Karady, A. Sayad, M. Pollak, J. P. Faguer, J. C. Combessie, F. M. Dreyfus, M. Pialoux, entre outros. Assim, em grupo, teceu uma densa rede de circulação e colaboração em pesquisas (GARCIA JR, & GHEORGHIU, 2020).

Finalmente, a sua inserção no espaço acadêmico francês. Com a eleição para Maître de Conférences na EHESS em 1995 – marca de reconhecimento da sua atuação no espaço intelectual – passou a diretor do Centre de Recherches Sur le Brésil Contemporain (CRBC), criado por Ignacy Sachs, de 1996 a 2009. Pôde atuar na cooperação internacional com novo elenco de pesquisa – ex. com L. Canedo, R. Grün, A. M. Almeida e outros (GARCIA JR. & MUNOZ, 2009) –, publicação, conferência e com novas possibilidades de conectar pesquisadores brasileiros com os homólogos na França e na Europa. Um desdobramento intencional e importante desses vínculos internacionais foi a irradiação de circuitos e possibilidades para o espaço dos pesquisadores brasileiros, reforçando e abrindo novos horizontes para nosso internacionalismo científico.

Bibliografia.

GARCIA JR, A. R. 1986. *Libres et assujettis*. ARSS, v. 65, pp 14-40.

GARCIA JR, A. R. 1989. **Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste**. Paris: Editions de la MSH.

GARCIA JR, A. R. 1993. *Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil*. ARSS, v. 98, pp 20-33.

GARCIA JR, A. R. 1994. *Reconversions des élites agraires. Du pouvoir local au pouvoir national*. **Etudes Rurales**, v. 131, n. 132, pp 89-105.

GARCIA JR, A. R. 1998. La construction interrompue. Celso Furtado, la guerre froide et le développement du Nordeste. **ARSS**, v. 121-122, pp 52-61.

GARCIA JR, A. R. 2004. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. **Tempo social**, v. 6, n. 1. pp 285-300.

GARCIA JR, A. R. 2008. Os vice-reis do norte: reconversão de elites agrárias e a revolução de 1930 (1920-1964). **Revista de Ciências Sociais**, v. 38, n. 2, pp 73-87.

GARCIA JR, A. R. & MUNOZ, M. C. (orgs.) 2009. Mobilité universitaire et circulation internationale des idées. **Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs (CRES)**, hors-série n. 2.

GARCIA JR, A. R. & GHEORGHIU, M. D. 2020. As fronteiras internacionais das ciências sociais: itinerários de um intelectual coletivo. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 17, n. 33, p. 227-266.

Submetido em: 17/01/2024

Aprovado em: 23/02/2025

Diretrizes para Autores

POLÍTICA EDITORIAL

A **Revista Estudos de Sociologia (RES)** possui periodicidade semestral e aceita artigos, dossiês, ensaios e resenhas inéditos nos campos da Sociologia, Política, Antropologia, ou no campo interdisciplinar das Ciências Sociais, que não estejam sendo apresentados simultaneamente em outro periódico. Ao enviar seu trabalho para a **Estudos de Sociologia**, o(s) autor(es) cede(m) automaticamente seus direitos autorais para eventual publicação do artigo.

A **RES** opera com chamadas temáticas divulgadas pelo Conselho de Redação (**CR**) em sua versão *online*, (<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>). São realizadas de duas até três chamadas por ano simultaneamente com prazos de expiração diferenciados.

Os artigos são aceitos em português, ou em espanhol. Artigos em outros idiomas podem ser submetidos à RES para serem traduzidos em português, desde que sejam originais, ou apresentem autorização de publicação. O CR se reserva o direito de aceitar ou não a proposta para tradução, conforme o tema, a pertinência de sua publicação.

É exigida a titulação mínima de Mestre aos autores que desejem submeter artigos. Os autores que pretenderem publicar artigos com regularidade na **RES** devem aguardar três números consecutivos para tanto.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARES

A publicação dos artigos recebidos está condicionada à aprovação dos pareceristas *ad hoc*, ou ao cumprimento de suas sugestões. São considerados: originalidade, consistência teórica, clareza na exposição e contribuição científica do artigo. O prazo solicitado aos pareceristas para a emissão de sua avaliação é de três semanas. Os nomes dos pareceristas permanecem em sigilo, assim como os nomes dos autores, que receberão os pareceres com as avaliações, sugestões, ou recusa. Os autores serão informados pelo CR da decisão final sobre os textos aceitos, ou recusados para publicação.

O artigo será aprovado ou recusado pelo **CR** desde que atenda as devidas alterações indicadas pelos pareceristas. O tempo médio entre a submissão, a emissão dos pareceres e a aprovação ou recusa final do artigo pelo Conselho de Redação varia de 3 a 6 meses a partir da data de encerramento da chamada.

Após aprovados os artigos passam por uma minuciosa revisão gramatical realizada por profissionais da área e caso necessário, os autores são consultados para esclarecimento. Isto feito, os artigos seguem para o Laboratório Editorial da FCL/Ar/UNESP que faz a revisão bibliográfica. Nesta etapa os autores são consultados para fazer correções, ou preencher lacunas das referências.

O CR se reserva o direito de publicar ou não trabalhos enviados à redação, no que diz respeito aos itens acima citados e à adequação ao perfil da RES, à temática de cada edição, ao conteúdo e à qualidade das contribuições.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os textos devem ser enviados através do site da revista <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>>, onde são explicados todos os passos para submissão dos artigos, clicando em SUBMISSÕES ON LINE, no menu superior da página.

Formatação

Todos os trabalhos devem ser digitados em *Microsoft Word*, ou programa compatível (o arquivo deve ser salvo com a extensão “doc”), fonte *Times New Roman*, tamanho 12 (com exceção das citações diretas com mais de três linhas e das notas de rodapé), espaço 1,5 entre linhas e parágrafos (exceto para citações diretas com mais de três linhas). As páginas devem ser configuradas no formato A4, sem numeração, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens inferior e direita.

Dimensão

Os ARTIGOS deverão ter até 45.000 caracteres com espaços, incluindo título e resumo (com no máximo 150 palavras), palavras-chave (no máximo 5), em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. Os ENSAIOS deverão ter até 30.000 caracteres com espaços, incluindo título, resumo, palavras-chave, em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. As RESENHAS deverão ter até 15.000 caracteres com espaços, incluindo título, em português e inglês, notas de rodapé bibliografia etc. Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, há no máximo dois anos e, no exterior, no máximo há cinco anos. No rodapé incluir dados do/a autor/a (não ultrapassar três linhas): formação, instituição, cargo, email.

Organização

A organização dos trabalhos deve obedecer à seguinte sequência:

- TÍTULO (centralizado, em caixa alta); RESUMO (no máximo 150 palavras); PALAVRAS-CHAVE (até 5 palavras, uma linha abaixo do resumo), escritas no idioma do artigo); TEXTO;
- TÍTULO EM INGLÊS (centralizado, em caixa alta); ABSTRACT e KEYWORDS (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave, exceto para os textos escritos em inglês).
- AGRADECIMENTOS (se houver);
- REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto).

Recursos tipográficos

O recurso tipográfico **Negrito** deve ser utilizado para **ênfases ou destaques no texto**, enquanto o recurso *Itálico* deve ser reservado para *palavras em língua estrangeira e para títulos de obras* citados no corpo do texto. As “aspas” devem ser utilizadas **somente nas citações** de frases de outros autores extraídas de artigos, livros, ou outras fontes, conforme as regras de citações dentro do texto, descritas a seguir. Recomenda-se que o recurso **negrito seja usado com parcimônia**.

Notas de Rodapé

As notas de rodapé devem conter somente informações substantivas, utilizando-se os recursos do *Microsoft Word*, em corpo 10, **não devem ultrapassar três linhas**.

Citações dentro do texto

Nas citações diretas feitas dentro do texto, **de até três linhas**, e entre aspas, o autor deve ser citado entre parênteses pelo SOBRENOME, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação e página (SILVA, 2000, p. 12). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data, entre parênteses: “Silva (2000) assinala...”. Nas citações diretas, é necessária a especificação da(s) página(s) que deverá(ão) seguir a data, separada por vírgula e precedida do número da página. com p. (SILVA, 2000, p.100). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (SILVA, 2000a).

Quando a obra tiver dois ou três autores, todos devem ser indicados, separados por ponto e vírgula (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (SILVA et al., 2000).

Citações destacadas do texto

As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 11 e sem aspas (NBR 10520 da ABNT, de agosto de 2002).

REFERÊNCIAS

Todas as referências que foram citadas no texto serão indicadas de forma completa ao final do artigo, em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor, alinhadas à margem esquerda, em espaço simples e separadas entre si por espaço 1,5 cm entrelinhas. Não colocar asterisco, traço, ponto ou qualquer marca no início da referência. Exemplos:

Livros: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da obra** (negrito): subtítulo. Número da edição (se não for a primeira). Local de Publicação: Editora, ano de publicação. [IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.]

Capítulos de livros: SOBRENOME do autor, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). **Título da obra:** subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, Ano de publicação. Número e/ou volume, página inicial-final do capítulo. [ALEXANDER, Jeffrey C. A Importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p.23-89.]

Artigos em periódicos: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico**, Cidade de publicação, volume, número, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [ZALUAR, Alba. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.71, v.24, p.9-24, out. 2009.]

Dissertações e teses: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da tese:** subtítulo. Ano de defesa. número de folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Dissertação (Mestrado), Tese (Doutorado) – Instituto ou Faculdade, Nome da instituição por extenso, Cidade, Ano. [VAZ, Antonio Carlos. Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos. 2012. 262f. Tese

(Doutorado em Sociologia.) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.]

Artigos em jornais/revistas: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do jornal**, Cidade de publicação, data de publicação (dia mês abreviado e ano). Caderno, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [PIRES, P. A. Vidas Paralelas: reflexos nos espelhos de Sontag e Barthes. **Folha de S. Paulo**, 13 maio 2012. Ilustríssima, p. 4-5.]

Entrevistas: SOBRENOME do entrevistado, Nome. Título da entrevista. [mês abreviado e ano da entrevista]. Entrevistador: Nome do entrevistador na ordem direta. **Nome do jornal/revista**, Local de publicação, página onde aparece a entrevista, dia mês abreviado e ano da publicação. [ALENCASTRO, L. F. O observador do Brasil no Atlântico Sul. [out. 2011]. Entrevistadora: Mariluce Moura. **Revista da FAPESP**, São Paulo, p.10-17, out.2011.]

Eventos: SOBRENOME, Nome do autor. Título do trabalho apresentado. In: NOME DO EVENTO, número de ordem do evento seguido de ponto, ano da realização, Cidade. **Nome da publicação dos trabalhos**. Local da publicação: Editora, ano da publicação. [BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Trabalho domiciliar: uma tarefa para toda a família. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1, 1996, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Ed. UFV, 1996.]

Publicação on-line: SOBRENOME, Nome do autor. Título do artigo/matéria. **Nome do site**, Local da publicação, dia mês abreviado e ano da publicação. Disponível em: <endereço eletrônico completo para acesso ao artigo/matéria>. Acesso em: dia mês abreviado e ano do acesso. [TAVES, R. F. Ministério cota pagamento de 46,5 mil professores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1998. Disponível em: < <http://www.oglobo.com.br/reportagem> >. Acesso em: 19 abr. 1998]

A revista Estudos de Sociologia adota as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) <<http://www.abnt.org.br>> que devem ser consultadas caso não seja encontrado no presente modelo o exemplo necessário.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
4. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

Declaração de Direito Autoral

Os manuscritos aceitos e publicados são de propriedade da Revista Estudos de Sociologia. Os artigos publicados e as referências citadas na revista Estudos de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores.

Política de Privacidade

Os direitos autorais dos textos publicados são reservados à Estudos de Sociologia. Publicações posteriores dos mesmos não são permitidas.



SOBRE O VOLUME

Revista Estudos de Sociologia, v.30 n. esp. 1

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,8 x 20,5 cm

Tipologia: Times New Roman, 11pt

